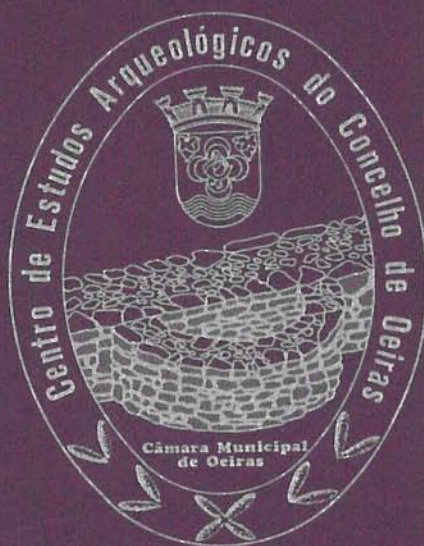


ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

22



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2015

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 22 • 2015



Editor Científico: João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2015

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Barcelona e ICREA)
- Doutora Laure Salanova (CNRS, Paris)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professor Doutor Rui Morais (Universidade do Minho)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 22 • 2015 ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO - João Luís Cardoso
DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO - M. Fernandes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Gráficas Amares, Lda. - Amares - Tel. 253 992 735

DEPÓSITO LEGAL: 97312/96

ÍNDICE GERAL / CONTENTS

PAULO VISTAS

Prefácio

Foreword 5

JOÃO LUÍS CARDOSO

A investigação da antiguidade do Homem no Portugal de Oitocentos: um contributo para a História da Ciência

The antiquity of man's research in Portugal during the nineteenth century. A contribution to the History of Science 9

JOÃO LUÍS CARDOSO

Carlos Ribeiro (1813-1882), as formações quaternárias portuguesas e a antiguidade do homem: um manuscrito desconhecido

Carlos Ribeiro (1813-1882), the Quaternary Portuguese formations and the antiquity of Man: an unknown manuscript 43

JOÃO LUÍS CARDOSO

Na Estremadura do Neolítico Antigo ao Neolítico Final: contributos de um percurso pessoal

From Early to Late Neolithic in Estremadura, Portugal. Contributions of a personal scientific career 93

JOÃO LUÍS CARDOSO, ANA CATARINA SOUSA & MARIA DA CONCEIÇÃO ANDRÉ

O povoado do Carrascal (Oeiras). Estudo das ocupações do Neolítico Final e do Calcolítico

The Carrascal settlement. Study of the Late Neolithic and Chalcolithic occupations 139

NUNO NETO, PAULO REBELO & JOÃO LUÍS CARDOSO

O povoado do Neolítico Final e do Calcolítico da Travessa das Dores (Ajuda – Lisboa)

The settlement of the Late Neolithic and Chalcolithic Travessa das Dores (Ajuda – Lisbon) 235

CLÁUDIA COSTA & FRANCISCO ROSA CORREIA

A componente animal no Calcolítico Pleno da Estremadura portuguesa: o conjunto de fauna do Alto de Santo Antão (Óbidos)

Animal component in the Portuguese Estremadura Middle Chalcolithic: the assemblage of Alto de Santo Antão (Óbidos) 281

ANTÓNIO P. GONÇALVES, ANTÓNIO M. MONGE SOARES, MARIA JOSÉ OLIVEIRA,

LUIS CERQUEIRA ALVES, PEDRO VALÉRIO & JOÃO LUÍS CARDOSO

Caracterização de uma conta de vidro proveniente do povoado fortificado calcolítico da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira)

Characterization of a glass bead from the Chalcolithic fortified settlement of Moita da Ladra (Vila Franca de Xira) 291

ANA MARGARIDA ARRUDA & JOÃO LUÍS CARDOSO A necrópole da Idade do Ferro de Vale da Palha (Calhariz, Sesimbra) <i>The Iron Age necropolis of Vale da Palha (Calhariz, Sesimbra)</i>	301
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO Era aqui que Febo adormecia <i>This Was the Place Where Phæbus Fell Asleep</i>	315
MARTÍN ALMAGRO-GORBEA <i>Sacra Saxa</i> . 'Peñas Sacras' propiciatorias y de adivinación de la <i>Hispania Celtica</i> <i>Propitiatory and Divination 'Sacred Rocks' in Celtic Iberia</i>	329
PAULO OLIVEIRA RAMOS Sobre as causas do martirológio dos (nossos) monumentos <i>On the causes of the martyrology of (our) monuments</i>	411
CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS Relatório das Actividades desenvolvidas em 2014	423

PREFÁCIO

É com um sentimento de satisfação e de dever cumprido que prefacio o vigésimo segundo volume da revista de Arqueologia do Concelho de Oeiras, os “Estudos Arqueológicos de Oeiras”. Teve ela início há precisamente um quarto de século, por iniciativa do Prof. Doutor João Luís Cardoso, que soube demonstrar a mais-valia que constituía para Oeiras possuir uma tal publicação, dando corpo à investigação, divulgação e valorização do património arqueológico concelhio e não só, projecto que, sendo então uma novidade no campo das competências autárquicas, vinha adquirindo grande pujança por via da actuação do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, serviço que, criado pouco antes, no final de 1988, mas já com provas dadas das suas capacidades de intervenção.

Vinte e cinco anos depois, a obra está à vista, prosseguindo com o mesmo entusiasmo, competência, e empenho como se fosse o primeiro dia da sua existência. É isso que explica o extraordinário e precioso repositório de informação científica acumulado, bem evidenciado pela diversidade das temáticas abordadas e a profundidade e originalidade expressas no seu tratamento, nas centenas de estudos dados à estampa nas páginas dos vinte e um volumes antecedentes.

Impressiona verificar a abrangência dos estudos publicados, abarcando todos os domínios da Arqueologia, desde a Arqueologia das sociedades de caçadores-recolectores à Arqueologia Industrial, passando pela Arqueologia das sociedades camponesas, das sociedades complexas, das civilizações pré-clássicas e clássicas, e das sociedades pré-industriais, estendendo-se por outros domínios específicos, como a Numismática, a Arqueologia subaquática, a Arqueologia da morte, a História da Arqueologia, a Zooarqueologia, a Arqueometria e a produção de ensaios e sínteses geográficas de carácter regional, sem esquecer os estudos dedicados à prática da Arqueologia e à sua gestão numa perspectiva patrimonial e económica.

Naturalmente que os resultados alcançados se ficam a dever ao notável painel de colaboradores que, ao longo dos anos, quiseram contribuir com o seu saber para o prestígio da Revista.

A breve trecho, este projecto editorial não podia deixar de granjear, como granjeou, o merecido prestígio, consubstanciado pelas permutas estabelecidas e mantidas com as mais importantes revistas internacionais de Arqueologia – estratégia mais recentemente potenciada pela disponibilização electrónica integral dos respectivos conteúdos no sítio da Câmara Municipal de Oeiras – afirmando-se como uma das escassas publicações portuguesas de Arqueologia com tão elevado estatuto, e sem dúvida a única que, a nível autárquico, pela longevidade, qualidade e regularidade, por direito próprio o adquiriu.

O presente volume é prova do que acima se afirmou: dele constam trabalhos muito diversificados e todos de alta valia, desde a História da Arqueologia até à Zooarqueologia, passando pela Arqueometria, dos quais

me permito destacar a notável e inovadora contribuição do Professor Doutor Martín Almagro Gorbea sobre as pedras sacralizadas da Península Ibérica, prática iniciada em tempos pagãos e que persistiu até à actualidade; o simples facto de este estudo, que corresponde ao texto da última lição proferida pelo eminente Catedrático da Universidade Complutense de Madrid, em Janeiro do corrente ano, ser publicado, por opção do próprio, nesta Revista, diz bem do prestígio por esta alcançado. Mas outros contributos merecem destaque, de que me permito salientar dois: o extenso e exaustivo estudo dedicado às presenças humanas do Neolítico Final e do Calcolítico identificadas no povoado do Carrascal, junto a Leceia, de João Luís Cardoso, Ana Catarina Sousa e Conceição André, resultante de cinco anos de escavações arqueológicas ali realizadas, e o notável ensaio de José d'Encarnação, a partir da epigrafia conhecida do santuário romano dedicado ao Sol e à Lua, edificado sobre o Oceano, junto à Praia das Maçãs. Outros estudos despertarão seguramente, pelo seu interesse e novidade, a atenção do leitor, como o dedicado ao povoado pré-histórico sítio da Travessa das Dores, situado em plena área urbana de Lisboa, ocasionalmente identificado e parcialmente escavado no âmbito da chamada Arqueologia empresarial, que tem conhecido importantes desenvolvimentos nos últimos anos.

Pelo exposto, são fortes e fundamentadas as razões de contentamento por este novo volume dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, pelo que me cumpre felicitar o Prof. Doutor João Luís Cardoso por mais esta nova publicação de referência em língua portuguesa, e agradecer-lhe o seu esforço diário no sentido do seu engrandecimento, extensivo também a todos os autores que, com o seu contributo, dignificaram, uma vez mais, as páginas desta Revista e a Câmara Municipal de Oeiras.

Oeiras, 14 de Setembro de 2016

O PRESIDENTE

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Paulo Vistas', written in a cursive style with a long horizontal stroke at the end.

(Paulo Vistas)

A INVESTIGAÇÃO DA ANTIGUIDADE DO HOMEM NO PORTUGAL DE OITOCENTOS: UM CONTRIBUTO PARA A HISTÓRIA DA CIÊNCIA

THE ANTIQUITY OF MAN'S RESEARCH IN PORTUGAL DURING THE NINETEENTH CENTURY. A CONTRIBUTION TO THE HISTORY OF SCIENCE

João Luís Cardoso¹

Abstract

After tracing the history of the emergence of Prehistory studies on a scientific basis in the second quarter of the nineteenth century, a synthesis of the archaeological research in Portugal is presented. These studies may be seen mainly as result of excavations carried out in caves and open air deposits, particularly in those of the Somme valley by Boucher de Perthes.

In Portugal too the importance given to these findings was remarkable for the development of field research that in the near future, led to the first of scientific publications conducted by geologists of the 2nd Geological Commission Portugal (1857-1868). This remarkable boost in the investigation of the latest archaeological evidence continued for about 25 years, culminating in the holding in Lisbon of the 9th session of the International Congress of Anthropology and Prehistoric Archaeology in September 1880.

Keywords: History of Archaeology, Prehistory, Second Geological Commission of Portugal.

1 – ANTECEDENTES

Com a descoberta do Novo Mundo, a velha Europa teve os primeiros contactos com populações com costumes bem mais primitivos que os seus, o mesmo se verificando com a África negra. Dispondo de termos de comparação directos, observados e descritos pelos viajantes, começou a despontar, nas elites renascentistas, a ideia da existência de uma Humanidade europeia primitiva, anterior à época Clássica, aliás patente nos enigmáticos monumentos do Egipto faraónico, já antigos no tempo dos Gregos. Embora os séculos XVI e XVII correspondam ainda a uma época de total desconhecimento da Pré-História, a redescoberta das civilizações clássicas levou à leitura de autores como Lucrécio, que já indicava uma idade em que depois da utilização da pedra, se tinha descoberto o uso do bronze e, finalmente o do ferro, para a confecção de armas e utensílios.

É também no sentido de atribuir uma alta antiguidade, por vezes sacralizada, aos instrumentos líticos, que autores romanos referem o uso de instrumentos de sílex: Tito Lívio afirma que, antes de combaterem, os Horácios procediam a um ritual onde o animal a imolar era retalhado por sílices; e Heródoto menciona facas de

¹Universidade Aberta (Lisboa) e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).
cardoso18@netvisao.pt

sílex, utilizadas nos embalsamentos egípcios; a própria Bíblia fala do uso de facas especiais de sílex utilizadas na prática da circuncisão. Neste mesmo sentido, começam a produzir-se obras sobre as então consideradas mais recuadas provas da humanidade primitiva. É o caso da *Metallotheca* da autoria de Mercati (1541-1593), director do Jardim Botânico do Vaticano, escrita em 1535 mas apenas impressa em 1717 (MERCATI, 1717), na qual se apresenta, pela primeira vez, uma terminologia erudita aplicada às indústrias líticas pré-históricas; assim, o termo *Ceraunea cuneata* referia-se aos machados de pedra e o de *Ceraunea vulgatis* às pontas de flecha (Figs. 1 e 2). É nessa linha de trabalho, que também se insere a obra do padre jesuíta Lafitau, um estudo comparativo entre os artefactos dos índios norte-americanos e os dos primeiros tempos da Humanidade europeia, descritos pelos autores antigos (LAFITAU, 1724).

Um ano antes (1723), Jussieu apresentou uma Memória à Academia Real das Ciências

de Paris intitulada *Da origem e utilização das Pedras de Raio*. Por “Pedras de Raio” eram e ainda hoje são designados, pelas gerações campestres mais antigas do nosso País, os machados de pedra polida, que acreditam caídos do céu, correspondendo à ponta do raio, cuja força do impacto os escondeu na terra, onde são frequentemente recuperados no decurso dos trabalhos agrícolas. É nesta obra que, verdadeiramente, são lançados os fundamentos para uma tipologia comparada de tais artefactos, concluindo o autor que a Europa já havia sido habitada por populações que fabricavam armas e utensílios iguais aos ainda então em uso no Novo Mundo, correspondendo-lhes, por isso, estádios civilizacionais comparáveis.

Outros autores franceses do século XVIII também se distinguiram na procura do conhecimento das raízes mais longínquas do passado histórico da Europa, tomando como comparação a realidade etnológica oferecida



Fig. 1 – *Ceraunea cuneata* (MERCATI, 1717, p. 241). Arquivo do Autor.

pelos povos primitivos, à época cada vez melhor conhecidos: é o caso de Mahudel, que alargou a classificação dos utensílios pré-históricos para sete tipos ou variedades. É a fase dos pioneiros e dos colecionadores de antiguidades, muito influenciados pelos escritores clássicos e pela cronologia bíblica nas suas interpretações do passado pré-histórico europeu: ainda que tivessem presentes os princípios da Etnologia comparada, conducentes a trabalhos inovadores como os referidos, faltava-lhes o suporte científico, sem o qual não passavam de meros exercícios especulativos, mais ou menos eruditos. Neste âmbito se incluem as explicações avançadas para os estranhos monumentos megalíticos existentes na Europa atlântica, cuja autoria, completamente desligada da memória dos homens, foi atribuída, ao longo dos séculos XVI a XIX, aos povos célticos e, em particular, a altares ou recintos sagrados, destinados a cerimónias religiosas conduzidas pelos druidas (Fig. 3).

Alguns portugueses do século XVIII também não foram indiferentes aos testemunhos pré-históricos, embora dessem, como seria de esperar, maior importância aos vestígios da antiguidade clássica, mais fáceis de identificar e de estudar, proporcionando, além disso, fértil campo para cultivar e desenvolver os mais diversos e eruditos considerandos, por vezes fantasiosos, sobre tais vestígios.

Gerónimo Contador de Argote publicou, no segundo volume das suas *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga* (ARGOTE, 1734), bela gravura sobre cobre, representando, ao gosto barroco da época, um painel insculturado, com representações artísticas esquemáticas e abstractas, patente em uma rocha sobre o Douro no “*termo da villa de Anciaens*” (Fig. 4). Trata-se da célebre estação de arte rupestre do Cachão da Rapa, referenciada pela primeira vez pelo Padre António Carvalho da Costa no volume 1 (1706), p. 436, da sua célebre *Chorografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal* (COSTA, 1706-1712), sendo, sabemo-lo hoje, integrável no ciclo artístico esquemático do Calcolítico/Idade do



Fig. 2 – *Ceraunea* (MERCATI, 1717, p. 244). Arquivo do Autor.



Fig. 3 – Druída (ROWLANDS, 1723, p. 65). Arquivo do Autor.

Bronze da região galaico-portuguesa. A estação, que se julgava perdida depois de ter sido de novo registada graficamente em meados do século XIX, foi redescoberta por J. R. dos Santos Júnior e por este, finalmente, adequadamente publicada (SANTOS JÚNIOR, 1934).

Esta gravura setecentista corresponde à primeira representação da arte pré-histórica europeia; só isso, para além da sua beleza artística, justificaria que fosse internacionalmente conhecida, como merece; o esquecimento verificado explica-se, como em outros casos, pela periférica posição de Portugal no âmbito da circulação de ideias científicas, desde o século XVII até aos nossos dias. A rocha em causa, adquiriu celebridade entre a elite letrada da época, logo após ser dada a conhecer por Carvalho da Costa: assim, em 1719, foi descrita por Cristóvão Jesão Barata, anagrama de João Baptista de Castro na sua *Recreação proveytosa* (Fig. 5), obra de divulgação de conhecimentos científicos, apresentados, muito ao gosto do “século das luzes”, por três amigos que entre si discorriam sobre os mais diferentes assuntos. No caso, é por Teodósio que o autor transmite a

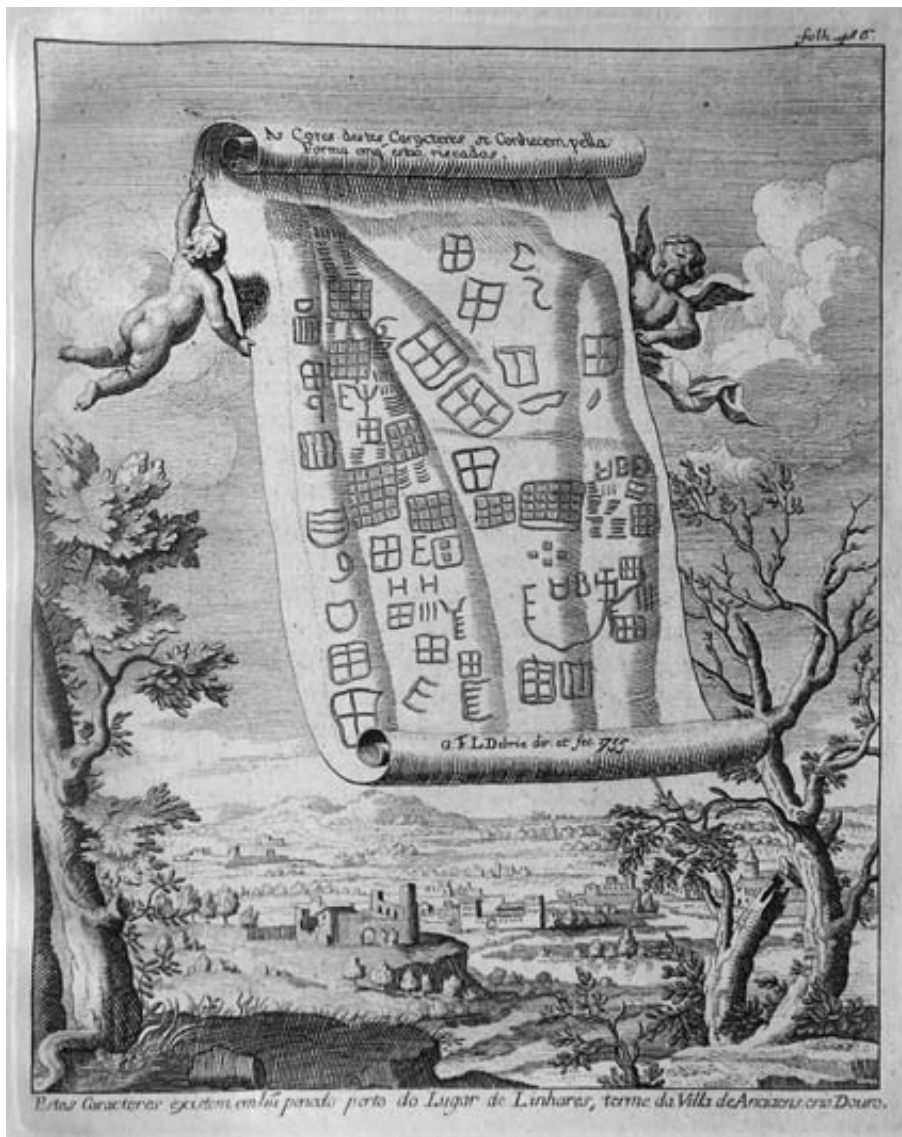


Fig. 4 - Insculpturas rupestres do Cachão da Rapa (ARGOTE, 1734, p. 486). Arquivo do Autor.

informação: “melhor sera [...] convertermos os olhos para aquella celebre, & grande lage, que está no sitio do Cachaõ junto ao Douro. Nella se vem certas pinturas negras, & vermelhas matizadas pela disposiçaõ de Xadrez, & em dous quadros, com huns sinaes, & riscos malformados, que de tempo immemoravel se conservaõ da mesma forma; & dizem os naturaes, que estas pinturas se envelhecem humas, & renovaõ outras. Vede que prodigio.” (BARATA, 1719, p. 257-258).

Portugal dispunha, então, de uma Academia Real dedicada aos estudos históricos, a Academia Real da História Portuguesa, fundada em 8 de Dezembro de 1720 por D. João V, uma das mais antigas da Europa no seu género, com o objectivo de realizar “a Historia Ecclesiastica destes Reynos, e depois tudo o que pertencer a Historia delles, e de suas Conquistas”. A Academia funcionou com grande pujança, vindo porém a sua actividade a decair, cessando as manifestações públicas ao longo da segunda metade do século XVIII, sem, no entanto, jamais se declarar oficialmente extinta.

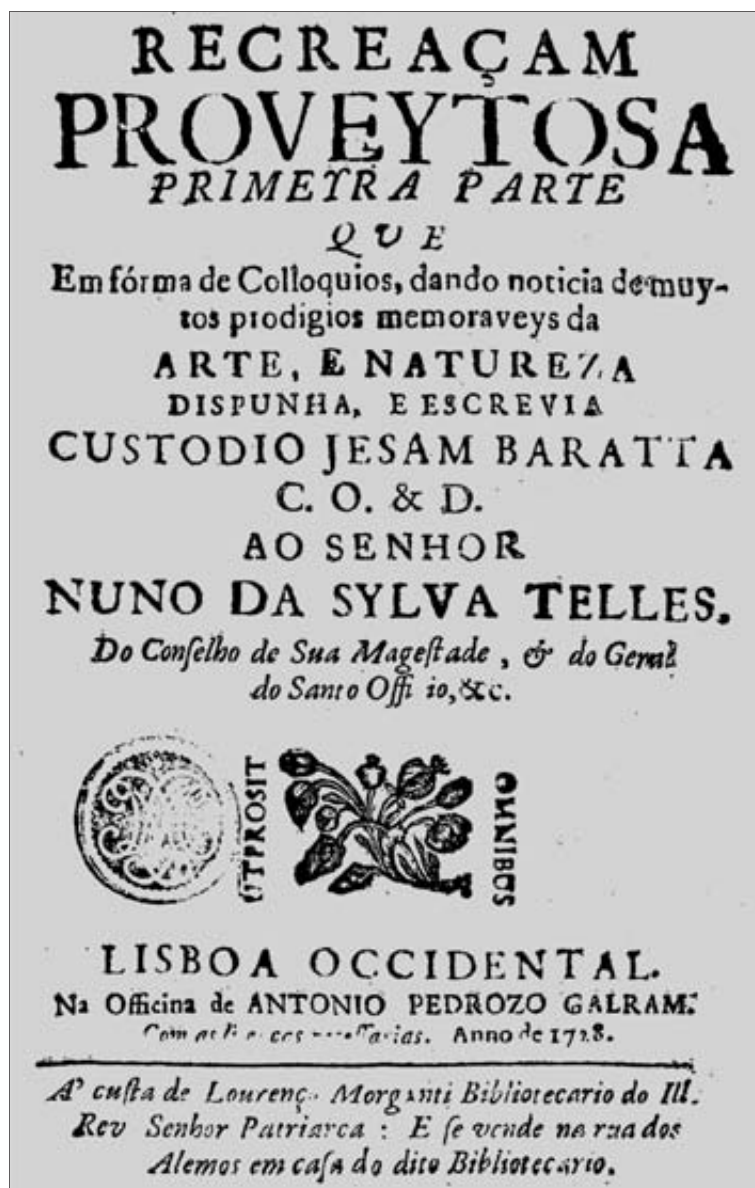


Fig. 5 – Folha de rosto do primeiro tomo da *Recreação proveytosa* (BARATA, 1728). Arquivo do Autor.

Logo no ano seguinte ao da criação, a 17 de Agosto de 1721, é publicado um “Alvara de Ley” que previa a obrigação de, tanto as entidades privadas como públicas, com destaque para as Câmaras Municipais, “*promoverem a defesa e salvaguarda de bens patrimoniais móveis e imóveis, desde que com interesse para a História pátria, incluindo os da antiguidade*” (Fig. 6). Assim, nele se determinava o seguinte: “[...] *que daqui em diante nenhuma pessoa, de qualquer estado, qualidade, e condição que seja, desfaça, ou destrúa em todo, nem em parte, qualquer edificio, que mostre ser daquelles tempos, ainda que em parte esteja arruinado; e da mesma sorte as estatuas, marmores, e cippos, em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letreiros Phenices, Gregos, Romanos, Goticos e Arabicos; ou laminas, ou chapas de qualquer metal, que contiverem os ditos letreiros, ou caracteres; como outro-si medalhas, ou moédas, que mostrarem ser daquelles tempos, nem dos inferiores até o reynado do Senhor Rey D. Sebastião.*”

Tais disposições, como é evidente, não abrangiam os testemunhos pré-históricos, ainda então completamente desconhecidos como tal: a maior antiguidade do nosso território é atribuída à presença fenícia. No documento *Reflexoens sobre o estudo Academico*, datado de Lisboa de 18 de Dezembro de 1720, estabelecia-se que as matérias seriam divididas pelos académicos por ordem cronológica, “*escrevendo o primeiro as memorias da antiga Lusitania até a Conquista dos Romanos [...]*”. Com o objectivo de se recolherem informações de todo o reino sobre as matérias do âmbito académico, organizou-se um extenso questionário, cujas respostas deveriam ser enviadas ao Secretário da Academia.

Os resultados que entretanto se obtiveram, no respeitante à que hoje se reporta à Pré-História, foram em parte objecto de uma memória, publicada em 1733, de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, sobre as antas, que atribuiu a altares (PINA, 1733). Resultantes de uma comunicação à Academia (Fig. 7). No ano seguinte, o Padre Afonso da Madre de Deus Guerreiro apresentou à Academia um inventário de 315 monumentos desse tipo, o qual infelizmente se perdeu.

2 – NA MADRUGADA DE UMA NOVA CIÊNCIA

Depois da publicação, no ano de 1733, da memória sobre as antas, do Académico Martinho de Mendonça de Pina, foi preciso esperar mais de 120 anos para que o estudo dos vestígios da época pré-histórica fosse retomado em Portugal, agora de forma sustentada e por via de especialistas já devidamente apetrechados. Com efeito, ainda em 1746 se publicaram os achados de uma sepultura pré-histórica, encontrada a 7 de Junho de 1591 na foz da ribeira da Junqueira, a sul de Sines, como sendo de São Torpes, ainda que nela se tivessem identificado artefactos então desconhecidos, como uma placa de xisto decorada (Fig. 8), o primeiro exemplar dos muitos que, a partir dos meados do século XIX viriam a ser recolhidos em Portugal (VELHO, 1746).

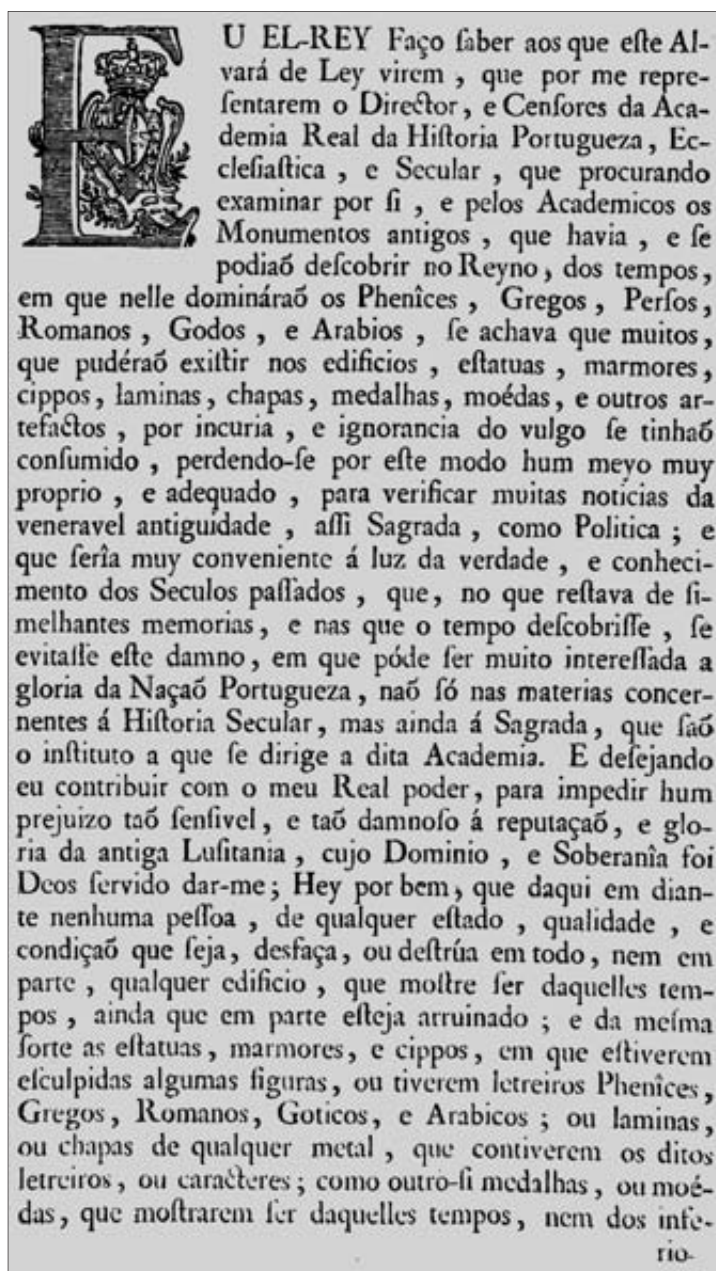


Fig. 6 – Alvará de Lei de 1721, de D. João V, que outorga à Academia Real da História Portuguesa poderes e obrigações na defesa do património histórico-arqueológico português. Arquivo do Autor.

Logo no início do século XIX despontou, com bases científicas, a Geologia, ciência nova vocacionada para o estudo da Terra e para o conhecimento das características e antiguidade dos seres vivos que a habitaram, com base nos vestígios conservados nos terrenos. Contudo, os próprios dados geológicos observados em diversos países, tanto do Velho como do Novo Mundo, serviram, inicialmente, de argumento para rebater a ideia de uma alta antiguidade da espécie humana. Os mais sólidos considerandos nesse sentido foram aduzidos por Cuvier, que demonstrou que os restos supostamente humanos (conforme julgava Scheuchzer) pertencentes a uma vítima do Dilúvio Universal, encontrado no século XVIII nos calcários mesosóicos dos Alpes suíços – o *Homo diluvii testis* – pertenciam na verdade a uma salamandra. Cuvier, que se notabilizou pelas reconstituições anatómicas de espécies extintas há muitos milhões de anos, com base nas suas semelhanças anatómicas com animais vivos, lançando assim as bases da Anatomia Comparada (CUVIER, 1812), postulou que a evolução da crosta terrestre fora pautada por curtos períodos de convulsões generalizadas, interrompendo longas épocas de acalmia (a teoria catastrofista), muito anteriores à presença do

Homem, visto que, de entre os milhares de restos observados oriundos de camadas geológicas anteriores à da época actual, jamais reconheceu um, que se pudesse atribuir à espécie humana. Na sexta edição da sua obra mais conhecida, *Discours sur les révolutions de la surface du Globe*, editada ainda em vida do autor (Fig. 9), este é claro a tal respeito (CUVIER, 1830, p. 135-136): “*Il est certain qu'on n'a pas encore trouvé d'os humains parmi les fossiles [...]. Je dis que l'on n'a jamais trouvé d'os humains parmi les fossiles, bien entendu parmi les fossiles proprement dits, ou, en d'autres termes, dans les couches régulières de la surface du globe; car dans les tourbières, dans les alluvions, comme dans les cimetières, on pourrait aussi bien déterrer des os humains que des os de chevaux ou d'autres espèces vulgaires [...]; mais dans les lits qui recèlent les anciennes races, parmi les palaeothériums, et même parmi les éléphants et les rhinocéros, on n'a jamais découvert le moindre ossement humain.*”

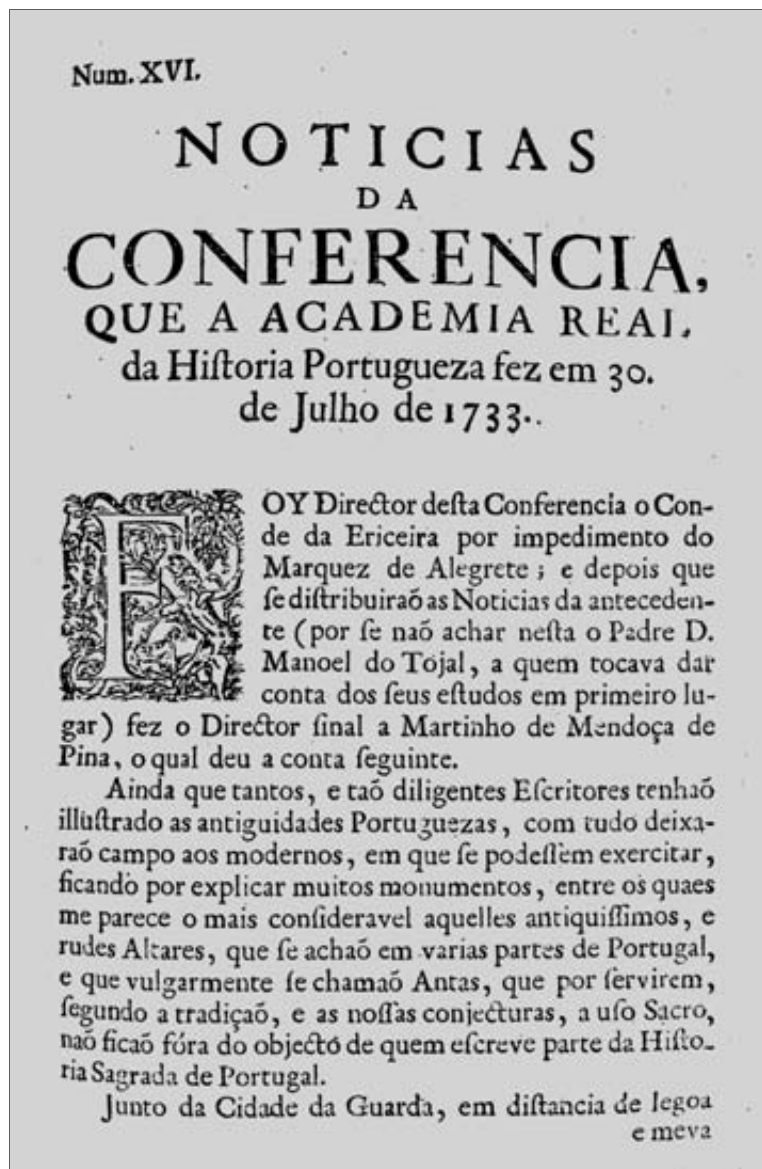


Fig. 7 – Primeira página da *Conferência sobre as antas*, apresentada por Martinho de Mendonça de Pina em 1733 à Academia Real da História Portuguesa (PINA, 1733).

Nestes termos, facilmente se compreende a polémica que estalou em França, onde a autoridade de Cuvier era indiscutível, quando se pretendeu, pela primeira vez, comprovar a antiguidade da espécie humana, pela associação de produtos da sua actividade – os artefactos talhados em sílex – a restos de espécies extintas, nos depósitos aluviais do vale do Somme, perto de Abbeville, onde, por essa mesma época, começaram a ser recolhidos em grande quantidade. Com efeito, tais peças ocorriam associadas a restos de espécies extintas – precisamente elefantes e rinocerontes, entre outras, realidade que, poucos anos antes, fora negada por Cuvier – primeiro por Casimir Picard, logo depois por Boucher de Perthes, que se pode considerar verdadeiramente o primeiro pré-historiador; este justo título baseia-se na sua monumental obra, *Antiquités celtiques et antédiluviennes*, na qual, a par de reproduções fantasistas de artefactos supostamente talhados, apresentou outros inquestionavelmente afeiçoados, retirados por ele próprio das camadas geológicas onde jaziam (PERTHES, 1847-1864) (Fig. 10).

Face a estes resultados, a Academia das Ciências de Paris decidiu nomear uma comissão, a qual, não obstante as diligências de Boucher de Perthes, nunca se deslocou ao terreno. O empenho deste não esmoreceu. Em 1859, uma delegação de geólogos ingleses visitou os locais em causa e, de impugnadores, passam a defensores das descobertas; entre eles destaca-se Charles Lyell, que, depois de ter publicado os *Principles of Geology* (1.^a edição, 1833), que o celebrou, deu à estampa outra obra directamente ligada à discussão da antiguidade do Homem, *The Geological Evidences of the Antiquity of Man* (LYELL, 1863), em resultado de muitas observações que compilou, tanto pessoais, como obtidas por outros geólogos e naturalistas (Fig. 11). Ainda em 1859, Albert Gaudry apresentou à Academia das Ciências de Paris uma comunicação em que admitiu a coexistência do Homem com espécies extintas, cujos restos apareciam associados; uma evidência, para nós hoje incontroversa, arrastar-se-ia de modo inconclusivo, nos meados do século XIX, tendo suscitado a mais viva das polémicas e ocupado os mais brilhantes especialistas de então. A esta discussão, não era estranha a publicação, no final do ano de 1859, da célebre obra de Charles Darwin, *On the Origins of Species by Means of Natural Selection* (DARWIN, 1859). Em Portugal, ainda no último quartel do século XIX se publicava, com o patrocínio do clero conimbricense, obra que negava a simples existência do Homem Pré-Histórico (AZEVEDO, 1889), bem como a das três Idades, da Pedra, do Bronze e do Ferro, já há muito claramente demonstradas por Thomsen em 1837.

Em 1863, um fragmento de mandíbula humana foi encontrada na base de um corte nos depósitos de terraço do vale do Somme em Moulin-Quignon, perto de Abbeville (Fig. 12) (PERTHES, 1864); este achado assumia, assim, importância primordial, pois era o primeiro resto humano que poderia demonstrar, de forma directa, a

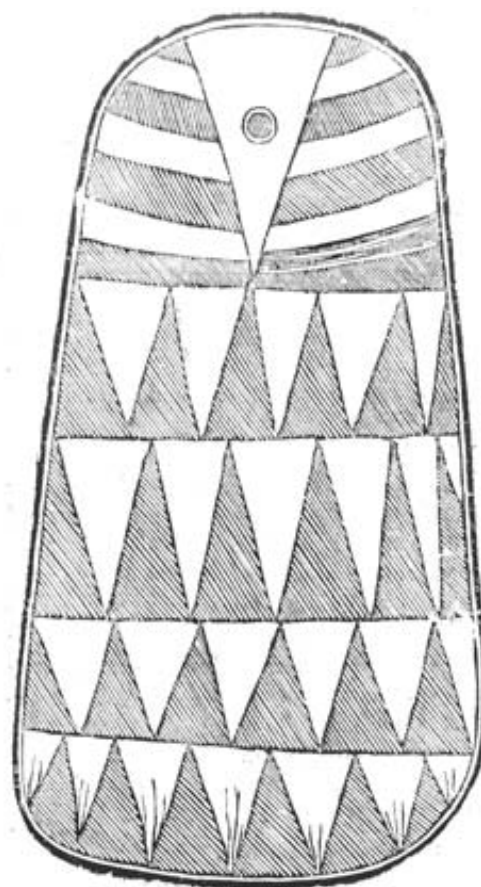


Fig. 8 – Placa de xisto, recolhida em sepultura pré-histórica em 1591 na foz da ribeira da Junqueira, Sines, então atribuída a São Torpes (VELHO, 1746).

DISCOURS
SUR
LES RÉVOLUTIONS
DE LA SURFACE DU GLOBE,
ET SUR LES CHANGEMENTS QU'ELLES ONT PRODUITS
DANS LE RÈGNE ANIMAL;

PAR M. LE BARON G. CUVIER,

Grand officier de la Légion-d'Honneur et de l'ordre de la Couronne de Wurtemberg, conseiller ordinaire au Conseil d'État et au Conseil royal de l'instruction publique, l'un des quarante de l'Académie-Française, secrétaire perpétuel de celle des sciences, des Académies et Sociétés royales des sciences de Londres, de Berlin, de Pétersbourg, de Stockholm, de Turin, de Gættingue, de Copenhague, de Munich, de l'Académie italienne, de la Société géologique de Londres, de la Société asiatique de Calcutta, etc.

SIXIÈME ÉDITION FRANÇAISE,
REVUE ET AUGMENTÉE.

A PARIS,
CHEZ EDMOND D'OCAGNE,
LIBRAIRE-ÉDITEUR, RUE DES PETITS AUGUSTINS, N° 12;
ET A AMSTERDAM,
CHEZ G^L. DUFOUR ET C^{LO},
PRÈS LA BOURSE.
1850.

Fig. 9 – Folha de rosto dos *Discours sur les révolutions de la surface du Globe* 6.^a edição (CUVIER, 1830). Arquivo do Autor.

antiguidade da espécie humana, caso se confirmasse pertencer à camada geológica onde foi recolhido, assunto que constituiu polémica, como seria previsível.

Poucos dias depois de efectuado o achado, Boucher de Perthes acompanhou uma alta personalidade inglesa (que não identifica) ao local do achado, tendo esta declarado: “*Je crois à votre fossile et vous félicite de tout mon cœur de cette découverte, mais ne vous flattez pas qu'elle passera facilement en Angleterre: la science*

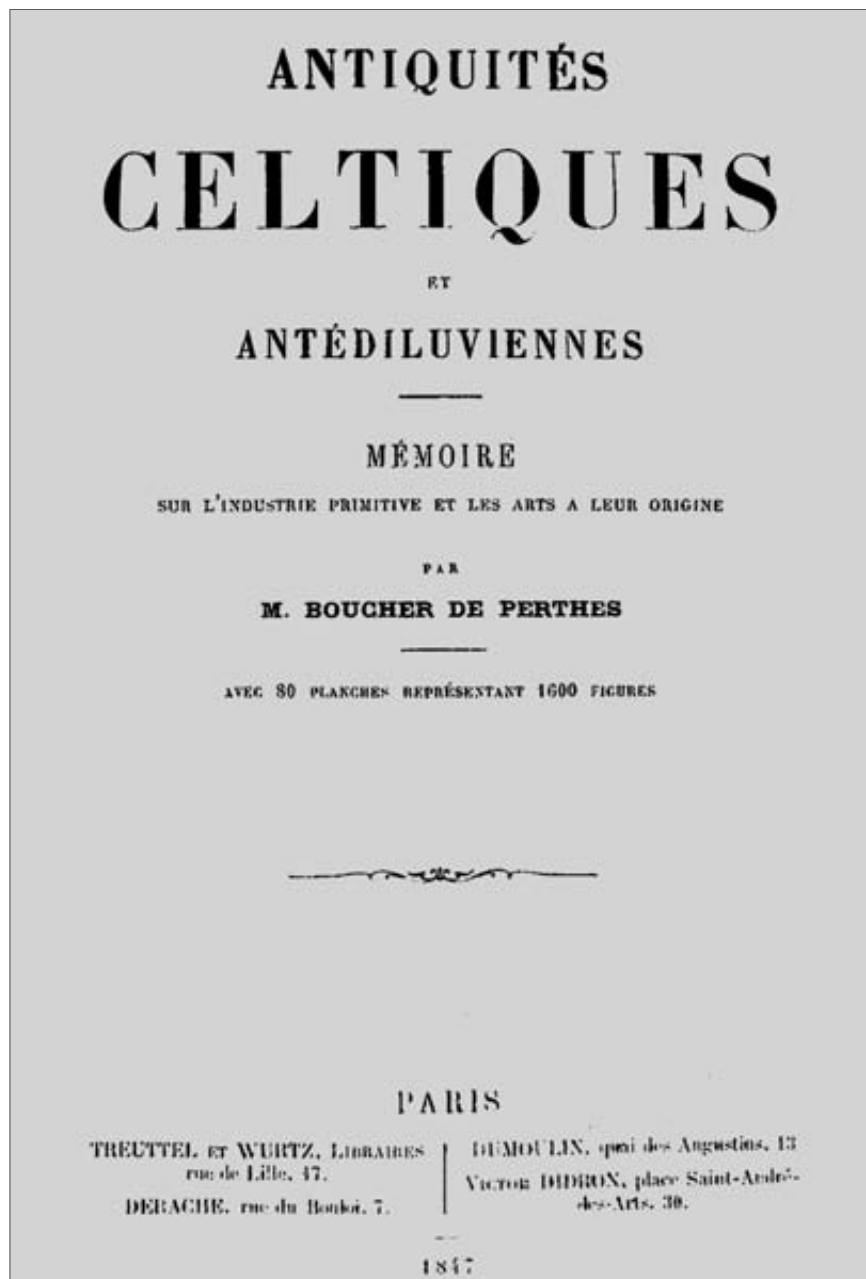


Fig. 10 – Folha de rosto do primeiro tomo das *Antiquités celtiques et antédiluviennes* (PERTHES, 1847). Arquivo do Autor.

peut y admettre l'ancienneté de l'homme, mais notre public n'en veut pas, et chez nous le public a toujours raison, même contre la science. Préparez-vous au combat." (PERTHES, 1864, p. 30). Com efeito, como o próprio declara (*op. cit.*, p. 50-51), uma coisa era a descoberta de artefactos lascados, cuja idade ninguém sabia precisar, mesmo quando associados a restos de animais extintos. Outra coisa, completamente diferente, era a descoberta de um resto humano num depósito que fora situado numa idade ante diluviana. Com efeito, o *Times*, seguindo a opinião

pública, declarou a mandíbula como recente, pondo em causa as conclusões a que chegaram os eminentes geólogos ingleses Falconer, Prestwich e John Evans que, após a apreciação in loco dos achados de artefactos líticos, feita em 1859, anteriormente à descoberta da mandíbula, se declaram a favor da sua antiguidade e autenticidade.

A importância do novo achado justificou a reunião, em Paris, e depois em Abbeville, no próprio local, de uma comissão constituída pelos mais eminentes académicos franceses e ingleses, cujos nomes são conhecidos (*op. cit.*, p. 61, nota infrapaginal).

De Quatrefages, prestigiado membro do Instituto, considerou-a da mesma época dos depósitos onde jazia, e manteve tal posição ao longo dos debates, reunindo consenso dos seus colegas franceses, incluindo Milne-Edwards, o relator do processo verbal da sessão realizada na Academia das Ciências de Paris a 18 de Maio de 1863, ao contrário da generalidade dos britânicos, que negaram a autenticidade tanto da mandíbula, como das peças líticas provenientes da camada negra onde aquela foi encontrada. Assim, enquanto a comunidade científica francesa aceitava a autenticidade das descobertas de Boucher de Perthes, os sábios ingleses recuaram, como Prestwich, Busk, Evans, Carpenter e Falconer. Não existindo consenso, decidiu a comissão deslocar-se de imediato a Moulin-Quignon, para ali continuar a discussão.

A apreciação feita directamente das condições do achado, conjuntamente com diversos paleontólogos franceses que quiseram associar-se ao grupo, como de Vibraye, Gaudry e Bourgeois, envolveu o alargamento, por sectores verticais, da escavação já existente. Tal procedimento conduziu à recolha de cinco artefactos *in situ*, cuja autenticidade não foi posta em causa por ninguém, concluindo-se unanimemente que, dadas as condições da realização da escavação, seria impossível qualquer introdução de tais objectos nas camadas onde jaziam. Por outro lado, verificou-se que o sedimento arenoso acinzentado que preenchia o fundo do alvéolo onde se

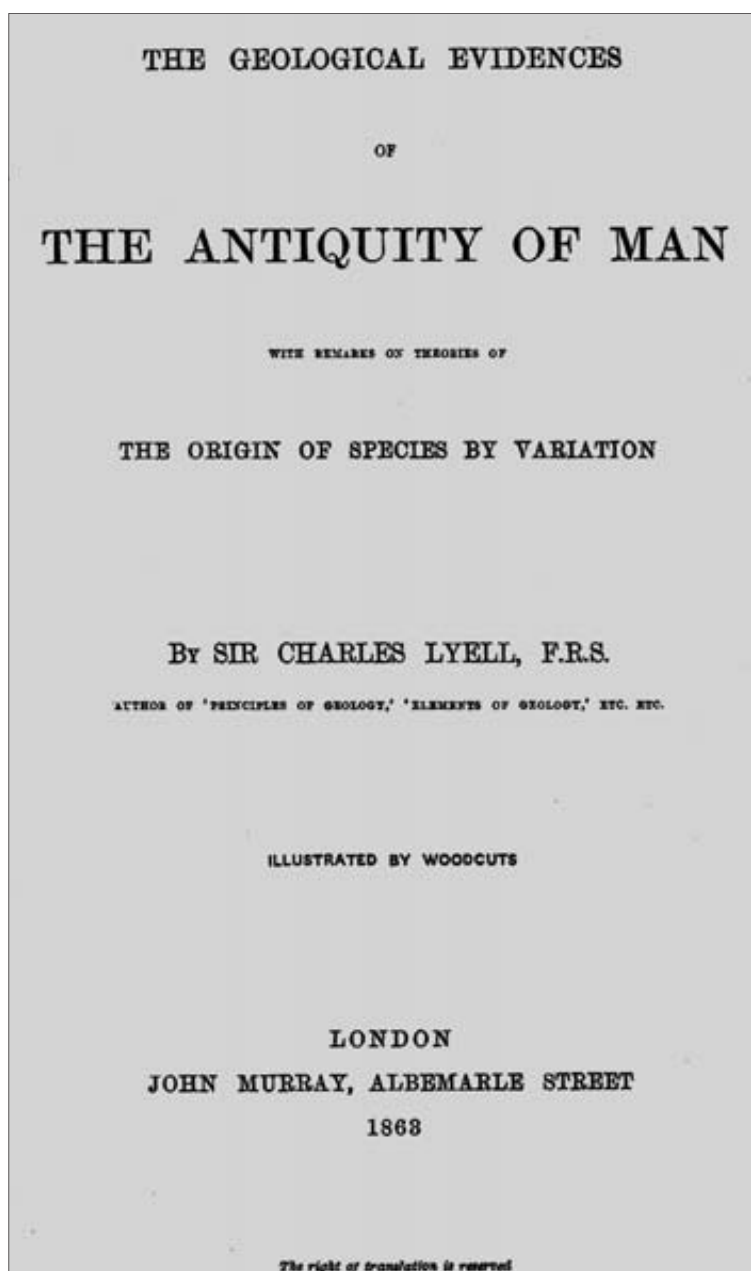


Fig. 11 – Folha de rosto da obra *The Antiquity of Man* (LYELL, 1863). Arquivo do Autor.

conservava o único dente da mandíbula, era semelhante a fino leito dessa mesma cor situado poucos centímetros acima da camada negra onde aquela jazia, concluindo-se que tal fenómeno tirava força ao argumento anteriormente apresentado por alguns membros da comissão no sentido da mandíbula ser originária de outro local. Assim, apesar de, na altura, não se ter recolhido mais nenhum resto humano, a comissão, por unanimidade, concluiu que a mandíbula jazia em um nível geológico que não tinha sido remexido e cuja alta antiguidade era comprovada pelos achados das peças líticas recuperados pelos próprios membros da comissão. Milne-Edwards, concluiu o seu relatório, do seguinte modo: “*La nouvelle découverte de M. Boucher de Perthes pourra donc, sans contestation ultérieure, prendre place à côté de celles de Schmerling, de Tournal, de M. Lartet, de M. de Vibraye, et des autres paléontologistes qui ont constaté précédemment des faits du même ordre.*” (MILNE-EDWARDS, 1863).

Eis como um rotundo erro científico, se veio a revelar, afinal, altamente favorável ao progresso dos conhecimentos da ciência nascente, pela motivação acrescida que conferiu aos investigadores, incitando-os a intensificarem as pesquisas de terreno e a publicação dos respectivos resultados.

Com efeito, pouco tempo volvido, a descoberta começou a levantar dúvidas por parte de eminentes geólogos. Charles Lyell, em adenda à sua obra *The Antiquity of Man*, publicada em 1863, no mesmo ano da identificação da mandíbula, que por tal razão nela não é referida, considerou, logo no ano seguinte, que não estavam reunidas todas as condições para atribuir autenticidade à mandíbula de Moulin-Quignon: “*Le doute*

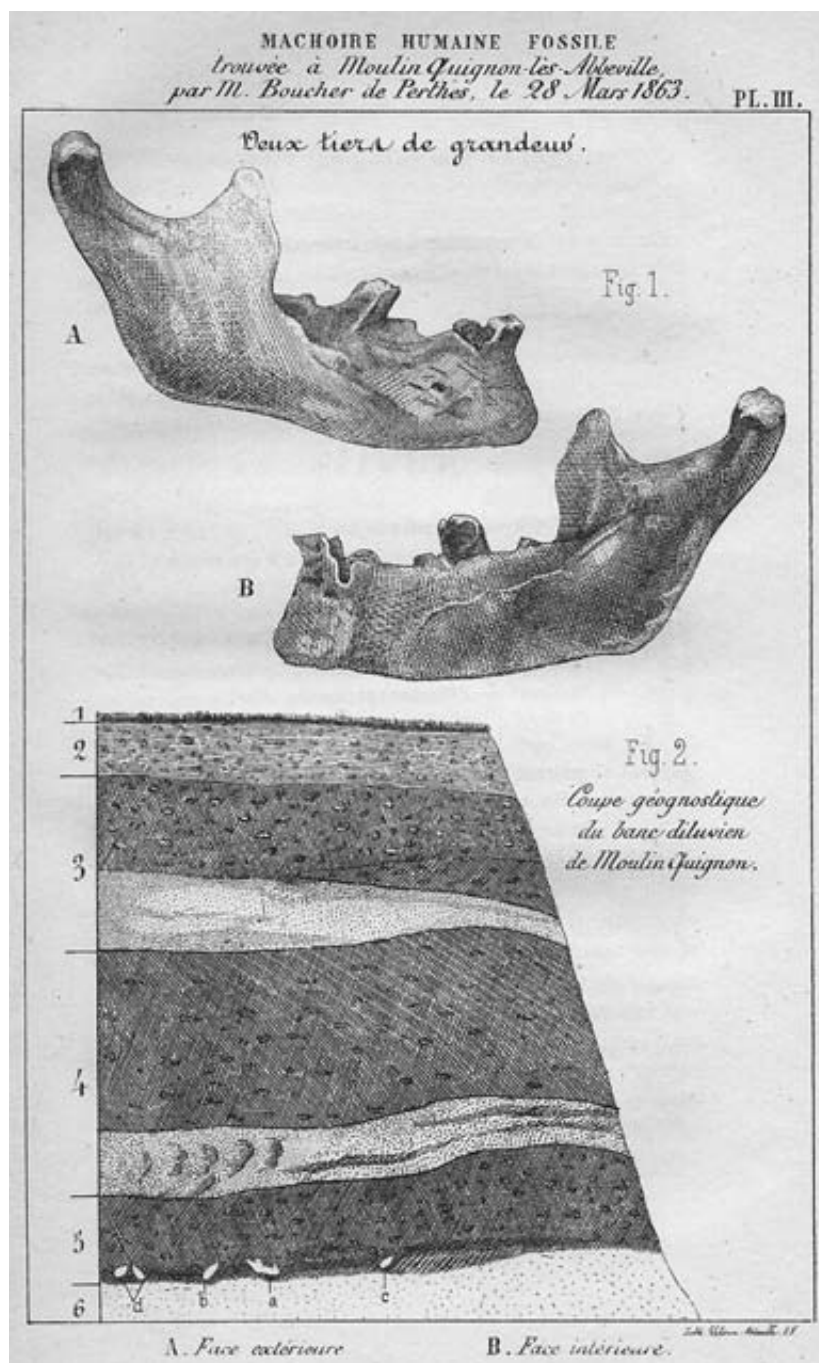


Fig. 12 - Corte de Moulin-Quignon, assinalando-se, na base do mesmo, o local onde supostamente jazia a mandíbula humana (PERTHES, 1864). Arquivo do Autor.

émis par plusieurs géologues anglais, qui ont visité Abbeville depuis que le véritable état du fossile en question a été discuté, me semble tout à fait naturel.” (LYELL, 1864, p. 19).

Talvez a polémica que se instalara em Inglaterra em finais de 1859, aquando da publicação da célebre obra de Charles Darwin atrás referida influenciasse de início os sábios ingleses: a opinião pública, em parte instigada pela Igreja Anglicana, constrangia a comunidade científica, e, apesar de aqueles depois se terem rendido às supostas evidências de terreno, tinham de início razão, nas dúvidas expressas na memorável reunião no Muséum de Paris, visto a mandíbula de Moulin-Quignon ser uma mistificação, da qual foi vítima, em primeira mão, Boucher de Perthes.

E, no entanto, a realidade arqueológica não se afigurava incompatível com a tradição bíblica, no concenente ao Dilúvio Universal. Como bem assinalou M. Farinha dos Santos (SANTOS, 1980, p. 254), “*O Dilúvio existiu, reflectindo, na memória colectiva, um grande acontecimento natural que ocorreu há milénios, a última glaciação e suas esmagadoras consequências [...]*.”

Logo no início do período pós-glaciário, que inaugurou nova época geológica, o Holocénico, cerca de 10 000 anos atrás, o contínuo aquecimento climático provocou nova subida do nível do mar, de cerca de 40 m em apenas 2000 anos, o qual, há cerca de 8000 anos, atingia a batimétrica -20 m (DIAS *et al.*, 1997), induzindo novas perturbações na vida das populações ribeirinhas, as quais se terão conservado na memória colectiva de algumas comunidades mais atingidas do oriente mediterrâneo, dando origem ao mito diluviano. Mais recentemente, o acontecimento que ficou conhecido por “evento 8.2 Ka” está associado a uma brusca entrada de milhões de metros cúbicos de água doce no Atlântico Norte, oriunda do lago Agassiz, na região dos Grandes Lagos da América do Norte, originando súbita subida do nível do mar, que, apanhando as populações ribeirinhas desprotegidas, poderá estar na origem da memória diluviana. O evento teve também consequências climáticas, originando período de frio sentido em todo o hemisfério norte.

Não se esqueça, por outro lado, que as preocupações de concatenar os progressos científicos com os dogmas da Igreja preocupou desde o início do século XIX vários membros das elites políticas liberais, e não apenas os teólogos. De entre os Portugueses daquela época que se interessaram pela discussão de tão sensível assunto, merece referência especial o Marechal-Duque de Saldanha, que, na sua obra *Concordancia das Sciencias Naturaes e principalmente da geologia com o Génesis*, publicada sucessivamente em Viena de Áustria (SALDANHA, 1845) e em Roma (SALDANHA, 1863), declarou (1845, p. 48): “*Mas a possibilidade de serem as regioens que o homem habitava submergidas não é uma idea nova de Cuvier, não é uma supposição gratuita; porque, se a sciencia prova evidentemente que muitas das regioens que os homens hoje habitam já foram mares, que os mares occupam agora terrenos que já foram habitados pelos homens é um facto provado pelas palavras de Moises, que clara e positivamente assim affirma no v. 3 c. 14 do Genesis: ‘Todos estes Reis se ajuntáram no Valle das Arvores, aonde agora é o Mar Salgado’.*”

Nesta obra, o autor admitiu a existência de uma Humanidade antediluviana, considerada à luz do texto sagrado.

Data também dessa época a afirmação da Arqueologia nos Países Nórdicos, onde os testemunhos de várias épocas se conservaram excelentemente nas turfeiras, exibindo características próprias, sem influências das culturas clássicas, uma vez que ali jamais chegaram Gregos ou Romanos. Foi, no entanto, no Norte Escandinavo, que o texto de Lucrécio, sobre a existência das três idades sucessivas na marcha da Humanidade: da Pedra; do Bronze; e do Ferro foi, pela primeira vez, cabalmente confirmado por Thomsen e estas depois subdivididas por Worsaae, tornando evidentes a qualidade e o avanço da arqueologia nórdica.

Por todo o lado, os nacionalismos encontravam-se então em plena formação. Não espanta que as descobertas arqueológicas, enquanto fornecedoras de argumentos científicos devidamente creditados por presti-

giados investigadores, também fossem utilizadas para os justificar, legitimando prioridades ou diferenças, sem esquecer que os primórdios da Humanidade a todas as nações cultas dizia respeito, sendo, assim, um contributo que estas deviam prestar para viverem em comunhão com as restantes.

3 - A SEGUNDA COMISSÃO GEOLÓGICA DE PORTUGAL E OS SEUS CONTRIBUTOS PARA O CONHECIMENTO DA ANTIGUIDADE DO HOMEM EM SOLO PORTUGUÊS

Em Portugal, o espírito que animava os pioneiros da Segunda Comissão Geológica, desde o momento da sua criação, em 1857, não diferia muito do vivido, pela mesma altura, pelos seus colegas além Pirenéus. Não ignoravam os progressos produzidos na Arqueologia além-fronteiras: disso é prova a abundante correspondência de âmbito arqueológico trocada com os seus pares (CARDOSO & MELO, 2001) e, ainda, a abundância de citações que pontua as suas obras, resultado de leituras que denotam a actualização dos seus conhecimentos.

Deste modo, os trabalhos de Carlos Ribeiro (1813-1882) (Fig. 13), Pereira da Costa (1809-1889) (Fig. 14) e Nery Delgado (1835-1908) (Fig. 15) vieram provar que, também em Portugal, à semelhança de outros países europeus onde os estudos pré-históricos tinham começado há mais tempo e se encontravam mais desenvolvidos, era possível alcançar o conhecimento de um passado humano muito para além dos documentos escritos,



Fig. 13 - Carlos Ribeiro (1813-1882).

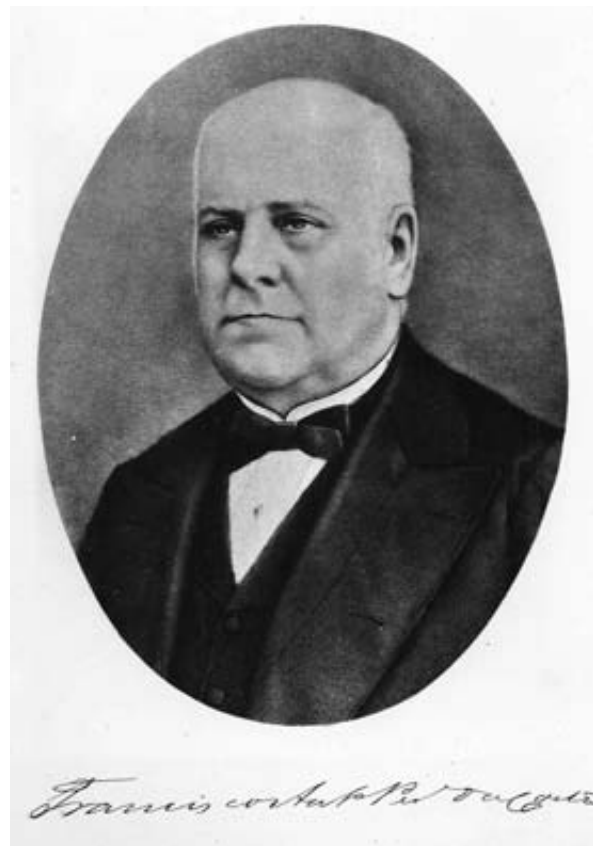


Fig. 14 - Francisco António Pereira da Costa (1809-1889).



Fig. 15 - Joaquim Filipe Nery Delgado (1835-1908).

ou da tradição oral, apoiado nos testemunhos materiais que nos chegaram, os quais eram então pela primeira vez retirados dos vastos arquivos das grutas e dos terrenos onde jaziam, e interpretados, tal como hoje, respectivamente, com base nos métodos estratigráfico e tipológico, nisso revelando notável modernidade.

Cabe, porém, a Nery Delgado, a autoria, em 1865, da primeira escavação arqueológica em uma gruta ocupada pelo homem pré-histórico, onde os testemunhos paleontológicos de espécies extintas aparentemente coexistiam com os arqueológicos. O rigor científico seguido por Nery Delgado, tanto na escavação como na monografia dedicada à referida gruta, designada da Casa da Moura (Óbidos), onde eram bem patentes as preocupações de sublinhar a antiguidade da presença humana ali documentada (Fig. 16) (DELGADO, 1867), ecoaram além-fronteiras. Logo no ano seguinte, os resultados apresentados na referida memória foram noticiados por Gabriel de Mortillet nos *Matériaux pour l'Histoire de l'Homme*, evidenciando a rápida difusão da publicação portuguesa pelos centros científicos mais relevantes da época (MORTILLET, 1868 a). É interessante sublinhar que o achado de um crânio humano, reproduzido por Nery Delgado (Fig. 17) (DELGADO, 1867, Pl. 1), foi devidamente valorizado pelo ilustre arqueólogo francês, sublinhando, a partir das informações de Nery Delgado que “*pourrait bien être plus ancien et appartenir à l' assise inférieure.*” (MORTILLET, 1868 a,

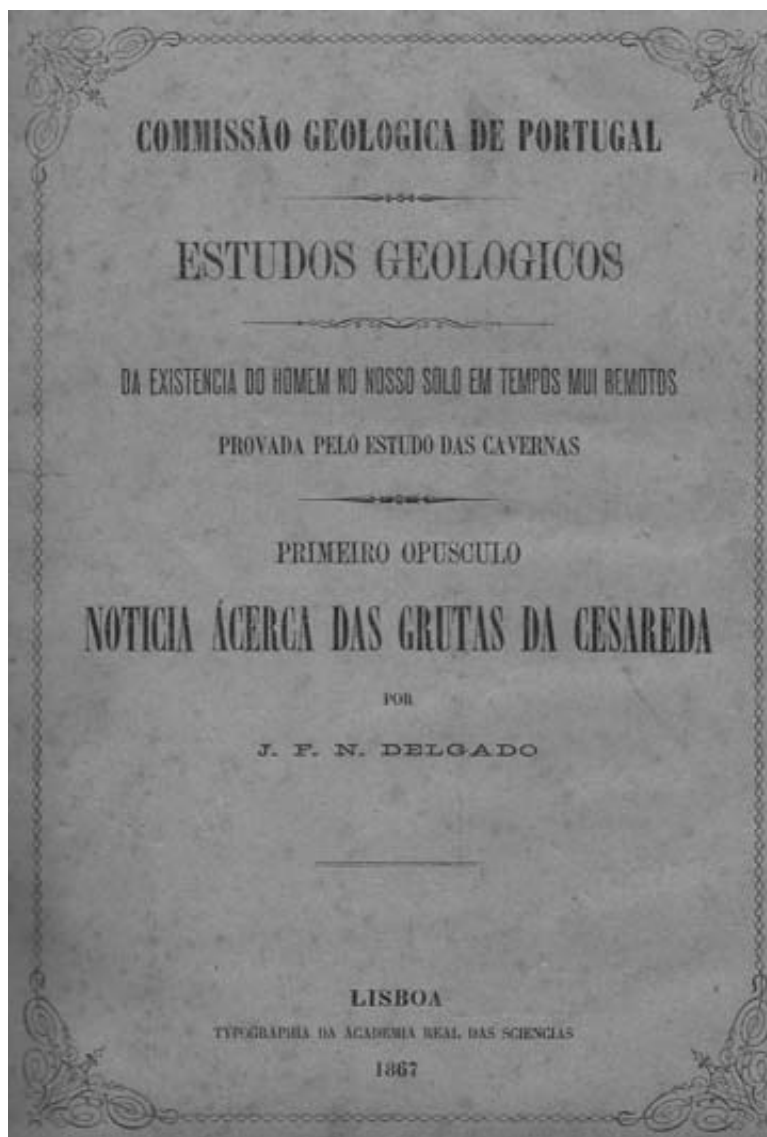


Fig. 16 – Capa da brochura da memória dedicada à gruta da Casa da Moura, na qual se patenteia, pelo título da obra, a preocupação com a demonstração da antiguidade da presença humana no território português (DELGADO, 1867). Arquivo do Autor.

p. 59). Com efeito, caso essa situação se confirmasse, como defendeu João Zilhão, tratar-se-ia do mais antigo testemunho do Paleolítico Superior conhecido, retirando a prioridade ao Homem de Cro-Magnon, publicado apenas no ano seguinte ao do exemplar português (ZILHÃO, 1991, p. 114). Tal crânio encontra-se hoje desaparecido, dele apenas sobrevivendo um molde em gesso, realizado por Pereira da Costa para representar a Comissão Geológica na Exposição Universal de Paris de 1867, pelo que nenhuma confirmação da sua antiguidade será possível. Mercê da publicidade dada logo a esta descoberta, foi a mesma foi noticiada em obras de síntese por essa época publicadas. É o caso de W. Boyd Dawkins, na sua bem conhecida obra, *Cave Hunting, Researches on the Evidence of Caves Respecting the Early Inhabitants of Europe*, publicada Londres em 1874, onde apresenta uma desenvolvida referência não só a esta descoberta, mas aos trabalhos efectuados na gruta e principais resultados obtidos (DAWKINS, 1874).

A monografia arqueológica dedicada à Casa da Moura (DELGADO, 1867), publicada apenas um ano depois de finalizada a primeira série de intervenções ali efectuadas em 1865 e 1866, conforme mostram as datas das etiquetas apostas a algumas peças do espólio ainda hoje conservado no Museu do LNEG (Fig. 18), desde logo evidencia a principal preocupação do autor, aliás em sintonia com uma das questões científicas mais candentes, a que já se fez referência: a demonstração cabal da antiguidade da espécie humana, através de critérios geológicos e paleontológicos. Como acima se referiu, o próprio título: *Da existencia do Homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelo estudo das cavernas – primeiro opusculo, Noticia acerca das grutas da Cesareda*, é bem expressivo de tal preocupação, em total sintonia com o espírito dos seus colegas que, por toda a Europa, procuravam coligir provas daquela antiguidade. Nesta obra, é notório

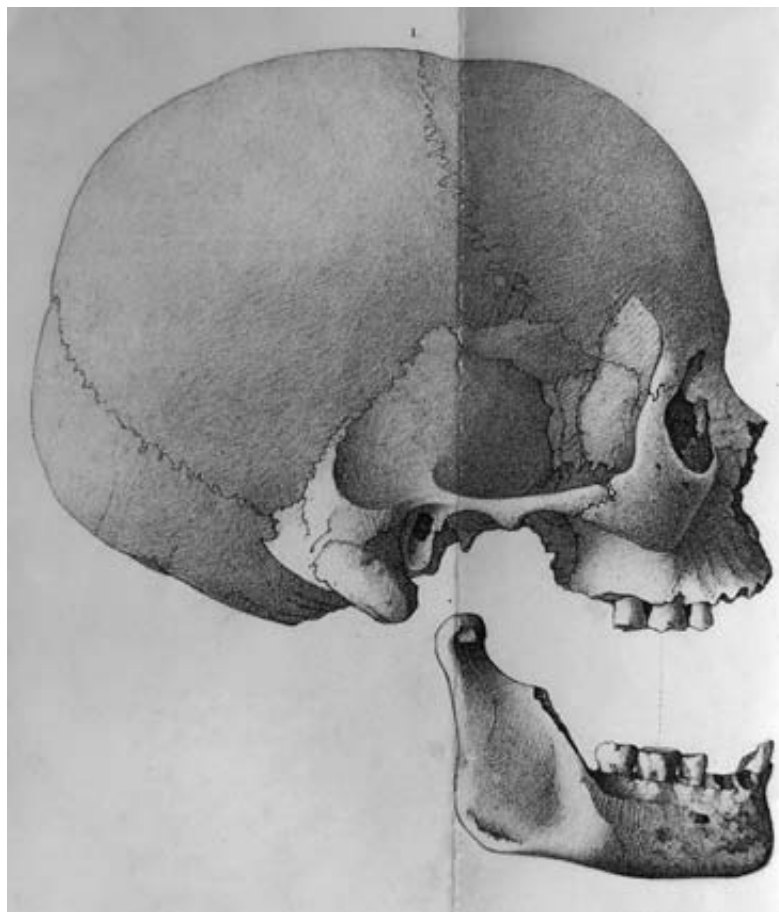


Fig. 17 – Crânio humano supostamente paleolítico proveniente da gruta da Casa da Moura (DELGADO, 1867).

o cuidado dispensado à própria exploração, decapando os depósitos, camada por camada, prática a que não era estranha a sua formação geológica, como acontecia com a maioria dos pré-historiadores europeus da sua época: *“Levantando o entulho, uma camada após outra, fácil nos foi recolher todos estes objectos, sabendo-se sempre a altura a que tinham sido achados n’um ou n’outro ponto da gruta.”* (DELGADO, 1867, p. 46).

Outra evidência da qualidade científica de Nery Delgado é a sua intervenção na gruta da Furninha (Peniche), cuja exploração inicial, tal como a da Casa da Moura, remonta a 1865, conforme a data das etiquetas coladas a alguns dos exemplares então recuperados (Fig. 19). A técnica de escavação ali adoptada, nas escavações que subsequentemente ali foram dirigidas por Nery Delgado em 1879 e 1880, ainda hoje se pode considerar modelar. Tal conclusão é, com efeito, apoiada pela forma como as peças se encontram individualmente etiquetadas, com menção das respectivas camadas e profundidades de colheita. Tal realidade é sublinhada, no caso da gruta da Casa da Moura, cujas etiquetas das peças mostram ter sido o espaço escavado previamente dividido por quadrícula, em relação à qual aquelas foram referenciadas. Desta forma, foi Nery Delgado o primeiro a registar, a nível mundial, a referenciação tridimensional dos achados, décadas antes de o método ter sido aplicado por Mortimer Wheeler.

Com efeito, a importância internacional granjeada pelas investigações arqueológicas desenvolvidas pela Segunda Comissão Geológica de Portugal encontra-se bem evidenciada pela correspondência mantida pelos

seus dirigentes com os mais importantes investigadores da época, a qual se estendia, frequentemente, à troca de espécimes arqueológicos entre as diversas instituições. Foi essa prática, então comum, que justificou o envio a John Evans, eminente arqueólogo inglês, de uma colecção de objectos pré-históricos portugueses (CARDOSO & MELO, 2001, carta n.º 8), entre os quais alguns da Casa da Moura. Essas peças ainda hoje se encontram conservadas no Ashmolean Museum, em Oxford.

No ano de 1863, efectuaram-se as primeiras identificações de estações pré-históricas de ar livre, os concheiros mesolíticos das ribeiras de Magos e de Muge (concelho de Salvaterra de Magos), afluentes da margem esquerda do rio Tejo, por iniciativa de Carlos Ribeiro, seu descobridor, inaugurando os trabalhos ali efectuados (CARDOSO & ROLÃO, 1999-2000; CARDOSO, 2015), os quais foram prosseguidos até à actualidade, tornando aquelas estações no mais notável núcleo do Mesolítico europeu.

Logo em 1864 Carlos Ribeiro mandou realizar ali a primeira escavação arqueológica, que na verdade foi a primeira que, com método científico foi efectuada em Portugal (Fig. 20), escolhendo para tal efeito o concheiro do Cabeço da Arruda, tendo os resultados daqueles trabalhos sido publicados por F. Pereira da Costa (COSTA, 1865), beneficiando das informações que lhe foram fornecidas pelo seu colega da Comissão Geológica. No título da publicação, *Da existencia do Homem em epochas remotas no valle do Tejo – primeiro opusculo. Noticia sobre os*

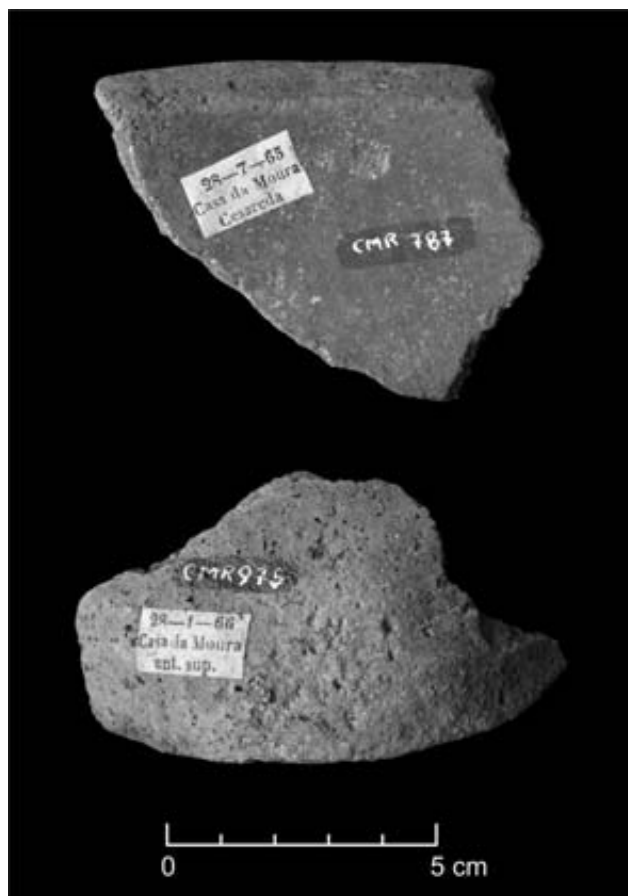


Fig. 18 – Etiquetas apostas em fragmentos cerâmicos conservados no Museu Geológico do LNEG, comprovativas da exploração da gruta da Casa da Moura nos anos de 1865 e 1866, correspondentes à primeira fase dos trabalhos ali dirigidos por Nery Delgado (foto do Autor).

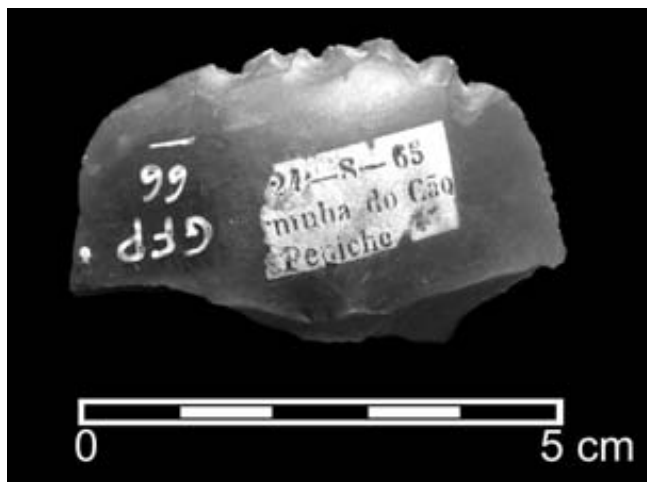


Fig. 19 – Etiqueta aposta em artefacto paleolítico da gruta da Furninha conservado no Museu Geológico, comprovativa da sua exploração em 1865, correspondente à primeira fase dos trabalhos ali dirigidos por Nery Delgado (foto do Autor).

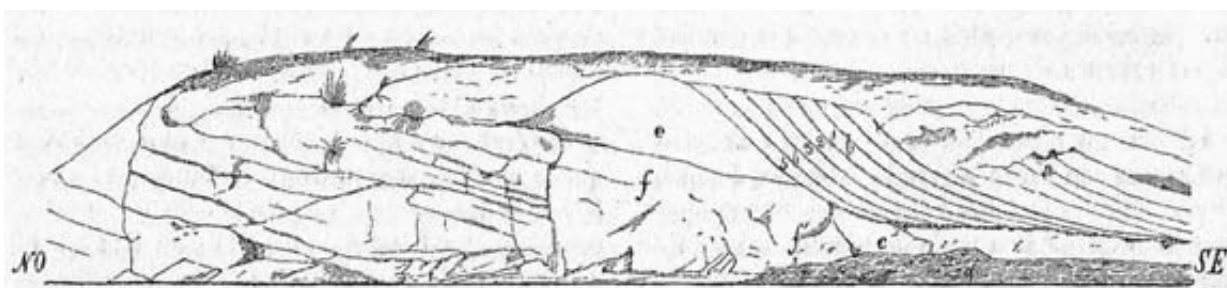


Fig. 20 – Estratigrafia do concheiro do Cabeço da Arruda, publicada por Pereira da Costa (COSTA. 1865, Fig. 2), mas registada de facto por Carlos Ribeiro.

esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda (Fig. 21), era já patente a preocupação da demonstração da antiguidade do povoamento humano do território hoje português. Pereira da Costa mostra pleno domínio do objecto do seu estudo, estando bem informado dos progressos efectuados além-fronteiras neste tipo de depósitos, confirmando a alta valia científica do seu trabalho.

A monografia dedicada ao concheiro mesolítico do Cabeço da Arruda, corresponde, pois, à primeira obra de carácter científico relativa a uma estação pré-histórica portuguesa (1865).

Tendo sido nomeado membro correspondente do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, realizado em Paris em Agosto de 1867, Pereira da Costa enviou uma Memória ao Congresso, intitulada *Monuments mégalithiques du Portugal*. A Memória abordou, no entanto, temática muito mais abrangente, distribuída por seis questões principais; a relativa aos dólmenes correspondia à mais desenvolvida de todas, apresentando-se o inventário de trinta e nove monumentos distribuídos por todo o país (MORTILLET, 1868 d, p. 181 e segs.). As outras questões apresentadas, em plena sintonia com as temáticas mais importantes discutidas na referida reunião, foram as seguintes:

- 1.^a – Traces les plus anciennes de l'existence humaine;
- 2.^a – Habitation des cavernes, etc., etc.;
- 3.^a – Monuments mégalithiques;
- 4.^a – Apparition du bronze;
- 5.^a – Époque du fer;
- 6.^a – Races humaines préhistoriques.

Os comentários, ainda que muito sintetizados, correspondem à primeira síntese sobre as evidências dos tempos pré-históricos no território português, ao nível do melhor que então se fazia além-Pirenéus, já que a qualidade e a diversidade da investigação então produzida em Portugal não era acompanhada pela efectuada em Espanha, na década de 1860. À apresentação oral desta Memória, a qual foi ilustrada por moldes em gesso expressamente preparados em Lisboa para o efeito – como o crânio da casa da Moura, antes referido – seguiu-se a sua publicação no volume das actas, sob a forma de notícia, por Gabriel de Mortillet (MORTILLET, 1868 b, c).

Embora tenha resultado em boa parte de trabalhos de campo realizados por outros membros da Comissão Geológica, designadamente Carlos Ribeiro e Nery Delgado, a par de outros, como Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral, é inegável a capacidade de Pereira da Costa para compilar informação e apresentar um discurso original e sustentado cientificamente.

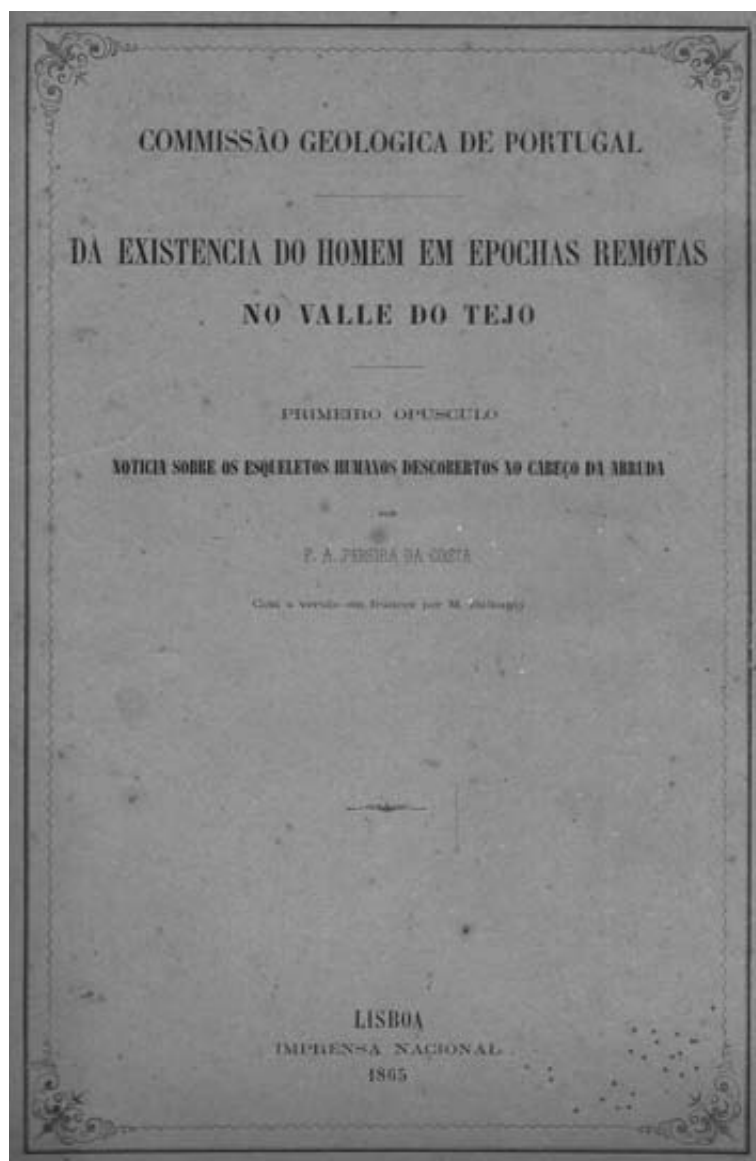


Fig. 21 – Capa da brochura da memória dedicada ao concheiro do Cabeço da Arruda, na qual se verifica a preocupação de sublinhar a assinalável antiguidade dos restos humanos ali encontrados (COSTA, 1865). Arquivo do Autor.

Em 1868, o mesmo autor dá à estampa monografia sobre esta temática, onde publica conjunto de elementos por si coligidos em 1867, os quais são discutidos com outras informações, que bem evidenciam a actualização dos conhecimentos do seu autor (COSTA, 1868). Esta obra constitui a primeira tentativa sistemática de registo e caracterização de monumentos dolménicos no território português e uma das mais precoces efectuadas na Europa. Declarou então Pereira da Costa: “[...] *desejoso de dar ao congresso uma noticia sobre estes monumentos do nosso paiz, fiz uma digressão, em que empreguei apenas treze dias, e fui ver e explorar as Antas, que ainda hoje se acham em melhor ou peor estado no concelho de Castello de Vide, na provincia do Alemtêjo.*” (COSTA, 1868, p. VII). Desta missão resultou lista de treze antas, das quais visitou oito e promoveu a escavação de quatro, ainda que com fracos resultados. Além daqueles dados, coligiu ainda informações de outros cinquenta sepul-

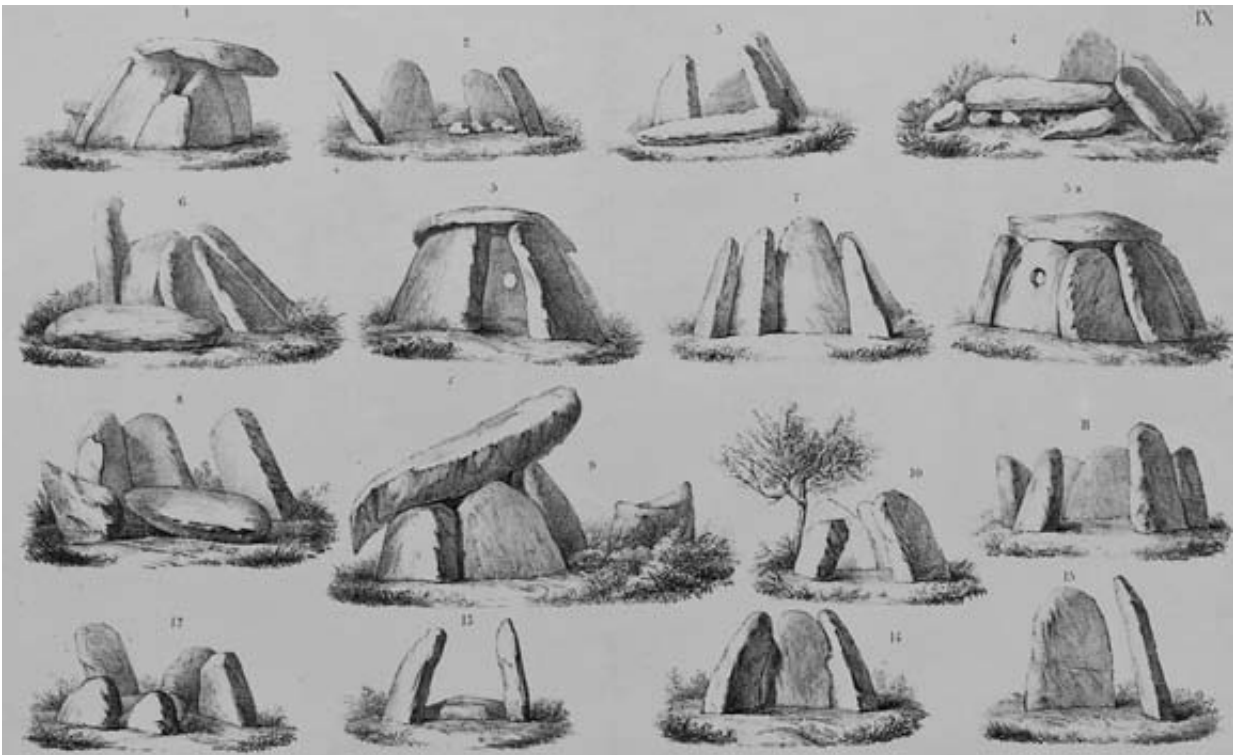


Fig. 22 – Gravura de dólmenes portugueses, integrando conjunto de dez folhas litografadas executado por iniciativa de Pereira da Costa no âmbito da Comissão Geológica de Portugal, extinta em Fevereiro de 1868, até ao presente inédito. Arquivo do Autor.

culos megalíticos, baseando-se noutros autores, aparentemente, sem a sua confirmação *in loco*. Daí a importância do seu desafio: “*Oxalá que este fraco começo disperte nas pessoas que se acharem em condições oportunas para ampliar os conhecimentos a este respeito, o desejo de fazerem conhecidos a existencia, e o estado d’estes monumentos, que apesar da devastação a que teem estado sujeitos, ainda abundam em algumas das nossas provincias, principalmente no Alemtejo e nas Beiras. Só depois de bem conhecida a distribuição d’estes monumentos no nosso paiz, é que se poderá conhecer a marcha que n’elle executou o povo que os construiu.*” (COSTA, 1868, p. VIII).

Esta memória mereceu análise e divulgação além-fronteiras; com efeito, logo no mesmo ano, Gabriel de Mortillet apresenta notícia da mesma nos seus *Matériaux pour l’Histoire de l’Homme* reproduzindo o inventário dos dólmenes identificados em Portugal segundo a lista apresentada por Pereira da Costa (MORTILLET, 1868 b).

Foi pena que o diferendo que se estabeleceu nessa altura entre os dois membros-directores da Comissão Geológica, ele próprio e Carlos Ribeiro (CARDOSO, 2015), tivesse, a curto prazo, ditado, a 1 de Fevereiro de 1868, o fim da instituição (CARDOSO, 2013 a; CARNEIRO, MOTA & LEITÃO, 2013) e, com ele, o da intensa investigação que Francisco Pereira da Costa nela vinha desenvolvendo. Com efeito, a dissensão já teria antecedentes, que explicam a suspensão da execução dos trabalhos tipográficos de um álbum ilustrado por litografias coloridas de exemplares pré-históricos coligidos pela Comissão Geológica, o qual se destinava a apresentação na Exposição Universal de Paris de 1867. É o próprio Pereira da Costa que o declara (COSTA, 1868 b, p. V). Esse conjunto de estampas, foi, entretanto publicado (CARREIRA & CARDOSO, 1996), permanecendo ainda inédito um bellissimo conjunto de dez litografias representado dolmenes, e outros artefactos neles recuperados (Fig. 22), cuja localização no terreno, salvo excepções, se desconhece.

Finda assim, de forma abrupta, a actividade arqueológica de Pereira da Costa, no domínio do megalitismo, tendo tal lugar sido preenchido por Carlos Ribeiro.

O interesse de Carlos Ribeiro pelo estudo dos dólmenes da região de Belas remonta à década de 1870, tendo publicado em 1880 os resultados das escavações por si conduzidas (RIBEIRO, 1880), antecedidos por comunicação apresentada à Secção de Antropologia da Associação Francesa para o Progresso das Ciências, reunida em 1878 em Paris, intitulada *Dolmens et grottes sépulcrales du Portugal* (RIBEIRO, 1878 a). Nela dá notícia do início das escavações dos monumentos da região de Belas: “*A présent on a commencé des fouilles dans le groupe de Bellas, à 15 kilomètres N.-O. de Lisbonne; un dolmen est sans galerie au lieu dit Pedra dos Mouros, trois sont avec galerie, à Monte Abrao, à Estria, à Agualva.*” Tal notícia encontra-se ilustrada por duas estampas, uma delas alusiva aos dólmenes de Carrascal/Agualva e de Monte Abraão (Fig. 23), outra aos objectos neles encontrados.

As antas referidas somam-se a outras, também identificadas no decurso dos reconhecimentos geológicos então efectuados na região de Lisboa, como as de Pedras Grandes, Alto da Toupeira 1, Batalhas, Casal do Penedo e Carcavelos. Também a publicação das quatro grutas artificiais do Casal do Pardo, exploradas pelo colector António Mendes em 1876, tinha sido planeada por Carlos Ribeiro, mas não foi concretizada, ao contrário da publicação da gruta artificial da Folha das Barradas, na Granja do Marquês, publicada em 1880, tal como o *tholos* do Monge, situado na serra de Sintra (RIBEIRO, 1880).

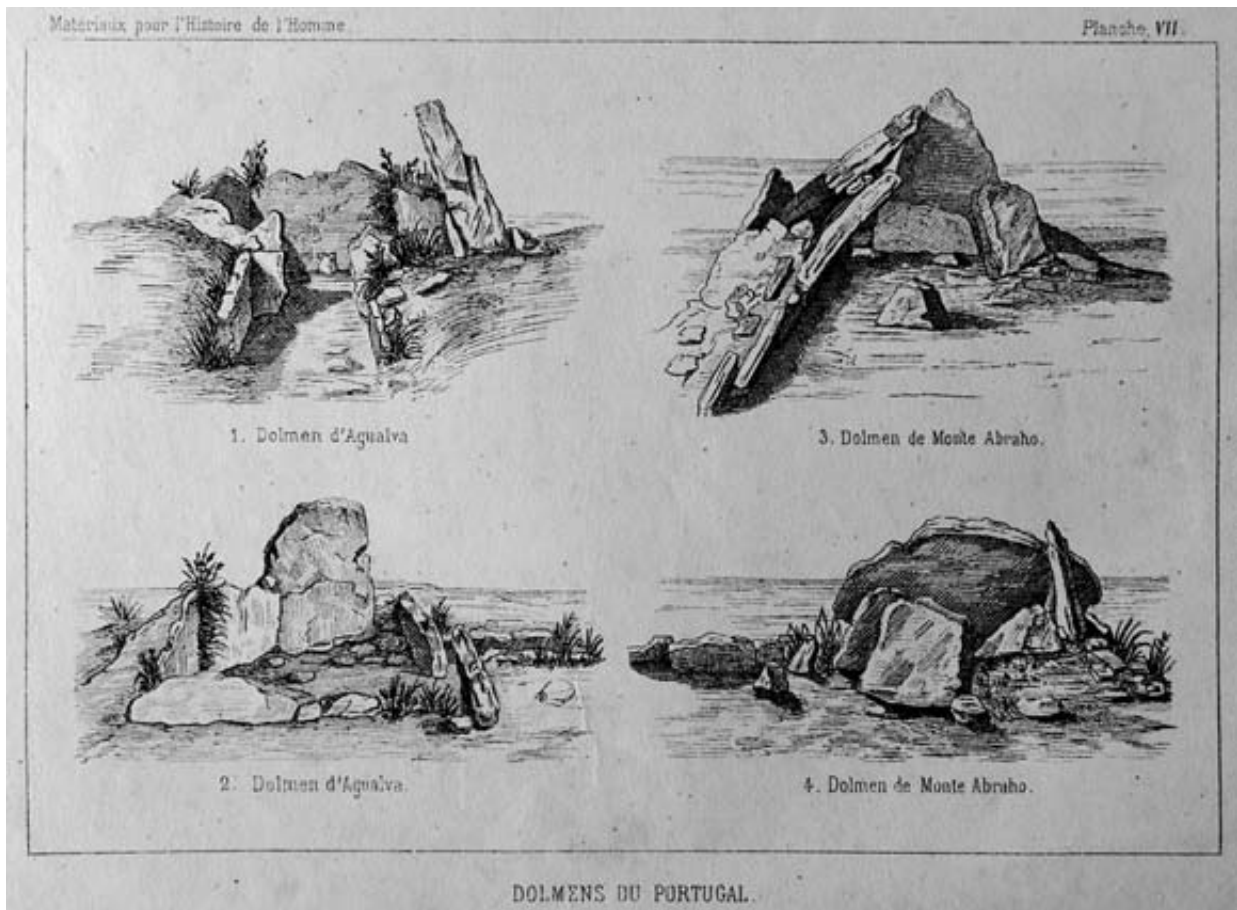


Fig. 23 – Dólmenes portugueses, reproduzidos na revista internacional *Matériaux pour l'Histoire Primitive de l'Homme* (RIBEIRO, 1878 a). Arquivo do Autor.

A par destas estações, foram exploradas no final da década de 1870 as grutas naturais da Cova da Raposa/ Cova Grande¹ e Cova do Biguino, na região de Olelas (Sintra), só publicadas muito mais tarde e de forma genérica (NOGUEIRA, 1931), do Moinho da Moura (associada ao povoado de Leceia) (RIBEIRO, 1878 b), da Ponte da Laje, Oeiras (CARDOSO, 2013 b), e das grutas de Porto Covo e do Poço Velho, Cascais (GONÇALVES, 2008 a, 2008 b).

Enfim, a identificação do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras), e a sua ulterior exploração sumária, já que Carlos Ribeiro se limitou à recolha de objectos dispersos à superfície do solo, corresponde a um novo passo no conhecimento do homem pré-histórico no território português, já que constituía, então, o único sítio de carácter habitacional de época neolítica conhecido em Portugal, publicado sob a forma de uma bem documentada memória (Fig. 24) (RIBEIRO, 1878 b).

Plenamente comprovada na Europa a antiguidade quaternária (ou antediluviana) da espécie humana na década de 1860, importava ir ainda mais longe na busca das origens da Humanidade. É nessa preocupação, comum a investigadores diversos da Europa Ocidental, que se devem inscrever as investigações de Carlos Ribeiro sobre o “Homem terciário português”. Com efeito, Carlos Ribeiro contava-se entre os poucos pré-historiadores de então que tinham contribuído, com achados efectivos, para a discussão do Homem Terciário, que se tinha instalado na Europa da segunda metade do século XIX. Remonta a 1866 a primeira publicação sobre os depósitos quaternários das bacias cenozóicas do Tejo e do Sado (RIBEIRO, 1866). A importância destas investigações, associando as minuciosas observações de terreno a uma cartografia geológica de qualidade, levaram De Verneuil, então Presidente da Sociedade Geológica de França a convidar Carlos Ribeiro a apresentar comunicação àquela Sociedade, a qual se realizou no dia 17 de Junho de 1867 (RIBEIRO, 1867). Mas a inclusão no Quaternário de espessas séries de depósitos, que atingiam cerca de 400 m de potência, para além das assinaláveis deformações neles evidenciadas, estando alguns deles deslocados até à vertical, levou o referido geólogo, em carta pouco depois remetida a Carlos Ribeiro, a duvidar

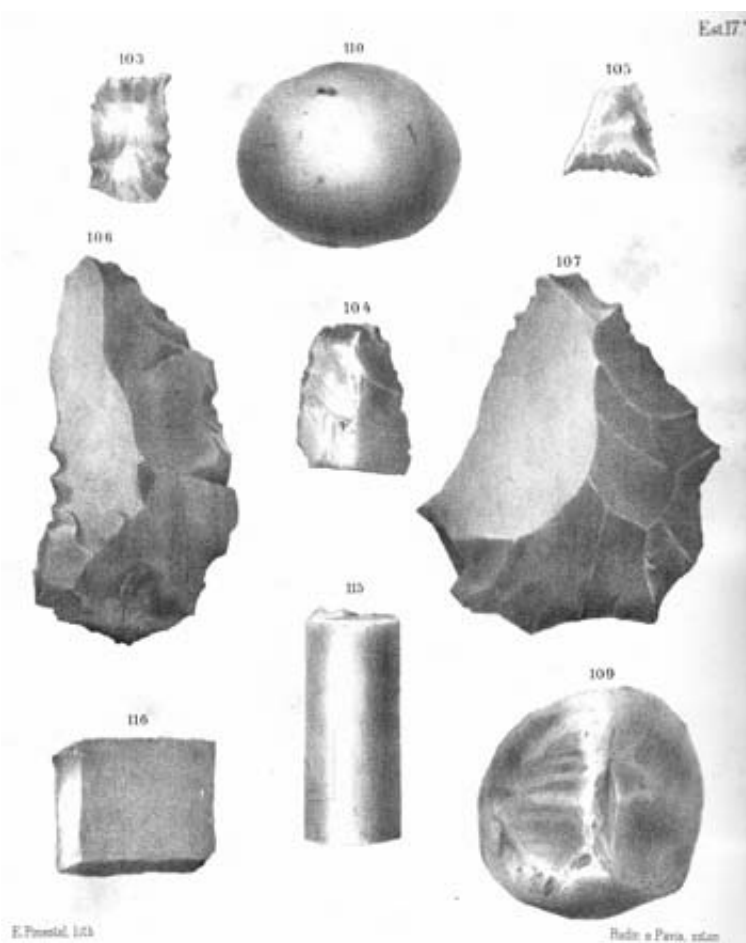


Fig. 24 – Materiais arqueológicos recolhidos á superfície no povoado pré-histórico de Leceia, o primeiro sítio neolítico de carácter habitacional identificado no território português (RIBEIRO, 1878 b, Est. 17). Arquivo do Autor.

¹No estudo que se espera dar à estampa em breve, concluiu-se que as grutas de Cova da Raposa e Cova Grande serão uma mesma realidade.

daquela classificação. Compreende-se que Carlos Ribeiro, com base nos critérios vigentes, tenha classificado como quaternárias a totalidade daquelas formações, dado que, nas assentadas mais antigas das mesmas, recolheu artefactos supostamente talhados pelo Homem.

A incorporação no Quaternário da totalidade dos depósitos que faziam parte do seu Grupo Inferior, Médio e Superior, manteve-a Carlos Ribeiro até aos finais da década de 1860. Data dessa altura a redacção de um manuscrito, no qual defendia minuciosamente a cronologia proposta, só recentemente publicado (CARDOSO, 2013 a). Só quando tomou pleno conhecimento da possibilidade de, já no Terciário, ter existido um ser inteligente autor dos exemplares que ele admitia serem intencionalmente talhados, é que mudou de posição.

Com efeito, Carlos Ribeiro, em memória publicada em 1871, onde retoma muitas das observações contidas no manuscrito que não chegou a dar à estampa, incluiu, pela primeira vez, os terrenos do Grupo Inferior e do Grupo Médio no Terciário (Miocénico e Pliocénico, respectivamente), reservando ao Quaternário apenas os do Grupo Superior, declarando a tal propósito o seguinte: *“Hoje acabaram para nós todas as hesitações e dúvidas, que se tinham levantado no nosso espirito, nascidas unicamente da idéa preconcebida – que a espécie humana não tinha precedido na serie dos tempos geológicos o período diluvial ou quaternário –; e assim devia acontecer, depois dos estudos que ultimamente fizemos.”* (RIBEIRO, 1871, p. 53).

Admite-se que a mudança de paradigma tenha resultado, não de novas observações de terreno, mas simplesmente de um amadurecimento das ideias por via de leituras entretanto efectuadas. Com efeito, o aparecimento de materiais por si considerados intencionalmente lascados nos depósitos do Grupo Inferior (Fig. 25) deixou de constituir impedimento, a partir da segunda metade da década de 1860, para que eles não pudessem ser terciários: por toda a Europa, comprovada a antiguidade do Homem quaternário, procuravam-se afanosamente vestígios de uma humanidade muito mais antiga, remontando ao Terciário. E as leituras de obras dedicadas à questão, citadas exaustivamente no seu estudo de 1871, como o estudo do Abade Bourgeois sobre os sílex lascados da base do calcário de Beauce, apresentado em 1867 (RIBEIRO, 1871, p. 47), acabaram por

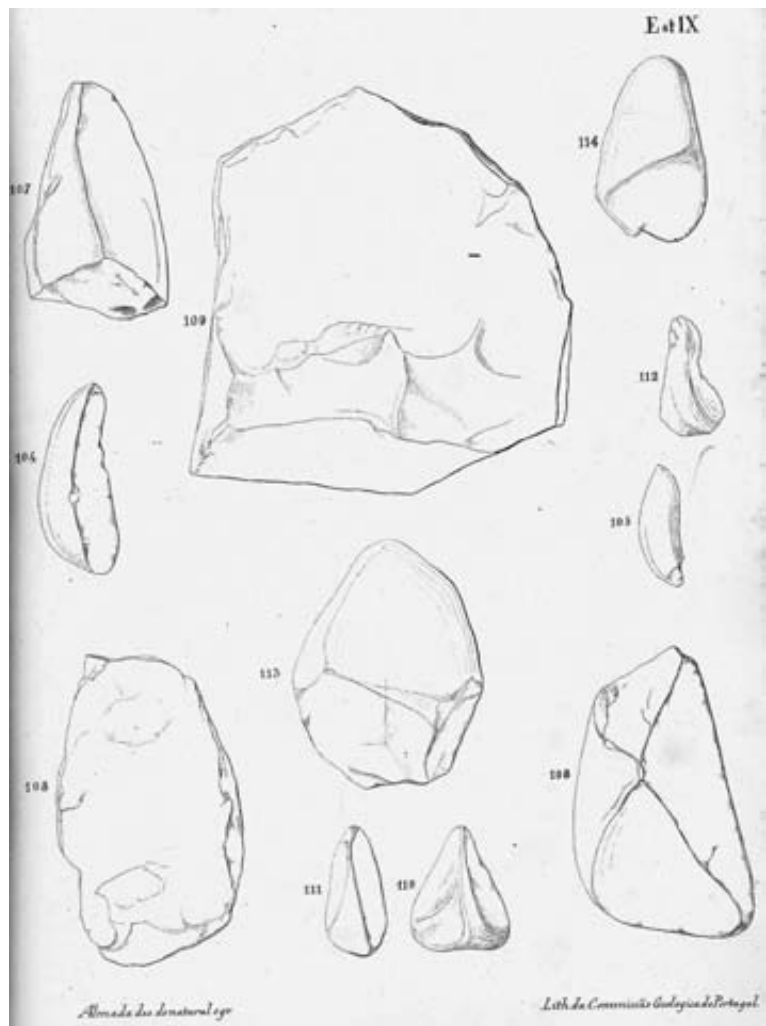
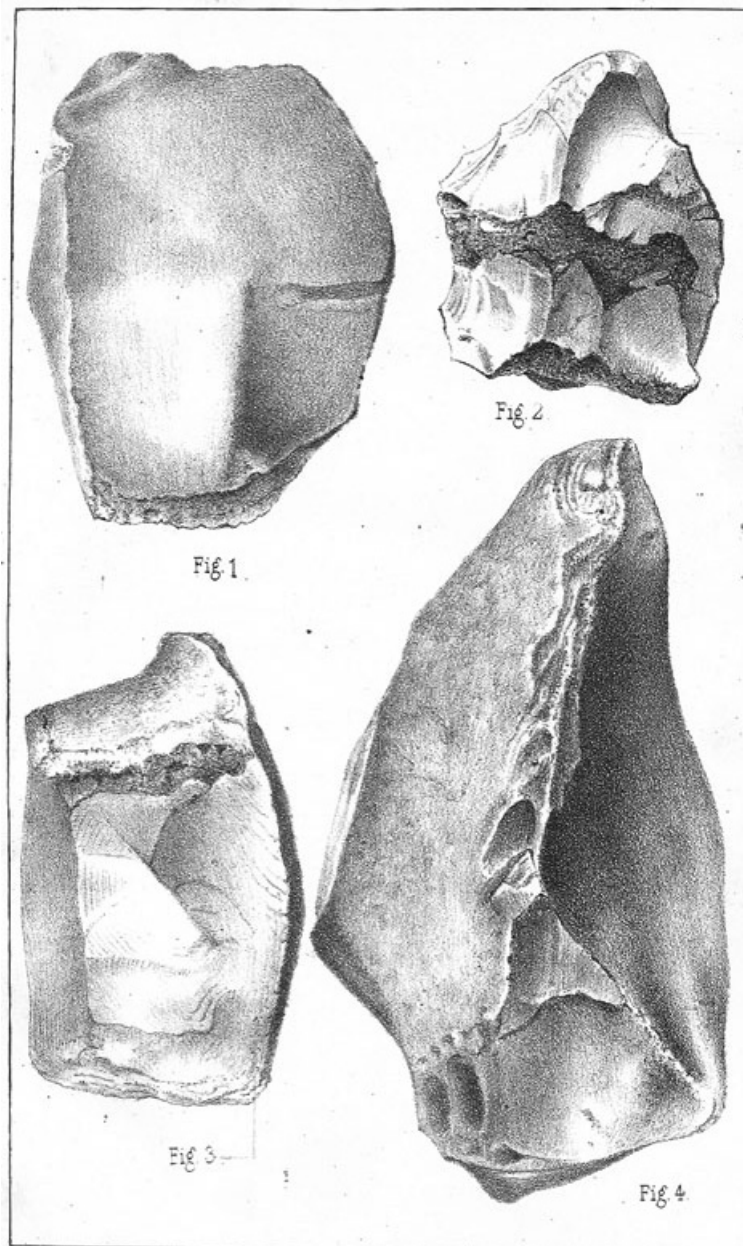


Fig. 25 – Materiais supostamente talhados intencionalmente provenientes dos depósitos terciários da bacia do Tejo (RIBEIRO, 1871, Est. IX). Arquivo do Autor.

dissipar no espírito do nosso geólogo as derradeiras dúvidas sobre a verdadeira idade das camadas dos seus Grupos Inferior e Médio.

Mas, mesmo antes, quando ainda admitia que tais camadas pudessem apenas remontar aos primeiros tempos do Quaternário, não deixava de exprimir o seu entusiasmo sobre a antiguidade da presença humana nestas regiões, como se pode ler noutra passagem do manuscrito (2.º Caderno) (in CARDOSO, 2013 a): “É realmente admirável extrahir um silex ou um quartzite do seio d’uma camada que tem por cima, assentadas de outras camadas com 50, 100 e 200 metros de espessura em cujas peças se reconhece que antes de ali se sepultarem já tinham passado pela mão do homem! Citaremos para exemplo: 1.º um silex trabalhado extrahido por nós de uma camada de grés com pasta calcarea das visinhanças d’Alenquer e ao Norte desta villa, cuja camada vai metter por (baixo) da assentada de camadas de calcareo mais antiga do grupo. 2.º uma faca de silex por nós também extrahida de uma camada de grés vermelho que afflora ao Sul e proximo da ponte d’Otta e pertencente à primeira assentada arenosa que cobre aquellas camadas de calcareos; 3.º diversas peças de silex trabalhadas e colligidas tanto por nós como pelos Collectores da Comissão Geologica nas assentadas arenosas mais inferiores entre Rio Maior e Malaqueijo no Caminho de Santarem; 4.º quartzites trabalhadas e nucleos da mesma rocha que servio para extrahir aquellas peças encontradas por nós em muitas diversas camadas que affloram na trincheira do Caminho de ferro entre as estações d’Abrantes e do Crato.”

Estas conclusões mereciam divulgação internacional, potenciada pela projecção do seu autor. Uma selecção dos melhores destes exemplares foi por ele apresentada na Sexta Sessão do Congresso Internacional de



SILEX TERTIAIRES DU PORTUGAL

(Mémoire de M. RIBEIRO) (grandeur naturelle).

Fig. 26 - Materiais supostamente tallados intencionalmente provenientes dos depósitos terciários da bacia do Tejo (RIBEIRO, 1873, Pl. 5). Arquivo do Autor.

Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, reunida em 1871 em Bruxelas, logo no ano seguinte ao da publicação portuguesa (RIBEIRO, 1873) (Fig. 26). Os resultados foram, no entanto, recebidos globalmente com cepticismo, levantando-se dúvidas, ou sobre a autenticidade das peças apresentadas, ou, cumulativamente, sobre a idade dos próprios terrenos onde jaziam, que, para alguns congressistas, poderiam ser mais recentes do que julgava Carlos Ribeiro. O esclarecimento desta questão motivou outra intervenção, no mesmo congresso, igualmente publicada nas Actas. Não desanimou, porém, o nosso geólogo. Por ocasião da Exposição de Ciências Antropológicas de Paris, realizada no âmbito do respectivo Congresso Internacional de 1878, Carlos Ribeiro levou consigo 95 exemplares que então ali foram expostos. Deste conjunto, Cartailhac, separou vinte e dois, nos quais admitiu vestígios irrefutáveis de trabalho humano, reproduzindo oito deles em 1879 (CARTAILHAC, 1879) (Fig. 27). Também em 1885, na segunda edição do seu manual de Arqueologia Pré-Histórica, de larga difusão internacional, *Le Préhistorique*, Gabriel de Mortillet referiu que, já em 1878 tinha considerado os mesmos artefactos como possuindo vestígios de trabalho intencional (MORTILLET, 1885, p. 99, nota 1). Começava, pois, a dar frutos, a persistência de Carlos Ribeiro: era o próprio que, a tal respeito, declarava, em 1871, o seguinte: “A indiferença, e mais ainda a opposição que, no animo da maior parte das

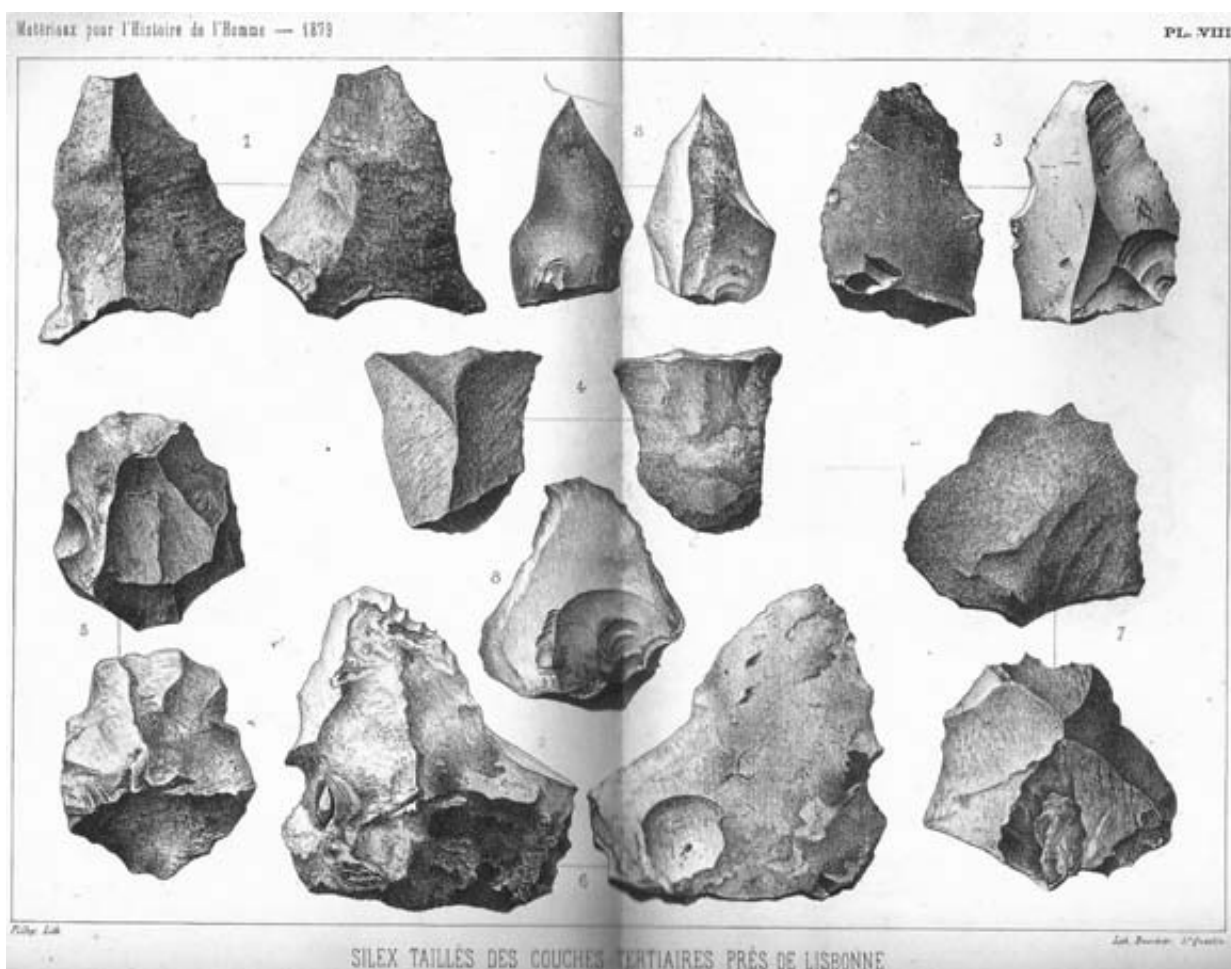


Fig. 27 – Materiais supostamente talhados intencionalmente provenientes dos depósitos terciários da bacia do Tejo, misturados com outros verdadeiramente trabalhados, recolhidos em retalhos de terraços quaternários que não foram diferenciados dos anteriores (CARTAILHAC, 1879, Pl. VIII). Arquivo do Autor.



Fig. 28 – Sessão inaugural da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, realizado na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa em Setembro de 1880 (revista *Occidente*, de 15 de Outubro de 1880).

“pessoas dedicadas ao estudo das sciencias e de litteratura, encontraram as descobertas relativas ao homem primitivo ou ante-diluviano, tiveram diversas causas entre as quais podemos mencionar: a duvida que se manifesta sempre em receber factos e descobertas novas, quando se não harmonizam ou estão em desaccordo com as idéas geralmente recebidas; os preconceitos e o fanatismo cego que muitos homens teem pelas theorias, preferindo antes morrer abraçados a ellas do que prestar homenagem à evidencia dos factos e à verdade; e por fim a pouca vontade do maior numero em trocar os gozos e confortos domesticos pelos incommodos inevitaveis das viagens e explorações, quando teem um fim puramente scientifico.” (RIBEIRO, 1871, p. 33).

A predisposição da comunidade científica para a discussão mais pormenorizada desta questão tinha sido, no entanto, conseguida, reunindo-se as condições para se efectivar em Lisboa, em 1880, a Nona Sessão do



Fig. 29 – Foto de grupo dos participantes na IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, realizada no terraço da Academia das Ciências de Lisboa em Setembro de 1880.

Congresso Internacional de Arqueologia e de Antropologia Pré-Históricas, em que Carlos Ribeiro teve papel decisivo (Fig. 28).

A história deste Congresso, que reuniu os mais notáveis pré-historiadores e antropólogos europeus da época (Fig. 29), já foi minuciosamente descrita (GONÇALVES, 1980; CARDOSO, 1999/2000). É de destacar o papel no Congresso dos membros da então designada Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, onde Nery Delgado apresentou notável estudo sobre a gruta da Furninha, Peniche (DELGADO, 1884), tendo Carlos Ribeiro, nomeado Secretário-Geral da reunião, encerrado a sua contribuição para o conhecimento dos concheiros de Muge com comunicação, publicada postumamente (RIBEIRO, 1884 a), onde se apresenta fotografia das extensas escavações realizadas nesse mesmo ano no concheiro do Cabeço da Arruda, visitado pelos congressistas, e que bem evidencia a qualidade com que foram realizadas as mesmas (Fig. 30).

A 21 de Setembro de 1880, Carlos Ribeiro apresentou a comunicação *L'Homme tertiaire en Portugal* (RIBEIRO, 1884 b), a única a que o Rei D. Luís assistiu. No final, foi constituída uma comissão, a qual reuniu, após a excursão à região de Ota, realizada no dia seguinte. Nela, já não participou Carlos Ribeiro, devido à doença que o viria a vitimar dois anos depois.

Reunida a Comissão, o resultado saldou-se a desfavor da intencionalidade de talhe das peças consideradas como recolhidas *in situ* e portanto da legitimidade do “Homem terciário português”, por seis votos contra cinco. Virchow, o eminente professor de Antropologia da Universidade de Berlim e declarado opositor da autenticidade das descobertas, na qualidade de presidente da Comissão, encerrou o memorável debate – pormenorizadamente transcrito por P. Choffat (CHOFFAT, 1884) – nos seguintes termos (p. 118): “*Personne ne demandant la parole, la séance va être levée. Ce n’est par une méthode scientifique que de trancher les questions a la majorité des votants. Il faut donc remettre la décision à un autre Congrès.*”



Fig. 30 – Escavações no concheiro do Cabeço da Arruda, observando-se o nível da base do concheiro, onde se identificaram diversos esqueletos humanos, observados pelos participantes na IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, em excursão realizada a 24 de Setembro de 1880 (RIBEIRO, 1884, Pl. I).

Declarado defensor do Homem terciário português, Gabriel de Mortillet, autor da já referida obra de larga divulgação internacional *Le Préhistorique*, levou tal convicção ao extremo de baptizar o autor destes supostos artefactos (os eólitos), com o nome científico de *Anthropopithecus ribeiroi* (MORTILLET, 1885, p. 105), convicção que explica a reprodução de um dos exemplares, já apresentado por Cartailhac em 1879, e ainda mantida em 1905 pelo próprio, na edição mais recente da referida obra.

O nome arrevezado desta latinização forçada não passou despercebido ao humor ácido de Camilo Castelo Branco, num livrinho intitulado *O General Carlos Ribeiro (recordações da mocidade)* (CASTELO BRANCO, 1884) (Fig. 31).

As questões científicas discutidas tiveram larga repercussão na opinião pública da época, merecendo especialmente extensas reportagens na revista *Occidente* e no jornal humorístico *O António Maria* onde, pela pena de Rafael Bordalo Pinheiro, os diversos acontecimentos ocorridos e os próprios congressistas foram implacavelmente retratados, merecendo Carlos Ribeiro e o seu Homem Terciário uma especial atenção, de respeito afectuoso (Fig. 32), também patente numa outra caricatura, em que tenta furtar um osso da sacola de outro Congressista, o Prof. Pigorini, entretido a admirar com outro colega o conteúdo de uma vitrina, por ser a única prova que faltava para demonstrar cabalmente a autenticidade do Homem terciário.

A questão do Homem Terciário, no que respeita ao nosso país, só foi encerrada definitivamente em 1941-1942, por Henri Breuil e Georges Zbyszewski (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942).

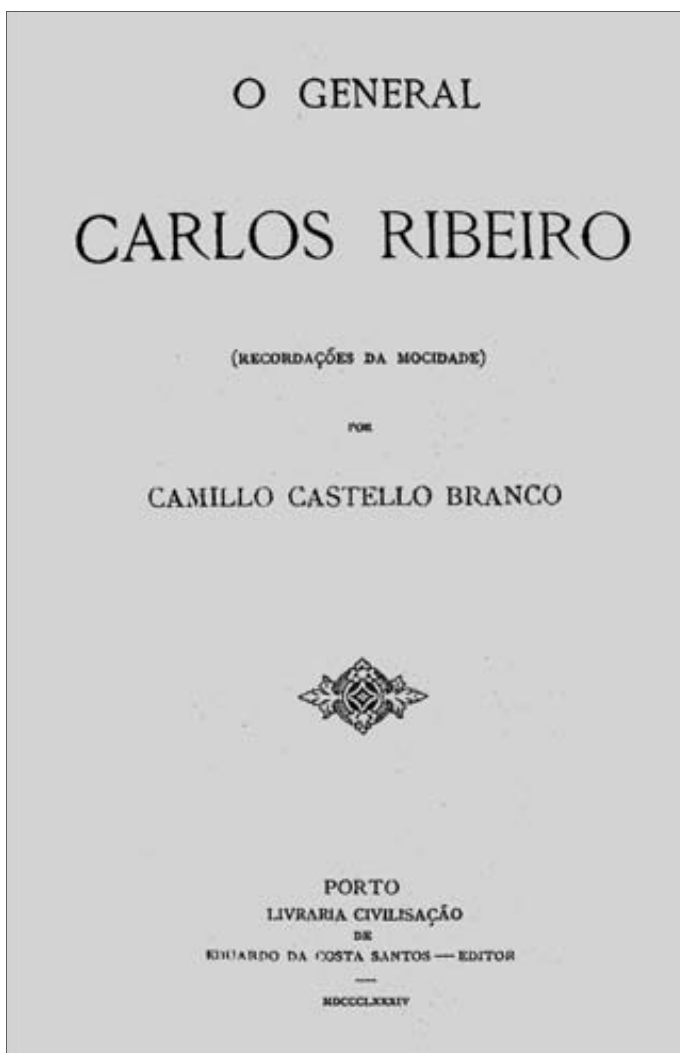


Fig. 31 – Capa da brochura do livro de Camilo Castelo Branco, *O General Carlos Ribeiro (recordações da mocidade)* (CASTELO BRANCO, 1884).



CARLOS RIBEIRO; O DESCOBRIDOR DO HOMEM TERCIARIO PORTUGUEZ. — Quando alguns dos sabios nacionaes viram posta em duvida a authenticidade d'este descobrimento elles jubilaram muito, porque não ha coisa que mais alegre um sabio ambiguo do que encontrar um outro que lhe parece mais ambiguo ainda. Não obstante isso, o nome d'este forte e honrado trabalhador ficará gloriosamente ligado para todo e sempre a um dos mais importantes factos da sciencia europia n'este seculo.

Fig. 32 – Caricatura de Carlos Ribeiro, da autoria de Rafael Bordalo Pinheiro (in *O António Maria*, de 30 de Setembro de 1880).

Uma das mais importantes consequências, no plano científico, da célebre reunião de Lisboa, foi a criação da Cadeira de Antropologia, Paleontologia Humana e Arqueologia Pré-Histórica, em 1885, na Universidade de Coimbra: era, na verdade, a síntese programática da própria actuação da Segunda Comissão Geologica de 1857 no domínio do Homem Fóssil. Foi seu primeiro “lente proprietário” Bernardino Machado, a quem se deve, enquanto Ministro das Obras Públicas, a fundação, em 1893, do Museu Ethnologico Português, o actual Museu Nacional de Arqueologia, sob a direcção de José Leite de Vasconcellos (1858-1941). Assim se encerrou a primeira fase da investigação da Arqueologia pré-histórica portuguesa, corporizada pelos membros da segunda Comissão Geológica de Portugal, talvez a mais inovadora, original e brilhante de todas elas até à actualidade, apesar da sua curta duração, luminoso momento, que, por ser tão fugaz, mais destacou o prestígio e a excepcionalidade dos seus escassos protagonistas.

AGRADECIMENTOS

Ao Doutor Miguel Ramalho e ao Sr. José António Anacleto por, respectivamente, terem autorizado e ajudado a obtenção de registos fotográficos de espólios arqueológicos recolhidos por iniciativa de Nery Delgado na gruta da Casa da Moura, conservados no Museu Geológico do LNEG.

REFERÊNCIAS

- ARGOTE, J. C. (1732-1747) – *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga*, 4 vols. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Silva.
- AZEVEDO, E. (1889) – *O Homem prehistorico*. Coimbra: Typographia das instituições christãs.
- BARATTA, C. J. (1718-1719) – *Recreaçam proveytosa*, 2 vols. Lisboa: Antonio Pedrozo Galram.
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1942) – *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. 1 – Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 26).
- CARDOSO, J. L. (1999-/2000) – As investigações de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado sobre o “Homem Terciário”: resultados e consequências na época e para além dela. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 33-54.
- CARDOSO, J. L. (2013 a) – Carlos Ribeiro, a “Breve noticia acerca do terreno quaternário de Portugal”, e a questão do Homem terciário em Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 27-88.
- CARDOSO, J. L. (2013 b) – Carlos Ribeiro e Oeiras. Razões de uma homenagem. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 11-20.
- CARDOSO, J. L. (2015) – Carlos Ribeiro and Francisco António Pereira da Costa: dawn of the Mesolithic shellmiddens of Muge (Salvaterra de Magos). In BICHO, N., DETRY, C.; PRICE, T. D. & CUNHA, E. – *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge Scholars Publishing, p. 1-18.
- CARDOSO, J. L. & MELO, A. A. (2001) – Correspondência anotada de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado: contribuição para a história da Arqueologia em Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 88, p. 309-346.
- CARDOSO, J. L. & ROLÃO, J. M. (1999-2000) – Prospecções e escavações nos concheiros mesolíticos de Muge e de Magos (Salvaterra de Magos): contribuição para a história dos trabalhos arqueológicos efectuados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 83-240.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1996) – Um conjunto de litografias arqueológicas inéditas da Comissão Geológica de Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 82, p. 145-168.
- CARTAILHAC, E. (1879) – L'Homme tertiaire. *Matériaux pour l'Histoire Primitive de l'Homme*. Toulouse. 11, p. 433-439.
- CASTELO BRANCO, C. (1884) – *O General Carlos Ribeiro (recordações da mocidade)*. Porto: Livraria Civilização.
- CHOFFAT, P. (1884) – Excursion a Muge. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Lisbonne, 1880)*. Compte-Rendu de la neuvième session. Lisbonne: Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 68-72.
- COSTA, A. C. (1706, 1708, 1712) – *Chorografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*, 3 vols. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes.
- COSTA, F. A. P. (1865) – *Da existencia do Homem em epochas remotas no valle do Tejo. Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.

- COSTA, F. A. P. (1868) – *Descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- CUVIER, G. (1812) – *Recherches sur les ossemens fossiles de quadrupèdes*, 4 vols. Paris: Deterville.
- CUVIER, G. (1830) – *Discours sur les révolutions de la surface du Globe*, 6.^a edição. Paris: Edmond d’Ocagne.
- DARWIN, C. (1859) – *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle For Life*. Londres: John Murray.
- DAWKINS, W. B. (1880) – *Early Man in Britain and His Place in the Tertiary Period*. London: MacMillan & Co.
- DELGADO, J. F. N. (1867) – *Noticia acerca das grutas da Cesareda*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- DELGADO, J. F. N. (1880) – Les grottes de Peniche et Casa da Moura, Portugal. Station et sépulture néolithique. *Matériaux pour l’Histoire Primitive de l’Homme*. Toulouse. 11, p. 241-247.
- DELGADO, J. F. N. (1884) – La grotte de Furninha a Peniche. *Congrès International d’Anthropologie et d’Archéologie Préhistoriques (Lisbonne, 1880)*. Compte-Rendu de la neuvième session. Lisbonne: Typographie de l’Académie Royale des Sciences, p. 207-278.
- DIAS, J. A.; RODRIGUES, A. & MAGALHÃES, F. (1997) – Evolução da linha de costa em Portugal, desde o último máximo glaciário: síntese dos conhecimentos. *Estudos do Quaternário*. Lisboa. 1, p. 53-66.
- GONÇALVES, V. S. (1980) – *O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas (Lisboa, 1880): uma leitura, seguida da “crónica” de Bordalo Pinheiro*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- LAFITAU, J. (1724) – *Mœurs des sauvages américains comparées aux mœurs des premiers temps*. 2 vols. Paris: Saugrain & Hochereau.
- LYELL, C. (1863) – *The Antiquity of Man with Remarks on Theories of the Origin of Species by Variation*. London: John Murray.
- LYELL, C. (1864) – Découverte supposé d’un os maxillaire inférieure humain dans la couche supérieure du terrain de Moulin-Quignon, dans les environs d’Abbeville. In *L’Ancienneté de l’Homme. Appendice*. Paris: J. B. Baillièere et Fils, p. 14-19.
- MERCATI, M. (1717) – *Metallotheca*. Roma: Ex Officina Jo. Mariae Salvioni.
- MILNE-EDWARDS, H. (1863) – Sur les résultats fournies par une enquête relative à l’authenticité de la découverte d’une Mâchoire humaine et de Haches en silex, dans le terrain diluvien de Moulin-Quignon. Note. *Compte-rendus de l’Académie des Sciences Paris*. Paris, 56, séance du 18 mai 1863.
- MORTILLET, G. (1868 a) – Objets préhistoriques de Portugal. *Congrès International d’Anthropologie et d’Archéologie Préhistoriques. Deuxième Session (Paris, 1867)*. Paris: C. Reinwald, p. 31-33.
- MORTILLET, G. (1868 b) – Grottes de Cesareda, Portugal. *Matériaux pour l’Histoire Primitive de l’Homme*. Paris. 4, p. 57-60.
- MORTILLET, G. (1868 c) – Dolmens de Portugal. *Matériaux pour l’Histoire Primitive de l’Homme*. Paris. 4, p. 336-339
- MORTILLET, G. de (1868 d) – Monuments mégalithiques du Portugal. *Congrès International d’Anthropologie et d’Archéologie Préhistoriques. Deuxième Session (Paris, 1867)*. Paris: C. Reinwald, p. 180-185.
- MORTILLET, G. (1885) – *Le Préhistorique*, 2.^a edição. Paris: C. Reinwald.
- NOGUEIRA, A. M. (1931) – Estação préhistórica de Olelas. Elementos para o seu estudo. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 17, p. 105-124.
- PERTHES, B. (1847, 1857, 1864) – *Antiquités celtiques et antédiluviennes. Mémoire sur l’industrie primitive et les arts à leur origine*, 3 vols. Paris: Treuttel & Wurtz, Libraires.

- PERTHES, B. (1864) – *De la mâchoire humaine de Moulin-Quignon : nouvelles découvertes en 1863 et 1864*. Paris: Jung-Treuttel, Derache, Dumoulin, V. Didron.
- PINA, M. M. (1733) – Notícias da conferencia que a Academia Real da Historia Portuguesa fez em 30 de Julho de 1733. *Collecçam dos documentos e memorias da Academia Real da História Portuguesa*. Parte segunda. Lisboa: Joseph António da Sylva.
- RIBEIRO, C. (1866) – *Estudos geologicos. Descrição do solo quaternario das bacias hydrographicas do Tejo e Sado*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- RIBEIRO, C. (1867) – Note sur le terrain quaternaire du Portugal. *Bulletin de la Société Géologique de France*. Paris. Série 2, 24, p. 692-717.
- RIBEIRO, C. (1871) – *Descrição de alguns sílex e quartzites lascados encontrados nas camadas dos terrenos terciário e quaternário das bacias do Tejo e Sado. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Typographia da Academia.
- RIBEIRO, C. (1873) – Sur des silex taillés découverts dans les terrains miocène et pliocène du Portugal. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Bruxelles, 1872)*. Compte-Rendu de la sixième session. Bruxelles : C. Muquardt, p. 95-100.
- RIBEIRO, C. (1878 a) - Dolmens et grottes sépulcrales du Portugal. *Matériaux pour L'Histoire Primitive de L'Homme*. Paris, Série II, 9, p. 446-447.
- RIBEIRO, C. (1878 b) – *Estudos prehistoricos em Portugal. Notícia de algumas estações e monumentos prehistoricos. I – Notícia da estação humana de Licêa*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa. Reedição de 1991 – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 1. Notas e comentários de J. L. CARDOSO.
- RIBEIRO, C. (1880) – *Estudos prehistoricos em Portugal. Notícia de algumas estações e monumentos prehistoricos. II – Monumentos megalithicos das visinhanças de Bellas*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- RIBEIRO, C. (1884 a) – Les Kioekkenmoeddings de la vallée du Tage. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Lisbonne, 1880)*. Compte-Rendu de la neuvième session. Lisbonne: Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 279-289.
- RIBEIRO, C. (1884 b) – L'Homme tertiaire en Portugal. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Lisbonne, 1880)*. Compte-Rendu de la neuvième session. Lisbonne : Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 81-92.
- ROWLANDS, H. (1723) – *Mona antiqua restaurata*. Dublin: Printed by Aaron Rhames, for Robert Owen.
- SALDANHA, Marechal Marquez de (1845) – *Concordancia das Sciencias Naturaes e principalmente da Geologia com o Genesis*. Vienna d'Austria: Typographia dos PP. Mechitaristas.
- SALDANHA, Marechal Duque de (1863) – *Concordanza delle Scienze Naturali e principalmente della Geologia com la Genesi*. Roma: Tipografia Salviucci.
- SANTOS JUNIOR, J. R. (1934) – As pinturas pré-históricas do Cachão da Rapa. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 6 (3), p. 185-222.
- SANTOS, M. Farinha dos (1980) – Estudos de Pré-História em Portugal de 1850 a 1880. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série II, 26 (2), p. 253-297.
- VELHO, E. de Liz (1746) – *Exemplar da constancia dos martyres em a vida do glorioso S. Torpes, mordomo, e valido de Nero*. Lisboa: Na oficina de Miguel Manescal da Costa.
- ZILHÃO, J. (1993) – As origens da arqueologia paleolítica em Portugal e a obra metodologicamente precursora de J. F. Nery Delgado. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série X, 3, p. 111-125.

CARLOS RIBEIRO (1813-1882), AS FORMAÇÕES QUATERNÁRIAS PORTUGUESAS E A ANTIGUIDADE DO HOMEM: UM MANUSCRITO DESCONHECIDO

CARLOS RIBEIRO (1813-1882), THE QUATERNARY PORTUGUESE FORMATIONS AND THE ANTIQUITY OF MAN: AN UNKNOWN MANUSCRIPT

João Luís Cardoso¹

Resumo

Publica-se estudo da autoria de Carlos Ribeiro, com notas autógrafas do próprio apostas a versão manuscrita, executada por amanuense da Comissão Gológica, dedicado aos depósitos quaternários do território português, abarcando observações desde Trás-os-Montes ao Algarve.

Particular interesse merecem as observações sobre os depósitos de praias levantadas do litoral ocidental, e, sobretudo, os do baixo vale do Tejo, com especial destaque para os de idade holocénica, estreitamente relacionados com os concheiros dos vales das ribeiras de Magos e de Muge, detalhadamente descritos pela primeira vez.

Este manuscrito, redigido em 1867, completa outro, já publicado, da mesma época, muito mais desenvolvido no respeitante aos depósitos mais antigos (os dos Grupos Inferior e Médio), embora apresente maior detalhe do que aquele na caracterização dos depósitos do Grupo Superior, os únicos que, na actualidade, correspondem na íntegra ao Quaternário.

Discutem-as ainda as razões que levaram à sua não publicação, na época, constituindo na actualidade um documento científico de grande interesse, para a História da Geologia e da Arqueologia.

Palavras-chave: Carlos Ribeiro, Quaternário, concheiros, artefactos líticos.

Abstract

We present an unpublished manuscript of Carlos Ribeiro, with notes added by himself about the Quaternary deposits of the Portuguese territory from Trás-os-Montes (Northern Portugal) to Algarve (Southern Portugal). Most interesting are the observations he wrote on the raised beaches of the western atlantic coast and, above all, about the Holocene formations of the lower Tagus valley, in connection with the shellmiddens of Magos and Muge for the first time carefully described.

This manuscript was written in 1867 and completes another one, written between 1867 and 1869, already published by us. This is a more detailed document, concerning especially the oldest deposits that Carlos Ribeiro attributed to the Quaternary (those from the Lower and Middle Group), but in fact belonging to the Miocene and Pliocene. However, this manuscript presents a more accurate description of the Upper Group, the only one that corresponds totally to the Quaternary.

Finally we discuss the reasons why this manuscript, of great importance for the study and understanding of the History of Geology and Archaeology, was not published at the time.

Keywords: Carlos Ribeiro; Quaternary, shellmiddens, stone implements.

¹ Professor Catedrático da Universidade Aberta. Centro de Estudos Arqueológicos de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).
cardoso18@netvisao.pt

1 - INTRODUÇÃO

Entre a documentação inédita deixada por Carlos Ribeiro (1813-1882) consta um documento constituído por cinco cadernos, sem título, três deles encimados com as letras (A), (B) e (C), os dois restantes sem qualquer referência, correspondente a uma síntese dos terrenos quaternários do território português, a qual era seu desejo apresentar à Academia Real das Ciências de Lisboa, conforme expressamente declara: “São estes objectos e os colligidos pelo nosso collega o Sr. Delgado que constituem as collecções da Comissão Geologica de Portugal relativas ao homem das antigas eras e aos productos do seu trabalho; e é dos depositos onde elles foram encontrados que vamos dar à nossa Academia uma succinta noticia.”

Na sequência da publicação de manuscrito sobre a mesma temática, mas mais desenvolvido numas partes e menos noutras, pelo signatário (CARDOSO, 2013 a), considerou-se oportuno a apresentação, na mesma revista, deste documento inédito, não só pelo interesse inegável que o mesmo encerra, mas também como Homenagem devida por Oeiras a Carlos Ribeiro. Com efeito este assumiu papel pioneiro na Arqueologia oeirense, ao ter identificado o povoado pré-histórico de Leceia e publicado os espólios arqueológicos que ali recolheu, em 1878, e, depois, ao ter providenciado a escavação da gruta da Ponte da Laje, em 1879, a qual só muito mais tarde veio a ser objecto de diversas publicações, reveladoras da sua importância arqueológica.

2 - MATERIAIS E MÉTODOS

Os cinco cadernos possuem as seguintes características:

– O primeiro caderno é encimado pela letra A é inteiramente constituído por 14 folhas de papel azul, pautado de 36 linhas, com marca de água “ALMASSO PRADO”, e “THOMAR” com as dimensões de 320 × 220 mm escritas de ambos os lados (Fig. 1). As páginas foram divididas ao meio, no sentido vertical, encontrando-se escritas apenas as metades situadas do lado das respectivas margens, por forma a permitir a inclusão de notas, mais ou menos extensas, ulteriormente apostas ao texto, como de facto veio a verificar-se.

A análise às distintas caligrafias permite concluir que a primeira página e o início da segunda página do caderno foram escritas por Carlos Ribeiro, sendo a letra diferente, até ao final do caderno, provavelmente de amanuense da Comissão Geológica, a partir de rascunho de Carlos Ribeiro.

– O segundo caderno é encimado pela letra B; integra apenas 4 folhas, actualmente soltas, com marca de água “ALMASSO PRADO”, de características idênticas às do primeiro caderno, mantendo-se a caligrafia do primeiro caderno, embora se reconheçam diversas notas a lápis, escritas por Carlos Ribeiro. Estas notas não constituem propriamente adição de texto novo ao pré-existente, mas simplesmente pequenas correcções ortográficas de palavras mal compreendidas pelo amanuense, prova de que existiu um manuscrito prévio autógrafo de Carlos Ribeiro, passado a limpo por aquele.

– O terceiro caderno, encimado pela letra C, é constituído por dez folhas de papel azul liso, possuindo a marca de água “THOMAR” (Fig. 2). A caligrafia é a dos dois cadernos anteriores, exceptuando-se uma extensa correcção ao texto preexistente, patente no verso da oitava folha (Fig. 3), com continuidade em toda a nona folha e na página ímpar da décima e última folha do caderno, cuja caligrafia, inteiramente de Carlos Ribeiro, denuncia a intervenção directa do autor, que deste modo terá acabado esta versão do manuscrito (Fig. 4).

– O quarto caderno, sem qualquer indicação sequencial relativo aos anteriores, com nove folhas de papel idêntico ao do caderno anterior, com marca de água “THOMAR”, exhibe a mesma letra do amanuense patente

naqueles, possuindo apenas duas intervenções pontuais de Carlos Ribeiro, uma, a tinta, relativa à escrita dos nomes latinos das espécies de moluscos recolhidas em Sacavém, outra, a lápis, introduzindo a informação de que havia sido Costa (Pereira da Costa) que havia esudado os restos humanos do Cabeço da Arruda.

– O quinto e último caderno, igualmente desprovido de qualquer indicação sequencial face aos anteriores, de características às do caderno anterior, com marca de água “THOMAR”; possui oito folhas, das quais as duas últimas estão em branco, exibindo as mesmas características destes. Com efeito, Carlos Ribeiro limitou-se, tal como ali, a introduzir curtas observações ao texto passado a limpo pelo mesmo amanuense, umas a tinta relativa ao nome latino das espécies de moluscos encontradas (Fig. 5), outras a lápis, correspondentes a pequenas correções.

De todos os cadernos, é o primeiro aquele que apresenta as alterações mais profundas ao texto escrito pelo amanuense, introduzidas por Carlos Ribeiro, no caso inscitas em por dois pedaços de papel colados nas páginas rasuradas.

Este procedimento, sendo excepcional, revela que a base textual sobre a qual Carlos Ribeiro introduziu modificações, se encontrava já praticamente elaborada na sua forma definitiva. Tal significa que a presente versão, seria muito próxima da definitiva, a que seria objecto de publicação, depois de passadas a limpo pelo amanuense da Comissão Geológica as últimas alterações de Carlos Ribeiro nela constantes.

Este procedimento, envolvendo a elaboração de sucessivas versões do mesmo original, envolvendo a reescrita integral do mesmo, foi prática corrente a que na época se recorreu, observando-se em outro original recentemente publicado, o qual, como este se mantinha totalmente inédito (CARDOSO, 2013 a). Neste caso, o original possui o título “Breve notícia acerca do terreno quaternario de Portugal”, dele se conhecendo quatro versões, progressivamente melhoradas por Carlos Ribeiro, salvo a última, que não ostenta nenhuma emenda de peso.

3 - DISCUSSÃO

A preocupação do autor deste manuscrito, que não chegou a publicar, foi a de comprovar a importância dos depósitos quaternários por ele próprio reconhecidos no nosso País, deste a fronteira norte, até ao Algarve, os quais são agrupados em três grupos, de significado cronoestratigráfico, por si já definidos no primeiro e único fascículo publicado da obra que sobre o mesmo tema, veio a lume em 1866 (RIBEIRO, 1866). Tal critério foi seguido no manuscrito ora publicado, bem como em outro, recentemente dado a conhecer, relativo à mesma temática (CARDOSO, 2013 a), o qual pode considerar-se como o segundo fascículo da obra acima referida e, tal como este, jamais publicado em vida do autor.

Considerando as características da letra patente nos cinco cadernos ora publicados, conclui-se que foi apenas um o amanuense da Comissão Geológica encarregado da transcrição do primitivo original de Carlos Ribeiro, que se perdeu. Comparando a sua caligrafia com a patente no conjunto dos cinco cadernos manuscritos relativos à obra já publicada, verifica-se que, daqueles, apenas a primeira versão, da autoria de Carlos Ribeiro, e a versão mais moderna, possuem caligrafia diferente; deste modo, pode concluir-se que o amanuense que redigiu o presente manuscrito, foi o mesmo que se ocupou da preparação do essencial daquele. Deste modo, tal qual o agora verificado, as sucessivas versões daquele manuscrito eram sujeitas à leitura crítica de Carlos Ribeiro, que depois de introduzir as alterações necessárias, voltavam a ser passadas a limpo na íntegra pelo amanuense.

(A)

Um dos objectos que, nos ultimos ^{mais} annos tem occupado a attenção dos philosophos e a investigação da antiguidade do homem Sobre a Terra. e da ~~su~~ industria.

No seculo 19, ja tao celebre historia do progresso de humanidade, cabe ainda registar a descoberta de que o homem e a sua industria pertencem a uma epocha geologica anterior a que ate aqui se marcava, e que talvez se perca no periodo terciario.

Se esta descoberta nao ~~tem~~ ^{possue} a utilidade pratica que resultou dos inventos de locomotiv, das photographias edictos ^{diarios} que mais immediatamente interessam a vida phisica, nem por isso ~~deixou~~ de ter a maior importancia, para a ~~historia~~ ^{historia} ~~de~~ ^{para a} ~~formação~~ ^{formação} ~~de~~ ^{de} ~~certos~~ ^{certos} ~~períodos~~ ^{períodos} ~~geologicos~~ ^{geologicos}, como ~~na~~ ^{na} ~~ordem~~ ^{ordem} ~~moral~~ ^{moral}, surripando ~~em~~ ^{em} ~~que~~ ^{que} ~~haviam~~ ^{haviam} ~~dado~~ ^{dado} ~~origem~~ ^{origem} ~~a~~ ^a ~~doutrinas~~ ^{doutrinas} ~~incertas~~ ^{incertas} ~~que~~ ^{que} ~~se~~ ^{se} ~~hize~~ ^{hize} ~~em~~ ^{em} ~~certas~~ ^{certas} ~~partes~~ ^{partes} ~~taes~~ ^{taes}.

X para a Ethnographia e Historia, para a Phisio-logia humana, e para outros questos de abstr. interesse ^{mais subido} ja nas sciencias naturaes, ja mesmo na ordem moral

† A geologia tendo abraçado a theoria da progressão accrescente do ser humano e a organisação do ser, os seus ~~registros~~ ^{registros} ~~acumulados~~ ^{acumulados} ~~dos~~ ^{dos} ~~mais~~ ^{mais} ~~remotos~~ ^{remotos} ~~erros~~ ^{erros} ~~da~~ ^{da} ~~historia~~ ^{historia} ~~de~~ ^{de} ~~terra~~ ^{de} ~~at~~ ^{at} ~~hoje~~ ^{hoje}, assegurava, a ~~inda~~ ^{inda} ~~ha~~ ^{ha} ~~muito~~ ^{muito} ~~tempo~~ ^{tempo} ~~que~~ ^{que} ~~o~~ ^o ~~homem~~ ^{homem} ~~era~~ ^{era} ~~o~~ ^o ~~ultimo~~ ^{ultimo} ~~de~~ ^{de} ~~todos~~ ^{de} ~~os~~ ^{de} ~~animados~~ ^{de} ~~que~~ ^{de} ~~se~~ ^{de} ~~formou~~ ^{de} ~~a~~ ^{de} ~~caida~~ ^{de} ~~do~~ ^{de} ~~ser~~ ^{de} ~~humano~~ ^{de} ~~como~~ ^{de} ~~a~~ ^{de} ~~obra~~ ^{de} ~~mais~~ ^{de} ~~perfeita~~ ^{de} ~~de~~ ^{de} ~~Deus~~ ^{de}, e que os ~~registros~~ ^{registros} ~~de~~ ^{de} ~~animados~~ ^{de} ~~contemporaneos~~ ^{de} ~~disponem~~ ^{de} ~~para~~ ^{de} ~~sempre~~ ^{de} ~~acommunicação~~ ^{de} ~~que~~ ^{de} ~~hoje~~ ^{de} ~~secom~~ ^{de} ~~distribuição~~ ^{de} ~~pela~~ ^{de} ~~diversas~~ ^{de} ~~regioes~~ ^{de} ~~do~~ ^{de} ~~globo~~ ^{de}.

A ~~distribuição~~ ^{distribuição} ~~geral~~ ^{de} ~~das~~ ^{de} ~~terras~~ ^{de}, ~~das~~ ^{de} ~~marés~~ ^{de}, e ~~da~~ ^{de} ~~lagoas~~ ^{de}

Assim não ha muito annos que a idade do especie humana se contava por algumas dezenas de seculos, e hu davam por certos ~~confins~~ ^{confins} ~~o~~ ^{de} ~~origem~~ ^{de} ~~da~~ ^{de} ~~especie~~ ^{de} ~~humana~~ ^{de} ~~em~~ ^{de} ~~certas~~ ^{de} ~~partes~~ ^{de} ~~taes~~ ^{de}.
A ~~distribuição~~ ^{distribuição} ~~das~~ ^{de} ~~terras~~ ^{de} e ~~dos~~ ^{de} ~~mares~~ ^{de}, a ~~forma~~ ^{de} ~~em~~ ^{de} ~~certas~~ ^{de} ~~partes~~ ^{de} ~~taes~~ ^{de}.

Fig. 1 - Primeira página do Caderno A do manuscrito, inteiramente redigida pelo punho de Carlos Ribeiro, contendo alterações e acrescentos feitos pelo próprio (foto J. L. Cardoso).

+ em partes formado de schistos
 de chlorite, de porphyre e de calcareo
 em partes de mistura com alguns
 exemplares de Pieton, Bolanus.

Estes calhaus ^{nao} são inteiramente semelhantes
 aos calhaus postos em movimento
 pelas ondas que vem perder-se
 junto a uma costa pedregosa.
 Das proximidades do cabo de
 Linés até a desembocadura do valle
 do Sado um Setubal não se vem
 aquellas porções de cordão littoral,
 e esta ausencia está em relação
 com a costa de areia em toda
 aquella extensão.

Se se levamos as nossas vistas
 para o Cabo d'Espichel, e costa
 que lhe está adjacente, para os
 lados de Gerimbra, vemos ali a
 diferentes alturas sobre o nivel do
 mar, diversos cordões littorales
 sendo os principaes d'elles um a
 17^m outro a 15^m sobre o nivel
 do mar manifestando-se então
 aqui gres com cimento de calcareo
 envolvendo os calhaus. Em
 associação com estes calhaus e
 nestes gres vem-se Tetranculos
 Mytillos e fragmentos de outras
 conchas ^{marinhas} não fossilizadas
 completamente.

Um cordão d'areas encerrando
 em partes conchas marinhas, das
 que vivem hoje na nossa costa,
 mostra-se ao longo do flanco direito

Fig. 2 - Quinta página do Caderno C do manuscrito, com texto passado a limpo pelo amanuense da Comissão Geológica, levemente corrigido por Carlos Ribeiro (foto J. L. Cardoso).

as aguas do Tejo até uns 3 metros
 pouco mais ou menos acima das
 medias aguas deste mesmo rio.
 Nas dragagens feitas na vaza do
 Tejo em Lavorem por occasião
 de construir se a ponte do
 cam^o de ferro lançada sobre
 o rio daquelle nome colligimos
 nos em 1855 diversas conchas de
 molluscos recemtes vindas de
 profundidades de
 de 5 metros superiores as mais ba-
 nas aguas, e pertencentes das gene-
 ras ~~Littorina~~ ~~Murex~~
 Littorina, Buccinum, Murex, Pecten,
 Lutraria, Cardium, Ostrea,
 outros generos.
 Do outro lado do valle nas sopas que
 estão entre Alcochete e Samora e no
 valle do Paul das Lavouras encontram-
 se abundantes conchas da estuaria do
 Tejo. Em qualquer ponto que se
 cave na vaza, deparase logo com a
 Lutraria compressa, que n'alguns
 sitios e' um prodigiosa abundancia arrastada ao mar
 como Cardium edule e ainda outras
 especies. Nestas paragens mas-
 tram se estas conchas acima das
 maximas aguas da estuaria do Tejo.
 Um facto porem que importa mui-
 to consignar aqui, e' que as camadas
 de salao e de vasa areosa que en-
 cerram as indicadas conchas, assen-
 tam sobre areia como tivemos oc-

Fig. 5 - Quarta página do penúltimo Caderno (D) do manuscrito, com letra do amanuense, e de Carlos Ribeiro, que preencheu o espaço deixado em aberto com o nome latino das espécies de moluscos identificadas (foto J. L. Cardoso).

Sendo ambos os manuscritos de temática similar, importa averiguar quais os aspectos em que ambos diferem e porque razão.

Antes de mais, verifica-se que o manuscrito já publicado revela um detalhe muito maior na componente descritiva das formações e sua distribuição geográfica, explicando o seu maior tamanho. Não obstante, muitas das observações ali contidas, são também apresentadas, umas vezes de forma idêntica, outras vezes mais resumida, no manuscrito que agora se dá à estampa, e tal não pode causar admiração, visto ambos tratarem das mesmas matérias.

As diferenças maiores entre ambos os manuscritos observam-se no muito maior desenvolvimento da caracterização dos terrenos do Grupo Inferior e do Grupo Médio no manuscrito já publicado, no qual o autor apresenta uma minuciosa descrição dos retalhos a ambos atribuídos, enquanto que, no que agora se publica, se verifica uma menor minúcia nas descrições, e a omissão de muitas outras, podendo dizer-se que, exceptuando os terrenos do Grupo Superior, que se apresentam melhor caracterizados, o presente manuscrito é uma síntese, embora original, do que se publicou em 2013.

No entanto, este último documento tem a vantagem, em relação ao primeiro, de apresentar de forma muito detalhada a geologia dos depósitos holocénicos do baixo vale do Tejo, minuciosamente descritos, em locais e cortes onde a acelerada transformação antrópica da região destruiu ou tornou inacessíveis.

Por outro lado, são do maior interesse as observações apresentadas relativas aos depósitos de praias marinhas observadas tanto no litoral alentejano, como no litoral da Arrábida e, bem assim, a norte da serra de Sintra, aspectos pouco desenvolvidos no documento já publicado.

Também os concheiros mesolíticos dos vales da ribeira de Magos e de Muge, pelos quais se inicia o documento e encerra o documento, dando a ideia de que o principal objecto deste era, na verdade, contribuir para o seu melhor conhecimento, se encontram mais detalhadamente descritos. Esta realidade possui muito interesse, por carrear dados novos sobre as primeiras investigações efectuadas em particular no Cabeço da Aruda, em 1864, antecedendo imediatamente a bela monografia publicada no ano seguinte por F. A. Pereira da Costa, constituindo a primeira obra científica que, em Portugal, foi dedicada a uma estação pré-histórica (COSTA, 1865). Pode parecer estranho, aos olhos do investigador da actualidade, o facto de todo o trabalho de campo ter sido coordenado por Carlos Ribeiro, a quem se devem também os registos gráficos, e ser o nome de Pereira da Costa o único autor da monografia. Porém, tudo tem de ser visto no quadro da época: é o próprio Carlos Ribeiro que declara, no presente manuscrito, o seguinte: *“Ao nosso collega da Comissão Geologica o Sr. F. A. Pereira da Costa cedemos a descrição dos esqueletos humanos como mais habilitado de que nós em conhecimentos osteologicos; descrição que foi publicada em 1865.”* Deste modo, não existe fundamento para se imputar a Pereira da Costa, *“[...] a não observação de princípios éticos fundamentais, designadamente em matéria de propriedade intelectual e pessoal [...]”* (CARNEIRO, MOTA & LEITÃO, 2013, p. 53). Segundo as autoras, tal realidade teria contribuído para a dissensão surgida entre os dois membros co-directores da Comissão Geológica, de que resultou, a breve trecho, a sua extinção. No entanto, foram outras as razões do diferendo, como já se comentou em outro lugar (CARDOSO, 2013 a).

Seja como for, na referida memória, sem dúvida ao nível do que de melhor se produzia então a nível internacional, apresenta-se, pela primeira vez, a descrição do modo de formação do concheiro investigado, referindo-se os contributos que, no entender de Carlos Ribeiro, se deviam à actividade antrópica e à acção do Tejo, depositando ali sedimentos, pois julgava que as suas águas corriam a cotas semelhantes às do concheiro, aspecto em que se equivoitava. Para tal interpretação muito contribuiu a minúcia da descrição estratigráfica, correcta do ponto de vista estritamente formal, mas limitada aos conhecimentos da época. Numa coisa, porém, Carlos Ribeiro não se enganou, ao afirmar que os construtores daqueles montículos presenciaram

as últimas etapas da sedimentação da planície aluvial do Tejo, a qual esteve na origem do abandono humano daqueles locais.

Face ao exposto, pode concluir-se que se trata de dois manuscritos diferentes na sua extensão e conteúdo, perseguindo, por conseguinte, objectivos distintos. Assim, enquanto o manuscrito já publicado, pelo detalhe das observações e assinalável extensão, se destinava, tudo o indica, a constituir a segunda parte da obra cujo primeiro fascículo fora publicado em 1866 que abordou apenas o estudo dos terrenos do Grupo Inferior (RIBEIRO, 1866), já o manuscrito dado agora a conhecer teria uma finalidade distinta, valorizando especialmente os locais em que foram recolhidos objectos supostamente afeiçãoados.

Assim sendo, ambos os trabalhos, talvez redigidos em simultâneo ou interpoladamente, completam-se, na perspectiva do seu autor: o mais extenso, já publicado, constituindo edifício geologicamente sólido, susceptível de servir de referência internacional para a sequência dos tempos quaternários: recorde-se que o mesmo, conforme se referiu anteriormente (CARDOSO, 2013 a), foi elaborado em resposta às críticas apresentadas por De Verneuil à comunicação apresentada por Carlos Ribeiro a 17 de Junho de 1867 (RIBEIRO, 1867); o mais sintético, correspondente ao que ora se publica, destinado a situar as descobertas dos hipotéticos artefactos lascados, bem como caracterizar as estações onde o Homem desenvolveu a sua actividade, o que explica o desenvolvimento que a parte do manuscrito relativa ao Grupo Superior apresenta.

Face ao interesse das observações registadas neste manuscrito, impõe-se conhecer as razões que estiveram na origem da sua não publicação, tal como se verificou para aquele que recentemente se publicou (CARDOSO, 2013 a).

A explicação pode ser abordada por duas vias distintas. Uma, de carácter administrativo; outra, de natureza científica.

Para situar a questão do ponto de vista administrativo, importa conhecer as datas de redacção dos dois documentos em apreço, necessariamente próximas, dadas as semelhanças da forma e do tratamento das questões tratadas, embora com desigual desenvolvimento. Assim, o documento já publicado possui elementos de interesse para conhecer a época da sua redacção, de que se destaca o facto de nele se afirmar que se encontrava no prelo a monografia de Nery Delgado sobre as escavações que efectuou na Gruta da Casa da Moura. Tal obra, datada de 1867, permite concluir que a preparação do presente manuscrito decorreu ao longo daquele ano, preferencialmente na sua segunda metade, conclusão aliás reforçada por outra afirmação segundo a qual, a memória de 1866 foi publicada “no ano findo”, que não deixa dúvidas quanto a esta questão.

Ao contrário, o manuscrito já publicado conheceu uma preparação mais longa, conforme anteriormente se referiu (CARDOSO, 2013 a). Com efeito, se nele se refere também que a monografia de 1867 de Nery Delgado se encontrava no prelo, noutra passagem pode ler-se que a sua redacção ficou prejudicada por via do decreto de 28 de Dezembro de 1868 que, na sequência da extinção da Comissão Geológica, ocorrida a 1 de Fevereiro daquele ano (*cf. Diario de Lisboa*, n.º 31, de 8 de Fevereiro de 1868), determinou a transferência de todos os seus pertences para a Escola Politécnica. Assim se compreende que Carlos Ribeiro tenha declarado que não lhe foi possível confirmar certas observações, por ter ficado privado das amostras por si colhidas (CARDOSO, 2013 a). Este ponto é muito interessante por permitir concluir que a redacção ainda prosseguia em 1869.

Deste modo, do ponto de vista administrativo a impossibilidade de Carlos Ribeiro providenciar a publicação de ambos os manuscritos é evidente, por absoluta falta de meios.

Reconstituída a Comissão Geológica, em Dezembro de 1869, com o nome de Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, e já sem a presença de Pereira da Costa, tendo Carlos Ribeiro assumido a plena direcção da instituição, a pergunta que se impõe é a de saber a razão de ambos os originais terem permanecido inéditos, quando as limitações oficiais ou orçamentais, aparentemente, se encontrariam ultrapassadas.

No entanto, consultando a listagem das publicações da instituição na época em apreço, verifica-se que esta foi de escassa produção científica. Com efeito, as publicações de 1871, 1878 e de 1880 de Carlos Ribeiro, dedicadas a temáticas pré-históricas, referenciadas no Catálogo da Instituição (BEATO, 1969, p. 43 e 44), foram na verdade publicadas nas Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, tal como a memória de Nery Delgado dedicada à presença do Silúrico no Baixo Alentejo, publicada em 1876, nada tendo, por conseguinte, a ver com a Secção dos Trabalhos Geológicos. Por outro lado, as Comunicações, prestigiada revista da Instituição, apenas iniciou publicação em 1883. Deste modo, pode concluir-se que haveria falta de capacidade editorial da Instituição reformada, contrastando com a pujante produção científica antecedente. Mas outro motivo, e este de carácter científico, e mais decisivo, explica a não publicação de ambos os manuscritos. Com efeito se, até à data da redacção do manuscrito já publicado (entre 1867 e 1869), os depósitos do Grupo Inferior eram considerados quaternários, pelo facto de possuírem supostamente indústrias líticas, já a suposta descoberta em diversos depósitos geológicos de época miocénica de artefactos líticos, levou rapidamente Carlos Ribeiro a mudar de posição acerca da idade das formações portuguesas. Não porque algum elemento geológico decisivo tivesse sido descoberto, mas simplesmente porque a exclusividade da pertença da Humanidade ao Quaternário deixou de se verificar necessariamente. Com efeito, a publicação, em 1867, pelo Abade Bourgeois, de artefactos recolhidos na base do calcário terciário de Thenay (Beauce), conforme é referido por Carlos Ribeiro (RIBEIRO, 1871, p. 47), recuaria para tal época o surgimento do Homem. Carlos Ribeiro encontrou assim a justificação que lhe faltava para mudar a sua posição, voltando a atribuir ao Terciário – e bem – as camadas onde tinha recolhido aqueles supostos objectos talhados, realidade que assumiu plenamente apenas em 1871 (*ibid.*).

Nessa mudança de paradigma, Carlos Ribeiro apoiou-se não apenas em Bourgeois, mas também em outros eminentes geólogos franceses, que já anteriormente tinham reportado indícios de actividade humana pré-quaternária: era o caso dos ossos de grandes mamíferos recolhidos em Saint-Prest, em depósitos atribuídos ao Pliocénico, com marcas de estrias e fracturas supostamente intencionais (DESNOYERS, 1864, p. 107).

Tais factos não seriam seguramente desconhecidos de Carlos Ribeiro, que aliás cita também este sábio francês no manuscrito em apreço, tendo fortalecido no seu espírito a convicção de que, também em Portugal, existiriam provas inofismáveis de uma humanidade pré-quaternária.

Nestes termos, deixaria de se justificar a publicação destes dois manuscritos, centrados no princípio de que todos os depósitos descritos eram exclusivamente quaternários, realidade que, por volta de 1869-1870 deixou de ser perfilhada por Carlos Ribeiro. Assim sendo, a parte de ambos os contributos aproveitável para a demonstração da presença em Portugal do Homem Terciário, foi refundida, e deu origem à Memória apresentada à Academia das Ciências de Lisboa em 1871 e ali publicada (RIBEIRO, 1871).

A referida memória foi acompanhada de abundante documentação gráfica representando os supostos artefactos mais representativos, cujos desenhos já se encontrariam executados antes da extinção da Comissão Geológica em 1 de Fevereiro de 1868. Tal é a conclusão a extrair da seguinte afirmação contida no presente manuscrito, cuja data de redacção é seguramente de 1867, dado que no mesmo se refere que: “*No primeiro fascículo que publicámos no anno findo [...]*”, referindo-se à memória publicada em 1866 (RIBEIRO, 1866).

De facto, as dez estampas que ilustram a memória publicada pela Academia das Ciências de Lisboa, da autoria de Almada, foram ainda gravadas sob a égide da Comissão Geológica, conforme se indica no canto inferior direito de todas elas, pelo que a sua execução deve ter acompanhado, em 1867, a preparação de um outro manuscrito, nele mencionado, dedicado especificamente ao estudo das indústrias líticas.

4 - TRANSCRIÇÃO DO MANUSCRITO

Na transcrição do manuscrito seguiu-se rigorosamente a ortografia nele utilizada, mesmo quando de identificaram eventuais erros ortográficos que já o eram na época, os quais não foram assinalados, tal como não se considerou necessário introduzir diferenças de corpo ou de tipo de letra para identificar acrescentos ou alterações introduzidas por Carlos Ribeiro ao manuscrito. Este foi, pois, considerado, como um documento único reflectindo as opiniões do autor num dado momento da sua elaboração, o qual, provavelmente, ainda se não encontrava na sua última versão.

As palavras ilegíveis foram assinaladas com quatro pontos de interrogação entre parêntesis.

A

Um dos objectos que, nos ultimos annos mais tem occupado a atenção dos philosophos é a investigação da antiguidade do homem sobre a Terra. [1]

Ao século 19.º, já tão celebre em história dos progressos da humanidade, cabe ainda registar a descoberta de que, o homem e a sua industria pertencem a uma epocha geologica anterior à que até aqui se marcava, e que talvez se perca no periodo terciário. [2]

Se esta descoberta não possui a utilidade prática que resultou dos inventos da locomotiva, da photographia e d'outros que mais immediatamente interessam à vida phisica, nem por isso deixa de ter a maior importância, para a Archeologia, para a Ethnographia e Historia, para a Physiologia humana, e para outras questões de subido interesse já nas sciencias naturaes, já mesmo na ordem moral, dissipando erros que haviam dado origem a doutrinas que são hoje insustentaveis.

Ainda não há muitos annos que a idade da especie humana se contava por algumas dezenas de seculos, e lhe davam por berço a Asia. A Geologia tendo abraçado a theoria da progressão acerca do desenvolvimento successivo do organismo dos seres animaes e vegetaes a contar das mais remotas eras da historia da terra até hoje, assegurava, ainda há muito pouco tempo que o homem era o remate de toda a criação, ou o ultimo élo que fechara a cadeia dos seres vivos como a obra mais perfeita da mão de Deus, e que as especies de animaes contemporaneas dos primeiros homens foram sempre as mesmas que hoje vemos distribuidas pelas diversas regioes do Globo.

A distribuição geral das terras, dos mares e dos lagos, a forma e grandeza dos continentes e das ilhas e a configuração do seu relevo, a situação e o desenvolvimento dos mais notaveis rios do mundo, ainda ontem se suppunha que tinham sido sempre, desde o dia em que os primeiros homens appareceram na superficie do Globo, as que a Geographia nos apresenta. Acreditavam enfim que a paz da natureza, perturbada apenas pelo diluvio do Genesis, fôra um dom do Todo-Poderoso à humanidade. [3]

Ao tempo que a Geologia assim encarava a questão da idade do homem, e o isolava das suas relações com a fauna quaternaria, havia de há muitos annos grande numero de factos archivados nos annaes das sciencias naturaes que provavam precisamente o contrario, isto é que demonstravam ser o homem uma das especies mais caracteristicas daquella mesma fauna. Com effeito, já no século passado, em 1774 e 1799, J. F. Esper e John Frere haviam descoberto n'Alemanha e na Inglaterra ossadas humanas associadas com as de outros animaes, que já não existem, e com diversos utensilios fabricados de silex. [4]

Buchland, Schmmerling e os Sres Marcel de Serres, Tournal, Christol, Boucher de Perthes e muitos outros exploradores de cavernas e dos depositos quaternarios no Occidente da Europa fizeram importantes descobertas neste sentido durante a primeira metade deste século as quais se então tivessem sido devidamente

consideradas, já há muito se teria levado à evidencia, não só a coexistencia do genero humano com especies perdidas de outros animais como a anterioridade do homem aos ultimos movimentos que produziram o actual relevo da terra. [5]

A Paleonthologia e a Geologia porem não se preocuparam com estas descobertas e contentaram-se apenas em regista-las; em quanto que a Historia e a Archeologia interpretando parte d'aquelles factos com respeito aos seus intuitos estabeleceram as trez idades que denominaram, idade de pedra, idade de bronze, e idade de ferro, collocando a primeira e parte da segunda talvez, no obscuro periodo celtico, ou nesses chamados tempos ante-historicos em que floresceram essas gerações que outr'ora povoaram a bacia mediterranea e a parte occidental e central da Azia. [6]

Daqui resultou que o celebre Livro das antiguidades celticas do Snr. Boucher de Perthes publicado em 1846 produziu um estrondoso alvoroço entre os naturalistas ao ponto de que a maioria destes regeitou desdenhosamente o homem ante-diluviano anunciado por aquelle sabio archeologo. [7]

No entanto o Sr. Boucher de Perthes sem desanimar com o mau acolhimento que tivera a sua descoberta, e firme na convicção que se basea em factos [????], proseguio nas suas explorações e descobertas. Das diferentes partes de França, da Belgica, da Inglaterra, da Alemanha, de Italia, e de Hespanha accodem numerosas descobertas acerca da antiguidade do homem sobre a terra. As provas chegadas de toda a parte congregam-se; e nestes ultimos cinco ou seis annos, depois de conscenciosos exames, e discussões, é proclamado o homem como contemporaneo desses gigantescos pachydermes que tanto avultam na fauna quaternaria, e como testemunha de um mundo com formas fisicas diferentes das que hoje tem. [8]

Quando em 1860 se agitava entre os sábios da Europa a importante questão da antiguidade do homem sobre a terra, lembrámo-nos de dar, na qualidade de Membro Director da Comissão Geologica de Portugal, instruções aos collectores do serviço da mesma comissão, para explorarem os depósitos post terceareos dos valles do Tejo e Sado. O nosso fim era, não só colligir provar ácerca das oscillações do Ocidente da Peninsula Ibérica em relação ao nível do mar desde a epocha tercearea, como tambem ver se naquelles depositos se encontrariam como nas outras partes da Europa, instrumentos de pedra, ossadas de animaes. [9]

Dois annos se passaram sem que estes empregados encontrassem um único exemplar que podesse interessar aquella questão, não obstante as nossas reiteradas recomendações; apenas nos flancos do Tejo colligiram algumas conchas fosseis no calcario lacustre que então reputavamos terceario.

A este tempo tinhamos a nosso cargo o estudo geologico dos terrenos comprehendidos nas quatro folhas chorographicas n.ºs 23, 24, 27 e 28, publicadas pelo nosso Instituto Geographico, estudo que muito importava continuar e concluir, e por este motivo não nos era possível alterar então o programa do nosso trabalho para nos entregar-mos ao exame dos depositos acima referidos; reservando-nos todavia executal-o no ano de 1863. [10] Effectivamente neste anno fizemos um novo reconhecimento aos depositos post-terceareos em toda a porção do flanco esquerdo do valle do Tejo desde Alcochete por Samora ate Alpiarça. A fortuna declarou-se-nos propicia coroando as nossas diligencias com bons achados.

Em Benavente deparamos logo com alguns machados de pedra: no valle da ribeira de Magos junto a Salvaterra encontramos restos d'esqueleto humano associados com ossos de animaes, conchas, e concreções calcareas, revelando pelo seu estado e pelas condições em que foram achadas mui remota antiguidade [11] Chegados a Mugem indicaram-nos que no sitio denominado Cabeço d'Arruda havia muitas conchas marinas; dirigimo-nos a este local e ali encontramos effectivamente m.^{tos} restos semelhantes aos que tinhamos achado no valle da ribeira de Magos, porem em maior copia. [12]

Em fim n'uma rapida exploração que mandamos fazer nas visinhanças d'Almeirim e d'Alpiarça encontraram-se ali alguns machados celticos, cacos de lança grosseira, e conchas marinas de mistura com ossos de animaes de pequeno porte.

De todos estes logares aquelle que mais chamou a nossa attenção foi o Cabeço da Arruda no valle de Mugem; mas como tínhamos de concluir neste mesmo anno, como concluimos, o estudo geologico acima indicado, reservamos a exploração daquelle logar para o anno seguinte de 1864, mas deliniando porem logo a um dos collectores que nos acompanhava o modo porque então havia de fazer o trabalho de excavação quando ali o mandassemos.

No referido anno de 1864 fizeram-se os trabalhos de exploração no Cabeço d'Arruda conforme as instruções que déramos e os resultados obtidos excederam as nossas esperanças. [13]

O estudo feito neste mesmo anno a uma parte do flanco direito do valle do Tejo entre a Ponte do Carregado e Santarem, forneceram-nos novos achados e provas sobre a existencia do homem nas nossas latitudes, no periodo quaternario.

O nosso Collega da Comissão Geologica o Sr. J. F. N. Delgado que se achava então estudando a geologia da folha chorographica n.º [????] levou tambem a sua attenção para o estudo das grutas da Cezareda no concelho de [????] abertas no calcareo jurassico de uma parte do solo correspondente à indicada folha, e depois de porfiadas pesquisas encontrou excellentes especimens pertencentes às raças humanas que habitaram out'ora o nosso paiz, productos da industria destas raças, ossadas de animaes de que algumas especies, ou são totalmente extinctas, ou vivem hoje n'outras latitudes. Destes achados elaborou o mesmo collega uma Memoria que já se acha na estampa e que em breve será publicada. [14]

Animados com os resultados que obtivemos nos diversos pontos da bacia hydrographica do Tejo que estudamos e fizemos explorar resolvemos fazer um estudo mais amplo dos diversos depositos que constituem o terreno quaternario das bacias hydrographicas do Tejo e do Sado. Neste estudo colligimos então, já por nossas proprias mãos, já pelo trabalho da excavação e de cata executado pelos collectores sob as nossas indicações e direcção mui grande copia de lascas de pedra e instrumentos tambem de pedra mais ou menos imperfeitamente esboçados e todos elles producto do trabalho humano.

São estes objectos e os colligidos pelo nosso collega o Sr. Delgado que constituem as collecções da Comissão Geologica de Portugal relativas ao homem das antigas eras e aos productos do seu trabalho; e é dos depositos onde elles foram encontrados que vamos dar à nossa Academia uma succinta noticia. [15]

2.^a Parte

No primeiro fasciculo que publicámos no anno findo, relativo a descripção dos depositos quaternarios da parte occidental das bacias do Tejo e Sado,¹ dividimos estes depositos em tres grupos que denoninámos grupo inferior, grupo medio, grupo superior. Seguiremos pois nesta noticia a ordem ali indicada.² [16]

Grupo inferior [17]

As deste grupo mostram-se no litoral do Algarve desde o Guadiana até ao Cabo de S. Vicente; deste ponto até Aljezur ligam-se com as camadas do mesmo grupo que desde ultimo ponto se estendem para o norte formando retalhos dispersos ao longo da zona maritima desde o cabo de S. Vicente até à bacia do pequeno rio de Odemira.

¹ Descripção de terrenos quaternarios das bacias dos rios Tejo e Sado – 1866

² É muito conveniente que para a intelligencia desta Memória ter folhas da Carta Chorographica já publicadas pelo nosso Instituto Geographico.

Daqui continua este depósito para a bacia do Sado; mostrando-se a um e outro lado das serras do Cercal e de Grandola desde Vila Nova de Milfontes e Garvão até Alcacer do Sal e Setubal, acercando-se sempre do Oceano.

A passagem das camadas deste grupo da bacia do Sado para a bacia do Tejo faz-se de modo como se as bacias destes dois rios fossem uma e única, manifestando-se uma perfeita continuidade nas camadas deste grupo que correm da base do morro de Palmella para as Vendas Novas, precisamente onde está a linha divisória d'águas das bacias destes dois rios. [18]

Se levamos a nossa atenção para os lados central e oriental da provincia do Alentejo veremos as camadas deste grupo na região superior da bacia do Guadiana offerecerem as muitas estreitas relações com as camadas correspondentes das bacias do Tejo e do Sado, das quais são apenas separadas por pequenos accidentes. Effectivamente quem visitar o sólo do distrito de Beja entre Aljustrel e Castro Verde, entre Ervidel e Albernôa, e em outros pontos não duvidará da primitiva continuidade das camadas quaternarias deste grupo dentro das bacias indicadas.

Uma grande parte da actual bacia hydrographica do Tejo dentro de Portugal está occupada pelas camadas quaternarias pertencentes a este grupo. É dentro da bacia deste rio onde toma maior desenvolvimento de muitas legoas quadradas. Com effeito estendendo-se pelo S. até as vizinhanças de Souzel e de Niza e pelo N. indo até às abas das serras de Montejunto, Rio Maior e de Torres Novas, e que por este lado limitam a bacia do Tejo.

A alguns kilometros ao Noroeste de Thomar prolonga-se esta mesma bacia naquella accessão, penetrando pelo estreito valle do rio Nabao aberto na faixa de calcarios jurassicos que vem da Serra de Torres Novas, indo occupar algumas dezenas de kilometros quadrados no espaço que se estende desde Ourém e das vertentes das serras d'Alvaizere e d'Ancião para os lados de Leiria. Aqui e ainda dentro desta pequena porção da Bacia do Tejo, reaparecem as camadas do primeiro grupo as quais continuadas vão a Oeste occupar a bacia do rio Liz; ao norte e noroeste occupar semelhantemente as bacias dos rios Arunca e Lourical affluentes do Mondego; e ao sudoeste, ligar com as camadas do mesmo grupo que sobem do sul para o norte desde as alturas de Peniche e d'Alfazeirão pelas povoações de Pataias, Vieira, Lavos, até à foz do rio Mondego; formando-se deste modo um tracto continuo destas camadas quaternarias que ligam a primitiva bacia do Tejo com o que hoje é littoral, com as bacias tambem primitivas dos rios Liz e Mondego.

Mais para Leste, e ainda dentro da bacia hydrographica do Tejo veem-se numerosos retalhos das camadas deste grupo até a raia de Hespenha occupando as coroas das colinas e os plan'altos, e bem assim as partes deprimidas do solo como são por exemplo o retalho d'Abrantes, o de Penhascoso, o das Sarzedas que orla o flanco direito do valle do Tejo entre V.^a Velha e Malpica, e que se estende a Idanha Nova. Retalhos que outr'ora tinham continuidade entre si e com o grande tracto que se estende para o Oceano. [19]

As camadas daquelles retalhos mostram-se em geral horizontaes, mas em partes teem inclinações de 20° como [????] de valle do [????]. A Este de Idanha Nova, [????] cujo occidente se manifesta naquella parte em que as camadas encostam as collinas schistosas do mesmo flanco.

Continuadas as camadas quaternarias deste grupo do Tejo ate ao Mondego pelos valles acima indicados, vêmo-las no flanco direito do valle do rio nomeado em segundo lugar estenderem-se para o Noroeste [????] um tracto continuo com iguaes camadas da bacia do rio Vouga, e com as que se veem occuparem o littoral até perto da desembocadura do valle do Douro.

As camadas quaternarias da bacia do Mondego teem é verdade uma situação muito mais littoral do que as da bacia do Tejo e do Sado, porem nem por isso deixam d'avancar para o interior da Beira ate às distancias de 70 a 80 kilometros do Oceano; não de uma maneira continua como nas bacias do Tejo e do Sado mas passando

os retalhos do Louzado de Poyares, d'Arganil e de Mortágua. É porem mui digno de notar-se que parte das camadas deste deposito pertencentes a bacia do Mondego cobrem em forma de retalhos uma parte das coroas das serras do Bussaco, da [????], e de St.^a Quiteria, apresentando-se endurecidas, com a pasta granularizada e reduzidos em partes a quartzites grosseiras, assentando transgressivamente, ou mui discordantemente sobre as camadas de quartzite silurianas que formam o esqueleto daquellas serras.

Em alguns logares destas mesmas serras as referidas camadas quaternarias apresentam-se com fortes inclinações.

Da mui ligeira idea que acabamos de dar acerca das relações que entre si guardam as camadas deste grupo que estão situadas nas differentes bacias hydrographicas do Occidente da peninsula desde o Guadiana ao Douro conclui-se que estas mesmas camadas formavam primitivamente um deposito continuo em toda a região que temos considerado. [20]

As alturas sobre o mar a que as camadas deste deposito attingem são mui variaveis, isto é mostram-se desde o nível do mar, como desde o Alfeite a Alcoxete defronte de Lisboa, até 200 e 450 metros sobre o mesmo nivel, como na Beira baixa entre Malpica e Idanha nova, no alto das serras de [????] e do Buçaco e em outros logares e cobrem indistinctamente todas as formações quer plutonicas e crystallinas quer fossiliferas de todas as idades. [21] Sucede porem um facto singular e é que as camadas terceareas marinas, aliás deslocadas e profundamente accidentadas, no Algarve, em Alcaccer do Sal e Setubal, em Lisboa não attingiram em parte alguma as maiores altitudes a que chegam as camadas quaternarias do grupo inferior. [22]

Se attendermos a distribuição geral do relevo formado pelas camadas deste grupo veremos que as maiores altitudes a que attingem estão situadas para nascente e que estas diminuem successivamente para o poente; mas não tanto que sobre a linha de Costa como em Açafora e entre a desembocadura do Tejo e o Cabo d'Espichel não ganhem altitudes de 80 [?] a 100 metros sobre o nivel medio do mar. [23]

Pelo que respeita à presença das camadas deste grupo é ella na realidade mui variavel nas differentes partes do paiz já porem a sua possança normal era fraca, já porque a dissolução a ter reduzido mui differentemente nas differentes paragens que se observam. [24]

Na bacia hydrographica do Tejo entre Santarem e a serra de calcareo jurassico que corre de Rio Maior a Minde é a região onde esta presença chega ao seu máximo.

Não tivemos occasião de medil-a nem é cousa facil fazel-o com exactidão; porem não nos afastaremos da verdade assignando lhe 300 a 400 metros.

O grez quartz-feldespathico, a argilla, o marne, e o calcareo, são as rochas constituintes deste vasto deposito mas o character lithologico dominante é o da rocha arenosa.

As camadas de gres com as de argilla são as que effecivamente se veem mais por toda a parte: ninguem há que não conheça ou não tinha ouvido fallar nas charnecas do Alemtejo, atravessadas hoje pelos caminhos de ferro do Sul e de Leste, nas charnecas de V.^a Nova da Rainha a Rio Maior de Leiria a Figueira e nas gandaras de Coimbra a Aveiro; vastos tractos de solo, inculto e ermo, formados na maior parte por aquellas camadas. [25]

Pelo que respeita à parte calcarea deste vasto deposito mostrase mais frequente na parte meridional do nosso paiz, tanto na bacia do Guadiana desde Moura a Badajoz, na do Sado desde Garvão até Alcaccer do Sal, como na parte oriental da bacia do Tejo.

Assim nas visinhanças de Moura e da Vidigueira, de Ferreira, do Torrão, de Campo Maior, do Cano, de Fronteira, do Ladoeiro perto de Castello Branco, e em muitas outras partes especialmenteda prov. do Alentejo veem-se retalhos de mui variadas grandezas formados por camadas de calcareo lacustre e d'argillas marnosas associadas ou não com camadas de grés.

Onde porem as camadas de calcareo deste grupo se desenvolvem em grande extensão formando vastos tractos é ao norte do Tejo entre este rio e o terreno que corre de Rio Maior a Minde.

As formas orographicas desta parte do solo, a sua topographia, a extensão da sua agricultura e a abundancia da sua população fazem um verdadeiro constraste com o que se observa nos tractos deste grupo onde predominam as camadas arenosas. Notando-se mais que por toda a parte a stratificação destes calcareos quaternarios offerece muita regularidade.

Nas assentadas desta rocha que se veem entre as villas do Cartaxo e de Rio Maior, em Pernes, em Torres Novas, e em Thomar, a regularidade da stratificação considerada em pequenas extensões é precisamente como a das camadas dos terrenos cretaceo e jurassico.

Se a este caracter do calcareo das localidades citadas juntarmos aquelle que resulta da contextura da rocha, n'uma parte oolithica n'outras finamente granular, n'outras compacta; se reparamos que é um calcareo mais ou menos silicioso e mui duro mas que alem disso é em muitos pontos bastante fendido e cavernoso, e que em fim as suas camadas se apresentam em alguns sitios fortemente accidentadas, não admirará que o naturalista desprevenido, tome estes calcaneos como pertencentes a uma formação muito mais antiga. [26]

Quem haverá que tomando a estrada de Thomar a V.^a d'Ourem que ao atravessar as bancadas de calcareo da Carregueira se persuada que tais camadas são do periodo quaternario? Por mais habil que seja o Geologo, se não tiver estudado esta formação em outras differentes partes do nosso paiz e em outros pontos longe de Thomar, dirá que os calcaneos da Carregueira são secundarios; e talvez seja propenso a confundil-os com os calcaneos do Lias superior que lhe estão proximas e que vão [????] o rio Nabão. [27]

Um outro factio digno de consignar é que os tractos calcareos do grupo inferior do nosso terreno quaternario manifestam-se nas visinhanças das regiões calcaneas d'outras formações: assim vemos que os calcaneos quaternarios do Alemtejo estão em relação mais ou menos immediata com os calcaneos crystallinos do periodo siluriano e os do vasto tracto do Carregado a Thomar veem-se igualmente em relação proxima com a grande cadêa e serra de calcareo jurassico que se levanta entre os valles do Tejo e do Mondego.

Parece que estes calcareos quaternarios devem em parte a sua origem às fontes repuxantes do seio da terra carregadas de bicarbonato calcareo, e foram, em nosso ver, formados na sua quasi totalidade à custa da destruição dos calcareos crystallinos silureanos e dos calcareos secundarios acima citados. [28]

Os rios Liz, Lena, as ribeiras do Almonda, do Alviella, de Fragoas, de Rio Maior, d'Otta, d'Alenquer procedentes todas do seio da grande cadeia jurassica de que acima fallamos temol-as como os ultimos termos e os representantes das primitivas fontes que tinham origens no interior desta mesma cadeia e que descarregavam para o grande recipiente onde teve logar a deposição das camadas do nosso grupo inferior do terreno quaternario. Por toda a parte onde apparecem os calcareos quaternarios, já no de marnes, já no de calcareos duros e compactos, se manifesta maior riqueza no solo vegetal e uma cultura mais cuidadosa. Do mesmo modo que os calcareos de outras formações, estes calcareos fornecem excellente cal, dão pedra para alvenaria, pedra d'apparelho e mesmo excellente cantaria. No Alemtejo, as camadas de calcareo quaternario de St.^a Victoria no districto de Beja dão cal hydraulica. [29] Alem das camadas de calcareo do grupo inferior que tão importante papel fazem no grande tracto ao norte do Tejo, não são ellas as unicas deste mesmo grupo que formam o relevo do solo do referido tracto; ainda que mui resumida seja esta nossa noticia, julgamos contudo util dar uma indicação summaria das assentadas desta porção de solo quaternario ao norte do Tejo e a qual na ordem ascendente é como se segue:

- 1.º Assentada mais inferior composta de camadas arenosas avermelhadas.
- 2.º Assentada formada de camadas de marnes, de grés amarellado e verdoengo.
- 3.º Assentada de grossas bancadas de calcareo.

- 4.º Assentada de grés e d'argillas.
- 5.º Assentada de camadas de marnes, alternando com camadas de grés.
- 6.º Assentada de calcareos e de marnes.
- 7.º Assentada de camadas de marnes, argillas e grés.

A 1.^a e 2.^a assentadas correm desde entre Thomar e Ourem para S.O. ao Carregado junto do Tejo. A 3.^a manifesta-se no Prado e corre por Alcanede a Rio Maior, aba oriental da serra de Montejunto a Alemquer e Carregado. A 4.^a, 5.^a e 6.^a formam os massiços mais elevados e regulares entre Thomar e Alemquer, a 7.^a emfim corôa a parte elevada deste mesmos massiços entre Torres Novas e Thomar. Cumpre todavia dizer que nem todas estas assentadas guardam perfeita constancia de caracteres lithologicos geraes em toda a extensão do grande tracto: são somente a 1.^a, 2.^a, 5.^a e 6.^a que abstraindo d'algumas alterações locais conservam permanencia nesses mesmos caracteres. [30]

As bancadas de calcareo que o viajero vê ao lado esquerdo da estrada desde a Ponte do Carregado até perto do Cercal, são as mesmas que vê nos cazaes da Venda ao poente de Rio Maior e as que formam as imponentes escarpas abruptas que vão dos Cabos passar ao Norte das Fragoas em direcção a Alcanede e aos cazaes do Prado.

As bancadas de calcareo d'Aveiras, Azambuja, Assentiz são as mesmas dos altos d'Abetureira a Tremez, de Parceiros Torres Novas, de Payalvo, de Thomar, Carregueira, e as que se veem no flanco direito do valle do Tejo entre valle de Figueira e Cartaxo. [31]

A Oeste da grande cadeia de montanhas jurassicas entre o Tejo e o Mondego a que já alludimos e desde este ultimo valle até ao Douro não nos lembra de ver camadas do periodo quaternario como as do tracto a que acabamos de nos referir.

Restrinjamos porem um pouco mais as nossas observações as camadas deste grupo que estão dentro das bacias do Tejo e Sado.

As camadas do deposito a que acabamos de dar noticia estão muito longe de se mostrar na situação que tomaram quando foram depositadas e de ter a extensão e continuidade que possuíam então; ao contrario mostram-se por toda a parte desanrajadas da sua posição normal.

Os importantes valles do Tejo e do Sado na sua parte occidental com todos os seus valles secundarios que lhes pertencem cortaram com a sua abertura

B

As camadas deste grupo produzindo nellas inclinações mais ou menos fortes, falhas, desnivellamentos sendo alguns delles muito consideraveis. Estas mesmas camadas dispostas horizontalmente vemol-as interrompidas repentinamente para o Occidente em consequencia de estarem cortadas pela escarpa maritima sendo parte desta em alturas variaveis de 10 a 50 [?] metros formada pelas testas daquellas camadas.

Dentro da bacia do Tejo junto à Castanheira e da Ponte do Carregado até Alemquer estão as camadas de grés e de calcareo quaternario levantadas em angulos que variam de 20 a 70º mergulhando os seus planos para S.E. [32]

D'Otta ao Cercal iguaes inclinações se observam nestas mesmas camadas, vendo-se estas cobrirem as camadas jurassicas da serra de Montejunto como participantes que foram da immersão desta serra. Em Rio Maior e em Fragoas inclinam estas mesmas camadas em angulos de 10 a 30º para os quadrantes de S. e de S.E.; em Alcanede levantam-se as camadas de calcareo até à vertical formando uma elevada parede que se continua com os calcareos jurassicos para o lado d'Abran.

Duas grandes falhas uma dirigida de norte para sul desde Alhandra até ao Cercal outra do Sudoeste ao Nordeste desde o Cercal por Rio Maior até à Carregueira a N. de Thomar produziram uma enorme dislocação do terreno quaternario com mais de 80 kilometros de comprimento. [33] Enfim as camadas quaternarias deste grupo participam de accidentes tão profundos como as que se observam nas camadas dos terrenos cretaceo e jurassico das nossas regiões; vêmol-as sulcados por valles cujas paredes são em partes cortadas a prumo: e offerecem vastas interrupções ocasionadas por phenomenos que tiveram logar posteriormente. [34]

O Grupo inferior remáta por um deposito mui grosseiro que na tabella que se vê a pag. 2 da nossa descripção do terreno quaternario tem o numero n.º 2. [35]

É formado por grossos seixos quartzosos com pasta de grés avermelhado. Este deposito cobre parte da superficie das charnecas adjacentes aos flancos do valle do Tejo e do Sado disposto em camadas proxivamente horizontaes, como se vê entre villa nova da Rainha e Aveiras; entre Aveiras e Azambuja, nos altos da serra d'Almeirim; nas charnecas da Chamusca d'Ulme, d'Asseiceira; vê se em massas stratiformes apoiadas às encostas dos flancos do valle do Tejo, entre V.^a Nova da Rainha e Azambuja e na Chamusca; desde a base dos mesmos flancos até a aresta superior delles encontrase tambem este deposito, assentando immediatamente sobre os schistos crystallinos e sobre muitas das rochas secundarias e terceareas do paiz.

Os restos de animaes que temos encontrado nestas camadas são algumas conchas de molluscos dos generos *Limnea*, *Planorbis*, *Helix* no estado fossil.

Pelo que toca porem a vertebrados da fauna quaternaria nada temos achado até hoje que per si só nos desse alguma luz sobre a idade deste deposito: apenas vemos uma porção de osso que parece um omoplata de um grande mamifero dentro de uma grande pedra solta de calcareo areoso encontrado perto d'Aveiras de cima mas cuja procedencia tenho como mui provavel ser das camadas quaternarias deste grupo e daquella mesma localidade. Encontramos tambem o fragmento de um osso longo tambem de mamal e nada mais. [36]

As camadas deste grupo se acaso são algum tanto desertas com creio que são de despojos animaes da escalla superior e especialmente de vestigios de esqueleto humano, não o são todavia de objectos que conservam signaes evidentes de terem passado pela mão do homem. [37]

O encontro de taes objectos teve logar a principio nas camadas dos grupos medio e superior mas o estudo pormenores que tentamos fazer a estes depositos, tanto para bem caracterizar as camadas do grupo inferior que reputavamos do periodo terceareo, como para separar e corar na nossa carta Geologica estes diferentes grupos foi-nos levando ao encontro sucessivo de objectos semelhantes dos já colligidos nos grupos superiores. Foi realmente uma surpresa para nós encontrarmos silex trabalhados pela mão do homem, não direi já nas camadas superiores do grupo superior, mas o que é mais nas camadas de calcareo e de grés da 1.^a e 2.^a assentadas, em Alemquer, em Otta, nas charnecas de Rio Maior aos Cabos e a Malaqueijo cujas camadas supportam outras do mesmo grupo cuja passança vai a 200 e a 300 metros.

As silex trabalhadas a maioria dellas com o seu caracteristico bôlbo de percussão devido à pancada de martello, as lascas e os nucleos de silex e os calháus mais ou menos angulares tambem de silex veem-se despersos pelas camadas do grupo inferior mas onde se encontra com extrema frequencia é entre o Carregado e Rio Maior, entre Rio Maior e Santarem e mais nas assentadas inferiores do que nas superiores.

As silex são raras, e mesmo não se teem encontrado em muitas outras partes deste deposito; outra rocha porem sua congenere a substitue alli; queremos fallar das quartzites trabalhados. Na Barquinha, Asseiceira, Matto Miranda, e do outro lado do Tejo desde Benavente até a Chamusca e no interior das charnecas para os lados de Montargil, e Ponte de Sor, o que se encontra é a quartzite talhada com a mesma profusão em alguns logares, com as silex entre o Carregado e Rio Maior.

Os nucleos resultantes das lascas destacadas: as peças cortadas em forma de ferro de lança, e para objectos de trabalhos, e as peças umas simples lascas, outras cortadas intencionalmente são numerosas em muitos daquelles sitios.

Colligimos e fizemos colligir muitos destes objectos para a nossa Comissão Geologica e delles colhemos alguns que temos descripto em uma Memoria em separado. [38]

As camadas do deposito n.º 2 encerram abundantes peças de quartzite como pode ver-se nas encostas de Villa Nova de Rainha.

Grupo medio

As rochas que constituem o deposito do grupo medio não são assaz distinguiveis das do n.º 2 do grupo inferior, que acabamos de mencionar. Em muitos logares as camadas formadas pelas rochas destes dois grupos não podem separar-se, nem pela posição que occupam nem pelos caracteres petrologicos aliás muito mais fallazes ainda do que as das formações d'outras epochas.

É esta uma das principaes razões porque consideramos as camadas do n.º 2 com uma transição para as do Grupo medio; e não estamos mesmo longe de mais tarde mediante novas observações encorporar estes dois depositos em um só.

As rochas do grupo medio mostram-se de preferencia nos valles principaes e secundarios que cortam o relevo do nosso paiz. Por enquanto referiremos a este grupo os pequenos retalhos de conglomerado grosseiro que se vê em alguns pontos dos valles

C

uma quantidade mui grande de calhaus rolados de quartzite soltos e amontoados pela mão do homem, cobrindo um deposito formado de iguaes calhaus empastados por um grés grosseiro argilloso avermelhado. É o mesmo deposito que se observa no Alva, no Ceira, no Vouga e seus affluentes no Souza na parte em que estes valles atravessam as regiões schistasas e graniticas, porque taes depositos não se mostram, pelo menos nas mesmas condições, na parte occidental dos mesmos valles, ou antes na parte do solo secundario, terceareo, ou quaternario que elles atravessam.

É neste deposito onde se encontra pela lavaga algum ouro.

No valle do Sado o deposito differe um pouco porque em vez de calhaus grossos de quartzite vemos o schisto em fragmentos.

Em parte os fragmentos deste dilluvium pertencem à localidade, n'outros porem parece provirem de grandes distancias.

As alturas a que este deposito attingiu dentro dos valles é mui diversa indo de 10 a 60 e a 100 m, acima dos respectivos fundos.

Pelo que respeita à parte que reside nos plan'altos nas encostas e coroas das collinas, offerece mais variedade em seus caracteres e condições. No Algarve entre outros pontos onde se encontram claros vestigios deste deposito citaremos o que se vê na Carrapateira. Este diluvium reduzido ali a pequenos retalhos coroa as collinas que se levantam a leste deste povo. Quem subir da Carrapateira para aquellas alturas encontrará aqui e ali os indicados retalhos assentando sobre o schisto devoniano, constando de fragmentos angulosos e de arestas quebradas de schisto, de quartzite e de calcareo jurassico do paiz envolvido em um grés incoherente. [39]

Foi em 1859 que deparamos entre a Carregueira e a V.^a de Bispo com um bloc de calcareo jurassico com mais de 1 m de diametro sobre a parte mais elevada de um plan'alto de schistos devonianos havendo aos lados restos do dilluvium que acabamos de indicar.

Na provincia do Alentejo encontram-se os vestigios deste dilluvium desde a serra do Algarve até ao valle do Tejo mas dispersos em pequenos retalhos e em partes representados por fragmentos de diversas rochas accumuladas pelo transporte e por seixos quartzosos soltos e fragmentos.

Uma das partes onde bem se observa a feição deste deposito e a maneira porque elle se presenta é a zona do terreno comprehendida pelos Concelhos de Estremoz, de Fronteira, d'Aviz e do Cano.

Aqui veem-se os schistos crystallinos cobertos aqui e ali como por exemplo entre Extremoz e Fronteira por numerosos fragmentos mais ou menos angulosos de schisto, de calcareo e de quartzite do paiz, ora soltos pela destruição da pasta ora cimentados por um gres grosseiro com detricos do mesmo schisto.

Ao Poente de Niza, entre Grandola e a Comporta veem-se tambem mui repetidos destes retalhos.

Na Peninsula de Setubal no sitio das [????] e nas abas da serra da Faúlha entre Santana e Azeitão está representado por um conglomerado formado de origem neocomeense de grossos fragmentos e massas de calcareo e de quartzite empastados em grés argillo ferruginoso; avultando algumas daquellas massas a quinhentos e mil decimetros cubicos: este conglomerado assenta sobre o solo neocomeense e quaternario de gres inferior. Muitas destas massas volumosas veem-se soltas sobre o solo pela destruição da ganga, parecendo terem sido projectadas da serra para as partes que occupam.

Nas duas Beiras e Traz dos montes tambem se mostram semelhantes depositos diluviaes assentando indistintamente nos terrenos de todas as idades inclusivamente sobre as camadas do grupo inferior deste mesmo terreno quaternario.

Um destes exemplos vê-se entre Poyares e Arganil onde o deposito é formado à custa dos grés e conglomerado duro passando à quartzite quaternaria [?] e das quartzites silurianas umas e outras da localidade. Ali o deposito é extremamente grosseiro abundando muito os fragmentos volumosos com diametros entre um e dois metros. Semelhante deposito cobre alguns logares ao Occidente da Beira, no destric^o d'Aveiro como entre Estarreja e Esgueira.

Em Traz dos Montes citaremos o dilluvium de Moncorvo a Carvissaes onde predomina a pedra ferranha com que se calçam as ruas daquela villa. [40]

Reconhecendo o alto da escarpa oceanica desde V.^a Nova de Mil Fontes até ao cabo de Sines e a um e outro lado deste encontrase um cordão, interrompido é verdade, mas bem manifesto formado de calhaus arredondados pelo atrito, com um a trez decimetros de diametro em partes formado de schistos de diorite, de porphyro e de calcareo em partes de mistura com alguns exemplares de Pectens, Balanus.

Estes calhaus são inteiramente semelhantes aos calhaus postos em movimento pelas ondas que vem perder-se junto a uma costa pedregosa. Das proximidades do cabo de Sines até à desembocadura do valle do Sado em Setubal não se veem aquellas porções de cordão littoral, e esta ausencia está em relação com a costa de area em toda aquella extensão. [41]

Mas se levamos as nossas vistas para o cabo d'Espichel, e costa que lhe está adjacente para os lados de Cezimbra, vemos ali a diferentes alturas sobre o nivel do mar, diversos cordões littoraes sendo os principaes delles um a 12 m outro a 75 m sobre o nivel do mar manifestandose então aqui grés com cimento de calcareo envolvendo os calhaus. Em associação com estes calhaus e nestes gres veem-se *Pectunculos Mytillos* e fragmentos de outras conchas marinas não fossilisadas completamente. [42]

Um cordão d'areas encerrando em partes conchas marinas, das que vivem hoje na nossa costa mostra se ao longo do flanco direito do Tejo desde Alcochete e Samora ate as alturas de Benavente. Em Cascaes, e de Cabo Raso (a O. de Lisboa) para o Cabo da Roca ve-se a continuação do cordão littoral. [43]

Daqui para o Norte a continuação mal representada até a foz do rio Sizandro do cordão littoral, e daqui para o Norte não se veem não só porque grandes porções da linha de costa são em areias soltas, como porque as conquistas recentes do Oceano sobre a costa tem feito desaparecer a primitiva linha de costa e com ella os vestigios de phenomenos que ellas encerravam. [44]

Outros depositos que parece terem-se succedido aos precedentes cremos ser os seguintes

- 1.º os grés tufaceos;
- 2.º os tufos;
- 3.º as argillas avermelhadas e cor de chocolate;
- 4.º os depositos de seixos

As camadas, se este nome merecem, que parece terem-se succedido aos depositos d'area solta são aquelles que se formaram tanto sobre o solo quaternario do grupo inferior como sobre os mais solos geologicos do nosso paiz.

Os caracteres distinctivos destas camadas são, participarem da natureza do solo sobre que assentam; offercem um aspecto tuffaceo; a sua espessura em geral não excedendo mais de um metro; verem-se accomodados tanto nas encostas como nas partes do solo menos inclinadas ao horizonte e não terem continuidade senão nas Gandaras.

Em alguns sitios [????] identificados se veem estas camadas com as subjacentes que custa a differencial-as. Nas nossas regiões schistosas e graniticas ahi as encontramos com espessuras mui varias, formadas de pequenos fragmentos de rocha subjacentes, em partes tornadas arenaceas com parte argillosa ou feldespatica, de ordinario de uma côr cinzenta suja terrosa e algumas vezes avermelhada. No solo secundario tanto arenoso como tambem em parte de calcareo e mesmo no terceareo ali se encontra uma ou duas camadas deste deposito formadas com detricos das rochas subjacentes.

Sobre o solo arenoso do grupo inferior do nosso terreno quaternario é onde estas camadas se mostram com mais desenvolvimento superficial como no Algarve entre Faro e Albufeira, em Lagos, V.^a do Bispo nas charnecas do Alentejo entre o Tejo e o Mondego e nas gandaras de Coimbra a Mira e a Aveiro. Estas camadas que variam de alguns decimetros até dois metros indo quando muito a cinco metros de possança, são arenosas com seixos ou sem elles, de cimento argillo-calcareo, argillo-ferruginoso de uma cor terrosa em partes toma a cor anegrada e converte-se superficialmente na terra de gandara de que fallou o nosso respeitavel naturalista J. B. d'Andrade, n'outras o cimento sempre fraco e uma argilla misturada com oxidos de ferro e manganez que dão às rochas cores, de castanha ochracea de tabaco com manchas anegradas. São frequentes as concreções fistuladas e globulosas de ferro hydratado que se veem nestes depositos mais modernos. Nas camadas com este cimento é facil encontrar-se numerosos pisolithos e concreções d'aspecto tuffaceo. [45]

Não em todos mas em muitas destas camadas se encontram não só silex talhados como restos de cacos de louca vermelha. [46]

A formação dos tuffos calcareo teve tambem logar por esta occasião taes como os retalhos que se veem nas visinhanças de Tavira, e de Loulé; nas d'Alvito e Alandroal e em Azeitão nos valles de Rio Maior, do Alviela, do Almonda, do Liz, e do Lena, em Redinha, em Condeixa e Sernache.

Este deposito é porem local e so se encontra nos valles que atravessam as regiões calcareas.

Os conglomerados ferruginosos e os tuffos tambem ferruginosos que se veem nas visinhanças das minas de S. Domingos, d'Aljustrel e do Bugalho, nas serras de Grandola formaram-se nesta epocha à custa das rochas subjacentes e da decomposição das massas pyritosas dos jazigos cupricos daquellas localidades.

As fontes repuchantes do interior da terra parece terem começado a manifestar-se no principio da epocha quaternaria, isto é durante a deposição das camadas do nosso grupo inferior.

Com effeito as porções de camadas de grés imminantemente ferruginoso e pertencentes a este grupo que se veem na bacia do Odemira, entre Setubal e Barreiro, nos Pégoes, entre Otta e o Cercal, nas visinhanças e ao poente da Batalha em S. Pedro de Muel e em geral em muitas partes dos gandaras entre o Mondego e Aveiro, provam que houveram ali aguas repuchadas do interior, as quaes achandose mui sobrearregadas de oxidos de ferro depositaram este mesmo ferro nas visinhanças dos logares em que se emmergiam, assim vemos uma a mais camadas de grés de cores claras tornarem-se de repente de cor ferruginosa intensa pela abundancia de ferro hydratado, encerrando em partes concreções ferruginosas, mas sem que accidente se estenda a distancias grandes isto é são variaveis de 50 a 300 ou 500 metros quando muito de extensão; observandose mais que as camadas que se sobrepõem naquellas onde este accidente lithologico se dá não foram affectadas da imbibição dos mesmos oxidos de ferro.

N'alguns logares as camadas de grés tomam a cor amarella ochracea como nas visinhanças de Setubal.

Este phenomeno não se dá somente nas camadas desta ou daquella assentada mas observase em todas as alturas do nosso grupo inferior. Parece que as fontes repuxantes eram intermitentes ao menos na intensidade ou proporção dos principios ferruginosos que traziam consigo.

As immersões ferruginosas por intermedio das fontes repuxantes parecenos terem cessado ate ao fim do periodo quaternario.

A acção produzida pelas fontes repuxantes de aguas acidas apresentase porem em mais vasta escalla a avaliar pela extensão dos seus effeitos. Começou o apparecimento destas aguas com as primeiras camadas do nosso grupo inferior manifestandose a sua acção ate à epocha moderna.

O desenvolvimento das camadas de calcareo quaternario do norte do Tejo e na provincia do Alentejo, a immensa alteração dos calcareos de todas as idades desde o mondego até ao litoral do Algarve; a presença do tufo calcareo nas camadas arenosas do periodo quaternario nas camadas secundarias e nos schistos devonianos do Alentejo e Algarve e bem assim em associação com os fillões e os acervos de diorite que cortam o solo entre a serra de Cintra e Cascaes, em S. Thiago de Cacem entre Tavira, Villa real são outros tantos productos da acção das aguas acidas vindas do interior em larga escalla durante a epocha quaternaria; a ella se deve a destruição dos calcareos secundarios e terceareos do nosso paiz já convertendo-os em tuffos, já dando em structura rôta às suas camadas; já dissolvendo o carbonato calcareo da camada e deixando em seu logar uma rocha arenosa argillosa cor de sangue de boi como se observa entre outras partes nos calcareos terceareos de Setubal, nas bancadas de calcareo neocomeense de Cascaes, da Ericeira, e de muitas outras partes. Este ultimo producto tem inteira semelhança no seu aspecto lithologico com um deposito que se vê associado aos calcareos de todas as idades do nosso paiz.

Fallo das argillas vermelhas e cor de chocolate que com tanta frequencia vemos sobre as formações sedimentares onde predomina o calcareo. O prodominio da argilla mais ou menos marnosa, a sua cor sempre vermelho carregado até à côr do chocolate????raras vezes he cor ochracea, e sua situação por assim dizer obrigada aos calcareos preexistentes são os seus principaes caracteres.

Nos calcareos crystallinos de mais antiga data como os do Alentejo; cobrindo os pequenos retalhos de calcareos silurianos da Beira, dispersos por cima dos calcareos jurassicos e cretaceos das nossas provincias do Algarve, da Estremadura e da Beira; sobre os calcareos terceareos de todo o paiz e sobre os calcareos do nosso grupo inferior de terreno quaternario, ali vemos estas argillas vermelhas occupando as cavidades os algares e todas as desigualdades da superficie das camadas calcareas que acabamos de ennumerar. Em vão se procurará este deposito ao menos com os mesmos caracteres lithologicos sobre as farinações graniticas, sobre as rochas schistosas, ou arenaceas do paiz.

Estas argillas em partes tornamse arenosas e envolvem seixos quartzosos de pequena grandeza.

Em relação com este deposito vimos em numerosos pontos do nosso solo calcareo, rastros de seixos quartzosos, mui arredondados, lizos, côr de sangue boi, como a da maior parte das precedentes argillas, alguns raiados e brancos não ascendendo em geral o tamanho de uma noz ou de ovo de perdiz. Em muitas partes provem dos retalhos daquellas argillas que em partes foram levadas pelas aguas pluvias; n'outras parecem apenas os vestigios de uma corrente que passou. [47]

Estes vestigios porem quando se apresentam desacompanhados das argillas nem sempre teem aquelles mesmos caracteres, isto é nem sempre estão representados somente por seixos pequenos arredondados, lizos de rocha quartzosa e em geral cor de sangue boi; ao contrario mostram-se acompanhados com seixos e com fragmentos de granito, de schisto, de calcareo, e de grés. É cousa singular: a associação daquelles seixos com outros de diversa natureza e aspecto se acaso tem logar sobre o solo calcareo como já vimos pode comtudo dizerse de um modo geral que ella só tem logar nas regiões de outra composição mineral.

Tanto estas argillas vermelhas como os rastros de seixos de que acabamos de dar noticia occupam a parte mais superficial das planuras, cobrem os tuffos calcareos e os depositos quaternarios que temos indicado.

Examinando agora os valleiros de maior importancia; destes passando aos valles scundarios; e levando depois a nossa observação aos valles principaes, em geral aos valles que desembocam no Oceano, ahi vemos outros depositos que constituem os ultimos termos da epocha quaternaria no nosso paiz, ou antes significam os ultimos movimentos que precederam o estado actual do equilibrio em que vemos o occidente da peninsula. Estes depositos tem mui differente aspecto entre si. Começemos pelos depositos mais grosseiros. Os depositos grosseiros compostos de calhaus fornecidos pelas rochas dos flancos dos valles envolvidos por uma pasta grosseira arenosa formada à custa das rochas adjacentes é um phenomeno que se observa com muita frequencia em todos os valles estreitos e por onde correm aguas mais ou menos torrencias. Estes depositos occupam alturas variaveis acima dos leitos dos mesmos valles de modo que estão innaccessiveis às maiores cheas que accodem a esses valles. Não é preciso sahir a muitas legoas fora de Lisboa para se reconhecerem estes depositos, bastará examinar qualquer das pequenos valles por onde correm as ribeiras d'Alcantara, de Queluz, de Oeiras, d'Odivellas para se encontrarem claros vestigios deste deposito, inteiramente semelhante ao que se observa em todos os mais valles mais ou menos estreitos que sulcam o relevo do interior de todo o nosso paiz e dos que desembocam no Oceano.

Nos valles largos, como a parte occidental dos valles do Sado do Tejo e do Mondego semelhantes depositos alem de serem m^{to} menos grosseiros, chegando mesmo a serem finos, estão adjacentes aos flancos e superiores às campinas que formam os fundos dos valles.

Tanto no valle do Sado, como nos valles do Tejo e Mondego não vimos ainda bem definidos esses notaveis depositos alluviaes denominados Loess, Lehm, e terraços que revestem os flancos do valle do Rheno, e que observamos no valle de Danubio, com as formas e desenvolvimento com que se mostram nestes e em outros grandes rios. [48]

Se examinarmos a desembocadura de alguns valles secundarios de menor importancia correspondentes ao valle do Tejo, como o da depressão d'Otta a de valle Verde perto da villa d'Azambuja, encontraremos ahi um deposito alluvial, acima do nivel das campinas e das maximas cheas do Tejo, formado de grés mui fino micaceo argillo-marnoso, contendo graos e concreções marnosa e calcareas. A sua espessura é de 6 a 8 metros acima da campina, mas como este deposito se esconde abaixo dos depositos mais modernos da mesma campina não se sabe qual seja a sua espessura.

Neste mesmos grés finos argillosos se encontram diversas conchas, dos generos *Helix*, *Bulimus*, *Limnaea* e *Unios*: assim como raros, mas claros vestigios de carvão, e pequenos seixos formados de louça vermelha. [49]

Pelos caracteres lithologicos deste deposito, e mesmo pela sua posição alguma como de analogo se poderá ver nelles, com o Loess do Rheno³; estamos porem muito longe de pretender baptizar com tal nome ao deposito alluvial do Tejo e dos outros principaes rios do nosso paiz, que surge por debaixo dos aluviões modernos e que se eleva sobranceiro a elles encostando contra os respectivos flancos. [50] A este deposito porem que em algumas partes se apresenta em forma de degraus, talvez alguém se lembrese de dar o nome de terraços pela tal ou qual analogia que mostra com os parallel mad da Escocia; o que não estamos longe de aceitar com a necessaria reserva. [51]

É preciso porem não confundir os accidentes formados por este deposito, com outros semelhantemente dispostos e que em mais larga escalla simulam de grandes terracos em muitos dos nossos valles principaes e secundarios. [52]

Queremos fallar

1.º nas banquetas adjacentes aos flancos, elevados de 5 a 20 metros sobre as planicies do fundo dos valles resp^{os} e com largas variaveis que vao, como nas banquetas do valle do Tejo ate [????] kilometros. 2.º nos sulcalcos ou degraus que se observam a diferentes alturas dos flancos dos valles, mas cuja superficie superior não attinge a parte mais elevada dos mesmos flancos. Estes accidentes examinados de longe dentro da parte mais ou menos larga dos valles do Sado e do Tejo e do Mondego e por quem estivesse prevenido com a leitura da descripção dos terraços e dos Loess dos valles da Escossia do Danubio e do Rheno, a qual o Sr. Lyell faz com tanta lucidez nas suas obras de geologia, e attendendo somente à sua forma apparente e a situação, seria de certo modo levado e com alguma plausibilidade a consideral-os como terrasos, ou accidentes analogos. De passagem diremos que estes accidentes do mais sobido interesse serem conhecidos pelo engenheiro hydraulico pelo constructor em geral, pelo agricultor, e pelo explorador d'aguas.

O deposito alluvial que nos occupa afflora como disemos por baixo das campinas forma um degrau ou banquetes de alguns decímetros a um a dois metros de alto, alguns metros de largura, e crescendo superiormente em rampa ou talude mais ou menos forte, vai revestir os flancos, encher as desigualdades e covos que se observam na superficie atingindo alturas de 5 a 15 metros sobre a campina.

Citaremos no valle do Tejo a estreita porção de campina situada entre a valla d'Azambuja e o flanco correspondente, onde melhor se veem restos do primeiro degrau que se levanta immediatamente sobre a mesma campina entre a Ponte do Reguengo, e o Repilau acima da Ponte de Santarem: ou melhor ainda toda a porção de flanco e campo adjacente entre Vila Franca e valle de Figueira.

Estes accidentes estão porem muito longe de serem continuos; ao contrario interrompem-se a cada passo, e das suas formas só se encontram vestigios; mas em m/ dellas vê-se uma ribaceira pouco alta cujo declive decresce do flanco para a campina.

A composição deste deposito e o seu caracter lithologico no valle do Tejo é semelhante em quase todos os logares: mais grosseiro acima da banquetta, ou do logar della, predominando as rochas do flanco; e ao contrario m^{to} menos grosseiro e fino na parte inferior como mais acima indicamos.

Nas excavações feitas sobre este deposito entre Povoia e a Castanheira, e nas vesinhanças do Carregado, e da villa nova da Rainha, entre a Ponte d'o Reguengo e o Repilau encontramos muitos exemplares de silex trabalhados de formas differentes; dentes e ossos de animaes (Porco, Cavallo, Boi, e de pequenos ruminantes); cacos de loiça grosseira avermelhada alguns delles rolados, encontramos: muitos exemplares de conchas dos generos *Helix*, e *Bulimus*, e mui raros dos generos *Limnea* e *Unio*; ossos e dentes de animaes (Porco, Cavallo, Boi, e de pequenos ruminantes); cacos de loiça vermelha alguns delles rolados; diversos exemplares

³ Lyell. *Elem. de Geol.*, 1856, Cap.^{os} VII e X.

de sílex trabalhados; e restos de esqueleto humano. Estes restos constam de: um dente [????] nas vizinhanças do Carregado e um craneo composto dos dentes a uns 300 metros a montante da Ponte de St.^a Anna perto da trincheira do caminho de ferro.

O craneo estava totalmente desacompanhado de quaisquer outras peças de esqueleto humano. Foi encontrado 2 metros abaixo da superfície do solo envolvido em um grés fino amarello atrigueirado com seixos dispersos na massa. Os dentes que o craneo conserva tem a coroa gasta e sensivelmente plana como se vê nos dos esqueletos de Cabeço d'Arruda. [53]

A mui summaria e brevissima descripção que acabamos de fazer dos principaes depositos do terreno quaternario que temos reconhecido no nosso paiz devemos acrescentar tambem uma breve noticia acerca do deposito de conchas do antigo estuario do Tejo com o qual quer-nos parecer que o deposito do valle da ribeira dos Magos e do Cabeço d'Arruda no valle de Muge tem relação mais ou menos proxima. [54]

Disemos no principio desta Memoria que desde 1860 nos achamos empenhados em recolher factos e fazer observações que levando-nos ao conhecimento dos movimentos que o solo do nosso paiz teve depois do deposito das camadas terceareas marinas em relação ao nivel medio do Oceano, nos dessem a conhecer tambem o que poderia ter havido acerca da existencia da especie humana nas nossas latitudes em epochas remotas. Neste tempo ainda consideravamos as camadas dos grupos inferiores e medio como pertencentes ao terreno terceareo. [55] Para aquelle fim um dos objectos que tratamos de verificar foi a existencia das camadas de marnes com a *Lutraria compressa* que D. Sharpe disse ter visto no flanco direito do valle do Tejo nas visinhanças de Villa Franca e 50 pes acima das aguas do Tejo. Dando-se este facto tinhamos um ponto de partida que nos encaminharia, e que muito havia de simplificar o nosso trabalho; foi porem em vão que procuramos semelhante camada com a referida concha tanto naquelle ponto com em muitas outras differentes partes do valle que exploramos n'altura correspondente à indicada por D. Sharpe. [56]

Temos senão como certo ao menos como altamente provavel que este sabio inglez, a quem alias a Geologia de Portugal bastante deve, de tomar as suas notas na occasião em que examinava o solo da campina proxima a Villa Franca de Xira escrevesse 50 pés em vez de 5 [57]. effectivamente a uns dois metros, ou 6 pés inglezes pouco mais ou menos, acima das aguas medias do Tejo é que, entre Villa Franca e a estação do Carregado existem camadas de salão mais ou menos marnoso encerrando abundantes conchas por entre as quaes figura a *Lutraria compressa* e o *Cardium edule*. Temos é verdade encontrado estas duas especies, com a *Tapes decussata*, o *Mytillus* e a ostra, em pontos elevados do nosso solo até 100 metros sobre as aguas do Tejo; mas são residuos de refeição de homens que em remotas eras ali estanciaram sem que todavia estejam empastadas por marnes, argillas ou por quaesquer outras rochas que accussem phenomenos de sedimentação com a intervenção da agua.

As especies recentes mais communs nos estuarios do Tejo e do Sado encontram-se porem uns 20 kilometros a montante do ponto onde actualmente chegam as aguas salgadas; isto é as aguas salgadas na maré cheia chegam quando muito a Villa Franca, e nós temos encontrado a *Lutraria* n'Azambuja e cremos que vai ainda mais acima.

Alem da distancia a que estes molluscos se encontram dos pontos onde chegam hoje as aguas salgadas, temol-as encontrado tambem a alguns metros abaixo do nivel mais inferior a que chegam as aguas do Tejo até uns 3 metros pouco mais ou menos acima das medias aguas deste mesmo rio. Nas dragagens feitas na vaza do Tejo em Sacavem por occasião de contruir-se a ponte do caminho de ferro lançada sobre o rio daquelle nome colligimos nós em 1855 diversas conchas de molluscos recentes vindas de profundidades de 5 metros

inferiores as mais baixas aguas; e pertencentes dos generos *Littorina*, *Buccinum*, *Murex*, *Pecten*, *Lutraria*, *Cardium*, *Anomias*, *Ostra*, e outros generos.

Do outro lado do valle nos sapais que estão entre Alcochete e Samora e no valle do Paul das Lavouras encontram-se abundantes conchas do estuario do Tejo. Em qualquer ponto que excave na vasa, deparase logo com a *Lutraria compressa*, que n'alguns sitios é em prodigiosa abundancia associada ao *Cardium* edule e ainda outras especies. Nestas paragens mostram-se estas conchas acima das maximas aguas do estuario do Tejo. Um facto porem que importa muito consignar aqui, é que as camadas de salão e de vasa areoza que encerram as indicadas conchas, assentam sobre areia como tivémos occasião de observar em 1863 em uma grande valla que então se estava limpando no Paul das Lavouras e cujo fundo hia até perto de 2 metros da superficie.

Em Benavente no canal denominado Gaivo d'Alcoelha e onde não se conhece já a agua salgada e cujas paredes são formadas de vasa colligimos e ao nivel das mais baixas aguas e em 1863 diversas conchas dos generos *Lutraria*, *Cardium*, *Mactra*, *Carbula*, *Lucina*, *Anomia* e *Ostra*, todas vivas hoje no actual leito salgado do Tejo. No fundo desse canal e a 3 metros da superficie do solo mostra-se tambem areia como na valla do Paul das Lavouras e nella parte das conchas que se acabam de citar. [58]

Onde porem este deposito se mostra em um nivel acima das mais altas aguas do Tejo é entre a margem direita deste rio e o respectivo flanco do valle.

Nas vallas e excavações abertas no campo entre a Verdelha e Alverca e o Tejo são os logares onde começa a ver-se este deposito. Entre outras pode examinar-se a valla que corre ao longo da estrada que d'Alverca conduz ao Tejo passando pela Estação do caminho de ferro.

Logo abaixo da superficie do solo e a começar da indicada estação para o lado do Tejo encontrase uma prodigiosa quantidade de conchas envolvidas em um salão areoso e com uma altura de 2 a 3 metros pouco mais ou menos sobre as aguas medias do Tejo.

Em uma valeta aberta ao longo da estrada que communica da estação com o Tejo é onde se vê este deposito conchifero mais descoberto. A parte mais abundante de conchas consta de leitos de grossura irregular desde alguns centimetros até trez e quatro decimetros, abaixo dos quaes as conchas ou os seus fragmentos se dispersam na vaza areosa.

Neste deposito veem-se na vaza os seguintes generos de conchas: *Murex* (raro); *Littorina*; *Pecten*; *Corbula*; *Lutraria*; *Cardium*; *Mytillus*; *Anomia* e *Ostra*.

Alem destas conchas vê-se tambem com frequencia exemplares de *Helix*, e fragmentos rolados de ostras fosseis do periodo terceareo. Acompanham emfim estas conchas fragmentos de ossos que não conhecemos; maxilares de pequenos rumminantes, e fragmentos de louça vermelha levados pelo attrito à forma de seixos. [59]

A ganga que envolve todos estes restos é um salão formado de limo argiloso escuro e area quartzosa mais ou menos grossa, inteiramente analoga à que provem das camadas de grés do 1.º grupo quaternario que servem de fundamento ao deposito alluvial do fundo do valle. Estes grés veem-se afflorar na base do flanco do valle desde perto de Povia ate V.^a d'Alhandra formando uma faxa limitada, a um lado pelas camadas terceareas que vão formar o flanco e ao outro lado pelo salão alluvial moderno das campinas do Tejo.

No deposito de conchas os fragmentos de *Lutraria compressa* entrão talvez por mais de metade.

As conchas inteiras não offerecem ordem na sua disposição: as valvas inteiras da *Lutraria* e de *Cardium* accomodam-se e adherem umas as outras, conglutinando-se com os fragmentos de todas as grandezas conchas do mesmo deposito de modo a formarem porções de rocha conchifera cuja pasta é muito semelhante à pasta que liga semelhantes conchas no deposito do Cabeço d'Arruda e do Arneiro do Roquete no valle da ribeira de Magos.

Acompanha este deposito uma grande quantidade de concreções ferruginosas em geral de forma cilindrica e fistulósas: e são semelhantes as que temos encontrado nas argillas e grés vermelhas deluviaes que mais acima indicamos. Nas vallas e excavações abertas desde perto d'Alhandra encontrase sempre este mesmo deposito menos naquella parte da Campina que mais se avizinha ao Tejo por estar provavelmente muito mais fundo. Como a campina desaparece entre aquella villa e a de Villa Franca em razão do Tejo encostar ao flanco do valle, interrompe-se tambem o deposito conchifero mas um pouco mais a montante daquella ultima povoação mostra-se de novo até perto da Estação do Carregado inteiramente semelhante ao que se ve em Alverca, em partes predominando a *Lutraria compressa* ao ponto de tornar branco o producto das excavações.

A pouco mais de 1 kilometro ao N. da estação do Carregado e dentro da quinta do Campo encontramos fragmentos de conchas na superficie da campina e uns 2 a 3 metros sobre as aguas medias do Tejo mandamos fazer ahi uma excavação atravez do leito alluvial com metro e meio de fundo. A trincheira desta excavação foi aberta em uma massa do *Cardium edule* com alguns exemplares da *Lutraria compressa*; e cuja pasta era de fragmentos meudos de cardium e alguns de *Lutraria* com sedimento de vaza arêa de cor verde anegrada.

No pavimento desta trincheira fizemos abrir covas que foram até 6 decimetros de fundo e nellas encontramos areia amarellada pouco coherente, mui embebida d'agua com delgadas barras ou leitos desta mesma areia mais endurecida por cimento calcareo e barras d'argilla cinzenta plastica. Nesta camada d'areia a proporção das conchas é muito mais pequena do que na superior; succedendo porem que a *Lutraria compressa* predomina muito sobre o *Cardium edule*, precisamente o contrario do que acontece à camada de cima. [60]

Sondada ainda esta ultima camada encontrase a 4 decimetros abaixo uma camada dura argillosa a qual supponmos com grande verasimilhança ser algumas das camadas argillosas do nosso Grupo medio que estão a algumas dezenas de metros de distancia e que vão metter suavemente para baixo do alluvião moderno do Tejo.

O deposito conchifero tem pois na Quinta do Campo a espessura de 2,5 metros. Na camada superior encontramos placas de grés duro verdoengo escuro com cimento argillo calcareo dispostos horizontalmente, e não fazendo differença na cor da pasta das conchas. Na superficie destes placas estão adherentes numerosas valvas e fragmentos de *Cardium edule* e de *Lutraria compressa*. Nas barras ou leitos de areia amarellada da camada inferior e a que acima nos referimos tambem se veem as valvas das mesmas conchas adherentes à sua superficie. Nestas mesmas camadas encontramos fragmentos e lascas de silex.

Emfim se compararmos as placas de grés conchifero duro e verdoengo deste deposito com os fragmentos encontrados na excavação do Cabeço d'Arruda e com as do Areneiro de Roquete, não encontraremos differença alguma. [61]

Este deposito continua a manifestar-se para Villa Nova da Rainha e para a montante desta povoação no sitio denominado – Corte de Cavallos. Neste ultimo manifesta-se o mesmo deposito entre o caminho de ferro e o Tejo deixando ver a *Lutraria compressa* em mui grande abundancia propondera sobre todas as mais conchas que a acompanham e que são do genero *Trochus*, *Buccinum*, *Cardium*, *Corbula*, *Mytillus*, *Pecten*, *Solen*, *Ostra*, *Anomia* e alguns exemplares de *Helix*.

A pasta que prende estas conchas é identica à da camada superior da Quinta do Campo e a que cimenta as conchas nos dois logares já numeados no Cabeço d'Arruda e no Areneiro do Roquette; não faltando, como nestes logares, os fragmentos de grés duro conchifero. Mais para montante e junto mesmo a villa d'Azambuja abriose um poço na esperanza de encontrarem ali uma nascente d'agua salgada da qual contavam extrahir sal: desta excavação sahio um salão contendo a *Lutraria compressa*, o *Cardium edule* e pequenas massas de grés duro mostrando-se ser ainda o mesmo deposito.

Portanto este deposito conchífero temol-o reconhecido pelo valle do Tejo acima em uma extensão longitudinal de 25 a 30 kilometros desde as visinhanças da Povia até a Villa d'Azambuja e sempre com os mesmos caracteres. [62]

A sua presença porem só é conhecida pelas excavações que se tem feito no Campo, mostrando-se sempre coberto pelo solo que forma a campina e não se deixando ver senão affastado do Tejo isto é mais proximo do flanco do valle do que do leito ordinario daquelle rio; e isto em razão da maior espessura que tem o salão ou o deposito alluvial mais moderno nas visinhanças do mesmo leito. Tambem devemos dizer que a espessura do deposito conchífero mostra-se muito variavel ao ponto deste mesmo deposito desaparecer em muitos logares do seguimento da faxa por ella formada.

Cremos que nos outros rios principaes que atravessam o nosso solo tambem se mostrarão depositos semelhantes embora não o tenhamos ainda verificado por trabalhos de pesquisa senão no rio Vouga em 1859; mas acerca do qual temos algumas duvidas para haver de o considerar contemporaneo do deposito do Tejo.

Em 1858 encontrarão os membros da Comissão Geologica um deposito analogo do Tejo, no sitio da Ponta d'Areia a meia distancia entre Lagos e Alvor no littoral do Algarve. Vimos que este deposito ali consta de uma mistura de vasa e area de cor negra averdoengada formando camadas de um a cinco decimetros e com um ligeiro abatimento de 3 a 5 para o Sul 45 O.

Estas camadas accessiveis as aguas do mar são cortadas em escarpa n'altura de 4 a 6 metros abaixo das medias aguas do Oceano superiormente são cobertas por areas soltas.

Nestas camadas encontram-se muitas conchas marinas de diversos generos por entre os quaes notaremos os generos *Clamis*, *Cerithium*, *Buccinum*, *Nassa*, *Toritella*, *Natica*, *Lucina*, *Cardium*, *Lutraria*, *Tapes*.

Cabe mencionar neste lugar o pequeno deposito de areias que se vê na margem esquerda do Tejo e não longe do respectivo flanco.

Estas areias veem-se no Barreiro, do Montijo a Alcochete, em Pancas perto da Fôz do Vau, 4 a 5 kilometros a sudoeste de Salvaterra. O solo por ellas occupado tem um comprimento não inferior a [????] kilometros; porem não formam uma faixa continua como talvez aconteceria outr'ora, ao contrario estão divididas em retalhos sendo o mais extenso delles, o que se vê no Sapal de Pancas que não conta menos de 9 kilometros de comprimento.

Em geral estas areias são soltas mas não moventes como as das dunas e só em alguns pontos é que com a acção dos ventos parece oscillarem entre curtos limites sem comtudo se dislocarem da sua séde. As porções mais estaveis destas areias elevam-se a 4 e 6 metros acima das maximas marés e das maximas cheias do Tejo. O retalho de Pancas é que mais resalta aos olhos do Geologo, já pela fixidade das suas areas, já pelo contraste que produz no seu aspecto destacando-se pela sua cor e pela forma dos seus monticulos, da cor escura carregada do sapal plano e nivellado que o abrange por todos os lados: já porque afastado hoje 1 a 2 kilometros do estreito braço do Tejo que vem da Foz do Vau a Ponta da Erva vê-se que foi coberto na sua parte inferior pelo deposito vazoso moderno que constitue hoje o sapal: já em fim pelas muitas conchas marinas que encerra e por entre as quaes se notam os seguintes generos: *Buccinum*; *Cerithium*; *Littorina*; *Murex*; *Tapes*; *Solen*; *Lutraria*; *Lucina*; *Cardium*.

Este deposito representa deste lado as praias arenosas do antigo estuario do Tejo e em nosso ver tem muita relação com o deposito conchífero de que acabamos de dar noticia.

O fundo d'areia sobre que assenta o deposito conchífero no valle do Paul das Lavouras, no Gaivo d'Alcoelha em Benavente, na Quinta do Campo perto de Villa Nova da Rainha; e a composição arenosa das camadas conchíferas do mesmo deposito em Alverca, Carregado, Azambuja, dizem-nos que às praias arenosas de

um e outro lado do primitivo estuario do Tejo seguia-se o deposito conchifero e a este os depositos alluviaes modernos que constituem as partes mais superiores das vastas campinas do Ribatejo.

Vejamos agora o que são os restos encontrados do outro lado do Tejo nos valles da ribeira dos Magos e de Muge por entre os quaes figuram aquelles que constituem o Cabeço d'Arruda e cujos ossos ali encontrados foram descriptos por Costa.

São cinco o numero de lugares elevados acima da campina onde se encontraram as conchas do estuario do Tejo; a saber no Areneiro do Roquete; no sitio da Fonte da Burra; na charneca d'Amoreira, na Fonte do Padre Pedro e no Cabeço d'Arruda. [63]

O Areneiro do Roquete é um local que está situado no flanco direito do valle da ribeira de Magos perto da desembocadura do mesmo valle.

O solo do flanco é baixo não excedendo na sua parte mais alta a mais de 14 metros sobre a campina adjacente. É formada de arenatas mais ou menos grosseiras do nosso 1.º grupo do terreno quaternario.

Foi em 1863 ao sahir da campina para a coroa deste flanco e no local citado que encontramos uma grande quantidade de fragmentos de conchas e conchas inteiras marinas, dispersas pela superficie do solo de mistura com areia solta semigrosseira, mas em tal proporção que produz manchas brancas na superficie do mesmo solo e occupando estes restos uma extensão de 300 a 400 metros de comprimento mas de muito menor largura.

À primeira vista esta porção de encosta do flanco simula uma porção de praia d'areia com muitas conchas. [64]

Este deposito apresenta porem com muita pouca espessura parecendo ter sido levado na sua maior parte pelas aguas pluviaes ou outras cauza. Com estas conchas mostra-se, já fragmentos de uma rocha formada d'areia e de conchas quebradas conglutinadas por um cimento averdoengado composto de argilla e calcareo; já concreções em forma de ramos formadas tambem d'areia, conchas, e conglutinadas pela mesma substancia averdoengada composta de calcareo e d'argilla.

Encontramos aqui: 1.º muitos ossos quebrados por entre os quaes figuram fragmentos de ossos longos, de costellas e de outras partes do esqueleto de animaes cujo porte não exederia o de cavallo e de boi, 2.º Dentes do genero *Cavallo* e *Boi* e de outros animaes; 3.º uma porção de craneo humano e uma phalange da extremidade inferior de um individuo da especie humana; 4.º garras de carangueijo [????] e conchas inteiras dos generos *Buccinum*; *Tellina Nucula*; *Cardium*; *Tapes*; *Pecten*; *Solen*, *Ostra* e outros.

Algumas destas conchas conservavam ainda uma parte do seu nacarado e ossos grande numero delles tem ainda adherente uma porção de ganga inteiramente igual à das concreções e fragmentos de que acabamos de fallar mas bastante dura. Com estes restos algumas lascas de quartzites se encontraram.

O outro sitio por nós visitado foi o da Fonte da Burra situado no flanco esquerdo do valle da ribeira de Muge e a uns 2 kilometros desta povoação. Ali veem-se somente avultada quantidade de fragmentos de *Lutraria* e de *Cardium* dispersos em uma terra fina cor de tabaco participando da cor e do aspecto do humus com alguma area grossa à mistura, proveniente do solo subjacente que é todo de grés do 1.º grupo do terreno quaternario.

Não se vê aqui, nem fragmentos d'ossos nem as concreções que vimos no Areneiro do Roquete. [65]

O terceiro logar onde há tambem restos de conchas é na charneca d'Amoreira a pouco mais de um kilometro a nascente da Fonte de Burra e tambem sobre o flanco esquerdo do valle da ribeira de Muge. [66]

Aqui encontra-se as mesmas duas especies de conchas a *Lutraria compressa* e o *Cardium edule* já em fragmentos já inteiros occupando uma extensão talvez de 100 metros de comprimento por 20 a 30 de largura. De mistura com estas conchas esta uma terra fina areosa de cor escura mas mui differente da pasta que aglutina as conchas no Areneiro do Roquete. A sua espessura é em partes maior do que 1 metro.

Encontra-se aqui alguns quartzites mui imperfeitamente lascados.

O quarto logar com accumulção de conchas e que foi por nos visitado, mas mais tarde é a Fonte do Padre Pedro. Está situado no flanco direito do valle de Muge e proximo à desembocadura deste mesmo valle. [67]

A superficie do solo tem numerosos fragmentos de conchas de *Lutraria* de mistura com areia fina e occupam uma extensão superficial de 50 a 80 metros quadrados. Aquella areia é humosa na superficie e a alguns decimetros de fundo toma a côr do café torrado. As conchas estão à superficie do solo e são raras à profundidade de alguns decimetros.

Encontram-se tambem aqui alguns quartzites talhados e cacos de louça grosseira que podem ser ou não contemporaneos com a vinda das conchas para aquelle logar. [68] Serve de fundamento a tudo isto os grés do 1.º grupo do terreno quaternario. Foi na parte terrosa de côr escura e com poucas conchas que segundo a indicação do collector que nos accompanhava se encontrou um esqueleto humano que a nossa Commissão mandou exhumar.

Os caracteres dos despojos animaes accumulados nestes tres ultimos logares são identicos e tem a mesma função: differem porem daquelles dos despojos que se encontram no Areneiro do Roquete.

O quinto e ultimo logar onde este genero de depositos se acha mais bem representado é no Cabeço d'Arruda. [69] Este Cabeço está situado no flanco direito do valle de Muge e a pouco menos de 4 kilometros da desembocadura deste mesmo valle. A sua forma é a de um mui pequeno cabeço alongado que terá uns 60 a 70 metros de comprimento ao longo da margem da ribeira e 20 a 30 de largura na base porem os despojos animaes do que o mesmo cabeço é formado estão espalhados e occupam uma extensão de 95 metros de comprimento por 40 de largura pouco mais ou menos.

Descança este cabeço sobre as arenatas quaternarias do 1.º grupo que constituem o flanco coroando o extremo superior da esplanada que desce do alto do flanco para o paul sobre o qual se apresenta sobranceiro uns 10 a 12 metros. [70]

No primeiro reconhecimento que fizemos a este cabeço em 1863 encontramos os seguintes objectos: uma phalange de pé humano; maxillares de pequenos ruminantes, muitos dentes e ossos de coelho; garras de carangueijo [????] uma pequena *Cypraea*, raros exemplares de *Littorina* e de *Buccinum*; um fragmento de *Solen*; o *Cardium edule*; a *Lutraria compressa* e *Helix* e *Bulimus*. [71]

A excavação ordenada por nós em nome da Commissão e executada em 1864 determinou uma secção no Cabeço d'Arruda que poz patente a structure do mesmo cabeço, structure que até certo ponto se assemelha à de um aterro feito com materias heterogeneas. [72] A parte principal que entra na composição deste cabeço é a concha da *Lutraria compressa*, já em prodigiosa abundancia de fragmentos, já inteiras com as duas valvas ainda juntas e separadas. A pasta é uma mistura de areia e pequenos seixos e vaza formando uma especie de grés argiloso de côr escura averdoengado e cinzento. Com este grés e de mistura com as conchas há muitos fragmentos pequenos de carvão e da parte media do deposito para baixo vê-se tambem cinzas fazendo parte da mesma pasta.

A indicada secção ou corte mostrava em 1864 o seguinte na ordem descendente: [73]

1.º Leitos irregulares de fragmentos de *Lutraria compressa* e algumas conchas inteiras desta especie e pequenos seixos de quartzite até ao tamanho de ovos de perúa dispersos na pasta. Encerras garras de carangueijo [????] os generos de conchas já citadas, abundantes, ossos de coelho e fragmentos de ossos de outros animaes. Foi nesta parte do deposito que em 1863 encontraramos a phalange de um pé humano.

O tuffo calcareo manifesta-se em partes destes leitos vendo-se algumas porções de conchas alteradas e passando a este mesmo tuffo.

O carvão é mais frequente na parte inferior destes leitos.

2.º Leitões de grés [?] ou d'areia cimentada por argilla e calcareo com dois a cinco decímetros de grossura encerrando abundantes fragmentos de valvas de *Lutraria* e de carvão.

Estes leitões são separados por outros mui delgados de cinco a vinte centímetros formados de valvas inteiras e alguns fragmentos daquella concha soltas ou fracamente cimentadas, seixos e algum carvão.

O tuffo é bem manifesto aqui, já insinuado na massa, já substituindo algumas conchas.

Nesta serie de leitões comprehendem-se uns 5 leitões muito regulares que apresentando-se inclinados para o lado do nascente, desvanecem-se para o interior do Cabeço confundindo-se com os precedentes. É aqui que começou a encontrar-se com mais frequencia algumas peças dos esqueletos humanos com ossos e dentes de veado, de boi, cavallo e de outros animaes. Espessura destes leitões 2 metros. Um leito delgado de seixos separa esta serie pelo lado do nascente a serie inferior.

3.º Os leitões desta serie são na sua composição inteiramente semelhantes aos mais grossos leitões da serie precedente, com a differença dos fragmentos de conchas serem mais meudos, os seixos quartzosos tambem mais meudos vem-se cinzas de mistura com areia e cimentadas como ella, e appareceram do lado do poente algumas barras ou leitões delgados de areia amarella.

A excavação não tocou as arenatas quaternarias sobre que assenta o cabeço mas calculamos que a possança desta terceira serie de leitões iria a 5 metros.

Foi nesta parte mais inferior do Cabeço que se encontrou a maior accumulacão dos esqueletos humanos e bem assim ossos queimados. [74]

Ao nosso collega da Commissão Geologica o Sr. F. A. Pereira da Costa cedemos a descripção dos esqueletos humanos como mais habilitado de que nós em conhecimentos osteologicos; descripção que foi publicada em 1865.⁴ [75]

Alem dos despojos animaes encontrados nas excavações feitas neste cabeço tambem se encontraram alguns mal esboçados instrumentos de osso, de silex e de quartzite. [76]

Nos leitões do Cabeço d'Arruda encontramos muitas concreções em forma de ramos constituídas de areia [77] e fragmentos de *Lutraria* conglutinados pelo calcareo; assim como deparamos com numerosos fragmentos de grés endurecido pelo calcareo de cimento inteiramente igual aos grés encontrados no deposito conchifero do outro lado do Tejo.

Se fixamos a attenção na structura interior do Cabeço d'Arruda tal qual se nos revela na excavação que ali se fez e nós observamos ultimamente em uma ultima visita que muito de passage ali fizemos em principios de 1866 cremos para nós que é a structura dos atterros e entulhos feitos com materiaes heterogeneos e executados com irregularidade.

A natureza e composição dos materiaes do Cabeço d'Arruda e os encontrados no Areneiro do Roquete são identicos e a sua origem devem ser igualmente identicas.

Pelo que toca às accumulacões de despojos animaes encontrados nas outras trez localidades acima indicadas parecenos semelhantes entre si, mas não assim com relação aquellas do Cabeço d'Arruda e Areneiro do Roquete a única coisa que há de commum em todas é predominarem nellas a *Lutraria compressa* e mostrarem-se essas accumulacões acima das maximas aguas do Tejo.

Nos 3 – Fonte do Padre Pedro

– Fonte da Burra

– Cabeço d'Amoreira

⁴ Da existencia do homem em epochas remotas no valle do Tejo. 1.º opusculo 1865.

não há tuffo; não há argilla; não há nem terra de areia grossa e argilla e vaza, e a terra cor de tabaco, cor de caffè torrado mais ou menos escuro: no C.º d'Arruda e Areneiro do Roquete é tudo muito differente – os 3 primeiros são os Kjökkenmöddings os 2 ultimos o que serão? Mas os ossos de coelho.⁵

Segundo as apreciações por nós feitas no campo e com a folha n.º 24 da carta chorographica à vista concluimos que os cinco pontos indicados nos valles das ribeiras dos Magos e de Muge são todos superiores em altura aquelles em que se acha o deposito conchifero que acima descrevemos; tendo 8 a 15 metros d'altura relativa sobre o fundo dos mesmos valles.

Do que temos dito a este ultimo respeito é nossa opinião hoje que as accumulações dos despojos animaes dos cinco pontos citados são devidos à mão do homem e que os despojos do Cabeço d'Arruda e do Areneiro do Roquete são mais antigos do que os das trez localidades restantes. [78]

Quem examinou o deposito conchifero acima descripto e coberto pelos depositos alluviaes recentes dos campos do Ribatejo e comparou os seus caracteres com os dos despojos marinos que se veem no Cabeço d'Arruda e no Areneiro do Roquete não pode deixar de convir que tanto estes despojos como aquelle deposito tiveram uma commum origem isto é as accumulações daquelles dois pontos foram feitas com productos extrahidos do fundo do Tejo; não do Tejo tal qual se vê hoje, mas quando as aguas do Oceano avassalavam para leito salgado deste rio uma superficie trez ou quatro vezes maior do que aquella que hoje occupam e chegavam com a sua acção acima do ponto onde hoje se vê situada a povoação Muge e quando as margens deste rio eram formadas das areias que se veem no Sapal de Pancas; quando emfim a parte occidental do nosso paiz estava mais recolhida abaixo do Oceano do que a hoje a vemos. [79]

É pois claro que os homens do Cabeço d'Arruda não chegaram a conhecer as vastas campinas do valle do Tejo que hoje se veem desde aquelle ponto ate Villa Franca; mas em vez dellas que para nada lhe serviriam, gozavam do aspecto e das vantagens de um amplo rio cujas aguas salgadas lhe ministravam a alimentação nos logares proximos as suas estações. [80]

Aos Kjökkenmöddings de Dinamarca podemos referir talvez estas accumulações de despojos conchiferos; oppinião lembrada primeiramente pelos meus collegas da Commissão Geologica. [81]

Pelos factos e considerações que deixamos exaradas nesta Memoria já se vê que não se encontrou ainda nos nossos depositos mais antigos do terreno quaternario uma única peça d'esqueleto animal que se possa assemelhar a alguma das especies dessa familia de Pachydermes encontrados nas outras partes da Europa e que tão notavel torna a fauna quaternaria. Muito temos procurado e feito procurar pelos collectores da Commissão Geologica restos animaes de ordem superior já nas rochas arenosas, já nos marnes e calcareos, incorporados por nós no 1.º Grupo do terreno quaternario do nosso paiz, mas até hoje tem sido infructiferas as nossas diligencias. [82]

E só nos depositos do grupo superior que se encontraram specimens de especies que ou são perdidos, ou habitão hoje outras latitudes. [83]

Se devessemos pois esperar pelo encontro de restos animaes bem definidos e caracteristicos para classificar as partes mais antigas do nosso terreno quaternario, longe estariamos ainda hoje de conhecer o que são esses vastos depositos que temos classificado quaternarios parte dos quaes Sharpe colloca entre o terreno cretaceo e jurassico denominando-os sub-cretaceos. [84]

E de passage diremos que os andares do jurassico superior neocomeense ou cretaceo inferior foram conjunctamente arrumados no mesmo grupo subcretaceo com as formações de calcareo lacustre e de camadas

⁵ Anotação a lápis à margem com letra de C. Ribeiro

arenosas do periodo quaternario⁶. Que mais se podia esperar de um reconhecimento tão rapido como o que D. Sharpe fez ao solo entre o Tejo e o Douro em 1848? Onde só no seu relevo de rocha sedimentares offerece paginas da mais subida dificuldade para a interpretação devida da historia da Geologia desta parte da Europa. [85]

Ainda em principio de 1866 tiramos as camadas de calcareo lacustre d'Alenquer e d'Alcanede a uma classificação bastarda que havia feito delles, afim de os colcar no nosso grupo inferior do terreno quaternario. [86]

Lutamos e muito para chegarmos a fazer uma separação dos depositos quaternarios adstrictos unicamente aos caracteres stratigraphicos, quando tantos outros nos enganavam a cada passo; os accidentes profundos das suas camadas e o seu character lithologico que em muitas paragens do nosso solo como por exemplo ao norte de Torres Vedras, em S. João da Venda no Algarve olhar para as camadas arenosas quaternarias e para as camadas tambem arenosas mas do periodo cretaceo das mesmas localidades era impossivel descreminal-as. [87]

Serviram-nos pois de muito, a insistencia com que há mais de 10 annos temos olhado para estes depositos; os repetidos enganos a que a apreciação da sua idade nos conduzia as suas relações stratigraphicas, e em fim os sílex e os quartzites cortados, esboçando informes instrumentos de trabalho. [88]

È a este conjuncto de circunstancias que devemos o conhecimento e a classificação dos principaes depositos do terreno quaternario de parte do nosso paiz.

Todavia não era sem razão que a custo encorporamos ao terreno quaternario a parte mais antiga do nosso grupo inferior. Na nossa descrição do terreno quaternario nas bacias do Tejo e Sado dizemos a pag. 117. Em verdade, a observação comparativa dos caracteres lithologicos destas camadas terceareas e quaternarias, levam-nos a crer que os phenomenos de sedimentação não pararam naquella região durante a passagem da epocha tercearea para a quaternaria. [89]

Numa exploração por nós feita às rochas arenosas ao norte de Lisboa nos sitios proximos à Charneca e a Telheiras não só encontramos uma concordancia notavel entre as camadas de marnes areosas marinas evidentemente terceareas e as camadas arenosas grosseiras quaternarias encerrando camadas interstratificadas de argilla verdoenga com moldes de *Cerithum* d'area a [????], ao passo que em semelhantes camadas argilosas e verdoengas interstratificadas em semelhantes grés grosseiro e assentando sobre as camadas de calcareo marino d'Arroios nos encontramos abundantes restos vegetaes por entre os quaes figuram folhas do género [????]. [90]

Passando ao outro lado do Tejo na escarpa do Alfeite e nas camadas argilosas verdoengas inteiramente semelhantes às precedentes encontramos tambem restos vegetaes fosseis ainda que mal definidos para serem classificados. [91]

Não deve pois admirar as nossas duvidas e dificuldades na separação dos nossos terrenos terceareos e quaternarios, e menos ainda que sejamos levados a suppor que as camadas mais antigas do nosso terreno quaternario sejam as mais modernas do terreno terceareo marino das nossas bacias. [92]

Já o Sr. Desnoyers celebre e conscencioso geologo francez haverá trez ou quatro annos annunciou o encontro nas visinhanças de Chartres de indicios materiaes da coexistencia do homem com o *Elephas meridionalis* e com outros animaes fosseis. Constam estes indicios em incisões, strias, e cortes em ossos de *Elephas meridionalis* de *Rhinocerus leptorhynchus* de *Hippopotamus major*, e de outros animaes associados no mesmo jazigo, incisões e strias que segundo Sr. Desnoyers não podem ser attribuidas senão à mão do homem.⁷ [93]

⁶ On the secondary district of Portugal. *Quart. Journ. Geol. Soc.*, Vol. VI.

⁷ *L'ancienneté de l'homme appendice*, por Sir Charles Lyell, pag. 2 e 94.

São as mesmas espécies d'animaes encontrados nas camadas do valle d'Arno, em Florença, no forest-bed de Norfolk em Inglaterra e em outros logares, e as quaes no sentir dos Geologos e Paleontologistas são exclusivos do terreno terceareo superior.

O Dr. Lyell sem contrariar a opinião d'aquelle Geologo, lembra comtudo a possibilidade de que aquellas strias e incisões possam ser devidas ao trabalho de animaes roedores; lembrança tanto mais digna de attenção quanto é certo, que nas camadas de Chartres encontra-se um grande roedor visinho do Castor.

No entanto não estava longe de concordar com o Sr. Desnoyers logo que apparecessem obras d'arte humana em associação com os ossos striados do *Elephas meridionalis*⁸. Effectivamente no 1.º numero do Comptes-rendues de 7 de Janeiro 1867 lê-se a este respeito a seguinte comunicação à Academia de França feita pelo Sr. Abbade Bourgeois e lida pelo Sr. Visconde d'Archiac. [94]

“Descoberta de instrumento de silex no deposito com o *Elephas meridionalis* de Saint-Prest nas visinhanças de Chartres.”

“O Sr. Lyell depois de um serio exame não ousou emittir oppinião sem provas de uma ordem mais elevada taes como a presença de instrumentos de pedra. Estas provas reclamadas pelo illustre Geologo, julgo tel-as achado “Não tenho encontrado a forma classica de Saint-Acheul e d'Abbeville, recolhi porem a todas as alturas os typos mais communs taes como ponta de lança ou de flexa estiletos [?], poinçons, grattoirs martellos e parecendo um destes instrumentos ter sofrido a acção do fogo.

“Os silex de Saint-Prest são muito grosseiros e apresentam mui admiravel semehança com os que tenho encontrado no diluvium de Vandôme.

“Reservo o meu juizo sobre a idade do deposito, colocado por uns no terceareo superior, por outros no quaternario inferior e limito-me a citar a fauna.”

Aqui temos pois dois factos importantes o primeiro é o *Elephas meridionalis* levando a origem do homem para alem do primeiro periodo glacial e fazendo a testemunha do deposito das camadas do terreno terceareo superior: o outro é pedir-se aos instrumentos de pedra às silex lascadas, que demonstrem a contemporaneidade do homem com as camadas do terreno terceareo superior; isto é o Dr. Lyell eleva os instrumentos de silex às honras que teem os fosseis caracteristicos das formações sedimentares. [95]

Na vasta região quaternaria de Portugal do grupo inferior não temos outros letreiros no seio das suas camadas senão silex e as quartzites lascadas, e nem por isso tiveram nem teem menos valor aqui pois foi por ellas que separamos os dois terrenos terceareo e quaternareo. [96]

5 – NOTAS E COMENTÁRIOS

[1] – A partir dos trabalhos desenvolvidos em França, na Bélgica e em Inglaterra, e também nos países escandinavos, por parte de diversos geólogos e arqueólogos, ainda no decurso da primeira metade do século XIX, e sobretudo depois da publicação da obra de Darwin “On the origin of species”, publicada no final do ano de 1859, a questão da antiguidade da espécie humana tornou-se candente, pelas consequências que tinha, também, em domínios teológicos e filosóficos, passando a ser tema atraente e recorrente nos debates das classes mais instruídas, e não apenas nas reuniões dos cientistas que a ele se dedicavam.

[2] – A questão da existência de uma humanidade terciária foi abundantemente discutida desde os inícios da segunda metade do século XIX. Com efeito, provada que estava a existência de uma Humanidade

⁸ Lyell. *Loc. cit.*, p. 13

quaternária, mercê em boa parte da pertinácia de Boucher de Perthes, que conseguiu demonstrar, nos terraços do Somme, perto de Abbeville, a associação de restos de espécies extintas a produtos da actividade humana (CARDOSO, 2015 a), importava ir mais longe na investigação das origens, ainda mais recuadas da Humanidade. Tal preocupação não deixou de estar presente no espírito de Carlos Ribeiro, no decurso da década de 1860, colocando a investigação que então se desenvolvia em Portugal a par da que, ao mesmo tempo, era conduzida em vários países europeus, tomando como ponto de partida a cartografia rigorosa dos terrenos por si incluídos, primeiramente, no Quaternário e, mais tarde, no Terciário (CARDOSO, 1999-2000; CARDOSO, 2013 a; CARDOSO, 2015 b).

[3] – É interessante esta passagem do manuscrito, por claramente vir mostrar que Carlos Ribeiro, como geólogo que era, não estava, nem poderia estar, dependente dos dogmas das confissões religiosas, especialmente do Cristianismo, expresso particularmente pelo Genesis, que ainda há bem pouco tempo tinha sido tentativamente compaginado com os progressos carreados pela Geologia, pelo Duque de Saldanha (SALDANHA, 1848; SALDANHA, 1863). Note-se que a grande autoridade de Cuvier nesta matéria, ao postular que em nenhuma formação geológica anterior à época actual ou subactual tinha encontrado restos humanos, ao contrário da abundância de espécies actualmente extintas, mas na maioria dos casos facilmente conotáveis com espécies actuais (CUVIER, 1830), tinha contribuído, e de forma muito significativa, no reforço da convicção da modernidade geológica da espécie humana.

[4] – Com efeito, John Frere, em 1800, apresentou à Sociedade dos Antiquários de Londres artefactos de sílex recolhidos *in situ* num barreiro perto de Hoxne, no Suffolk, tendo a revista “Archaeologia” publicado um belo biface acheulense primorosamente talhado ali recolhido. Apesar de o autor ter claramente percebido a importância da sua descoberta, e pela via da Geologia, ter percebido que a antiguidade da espécie humana se situava muito para lá do que era então aceite sem discussão, não insistiu sobre as consequências da mesma, passando esta despercebida e rapidamente esquecida. Na verdade, o mundo científico, a quem cabia validar o achado, ainda não se encontrava desperto ou preparado para tal aceitar tal realidade (CARTAILHAC, 1896, p. 15).

O facto de Carlos Ribeiro citar, no presente manuscrito, ambos estes precursores, mostra bem a actualização dos seus conhecimentos, à data da redacção desta memória.

[5] – Alusão ao homem quaternário, ou antediluviano, como então se usava dizer, referido nas notas [1] e [2].

[6] – O estabelecimento das três idades da história humana: da Pedra, do Bronze e do Ferro, foi definida por Thomsen (THOMSEN, 1837), com base em testemunhos materiais recolhidos na Escandinávia, região onde a presença das Civilizações Clássicas não se fez sentir, tornando assim mais evidente o faseamento daquela sucessão cultural. Esta sequência foi pouco depois aperfeiçoada por Worsaae (WORSAAE, 1846).

[7] – Refere-se à publicação do primeiro volume, datado na folha de rosto de 1847, dos três que constituíram a obra. Os dois restantes estão datados de 1857 e de 1864.

[8] – As vicissitudes por que passou Boucher de Perthes para conseguir fazer valer os seus argumentos e, enfim, afirmar a autenticidade do seu homem antediluviano, ou quaternário, encontram-se descritas em artigo publicado neste mesmo volume (CARDOSO, 2015 a).

[9] – Na verdade, dessas instruções dadas aos colectores nenhum resultado prático se obteve, pois foi precisa a presença de Carlos Ribeiro, em Abril de 1863, para que os primeiros concheiros, situados nos vales

da ribeira de Magos e de Muge fossem descobertos, de acordo com a transcrição autógrafa do próprio Carlos Ribeiro do seu caderno de campo, entretanto publicada (CARDOSO, 2013 b; CARDOSO, 2015 c), tal como já anteriormente havia sido publicada a própria página do caderno de campo onde se registou essa primeira descoberta (CARDOSO & ROLÃO, 1999-2000). Tal conclusão é, aliás, confirmada pelo próprio, no parágrafo seguinte do presente manuscrito.

[10] – Ver nota anterior.

[11] – As primeiras descobertas de vestígios de concheiros mesolíticos foram de facto efectuadas no vale da ribeira de Magos, e só depois no vale da ribeira de Muge, como a transcrição de documento coevo de Carlos Ribeiro anteriormente publicado já indicava (CARDOSO, 2015 b).

[12] – Na verdade, a Moita do Sebastião e o Cabeço da Amoreira foram os primeiros concheiros da ribeira de Muge a serem identificados, seguido pelo do Cabeço da Arruda, segundo o relato apresentado pelo próprio (CARDOSO, 2013 b; CARDOSO, 2015 c).

[13] – esta passagem do manuscrito é elucidativa: foi de facto Carlos Ribeiro quem organizou e coordenou a realização da primeira campanha de escavações realizada no concheiro do Cabeço da Arruda, como de facto já anteriormente havia sido concluído (CARDOSO, 2013 a; CARDOSO, 2013 b; CARDOSO, 2015 b).

[14] – Datando esta Memória de 1867 (DELGADO, 1867), esta afirmação é muito importante, por poder situar a redacção do presente manuscrito nesse mesmo ano, ou pouco depois.

[15] – Esta passagem mostra claramente que este manuscrito se destinava a uma Memória a apresentar à Academia Real das Ciências de Lisboa, ainda antes da extinção da segunda Comissão Geológica, co-dirigida por Carlos Ribeiro e Peeira da Costa, verificada em 1 Fevereiro de 1868.

[16] – O facto de se referir à Memória por si publicada em 1866 (RIBEIRO, 1866) como remontando “ao anno findo” confirma que a redacção deste manuscrito se realizou em 1867. Ver nota [15].

[17] – A organização da presente exposição segue a metodologia esboçada na monografia de 1866, e depois seguida no manuscrito dado recentemente à estampa (CARDOSO, 2013 a), considerando sucessivamente a existência de três grupos com características litostratigráficas próprias, atribuídos na sua totalidade ao Quaternário. Sabe-se hoje que o primeiro desses grupos (Grupo Inferior) é sobretudo Miocénico, o segundo (Grupo Médio) essencialmente Plio-quaternário e o terceiro (Grupo Superior) exclusivamente Quaternário, representado sobretudo pelas aluviões holocénicas do vale do Tejo e os depósitos arqueológicos correlativos, como os concheiros de Muge.

[18] – Esta observação é de assinalável importância científica para a época, e que recentes trabalhos de cartografia geológica e de estratigrafia, coordenados por M. Telles Antunes, vieram clarificar. Com efeito, este autor forneceu, sobre esta questão a seguinte informação, a qual, pelo seu interesse, se transcreve na íntegra, com os devidos agradecimentos: *“Carlos Ribeiro considerava um conjunto de depósitos inferiores, continentais, com fácies que lembram as da Formação de Benfica. Até hoje, não há provas directas de idade precisa. A ligação com a bacia do Tejo pode ter existido a Este da Arrábida, provavelmente no Miocénico médio / Serravaliano. Mas a evolução foi diferente. A uma situação que se configura como um divertículo da Bacia do Tejo sucede a activação e subsidência da Bacia de Alvalade a Sul do ‘Horst’ paleozóico de Valverde (entre Alcácer e Grândola), cujo enchimento marinho é ulterior ao correspondente à Formação de Alcácer. Atinge o Miocénico terminal, como mostram os pequenos mamíferos de Esbarradadoiro, Santa Margarida, etc. Tanto quanto me parece, a*

‘Bacia do Sado’ com as características actuais deve datar do Quaternário, a menos que atinja o Pliocénico, sem provas rigorosas.” Deste modo, a existência desde o Miocénico, de uma única bacia sedimentar, com a extensão patente na actualidade pelas duas bacias hidrográficas do Tejo e do Sado, deve ser posta de parte.

[19] – Alguns destes retalhos são de época plio-quatérnia, e não miocénica, contrariando a sua inclusão no Grupo Inferior, que é essencialmente de idade miocénica, como atrás se referiu. Ver nota [17].

[20] – Afirmação exagerada, já que não é aceitável tamanha generalização, ignorando a importância que os relevos pré-existentes tiveram na génese dos depósitos descritos, de assinalável heterogeneidade, com base nas descrições apresentadas por Carlos Ribeiro, as quais, outrossim, bem evidenciam o conhecimento do terreno por si já revelado no decurso da redacção desta Memória, na segunda metade do ano de 1867. A data da presente redacção é em parte coeva da redacção de outro manuscrito de sua autoria recentemente publicado, iniciado também na segunda metade de 1867, mas que, ao contrário deste, se encontrava ainda em fase de redacção em 1869 (CARDOSO, 2013 a). A preparação de tal manuscrito foi motivado pelas reservas que De Verneuil apresentou à sua comunicação de 17 de Junho de 1867 à Sociedade Geológica de França sobre os depósitos quaternários de Portugal (RIBEIRO, 1867), as quais são conhecidas, pois Carlos Ribeiro publicou-as em 1871 (RIBEIRO, 1871).

[21] – Embora o aspecto litológico desta formações possa ser comparável, nalguns dos locais indicados por Carlos Ribeiro, a sua idade é muito distinta, nem sempre se encontrando claramente caracterizada. A semelhança litológica entre depósitos não possui necessariamente incidência cronológica.

[22] – Esta evidência não significa nenhuma contradição geológica, tão-somente que os depósitos continentais observados no interior do País resultaram de sucessivos ciclos de erosão e sedimentação, de natureza essencialmente climática, sem relação directa com os movimentos tectónicos que afectaram as bancadas miocénicas na região de Lisboa e Setúbal.

[23] – Foi esta a primeira vez que se assinalou a presença de retalhos de praias quaternárias às altitudes de 90/100 m, no litoral da Estremadura a norte de Sintra, as quais foram, muito tempo depois investigadas do ponto de vista arqueológico, tendo fornecido indústrias de talhe muito rude, sobre seixos quartzíticos, típicas do litoral português, e por tal motivo designadas por Henri Breuil como “lusitanianas” (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1945).

[24] – Como se referiu nas notas [18] e [21], Carlos Ribeiro tomou como critério para integrar no seu Grupo Inferior, os depósitos com afinidades ou semelhanças estritamente litológicas, os quais, naturalmente poderiam ser, como são, de idades muito distintas. Ver nota [21].

[25] – Carlos Ribeiro falava com conhecimento de causa, pois tinha já enão percorrido todas aquelas paragens, bem como as que adiante refere, na continuação da sua descrição, o que lhe dava um conhecimento inigualável da geologia do nosso país, apesar de esta então ainda estar no seu começo.

[26] – Com efeito, na região de Rio Maior, avultam calcários de idade miocénica, reconhecidos em Freiria, bem como em outras localidades estremenhas ou ribatejanas como Almoester, Cartaxo e Santarém, que Carlos Ribeiro incluiu no seu Grupo Inferior.

[27] – Esta observação é absolutamente verdadeira, e mais evidencia a capacidade de Carlos Ribeiro como estratígrafo, ao ter sido capaz de separar as bancadas neogénicas das secundárias, ainda que por vezes de litologias semelhantes. Contudo, ao contrário do que afirma, tais assentadas carbonatadas são miocénicas e não quaternárias, mas este erro resulta do critério geral que adoptou ao atribuir ao Quaternário todas as

formações dos seus grupos Inferior, Médio e Superior. Como atrás se disse, as formações do Grupo Inferior são essencialmente miocénicas. Ver notas [17], [19] e [26].

[28] – Esta interpretação afigura-se totalmente correcta, sendo, uma vez mais, de destacar a capacidade de Carlos Ribeiro para, depois de ter separado estratigraficamente as formações calcárias em questão, ter situado a origem das mais recentes nas mais antigas, em resultado dos fenómenos geoquímicos, sobretudo a dissolução do carbonato de cálcio nelas existente, com a sua ulterior precipitação noutros locais adjacentes.

[29] – O interesse científico das observações de Carlos Ribeiro não fica atrás dos aspectos económicos destes calcários, em resultado da sua própria actividade, no quadro da identificação de recursos económicos que contribuíssem para o desenvolvimento do País. Este objectivo sempre norteou Carlos Ribeiro, embora tenha sabido sempre conjugar os aspectos aplicados da sua actividade com os de ordem exclusivamente científica, entre os quais avulta a Arqueologia.

[30] – É digna de registo esta proposta de Carlos Ribeiro, estabelecendo a sequência cronoestratigráfica do Grupo Inferior. Naturalmente, numa tão vasta área, caracterizada por geologia que, sabemos-lo hoje, se afigura muito mais diversificada que aquela que na altura era possível reconhecer, com recurso aos escassos meios e sobretudo no quadro conceptual da época, tal proposta tem apenas interesse histórico. Mas merece destaque a capacidade de observação e de síntese reveladas pelo autor.

[31] – O autor elenca os locais onde observou calcários que julgava serem quaternários, mas que são na realidade miocénicos, como só muito mais tarde se verificou, ou mais antigos, como serão alguns dos mencionados. Ver notas [17], [19], [26] e [27].

[32] – Não correspondem a formações quaternárias, sendo evidentemente mais antigas, de época miocénica. Ver notas [17], [19], [26], [27] e [31].

[33] – Com efeito, consultando a Carta Geológica de Portugal à escala de 1/500 000 (SGP, 1992), a primeira falha coincide com as indicações dadas por Carlos Ribeiro, e a segunda consiste num conjunto de acidentes que, com a orientação referida pelo autor, produzem contactos entre as formações terciárias (por Carlos Ribeiro consideradas quaternárias) e o maciço calcário estremenho.

[34] – Carlos Ribeiro considerava, como se verifica nesta passagem, que as fortes acções tectónicas teriam deslocado fortemente tais camadas, levando-as até à vertical. Esta afirmação, a par da potência desta série sedimentar, que atingia cerca de 400 m, foi apresentada a 17 de Junho de 1867 em comunicação à Sociedade Geológica de França, já atrás referida, a convite do seu Presidente, De Verneuil, a qual foi prontamente publicada (RIBEIRO, 1867). Tais considerações não mereceram a concordância do geólogo francês, conforme carta remetida a Carlos Ribeiro e por este parcialmente publicada (RIBEIRO, 1871), a qual motivou uma detalhada resposta da parte deste, sob a forma de manuscrito só recentemente publicado (CARDOSO, 2013 a). O presente manuscrito possui considerandos comparáveis, por ter sido redigido em sintonia com aquele, no decurso da segunda metade do ano de 1867. Ver nota [20].

[35] – Refere-se à memória por si publicada no ano anterior (RIBEIRO, 1866), na qual Carlos Ribeiro já tinha apresentado proposta de sequência estratigráfica relativa ao Grupo Inferior, o único dos três por si identificado que foi objecto de estudo detalhado.

[36] – Estas breves referências a restos de animais não devem reportar-se ao Quaternário, sendo muito provável que correspondam a fósseis de vertebrados miocénicos (ANTUNES, 2013, p. 103), correspondendo

deste modo aos primeiros exemplares recolhidos nos depósitos da margem direita do Tejo, publicados nos inícios do século XX por F. Roman, que também se ocupou do estudo dos moluscos (ROMAN, 1907).

[37] – Foi a recolha em depósitos então atribuídos por Carlos Ribeiro ao Quaternário, pertencentes ao Grupo Inferior, mas que o próprio posteriormente veio a situar, e bem, no Miocénico, na sua memória de 1871 (RIBEIRO, 1871), que desencadeou toda a polémica relacionada com o Homem terciário no território português, a partir daquela data.

[38] – Tal Memória, jamais publicada, deve corresponder em parte à descrição das peças, conforme as mesmas se encontram publicadas na Memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa em 1871, na qual o autor se limitou a alterar a cronologia atribuída aos três grupos, passando-os de quaternários para terciários, com excepção do Grupo Superior, desde sempre considerado quaternário (RIBEIRO, 1871). No estudo de 1871, os supostos artefactos considerados mais expressivos foram reproduzidos litograficamente, por desenhos a traço, não se vislumbrando, no entanto, em qualquer deles, indícios de talhe intencional.

[39] – A extensão e acuidade das observações geológicas de Carlos Ribeiro, embora concentradas nos vales do Tejo e do Sado, estendeu-se para norte até à fronteira transmontana, como as observações adiante apresentadas confirmam, e para sul, até ao Algarve, como se conclui desta e de outras observações apresentadas no decurso do manuscrito. Na verdade, os depósitos detríticos que o autor aqui refere, correspondem a restos de coberturas plio-quaternárias, via de regra ferruginosas, que num local do concelho de Vila do Bispo forneceu ao signatário uma lasca de quartzo intencionalmente talhada (MARQUES, FURTADO & CARDOSO, 1980-1981).

[40] – Trata-se de blocos de hematite, que até há algumas décadas atrás serviam para o calcetamento das vias, prática com larga tradição, remontando à Idade Média, já que, no século XVI o geógrafo João de Barros, na sua *Geografia de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes* se referia a “huma calçada toda em ferro” que ia de Torre de Moncorvo para Mós.

[41] – Carlos Ribeiro assinala pela primeira vez a existência de outro tipo de depósitos que não se confundem com os de origem continental, que até ao momento foram descritos neste seu trabalho. Trata-se dos depósitos de origem marinha, formando, como muito bem observa, cordões de seixos ao longo de alguns trechos do litoral do Baixo Alentejo, completando as observações realizadas sobre idênticas formações a norte do Tejo. Ver nota [23].

[42] – Deve-se a Carlos Ribeiro a identificação dos sucessivos níveis de rechãs entalhadas nos calcários jurássicos do litoral sul da Arrábida, a diversas altitudes, depois estudados com mais pormenor (CHOFFAT & DOLLFUS, 1904-1907). Coube, porém, a Ribeiro, não só a referida identificação, mas também a recolha de moluscos coevos naqueles níveis marinhos, cuja conservação foi possível pela natureza calcária do substrato, constituindo um caso excepcional do litoral português (CARDOSO, 1994).

[43] – Nesta passagem o autor confunde aparentemente duas situações distintas: a existência de moluscos nas areias pliocénicas que se observam em diversos locais da margem esquerda do estuário do Tejo (ZBYSZEWSKI, 1949), os quais foram reconhecidos sob a forma de moldes, e a existência de depósitos litorais, correspondentes aos restos de praias levantadas quaternárias, correlativas das anteriormente referidas. Ver notas [23], [41] e [42].

[44] – Carlos Ribeiro encontrava-se particularmente bem informado das características geológicas dos depósitos observados ao longo do litoral português, pois foi o autor de uma descrição de uma parte da linha

da costa ocidental portuguesa, a partir do mar, publicada apenas em 1872 (RIBEIRO, 1872), mas iniciada ainda na década de 1850. Com efeito, os antigos Serviços Geológicos de Portugal, como é indicado por Georges Zbyszewski, no prólogo do volume que reuniu um conjunto de belas litografias impressas em folhas desdobráveis (RIBEIRO, 1949), refere que a Instituição possuía um atlas encadernado com a colecção completa das mesmas, ostentando as datas 1857-1868, que corromdem precisamente, como o início e o fim da Comissão Geológica. Deste modo, a extinção da Comissão Geológica impossibilitou que aquele magnífico conjunto iconográfico fosse publicado na altura. São desenhos feitos a traço, assinados por Feio, que desempenhou, na Comissão Geológica, as funções de desenhador, embora fosse Engenheiro Técnico de Obras Públicas (CARNEIRO, 2005).

Os desenhos incluídos na brochura publicada em 1949 abarcam parte do litoral da Estremadura, desde a foz da ribeira de Maceira, no litoral de Torres Vedras, à Pedra do Frade, a Oeste de Sesimbra (RIBEIRO, 1949). Na área agora referida por Carlos Ribeiro, no litoral da Arrábida, é nítido nos referidos desenhos, o escalonamento das praias levantadas, entalhadas no maciço calcário, a diversas altitudes. O presente manuscrito deve ter aproveitado muitas das observações realizadas aquando do desenho daquelas vistas.

[45] – A detalhada descrição apresentada da litologia destas camadas de carácter continental, apesar de conduzir a analogias entre elas, não justifica a conclusão de que sejam da mesma época. Na verdade, trata-se de depósitos muito heterogéneos, ocorrendo em regiões afastadas centenas de km, com génese e cronologias muito distintas, estreitamente dependentes das condições locais ou regionais que estiveram na sua origem. Ver notas [21] e [24].

[46] – A ocorrência de cerâmicas vermelhas, por certo de época romana ou posterior, reforça o referido na nota anterior quanto à grande diversidade de idades dos depósitos incluídos por Carlos Ribeiro neste Grupo.

[47] – Embora Carlos Ribeiro não precise os locais onde encontrou estes pequenos seixos muito rolados embalados em argilas avermelhadas, os mesmos são comuns nos depósitos que formam plataforma culminante a cerca de 150 m de altitude, visível em diversos locais ao longo da antiga faixa litoral estremenha que termina contra os contrafortes da serra de Montejunto, como se observa na região da Batalha. Tais depósitos relacionam-se com praia marinha plio-quadernária, já que os referidos seixos evidenciam rolamento com características marinhas.

[48] – Com efeito, tais depósitos, muito finos e com alta aptidão agrícola, relacionam-se com condições periglaciárias que nunca estiveram presentes no território português.

[49] – Trata-se de depósitos correspondentes à actual lezíria ribatejana, os últimos a serem formados no decurso da evolução holocénica do baixo vale do Tejo e dos seus afluentes laterais. A referência a cerâmicas vermelhas, só acentua a modernidade da formação de tais depósitos, já em época pós-romana, e relacionados com o assoreamento dos referidos vales. É interessante notar que, já em 1867 Carlos Ribeiro tenha chamado a atenção para a modernidade destes depósitos, apesar da sua assinalável extensão. Ver nota [46].

[50] – Ver nota [48].

[51] – Trata-se de depósitos correlacionados com a oscilação do nível marinho, que afectou directamente o nível de base dos cursos de água referidos, pelo que o nome de terraço (neste caso de natureza eustática) adequa-se a tais formações.

[52] – Carlos Ribeiro foi o primeiro a reconhecer e a atribuir importância aos terraços quadernários do baixo vale do Tejo, dispostos em sucessivos degraus, como muito bem refere, ocupando assinaláveis extensões,

sobretudo ao longo da sua margem esquerda. Não se limitou a reconhecer tal dispositivo, mas a discutir a génese da sua formação, citando para o efeito a obra clássica de Charles Lyell, na sua edição de 1856.

[53] – Na verdade, estes depósitos, com restos humanos e faunas domésticas, acompanhados de fragmentos de cerâmicas vermelha, sem dúvida romanos ou posteriores, são evidentemente de época moderna. Não deixa, por isso, de ser estranho que se tenha atribuído o crânio ali recolhido ao Paleolítico (MARTINS, 1881).

A intensidade do assoreamento do antigo estuário do Tejo foi comprovada pela Arqueologia; entre as provas que se podem invocar nesse sentido, avulta a abundância de restos de ostras, de época romana, recolhidas na *villa* de Castanheira do Ribatejo, e a abundância, no Calcolítico, de restos de amêijoas, do povoado de Moita da Ladra, Vialonga, locais próximos do Tejo, onde presentemente já não ocorrem (CARDOSO, 2009; CARDOSO, 2015 c). Ver nota [49].

[54] – Com efeito, as camadas aluvionares silto-argilosas que correspondem aos últimos estádios do enchimento pós-glaciário do vale do Tejo contêm elevada quantidade de conchas de moluscos estuarinos, os mesmos que foram intensamente recolectados pelas populações mesolíticas dos vales das ribeiras de Magos e de Muge. Aliás, o abandono dos concheiros ali existentes resultou do progressivo assoreamento dos leitos aluvionares daqueles cursos de água, bem como do próprio leito do Tejo, com a consequente migração das espécies antes ali abundantes para jusante. Actualmente, as espécies que outrora ali eram recolectadas acantonam-se na área do estuário do Tejo, especialmente na sua margem esquerda.

[55] – A afirmação de que em 1860 o autor considerava terciários os terrenos dos Grupos Inferior e Médio, é muito interessante e não se encontrou em mais nenhum escrito de Carlos Ribeiro. A ser assim, a atribuição da sua cronologia ao Quaternário teria sido motivada pela ulterior recolha nesses depósitos de materiais líticos supostamente talhados, dado que, à data, não se admitia a existência de uma humanidade ante-quaternária. Com efeito, em 1866, data da publicação da primeira parte da Memória dedicada ao estudo dos referidos depósitos (RIBEIRO, 1866), em resultado desse critério, tais depósitos foram atribuídos sem excepção ao Quaternário. Tal foi a orientação que presidiu à redacção do presente manuscrito, em 1867. Porém, a publicação, nesse mesmo ano, pelo Abade Bourgeois, de artefactos recolhidos na base do calcário terciário de Thenay (Beauce), conforme é referido por Carlos Ribeiro (RIBEIRO, 1871, p. 47), recuaria para tal época o surgimento do Homem, e fez com que Carlos Ribeiro tivesse encontrado, enfim, a justificação que lhe faltava para mudar a sua posição, voltando a atribuir ao Terciário – e bem – as camadas onde aqueles supostos objectos talhados ocorriam, realidade que assumiu plenamente apenas em 1871 (RIBEIRO, 1871). Ver nota [94].

[56] – Este molusco, a *Scrobicularia plana*, cujo nome comum é “lamejinha”, é ainda hoje recolhido em zonas de águas salobras, sendo comercializado para alimentação; é muito abundante nos concheiros do vale do Tejo, onde constitui a espécie dominante.

[57] – Esta afirmação é reproduzida no manuscrito de Carlos Ribeiro já dado à estampa (CARDOSO, 2013 a), tendo sido considerada por ele como incorrecta, dada a altitude a que teriam sido observados tais restos, a menos que se tratasse de um depósito antrópico, do tipo concheiro, de época indeterminada, circunstancialmente identificado por Daniel Sharpe.

[58] – Este conjunto de observações é de grande importância para o conhecimento da evolução do enchimento aluvionar do vale do Tejo, com a consequente migração destas espécies para jusante, acompanhando a menor penetração das marés e da cunha salina a ela associada. Carlos Ribeiro teve o mérito de dar atenção a estas evidências, que despertariam pouco interesse na generalidade dos geólogos seus contem-

porâneos (e mesmo dos que lhes sucederam), por se relacionarem com a época actual ou sub-actual, considerada em geral pouco motivadora em termos científicos. Ver nota [54].

[59] – Como já anteriormente se referiu, a presença de fragmentos cerâmicos de coloração vermelha situa a formação deste depósito na época romana ou pós-romana, o que não deixa de ser interessante, por documentar as profundas modificações que o estuário do Tejo conheceu na sua morfologia até há poucos séculos atrás, em resultado do seu progressivo assoreamento. Ver notas [49] e [53].

[60] – Esta observação é muito interessante e pode relacionar-se com variações na salinidade da água do estuário, no decurso da sua evolução, no caso correspondente a progressivo assoreamento. No registo arqueológico verificou-se que os concheiros do vale do Sado são essencialmente constituídos por *Cerastoderma edule*, enquanto nos do vale do Tejo predomina, como anteriormente se referiu, a *Scrobicularia plana*, realidade que poderá relacionar-se com salinidades distintas.

[61] – Ver nota [54].

[62] – É evidente a importância destas observações, até agora praticamente inéditas, sobre aspectos essenciais para a história da evolução do vale do Tejo, matéria que pouco interesse tem merecido mesmo na actualidade, por parte de geólogos e de geógrafos por razões apontadas anteriormnte. Acresce que os trabalhos de campo que, na actualidade se pudessem desenvolver nesta região seriam dificultados pela forte antropização conhecida desde o tempo de Carlos Ribeiro. O trabalho pioneiro deste geólogo aumenta, assim, de importância, a que acresce a qualidade e rigor das suas observações. Ver notas [54] e [58].

[63] – São estes os concheiros mais importantes identificados no século XIX nos vales das ribeiras de Magos e de Muge. No século XX outros concheiros foram identificados no vale da ribeira de Magos, para além do Areneiro (ou Arneiro) do Roquete, inventariados por Afonso do Paço (PAÇO, 1938), informação que foi ulteriormente sistematizada (CARDOSO & ROLÃO, 1999-2000).

[64] – Em publicação anterior (CARDOSO, 2015 c), transcreveu-se parcialmente manuscrito autógrafo de Carlos Ribeiro até então inédito, onde este declara que a primeira interpretação dada à acumulação de conchas observadas no Arneiro do Roquete e, logo a seguir, no Cabeço da Arruda, correspondeu a causas puramente naturais, o que se compreendia, dado que, até então, a presença humana pré-histórica na região era completamente desconhecida. Só quando se começaram a identificar restos humanos é que a hipótese de se tratar de uma formação de carácter artificial se colocou; o presente manuscrito segue ainda em parte, este modelo de formação dual, como adiante se verá.

[65] – Como já anteriormente se referiu, com base em manuscrito autógrafo de Carlos Ribeiro recentemente publicado (CARDOSO, 2015 c), o qual segue, com maior minúcia, outro relato de sua autoria também já dado à estampa (CARDOSO, 2013 a), aquele, depois de ter percorrido o vale da ribeira de Magos, onde localizou o concheiro do Arneiro do Roquete, progrediu para montante, ao longo da margem esquerda do vale do Tejo, e, entrando no vale da ribeira de Muge. Tal trajecto explica que o primeiro concheiro que identificado foi o da Fonte da Burra, nome por que então era conhecido o concheiro de Moita do Sebastião (CARDOSO & ROLÃO, 1999-2000). Efectivamente, este concheiro é o que se encontra mais a jusante, e na margem esquerda daquele vale, pelo que seria o que seria primeiramente avistado por quem progredisse a pé de jusante para montante.

[66] – Faz sentido que tenha sido este o terceiro concheiro a ser identificado no vale da ribeira de Muge, pois situa-se ainda na sua margem esquerda, um pouco a montante do concheiro da Moita do Sebastião.

[67] – Este concheiro foi totalmente destruído, já no século XX, pela plantação de uma vinha, que aliás dá nome na actualidade a uma bem conhecida marca de vinho da Casa Cadaval, proprietária daquele vasto domínio.

[68] – A ocorrência de fragmentos de cerâmicas pré-históricas foi assinalada em diversos concheiros de Muge (FERREIRA, 1974), tendo sido atribuídas, sempre que existem elementos seguros de diagnose, ao Neolítico Antigo. Desconhece-se se os fragmentos agora referidos ao concheiro de Fonte do Padre Pedro seriam também daquela época. Em todo o caso, está ainda por esclarecer se se trata de elementos coevos das últimas ocupações dos concheiros, realidade que seria teoricamente possível, dada a sobreposição temporal entre aquelas produções neolíticas e os derradeiros habitantes dos concheiros ou se, pelo contrário, correspondem a reocupações ulteriores dos mesmos locais, por populações neolíticas.

[69] – É curioso ter sido o Cabeço da Arruda o último concheiro a ser mencionado no manuscrito, visto que é o concheiro que se encontra mais próximo do concheiro do Cabeço da Amoreira, e não o da Fonte do Padre Pedro, o qual se situa na margem direita já perto da confluência com o Tejo.

[70] – O concheiro assenta sobre um baixo terraço quaternário, constituído localmente por depósitos arenosos predominantemente finos (designados por Carlos Ribeiro por “arenatas”).

[71] – As características gerais observadas neste concheiro em Abril de 1863 foram registadas por Carlos Ribeiro numa folha do seu caderno de campo, entretanto publicada (CARDOSO & ROLÃO, 1999-2000). As mesmas observações foram logo depois passadas a limpo pelo próprio, tornando-se mais claras e detalhadas. Tendo estas sido recentemente publicadas (CARDOSO, 2015 c), fica a saber-se que foi nos dias 13 e 14 de Abril que se identificou o concheiro do Arneiro do Roquete, tendo o do Cabeço da Arruda sido identificado a 24 do mesmo mês. É interessante verificar que já naquela época foram identificadas conchas de *Cypraea*, molusco marinho cuja presença nos concheiros de Muge se explica pela sua utilização como contas, apresentando-se para o efeito usualmente com duas perfurações. Ver nota [65].

[72] – Com efeito a escavação de 1864 foi executada por colectores da Comissão Geológica sob orientação de Carlos Ribeiro, tendo nela participado o seu então adjunto, Nery Delgado, conforme é declarado por Carlos Ribeiro em manuscrito recentemente publicado (CARDOSO, 2013 a). os resultados obtidos dessa escavação foram dados a conhecer por Pereira da Costa, logo no ano seguinte, através de bela monografia que passou a constituir a primeira obra dedicada a uma estação pré-histórica publicada em Portugal (COSTA, 1865).

Alguns investigadores da actualidade quiseram ver na aparente contradição entre a autoria da realização dos trabalhos de campo e a sua publicação por alguém que não participou nos mesmos, uma das razões da degradação das relações entre os dois membros co-directores da Comissão Geológica. Contudo, como noutra ocasião se referiu (CARDOSO, 2013 a), aquela solução tinha resultado do acordo estabelecido entre os dois, como é claramente expresso na seguinte frase de Carlos Ribeiro, transcrita de manuscrito recentemente publicado (CARDOSO, 2013 a, p. 86): “*Ao Sr. F. A. P. da Costa também Membro Director da Comissão Geológica cedemos a descrição destes restos humanos, fornecendo-lhe para este fim todos os esclarecimentos que a observação dos factos nos próprios logares nos tinha sugerido.*” Também no manuscrito ora publicado, Carlos Ribeiro cita, em nota de pé de página, a monografia publicada pelo seu colega em 1865. Ver nota [75].

[73] – Esta descrição deve corresponder ao corte reproduzido na memória de 1865 (COSTA, 1865, Fig. 2). Embora nesta seja cuidadosamente descrito o processo de acumulação dos leitos arqueológicos, a descrição da sucessão estratigráfica ali apresentada, afigura-se diferente da descrita neste manuscrito, por ser menos

precisa. A explicação para tal situação parece não ser difícil de encontrar: depois de Carlos Ribeiro ter efectuado a referida descrição estratigráfica, logo após a realização da escavação, em 1864, a qual foi passada a Pereira da Costa que se limitou a publicá-la sem alterações, aquele teve a oportunidade de, ulteriormente, melhorar e precisar as informações nela contidas, o que fez, no âmbito da redacção deste manuscrito, no decurso da segunda metade do ano de 1867. Com efeito, é o próprio que em dada passagem deste declara que voltou a visitar o concheiro do Cabeço da Arruda em 1866, tendo então tido a oportunidade para efectuar tal trabalho.

[74] – Esta constatação foi confirmada pelas escavações realizadas no mesmo concheiro em 1880, aquando da realização do Congresso Internacional e, de uma forma geral, também nas escavações ulteriores que se realizaram não só no Cabeço da Arruda, mas também no Cabeço da Amoreira e na Moita do Sebastião (CARDOSO & ROLÃO, 1999-2000). A interpretação para este facto permanece ainda pouco clara, sendo certo que também se reconheceram enterramentos em níveis mais altos daquelas acumulações, e até muito próximo superfície das mesmas, conforme se observou nas escavações dirigidas por José Manuel Rolão e, depois, por Nuno Bicho, no Cabeço da Amoreira.

[75] – Esta passagem não deixa dúvidas quanto à cedência, por acordo estabelecido entre Carlos Ribeiro e Pereira da Costa, do direito científico da publicação por este último do estudo antropológico dos esqueletos recuperados em 1864 no concheiro do Cabeço da Arruda, acompanhado de elementos sobre as condições dos achados, fornecidos por Carlos Ribeiro. Ver nota [72].

[76] – Alguns dos objectos de osso recuperados foram também publicados por Pereira da Costa (COSTA, 1865, Est. VII).

[77] – Como foi muito bem observado por Carlos Ribeiro, trata-se de concreções de carbonato de cálcio produzidas em torno das raízes das plantas que cobriam o cabeço, as quais, depois de terem desaparecido, mantiveram a sua forma, correspondendo a tubos ociosos.

[78] – Os estudos desenvolvidos no século XX, especialmente depois da utilização sistemática da datação absoluta dos restos humanos exumados nestes diferentes locais, pelo método do radiocarbono, veio mostrar que, de uma forma geral, todos os concheiros funcionaram em simultâneo, embora o concheiro da Moita do Sebastião pudesse ter sido o primeiro a constituir-se e o Cabeço da Arruda, conjuntamente com o Cabeço da Amoreira, os últimos a serem abandonados (STERJNA, 2016, Fig. 5.11).

A diferenciação estabelecida entre os concheiros, aparentemente de carácter genético, por Carlos Ribeiro, não se afigura correcta. Com efeito, as razões que invoca para separar o concheiro do Cabeço da Arruda dos da Fonte da Burra (=Moita do Sebastião) e do Cabeço da Amoreira, não foram confirmadas ulteriormente e resultam apenas do conhecimento ainda muito incipiente que, em 1867, se tinha destas estações mesolíticas. Ao que parece, Carlos Ribeiro atribuía apenas o estatuto de concheiros aos sítios onde a presença de depósitos terrígenos se não tinham identificado, sendo por conseguinte exclusivos os restos de conchas. Já no Arneiro do Roquete e no Cabeço da Arruda, os depósitos terrígenos ocorriam, por ele atribuídos às águas do Tejo, pelo que, segundo o seu critério, teriam de ser reportados a outra categoria, embora não fosse capaz de a caracterizar. Ver nota [79].

[79] – Por esta passagem do manuscrito se percebe que Carlos Ribeiro confere aos depósitos observados nos dois sítios por ele excluídos da categoria de concheiros (Cabeço da Arruda e Arneiro do Roquete), uma formação mista, onde a componente humana, expressa pela presença de restos de fauna e de esqueletos humanos se interligou com a acção das águas do Tejo, que depositaram importantes quantidades de sedimentos

nos referidos locais. No entanto, para que tal fosse possível, o rio Tejo teria de ter dimensões muito superiores às da actualidade – no que estava completamente correcto – mas também teria de possuir o seu leito de cheia a cotas superiores às actuais, uma vez que aqueles locais atingem altitudes entre 7 a 15 m acima do nível actual do rio. Com efeito, sabe-se hoje que a formação das sequências sedimentares observadas nos diversos concheiros tem origem exclusivamente antrópica, nada ficando a dever aos acarreios do Tejo invocados por Carlos Ribeiro. Ver nota [78].

[80] – Esta passagem é interessante por provar que Carlos Ribeiro tinha a clara noção de que as últimas fases do enchimento aluvionar do vale do Tejo eram mais modernas que a formação dos concheiros, no que esta completamente certo. Ver notas [54] e [58].

[81] – De acordo com documento anteriormente publicado, do mesmo autor, este identifica Nery Delgado como sendo o mentor da possibilidade de relação entre os concheiros do vale do Tejo e os concheiros da Dinamarca (CARDOSO, 2013 a, p. 86). Mas tardou pouco para que se percebesse que os concheiros dinamarqueses eram mais modernos, pois possuíam já artefactos neolíticos, ao contrário dos do vale do Tejo.

[82] – Com excepção dos dois restos anteriormente referidos, ainda que a atribuição genérica e muito menos específica tivesse sido possível. Ver nota [36].

[83] – Refere-se aos restos de grandes mamíferos pliocénicos que por essa mesma altura Nery Delgado vinha desenterrando em diversas grutas da Estremadura, com destaque para a Casa da Moura (DELGADO, 1867), cuja monografia, na altura da redacção deste manuscrito se encontrava em curso de impressão. Ver nota [14].

[84] – Cabe sem dúvida a Carlos Ribeiro o mérito de ter chamado a atenção a nível internacional, para o interesse científico dos depósitos quaternários portugueses, numa época em que tal interesse poderia ser mobilizado, em virtude da curiosidade da população em geral, e da comunidade dos geólogos e arqueólogos, em particular para a questão da antiguidade da espécie humana. Ver nota [39].

[85] – Daniel Sharpe era comerciante inglês apaixonado pela geologia, devendo-se-lhe os primeiros estudos científicos sobre os terrenos paleozóicos e cenozóicos do nosso país, que publicou em Inglaterra. Foi com ele que Carlos Ribeiro aprendeu os primeiros rudimentos de Geologia (SOUSA *et al.*, 2013).

[86] – Na verdade, segundo os critérios expostos por Carlos Ribeiro na sua obra de 1866, aquelas formações calcárias, pertencentes ao seu Grupo Inferior, seriam quaternárias, o que, sabemo-lo hoje, não corresponde à verdade, pois são de idade miocénica. Ver notas [26], [29] e [31].

[87] – Esta observação, que é quase um desabafo, afigura-se totalmente correcta, pois não é possível chegar a conclusões quanto à idade de quaisquer outras formações geológicas com base apenas na litologia; disso tinha Carlos Ribeiro plena consciência. Note-se o esforço que desenvolveu, ao longo deste trabalho, para ir mais além, estabelecendo correlações stratigráficas, por vezes a grande distância as quais, sabemo-lo hoje, não poderiam ter conduzido às conclusões desejadas; mas reconhece-se o mérito de as ter feito, baseadas em árduas jornadas de campo, que se prolongavam por meses a fio, onde bem se evidencia o rigor das observações, por si sempre pessoalmente efectuadas. Ver notas [21], [24] e [45].

[88] – O interesse de Carlos Ribeiro pelo estudo das supostas indústrias líticas pré-quaternárias – os chamados eólitos – que tanta celebridade lhe trouxeram, tanto a nível nacional como internacional, deve ser visto, antes de mais, numa perspectiva geológica, uma vez que a sua presença foi determinante para remeter

a cronologia das respectivas formações para o Quaternário. Ulteriormente, a sua posição, como é sabido, modificou-se. Ver nota [55].

[89] – trata-se da transcrição integral de passagem daquela obra (RIBEIRO, 1866, p. 117), a qual se afigura ainda totalmente correcta.

[90] – Na verdade ambos os depósitos referidos são miocénicos, mas tal falha não se deve reportar a Carlos Ribeiro, por falta absoluta de um quadro estratigráfico de referência onde se pudesse apoiar. Para a região de Lisboa, tal síntese, que continua válida, apenas com pequeníssimas alterações, até aos dias de hoje, deve-se a J. C. Berkeley Cotter, geólogo dos Serviços Geológicos, feita já ao século XX. Constitui um dos últimos contributos geológicos de primeira grandeza da instituição criada por Carlos Ribeiro, então em claro declínio, antecedendo o seu ressurgimento a partir da década de 1940. No caso concreto, estas camadas argilosas esverdeadas com restos de vegetais pertencem a épocas distintas. Assim, no que respeita à Charneca, os terrenos em causa, de idade Miocénica, integram-se na unidade 5 b de Cotter; já os depósitos mencionados de Telheiras, correspondentes a argilas com *Cerithium*, são um pouco mais antigos, integrando-se na unidade 4 b de Cotter. Enfim, as camadas argilosas esverdeadas que Carlos Ribeiro observou em Arroios, com restos de vegetais e que, por estritas afinidades litológicas, correlacionou com as de Telheiras, são muito mais antigas do que estas, uma vez que se integram no Miocénico basal, Aquitaniano. Estas precisões, que se devem a M. Telles Antunes, a quem se agradece, evidenciam, no entanto, o rigor dos dados de observação e o seu meticuloso registo, por parte de Carlos Ribeiro, falhando contudo na sua interpretação geológica, pelas razões anteriormente apontadas.

[91] – Os restos de vegetais do Alfeite foram estudados por Carlos Teixeira e por ele atribuídos ao Pliocénico (TEIXEIRA, 1947; TEIXEIRA & GONÇALVES, 1980, p. 174).

[92] – Verifica-se que Carlos Ribeiro tinha plena consciência das limitações dos critérios que presidiram à sequência litostratigráfica por si estabelecida.

[93] – A referida memória conheceu edição francesa em 1864, integrando capítulo de um livro dando continuidade à obra de Charles Lyell, publicada em 1863, *L'ancienneté de l'Homme*. Tal livro, intitulado *L'Homme fossile en France*, integra diversas comunicações entretanto apresentadas à Academia das Ciências de Paris, entre as quais a que Carlos Ribeiro refere, de J. Desnoyers (DESNOYERS, 1864). A referência que dela é feita por Carlos Ribeiro mostra como este estava actualizado nos principais avanços feitos além Pirenéus nesta matéria. Contudo, não tardou a que estes invocados vestígios, a par de outros semelhantes, também então dados a conhecer, fossem afinal atribuídos a causas naturais, pelo próprio Lyell, como se pode ler logo no parágrafo seguinte do manuscrito.

[94] – Já no manuscrito cuja publicação antecedeu a do presente (CARDOSO, 2013 a), Carlos Ribeiro valorizou a descoberta do Abade Bourgeois de sílex lascados na base do calcário de Beauce, apresentado em comunicação à Academia das Ciências de Paris a 7 de Janeiro de 1867, ou seja, no próprio ano em que este manuscrito foi redigido, sublinhando a actualização do seu autor. Foram, com efeito, tais descobertas, que Carlos Ribeiro valorizou na memória apresentada à Academia das Ciências de Lisboa poucos anos volvidos (RIBEIRO, 1871, p. 47), que acabaram por dissipar no seu espírito as derradeiras dúvidas sobre a verdadeira idade miocénica das camadas dos seus Grupos inferior e médio (CARDOSO, 2013 a, p. 47). Aqui está como um dado científico errado – pois os sílex não apresentavam trabalho humano – pode contribuir decisivamente para uma conclusão acertada, neste caso a atribuição ao Miocénico dos depósitos correspondentes. Ver nota [55].

[95] – Como ulteriormente se verificou, tais sílex não se afiguravam intencionalmente talhados, pelo que a antiguidade do Homem da Beauce ficou, por tal facto, posta em causa, como viria a acontecer com o Homem terciário português. Ver notas [55] e [94].

[96] – Trata-se de abordagem cientificamente moderna e que justificou, tanto na época como na actualidade, a inclusão deste tipo de estudos arqueológicos, desenvolvidos no âmbito da Pré-História, no domínio científico das Ciências da Terra.

6 – EPÍLOGO

Com a publicação deste manuscrito, encerra-se a transcrição integral dos trabalhos inéditos deixados por Carlos Ribeiro sobre a Geologia do Quaternário e as indústrias e estações arqueológicas correlativas. A sua publicação justificou-se por ser tema de grande actualidade, e a que o pioneiro da Geologia e da Arqueologia Pré-Histórica portuguesa deu, há precisamente 150 anos, uma tão assinalável importância, que bem sublinha as excepcionais qualidades científicas e de observação, colocando-o entre um dos mais notáveis geólogos do seu tempo.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Doutor Miguel Telles Antunes, por ter esclarecido diversas dúvidas relativamente à geologia dos terrenos do Grupo Inferior, essencialmente de idade miocénica, tanto da região baixo-alentejana, como da região de Lisboa, que estudou em detalhe.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. T. (2013) – Carlos Ribeiro (1813-1882) e o suposto solo quaternário. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 101-108.
- BEATO, M. F. (1969) – *Catálogo das publicações dos Serviços Geológicos de Portugal 1865-1968*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1945) – *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. 2 – Les principaux gisements des plages quaternaires du litoral d'Estremadura et des terrasses fluviales de la basse vallée du Tage*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 26).
- CARDOSO, J. L. (1994) – O litoral sesimbrense da Arrábida. Resenha dos conhecimentos da sua evolução quaternária e das ocupações humanas correlativas. *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 4, p. 5-12.
- CARDOSO, J. L. (1999-2000) – As investigações de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado sobre o “Homem Terciário”: resultados e consequências na época e para além dela. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 33-54.
- CARDOSO, J. L. (2009) – Estudo arqueozoológico sumário dos restos recuperados nas escavações. *In A villa romana de Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira). Trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito de uma obra da EPAL*. Lisboa: EPAL, p. 199-216.

- CARDOSO, J. L. (2013 a) – Carlos Ribeiro, a “Breve notícia acerca do terreno quaternario de Portugal” e a questão do Homem terciário em Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 27-88.
- CARDOSO, J. L. (2013 b) – Carlos Ribeiro e o reconhecimento do Solo Quaternário do vale do Tejo: enquadramento geológico dos concheiros mesolíticos das ribeiras de Magos e de Muge. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 89-100.
- CARDOSO, J. L. (2015 a) – A investigação da antiguidade do Homem no Portugal de Oitocentos: um contributo para a História da Ciência. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22.
- CARDOSO, J. L. (2015 b) – Carlos Ribeiro (1813-1882), a segunda parte da “Descrição do solo quaternário das bacias hydrographicas dos rios Tejo e Sado”, o “Homem terciário” e os concheiros mesolíticos do vale do Tejo. *CuPAUAM*. Madrid. 41, p. 13-22.
- CARDOSO, J. L. (2015 c) – Carlos Ribeiro and Francisco António Pereira da Costa: dawn of the Mesolithic shellmiddens of Muge (Salvaterra de Magos). In BICHO, N., DETRY, C.; PRICE, T. D. & CUNHA, E. – *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge Scholars Publishing, p. 1-18.
- CARDOSO, J. L. & ROLÃO, J. M. (1999-2000) – Prospecções e escavações nos concheiros mesolíticos de Muge e de Magos (Salvaterra de Magos): contribuição para a história dos trabalhos arqueológicos efectuados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 83-240.
- CARNEIRO, A. (2005) – Outside Government Science, “Not a Single Tiny Bone to Cheer Us Up”! The Geological Survey of Portugal (1857-1908), The Involvement of Common Men, and the Reaction of Civil Society to Geological Research. *Annals of Science*. 62 (2), p. 141-204.
- CARNEIRO, A.; MOTA, T. S. & LEITÃO, V. (2013) – *O chão que pisamos. A Geologia ao serviço do Estado (1848-1974)*. Lisboa: Colibri.
- CARTAILHAC, E. (1896) – *La France préhistorique*. Deuxième édition. Paris: Félix Alcan.
- CHOFFAT, P. & DOLLFUS, G. F. (1904-1907) – Quelques cordons littoraux marins du Pleistocène du Portugal. *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal*. Lisboa. 6, p. 158-173.
- COSTA, F. A. P. (1865) – *Da existencia do Homem em epochas remotas no valle do Tejo. Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- CUVIER, G. (1830) – *Discours sur les révolutions de la surface du Globe*. 6.^a edição. Paris: Edmond d’Ocagne.
- DELGADO, J. F. N. (1867) – *Noticia acerca das grutas da Cesareda*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- DESNOYERS, J. (1864) – L’Homme fossile aux environs de Chartres. In *L’Homme fossile en France. Communications faites à l’Institut (Académie des Sciences)*. Paris: J. B. Baillièrre et Fils, p. 94-108.
- FERREIRA, O. V. (1974) – Acerca das cerâmicas neolíticas encontradas na parte superior dos concheiros da região de Muge (Portugal). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 58, p. 191-196.
- MARQUES, M. M.; FURTADO, A. S. & CARDOSO, J. L. (1980-1981) – Testemunhos de couraças ferruginosas quaternárias no Sudeste de Portugal (nota preliminar). *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal* (Homenagem a C. Teixeira). Lisboa. 22, p. 417-420.
- MARTINS, J. P. O. (1881) – *Elementos de Anthropologia (Historia nNatural do Homem)*. Segunda Edição augmentada com uma notícia acerca dos trabalhos do Congresso de Lisboa. Lisboa: Livraria Bertrand.

- PAÇO, A. (1938) – Novos concheiros do vale do Tejo. *Brotéria*. Lisboa. 27 (1), p. 66-75.
- RIBEIRO, C. (1866) – *Estudos geológicos. Descrição do solo quaternario das bacias hydrographicas do Tejo e Sado*. Lisboa: Comissão Geologica de Porugal.
- RIBEIRO, C. (1867) – Note sur le terrain quaternaire du Portugal. *Bulletin de la Société Géologique de France*. Paris. Série 2, 24, p. 692-717.
- RIBEIRO, C. (1871) – *Descrição de alguns sílex e quartzites lascados encontrados nas camadas dos terrenos terciário e quaternário das bacias do Tejo e Sado. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Typographia da Academia
- RIBEIRO, C. (1872) – Descrição da costa marítima compreendida entre o cabo de S. Vicente e a foz do Douro. *Revista de Obras Públicas e Minas*. Lisboa. 3 (35/36)
- RIBEIRO, C. (1949) – *Vues de la côte portugaise entre l'estuaire de la rivière de Maceira et Pedra do Frade à l'Ouest de Cezimbra*. Lisboa: Serviços Geológicos de Porugal.
- ROMAN, F. (1907) – *Le Néogène continental de la basse vallée du Tage (rive droite). 1.ère Partie – Paléontologie. Avec une note sur les empreintes végétales de Pernes*. Lisboa: Comissão do Serviço Geológico de Portugal.
- SALDANHA, Marechal Marquez de (1845) – *Concordancia das Sciencias Naturaes e principalmente da Geologia com o Genesis*. Vienna d'Austria: Typographia dos PP. Mechitaristas.
- SALDANHA, Marechal Duque de (1863) – *Concordanza delle Scienze Naturali e principalmente della Geologia com la Genesi*. Roma: Tipografia Salviucci.
- SOUSA, M. J. L.; JESUS, A. P.; CHAMINÉ, H. I. & RODRIGUES, C. F. (2013) – Carlos Ribeiro e o carvão. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 137-154.
- STERJNA, R. P. (2016) – *On death in the Mesolithic or the mortuary practices of the last hunter-gatherers of the South-Western Iberian Peninsula, 7th-6th Millenium BCE*. Uppsala: Uppsala Universiter.
- TEIXEIRA, C. (1947) – A flora pliocénica de Montijo. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 28, p. 213-216.
- TEIXEIRA, C. & GONÇALVES, F. (1980) – *Introdução à Geologia de Portugal*. Lisboa: INIC.
- THOMSEN (1837) – *Leitfaden zur nordischen alterthumskunde*. Kopenhagen: Im Secretariat der Gesallschaft.
- WORSAAE, J. J. A. (1846) – *Blekingske Mindesmaerker fra Hedenold*. Kjobenhavn: Universitetsboghandler C. A. Reitzels Forlag.
- ZBYSZEWSKI, G. (1949) – Contribution à la connaissance du Pliocène portugais. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 30, p. 59-78.

NA ESTREMADURA DO NEOLÍTICO ANTIGO AO NEOLÍTICO FINAL: CONTRIBUTOS DE UM PERCURSO PESSOAL

FROM EARLY TO LATE NEOLITHIC IN ESTREMADURA, PORTUGAL. CONTRIBUTIONS OF A PERSONAL SCIENTIFIC CAREER

João Luís Cardoso¹

Abstract

The author presents a synthesis of the Neolithic chronological sequence in Estremadura, Portugal. In this region he has developed much of his research, directed archaeological excavations in several important sites and published the results obtained. The nature and characteristics of these sites and their artefacts, along with their absolute chronology, will therefore be the essential elements of this article, without prejudice to its correlation and discussion in a broader framework, based on the information available to other sites with comparative interest.

Keywords: absolute chronology, Early Neolithic, Late Neolithic, material culture, Middle Neolithic, Portuguese Estremadura.

1 – JUSTIFICAÇÃO

O presente texto corresponde a síntese dos conhecimentos sobre o Neolítico da Estremadura e áreas adjacentes proporcionados pelas várias intervenções em estações arqueológicas neolíticas onde o Autor dirigiu intervenções, a par das conclusões proporcionadas pela análise e publicação de espólios inéditos, provenientes de outros sítios cujo estudo foi por si assegurado, sozinho ou em co-autoria (Fig. 1).

Trata-se, pois, de contributo sem pretensão de ser exaustivo, sublinhando apenas os resultados mais significativos obtidos nas últimas três décadas pelo signatário. Contudo, o alcance das conclusões obtidas, dada a representatividade das estações estudadas, possibilitou a apresentação de uma visão sintética da evolução da cultura material neolítica ao longo de cerca de dois milénios, enriquecida pelas comparações efectuadas com base em trabalhos devidos a outros autores, na maioria recentemente publicados ou ainda em curso.

2 – O NEOLÍTICO ANTIGO

À síntese realizada sobre o Neolítico Antigo da Baixa Estremadura por A. F. Carvalho em 2005 (CARVALHO, 2005), seguiu-se outra, sobre os progressos realizados entre aquela data e 2009, apresentada ao encontro sobre a transição Mesolítico / Neolítico no sul da Península Ibérica e do norte de Marrocos, organizado na

¹Universidade Aberta (Lisboa) e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).
cardoso18@netvisao.pt

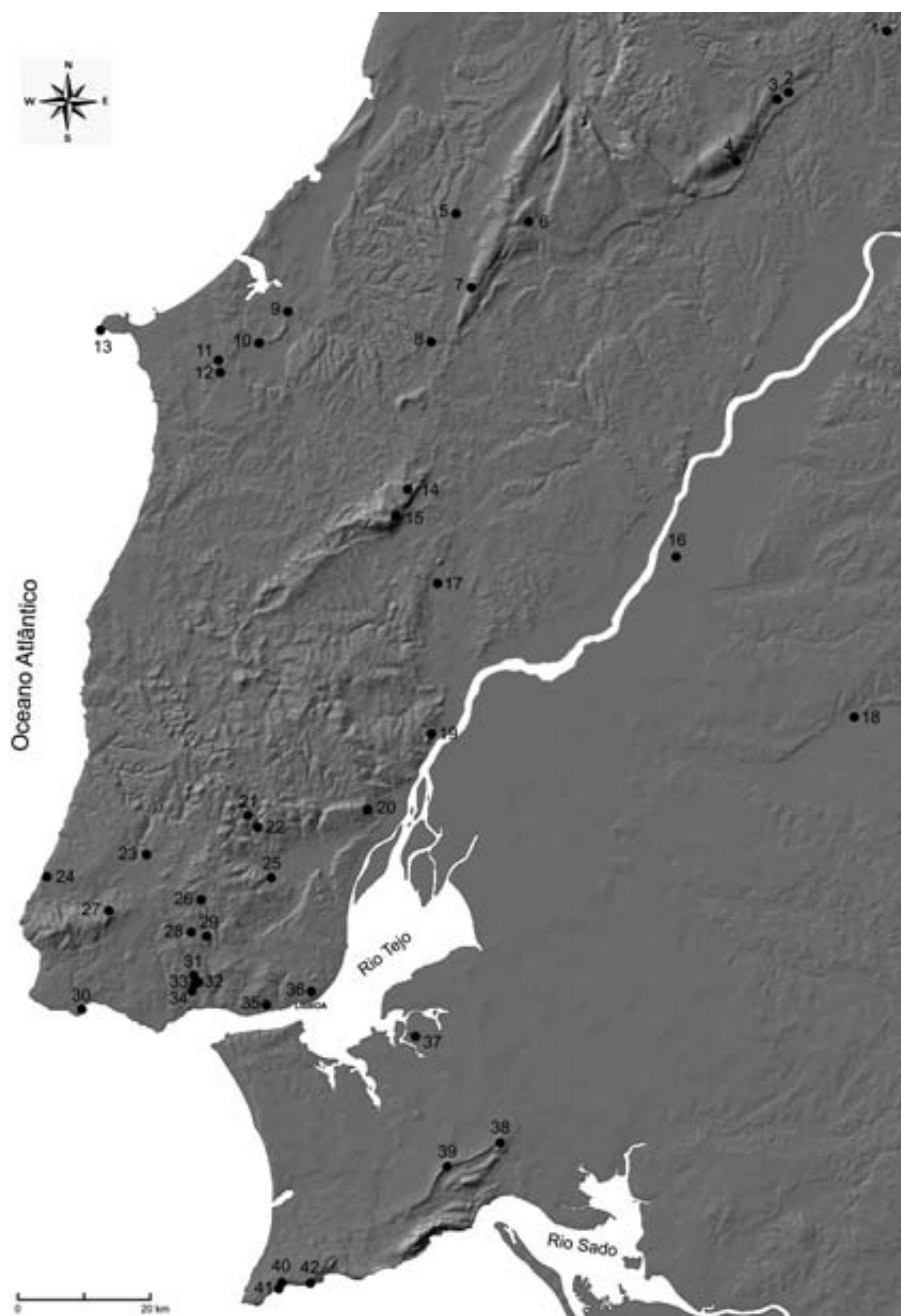


Fig. 1 – Localização das estações arqueológicas citadas no texto. Legenda: **Neolítico Antigo:** 1 - Gruta do Caldeirão (Tomar); 4 - Forno do Terreirinho (Torres Novas); 5 - Carvalhal de Turquel (Alcobaça); 7 - Algar de João Ramos (Turquel); 8 - Senhora da Luz (Rio Maior); 9 - Outeiro da Assenta (Óbidos); 10 - Amoreira (Óbidos); 11 - Casa da Moura (Óbidos); 16 - Cortiçóis (Almeirim); 17 - Vale das Lajes (Alenquer); 18 - Casas Novas (Coruche); 20 - Moita da Ladra (Vila Franca de Xira); 22 - Salemas (Loures); 23 - Lameiras (Sintra); 25 - (Loures); 27 - S. Pedro de Canaferrim (Sintra); 30 - Poço Velho (Cascais); 32 - Carrascal (Oeiras); 36 - Encosta de Sant'Ana (Lisboa); 37 - Gaió (Barreiro); 38 - Casal da Cerca (Palmela); 42 - Lapa do Fumo (Sesimbra). **Neolítico Médio:** 2 - Costa do Pereiro (Torres Novas); 3 - Abrigo da Pena d'Água (Torres Novas); 6 - Lugar do Canto, (Alcanena); 11 - Casa da Moura (Óbidos); 15 - Algar do Bom Santo (Alenquer); 41 - Lapa da Furada (Sesimbra). **Neolítico Final:** 11 - Casa da Moura (Óbidos); 12 - Malgasta (Peniche); 13 - Furninha (Peniche); 14 - Fontainhas (Cadaval); 19 - Pedra Furada 1 (Vila Franca de Xira); 21 - Carcavelos (Loures); 24 - Praia das Maças (Colares); 26 - Clube de Campo de Belas (Sintra); 28 - Carrascal de Agualva (Cacém); 29 - Estria (Sintra); 30 - Poço Velho (Cascais); 31 - Leceia (Oeiras); 32 - Carrascal (Oeiras); 33 - Barotas (Oeiras); 34 - Monte do Castelo (Oeiras); 35 - Travessa das Dores (Lisboa); 39 - Alto de S. Francisco (Palmela); 40 - Lapa do Bugio (Sesimbra); 42 - Lapa do Fumo (Sesimbra).

Universidade do Algarve por J. Gibaja e A. F. Carvalho (CARDOSO, 2010). Nesse estudo sublinhavam-se alguns resultados entretanto obtidos, que bem evidenciavam o vigor das investigações produzidas. No que diz respeito à contribuição pessoal do signatário para tais avanços, assinala-se a identificação de uma interessante presença no topo da chaminé basáltica da Moita da Ladra, Vila Franca de Xira (Fig. 2), onde se recolheram espólios cerâmicos, de pedra lascada e de pedra polida do Neolítico Antigo (Fig. 3) (CARDOSO & CANINAS, 2010). A escolha deste local, com ampla visibilidade sobre o estuário do Tejo, integra-se na estratégia de ocupação da região, já referida em anterior contributo (CARDOSO, CARREIRA & FERREIRA, 1996). Com efeito, a Moita da Ladra controla a ligação entre o estuário do Tejo e a



Fig. 2 – Vista da elevação basáltica da Moita da Ladra, no topo da qual se implantou uma comunidade no Neolítico Antigo (seg. F. Martins).

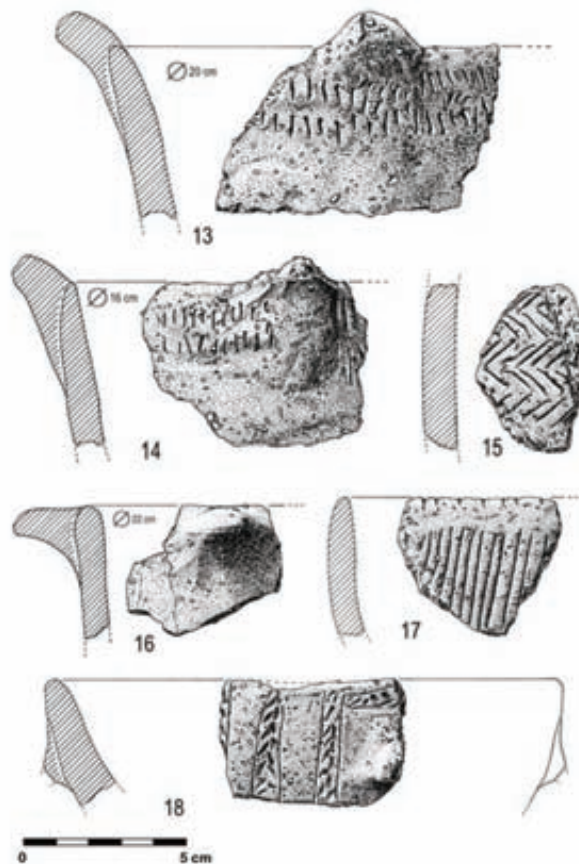


Fig. 3 – Moita da Ladra. Produções cerâmicas do Neolítico Antigo (seg. CARDOSO & CANINAS, 2010, modificado).

bacia de Loures, vasta depressão interior, onde facilmente se poderia desenvolver uma economia agro-pastoril incipiente.

Tal estratégia envolveu, naturalmente, a ocupação das zonas baixas, ribeirinhas do estuário do Tejo, comprovada tanto na margem direita (Encosta de Sant'Ana, na área urbana de Lisboa), como na margem esquerda (Gaio, Barreiro), sendo acompanhada pela ocupação de sítios de altura, implantados em zonas de ecótono, controlando a circulação de populações entre as terras baixas adjacentes ao estuário do Tejo e o interior da península de Lisboa, em geral mais rochoso, acidentado e com maiores altitudes, situação bem exemplificada pelo povoado das Salemas, Loures (Fig. 4) (CARDOSO, CARREIRA & FERREIRA, 1996), no qual se reconheceu também uma presença do Neolítico Antigo (Fig. 5).



Fig. 4 – Povoado das Salemas. Vista da plataforma calcária, com lácias incipiente, seccionada por pedra, onde se implantou o povoado (foto J. L. Cardoso).

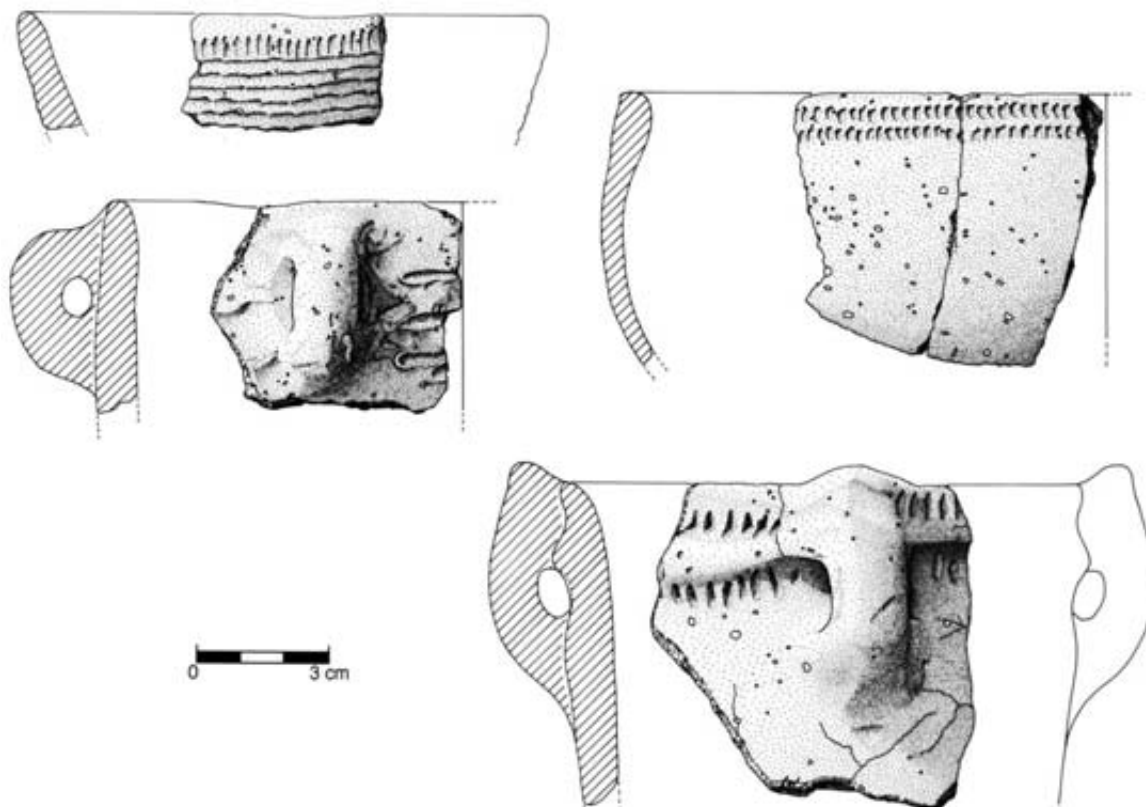


Fig. 5 – Povoado das Salemas. Produções cerâmicas do Neolítico Antigo (Seg. CARDOSO, CARREIRA & FERREIRA, 1996).

Mais a montante, na margem esquerda do Baixo Tejo, implantado num baixo terraço do rio, situa-se o sítio de Cortiços, Almeirim (Fig. 6), onde uma intervenção de emergência efectuada em 2010 e dirigida pelo signatário com a colaboração de António Faustino Carvalho evidenciou a presença de ocupação da mesma época, representada por abundantes produções cerâmicas decoradas, indústrias líticas de pedra lascada e de pedra polida (CARDOSO, CARVALHO & GIBAJA, 2013). Infelizmente, a estratigrafia havia sido fortemente perturbada pelas



Fig. 6 – Cortiços. Vista da área escavada da estação, implantada num baixo terraço da margem esquerda do Tejo. Ao fundo, divisa-se a serra de Montejunto. Foto de J. L. Cardoso.

lavras profundas dos solos arenosos ali existentes, cuja acidez impossibilitou a conservação de matéria orgânica susceptível de ser datada. A implantação é idêntica à da estação de Casas Novas, Coruche, situada mais a jusante, num terraço do rio Sorraia, embora esta deva ser um pouco mais antiga, como sugere a presença significativa de fragmentos com decoração cardial, ausentes em Cortiços, bem como a ausência de certas técnicas e motivos decorativos ali presentes, a qual ascende a meados do VI milénio cal BC, conforme datação obtida sobre carvões recolhidos no interior de uma das estruturas de combustão ali presentes (GONÇALVES & SOUSA, 2015).

Ao contrário, as produções cerâmicas de Cortiços (Fig. 7) exibem mais afinidades com a estação de ar livre de Forno do Terreirinho, Torres Novas (CARVALHO, 2008), onde também ocorrem peças com pegas espessas e repuxões (parecem ter sido produzidos por beliscões na argila fresca) abaixo do bordo (ver CARDOSO, CARVALHO & GIBAJA, 2013, Fig. 17, n.º 4), a par de bordos denteados sobre o bordo, asas de fita, e os padrões de espinhados incisos. Contudo, aqui também não foi possível obter elementos sobre a cronologia absoluta susceptíveis de reforçarem as identidades observadas.

Apesar das limitações apontadas, foi em Cortiços que, pela primeira vez no território português, se demonstrou a existência, no Neolítico Antigo, de elementos de sílex utilizados como dentes de foices, a partir dos microtraços de uso observáveis ao microscópio electrónico nos respectivos gumes (Fig. 8) (CARVALHO, GIBAJA & CARDOSO, 2013).

Face ao exposto, admite-se que a estação de Cortiços fosse recorrentemente ocupada, numa determinada época do ano, por comunidade dedicada à prática da cerealicultura, dada a alta aptidão agrícola dos solos arenosos para tal utilização com base na tecnologia da época e a ausência de elementos susceptíveis de indicarem um estacionamento perianual, como seria o caso, na eventualidade de ocorrerem recipientes de grandes dimensões destinados ao armazenamento ou a presença de elementos de moagem, existentes em outros contextos estremenhos.

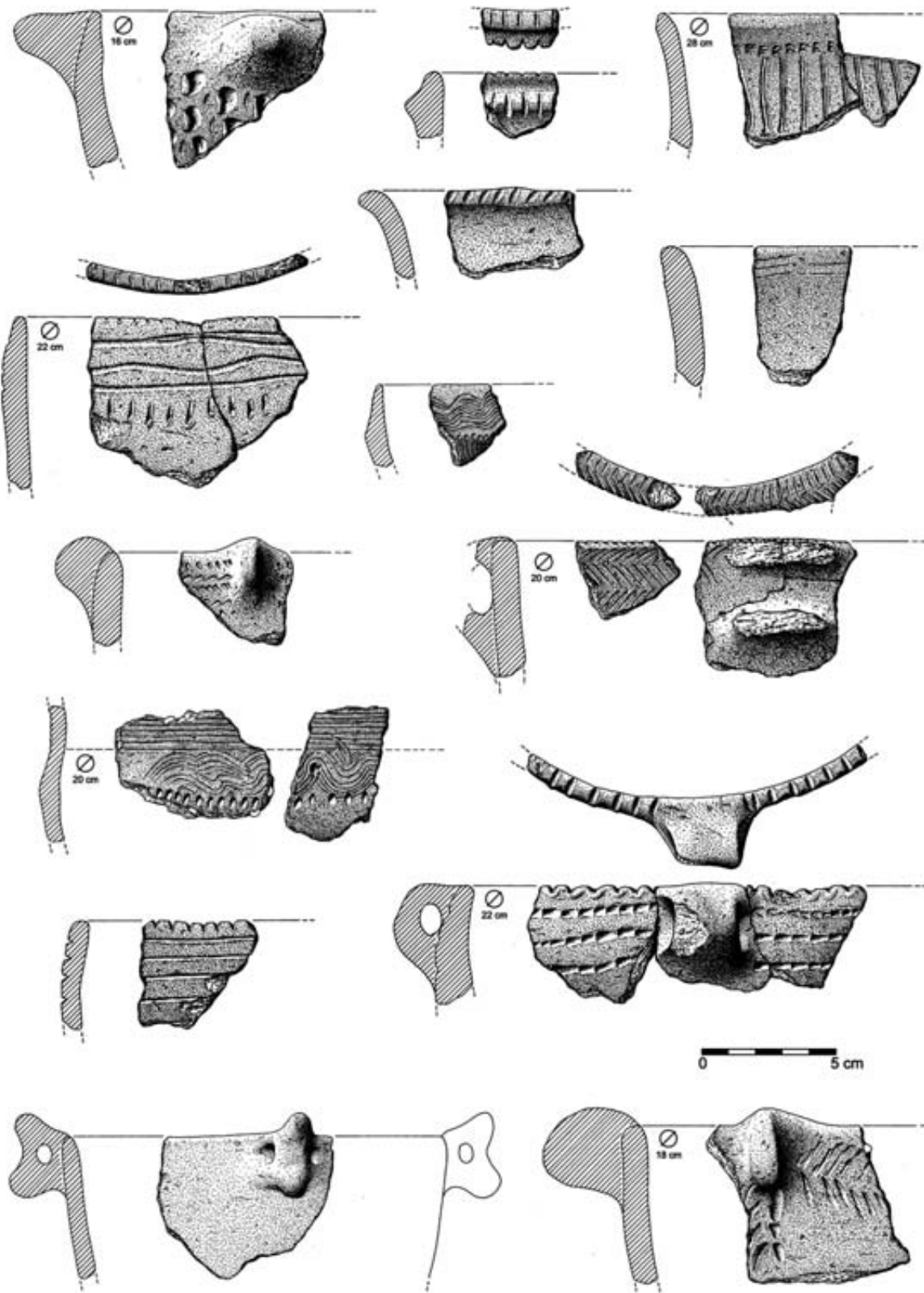


Fig. 7 – Cortiços. Produções cerâmicas do Neolítico Antigo (seg. CARDOSO, CARVALHO & GIBAJA, 2013, modificado).

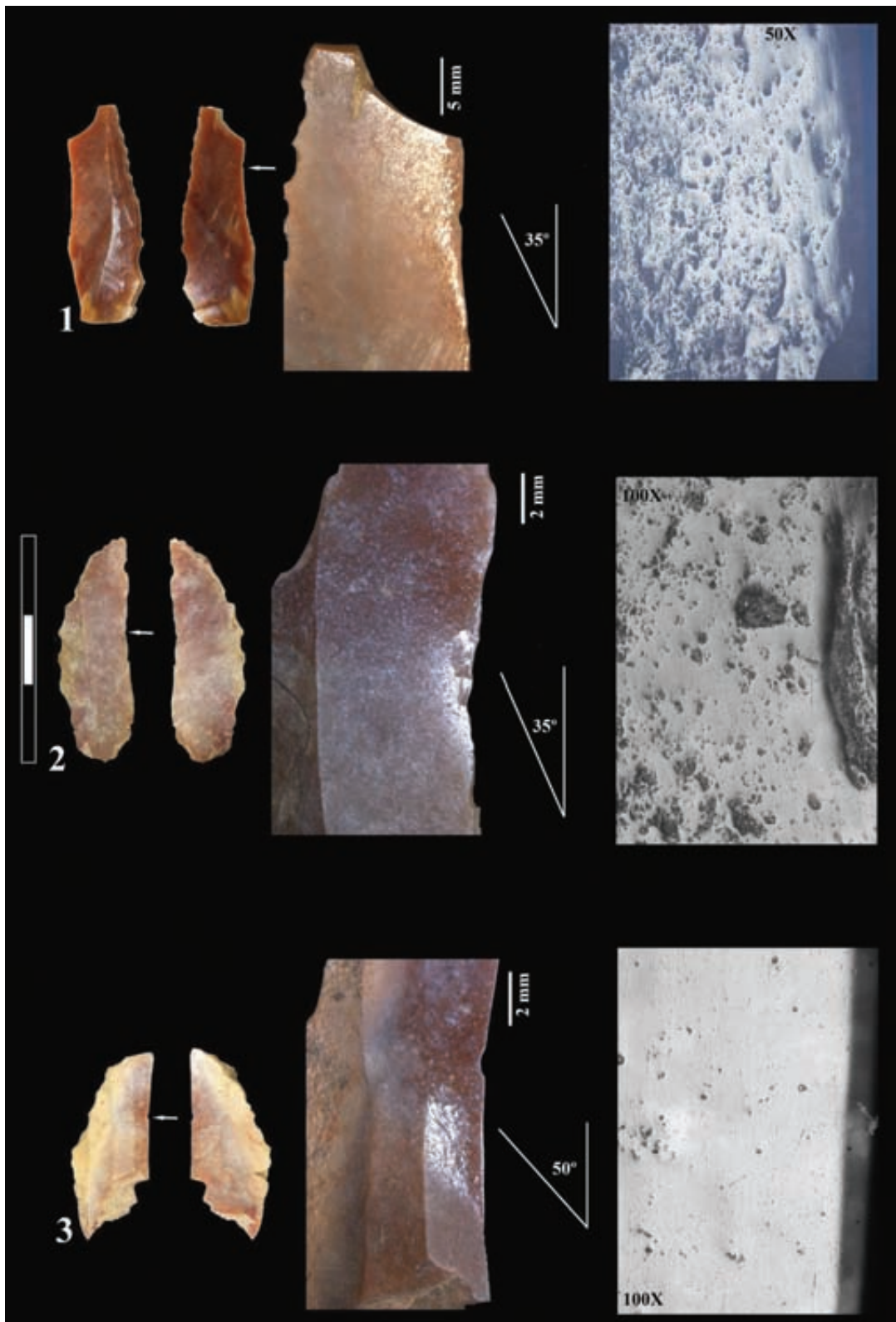


Fig. 8 – Cortiçóis. Elementos de foíce com indícios de marcas de corte de cereais nos bordos (seg. CARVALHO, GIBAJA & CARDOSO, 2013).

Neste contexto, é aliciante estabelecer uma relação funcional entre esta ocorrência e as estações situadas no Maciço Calcário, como seria o caso do Forno do Terreirinho, podendo tratar-se de um único grupo humano, que durante uma época do ano o frequentava, dedicando-se à pastorícia, passando, sazonalmente, ao outro lado do rio, onde praticaria essencialmente a cerealicultura. Aliás, esta relação funcional entre as duas margens do Tejo tem antecedentes no Mesolítico, como se evidencia pelo aprovisionamento do sílex utilizado nos concheiros de Muge, obtido nos afloramentos calcários da margem direita, como há muito já apontara R. de Serpa Pinto (PINTO, 1932, p. 54). Aliás, a ocupação humana dos concheiros de Muge no Neolítico Antigo é de há muito conhecida (FERREIRA, 1974), ascendendo as primeiras colheitas de cerâmicas dessa época ao século XIX, no concheiro de Moita do Sebastião (Fig. 9), estando ainda por esclarecer, à falta de datações absolutas para esta presença neolítica, quais as relações que caracterizaram tais populações com as suas antecedentes mesolíticas: seriam as suas descendentes? Tratar-se-iam das derradeiras comunidades que ocuparam os concheiros, e que tivessem adoptado, em continuidade, as cerâmicas ao seu quotidiano? Seriam, enfim, populações que oriundas do maciço Calcário iniciariam o seu processo de difusão por outros domínios geográficos, neste caso as vastas charnecas da margem esquerda do Tejo?

Mais para jusante, perto do estuário do Tejo, destaca-se a estação do Carrascal, Oeiras, onde excepcionalmente, tendo presente a localização da estação na região de Lisboa, se recolheram escassas cerâmicas cardiais (Fig. 10).

Um conjunto de indicadores comprova a ocupação perianual da estação do Carrascal. É nesse sentido que aponta o registo faunístico, onde se reconheceu a presença de boi doméstico, a par da presença de grandes

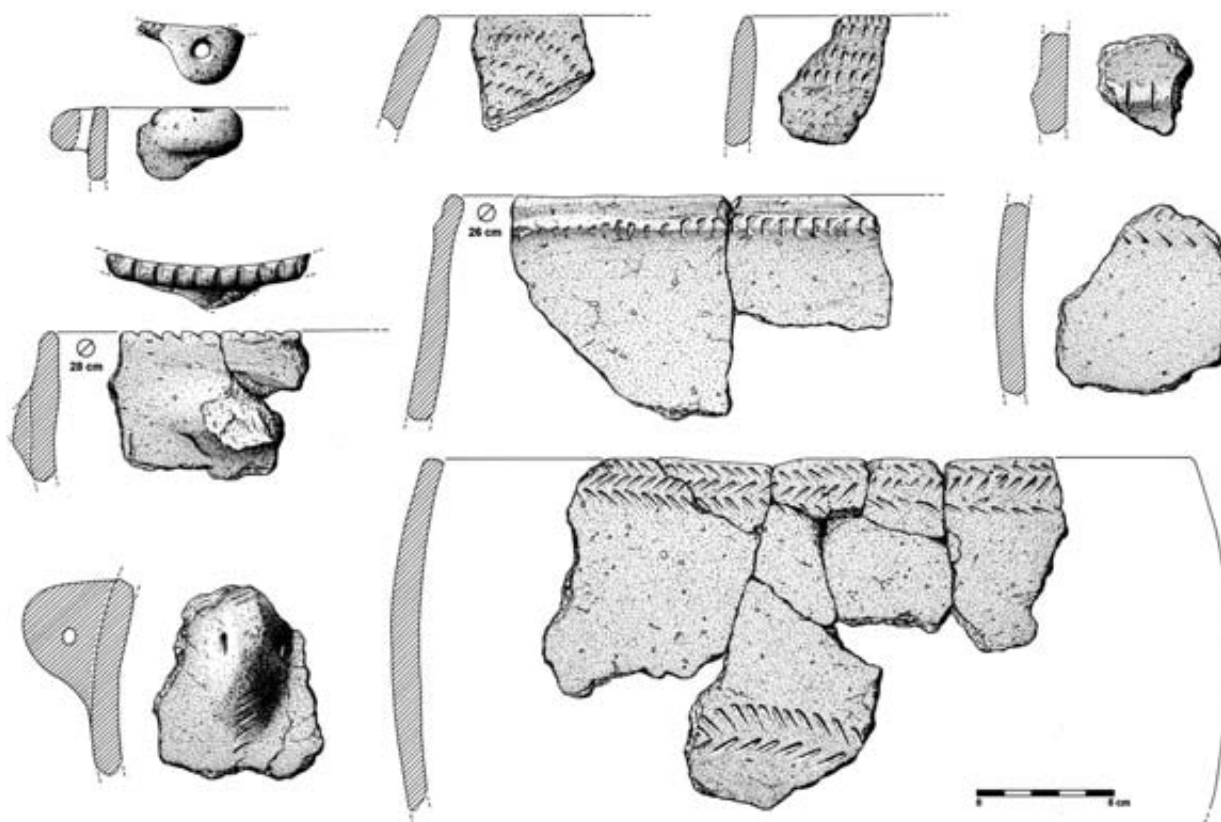


Fig. 9 – Concheiro de Moita do Sebastião. Produções cerâmicas do Neolítico Antigo recolhidas no século XIX (desenhos inéditos, da autoria de F. Martins).



Fig. 10 – Povoado do Carrascal. Cerâmicas cardiais (seg. CARDOSO, 2015, modificado).

recipientes de armazenamento e elementos de moagem. Este sítio tinha importância relevante no talhe do sílex, sem contudo se confundir com uma simples oficina, explicada pela abundância, no próprio local, de tal matéria-prima, disponível sob a forma de *tablettes*, nas bancadas calcárias recifais cretácicas aflorantes.

A implantação da estação, a meia-encosta direita do vale da ribeira de Barcarena, e na proximidade de pequeno paleoestúário então formado pela sua confluência com o rio Tejo, situado a apenas 3 km para jusante (Fig. 11), permitiu a intensa recollecção de ostras, ali então abundantes, antes que aquela zona húmida, então já em vias de recessão, desaparecesse totalmente, o que se terá verificado no decurso do Calcolítico (CARDOSO, 2013). Deste modo, a economia alimentar destas populações baseava-se na caça (estando representado, entre outras espécies, o auroque), na pastorícia (ovinos, caprinos, bovinos), na agricultura (presença de mós manuais) e na recollecção estuarina (CARDOSO, 2015), constituindo um bom exemplo da diversidade das fontes alimentares exploradas pelas primeiras populações neolíticas estremenhas.

No concelho de Óbidos, assinala-se o sítio do Neolítico Antigo de Amoreira até agora inédito, visto não se encontrar assinalado nenhuma ocorrência do Neolítico Antigo neste local, com base no inventário arqueológico concelhio publicado (FERNANDES, MOREIRA & RAPOSO, 2005-2008). Muito destruído pela lavra de pedreira de calcários, implanta-se num alto próximo de um dos esteiros da lagoa de Óbidos, actualmente totalmente assoreado (Fig. 12). Identificado pelo Dr. Filipe Martins, a ele se devem os materiais ora reproduzidos (Fig. 13), os quais, pela sua importância, justificam uma intervenção arqueológica. Situado na frente de pedreira, a escavação, apesar de urgente, conforme indicado em proposta apresentada pelo signatário ao sector

de Arqueologia da Câmara Municipal de Óbidos, ainda não teve resposta. Tal como no Carrascal, os espólios identificados à superfície indicam uma economia alimentar mista e diversificada, onde a recollecção detinha também importante papel, proporcionada pela proximidade da referida zona húmida.

O povoado calcolítico do Outeiro da Assenta, situado próximo, conheceu também uma ocupação anterior, do Neolítico Antigo (CARDOSO & MARTINS, 2009), comprovada por algumas cerâmicas decoradas. Tal como o sítio anterior, o povoado foi implantado num cabeço que dominava a vasta lagoa de Óbidos, a qual, no trecho em questão, se encontra hoje em dia totalmente assoreada, correspondente à Várzea da Rainha.

São também excepcionais as informações disponíveis acerca de estruturas de carácter habitacional do Neolítico Antigo existentes nesta região. Para além das fossas de São Pedro de Canaferrim (SIMÕES, 1999), abertas no saibro granítico, são de referir duas fossas em “cuvette”, identificadas no povoado do Carrascal, abertas nos calcários apinhoados do Cretácico (Cenomaniano Superior), das quais a mais importante conservava um enchimento de blocos de basalto, o que se justifica por ser uma rocha que conserva bem o calor (Fig. 14). Deste modo, é inquestionável que tais estruturas tenham tido a função de caloríferos, destinados eventualmente à preparação de refeições, e não ao armazenamento de alimentos, como em geral é admitido, aliás hipótese contrariada pela sua pouca profundidade.



Fig. 11 – Povoado do Carrascal. Implantação da estação, na encosta direita da ribeira de Barcarena (foto de J. L. Cardoso).



Fig. 12 – Povoado da Amoreira. Implantação do sítio no topo de colina calcária, dominando zona baixa, actualmente assoreada (foto de F. Martins).

*

As matérias-primas utilizadas na confecção do instrumental de pedra polida das estações do Neolítico Antigo da região em estudo são, via de regra, de origem local ou regional, sempre que existe informação segura a tal respeito (caso da Moita da Ladra, do Carrascal e dos Cortiçóis). No entanto, a ocorrência de

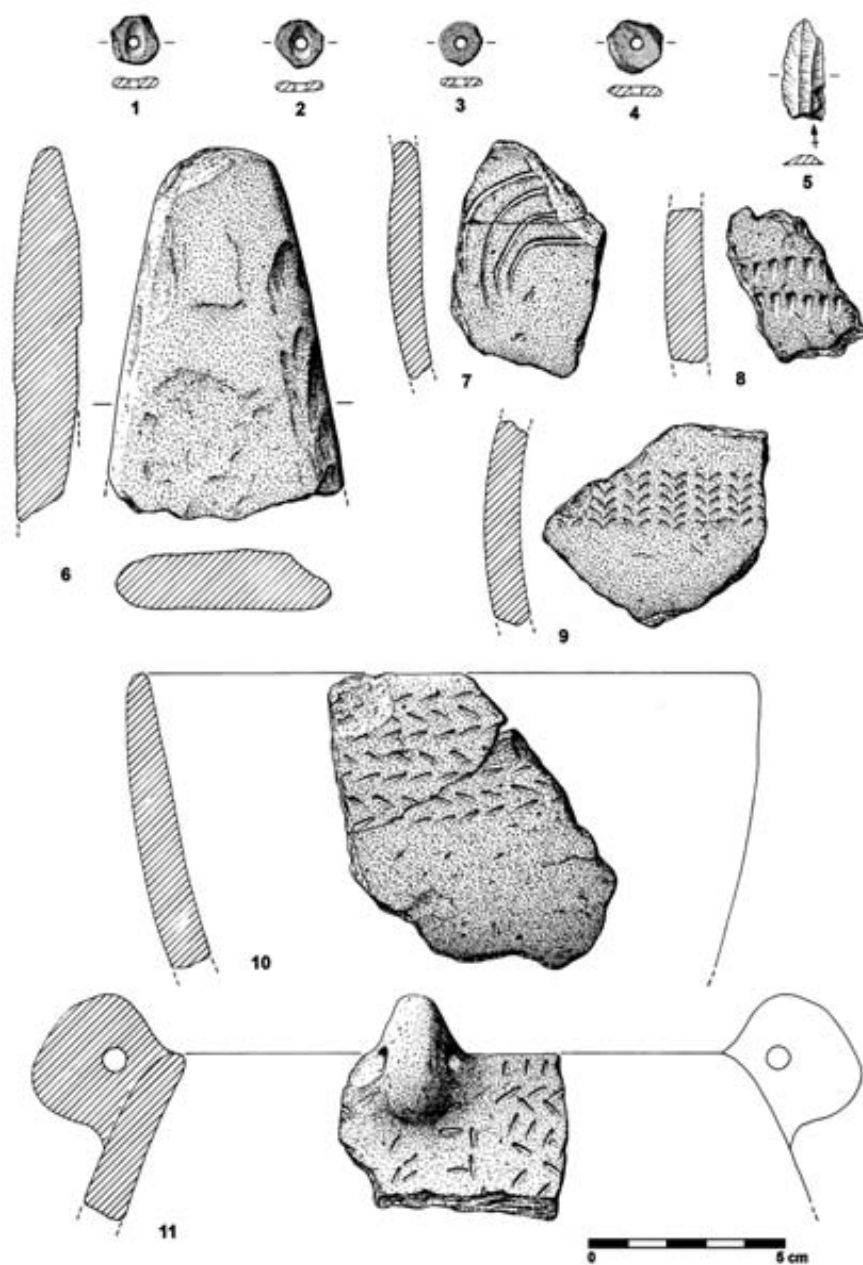


Fig. 13 – Povoado da Amoreira. Materiais arqueológicos recolhidos no decurso de lavra de pedra responsável pela quase destruição do sítio arqueológico (foto de F. Martins).

artefactos polidos de fibrolite, rocha ultrametamórfica inexistente na região, nem mesmo de forma confirmada no território português (FERREIRA, 1953), pelo menos em massas susceptíveis de proporcionarem a obtenção de tais artefactos, presentes na Moita da Ladra e em Cortiçóis, obriga a admitir a existência de redes transregionais de longa distância, já no Neolítico Antigo. Tais redes garantiam o abastecimento de produtos excepcionais, como este, mas não essenciais ao quotidiano destas populações, como depois se veio a verificar a partir do Neolítico Médio, como é o caso bem conhecido da importação de anfibólitos, como adiante será referido. Seriam essencialmente artefactos excepcionais, que detinham conotações simbólicas e de prestígio.



Fig. 14 – Povoado do Carrascal. Duas vistas de “cuvette” aberta nos calcários apinhoados cretácicos, uma obtida aquando da sua escavação, evidenciando preenchimento de blocos basálticos relacionados com a função da estrutura como calorífero (fotos de J. L. Cardoso).

No tocante às práticas funerárias, algumas podem corresponder a simples covachos a céu aberto, como parece ter sido o caso da sepultura do Vale das Lajes (Alenquer), onde se recolheu machado de pedra polida e diversos geométricos (CORRÊA, 1926, Fig. 1), atribuível indiferenciadamente ao Neolítico Antigo ou ao Neolítico Médio.

No povoado das Salemas (Loures), e no perímetro da própria área habitada, efectuou-se a deposição de corpos aproveitando as irregularidades do lapiás, conforme indica a datação obtida para restos humanos ali recolhidos (CARDOSO, CARREIRA & FERREIRA, 1996). Tal situação pode também ter ocorrido no lapiás de Lameiras, Sintra, onde se recolheu osso humano recentemente datado (LÓPEZ-DÓRIGA & SIMÕES, 2015). Porém, a maioria dos casos conhecidos corresponde a deposições em grutas naturais.

Mas são as grutas naturais que mais utilização tiveram como sepulcros no decurso do Neolítico Antigo. Avulta a gruta da Furninha, Peniche (Fig. 15), a primeira que foi objecto de uma publicação dos seus espólios desta época (DELGADO, 1884), e que mais tarde, proporcionou trabalho que abriu horizontes ao estudo do Neolítico Antigo em Portugal (GUILAINE & FERREIRA, 1970). Os seus espólios do Neolítico Antigo foram recentemente revistos (Figs. 16 e 17) (CARDOSO & CARVALHO, 2010-2011).

Também no Algar de João Ramos, ou Gruta das Redondas (Turquel), se recolheram exemplares da mesma época, caso de um vaso com apêndices laterais perfurados horizontalmente (CARDOSO & CARREIRA, 1991), com paralelos em exemplares das grutas da Senhora da Luz, os quais possuem afinidades com o Neolítico Antigo da Beira Alta (VALERA, 1998).

Nas grutas naturais da Senhora da Luz (Rio Maior), exploradas por Manuel Heleno, foram identificados recipientes do Neolítico Antigo (CARDOSO, FERREIRA & CARREIRA, 1996, Fig. 2, n.º 1), lisos e decorados, embora a tipologia se afigure nalguns casos distinta dos exemplares da Furninha, indicando afinidades setentrionais, denunciadas pelos recipientes possuindo carenas altas de perfil suave, com decorações incisadas, impressas e por vezes produzidas a pente (Fig. 18), também conhecidas na gruta da Casa da Moura (Fig. 19) (CARREIRA & CARDOSO, 2001-2002), e do Carvalhal de Turquel, onde foram erradamente atribuídas à Idade do Bronze (SPINDLER & FERREIRA, 1974). Tal lapso explica-se em parte pelo facto de, à data da sua publicação, não existirem indicações estratigráficas precisas, só obtidas com as intervenções de António Valera, Senna Martínez e colaboradores, na Beira Alta. Ulteriormente, tais produções vieram a identificar-se em estações ainda mais meridionais, como as grutas do Correio-Mor, Loures (Fig. 20) (CARDOSO, 2003 a) e do Poço Velho, em Cascais (CARDOSO, 2010, Fig. 11), comprovando a sua progressão até pelo menos à foz do Tejo.



Fig. 15 – Gruta da Furninha. Vista da entrada, em escarpa marítima (foto de J. L. Cardoso).

A técnica penteada acompanha nalguns casos a técnica “Boquique”, embora em pequenos efectivos, o mesmo se verificando com a técnica cardial, a qual só se registou, das jazidas em apreço indicadas na Fig. 1, para além do sítio das Casas Novas, Coruche, em escassos exemplares do Carrascal, como acima se referiu, dominando as temáticas decorativas produzidas por impressão e por incisão, excepcionalmente por motivos plásticos (cordões em relevo denteados). Excepcionalmente, observou-se a existência de uma aguada avermelhada (almagre ?), em produções de excelente qualidade, como é o caso de um recipiente do Carrascal (Fig. 21).

No caso das grutas, tratando-se na maioria dos casos de intervenções antigas, torna-se difícil, exceptuando o espólio cerâmico, a atribuição de alguns dos materiais exumados ao Neolítico Antigo, sejam de pedra polida ou de pedra lascada.

No tocante à cronologia absoluta, as datas de radiocarbono obtidas nas estações intervencionadas pelo signatário integram-se bem no conjunto de datas conhecido para o Neolítico Antigo. Assim, foi possível obter



Fig. 16 – Gruta da Furninha. Produções cerâmicas do Neolítico Antigo (foto de J. L. Cardoso).

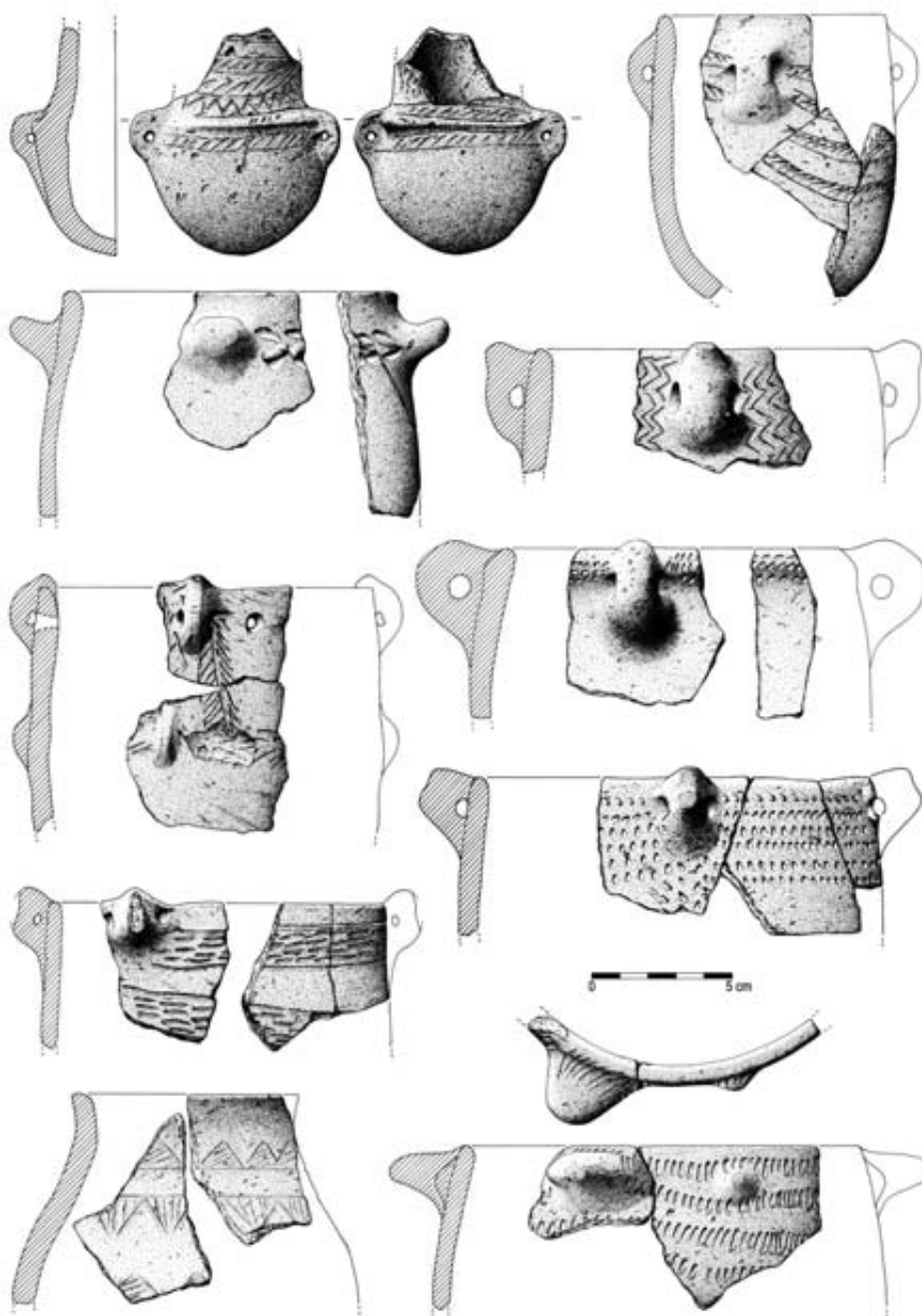


Fig. 17 – Gruta da Furninha. Produções cerâmicas do Neolítico Antigo (seg. CARDOSO & CARVALHO, 2010-2011, modificado).

duas datas na gruta do Correio-Mor, uma sobre carvões, que constituíam importante acumulação no interior do recinto devido a fogos de natureza ritual (ICEN-1099 – 6350 ± 60 BP), e outra sobre restos humanos (Sac-1717 – 6330 ± 60 BP). Os resultados afiguram-se estatisticamente idênticos, remetendo a ocupação funerária correlativa para o terceiro quartel do VI milénio cal BC, entre as mais antigas do Neolítico Antigo regional, anteriores mesmo às obtidas em estações com boa representação de cerâmicas cardiais, como a Gruta do Caldeirão (Tomar) (ZILHÃO, 1992).

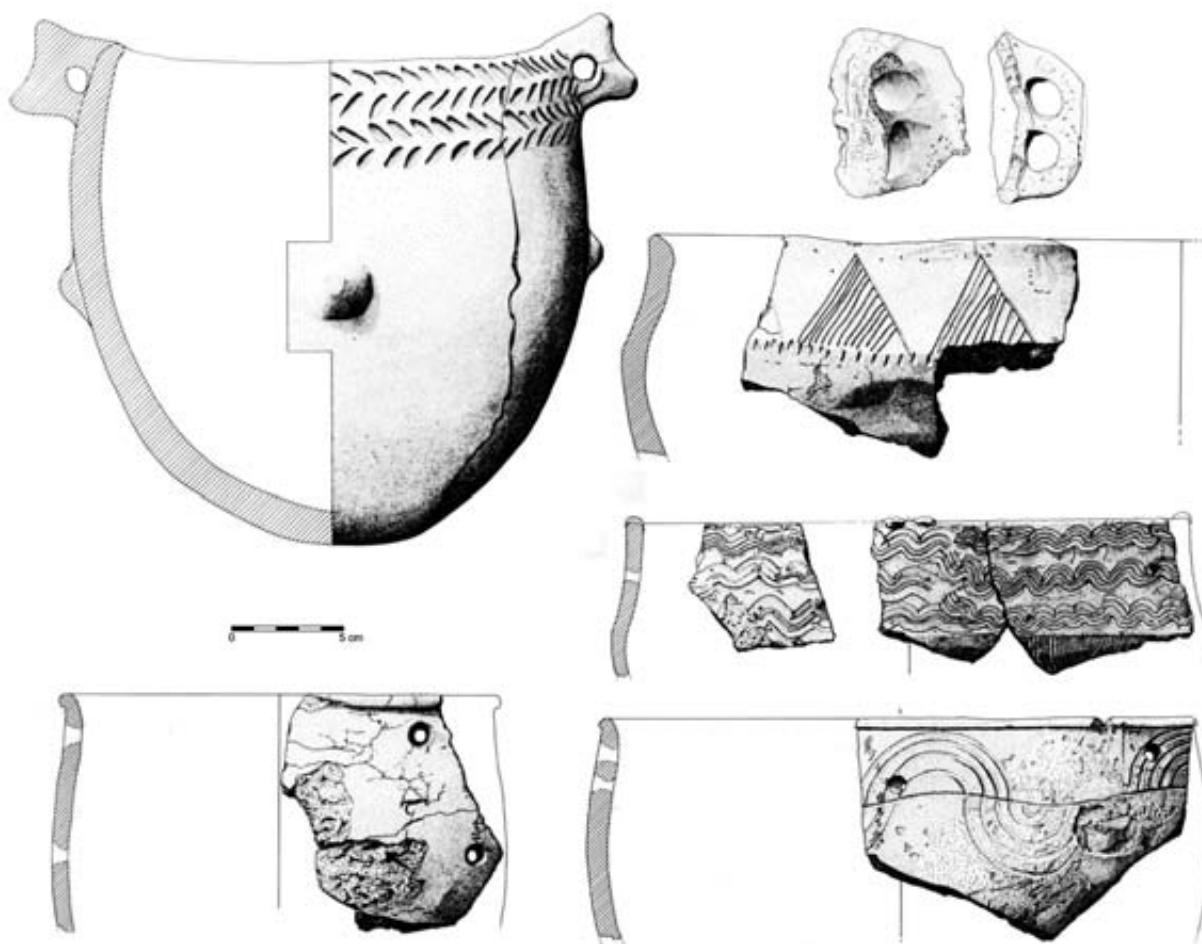


Fig. 18 – Grutas da Senhora da Luz. Produções cerâmicas neolíticas (seg. CARDOSO, FERREIRA & CARREIRA, 1996, modificado).

Dado que na gruta do Correio-Mor tais produções se encontram completamente ausentes, a realidade observada conduz à conclusão de que as produções cardiais podem não ser determinantes para o faseamento do Neolítico Antigo na Estremadura, designadamente quanto à atribuição ao Neolítico Antigo Pleno apenas das estações onde abundam. Tal conclusão foi, aliás, admitida por C. Tavares da Silva e J. Soares, a propósito dos seus trabalhos na região de Sines e recentemente reafirmada pelos mesmos autores (SILVA & SOARES, 2015). Assim sendo, a discussão sobre a anterioridade das produções cardiais a todas as outras cerâmicas decoradas é questão ainda em aberto, no que à Estremadura diz respeito.

A estação do Carrascal, onde a presença de produções cardiais é vestigial, afigura-se, de todas as conhecidas do Neolítico Antigo da Estremadura e vale do Tejo, àquela que mais elementos de datação possui. As seis datas obtidas por AMS sobre ossos de mamíferos (CARDOSO, 2011 a, 2015) situam a respectiva ocupação no último quartel do VI milénio BC, mais moderna portanto que a correspondente à gruta do Correio-Mor, mas equiparável a outras estações da região, como o lapiás de Lameiras ou S. Pedro de Canaferrim, ambas no concelho de Sintra (LÓPEZ-DÓRIGA & SIMÕES, 2015).

Assim, o começo do Neolítico Antigo na região em apreço situar-se-á cerca de 5500-5400 cal BC, estando o seu limite inferior indefinido, podendo prolongar-se até cerca de 4500 cal BC, dado que a informação a

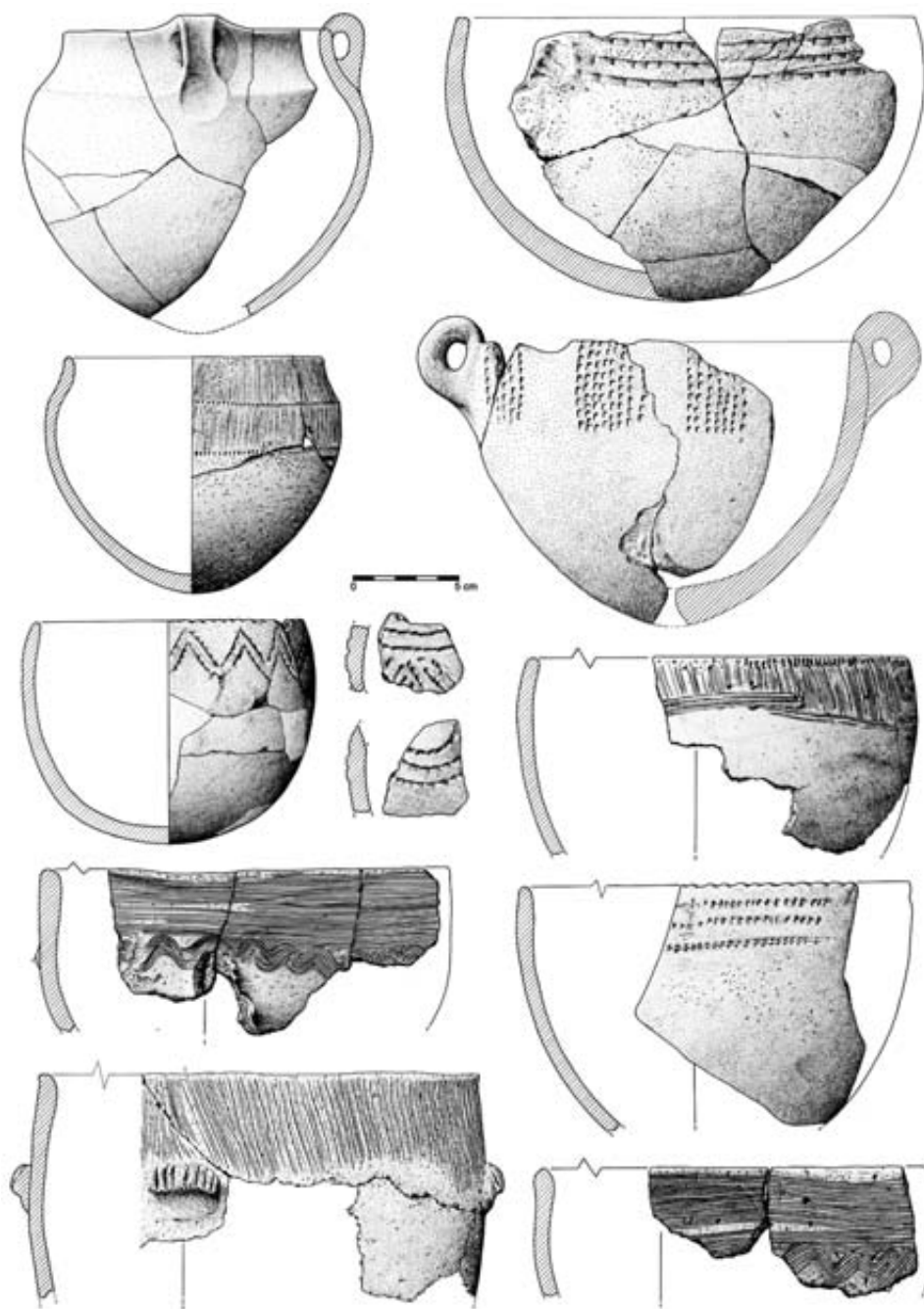


Fig. 19 – Gruta da Casa da Moura. Produções cerâmicas do Neolítico Antigo (seg. CARREIRA & CARDOSO, 2001-2002, modificado).

partir do segundo quartel do V milénio BC é ainda pouco rigorosa. É o caso das duas datas obtidas sobre carvões para a ocupação do Neolítico Antigo da Encosta de Sant’Ana, Lisboa (MURALHA & COSTA, 2006), não só devido às discrepâncias entre si, mas porque se afastam em muito do resultado obtido sobre conchas de *Mytilus* sp., o qual, depois de corrigido o efeito de reservatório oceânico é compatível com as datas do Correio-Mor (Sac-1990 – 6450 ± 50 BP), sendo também condizente com a tipologia do espólio cerâmico recolhido (CARVALHO, 2008; CARDOSO, 2010).

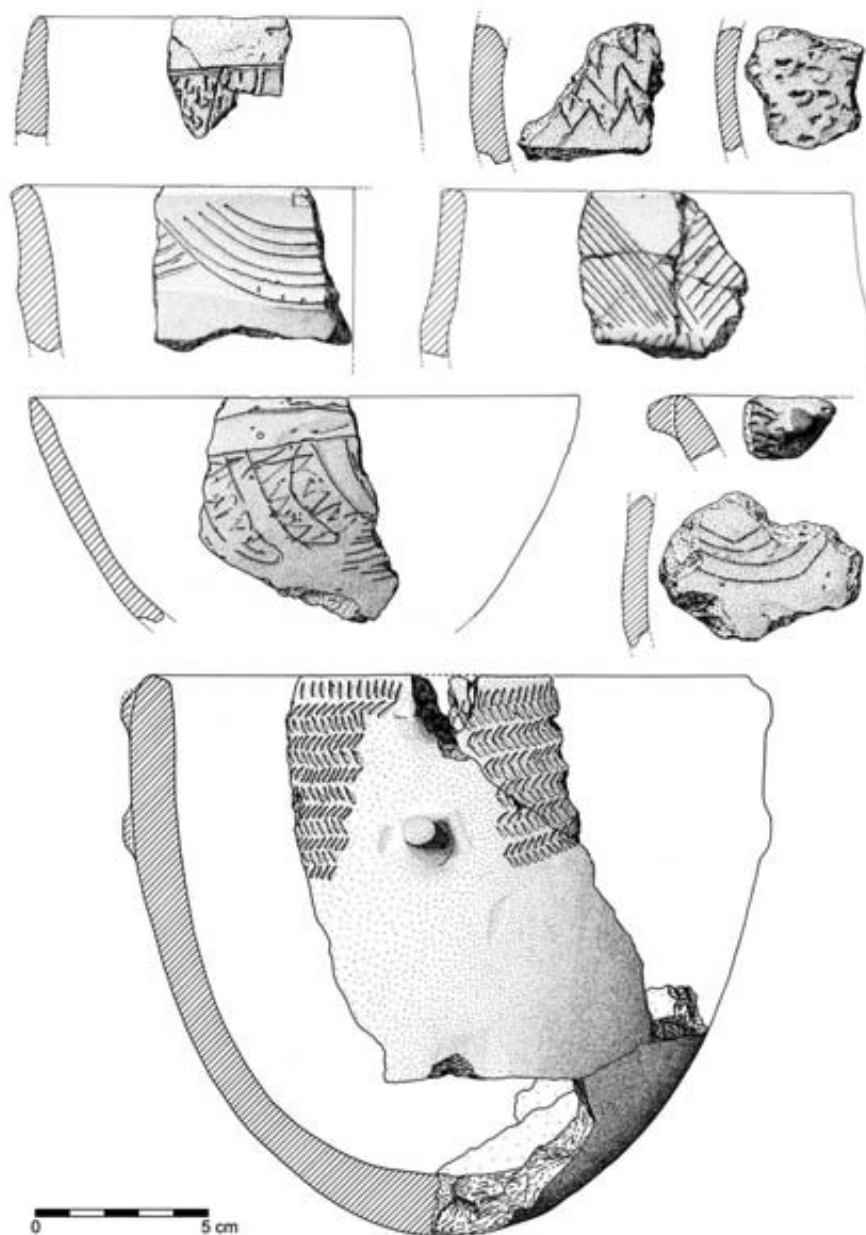


Fig. 20 – Gruta do Correio-Mor. Produções cerâmicas do Neolítico Antigo (seg. CARDOSO, 2003 a, modificado).

3 – O NEOLÍTICO MÉDIO

Se a lacuna de informação correspondente à fase mais recente do Neolítico Antigo na região em apreço é assinalável, a mesma continua a verificar-se ao longo do IV milénio BC, em que a informação se apresenta ainda mais esparsa, pontual e incompleta, no que à Estremadura diz respeito.

Um dos exemplos onde tal lacuna – que pode ser mais aparente do que real – melhor se evidencia é na estratigrafia da Lapa do Fumo, Sesimbra. Conforme desenho autógrafo de E. da Cunha Serrão de 1959 (Fig. 22),

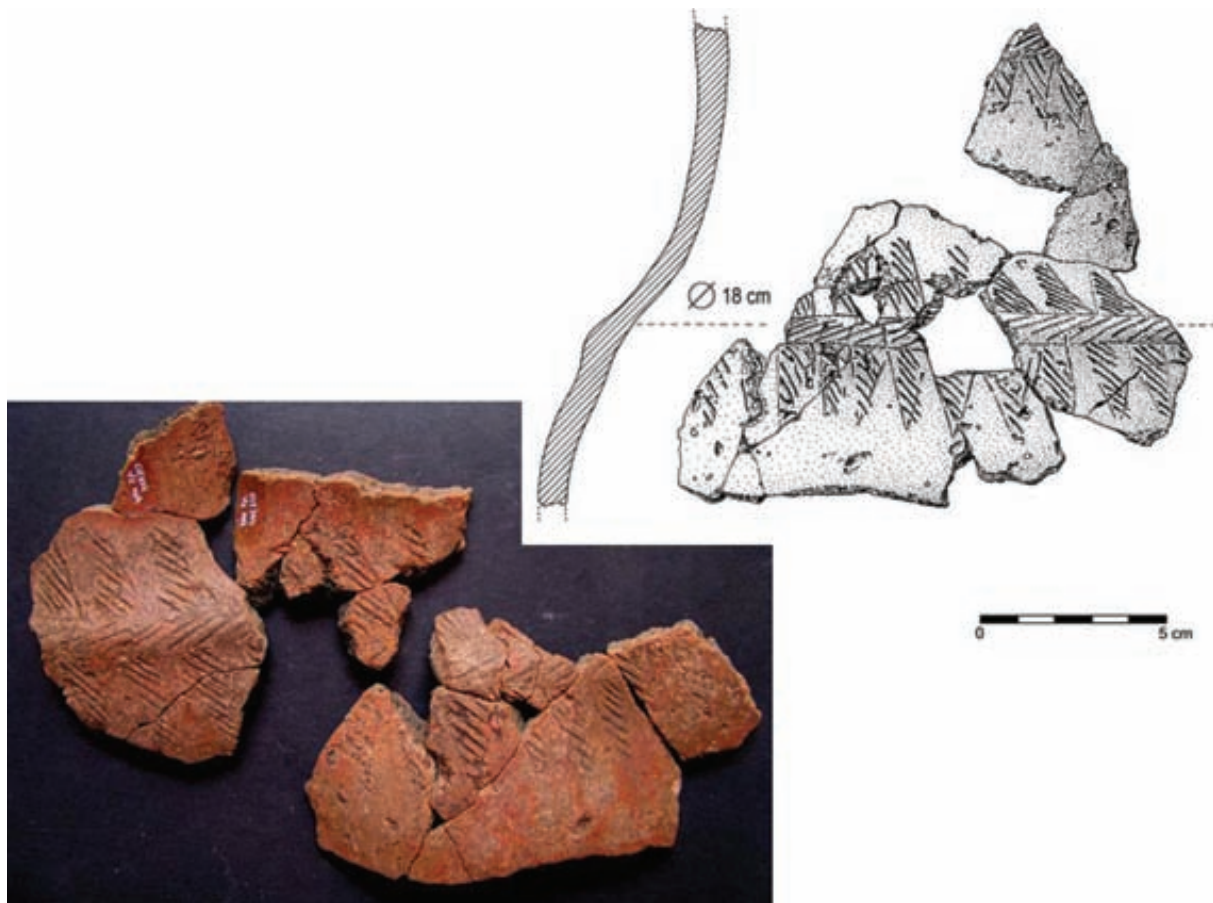


Fig. 21 – Povoado do Carrascal. Vaso do Neolítico Antigo com aguada vermelho (almagre ?) (seg. CARDOSO, 2015, modificado).

já publicado (CARDOSO & ARRUDA, 2013), o Neolítico Antigo encontra-se registado, bem como o Neolítico Final, representado pelas célebres tumulações da “camada vermelha” (SERRÃO & MARQUES, 1971), mas não o Neolítico Médio. É de assinalar a existência de dois vasos decorados com a “falsa folha de acácia”, recolhidos numa cavidade da gruta desprovida aparentemente de outros espólios, configurando deposição ritual, a que se juntaram mais materiais, oriundos da camada inferior do enchimento, em curso de publicação pelo signatário (Fig. 23).

Neste contexto de quase ausência de informação, avulta a necrópole em gruta natural do Lugar do Canto, Alcanena (Fig. 24). A formação do depósito mortuário parece ter-se realizado em dois momentos, já que a cronologia absoluta de uma tumulação, associada a braceletes de *Glycymeris* sp. (Fig. 25), é mais antiga que os resultados obtidos para o conjunto das restantes deposições, o que parece corporizar a substituição da prática de sepultamentos individuais pelos colectivos, bem representados nesta necrópole (CARDOSO & CARVALHO, 2008).

Do ponto de vista cronométrico, os resultados das nove datações realizadas e publicadas (CARVALHO & CARDOSO, 2015) variam entre 5120 ± 80 BP e 4720 ± 40 BP, para a deposição mais antiga, sendo que as seis datações mais modernas evidenciam variação mínima, entre o valor indicado e 4772 ± 30 BP.

Os restos humanos encontravam-se dispersos no chão da gruta, evidenciando-se a ausência absoluta de produções cerâmicas, as quais, por certo devido a interdição ritual, não integraram as oferendas.

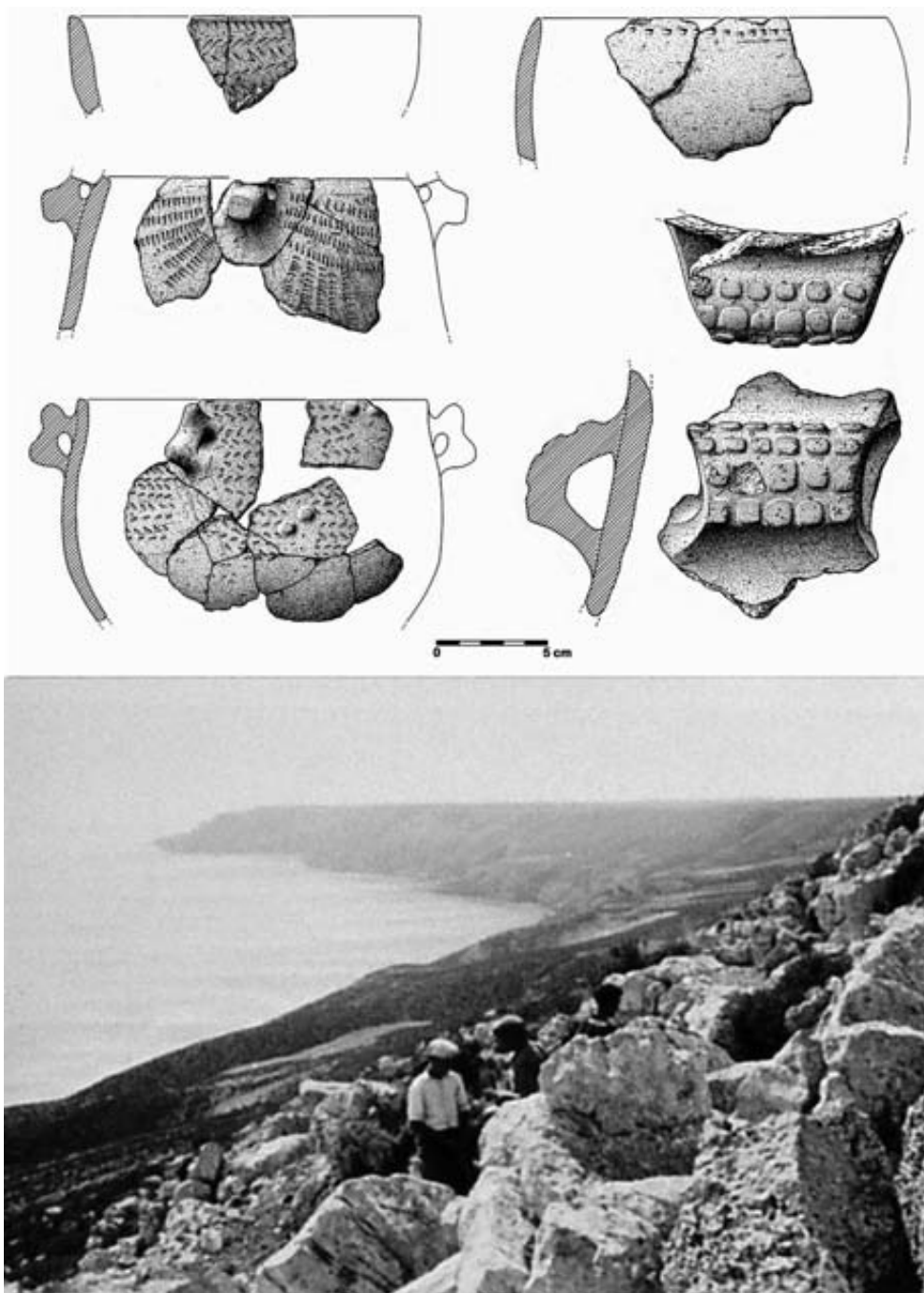


Fig. 22 – Lapa do Fumo. Produções cerâmicas do Neolítico Antigo (seg. CARDOSO, 2010) e vista do local da entrada da gruta, no contexto do litoral meridional da Arrábida (foto de E. da Cunha Serrão, de 1956, in CARDOSO & ARRUDA, 2013).

No que se refere ao espólio arqueológico restante, estão presentes produtos alongados, representados por lâminas de sílex não retocadas, que não fazem parte dos conjuntos do Neolítico Antigo, a par de geométricos de onde se encontram ausentes os crescentes, característicos das fases neolíticas mais antigas. Por outro lado, observa-se a presença assinalável de artefactos de pedra polida de rochas anfibolíticas, resultantes do comércio a longa distância com o Alentejo, ao contrário dos conjuntos do Neolítico Antigo estremenho, onde tais rochas

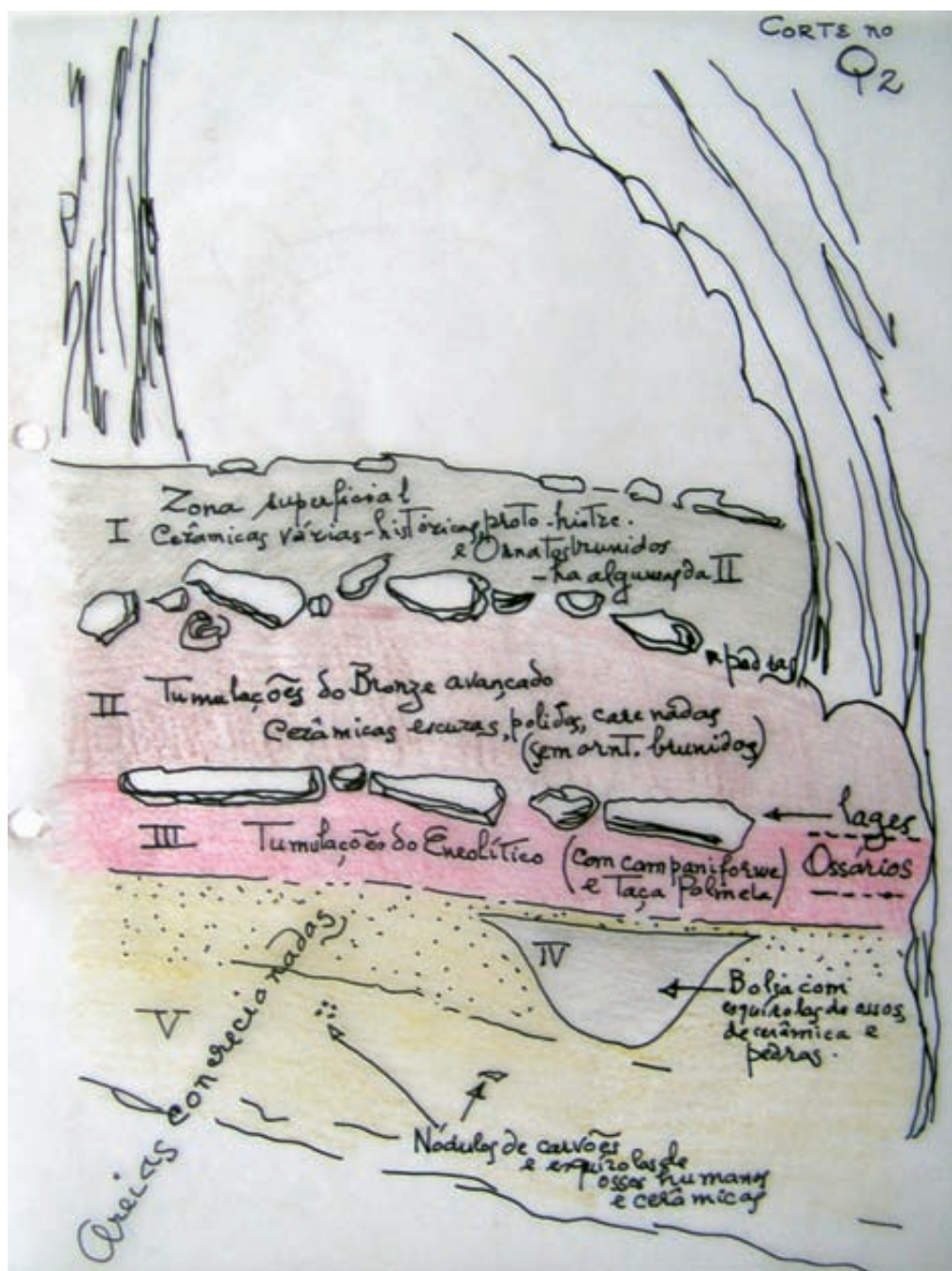


Fig. 22 – Lapa do Fumo. Sequência estratigráfica registada por E. da Cunha Serrão em 1959 (seg. CARDOSO & ARRUDA, 2013).

são desconhecidas. Exceptuam-se, naturalmente, os casos das necrópoles que se situam nas proximidades de tais afloramentos, como a gruta do Caldeirão, Tomar (ZILHÃO, 1992), situada perto de faixa de rochas do Pré-câmbrico Superior.

Também no Algar do Bom Santo, Alenquer, necrópole colectiva de cronologia e características semelhantes à da gruta do Lugar do Canto, teve o signatário oportunidade de verificar, ao estudar a utensilagem

de pedra polida, a existência assinalável de rochas exógenas, sobretudo anfibolíticas (CARDOSO, 2014), confirmando-se deste modo o estabelecimento, com carácter regular e generalizado das redes de troca trans-regionais de tais matérias-primas, no decurso da primeira metade do IV milénio cal BC.

Esta evidência ilustra bem a afirmação de uma outra economia, muito distinta da vigente no Neolítico Antigo, associada ao estabelecimento e manutenção regular de redes de troca a longa distância de produtos integrados no quotidiano doméstico destas populações, e não já apenas de produtos de carácter excepcional, como acontecia no Neolítico Antigo.

É também neste âmbito que se compreende a ocorrência de objectos de adorno em conchas marinhas. É o caso das já referidas braceletes de *Glycymeris* sp. presentes na gruta do Lugar do Canto, e de segmentos de conchas de *Dentalium* sp. encontradas naquela necrópole e também no Algar do Bom Santo. Esta associação encontra-se presente em outros contextos funerários da mesma região,

como as grutas da Senhora da Luz, Rio Maior. É interessante verificar que as braceletes de *Glycymeris* sp., não obstante a sua especificidade, são produções de assinalável distribuição geográfica, ultrapassando largamente o território português, visto ocorrerem em necrópoles neolíticas da Catalunha (MUÑOZ, 1965, Figs. 87 e 93). Por outro lado, trata-se de produções de assinalável longevidade, como se comprova pela sua ocorrência na necrópole de Castelo Belinho, Portimão, onde foram datadas em meados do V Milénio cal BC (GOMES, 2010), e em Leceia, onde um fragmento provém de um contexto do Neolítico Final, da segunda metade do IV milénio cal BC (Fig. 26) (CARDOSO, 1997, p. 97). Esta difusão geográfica e diacrónica é outra vertente das amplas redes de troca e permuta de conhecimentos que se estabeleceram progressivamente no decurso do Neolítico do ocidente peninsular, que perduraram por séculos.

Tais redes de troca pressupõem a existência de intermediários especializados, a menos que fossem as próprias populações utilizadoras dos produtos acabados a protagonizar a sua obtenção e correspondente difusão, indiciando, neste caso, um índice assinalável de mobilidade, realidade já indicada, por outras vias, por diversos autores, para o Neolítico Médio (NUNES & CARVALHO, 2013).

Foi, aliás, a mobilidade, que terá caracterizado as populações que, no decurso da segunda metade do V milénio / primeira metade do IV milénio cal BC ocuparam a Estremadura, o interior Alentejano e a costa sudoeste, que explica a assinalável homogeneidade arte factual observada, mesmo na panóplia das peças de

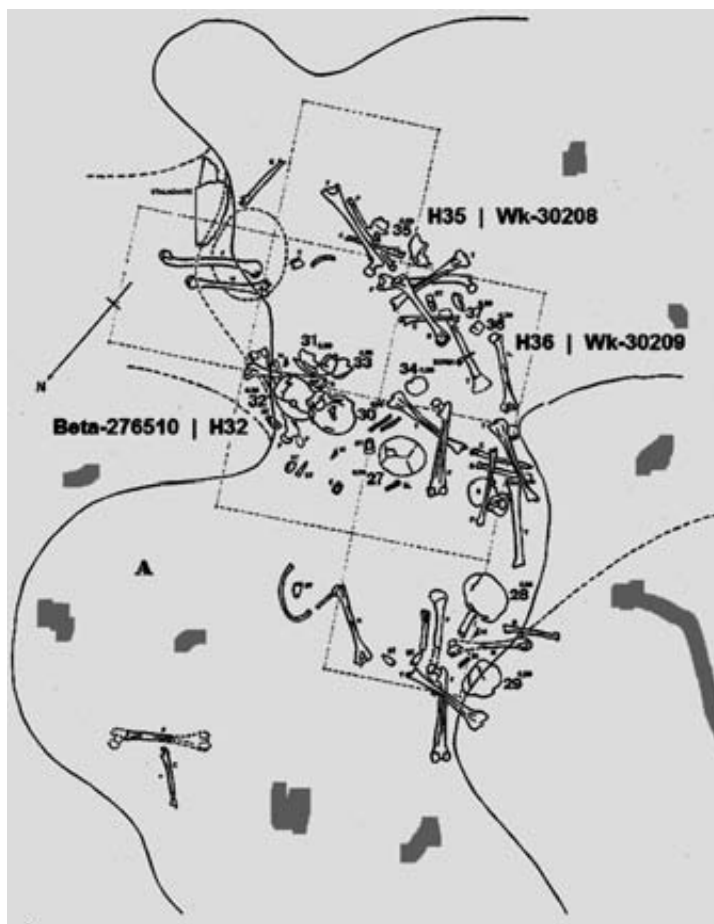


Fig. 24 – Gruta do Lugar do Canto. Trecho de uma parte da necrópole do Neolítico Médio (seg. CARVALHO & CARDOSO, 2015).

uso comum (NEVES, 2015), assumindo neste caso especial importância a presença de recipientes lisos com singela decoração, constituída por um sulco simples abaixo do bordo, que se conhecem em múltiplos contextos estremenhos e do sul de Portugal.

*

Na ausência das escassas produções decoradas características do Neolítico Pleno – os acima referidos recipientes com sulco abaixo do bordo – ou de produções características de outras épocas, como as formas carenadas do Neolítico Final, a atribuição ao Neolítico Médio de qualquer contexto na Estremadura onde tais recipientes não ocorram só será possível através de datações absolutas, especialmente daqueles em que prolongadas ocupações humanas dos mesmos espaços provocaram a mistura de materiais de várias épocas, agravadas pela metodologia que presidiu à maioria de tais explorações. É o caso, entre outros, da gruta da Casa da Moura, Óbidos, na qual a presença de restos humanos de cinco indivíduos distintos, datados entre 4000 e 3400 cal BC documenta a utilização funerária daquela cavidade natural no Neolítico Médio (CARVALHO & CARDOSO, 2010-2011), não evidenciada pela tipologia do registo material conhecido (CARREIRA & CARDOSO, 2001-2002).

Tendo presente proposta de faseamento do Neolítico Médio da Estremadura, recentemente apresentada com base nas observações realizadas em estações do Maciço Calcário Estremenho, especialmente o Abrigo da Pena d'Água, Torres Novas, que faz corresponder à sua primeira fase a existência de recipientes lisos com sulco abaixo do bordo, e à sua segunda fase complexo de produções cerâmicas lisas (NUNES & CARVALHO, 2013), poder-se-ia estar, no caso da Casa da Moura, em fase avançada do Neolítico Médio, tanto mais que os resultados cronométricos acima apresentados indicam época tardia dentro daquele período.

Na Lapa da Furada, Sesimbra, foi documentada ainda outra situação, que bem ilustra a complexidade que em geral está associada à formação de depósitos arqueológicos funerários em contextos de gruta. Sabia-se ter sido o depósito funerário ali identificado, constituído por camada ossífera integrando ossos humanos desordenadamente dispersos, formado em resultado da transladação de restos humanos de outra cavidade cársica

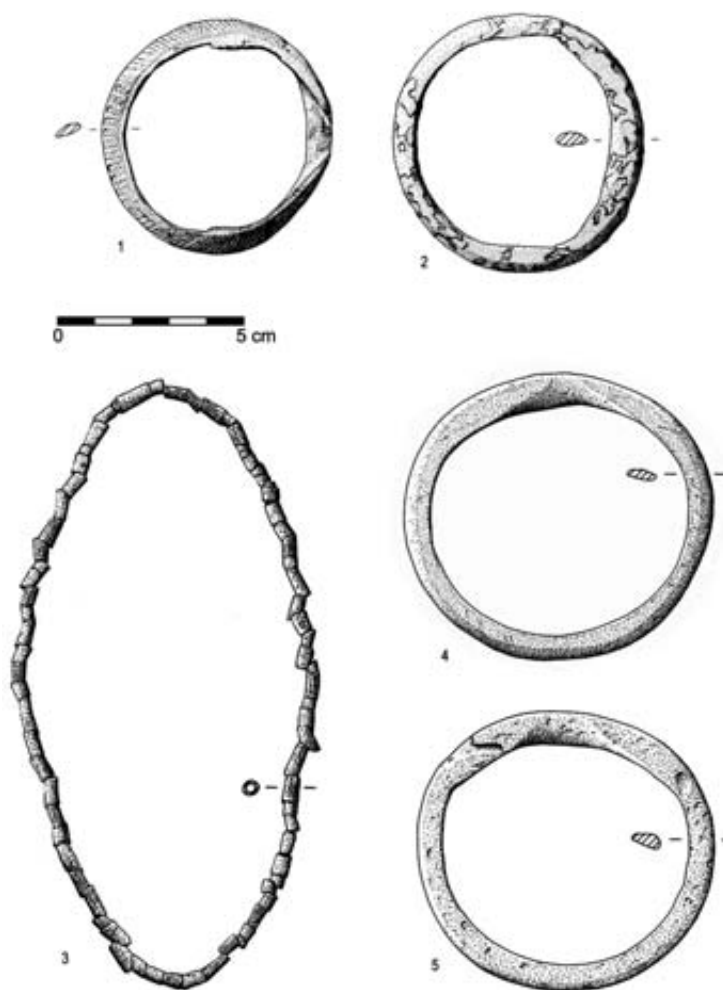


Fig. 25 – Grutas da Senhora da Luz e do Lugar do Canto. Braceletes de *Glycymeris* sp. e conchas de *Dentalium* sp. utilizadas como contas. Da primeira necrópole são os exemplares 1 e 2, pertencendo à segunda necrópole os restantes (seg. respectivamente CARDOSO, FERREIRA & CARREIRA, 1996 e CARDOSO & CARVALHO, 2008, modificado).

existente nas imediações. Tal conclusão era indicada pela tipologia das produções cerâmicas associadas, atribuíveis à Idade do Bronze, contrastando com a cronologia calcolítica destes últimos, com base em datação de radiocarbono convencional obtida (CARDOSO & CUNHA, 1995). Para evitar a hipótese de se terem datado restos humanos de épocas distintas, atribuindo-se o resultado à média de idades reais dos ossos que constituíam a amostra, foram recentemente efectuadas mais três datações pelo método de AMS, por iniciativa do signatário, no laboratório da Universidade de Waikato, duas das quais indicaram corresponder à transição do Neolítico Médio para o Neolítico Final, em torno de meados do IV milénio cal BC. Esta conclusão evidencia bem até que ponto o registo arqueológico se pode afigurar mais diversificado do que à primeira vista se apresenta.



Fig. 26 – Povoado de Leceia. Fragmento de bracelete de *Glycymeris* sp. recolhida em contexto do Neolítico Final (seg. CARDOSO, 1997, modificado).

*

O Neolítico Médio, pela falta de evidências arqueológicas, não obstante a sua assinalável longevidade de cerca de mil anos, continua a ser um dos períodos pior caracterizados da pré-história do território português (NEVES & DINIZ, 2014).

A escassez da informação existente impede que se conheça o processo de transição do Neolítico Antigo para o Neolítico Pleno, o qual se terá verificado cerca de meados do V milénio cal BC. Tal processo encontra-se sublinhado, ao nível da cultura material, pela aparentemente rápida e quase total substituição das produções decoradas que caracterizavam o Neolítico Antigo, as quais assumiam, frequentemente, assinalável barroquismo, por produções essencialmente lisas.

No entanto, é provável que a tradição do fabrico de tais cerâmicas não se tenha perdido por completo. Para tal, importa valorizar os escassíssimos contextos com estratigrafia segura, como é o caso do sítio de carácter habitacional de ar livre de Costa do Pereiro, Torres Novas, cuja data calibrada o situa cerca de 3900 cal BC (NUNES & CARVALHO, 2013). Com efeito, dali provêm raros fragmentos com decorações “muito diversificadas, apresentando sulco sob o bordo, falsa folha de acácia, penteados incisivos, impressões várias, etc.” (*op. cit.*, p. 330). Esta realidade corporiza a ténue linha separadora entre os contextos mais recentes atribuíveis ainda ao Neolítico Antigo e os contextos do Neolítico Médio inicial. Com efeito, o processo de substituição das abundantes produções decoradas características daquele período por produções lisas, exclusivas ou quase exclusivas deste, ainda não se encontra esclarecido. Alguns autores, como C. Tavares da Silva e J. Soares, admitem que as produções cerâmicas mais tardias do Neolítico Antigo (o chamado Neolítico Antigo Evolucionado) a sul do Tejo integram já recipientes com sulco abaixo do bordo, os quais convivem com as produções decoradas barrocas típicas do Neolítico Antigo. É o caso da estação do Casal da Cerca, Palmela,

datada pelo radiocarbono (amostra carbonosa) do último quartel do VI milénio cal BC (SILVA & SOARES, 2014). Tal realidade persistiria no litoral alentejano, de que é exemplo a estação de Salema, onde as cerâmicas típicas do Neolítico Antigo coexistem com abundantes recipientes decorados com sulco abaixo do bordo (SILVA & SOARES, 1981, Fig. 71), o que justificou, apesar da ausência de datações de radiocarbono, a atribuição desta estação ao Neolítico Antigo evolucionado. Assim, seria apenas no Neolítico Médio Inicial daquela região que esse elemento decorativo se tornaria quase exclusivo, como os mesmos autores verificaram no povoado da Palmeirinha, Sines, e sobretudo na estação do Pontal, Grândola, datada pelo radiocarbono entre 3800-3600 cal BC, para dois sigma, embora ali ainda ocorram em associação produções plásticas, como cordões verticais em relevo denteados associados a escassas decorações impressas (SOARES & SILVA, 2013, Fig. 18).

A dificuldade em estabelecer balizas arqueográficas seguras, não só no território estremenho, entre o Neolítico Antigo Evolucionado e o Neolítico Médio Inicial, bem patente pela realidade descrita, foi, num passado recente, ainda mais acentuada, época em que o Neolítico Médio não era sequer considerado.

Com efeito, os registos da década de 1980 atribuíam ao Neolítico Final as últimas cerâmicas decoradas com motivos “em espiga”, ou em “falsa folha de acácia”, padrões que se sabe hoje serem característicos do Neolítico Antigo. Tal realidade foi pela primeira vez apresentada por C. Tavares da Silva e J. Soares, a propósito dos materiais exumados no povoado do Neolítico Final do Alto de S. Francisco, Palmela (SILVA & SOARES, 1986, Fig. 43), onde recolheram diversos exemplares daquelas produções à superfície. De tal forma esta possibilidade se encontrava arreigada no espírito dos arqueólogos que à época estudavam o Neolítico, que Susana O. Jorge, em síntese inovadora, tratava a questão dessa coexistência nos povoados do Neolítico Final da Estremadura nos seguintes termos: “[...] *surgem vasos predominantemente lisos, embora em muitos dos contextos persistam decorações na tradição do Neolítico antigo à base de punçionamentos e incisões. As formas distribuem-se por esféricos, taças em calote, de bordo simples ou espessado, taças carenadas e vasos de bordos denteados*” (JORGE, 1990, p. 72).

Tal realidade justificou que a mesma hipótese tivesse sido admitida pelo signatário, no tocante à cronologia atribuída a muitas das estações estremenhas cujos espólios, na maioria dos casos se encontravam desprovidos de estratigrafia (CARREIRA & CARDOSO, 1994). Esta questão só foi cabalmente esclarecida quando se começaram a multiplicar informações mais seguras, sobre as características do registo cerâmico do Neolítico Final da Estremadura, resultantes de escavações com informações estratigráficas rigorosas, associadas a elementos de cronologia absoluta. Deste modo, foi possível verificar que os reportórios cerâmicos do Neolítico Final da região em estudo são absolutamente homogéneos e coerentes, incluindo produções quase exclusivamente lisas, com destaque para as formas carenadas, sendo as decoradas caracterizadas por recipientes de bordos denteados, mamilos e cordões plásticos, por vezes também denteados, sendo excepcionais outro tipo de decorações, que, quando ocorrem, se devem provavelmente a contaminação de ocupações mais antigas.

Não obstante, a questão não se encontra ainda definitivamente encerrada, persistindo a dúvida de saber até quando se manteve a produção de cerâmicas decoradas de tradição do Neolítico Antigo, tendo em vista a recente identificação de um recipiente com tais características na necrópole do Algar do Bom Santo, Cadaval, aparentemente associado a um conjunto de datações homogéneas entre 3800 e 3400 cal BC (CARVALHO & PETCHEY, 2014), cujo limite inferior se situa já na transição para o Neolítico Final.

*

As práticas funerárias observadas no Neolítico Pleno sugerem continuidade com as vigentes no Neolítico Antigo na área geográfica em apreço. Assim, para além da continuação dominante da tumulação em grutas

naturais, nalguns casos verificou-se a combinação dos espaços domésticos com os espaços funerários, como é o caso dos sítios algarvios de Algarão da Goldra e de Castelo Belinho (NEVES & DINIZ, 2014), tal qual o que se observou no povoado da Pedreira das Salemas, do Neolítico Antigo, realidade que, aparentemente, deixa de ter continuidade na transição para o Neolítico Final, cerca de 3500-3400 cal BC, com a emergência do megalitismo.

4 - O NEOLÍTICO FINAL

O Neolítico Final é caracterizado na Estremadura pela emergência de um novo artefacto, a ponta de seta, a qual substituiu rapidamente e de forma quase total os geométricos (sobretudo trapézios) até então produzidos em grandes quantidades, tendo em vista a sua utilização em artefactos compósitos, designadamente como barbelas em armas de arremesso. A importância deste novo artefacto, embora com antecedente longínquo no Paleolítico Superior, revela-se pela variedade tipológica: os exemplares executados sobre lamelas ou lâminas, cuja morfologia amiúde se conserva, caracterizados por bases pedunculadas, ou triangulares, munidas ou não de aletas laterais, rapidamente passam a coexistir com exemplares de talhe plano, sobre lasca, ocupando de forma parcial ou total ambas as faces, possuindo bases rectilíneas ou côncavas. Aquele curto momento de transição pode estar corporizado por exemplares híbridos, reconhecidos pela primeira vez no dólmen de Pedra Branca, Santiago do Cacém. Obteve-se uma data de radiocarbono sobre ossos humanos, para essa primeira ocupação do monumento, de 4120 ± 60 BP, a qual depois de calibrada, para 0,78% de probabilidade, corresponde ao intervalo entre 3529-3312 cal BC (SOARES, 2010), aceitando-se que corresponda à transição do Neolítico Médio para o Neolítico Final.

Sob este ponto de vista, importa verificar que, na Estremadura, as duas datações obtidas para o dólmen do Carrascal de Agualva, Sintra, igualmente sobre ossos humanos: 4770 ± 40 BP e 4640 ± 40 BP (BOAVENTURA, 2009), situam a sua construção e utilização em época anterior, num momento em que ainda se não utilizavam pontas de seta. Tais datas são consistentes com algumas da obtidas na gruta de Porto Covo, Cascais: 4870 ± 40 BP; 4790 ± 40 BP; 4660 ± 40 BP; 4650 ± 40 BP, correspondentes a intervalo de tempo desde os inícios do segundo quartel aos inícios do terceiro quartel do IV milénio cal BC, quando calibradas a dois sigma (GONÇALVES, 2008). Este intervalo corresponderá assim, à época de construção dos mais antigos monumentos megalíticos na região, compartilhando-se a utilização dos novos espaços funerários construídos com as grutas naturais, que continuaram a ser aproveitadas, a que se juntaram, a breve trecho as grutas artificiais.

A construção das mais antigas grutas artificiais da Baixa Estremadura terá tido início logo nos primórdios do Neolítico Final: é o caso da gruta artificial do Monte do Castelo, Oeiras. Duas datas sobre ossos humanos, obtidas por AMS, as quais resultaram de informação seleccionada pelo signatário e transmitida ao Dr. António Carvalho, cujos resultados foram entretanto publicados (CARVALHO & PETCHEY, 2013): WK-25165 – 4435 ± 30 BP e Wk-25166 – 4481 ± 30 BP são estatisticamente idênticas, e correspondem aos últimos três séculos do IV milénio cal BC. Aliás, já há mais de vinte anos se tinha obtido, para a gruta artificial do Monte do Castelo resultado comparável, com base no método tradicional: ICEN-738 – 4630 ± 45 BP (CARDOSO, CUNHA & AGUIAR, 1991).

A cronologia obtida para o referido sepulcro é comparável à correspondente à ocupação do Neolítico Final do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras (SOARES & CARDOSO, 1995), sendo assim plausível que aquela sepultura seja de alguns dos primeiros ocupantes de Leceia, ou do povoado aberto do Carrascal, situado a menos de 300m de distância. Com efeito, obtiveram-se, por iniciativa do signatário, para este

povoado, duas datas de radiocarbono por AMS que até agora se mantinham inéditas: Beta-276402 – 4320 ± 40 BP; e WK-35558 – 4451 ± 25 BP, as quais são estatisticamente idênticas às correspondentes àquela sepultura colectiva.

A sequência estratigráfica identificada no povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras, constitui a mais fiável até ao presente registada na área estremenha abarcando boa parte da segunda metade do IV milénio e todo o III milénio cal BC (CARDOSO, 2010).

Com efeito, a primeira ocupação da vasta plataforma rochosa delimitada por escarpa natural, debruçada sobre o vale da ribeira de Barcarena (Fig. 27), que domina do alto da sua encosta direita (Fig. 28), é reportável ao Neolítico Final. Tal ocupação é representada por camada basal, associada a estruturas de carácter habitacional, assentes no substrato geológico, sobre as quais, por sua vez, se desenvolvem as ocupações calcolíticas (Fig. 29). Estas correspondem a duas camadas sucessivamente formadas, pertencentes ao Calcolítico Inicial e ao Calcolítico Pleno da Estremadura (Fig. 30).

Ao Neolítico Final correspondem sete datações obtidas sobre amostras de ossos e carvões situam tal ocupação entre cerca de 3500 e 2900 cal BC para cerca de 95% de probabilidade, cujos valores extremos vão de 4630 ± 60 BP a 4320 ± 60 BP (SOARES & CARDOSO, 1995), sendo compatíveis com a tipologia do espólio cerâmico caracterizado pela associação das produções carenadas aos vasos de bordo denteado (CARDOSO, 2007).

Semelhantes às produções cerâmicas do Neolítico Final de Leceia, são as características dos espólios de outras ocupações da mesma época da Baixa Estremadura, definidas pela associação de recipientes lisos carenados a vasos de bordo denteado, observada em muitos outros sítios com ocupações coevas, como o povoado do Carrascal, a apenas cerca de 500 m de distância (Fig. 31). Sob este aspecto, merece destaque o povoado do Clube de Campo de Belas, onde se identificou uma presença isolada representada por esta associação, com



Fig. 27 – Povoado de Leceia. Foto aérea, evidenciando a plataforma rochosa onde se efectuou a sua implantação (seg. CARDOSO, 2003 b).



Fig. 28 – Povoado de Leceia. Localização da estação, no topo da encosta direita do vale da ribeira de Barcarena (seg. CARDOSO, 2010).

duas datas de radiocarbono obtidas por AMS: Beta-220074 – 4290 ± 40 BP e Beta-220075 – 4490 ± 40 BP (VALENTE, 2006).

Deste modo, se o início do Neolítico Final na Estremadura pode ser situado cerca de 3500-3400 cal BC e 2900 cal BC.

As necrópoles desta época distribuem-se por abrigos sob rocha, grutas naturais, grutas artificiais e monumentos megalíticos, e constituem via de regra sepulturas colectivas, muito embora em alguns casos tivesse sido possível identificar sepulturas espacialmente individualizada por muretes de pedra como as escavadas na Lapa do Bugio, Sesimbra (Fig. 32) (CARDOSO, 1992).

*

A presença de artefactos de pedra polida produzidos em rochas anfibolíticas é agora muito mais evidente que a observada no Neolítico Médio, sobretudo para a confecção de machados, ilustrando a intensificação da interacção económica verificada a nível transregional, especialmente com o interior alto alentejano (CARDOSO & CARVALHOSA, 1995; CARDOSO, 2004).

A importação com carácter continuado de anfibolixistos do Alentejo para a utilização quotidiana em povoados da Estremadura era suportada economicamente pela intensa exploração do sílex, desde o Neolítico Antigo, de que é exemplo o povoado do Carrascal, Oeiras, embora se conheçam muitas outras ocorrências de tais explorações em geral a céu aberto na bacia lusitana, no decurso de todo o Neolítico e Calcolítico (FORENBAHER, 1999).

Na região de Oeiras, tais explorações continuam activas no Neolítico Final como se verifica com a mina-oficina de talhe de sílex de Barotas, Oeiras (CARDOSO & COSTA, 1992), explorando o sílex cinzento local, igualmente obtido na mesma época, ou aparentemente apenas no Calcolítico Inicial, na mina-oficina próxima de Monte do Castelo, Oeiras (CARDOSO & NORTON, 1997-1998). Produtos típicos desta actividade são os núcleos de produtos alongados de sílex cinzento, os quais também surgiram na ocupação do Neolítico Final do Carrascal (CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015). No caso de Leceia, verifica-se crescente diminuição



Fig. 29 – Povoado de Leceia. Em primeiro plano, estruturas habitacionais do Neolítico Final, subjacentes ao embasamento da muralha calcolítica, observável em segundo plano (foto de J. L. Cardoso).

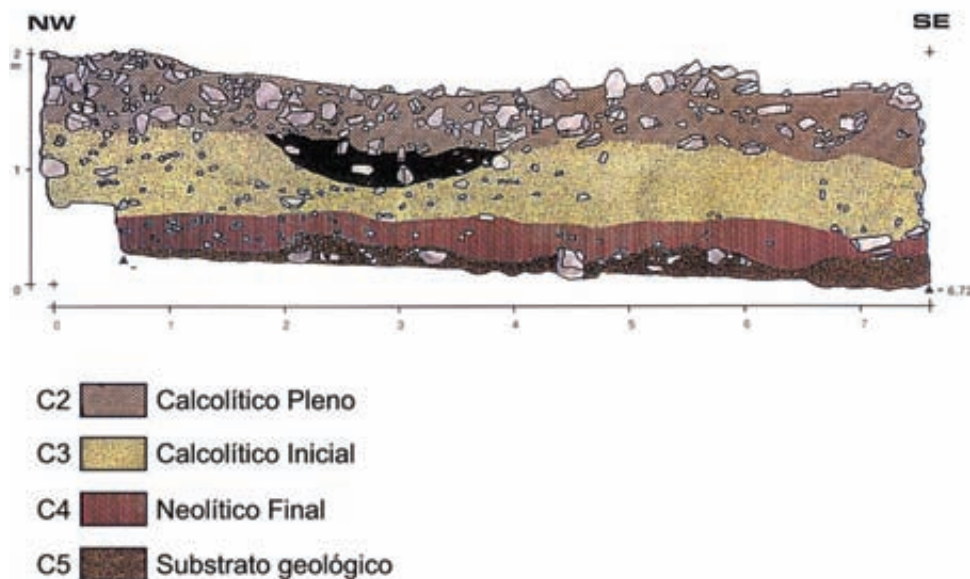


Fig. 30 – Povoado de Leceia. Estratigrafia observada (seg. CARDOSO, 2003 b, modificado).

dos núcleos de sílex cinzento ao longo da sequência estratigráfica, que ocorrem em número assinalável no Neolítico Final (Fig. 33) (CARDOSO & MARTINS, 2013, Figs. 24 a 26), certamente devido ao esgotamento de tal matéria-prima, disponível num raio inferior a 1 km em torno do povoado, a partir da exploração das duas minas acima referidas. É de lá que provieram seguramente os núcleos de sílex cinzento recolhidos em contextos do Neolítico Final agora reproduzidos.

Nas proximidades destas minas fica também o povoado do Neolítico Final de Carnaxide, cujas produções líticas exibem assinaláveis particularidades, em resultado das actividades especializadas ali desenvolvidas, dominadas pela presença de pequenos picos de secção espessa, com vestígios de percussão, de utilização mal definida, associados a raspadeiras espessas, obtidas por idêntica técnica de talhe (Fig. 34) (CARDOSO, 1996 a).

*



Fig. 31 – Povoado do Carrascal. Fragmentos de vasos de bordo denteado, característicos do Neolítico Final. Altura máxima do maior exemplar: 5,9 cm (seg. CARDOSO, 2011 b).

No Neolítico Final a ocorrência de materiais exóticos revela-se sobretudo em artefactos sumptuários, como contas de minerais que só ocorrem a centenas de quilómetros de distância, mas cuja importação se justificava, dadas as suas características especiais. É o caso da fluorite, proveniente muito provavelmente dos pegmatitos graníticos da Panasqueira, Guarda, com diversas ocorrências em grutas naturais da Baixa Estremadura utilizadas como necrópoles, como as grutas do Poço Velho, Cascais, da Casa da Moura, Óbidos e da Lapa do Bugio, Sesimbra (CARDOSO; DOMÍNGUEZ BELLA & MARTÍNEZ LÓPEZ, 2012). Data possivelmente também desta época o início do aprovisionamento da Estremadura em minerais verdes, cuja coloração particular reunia também as preferências destas populações, com destaque para a variscite. Embora a sua presença pareça remontar, num único caso conhecido – a Gruta do Caldeirão – ao Neolítico Antigo (ZILHÃO, 1992, p. 109), é mais provável que a mesma tenha resultado da acção de animais cavernícolas, como o próprio admitiu recentemente (informação de Rui Boaventura, de 30.12.2015). Tenha-se presente que, nas duas mais

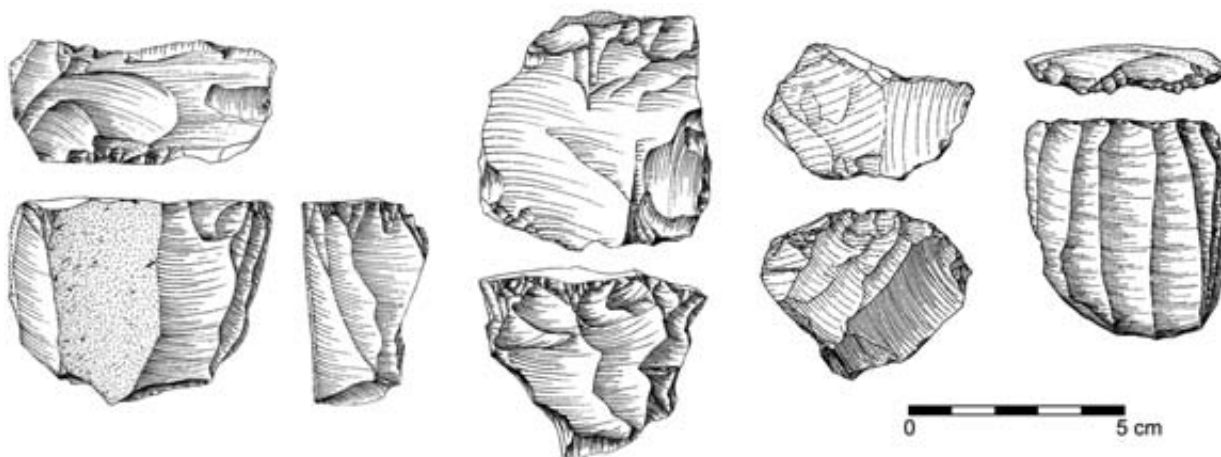


Fig. 32 – Povoado de Leceia. Conjunto de núcleos de sílex cinzento oriundos de contextos do Neolítico Final (seg. CARDOSO & MARTINS, 2013, modificado).

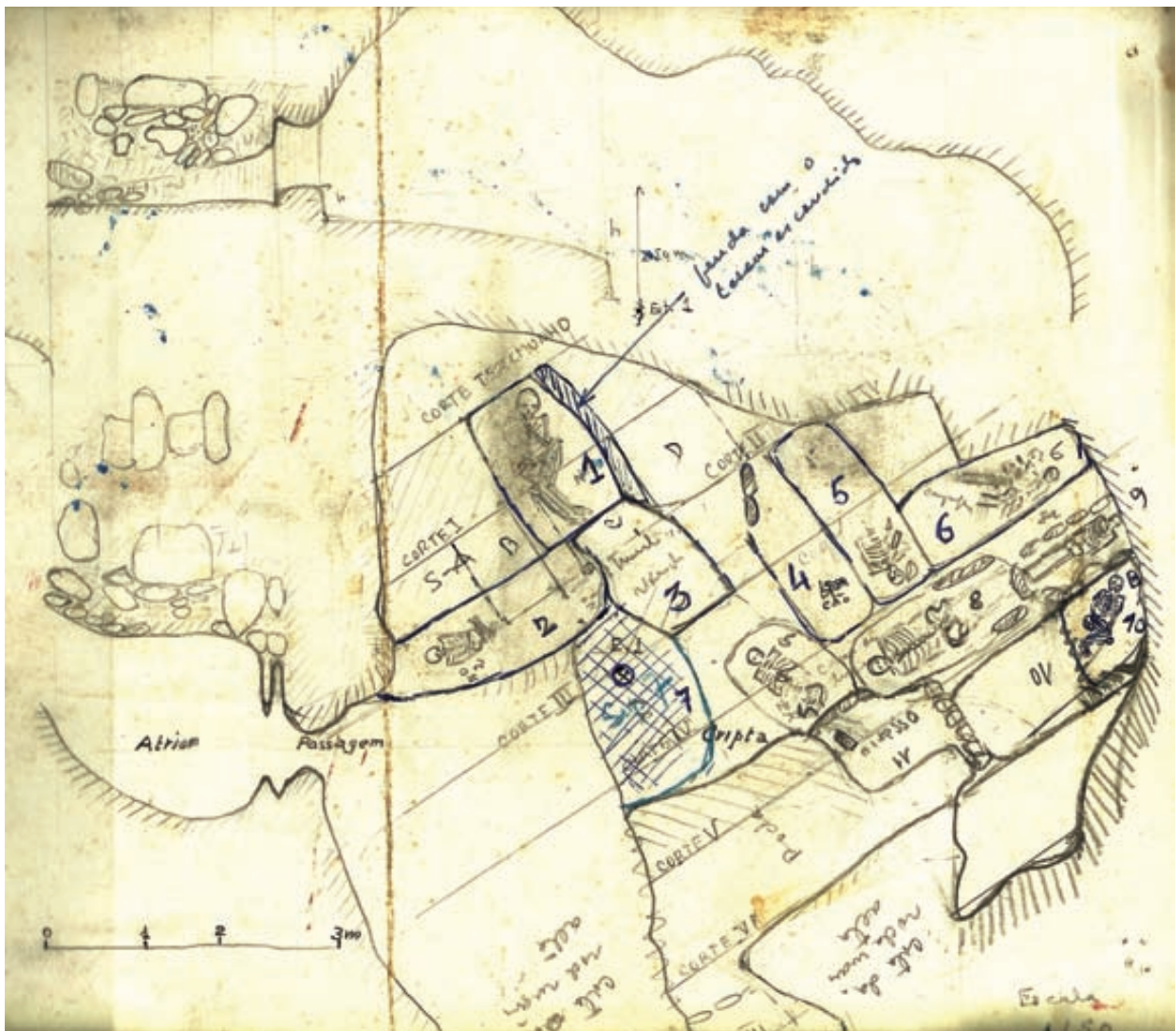


Fig. 33 – Lapa do Bugio. Planta original, executada por O. da Veiga Ferreira, evidenciando-se a estruturação individual da necrópole colectiva neolítica, com algumas sepulturas definidas por pequenos muretes de pedra seca (arquivo O. da Veiga Ferreira / J. L. Cardoso).

importantes necrópoles do Neolítico Médio da Estremadura – a gruta do Lugar do Canto e o Algar do Bom Santo – não se reconheceu nenhuma conta de mineral verde, o que leva à conclusão de tais artefactos deverem ser mais tardios na região. É possível, assim, que a circulação destes minerais verdes ascenda, quando muito, ao Neolítico Final, como acima se referiu, questão que as necrópoles onde ocorrem não ajudam a esclarecer, por terem conhecido, via de regra diversas ocupações, que se prolongaram pelo Calcolítico. Um dos raros casos em que é possível atribuir-lhes idade neolítica corresponde às grutas do Poço Velho, Cascais: em fendas e recantos ainda colmatados de terra, que não foram explorados no século XIX pelos colectores ao serviço de Carlos Ribeiro, foram recolhidas algumas contas de minerais verdes (PAÇO, BÁRTHOLO & BRANDÃO, 1959), associadas a espólios predominantemente neolíticos. Tendo a proveniência dos seus homólogos calcolíticos recolhidos nos povoados de Leceia, Penha Verde e Moita da Ladra sido determinada na região de mineração pré-histórica de Palazuelo de las Cuevas, Zamora (ODRIOZOLA *et al.*, 2013), é também provável que seja essa a origem dos raros exemplares estremenhos atribuíveis ao Neolítico Final.



Fig. 34 – Povoado de Carnaxide. Picos de talhe imbricado, de sílex (1 e 2), acompanhados de raspadeiras de corpo espesso (3 e 4), preparadas com a mesma técnica, artefactos de sílex do Neolítico Final destinados à execução de tarefas especializadas (seg. CARDOSO, 2011 b).

Se se encontra claramente demonstrada presença de objectos de adorno ou de cunho simbólico de origem setentrional, como os acima referidos, também é importante registar a presença de artefactos de origem estremenha e de funcionalidades diversas em regiões setentrionais.

Merece destaque a ocorrência excepcional de placas de xisto decoradas na região setentrional da Estremadura, como é o caso da recolhida na gruta natural da Furninha, Peniche, em contexto da necrópole colectiva ali instalada no Neolítico Final, à qual se soma um outro exemplar de micaxisto, rocha provavelmente de origem nos ilhéus de Farilhões, defronte de Peniche, a qual, não obstante provir de escavação realizada no século XIX, se mantinha inédita até há pouco tempo (Fig. 35) (CARDOSO & CARVALHO, 2010-2011).

Ainda mais a norte, já na Beira Litoral, são de destacar os fragmentos recolhidos em dólmen da serra da Boa Viagem, Figueira da Foz (ROCHA, 1895, p. 152-154, Est. 17, n.º 194; Est. 19, n.ºs 270, 271), com equivalente em placa de xisto recolhida em dólmen perto de Ansião, pela primeira vez mencionada por Augusto Filipe Simões como estando depositada no Instituto de Coimbra (SIMÕES, 1878, p. 52; VEIGA, 1887, p. 450, mapa inserido a p. 452). Trata-se da placa hoje depositada no Museu Antropológico da Universidade de Coimbra cujo desenho se apresenta agora pela primeira vez, realizado por iniciativa do signatário, depois de obtida por Raquel Vilaça a autorização para o efeito (Fig. 36), no âmbito de um trabalho conjunto em curso. Desconhece-se a data da sua recolha, mas uma letra maiúscula (aparentemente um Jota), seguida de um ponto, pode indicar marca de posse de um seu proprietário do século XIX, antes de a peça ter dado entrada no Instituto de Coimbra. Vera Leisner, que não viu a referida placa, publicou uma outra com origem em dólmen da mesma região, com esboço de decoração geométrica (LEISNER, 1998, Tf. 119). As duas placas de xisto de Ansião até hoje publicadas não são únicas na região, pois há conhecimento de que pelo mais um dólmen de Ansião forneceu exemplar decorado, em curso de estudo pelo signatário e Raquel Vilaça.

É interessante verificar que podem ainda pertencer ao Neolítico Final da Estremadura certos objectos exóticos, como é o caso de um exemplar de *Conus pulcher* Lightfoot, 1786, proveniente da gruta das Fontainhas, Cadaval (CARDOSO & GUERREIRO, 2001-2002), cuja distribuição actual abrange o litoral africano, das ilhas Canárias a Angola (Fig. 37). Tendo presente a predominância de espólios pertencentes ao Neolítico Final (GONÇALVES, 1990-1992), ainda que sem contextualização estratigráfica, é a essa época que o presente exemplar pode ser reportado com maior probabilidade. Se for assim, configurar-se-ia a existência de relações com o litoral marroquino anteriores ao estabelecimento de contactos mais regulares, no decurso do Calcolítico, expressos pela presença de materiais campaniformes em diversas estações norte-africanas e, inversamente, de artefactos de marfim com aquela proveniência, na Península Ibérica (CARDOSO & SCHUHMACHER, 2012).

Os alfinetes de cabeça amovível canelada são outro exemplo da circulação trans-regional de objectos de adorno no Neolítico Final. Estão presentes em numerosas necrópoles da Estremadura e, muito mais raramente, em povoados da mesma época, como o povoado do Carrascal, Oeiras (CARDOSO, 2011 b, Fig. 24), locais onde eram fabricados e utilizados quotidianamente. Trata-se de peças excepcionalmente longas, o que configura a existência de toucados e, em qualquer caso, a prática do tratamento do cabelo, que era por este meio armado e fixado. Pela sua fragilidade, são raros os exemplares completos, destacando-se um, recolhido nas escavações promovidas por Nery Delgado na gruta da Malgasta, Peniche (CARREIRA & CARDOSO, 1992, Fig. 2, n.º 9). Este tipo de alfinetes, embora se concentre na Baixa Estremadura, possui paralelos em outras regiões, como o Alto Alentejo, região de Reguengos de Monsaraz, onde ocorreram exclusivamente na Anta Grande do Olival da Pega, onde se recolheram fragmentos de três exemplares (LEISNER & LEISNER, 1951, Est. 23, n.ºs 63 a 65) e o Algarve, de que é exemplo o sepulcro colectivo em gruta artificial de Monte Canelas, Portimão. Deste hipogeu, escavado sob direcção de Rui Parreira, provêm pelo menos oito exemplares inteiros (SILVA, 1997, p. 215), infelizmente pouco conhecidos, visto a estação jamais ter sido publicada

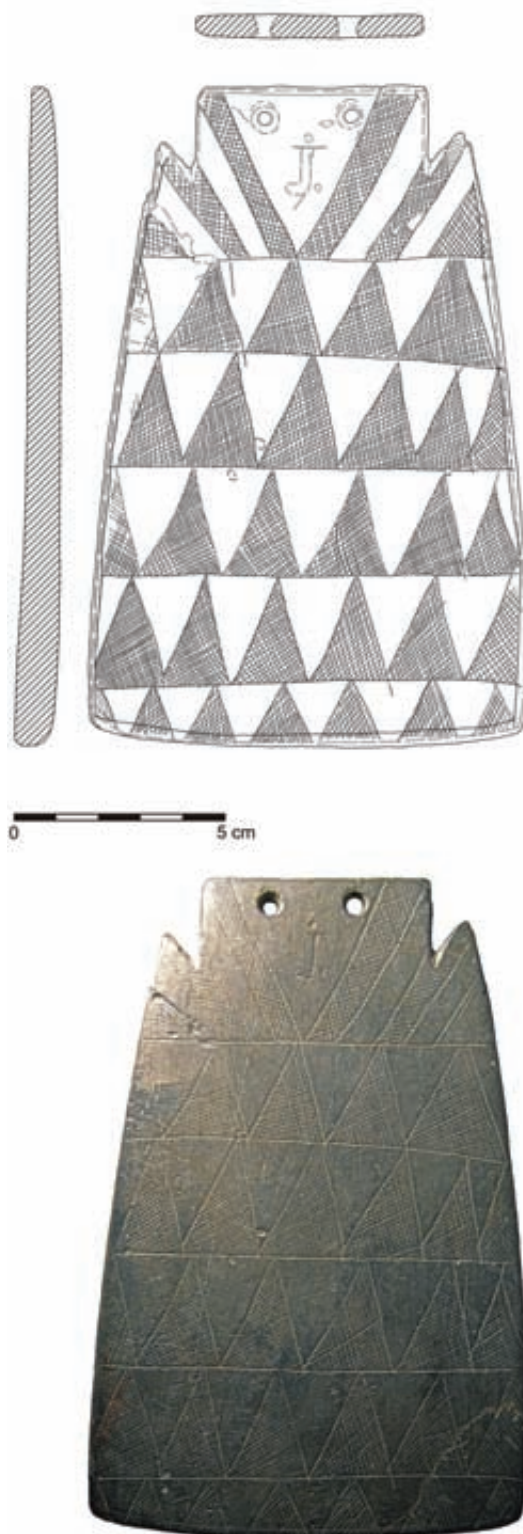


Fig. 35 – Dólmen de Ansião. Desenho e foto de placa de xisto correspondente ao achado mais setentrional deste tipo de artefactos ideotécnicos (desenho de B. Ferreira, foto de J. L. Cardoso).



Fig. 36 – Gruta da Furninha. Placa de micaxisto com a indicação dos olhos da divindade, em baixo-relevo, acompanhada de placa de xisto com ornamentação geométrica oriundas da necrópole do Neolítico Final (foto de J. L. Cardoso).

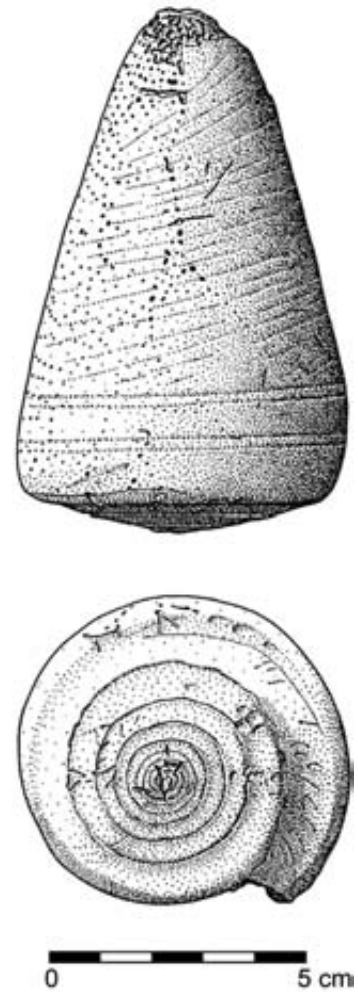


Fig. 37 – Gruta das Fontainhas. Concha de *Comus pulcher* Light. oriunda do litoral atlântico africano, pertencente provavelmente a contexto do Neolítico Final (seg. CARDOSO & GUERREIRO, 2001-2002).

como merecia e devia: veja-se o caso exemplar, contrastando com este, da recente monografia da necrópole do Algar do Bom Santo, coordenada por A. F. Carvalho (CARVALHO, 2014).

A presença de tais peças estende-se pela Andaluzia, dada a ocorrência de, pelo menos, dois exemplares nos sepulcros de Gor, Fonelas, Andaluzia (SIRET, 1891-2001, Fig. 53 ter), ilustrando a sua vasta difusão geográfica que, pela distância aos focos de difusão original, só se explica por ser produto apreciado pelas suas particulares características (Fig. 38).

Embora a atribuição de tais peças ao Neolítico Final fosse já clara, depois da escavação da gruta artificial da Praia das Maças, cuja câmara ocidental, contendo cinco exemplares, conheceu apenas utilização funerária naquele período (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1969, Pl. C, n.ºs 100, 102, 103, 104 e 105), importava verificar a sua sobrevivência no Calcolítico. Assim, foram submetidos pelo signatário a datação por AMS seis exemplares, dois deles da Praia das Maças e cada um dos restantes das grutas naturais da Furninha, da Casa da Moura e da Lapa do Bugio, sendo o último proveniente da 3.ª gruta artificial da Quinta do Anjo, Palmela (CARDOSO & SOARES, 1995).

Os resultados obtidos, para um intervalo de confiança de cerca de 95% afiguram-se em cinco casos compatíveis entre si, correspondendo ao último quartel do IV milénio cal BC, não ultrapassando os inícios do milénio

seguinte, sendo condizentes com a cronologia absoluta obtida para a camada basal do povoado de Leceia, reportando-se, conseqüentemente, ao Neolítico Final da Estremadura. A exceção é a cronologia obtida para o exemplar de Palmela, já plenamente calcolítico, ilustrando, deste modo, a longevidade da produção deste tipo de alfinetes, apesar das suas peculiares características, a que se soma a sua assinalável distribuição geográfica. Trata-se, pois, de situação comparável à observada nas braceletes de *Glycymeris* sp., anteriormente estudadas.

As modalidades que presidiram à circulação trans-regional de bens e de pessoas que tais permutas exigiam não se encontra corporizada pela existência efectiva de populações exógenas ao território estremenho, que aqui tenham sido sepultadas. Com efeito, tendo embora presente a escassez dos dados disponíveis, as análises de isótopos de Estrôncio realizadas a 6 indivíduos distintos da anta de Carcavelos, Loures e a 8 outros indivíduos da anta de Estria, Sintra, demonstraram que, de uma forma geral, todos eles eram originários da região onde foram tumulados, o que sugere uma mobilidade pouco acentuada (BOAVENTURA, HILLIER & GRIMES, 2010).

Os estudos genéticos com recurso à identificação do mtDNA conduziram, nos escassos casos estudados, a conclusão idêntica. Assim, dois dos esqueletos do Algar do Bom Santo possuíam semelhanças com resultados obtidos para congêneres mesolíticos de Muge, o que pode reforçar a ideia da relação longínqua das populações neolíticas da Estremadura com as suas antecedentes mesolíticas do vale do Tejo (CARVALHO *et al.*, 2015). A confirmação desta hipótese obrigaria ao estudo genético das populações do Neolítico Antigo do Maciço Calcário, com base nos escassos restos disponíveis.

*

No Neolítico Final acentua-se a importância da economia agro-pastoril, ficando assim as comunidades cada vez mais dependentes daquilo que produziam, sem ignorar que, pelo menos numa época do ano, as que viviam mais próximas do litoral, poderiam recorrer de forma assinalável à prática da recollecção como bem ilustram alguns dos concheiros da área da Comporta (SILVA *et al.*, 1985). Esta realidade tem expressão concreta no acréscimo da presença de animais domésticos, com predominância, em Leceia, dos bovinos domésticos, sobre os caprinos e suínos (CARDOSO & DETRY, 2001-2002). A presença dominante dos grandes bovinos deve relacionar-se, especialmente no que aos grandes povoados diz respeito, com o aproveitamento da sua força motriz, aplicada à tracção de carros e arados, no quadro da designada “Segunda Revolução Neolítica”, verificada a partir dos finais do IV milénio cal BC.

A crescente dependência dos recursos alimentares produzidos pelas próprias populações, explica também a emergência de símbolos ligados à fertilidade, dos quais se destacam vários exemplos, de entre os que resultaram das intervenções que o signatário dirigiu ou das publicações de que foi autor ou co-autor. Sob este

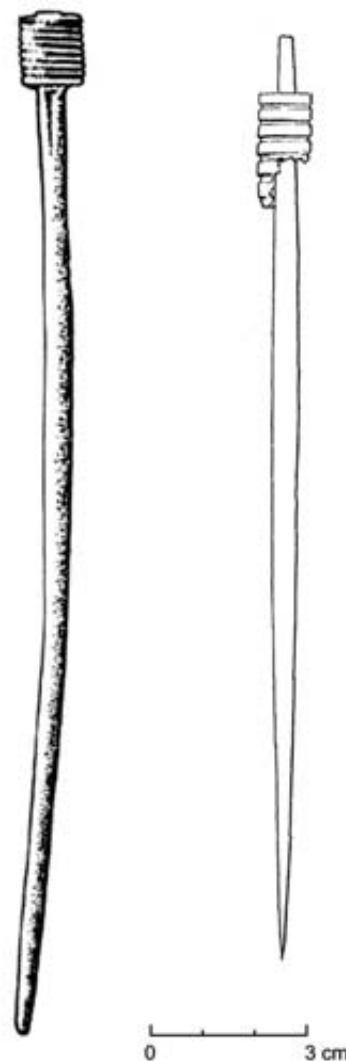


Fig. 38 – Dois alfinetes de cabeça amovível, o da esquerda da Gruta da Malgasta (seg. CARREIRA & CARDOSO, 1992, modificado), o da direita de um dólmen de Gor, Fonelas (Andaluzia) (seg. SIRET, 1891-2001, modificado).

aspecto, avulta a recolha de duas estatuetas maciças de barro, na camada basal de Leceia (Fig. 39) (CARDOSO, 1996 b). Trata-se da representação de duas porcas, com volumes bem modelados e assinalável realismo, observando-se o órgão sexual claramente identificável. A escolha deste animal justifica-se, no âmbito do culto da fecundidade que inquestionavelmente representa, não só pelo facto de dele tudo se poder aproveitar, mas sobretudo porque corresponde a espécie altamente prolífica, corporizando o princípio da fecundidade e da fertilidade.

Outro grupo zoológico cuja representação se explica pelas mesmas razões é o dos leporídeos, recorrentemente representados sob a forma de pequenas estatuetas munidas de furo de suspensão, talvez utilizadas com carácter apotropaico, representadas em múltiplas necrópoles

neolíticas (e eventualmente calcolíticas) da Estremadura. Conhecem-se duas variantes, de osso ou marfim, a mais comum correspondendo a representações simples, de contorno recortado, como a recentemente publicada proveniente da gruta natural de Pedra Furada 1, Vila Franca de Xira (SILVA *et al.*, 2014, Figs. 9 e 10); e outra, mais elaborada, com dois animais dispostos simetricamente unidos pelo ânus (talvez posição de cópula), como o exemplar recolhido na Lapa do Bugio, Sesimbra (Fig. 40) (CARDOSO, 1992, Est. 17, n.º 10).

Outros símbolos afiguram-se mais discretos, sendo consequentemente de interpretação menos evidente. É o caso da miniaturização de artefactos de pedra polida, machados ou enxós, produzidos em rochas especiais, como a fibrolite, os quais pelo tamanho diminuto não possuíam carácter funcional. Dois desses exemplares provêm de recolhas antigas efectuadas em Leceia (CARDOSO, 1980-1981, p. 79, Fig. 2, n.º 14; Fig. 3, n.º 7). A particular importância dada à fibrolite pode explicar-se, em parte, pela sua coloração esbranquiçada e textura leitosa, aproximando-se das “pedras leiteiras” mencionadas por Luís Chaves (CHAVES, 1917). Está ainda por fazer a inventariação deste tipo de artefactos no território português, cuja distribuição se inicia no Neolítico Antigo e vai até o Calcolítico.

Um exemplar minúsculo, com o comprimento máximo de 2,5 cm e munido de furo para suspensão no centro de uma das extremidades, recolhido no contexto do Neolítico Final do povoado do Carrascal, Oeiras (Fig. 41) (CARDOSO, 2011 b, Fig. 23), corporiza bem a relação destas miniaturas com artefactos de pedra



Fig. 39 – Povoado de Leceia. Fragmentos de duas estatuetas maciças de barro, representado porcas, oriundas de contexto do Neolítico Final (seg. CARDOSO, 1996 b).



Fig. 40 – Lapa do Bugio. Pendente de osso representado dois leporídeos, em provável posição de cópula, oriundo da necrópole colectiva ali instalada no Neolítico Final (arquivo O. da Veiga Ferreira / J. L. Cardoso).

polida, cuja utilização simbólica é evidente. A assimetria da secção longitudinal do gume, como se observa na maioria dos exemplares, indica tratar-se da representação de enxó, encaçada com o gume na horizontal e não na vertical, como os machados.

O culto dos artefactos de pedra polida, usualmente designado por “culto do machado”, é tema discutido desde o século XIX e interessa a diversas culturas e civilizações. Não sendo este o local para desenvolver esta temática, importa referir, contudo, que no território português a ocorrência desta miniatura de fibrolite, munida de um furo para suspensão não é caso único (CARDOSO, em publicação). Tal culto explicaria-se pela ligação directa destes utensílios às actividades agrícolas – que, como acima se disse, assumiam na economia neolítica papel determinante – designadamente a preparação de campos agrícolas (machados, para a desflorestação) e a lavoura dos terrenos (enxós, utilizadas como sachos). A sacralização destes utensílios ou das suas representações simbólicas explica a razão de ter Manuel Heleno atribuído aos báculos de xisto, da mesma época, a representação estilizada do machado, que pelo menos alguns deles poderiam claramente assumir, como é o caso do conhecido exemplar da gruta da Galinha, Alcanena, tal é a sua semelhança com um machado encabado (SÁ, 1959, Fig. 11).

Assim, a sacralização de utensílios ligados à produção agrícola, a par da representação de animais domésticos com ela directamente relacionados, reflecte a preocupação pela garantia da subsistência, garantida pela acumulação de reservas alimentares para os períodos de carência, que só a fertilidade dos campos e de tais animais poderia proporcionar.

A necessidade de defesa dos excedentes alimentares esteve na origem da crescente preferência, no Neolítico Final, pela ocupação de sítios altos e defensáveis – aqueles onde tais bens poderiam ser mais eficazmente protegidos de outros grupos – como é o caso de Leceia, entre muitos outros exemplos conhecidos, sem que a ocupação de sítios de meia encosta, desprovidos de condições naturais de defesa, deixassem de continuar a ser escolhidos para a instalação de povoados abertos: é o caso do povoado do Carrascal, acima referido, cuja proximidade com o de Leceia (a menos de 500 m), a par da contemporaneidade com a primeira ocupação neste registada, leva a admitir que se integram numa estratégia coerente de ocupação e de exploração de um mesmo



Fig. 41 – Povoado do Carrascal. Miniatura de enxó de fibrolite leitosa, com furo para suspensão, oriunda de contexto do Neolítico Final. Comprimento máximo de 2,5 cm (seg. CARDOSO, 2011 b).

território, no caso constituído pelo vale da ribeira de Barcarena. Contudo, existem sítios de encosta, do Neolítico Final, cujas estruturas de defesa eram já uma realidade no Neolítico Final. Tal é evidenciado pela construção de fosso de assinaláveis dimensões identificado no povoado da Travessa das Dores, em plena cidade de Lisboa, implantado em encosta voltada para o Tejo. Esta estrutura negativa protege um conjunto de fossas de armazenamento mais antigas, situadas do seu lado interno, algumas das quais foram por aquela cortadas (Fig. 42) (NETO; REBELO & CARDOSO, 2015). Este fosso diferencia-se, por outro lado, dos “fossos” de minúsculas dimensões conhecidos em outros contextos



Fig. 42 – Povoado da Travessa das Dores, Lisboa. Vista parcial de um conjunto de fossas abertas no substrato geológico, do Neolítico Final, algumas delas cortadas ulteriormente pela abertura de fossa defensiva, parcialmente escavada, datada da mesma época (seg. NETO, REBELO & CARDOSO, 2015).

mais ou menos da mesma época, e que poderiam simplesmente corresponder a caleiras ou caneiros para a evacuação de águas pluviais, como o de Gonçalves, Mafra, escavado por Ana Catarina Sousa e o de Santa Sofia, Vila Franca de Xira, escavado por João Pimenta e Henrique Mendes. Deste modo, esta solução defensiva corresponde à única ocorrência conhecida por enquanto na região, embora tenha semelhanças com a solução encontrada em Leceia, em sector da primeira linha defensiva do lado nascente, embora já de época calcolítica.

5 – CONCLUSÕES

1 – Passaram-se em revista os sítios arqueológicos do Neolítico Antigo ao Neolítico Final intervencionados pelo signatário nos últimos 30 anos ou em cujo estudo teve a oportunidade de intervir. Os resultados assim obtidos foram comparados e discutidos com outros, possibilitando conclusões abrangentes e representativas, evidenciando, outrossim, lacunas de conhecimento que só a prossecução de trabalhos de campo poderá progressivamente colmatar.

2 – As estações de carácter habitacional do Neolítico Antigo abarcam sítios altos, de encosta, ou mesmo ribeirinhos do rio Tejo. Assim, enquanto a última modalidade de ocupação reflecte essencialmente a prática da recollecção, os sítios de encosta atestam a prática de uma economia mista, como é o caso do Carrascal, Oeiras, e dos Cortiços, Almeirim, onde se praticava a agricultura cerealífera, a par da recollecção e da criação de animais domésticos. Enfim, a ocupação de sítios altos ou portelas, na Baixa Estremadura, destinava-se ao controlo das vias de circulação mais importantes. Tal realidade evidencia-se pela sua implantação em zonas de ecótono, entre a faixa ribeirinha ao Tejo e o interior do território, como é o caso do povoado das Salemas, que controlaria o acesso e exploração de domínios montanhosos e pedregosos, ou do povoado de Moita da Ladra, que dominaria o acesso à baixa de Loures. Aliás, a circulação trans-regional dos mesmos grupos humanos, designadamente entre as duas margens do Tejo, encontra no registo material do Neolítico Antigo elementos

de apoio, sugerindo uma ocupação repartida ao longo do ano, pelos mesmos grupos humanos, do Maciço Calcário e da planície aluvial do Tejo, explorando em cada uma dessas áreas recursos diferenciados (caça e pastorícia *versus* agricultura e recollecção).

3 – O modelo acima descrito é claramente distinto do observado no Neolítico Final, onde as estações ribeirinhas do Tejo, quando existem, detêm essencialmente carácter especializado na produção de sal, perdendo a sua importância como locais de fixação de populações no quadro da economia alimentar neolítica. Por outro lado, a multiplicação do povoamento de altura, agora observado, explica-se pela necessidade de ocupar sítios com boas condições de defesa, resultantes da plena adopção de uma economia agro-pastoril que tornou as comunidades muito mais dependentes dos bens alimentares por elas próprias produzidas. Tal realidade relaciona-se com a sedentarização das populações observada naquela época, com a consequente necessidade de protecção dos referidos bens, dos quais passou a depender cada vez mais a sobrevivência do grupo. No entanto, até agora não se identificou em nenhum destes locais a construção de muralhas pétreas, mas apenas a valorização de acidentes geomorfológicos naturais, propícios à defesa, como se observou em Leceia. Tal realidade não inviabilizou, naturalmente, a continuação da ocupação de sítios de encosta, significativamente representados pelo povoado do Carrascal, onde uma a ocupação do Neolítico Antigo se sobrepôs outra, do Neolítico Final.

Realidade até ao presente desconhecida na Estremadura é o povoado do Neolítico Final da Travessa das Dores, situado em plena área urbana de Lisboa, que continuou ocupado de forma intermitente no decurso do Calcolítico. Trata-se de sítio implantado a meia encosta, com abundantes fossas, utilizadas primariamente como estruturas de armazenamento, delimitadas por um amplo e profundo fosso, até agora sem paralelo na Estremadura.

4 – Face à riqueza relativa de informação já disponível para o Neolítico Antigo e o Neolítico Final, o Neolítico Médio apresenta-se quase incógnito, dada a extrema raridade de sítios cabalmente identificados.

Afigurando-se as cerâmicas decoradas apenas com um sulco abaixo do bordo as únicas produções características do Neolítico Médio, verifica-se que, mesmo estas, nalguns casos (Casal da Cerca, Palmela), têm sido adstritas ao chamado Neolítico Antigo Evolucionado, porque, para além da cronologia absoluta ser compatível com este período, se encontram associadas às últimas produções decoradas típicas do mesmo. Tal critério foi também aplicado na costa sudoeste, onde estações como a Salema, em que as cerâmicas com decoração de sulco abaixo do bordo, apesar de ocorrerem em grande número, foram adstritas, na falta de datações de radiocarbono, pela presença de decorações cerâmicas muito diversificadas, ao Neolítico Antigo Evolucionado.

Em contrapartida, noutros sítios (Abrigo da Pena d'Água, Torres Novas, Monte da Foz, Benavente), as cerâmicas com sulco abaixo do bordo ocorrem praticamente isoladas, tendo sido atribuídas à primeira etapa do Neolítico Médio.

5 – A fragilidade deste quadro conceptual é sublinhado pelo facto de, considerando as duas principais necrópoles deste período até agora exploradas na Estremadura, uma não possuir – certamente por prescrição do foro ritual – qualquer produção cerâmica (gruta do Lugar do Canto, Alcanena) e a outra (algar do Bom Santo) conservar escassa representação cerâmica, onde se associam formas lisas adstritas ao círculo dolménico a um vaso decorado que se inscreveria sem qualquer dificuldade no Neolítico Antigo da região. Esta presença dá que pensar, visto as datações ali obtidas serem coerentes e indicarem cronologias invariavelmente posteriores ao Neolítico Antigo, que, para um intervalo de dois sigma, se situam entre 3800 e 3400 cal BC.

Esta realidade leva a admitir que, pelo menos até meados do IV milénio cal BC, possam ter sido produzidas cerâmicas decoradas que, noutro contexto não datado, seriam de atribuir ao Neolítico Antigo.

6 – Face às limitações expostas, tem-se recorrido sobretudo à informação prestada pelas datações absolutas para o balizamento da sequência dos tempos neolíticos na Estremadura e, em particular, para a atribuição ao Neolítico Médio de certas ocupações humanas.

No entanto, o primado das datações absolutas sobre a tipologia para o faseamento do Neolítico encerra em si mesmo contradições evidentes como as acima referidas, próprias a um estágio da investigação onde a informação resultante da escavação de estações bem estratigrafadas escasseia.

Deste modo, e apenas como princípio orientador, é possível admitir-se que o Neolítico Antigo teria tido início na Estremadura cerca de 5400 cal BC e o que o Neolítico Médio tenha finalizado cerca de 3400 cal BC, mantendo-se fluida a fronteira entre o Neolítico Antigo e o Neolítico Médio. Com efeito, a segunda metade do V milénio cal BC continua a ser um dos períodos dos tempos neolíticos pior conhecidos na Estremadura e em todo o território português, situação bem evidente em síntese recentemente publicada, dedicada especificamente a este intervalo de tempo.

7 – Se o estabelecimento de um limite inferior para o início do Neolítico Médio é problemático, também no tocante ao Neolítico Antigo a correlação entre as datas de radiocarbono disponíveis e a respectiva cultura material é contraditória.

Assim, o modelo tradicional postula que o Neolítico Antigo Pleno é corporizado na região em apreço pela presença de produções cerâmicas onde as cardiais assumem papel determinante; no entanto, há sítios neolíticos tão ou mais antigos do que estes, onde tais produções não existem, apesar da presença de cerâmicas decoradas, como é o caso da Gruta do Correio-Mor, Loures. Tal realidade levanta a possibilidade de, também na Estremadura, tal como na Costa Sudoeste, conforme é defendido por C. Tavares da Silva e J. Soares, existirem estações com cerâmicas decoradas anteriores ou coevas das cardiais, que aliás são vestigiais na Baixa Estremadura.

8 – Quanto ao Neolítico Final, a existência de maior número de estações arqueológicas bem estratigrafadas e datadas pelo radiocarbono permite estabelecer os seus limites na Estremadura entre 3500-3400 e 2900 cal BC. Nesta última etapa do Neolítico, avultam as pontas de seta pedunculadas, que substituem progressivamente os geométricos (trapézios), ainda bem registados no Neolítico Final. Esta realidade está associada à emergência do talhe plano, nas produções de pedra lascada, o qual se generaliza logo a seguir, no decurso do Calcolítico, originando belíssimos exemplares, a par de punhais e de alabardas, cujos primeiros representantes ascendem ainda ao Neolítico Final.

A intensificação económica explica o incremento das redes de troca, generalizando-se então o abastecimento da Estremadura de rochas anfibolíticas provenientes do Alentejo, realidade com origens no Neolítico Médio, para além de produtos de excepção, utilizados como elementos de adorno, como a fluorite e, possivelmente, a variscite.

As produções cerâmicas caracterizam-se por dois grupos principais: os recipientes carenados e os vasos de bordo em aba decorados com denteados de assinalável diversidade técnica e estilística. A distribuição destas produções abarca uma vasta área da Estremadura, de Peniche (gruta da Furninha) ao estuário do Sado, não se distinguindo muito da distribuição que, mais tarde, exibem as produções caneladas do Calcolítico Inicial, ou as do grupo “folha de acácia”, do Calcolítico Pleno, configurando domínio geográfico que, pelo menos desde a segunda metade do IV milénio cal BC, exhibe um registo arqueográfico coerente e original, cuja identidade cultural subjacente, bem como eventuais particularismos intra-regionais importaria conhecer mais de perto.

Com efeito, é só com o advento do Neolítico Final, e com a conhecida associação bem estratigrafada constituída por cerâmicas carenadas a vasos de bordo denteado, que se pode com segurança afirmar a existência de uma total coincidência entre os critérios cronológico e arqueográfico na definição de uma etapa crono-cultural do Neolítico estremenho.

AGRADECIMENTOS

A António Faustino Carvalho e a Joaquina Soares, pelos esclarecimentos prestados, sendo certo que as afirmações apresentadas são da exclusiva responsabilidade do signatário. A Raquel Vilaça, por ter concordado com a reprodução da placa de xisto de Ansião, que integrará trabalho conjunto em curso de redacção. E ainda a Nuno Neto e a Paulo Rebelo, da Empresa Neoépica, Lda., por terem permitido a reprodução de imagens das escavações do povoado do Neolítico Final da Travessa das Dores, Lisboa, objecto de uma próxima publicação em parceria com o signatário.

REFERÊNCIAS

- BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o megalitismo da região de Lisboa*. Tese de doutoramento em Pré-História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols.
- BOAVENTURA, R.; HILLIER, M. & GRIMES, V. (2010) – Determining mobility with strontium isotopes in the Late Neolithic of South-Central Portugal. 5.º Congresso do Neolítico Peninsular (Lisboa, 2010). Poster.
- CARDOSO, J. L. (1980-1981) – O povoado pré-histórico de Leceia (Lisboa, Portugal). Estudo da colecção do Escultor Álvaro de Brée. 1.ª parte. *Revista de Guimarães* (1980). Guimarães. 90, p. 211-304. 2ª parte. *Revista de Guimarães* (1981). Guimarães. 91, p. 120-233.
- CARDOSO, J. L. (1992) – A lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 89-225.
- CARDOSO, J. L. (1996 a) – Materiais arqueológicos inéditos do povoado pré-histórico de Carnaxide (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 27-45.
- CARDOSO, J. L. (1996 b) – Estatuetas zoomórficas de terracota do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 91-106.
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa / Oeiras: Museu Nacional de Arqueologia / Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (2001-2002) – Presença do género *Conus* sp. no Neolítico ou Calcolítico da Estremadura portuguesa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 363-373.
- CARDOSO, J. L. (2003 a) – A gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 229-321.
- CARDOSO, J. L. (2003 b) – *O povoado pré-histórico de Leceia no quadro da investigação, recuperação e valorização do património arqueológico português. Síntese de vinte anos de escavações arqueológicas (1983-2002)*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (2004) – Polished stone artefacts at the prehistoric settlement of Leceia (Oeiras). *Madridier Mitteilungen*. Mainz. 45, p. 1-32.
- CARDOSO, J. L. (2007) – As cerâmicas decoradas pré-campaniformes do povoado pré-histórico de Leceia: suas características e distribuição estratigráfica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 9-276.
- CARDOSO, J. L. (2010) – O Neolítico antigo da Baixa Estremadura: as investigações dos últimos cinco anos. In GIBAJA, J. F.; CARVALHO, A. F. (eds.) – *Os últimos caçadores-recolectores e as primeiras comunidades produtoras do sul da Península Ibérica e do norte de Marrocos (Faro, 2009)*. Actas. Faro: Universidade do Algarve, p. 23-48 (Promontoria Monográfica 15).

- CARDOSO, J. L. (2011 a) – A estação do Neolítico Antigo do Carrascal (Oeiras, Lisboa, Portugal). In BERNABEU, J.; ROJO, M. A.; MOLINA, L. (coords.) – *Las primeras producciones cerámicas: el VI milénio cal a.C. en la Península Ibérica. Saguntum Extra*. Valencia. 12, p. 259-262.
- CARDOSO, J. L. (2011 b) – *Arqueologia do concelho de Oeiras do Paleolítico Inferior arcaico ao século XVIII*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (2013) – A evolução do paleoestuário da ribeira de Barcarena entre os finais do VI milénio e os finais do III milénio a.C. segundo a presença de *Ostrea edulis* L. In SOARES, J. (ed.) – *Prehistory of wetlands. (Setúbal, 2011)*. Actas. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, p. 113-122 (Setúbal Arqueológica 14).
- CARDOSO, J. L. (2014) – Polished stone tools. In CARVALHO, A. F. (ed.) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic societies of Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica 17), p. 185-194.
- CARDOSO, J. L. (2015) – A estação do Neolítico Antigo do Carrascal (Oeiras, Lisboa, Portugal). 5.º Congresso do Neolítico Peninsular (Lisboa, 2010). Actas. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 159-168.
- CARDOSO, J. L. (em publicação) – A ritualização do machado de pedra polida no Neolítico e no Calcolítico do território português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*.
- CARDOSO, J. L. & ARRUDA, A. M. (2013) – A ocupação da Idade do Ferro da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, 2013, p. 731-754.
- CARDOSO, J. L. & CANINAS, J. C. (2010) – Moita da Ladra (Vila Franca de Xira). Resultados preliminares da escavação integral de um povoado calcolítico muralhado. *Transformação e Mudança no centro e sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e. Colóquio Internacional (Cascais, 2005)*. Actas. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 65-95.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1991) – A ocupação neolítica do Algar de João Ramos (Turquel, Alcobaça). *IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1990)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 277-285.
- CARDOSO, J. L. & CARVALHO, A. F. (2010-2011) – A gruta da Furninha (Peniche): estudo dos espólios das necrópoles neolíticas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 333-392.
- CARDOSO, J. L. & CARVALHOSA, A. B. (1995) – Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Análise de proveniências. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Lisboa. 5, p. 123-151.
- CARDOSO, J. L. & COSTA, J. B. (1992) – Estação pré-histórica de Barotas (Oeiras). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 229-245.
- CARDOSO, J. L. & CUNHA, A. S. (1995) – *A Lapa da Furada (Sesimbra). Resultados das escavações arqueológicas realizadas em Setembro de 1992 e 1994*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.
- CARDOSO, J. L. & DETRY, C. (2001-2002) – Estudo arqueozoológico dos restos de ungulados do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 131-182.
- CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2009) – O povoado pré-histórico do Outeiro da Assenta (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 261-356.
- CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2013) – O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): estudo dos utensílios de pedra lascada. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 357-524.

- CARDOSO, J. L. & NORTON, J. (1997-1998) – A oficina de talhe do sílex do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 35-45.
- CARDOSO, J. L. & SCHUHMACHER, T. X. (2012) – Marfiles calcolíticos en Portugal. Estado de la cuestión. Elfenbeinstudien. Marfil y elefantes en la Península Ibérica y el Mediterráneo occidental. *Actas del coloquio internacional en Alicante el 26 y 27 noviembre 2008*. Darmstadt / Mainz: Verlag Philipp von Zabern, p. 95-110 (Iberia Archaeologica Band 16 Faszikel 1).
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. M. (1995) – Sobre a cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura portuguesa. *Al-Madan*. Almada. Série II, 4, p. 10-13.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. R. & FERREIRA, O. V. (1996) – Novos elementos para o estudo do Neolítico Antigo da região de Lisboa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 9-26.
- CARDOSO, J. L.; CARVALHO, A. F. & GIBAJA BAO, J. F. (2013) – O sítio do neolítico Antigo de Cortiçóis – Almeirim, Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 27-61.
- CARDOSO, J. L.; CUNHA, A. S. & AGUIAR, D. (1991) – O Homem Pré-histórico no concelho de Oeiras. Estudos de Antropologia Física. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 2, 85 p.
- CARDOSO, J. L.; DOMÍNGUEZ-BELLA, S. & MARTÍNEZ LÓPEZ, J. (2012) – Ocorrência de contas de fluorite no Neolítico Final e no Calcolítico da Baixa Estremadura (Portugal). *IX Congresso Ibérico de Arqueometria (Lisboa, 2011)*. Actas. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (2012), p. 35-42 (*Estudos Arqueológicos de Oeiras* 19).
- CARDOSO, J. L.; FERREIRA, O. V. & CARREIRA, J. R. (1996) – O espólio arqueológico das grutas naturais da Senhora da Luz (Rio Maior). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 195-256.
- CARDOSO, J. L.; SOUSA, A. C. & ANDRÉ, M. C. (2015) – O povoado do Neolítico Final do Carrascal (Oeiras). Resultados das escavações realizadas (2001-2005). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 139-234.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1992) – Escavações de Nery Delgado no planalto de Cesareda nas grutas da Lapa Furada e da Malgasta (Peniche): estudo do espólio arqueológico. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 78 (2), p. 145-173.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1994) – Sobre a existência de cerâmicas impressas e incisadas no Neolítico final estremenho. *V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 69-78.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (2001-2002) – A gruta da Casa da Moura (Cesareda Óbidos) e sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 10, p. 249-361.
- CARVALHO, A. F. (2005) – As mais antigas sociedades camponesas da Península de Lisboa (c. 5200-4500 cal BC). In GONÇALVES, V. S. (coord.) – *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 33-43.
- CARVALHO, A. F. (2008) – *A neolitização do Portugal meridional. Os exemplos do Maciço Calcário estremenho e do Algarve ocidental*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica 12).
- CARVALHO, A. F. (ed.) (2014) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic societies of Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica 17).
- CARVALHO, A. F. & CARDOSO, J. L. (2010-2011) – A cronologia absoluta das ocupações funerárias da gruta da Casa da Moura (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 393-406.
- CARVALHO, A. F. & CARDOSO, J. L. (2015) – Insights on the changing dynamics of cemetery use in the Neolithic and Chalcolithic of Southern Portugal. Radiocarbon dating of Lugar do Canto cave (Santarém). *SPAL*. Sevilha. 24, p. 35-53.

- CARVALHO, A. F. & PETCHEY, F. (2013) – Stable Isotope Evidence of Neolithic Palaeodiets in the Coastal Regions of Southern Portugal. *The Journal of Island and Coastal Archaeology*, 8:3, 361-383.
- CARVALHO, A. F.; GIBAJA BAO, J. F. & CARDOSO, J. L. (2013) – Insights into the earliest agriculture of Central Portugal: sickle implements from the Early Neolithic site of Cortiçóis (Santarém). *Comptes Rendus Palevol (Academia das Ciências de Paris)*, 12, p. 31-41.
- CARVALHO, A. F.; ALVES-CARDOSO, F.; GONÇALVES, D.; GRANJA, R.; CARDOSO, J. L.; DEAN, R. M.; GIBAJA, J. F.; MASUCCI, M. A.; ARROYO-PARDO, E.; FERNÁNDEZ-DOMÍNGUEZ, E.; PETCHEY, F.; PRICE, T. D.; MATEUS, J. E.; QUEIROZ, P. F.; CALLAPEZ, P.; PIMENTA, C. & REGALA, F. T. (2015) – The Bom Santo Cave (Lisbon, Portugal): catchment, diet, and patterns of mobility of a Middle Neolithic population. *European Journal of Archaeology*. 18 (2), p. 1-28.
- CHAVES, L. (1917) – Sobrevivências neolíticas em Portugal: vestígios líticos, em concordância ou paralelismo, e na toponímia. *Arquivo da Universidade de Lisboa*. Lisboa. 4, p. 55-81.
- CORRÊA, A. A. M. (1926) – O Homem terciário em Portugal. *Lusitania*. Lisboa. 3 (9), sep. 9 p.
- DELGADO, J. F. N. (1884) – La grotte de Furninha a Peniche. *Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas. IX Sessão (Lisboa, 1880)*. Actas. Lisboa: Tipografia da Academia das Ciências de Lisboa, p. 209-279.
- FERNANDES, I. C. F.; MOREIRA, J. B. & RAPOSO, L. (2005-2008) – *Estudo de âmbito arqueológico do concelho de Óbidos. 1 – Contextualização, interpretação e fichas de sítio*. Óbidos: Câmara Municipal de Óbidos.
- FERREIRA, O. V. (1953) – Os instrumentos de fibrolite do Museu dos Serviços Geológicos. *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto. 37 (1), p. 37-44.
- FERREIRA, O. V. (1974) – Acerca das cerâmicas neolíticas encontradas na parte superior dos concheiros da região de Muge (Portugal). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 58, p. 191-196.
- FORENBAHER, S. (1999) – *Production and exchange of bifacial flaked stone artifacts during the Portuguese Chalcolithic*. Oxford: BAR International Series 756.
- GOMES, M. V. (2010) – Castelo Belinho (Algarve): a ritualização funerária em meados do V milénio a.C. In GIBAJA, J. F.; CARVALHO, A. F. (eds.) – *Os últimos caçadores-recolectores e as primeiras comunidades produtoras do sul da Península Ibérica e do norte de Marrocos (Faro, 2009)*. Actas. Faro: Universidade do Algarve, p. 69-79. (Promontoria Monográfica 15).
- GONÇALVES, J. L. M. (1990-1992) – As grutas da serra de Montejunto (Cadaval). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8-10, p. 41-201.
- GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (2015) – O sítio do Neolítico Antigo de Casas Novas (Coruche). Leituras preliminares. *5.º Congresso do Neolítico Peninsular (Lisboa, 2010)*. Actas. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 236-255.
- GONÇALVES, V. S. (2008) – *A utilização pré-histórica da gruta de Porto Covo (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- GUILAINE, J. & FERREIRA, O. V. (1970) – Le Néolithique ancien au Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 67 (1), p. 304-322.
- JORGE, S. O. (1990) – Dos últimos caçadores recolectores aos primeiros produtores de alimentos. In *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, p. 75-101.
- LEISNER, V. (1998) – *Die megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter.

- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1951) – *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.
- LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. V. (1969) – *Les monuments préhistoriques de Praia das Mações et de Casainhos*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Memória n.º 16 Nova Série).
- LÓPEZ-DÓRIGA, I. L. & SIMÕES, T. (2015) – Los cultivos del Neolítico Antiguo de Sintra: Lapiás das Lameiras y São Pedro de Canaferim: resultados preliminares. *5.º Congresso do Neolítico Peninsular (Lisboa, 2010)*. Actas. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 98-107.
- MUÑOZ, A. M. (1965) – *La Cultura Neolítica Catalana de los “sepulcros de fosa”*. Barcelona: Instituto de Arqueología y Prehistoria / Universidad de Barcelona.
- MURALHA, J. & COSTA, C. (2006) – A ocupação neolítica da Encosta de Sant’Anna (Martim Moniz, Lisboa). *IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Faro, 2004)*. Actas. Faro: Universidade do Algarve. Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica, p. 157-169 (Promontoria Monográfica 4).
- NETO, N.; REBELO, P. & CARDOSO, J. L. (2015) – O sítio neo-calcolítico da Travessa das Dores (Ajuda). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22. No prelo.
- NEVES, C. & DINIZ, M. (2014) – Acerca dos cenários da acção: estratégias de implantação e exploração do espaço nos finais do 5.º e na primeira metade do 4.º milénio a.C., no sul de Portugal. *Estudos do Quaternário*. Braga. 11, p. 45-58.
- NEVES, C. (2015) – A 2.ª metade do V milénio no ocidente peninsular : algumas problemáticas a partir da cultura material. *5.º Congresso do Neolítico Peninsular (Lisboa, 2010)*. Actas. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 314-322.
- NETO, N.; REBELO, P. & CARDOSO, J. L. (2015) – O povoado de fossos do Neolítico Final e do Calcolítico da Travessa das Dores, Lisboa. Resultados dos trabalhos efectuados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22.
- NUNES, A. & CARVALHO, A. F. (2013) – O Neolítico Médio no Maciço Calcário estremenho: estado actual dos conhecimentos e perspectivas de investigação futura. *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 329-353.
- ODRIOZOLA, C.; VILLALOBOS GARCIA, R.; BOAVENTURA, R.; SOUSA, A. C. MARTÍNEZ-BLANES, J. M. & CARDOSO, J. L. (2013) – Las producciones de adorno personal en rocas verdes del SW peninsular: los casos de Leceia, Moita da Ladra y Penha Verde. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 605-622.
- PAÇO, A.; BÁRTHOLO, M. L. & BRANDÃO, A. (1959) – Novos achados arqueológicos das grutas de Cascais. *I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Actas. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. 1, p. 147-159.
- PINTO, R. S. (1932) – Notas sobre a indústria microlítica do Cabeço da Amoreira (Muge). *Asociación Española para el Progreso de las Ciencias. XIII Congreso*. Actas. Madrid: Huelves & Compañía, 5 (4), p. 49-54.
- ROCHA, A. S. (1895) – *Antiguidades prehistoricas do concelho da Figueira . Terceira parte*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SÁ, M. C. M. (1959) – A Lapa da Galinha. *I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Actas. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. 1, p. 17-128.
- SERRÃO, E. C. & MARQUES, G. (1971) – Estrato pré-campaniforme da Lapa do Fumo (Sesimbra). *2.º Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*. Actas. Coimbra: Junta Nacional da Educação, 1, p. 121-142.
- SILVA, A. M. (1997) – “Ler” os ossos: antropologia de campo e arqueologia funerária. *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: IPPAR, p. 209-219.

- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1981) – *Pré-História da área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1986) – *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (Coleção Parques Naturais, 15).
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (2014) – O habitat do Neolítico Antigo do Casal da Cerca (Palmela). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 15, p. 61-104.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (2015) – Neolitização da costa sudoeste portuguesa. A cronologia de Vale Pincel I. *5.º Congresso do Neolítico Peninsular (Lisboa, 2010)*. Actas. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 645-659.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; CARDOSO, J. L.; CRUZ, C. S. & REIS, C. A. S. (1986) – Neolítico da Comporta: aspectos cronológicos (datas 14C) e paleoambientais *Arqueologia*. Porto. 14, p. 59-82.
- SILVA, A. M.; BOAVENTURA, R.; PIMENTA, J.; DETRY, C. & CARDOSO, J. L. (2014) – Perscrutando espólios antigos: a gruta da Pedra Furada 1 (Vila Franca de Xira). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 159-182.
- SIMÕES, A. F. (1878) – *Introdução à Archeologia da Peninsula Ibérica*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- SIMÕES, T. (1996) – *O sítio neolítico de São Pedro de Canaferim, Sintra*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia12).
- SIRET, L. (1891-2001) – *L'Espagne préhistorique*. Album, 1, n.º 51 ter. Almería : Junta de Andalucía.
- SOARES, J. (2010) – Dólmen da Pedra Branca. Datas radiométricas. *Musa*. Setúbal. 3, p. 70-82.
- SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (2013) – Economia agro-marítima na Pré-História do estuário do Sado. Novos dados sobre o Neolítico da Comporta. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 14, p. 145-170.
- SOARES, A. M. M. & CARDOSO, J. L. (1995) – Cronologia absoluta para as ocupações do Neolítico Final e do Calcolítico Inicial do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 263-276.
- SPINDLER, K. & FERREIRA, O. V. (1974) – Das vorgeschichtliche fundmaterial aus der gruta do Carvalhal / Portugal. *Madrid der Mitteilungen*. Heidelberg. 15, p. 28-76.
- VALENTE, A. (2006) – *Cerâmicas com bordos denteados no povoado de Vale de Lobos (Sintra)*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- VALERA, A. C. (1998) – A neolitização da bacia interior do Mondego. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 6, p.131-148.
- VEIGA, S. P. M. E (1887) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. 2. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VILAÇA, R. & RIBEIRO, J. P. (2008) – *Das primeiras ocupações humanas à chegada dos Romanos à chegada dos Romanos*. Tomar: CEIPHAR.
- ZILHÃO, J. (1993) – *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. Lisboa: IPPAR (Trabalhos de Arqueologia, 6).

O POVOADO DO CARRASCAL (OEIRAS). ESTUDO DAS OCUPAÇÕES DO NEOLÍTICO FINAL E DO CALCOLÍTICO*

THE CARRASCAL SETTLEMENT. STUDY OF THE LATE NEOLITHIC AND CHALCOLITHIC OCCUPATIONS

João Luís Cardoso¹, Ana Catarina Sousa² & Maria da Conceição André³

Abstract

In this article we present the Late Neolithic occupation of Carrascal's settlement and discuss its functional feature. We conclude that it is a settlement with mixed characteristics, corresponding to a specialized lithic workshop, located nearby the raw material resources, simultaneously with important evidence of semi-permanent, or even permanent, human occupation evidenced by the ceramics and polished stone industry.

Keywords: Carrascal, settlement, Oeiras, Late Neolithic, Chalcolithic,

1 – INTRODUÇÃO

O povoado pré-histórico do Carrascal localiza-se a meia altura da encosta direita do vale da ribeira de Barcarena, em plataforma de pendor suave (Fig. 1), de onde se disfruta ampla vista para jusante, abarcando o vale da ribeira de Barcarena, ainda que dali não se vislumbra o estuário do Tejo, situado a pouco menos de 4 km de distância. As coordenadas de um ponto médio da estação são as seguintes, lidas na Carta Militar de Portugal à escala de 1/25.000, Folha 430 – Oeiras (Lisboa, Serviços Cartográficos do Exército, 1970 (Fig. 2): 38° 43' 29'' Latitude Norte; 9° 16' 39'' Longitude Oeste.

A estação dista cerca de 250 m, em linha recta, da ribeira de Barcarena, sendo fácil o acesso a esta, e cerca de 500 m do povoado pré-histórico de Leceia, o qual se avista a partir da área mais oriental da estação.

A identificação do local como de interesse arqueológico deve-se a A. M. Monge Soares, que a comunicou ao primeiro signatário, confiando-lhe também o espólio arqueológico entretanto por si recolhido à superfície,

* Trabalho coordenado pelo primeiro signatário, que redigiu os capítulos 1 e 2 e os subcapítulos 3.2 a 3.7. A segunda signatária ocupou-se do estudo dos materiais de pedra lascada (3.1) e partilhou com o primeiro signatário a redacção dos capítulos 4 e 5. A última signatária participou activamente nas escavações de 2001, de 2002 e em parte da de 2003, justificando-se assim a sua inclusão como co-autora.

¹Professor Catedrático da Universidade Aberta. Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). cardoso18@netvisao.pt

²Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigadora da UNIARQ.

³Técnica superior. Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

o qual deu de imediato entrada no Centro de Estudos Arqueológico do Concelho de Oeiras. Tais materiais, a par dos reunidos ulteriormente, foram já publicados (CARDOSO, 1997-1998).

A estação, cujos contornos no terreno eram difíceis de definir, dada a existência de numerosos despejos ali efectuados em época recente, incluindo entulhos da construção civil e diversos tipos de lixos, a que acresciam movimentações de terras e revolvimentos em consequência da construção da conduta adutora enterrada do saneamento da Costa do Estoril, que passa nas proximidades, corria o perigo imediato de desaparecer completamente.

Deste modo, considerou-se pertinente a realização de uma primeira campanha de escavações, em 2001, à qual se sucederam mais quatro, respectivamente realizadas em 2002, 2003, 2004 e 2005. Tais trabalhos foram realizados no âmbito do Projecto “Arqueologia do Concelho de Oeiras – ARQOEIRAS”, superiormente aprovado pelo Instituto Português de Arqueologia e dirigido pelo signatário, que também se responsabilizou pela realização de todos os trabalhos de campo, tendo depois coordenado os

trabalhos de gabinete que estão na origem deste contributo. Para tal, contou-se, para algumas campanhas com apoios logísticos e financeiros da Câmara Municipal de Oeiras, incluindo o apoio do Sector de Topografia do Município, bem como do Instituto Português de Arqueologia. Os desenhos de materiais arqueológicos são da autoria de Filipe Martins e Bernardo Ferreira (Centro de Estudos Arqueológico do Concelho de Oeiras / CMO), sendo a execução dos desenhos de campo, sob coordenação do primeiro autor, bem como a respectiva tintagem, daquele último elemento.

Excluiu-se o estudo da ocupação do Neolítico Antigo, a qual foi já objecto de diversas publicações (CARDOSO, SILVA & SOARES, 2008; CARDOSO, 2011; CARDOSO, 2015). Exceptuando publicação temática, alusiva às evidências de utilização ritual de grandes bovinos, no Neolítico Final e Calcolítico (CARDOSO, 2009), ilustrada pelas evidências recolhidas nas escavações de dois fossos, na área oriental da estação, explorada em 2004, todos os restantes resultados se encontravam inéditos até ao presente.



Fig. 1 – Carrascal. Localização do povoado pré-histórico na encosta direita do vale da ribeira de Barcarena, no decurso do IV milénio a.C., antecedendo o completo assoreamento daquele curso de água. Maquete concebida por João Luís Cardoso e executada por Aresta, Lda. (Torres Vedras).

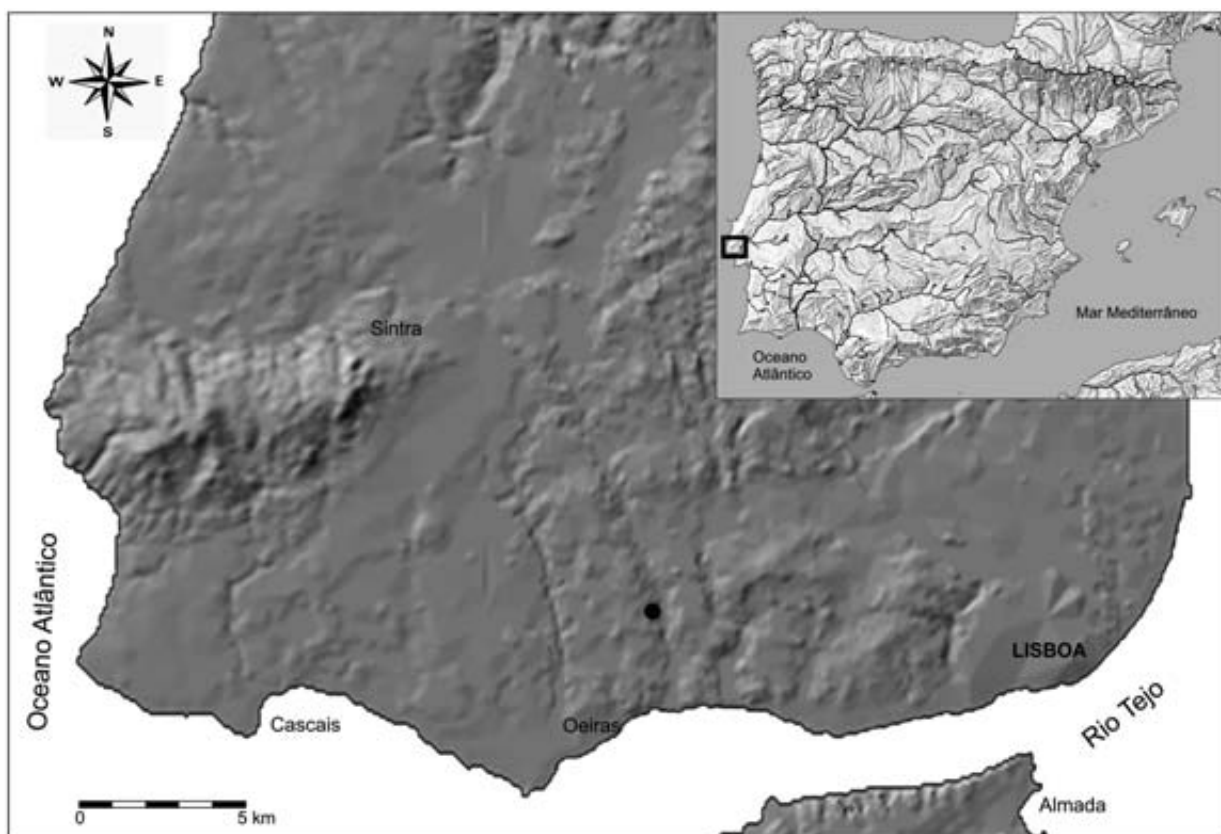


Fig. 2 – Carrascal. Localização do povoado pré-histórico na região ribeirinha do Baixo Tejo e na Península Ibérica.

2 – TRABALHOS REALIZADOS, RESULTADOS OBTIDOS

2.1 – 1.^a fase dos trabalhos – campanhas de 2001 e 2002

A distribuição de artefactos à superfície, embora pouco densa, abarcava área vasta, com mais de 100 m de comprimento por quase outros tantos de largura, a altitudes que variavam entre 74 e 78 m.

Tendo presente o interesse dos espólios recolhidos, cuja tipologia indicava integração cultural no Neolítico Final, a que se juntam escassos fragmentos do Calcolítico, designadamente fragmentos de recipientes campaniformes decorados, foi contemplada uma primeira intervenção arqueológica.

2001

A 1.^a fase realizou-se entre 20 de Julho e 3 de Agosto de 2001. Nela participaram diversos alunos da Universidade Autónoma de Lisboa e do Instituto Superior Técnico, cujos nomes aqui ficam registados: Ana Paula de Almeida Lopes; Sofia Isabel Monteiro de Albuquerque; Filipe dos Santos Martins; Vanessa Ferreira Loureiro; e André Correia dos Santos Ramos da Silva.

Foi seleccionado, na área da vasta e suave encosta onde os achados arqueológicos mais se densificavam, um sector onde a superfície do terreno se tivesse conservado sem perturbações recentes visíveis.

Esta situação, aliada à ausência de lavouras, concorria para a possibilidade de fracos remeximentos nas camadas arqueológicas, caso estas ainda subsistissem, tendo os resultados confirmado as expectativas iniciais (Fig. 3).

A escavação foi iniciada pela marcação no terreno de uma área de 2 m × 2 m, a qual foi aprofundada, por níveis artificiais de 10 cm, até se ter atingido um espesso e contínuo manto pedregoso, constituído por blocos de calcário heterométricos, sendo excepcionais dos de dimensões superiores a 0,30 m. Esta camada não

correspondia ao substrato geológico, mas deveria aflorar aquando da primeira ocupação arqueológica, visto sobre ela assentarem directamente algumas estruturas arqueológicas adiante referidas, bem como grandes fragmentos cerâmicos, nalguns casos fracturados in loco. Ao contrário dos seus homólogos recolhidos à superfície, não evidenciavam marcas de rolamento, o que significa que foram abandonados no próprio local. A escavação foi depois alargada, tendo presente a identificação de estrutura de combustão, que importava escavar completamente.

Assim, os resultados obtidos nesta primeira campanha de escavações vieram demonstrar o interesse arqueológico do local o qual, não obstante as graves perturbações sofridas em diversos locais da área primitivamente ocupada pela estação, conservava ainda espaços pouco prejudicados, cuja exploração arqueológica se justificava plenamente.

Com efeito, foi possível identificar uma sucessão estratigráfica muito simples, correspondente apenas a uma camada arqueológica, assente em leito pedregoso natural que ao tempo constituía a superfície topográfica aflorante.

A tipologia dos espólios arqueológicos associados à camada não remexida indicava o Neolítico Final, com a presença de fragmento de vasos com decoração denteada no bordo; a pequena fragmentação e a falta de rolamento que apresentam, indicam a sua relação directa com a estrutura de combustão que se identificou, muito bem conservada apesar da escassa profundidade (apenas a cerca de 0,20 m), constituída por blocos de calcário e de basalto definindo recinto subcircular (Fig. 4), contrastando com



Fig. 3 – Carrascal, 2001. Vista da área escavada na paisagem envolvente. Foto de J. L. Cardoso.



Fig. 4 – Carrascal, 2001. Estrutura de combustão. Foto de J. L. Cardoso.

a presença, na camada superior, remexida, de fragmentos de cerâmicas campaniformes incisadas, cujas pequenas dimensões e rolamento indiciam a sua proveniência na área envolvente, depois de um transporte mais ou menos intenso.

Deste modo, ficou cabalmente demonstrada a existência de um povoado aberto no Neolítico Final, implantado em encosta de pendor suave, de extensão desconhecida, justificando-se assim o prosseguimento dos trabalhos no sentido de recolher mais elementos de informação nesse sentido e também sobre as características da cultura material dos respectivos ocupantes. Com efeito, afigurava-se do maior interesse, no quadro da Arqueologia regional, a confirmação da existência de um povoado na Baixa Estremadura, com uma única ocupação, bem estratigrafada, pertencente ao referido período cronológico-cultural.

2002

Os trabalhos realizaram entre 15 de Julho e 26 de Julho, num total de onze dias úteis. A equipa contou com a presença de alguns dos elementos que já haviam participado na campanha do ano anterior, pertencentes na sua maioria à Universidade Autónoma de Lisboa: Marta Fonseca Araújo; Sofia Isabel Monteiro de Albuquerque; Vanessa Ferreira Loureiro; Carla Sofia Rigueiro Martinho; e Inês Maria de Amorim Pacheco.

Tendo em consideração a localização dos trabalhos realizados em 2001, foi seleccionada uma área próxima (Fig. 5), que aparentava, igualmente, ausência de perturbações recentes. A escavação atingiu a área de 16 m², tendo-se identificado, sob uma camada acastanhada de terras com grandes blocos de calcário, uma camada mais dura, compacta e de coloração mais clara devido a maior percentagem de argila, com abundantes peças arqueológicas. No conjunto, a sequência era semelhante à anteriormente observada, com a existência de uma única camada arqueológica, com a potência máxima de 0,20 m, contrastando cromaticamente com a camada de revolvimento, correspondente ao solo arável, de coloração escura, e com a camada subjacente, de coloração avermelhada, correspondente à alteração dos calcários duros recifais cretácicos (“terra rossa”). Mais uma vez, os fragmentos campaniformes, rolados e de pequenas dimensões, acantonavam-se na camada superficial, enquanto que, na camada arqueológica não remexida, ocorriam, como em 2001, fragmentos de maiores dimensões, não rolados e tipologicamente integráveis no Neolítico Final, com a ocorrência de bordos denteados como elementos mais significativos. Merece destaque a recolha de um fragmento de cabeça postíca de alfinete, peça de adorno característica do Neolítico Final, embora tenha sobrevivido pontualmente no Calcolítico (CARDOSO & SOARES, 1995), que é importante por reforçar a atribuição cultural da única ocupação arqueológica identificada. Mas o exemplar mais notável recolhido nesse ano foi uma miniatura de enxó de fibrolite, de rocha esbranquiçada com veios leitosos acastanhados (Fig. 6), munida de um furo para suspensão bicónico, transformando-a assim em amuleto.



Fig. 5 – Carrascal, 2002. Vista da área escavada na paisagem envolvente.
Foto de J. L. Cardoso.

A camada arqueológica posta a descoberto em 2002, conjuntamente com a investigada no ano anterior, configurava vasta ocupação humana, pontuada de estruturas habitacionais: assim, em 2002 identificou-se nova estrutura de combustão (Fig. 7). Trata-se, como aquela, de pequeno recinto definido por blocos de calcário e de basalto, alguns daqueles de formato tabular colocados de cutelo. Possui contorno elipsoidal, possuindo o eixo maior o comprimento de cerca de 1,0 m e o eixo menor o comprimento de 0,80 m, assemelhando-se pois à anteriormente identificada, a qual também incorporava indistintamente elementos de calcário e de basalto.

Persiste, no entanto, a dúvida de estas duas estruturas integrarem o interior ou o exterior dos espaços habitados, já que não foi possível identificar nenhum vestígio de cabanas, podendo simplesmente corresponderem a estruturas de combustão a céu aberto.

Deste modo, a segunda campanha de escavações veio demonstrar o interesse científico deste sítio arqueológico aberto e de encosta, por certo ocupado em curto intervalo de tempo,

evidenciando-se a boa preservação da única camada de ocupação nele identificada, associada a estruturas habitacionais e a materiais típicos do Neolítico Final, entre os quais, alguns de excepcional interesse (Fig. 8).

Esta realidade contrastava com a efectiva ameaça que sobe o local impendia, agravada pela sua fragilidade, consubstanciada, como se referiu, pelo depósito de entulhos e de recentes movimentações de terras que nada indicava viessem a ser definitivamente suspensas.

O elevado interesse científico da estação decorria, pois, da possibilidade se poder explorar em extensão o que se afigurava ser um vasto povoado aberto do Neolítico Final, com estratigrafia conservada, apesar da reduzida potência estratigráfica da mesma, integrando estruturas de combustão, configurando uma única ocupação arqueológica, a que se viria a suceder, muito mais tarde, a já referida presença campaniforme, muito difusa e à qual não se podem associar quaisquer estruturas.



Fig. 6 - Carrascal, 2002. Vista geral da área escavada, com a localização na mesma da estrutura de combustão identificada. Foto de J. L. Cardoso.



Fig. 7 - Carrascal, 2002. Estrutura de combustão. Foto de J. L. Cardoso.

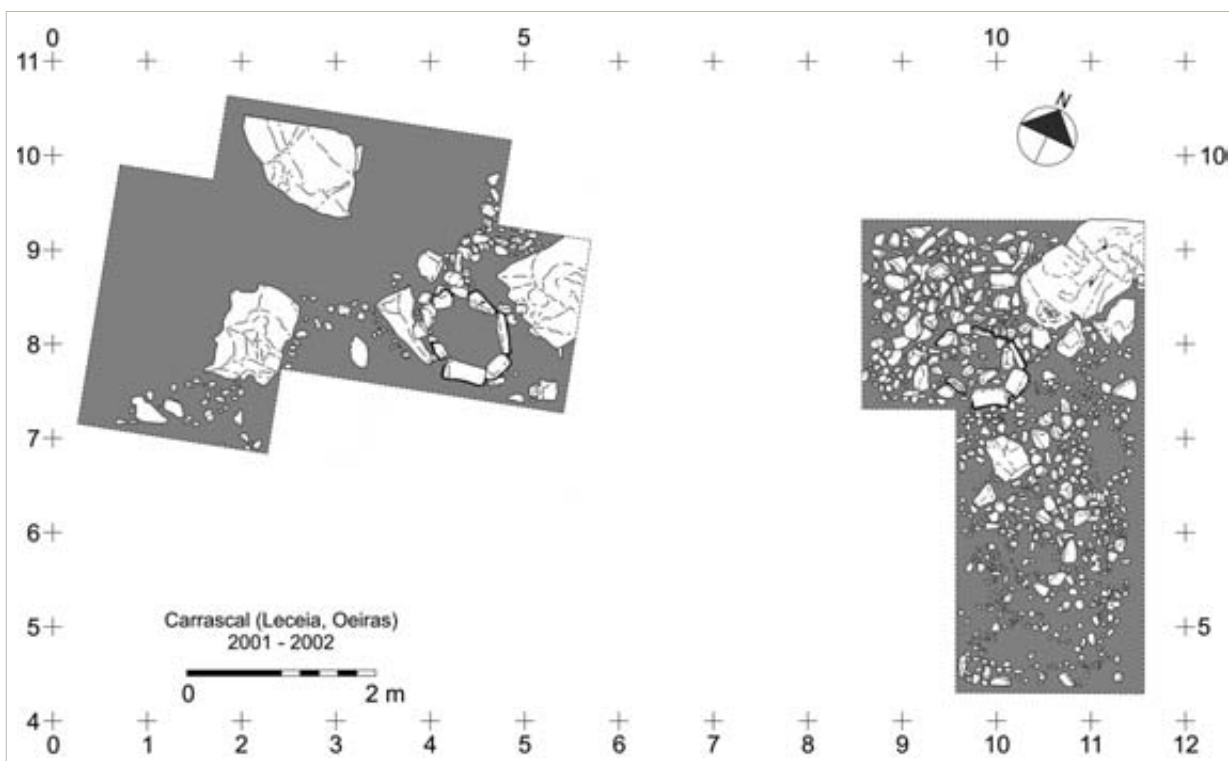


Fig. 8 – Carrascal, 2001 e 2002. Planta das áreas escavadas, evidenciando-se as duas estruturas de combustão exploradas.

2.2 – 2.^a fase dos trabalhos – 2003, 2004 e 2005

2003

Em 2003, quando se preparava a realização da terceira campanha de escavações, em espaço adjacente aos já investigados, o proprietário, que anteriormente tinha autorizado os trabalhos, informou que não seria possível a sua continuidade.

Obrigados a procurar alternativa, foi seleccionada pequena zona imediatamente adjacente à área até então explorada, situada do lado norte de um caminho murado, delimitador da referida propriedade, a qual se encontrava abandonada de há muito, apresentando-se coberta por uma densa mata de sobreiros subspontâneos, que se deve ter desenvolvido, pelo menos, nos últimos 100 anos, constituindo também um valor natural a proteger. A antiguidade desta mata estará na origem do topónimo de Carrascal, já registado em 1878 por Carlos Ribeiro, na monografia que dedicou ao povoado pré-histórico de Leceia (RIBEIRO, 1878, Est. II, Fig. 1). Aproveitando-se clareira formada pela vegetação (Fig. 9), os trabalhos puderam prosseguir em 2004 e em 2005, tendo-se confirmado o prolongamento do povoado pré-histórico até às escombrelas da pedreira abandonada existente no topo da escarpa natural, que coroa a encosta. Com efeito, logo por detrás desta pequena plataforma separada da anteriormente explorada pelo referido caminho murado de terra batida, eleva-se cornija calcária de mais de 20 m de altura, cuja parte superior foi explorada por diversas pedreiras subterrâneas, com início na Idade Moderna, as quais conheceram notável incremento logo após o terramoto de 1755.

Trata-se de local onde nada evidenciava, à partida, a existência de quaisquer testemunhos arqueológicos, devido à densa cobertura arbórea que tapava completamente o chão mas que, como se irá ver, se revelou com elevado interesse arqueológico.

As escavações decorreram de 15 de Julho a 15 de Agosto, num total de 28 dias úteis. Os trabalhos de campo tiveram até finais de Julho a participação de uma das co-autoras (M.C.A.). Foram diversos os estudantes que participaram nas escavações, das Universidades Autónoma de Lisboa, Nova de Lisboa, Aberta e Instituto Superior Técnico, bem como dois cantoneiros de limpeza da Câmara Municipal de Oeiras, a seguir identificados: Marta Fonseca Araújo, Sofia Isabel Monteiro de Albuquerque, Carla Sofia Rigueiro Martinho, Cláudia Cristina Almendra Martins, André Correia Ramos da Silva, Filipe Santos Martins, Frederico Tatá Regala, Esmeralda Gomes, Manuel dos Reis Maria e Carlos Albino Correia Duarte. À semelhança dos anos anteriores, a área escavada foi objecto de levantamento topográfico a cargo do Sector de Topografia da Câmara Municipal de Oeiras.

A selecção e delimitação das áreas a escavar foi determinada pela existência de numerosos sobreiros. Escavou-se um sector com cerca de 5 m × 5 m, do lado poente, designado por A, o primeiro a ser aberto, e, do lado nascente deste, um segundo sector, designado por B, com 6 m × 4 m (Fig. 10). A metodologia de escavação adoptada continuou a ser a seguida em anos anteriores, com o aprofundamento por níveis artificiais de 0,15 m de potência, o que permitiu progressivamente, identificar a sucessão estratigráfica real, a qual foi tomada depois como referência para os achados efectuados.

A referida sequência estratigráfica é significativamente distinta da identificada em 2001 e em 2002, dada a existência de uma ocupação mais anterior, remontando ao Neolítico Antigo, a qual foi já objecto de diversas publicações, já atrás referidas, pelo que não será abordada neste estudo.



Fig. 9 – Carrascal, 2003. Vista geral dos trabalhos de campo, em curso de realização, quando já se encontrava explorado o Sector A e se iniciava a exploração do Sector B. Foto de J. L. Cardoso.



Fig. 10 – Carrascal, 2003. Vista geral dos trabalhos de campo, em fase de conclusão, encontrando-se totalmente explorado o Sector A e em fase de conclusão o Sector B. Foto de J. L. Cardoso.

Assim, de cima para baixo a descrição que lhe corresponde é a seguinte, observada no Corte AB (Fig. 11), cuja localização se indica na planta da respectiva área escavada entre 2003 e 2005 (Fig. 12):

Camada 1 – camada pedológica superficial de coloração acastanhada, com a potência máxima de 0,40 m, contendo materiais de diversas épocas;

Camada 2 – depósito esbranquiçado, pulverulento e constituído por fina gravilha calcária, com abundantes estilhaços de rocha, de coloração esbranquiçada, a qual chega a atingir 0,40 m de potência e desaparece em cunha do lado meridional do corte. Trata-se de detritos de laboração da pedra situada no topo da escarpa, explicando-se o aspecto estilhaçado dos elementos calcários de menores dimensões pelo desbaste dos blocos, os quais, depois de extraídos, eram objecto de rude afeiçoamento e regularização no próprio local de extracção;

Camada 3 – horizonte pedológico contínuo, de coloração acastanhada, com abundantes blocos heterométricos de calcário, de pequenas a médias dimensões, embalados em matriz terrosa acastanhada, contrastando pela coloração, com a Camada 1. A espessura observada deste depósito em 2005 não ultrapassa os 0,20 m, sendo apenas distinguível da Camada 3,

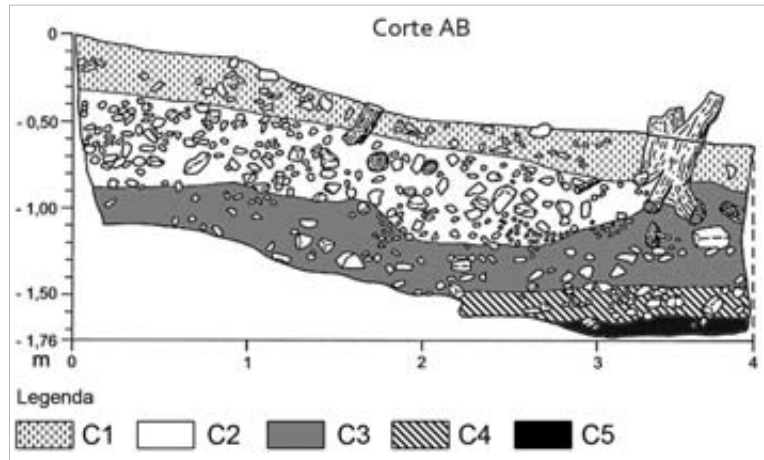


Fig. 11 – Carrascal, 2003. Sucessão estratigráfica observada ao longo do Corte AB, realizado em 2003 (ver Fig. 12), cuja respectiva descrição se encontra no texto.

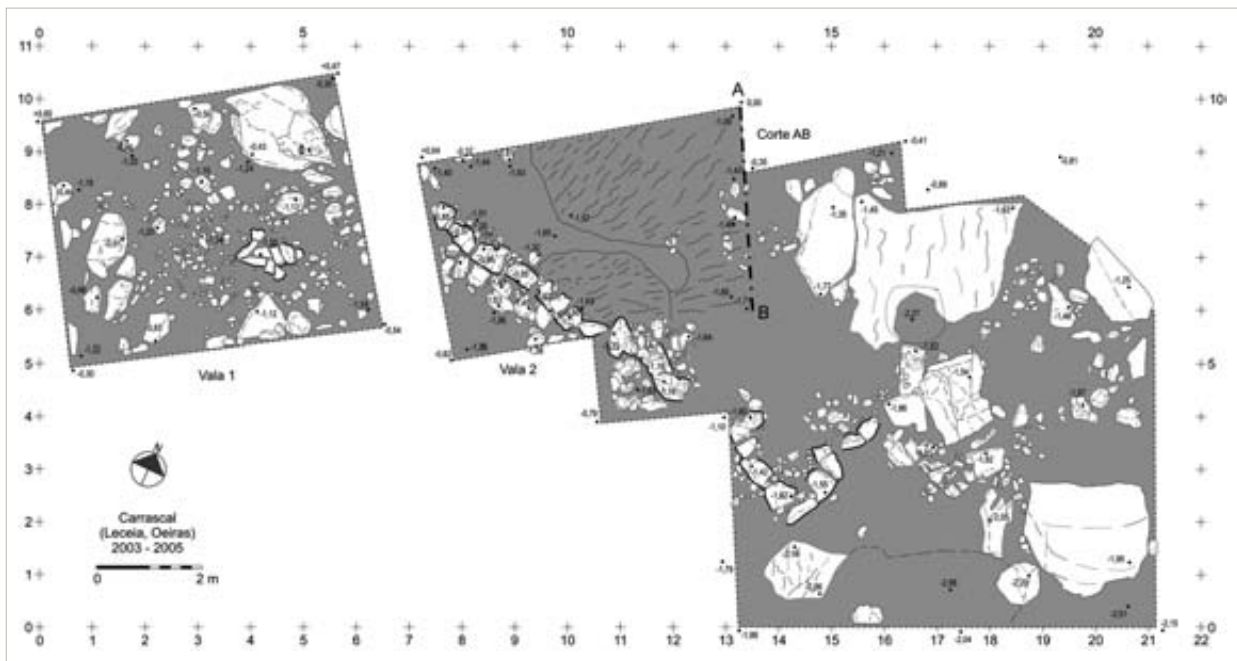


Fig. 12 – Carrascal, 2003-2005. Planta da área escavada (sector ocidental), com indicação das estruturas arqueológicas identificadas atribuíveis ao Neolítico Final e a localização do Corte AB.

a seguir descrita, por possuir coloração mais escura e ser ligeiramente menos compacta, ou seja, textura mais acentuadamente terrosa.

Do ponto de vista arqueológico, contém escassos materiais descontextualizados, oriundos por gravidade do topo da escarpa, de cronologia diversa: em 2005 recolheram-se, tal como em 2004, alguns fragmentos de cerâmicas incisas campaniformes. A presença destes elementos indica que no decurso do Calcolítico, a plataforma que superiormente se desenvolve, limitada pela escarpa calcária, teria sido ocupada, tal como já há muito Carlos Ribeiro tinha admitido (RIBEIRO, 1878), facto agora plenamente confirmado;

Camada 4 – camada arqueológica, rica em materiais do Neolítico Final, de coloração acastanhada, nem sempre fácil de distinguir da anterior, embora se afigure mais clara, dura e compacta do que aquela, por possuir maior quantidade de argila matricial; nela se evidenciam, igualmente, abundantes fragmentos de calcário de pequenas a médias dimensões (potência máxima de 0,50 m). Esta camada é rica em espólio do Neolítico Final, e a ela se encontram associadas diversas estruturas de carácter habitacional, destacando muro rectilíneo, adiante descrito, talvez destinado a suporte de terras;

Camada 5 – camada arqueológica, assente parcialmente nos calcários recifais apinhados do Cretácico, cuja potência máxima não ultrapassava de 0,40 m, diminuindo gradualmente do canto sudoeste da área escavada em 2004 para a periferia, até desaparecer. Esta situação permite afirmar seguramente que, com a realização da campanha de 2005, a exploração desta camada se pode dar como concluída.

É particularmente importante o conjunto arqueológico do Neolítico Antigo, adiante apresentado.

Camada 6 – corresponde ao substrato geológico, sendo constituída por camada estéril avermelhada, muito argilosa e compacta, correspondente à alteração do substrato geológico – “terra rossa” (0,10 m de espessura máxima), directamente assente sobre os calcários recifais apinhados do Cretácico. Estes, encontram-se em estágio incipiente de lapialização, ainda que se apresentem com topografia muito irregular, correspondentes a bancadas maciças, entrecortadas por passagens mais brandas, preenchidas de argila e de inúmeros blocos calcários, de pequenas dimensões.

O quadro estratigráfico descrito relaciona-se com estruturas e materiais arqueológicos, que serão caracterizados de seguida.

Esta seqüência, definida em 2003, conservou-se inalterada, nas suas linhas gerais, até ao final das escavações, em 2005.

As estruturas identificadas resumem-se a um pequeno lajeado, feito de placas de calcário, identificado na camada basal identificada na Vala 1, de função indeterminada, e a um troço de muro rectilíneo, na Vala 2, ambos representados na respectiva planta (Fig. 12). O referido muro encontra-se definido por alinhamento de blocos calcários de grandes dimensões, irregulares e não aparelhados, assentes na camada pertencente ao Neolítico



Fig. 13 – Carrascal, 2003. Vista parcial de muro de planta rectilínea assente na camada do Neolítico Antigo, directamente sobreposta ao substrato geológico, representado por bancadas de calcário apinhado cretácicas. Foto de J. L. Cardoso.

Antigo (Fig. 13). Possui um desenvolvimento aproximadamente paralelo ao declive local da encosta, e encontra-se reforçado por blocos do lado externo (Fig. 14), podendo assim constituir um simples muro de suporte. É interessante notar que, na camada basal de Leceia, correspondente também ao Neolítico Final, identificou-se o que poderá ser um caminho delimitado por muros de contenção de terras de ambos os lados, recorrendo à mesma técnica construtiva. Com efeito, o prosseguimento da escavação desta estrutura em 2004 e em 2005 veio a revelar que a mesma era rematada, de um dos seus lados por um curto troço ortogonal ao primeiro (Fig. 15), podendo assim, no seu conjunto, o referido muro delimitar uma zona de circulação, no interior da área povoada, de declive algo acentuado, servindo deste modo, também, a estrutura de suporte de terras.

2004

Face aos resultados obtidos em 2003, a campanha de 2004 destinou-se a alargar a área escavada em 2003, especialmente o Sector B, onde a concentração de espólios se revelou maior. Considerando a densidade da mata de sobreiros, que impediam o progresso dos trabalhos, foi aberta uma nova área de trabalho, situada a cerca de 50 m para Nordeste da anterior, cujos resultados revelaram uma situação muito distinta, como se verá (ver planta geral de localização das sucessivas áreas escavadas, *cf.* Fig. 16).

A assinalável área de trabalho que se investigou requereu uma campanha de maior duração que as anteriores, tendo decorrido entre 1 de Julho e 13 de Agosto, num total de 32 dias úteis. Como nos anos anteriores, contou-se com a colaboração de estudantes da Universidade Autónoma de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Universidade Aberta e de outros elementos que usualmente trabalham com o signatário, e de um cantoneiro de limpeza da Câmara Municipal de Oeiras, para além de uma das co-autoras (M.C.A.), que participou na primeira parte da campanha, tal qual o verificado com alguns dos colaboradores. Aqui ficam registados os seus nomes: Marta Fonseca Araújo; Sofia Isabel Monteiro Albuquerque; Filipe Santos Martins; Frederico Tatá Regala; Esmeralda Pires Gomes; João Miguel Pereira Brandão; Bruno Miguel Oliveira e Silva;



Fig. 14 – Carrascal, 2003. Vista parcial de muro de planta rectilínea, possuindo do que seria o seu lado externo um pequeno empedrado. Foto de J. L. Cardoso.



Fig. 15 – Carrascal, 2005. Vista parcial de muro de planta rectilínea, rematado numa das suas extremidades por curto troço ortogonal. Foto de J. L. Cardoso.

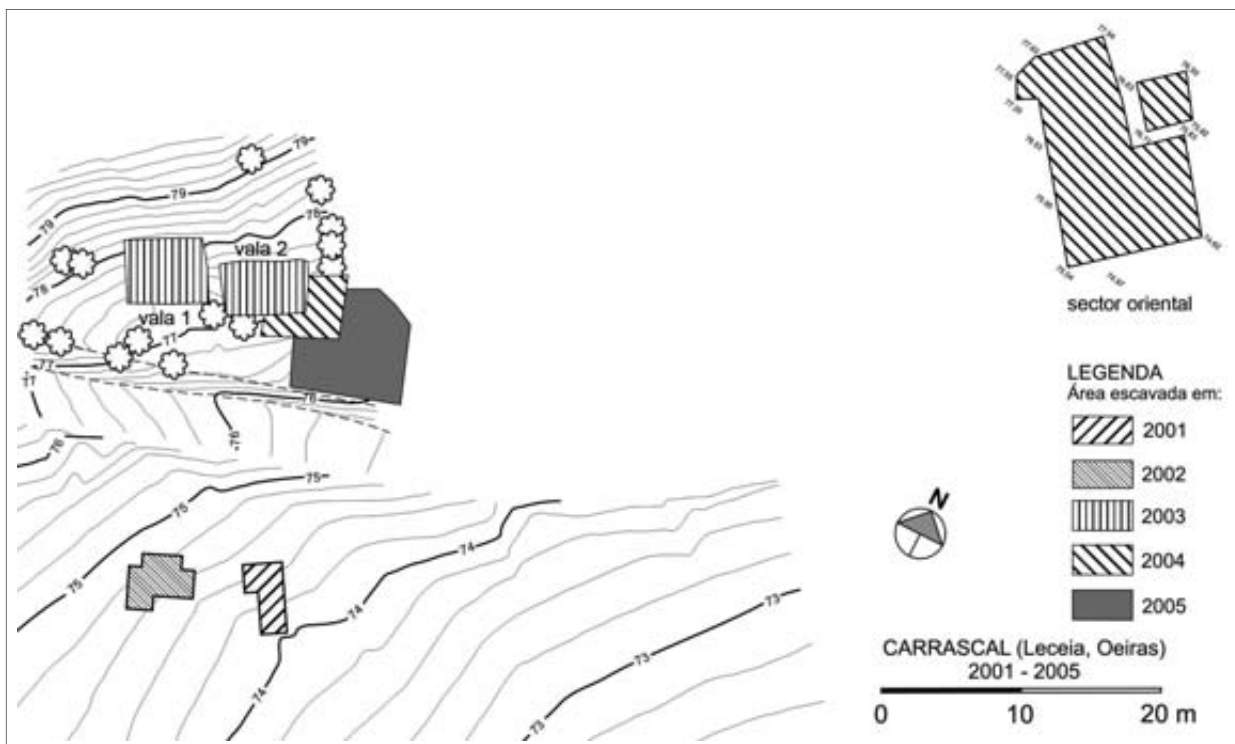


Fig. 16 – Carrascal, 2003-2005 – Localização dos diversos sectores escavados da estação arqueológica.

Liliana Filipe Branco Pais; Ana Isabel Correia Fernandes; Sofia Rodrigues Bastos da Graça Pedro; Raúl Manuel Menino Avelar; João Manuel Ribeirinho Damásio; e Florival Guerreiro Rita.

Como em anos anteriores contou-se com o apoio do Sector de Topografia da Câmara Municipal de Oeiras. A metodologia da escavação seguiu a dos anos anteriores, permitindo, assim, seguir os mesmos critérios de registo dos espólios recolhidos. Foram dois, como se referiu, os sectores investigados.

O sector ocidental corresponde ao alargamento dos escavado em 2003 e em 2004 é o de menores dimensões (Fig. 16), e visou, essencialmente, concluir a exploração da camada arqueológica basal, do Neolítico Antigo, de elevado interesse científico (Fig. 17). A principal informação que se obteve foi a confirmação do prosseguimento do muro servindo como estrutura de suporte de terras, anteriormente descrita.

O novo sector da escavação aberto em 2004, situado a oriente do primeiro (Fig. 16), corresponde a vasto espaço de topografia regular, com suave pendor para Sul (Fig. 18). O substrato, de calcários margosos é alternado por



Fig. 17 – Carrascal, 2004. Vista dos trabalhos arqueológicos em curso no sector ocidental da área escavada. Foto de J. L. Cardoso.

afloramentos de calcários duros, nos quais se poderiam apoiar as cabanas ali eventualmente existentes. Contudo, apesar da extensa área investigada, correspondendo a um rectângulo com 20 m × 12 m, a que acresce mais um quadrado de 4 m × 4 m distanciado do anterior cerca de 1 m, este sector revelou, a escassa profundidade, o substrato geológico, constituído por superfície irregular, em parte resultante das heterogeneidades das próprias rochas calcárias. Os espólios recolhidos nas fendas existentes naquelas, em escasso número, apresentavam-se descontextualizados, sendo provenientes da parte superior da encosta, apesar do seu pequeno declive. Contribuindo para esta escassez, a parte central da área escavada encontrava-se ocupada por antiga pedreira artesanal, que, depois de ter explorado os calcários recifais duros, foi abandonada, quando atingiu as margas subjacentes, do Cenomaniano Médio. No entanto, na parte mais alta da escavação, subsistiram duas interessantes estruturas negativas, escavadas nas margas atrás referidas, distanciadas entre si cerca de 4,6 m (Fig. 19), as quais merecem descrição mais detalhada.

Assim, o Silo 1, corresponde a covacho largo e pouco profundo, possuindo parte da periferia limitado por grandes blocos calcários, e o fundo aplanado, sendo o diâmetro máximo de 2,0 m e a profundidade de 1,2 m. As paredes foram afeioadas aparentemente por picagem, talvez com um bico de sílex ou de quartzito. O seu interior encontrava-se completamente preenchido por despejos alimentares, conjuntamente com alguns grandes recipientes de fragmentos lisos. Tudo indica tratar-se do reaproveitamento de um silo, pelo que assim foi designado. Avulta a amálgama de conchas de mexilhão (*Mytilus* sp.), alguns de enormes dimensões, correspondentes a despejos de refeições ainda susceptíveis de serem individualizados. Em menor escala, ocorrem conchas de amêijoia (*Venerupis decussatus*) e de ostra (*Ostrea edulis*). Entre os restos de fauna mamalógica, muito escassa, avultava uma hemimandíbula de boi doméstico (*Bos taurus*), depositada no fundo da estrutura de forma ritual. A integração desta estrutura no Neolítico Final afigurou-se desde logo problemática, pois não existia nenhum indicador arqueológico nesse sentido. Deste modo, foram submetidos fragmentos da referida hemimandíbula, acompanhados de conchas de mexilhão, para serem datados. Os resultados obtidos, já publicados (CARDOSO, 2009), vieram a comprovar que se tratava de uma acumulação constituída no Neolítico Final: Sac - 1985 - 4340 ± 110 BP, resultado que conduziu ao seguinte intervalo, para 2 sigma: 3089-2894 cal BC, de acordo com as curvas de calibração IntCal13 de Reimer *et al.* (2013), e o programa CALIB 7.0 (STUIVER & REIMER, 1993).

Os escassos restos arqueológicos recolhidos correspondem a fragmento de lâmina de sílex acinzentado (Fig. 50, n.º 18), a um fragmento de grande vaso esférico (Fig. 80, n.º 2), e a uma fina agulha de osso, muito bem polida com ambas as extremidades em falta (Fig. 82, n.º 18).

O Silo 2, situado no limite oposto da área escavada (Fig. 19), foi imediatamente evidenciada aquando da decapagem do terreno, pelo contraste cromático das terras que o preenchiam, de coloração acastanhada, face à coloração esbranquiçada das margas onde a estrutura se encontra escavada (Fig. 20).



Fig. 18 – Carrascal, 2004. Vista dos trabalhos arqueológicos em curso no sector oriental da área escavada. Foto de J. L. Cardoso.

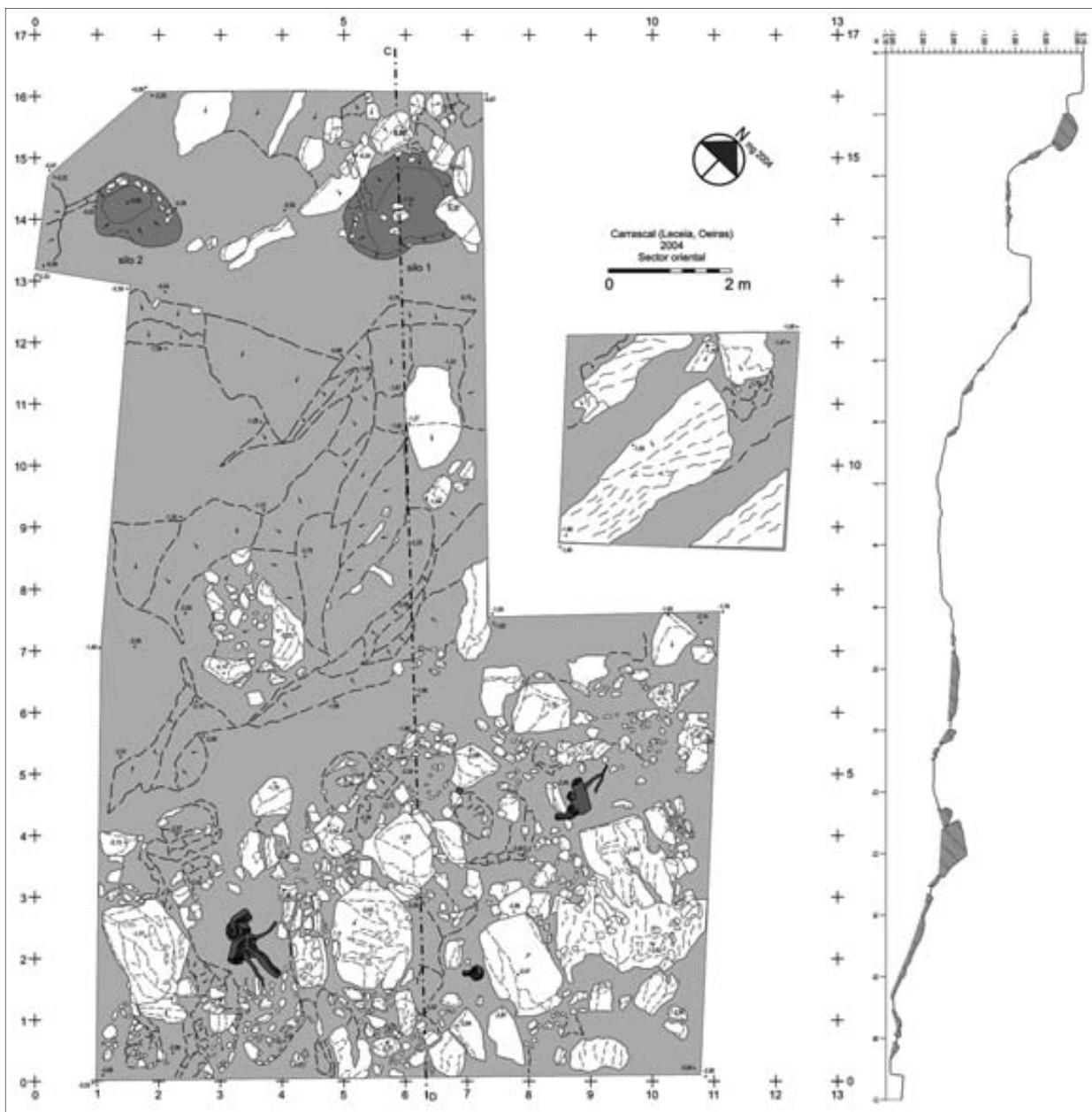


Fig. 19 – Carrascal, 2004. Planta do sector oriental escavado em 2004, observando-se a localização, na sua parte setentrional de duas estruturas negativas, atribuíveis a silos.

O contorno elipsoidal é mais regular que o do Silo 1, possuindo o comprimento máximo de 1,5 m e a profundidade de apenas 0,5 m. O fundo apresentava-se côncavo sendo as paredes laterais regularizadas de um dos lados por blocos cimentados com greda, bem evidenciados na Fig. 20. Ao contrário do Silo 1, o enchimento não proporcionou significativos restos faunísticos, exceptuando duas hemimandíbulas de boi doméstico (*Bos taurus*), uma delas depositada horizontalmente, em condições comparáveis às observadas na que se encontrou no Fosso 1. A particularidade de se ter encontrado uma porção da mesma hemimandíbula, correspondente à sua parte anterior, com orientação oposta à do fragmento de maiores dimensões, não pode ser

atribuída ao acaso, sendo, ao contrário, reveladora de nítida intencionalidade da forma como foi depositada no fundo da cavidade, conforme foi já observado em anterior estudo (CARDOSO, 2009). Os restos arqueológicos ali recuperados são escassos, correspondendo a um fragmento de lâmina retocada (Fig. 45, n.º 17), a três fragmentos de bordos de recipientes de distintas tipologias, dos quais dois pertencentes a esféricos (Fig. 79, n.º 14) e um a taça carenada (Fig. 79, n.º 13), a que se juntam dois bordos denteados (Fig. 74, n.ºs 12 e 13). Completa o conjunto um raro pendente curvilíneo alongado, sobre concha recortada (Fig. 83, n.º 4).



Fig. 20 – Carrascal, 2004. Vista do Silo 2, escavado nas margas do Cenomaniano Inferior. Foto de J. L. Cardoso.

Uma datação sobre restos de uma das hemimandíbulas, já publicada, deu cronologia um pouco mais moderna que a anterior, já claramente calcolítica: Sac – 1987 – 3920 ± 50 BP, a que corresponde o seguinte intervalo, a 2 sigma, fazendo uso dos programas e curvas de calibração acima referidos: 2567-2213 cal BC.

A presença do fragmento de taça carenada, bem como os dois bordos denteados sendo atribuíveis a cronologia anterior, podem explicar-se pelo enchimento da estrutura com materiais de diversas épocas, o que, porém, não impede que o referido enchimento se possa ter iniciado no Neolítico Final, podendo assim remontar a essa época a própria estrutura.

Pode concluir-se que o sector oriental da estação investigado em 2004 foi pouco ocupado, avultando a construção de duas fossas, posteriormente utilizadas como estruturas de acumulação de detritos domésticos. Saliente-se que o início da utilização primária destas duas estruturas, talvez silos de armazenamento de cereais, foi ritualizado com a deposição intencional de hemimandíbulas de bois domésticos no respectivo fundo, valorizando assim a conotação sagrada atribuída a tais animais, de há muito já conhecida em território português, através da estrutura ritual, talvez de carácter fundacional, encontrada em Vila Nova de São Pedro (PAÇO, 1943).

Não se justificando prosseguir a escavação do sector oriental da área escavada em 2004, face aos resultados obtidos, as atenções voltaram-se de novo para a área ocidental da estação, conforme se encontra indicado na Fig. 16.

2005

As escavações decorreram de 1 de Agosto a 18 de Agosto de 2005, num total de 14 dias úteis (Fig. 21). Nelas participaram diversos alunos de Arqueologia, a quase totalidade dos que já tinham participado em campanhas anteriores, da Universidade Autónoma de Lisboa, da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade Aberta, a par de outros elementos: Marta Fonseca Araújo; Sofia Isabel Monteiro de Albuquerque; Frederico Tatá Regala; Esmeralda Pires Gomes; Débora Graça da Silva; e Ricardo Nuno Vieira de Almeida.

Para além do muro rectilíneo já atrás referido, cuja escavação se concluiu neste ano (Fig. 12), nenhuma outra estrutura se reportou ao Neolítico Final. A confirmação que se tratava de construção desta época



Fig. 21 – Carrascal, 2005. Vista dos trabalhos arqueológicos em curso. Foto de J. L. Cardoso.

foi fornecida pelo facto de assentar na Camada 4, com espólios do Neolítico Antigo, como já em 2003 se havia observado.

No decurso das escavações realizadas em 2005 confirmaram-se as principais conclusões anteriormente obtidas do estudo da estação.

Além de se ter concluído a escavação integral do sector onde se conservava ainda o depósito basal (Camada 4), correspondente ao Neolítico Antigo, que proporcionou a recolha de importante espólio, em parte já estudado e publicado (CARDOSO, SOARES & SILVA, 2008; CARDOSO, 2011; CARDOSO, 2015), os resultados obtidos voltaram a evidenciar a importante presença de uma ocupação do Neolítico Final, com expressão estratigráfica bem definida, e confirmada, do ponto de vista cultural, pelo espólio recolhido, designadamente a tipologia do conjunto cerâmico. Contudo, a quantidade e diversidade deste conjunto decresceu significativamente em 2005, em comparação com os anos anteriores, o que permite concluir que a área de ocupação da estação correspondente ao Neolítico Final se encontrava, no final dos trabalhos, tal qual a respeitante à do Neolítico Antigo, esgotada, ou quase.

Tratando-se, porém, de uma vasta estação de carácter polinucleado, em que as unidades habitacionais se encontrariam dispersas pela encosta, provavelmente afastadas dezenas de metros umas das outras, nada impede que, em zonas onde a investigação arqueológica se encontra impedida pelo denso coberto vegetal sub-natural, com ocorrência de numerosos sobreiros, cujo corte se encontra interdito, possam ocorrer mais núcleos de interesse arqueológico, sobretudo no espaço entra a zona investigada e a escavada em 2004, afastada cerca de 50 m para Nordeste.

Seja como for, o conjunto de materiais e de estruturas arqueológicas associadas, postas a descoberto no decurso dos cinco anos de escavações efectuadas neste sítio arqueológico, bem como o facto de se encontrarem inseridas em contexto estratigráfico preciso, fazem do Carrascal uma das estações mais significativas para o

conhecimento das comunidades que ocuparam a Baixa Estremadura no último quartel do 4.º milénio e na viragem deste para o 3.º milénio cal BC. Tais conclusões serão devidamente consubstanciadas pelo estudo sistemático dos materiais encontrados, a seguir apresentado.

3 – ESPÓLIOS

Os espólios recolhidos em 2001 e em 2002, foram exclusivamente atribuídos ao Neolítico Final, pois foi possível associá-los a uma única camada arqueológica, não remexida, Daí que, nas figuras correspondentes, não possuam qualquer indicação estratigráfica, apesar de se terem recolhido, na camada superficial, alguns restos, muito rolados e de pequenas dimensões, de cerâmicas campaniformes.

No que respeita aos espólios recolhidos entre 2003 e 2005, assumiu-se que todos eles pertencem globalmente ao Neolítico Final, embora seja a Camada 4 a única em que são quase exclusivos. Nas Camadas 2 e 3, provavelmente por migração vertical de materiais mais modernos, já calcólíticos, oriundos da Camada 2, onde se incluem escassos fragmentos de produções do Calcólítico Inicial (produções com decoração canelada), como campaniformes. Por outro lado, é patente, na base da Camada 3, a presença de espólios do Neolítico Antigo, pelo facto de a superfície de contacto com a Camada 4 ser irregular e, por conseguinte, impossível de definir em escavação, a que acresce o facto de a mistura de espólios de camadas contíguas, até pela própria acção decorrente da escavação, ser natural. Tal situação explica o facto de, nos respectivos registos de espólios atribuídos ao Neolítico Final se terem assumido diversas situações possíveis, adiante identificadas.

Tendo presente a sequência estratigráfica e a distribuição, ao longo da mesma, dos espólios do Neolítico Final, importa considerar as seguintes referências apostas nos materiais recolhidos, dos quais se reproduzem neste trabalho os considerados mais relevantes:

– **referência NF**, correspondente à situação de se estar exclusivamente perante contextos do Neolítico Final, recolhidos essencialmente na **Camada 4**, indicação usada nas figuras publicadas;

– **referência Neolítico Final/Campaniforme**, e < **50 cm**, no caso de se tratar de materiais misturados, do Neolítico Final e de épocas mais modernas (Calcólítico Inicial e Campaniforme), oriundos da **Camada 2**, indicação usada nas figuras publicadas;

– **referência > 50 cm** para a situação de os espólios do Neolítico Final provirem da interface entre a **Camada 4**, e a **Camada 5**, do Neolítico Antigo, tendo sido separados destes últimos essencialmente por critérios tipológicos, especialmente no que à cerâmica diz respeito; por tal motivo, prevaleceu, na identificação das peças figuradas, a primeira daquelas camadas.

Foi com base nestes critérios que se atribuíram ao Neolítico Final os materiais recolhidos em 2003, 2004 e 2004, exceptuando os oriundos da área oriental, escavada em 2004, cujas datações de radiocarbono indicam cronologia essencialmente calcólítica, os quais, no entanto, são residuais, conforme se conclui pelos materiais acima elencados, não tendo por isso qualquer expressão estatística nos resultados obtidos.

3.1 – Indústrias de pedra lascada

A organização da apresentação dos materiais pelas figuras que lhes correspondem seguiu os seguintes critérios gerais: 1 – tipologia: os espólios foram agrupados por tipologias e, dentro de cada uma delas, por anos de recolha, seguidos, dentro de cada um deles, pela correspondente indicação estratigráfica, conforme qualquer uma das siglas acima identificadas.

3.1.1 – Caracterização geral

O conjunto lítico proveniente dos níveis do Neolítico final do Carrascal compreende um universo de 3000 indivíduos recolhidos na totalidade das campanhas.

Apesar destes materiais estarem distribuídos por diversos contextos, optou-se por tratar conjuntamente os dados, visto, na sua globalidade, e pelas razões e de acordo com os critérios atrás apresentados, corresponderem a um conjunto globalmente coerente, pertencente ao Neolítico Final.

Atendendo que em cada campanha se intervencionou uma área distinta da mancha de ocupação deste extenso povoado aberto, pode eventualmente antever-se a existência de uma diacronia na ocupação dos diferentes *loci* – situação que se comprovou em 2004, com a cronologia essencialmente calculítica do sector oriental da estação – bem como a existência de áreas funcionalmente distintas. Assim, em vários dos itens analisados optou-se por manter a campanha de recolha, funcionando simultaneamente como indicador espacial / funcional.

Quadro 1 – Distribuição quantitativa por número de indivíduos e peso (g)

	Número %		Peso (g) %	
2001	313	10	1259	6
2002	755	25	2985	15
2003	678	23	6139	31
2004	775	26	5829	30
2005	461	15	4730	17
Total	3000	100	20852	100

Em termos globais, destacam-se as campanhas de 2003 e 2004 onde se regista a maior presença quantitativa (em número e em peso) do total do conjunto em análise.

O conjunto lítico do Carrascal corresponde ao mais extenso acervo integrável no Neolítico final da Península de Lisboa / Baixa Estremadura. O estudo destas coleções deverá ser equacionado a nível regional, com o enquadramento geológico das fontes de aprovisionamento e com a rede de circulação a elas associada.

No território português, deve ser realçada a importância da Estremadura onde se regista a presença de abundantes ocorrências de materiais de sílex associados às diversas etapas do seu aproveitamento: exploração, transformação e utilização, representadas respectivamente por minas, *ateliers* / oficinas e sítios habitados.

A leitura comparativa é particularmente relevante para o vizinho povoado de Leceia, seguramente coevo e interrelacionado com o do Carrascal. O conjunto de materiais líticos associados aos níveis de Neolítico Final é contudo muito inferior, registando-se apenas 216 registos na Camada 4 (CARDOSO & MARTINS, 2013).

Escasseiam os conjuntos regionais com contextos estratigráficos bem definidos e com a publicação das indústrias líticas. No Penedo do Lexim, Mafra, nos níveis do Neolítico final apenas se registam 261 exemplares líticos (SOUSA, 2010). Deve ser salientada a importância do conjunto do sítio de Vale Lobos, Sintra, datado cronometricamente do Neolítico Final, onde se quantificaram genericamente 1600 ocorrências (VALENTE, 2006).

Enquanto os níveis do Neolítico Final do Penedo do Lexim e Leceia correspondem aos níveis basais de uma povoado fortificado de altura, Carrascal e Vale de Lobos constituem povoados abertos.

Face a este panorama, a dimensão da amostra do conjunto lítico do Carrascal afigura-se paradigmática, uma vez que permitirá uma caracterização fina das especificidades do talhe da pedra nas fases terminais do

Neolítico na Península de Lisboa, possibilitando testar tendências já avançadas preliminarmente (CARVALHO, 1998 a; CARDOSO, SILVA & SOARES, 1996; SOUSA, 2010).

Quadro 2 – Cadeia operatória do Carrascal – Neolítico Final

Categorias	2001		2002		2003		2004		2005		Total	
	N.º	Peso	N.º	Peso	N.º	Peso	N.º	Peso	N.º	Peso	N.º	Peso
Material residual	29	37	192	752	294	1804	288	1188	190	1171	993	4952
Material de preparação												
Flancos	18	20	76	438	24	179	74	664	54	362	246	1663
Tablettes	0	0	20	170	8	66	24	214	13	117	65	567
Núcleos	58	854	73	636	113	3114	136	2478	75	756	437	7838
Produtos debitados brutos												
Lascas	87	153	169	405	94	350	130	441	77	527	557	1876
Lâminas	18	18	46	66	9	22	13	38	6	39	92	183
Lamelas	0	0	54	42	15	37	13	10	5	5	87	94
Utensílios												
Lâminas retoque marginal	12	12	22	42	39	115	4	10	11	39	88	218
Lamelas retoque marginal	18	18	21	19	13	23	0	0	3	3	55	63
Lasca retoque marginal	14	42	57	206	21	133	46	340	24	140	162	861
Peça esquirolada	0	0	0	0	2	39	6	106	0	0	8	145
Raspadeira	0	0	1	9	0	0	4	58	2	4	7	71
Denticulado	11	11	6	43	1	4	0	0	1	4	19	62
SNS	13	13	8	26	25	130	25	206	4	48	75	423
Furador	4	4	3	22	5	20	5	37	6	55	23	138
Entalhe	20	63	5	17	13	73	6	37	1	18	45	208
Pré forma ponta seta	11	14	1	1	1	28	0	0	3	17	16	60
Ponta de seta	0	0	1	1	1	2	1	2	4	11	7	16
Total	313	1259	755	2895	678	6139	775	5829	479	3316	3000	19438

3.1.2 – Economia da debitagem

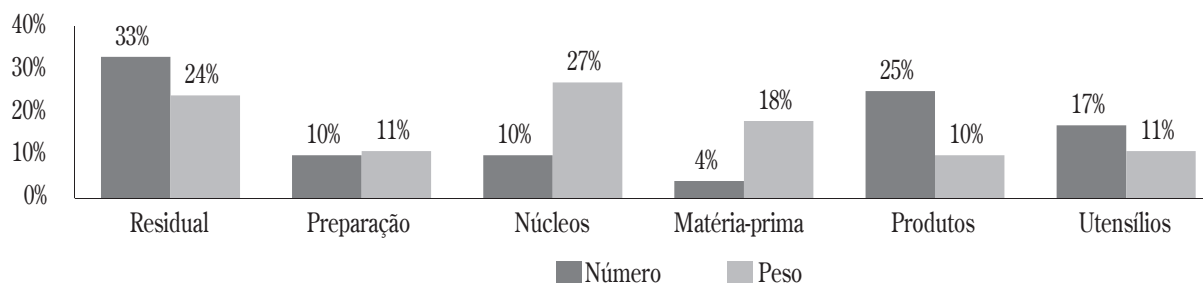


Fig. 22 – Carrascal. Quantificação das principais categorias da cadeia operatória.

Face a um conjunto tão numeroso, procedeu-se à contagem por grandes grupos ao nível da cadeia operatória (TIXIER *et al.*, 1980; CARVALHO, 1998 a):

1. Material residual resultante da debitagem, incluindo fragmentos inclassificáveis;
2. Material de preparação e reavivamento: tablettes e flancos de núcleo;
3. Núcleos: de distintas etapas, e segundo diferentes esquemas de debitagem;
4. Nódulos de matéria-prima: integrando os blocos não debitados;
5. Produtos debitados brutos, sem sinais de uso como utensílios incluindo lascas e suportes alongados;
6. Utensílios, incluindo produtos retocados ou com sinais de uso bem como suportes não standardizados.

A quantificação destas categorias morfotécnicas foi realizada com a contagem do n.º de indivíduos e com o peso (g).

Numa leitura global, o conjunto do Carrascal evidencia ações de talhe local, atendendo à elevada proporção de matéria-prima, núcleos e de material de preparação e reavivamento. Quando confrontamos o peso total dos conjuntos, torna-se ainda mais evidente a importância dos núcleos e dos nódulos de matéria-prima. Se considerarmos o peso como unidade de medida, núcleos e nódulos de matéria-prima perfazem 45%, um valor que contrasta com contextos de povoados coevos.

Contudo, a percentagem de utensílios indica claramente que se trata de uma área doméstica, distinta das proporções que têm vindo a ser quantificadas em minas e *ateliers* de sílex como em Casal Barril (SOUSA & GONÇALVES, 2011), datado cronometricamente da primeira metade do 3.º milénio ou em conjuntos de superfície como Monte das Pedras (ANDRADE, 2011), Pedreira do Aires (ANDRADE & CARDOSO, 2003; ANDRADE & MATIAS, 2011) ou Cabeça Gorda 1 (ANDRADE & MATIAS, 2013).

A importância do talhe local seria expectável atendendo ao substrato geológico de Carrascal. Numa leitura macroscópica podemos considerar que a generalidade da matéria-prima tem origem local. O sílex atinge valores superiores a 99%, apenas se registando algumas lamelas de quartzo hialino, restos de talhe de quartzo e uma ponta de seta em quartzo. Apesar de ser dominante o sílex local, de cor acinzentada, os utensílios evidenciam uma maior diversidade de fontes de aprovisionamento, mais distantes, matéria a que voltaremos adiante.

Quadro 3 – Leitura comparativa da proporção relativa da cadeia operativa de Carrascal com povoados do Neolítico Final (Penedo do Lexim) e contextos de produção (Casal Barril e Cabeça Gorda 1)

	Carrascal Neo Final	Penedo do Lexim Neo Final	Casal Barril*	Cabeça Gorda 1**
Residual	33%	38%	91%	15,9%
Preparação	10%	5%		4,2%
Matéria-prima	5%	0%	2%	2,8%
Núcleos	10%	2%	1%	4,5%
Produtos	25%	28%	7%	66,1%
Utensílios	17%	27%	1%	6,5%
Total	100%	100%	100%	100%

* SOUSA & GONÇALVES, 2011; ** ANDRADE & MATIAS, 2013.

Confrontar a proporção da cadeia operativa de Carrascal com conjuntos coevos reveste-se de alguma dificuldade, considerando os (escassos) dados publicados bem como as diferenças entre critérios de quantificação usadas pelos autores. Podemos considerar dois universos distintos: os dos povoados como Carrascal e Penedo do Lexim e o dos contextos de mina e *atelier* como o de Casal Barril e Cabeça Gorda.

Comparando Carrascal com os níveis do Neolítico Final do povoado do Penedo do Lexim verificamos que as diferenças são consideráveis. No Carrascal estão presentes evidentes sinais de talhe local no sítio, sendo substancialmente mais elevadas as percentagens de núcleos e de material de preparação e reavivamento. Os nódulos não debitados estão ausentes do Penedo do Lexim, circunstância explicável pela maior distância às fontes de aprovisionamento. Carrascal também evidencia uma percentagem mais reduzida de utensílios. No Penedo do Lexim, a proporção das diferentes categorias não têm grande variação nos conjuntos do Neolítico Final, Calcolítico Inicial e Calcolítico Pleno, mantendo-se relativamente constante, com escassas evidências de talhe local.

Sendo insuficientemente conhecida a fase média do Neolítico, encontramos-nos essencialmente entre dois grandes conjuntos: a indústria lítica do Neolítico Antigo, ainda com fortes pervivências da economia de debitage mesolítica a nível tipológico e tecnológico e a do Neolítico Final, onde se acentua a separação espacial da cadeia operativa e o início da especialização artesanal. Por outro lado, é particularmente importante aferir as mudanças / permanências face ao 3.º milénio, com a emergência das fortificações, da metalurgia e da complexificação social.

Na realidade, a segregação espacial entre locais de talhe (especializados ou não especializados) parece ser uma das características do Neolítico mais evoluído, em contraste com os contextos do Neolítico Antigo que mantêm a sequência completa, em proporções similares às do Mesolítico (CARVALHO, 1998 a; SOUSA, 2010). Os resíduos encontrados em povoados do Neolítico Final e do Calcolítico correspondem essencialmente a fases finais de preparação e manutenção, sendo provavelmente os núcleos pré – preparados em áreas especializadas exteriores.

A comparação com contextos de «produção» reveste-se de maior dificuldade, atendendo às distintas metodologias de recolha e quantificação. Apenas Casal Barril (SOUSA & GONÇALVES, 2011) e Cabeça Gorda (ANDRADE & MATIAS, 2013) foram alvo de escavações com recolha sistemática de todo o material. Poderíamos ainda alargar este universo a Casas de Baixo (ZILHÃO, 1997) e Olival do Passal (FORENBAHER, 1999) mas estes últimos sítios correspondem a oficinas muito especializadas na produção de foliáceos, indústria quase completamente ausente do Carrascal.

A leitura comparativa entre Carrascal e os contextos de exploração de matéria-prima de Casal Barril e Casal dos Matos evidencia claras diferenças: de facto, o número de utensílios é consideravelmente mais elevado no Carrascal, confirmando a sua vocação doméstica. A elevada percentagem de núcleos e de matéria-prima no Carrascal poderia ser explicada por uma estratégia de exploração local, distinta dos sítios de produção. Provavelmente o objectivo da exploração em Casal Barril seria a obtenção de núcleos pré-configurados, os quais circulariam para os povoados, escasseando por isso no conjunto em análise.

Carrascal encontra-se assim entre dois paradigmas: o dos povoados que apresentam apenas parte da cadeia operativa, com maior abundância de utensílios e mais reduzida presença de debitage e o das minas / *ateliers* com reduzida presença de utensilagem.

Quadro 4 – Leitura comparativa percentual das categorias percentuais por campanha (n.º de registos)

	2001		2002		2003		2004		2005	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Residual	29	9	192	25	294	43	288	37	190	41
Preparação	18	6	96	13	32	5	98	13	67	15
Núcleos	53	17	53	7	80	12	93	12	51	7
Matéria-prima	5	2	20	3	33	5	43	6	24	5
Produtos	105	34	269	36	118	17	156	20	88	19
Utensílios	103	33	125	17	121	18	97	13	59	13
Total	313	100	755	100	678	100	775	100	479	100

Quanto à distribuição por campanhas, verificamos que existem substanciais diferenças no conjunto.

Na campanha de 2001, as proporções são mais consentâneas com um povoado «clássico» com uma percentagem de utensílios de 33%, próximo do valor de 27% do Penedo do Lexim. Por outro lado, nesta campanha o volume de material residual é também diminuto, apenas 9%, contrastando com a média de 33%.

O volume de nódulos de matéria-prima é relativamente constante em todas as campanhas, oscilando entre 2% em 2001 e 6% em 2004, o que pode indicar uma origem local.

3.1.3 – Núcleos

Quadro 5 – Quantificação global dos núcleos / nódulos de matéria-prima de Carrascal

	Quantidade		Peso (g)	
	N.º	%	Peso	%
Prismático	151	28,8%	3942	32%
Discóide	66	12,6%	1788	14%
Poliédrico	1	0,2%	12	0%
Bipolar	2	0,4%	47	0%
Nódulo	152	29,0%	4311	35%
Fragmento	153	29,1%	2238	18%
Total	525	100%	12 338	100%

O conjunto dos núcleos recolhidos no Carrascal atinge um total de 525, dos quais 153 correspondem a fragmentos inclassificáveis e 152 nódulos. O volume de núcleos assume uma expressão superior a qualquer dos povoados estremenhos contemporâneos, quer em proporção relativa à restante cadeia operativa quer em relação ao seu número efectivo. No povoado de Leceia foram recolhidos 85 núcleos, em Penedo do Lexim quantificaram-se apenas 25 núcleos e no Zambujal o total ascende a 224 (UERPMANN & UERPMANN, 2003, p. 29).

Como já foi atrás referido, esta elevada quantidade de núcleos evidencia a proximidade às fontes de matéria-prima e, possivelmente traduz uma ocupação semiespecializada. Os núcleos de Carrascal são exclusivamente sobre sílex local. Apesar da existência de um restrito número de produtos debitados em quartzo hialino (nomeadamente lamelas), não se regista a presença que qualquer núcleo de outras matérias-primas não siliciosas, contrariamente ao que sucede em Leceia ou no Penedo do Lexim onde foram recolhidos núcleos em quartzo hialino. Face à abundância de sílex, os núcleos e nódulos foram usados para uso expedito como

a percussão, existindo vários exemplares (essencialmente nódulos ou núcleos poliédricos) que foram usados como percutores.

Apesar de não se ter efectuado um estudo petrográfico dos materiais, o sílex é exclusivamente local, com características similares ao que tem sido identificado em outros contextos da Baixa Estremadura como Pedreira do Aires ou Monte das Pedras (observação macroscópica de Marco Andrade, a quem se agradece).

Esta realidade é concordante com os resultados observados para a oficina do Neolítico Final de Barotas, Leceia, situada a 650 ms para Oeste, onde a generalidade dos produtos de debitação e dos núcleos recolhidos eram de sílex cinzento de origem local (CARDOSO & COSTA, 1992).

No estudo efectuado da indústria lítica de Leceia, observou-se que existe uma diminuição gradual do sílex cinzento, com aparecimento pontual de sílex de tons amarelados e rosados nos níveis do Calcolítico Inicial e Pleno (CARDOSO & MARTINS, 2013, p. 368). No Carrascal domina efectivamente o sílex de coloração cinzenta, surgindo muito residualmente alguns produtos alongados (lâminas e lamelas) que sugerem uma origem mais afastada, nomeadamente o característico sílex avermelhado de Rio Maior; alguns exemplares aparentam ser de sílex de Caxarias, juntando-se a alguns exemplares de calcedónia. Em Leceia, também domina a matéria-prima local: o sílex de Rio Maior corresponde globalmente a 16,9% do conjunto, essencialmente para peças foliáceas (lâminas elipsoidais e pontas de seta). Deve ser referido que as várias oficinas de Rio Maior correspondem justamente à produção de produtos foliáceos (pontas de seta e lâminas), como sucede em Casas de Baixo (ZILHÃO, 1995), Olival do Passal (FORENBAHER, 1999) ou Cabeço dos Mouros (ANDRADE *et al.*, 2014).

Face ao volume de material recolhido no Carrascal, optou-se por seleccionar como amostra para análise morfológica o conjunto recolhido na campanha de 2005, num total de 102 peças.

Neste universo, verifica-se que 73% dos núcleos não apresenta córtex, numa proporção similar ao que se regista em Leceia, onde o índice de núcleos sem córtex atinge 80%. Podemos encontrar dois tipos de nódulos de matéria-prima: os *rogmons* de sílex, com uma fina camada de córtex, e os grandes blocos de sílex, com córtex mais espesso e com muitas inclusões.

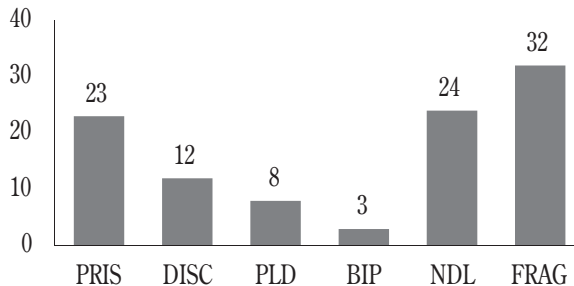


Fig. 23 – Tipos de núcleo recolhidos no Carrascal (campanha de 2005). PRIS (prismáticos), DISC (discóides), PLD (poliédrico), BIP (bipolar), NDL (nódulo), FRAG (fragmentos).

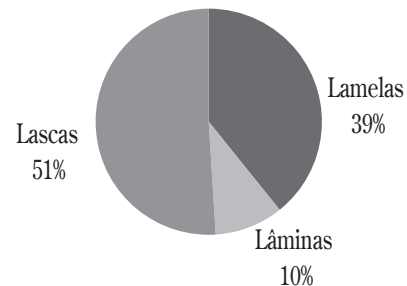


Fig. 24 – Produtos extraídos dos núcleos do Carrascal (campanha de 2005).

Em todos os contextos analisados dominam os núcleos prismáticos (28%), seguindo-se os núcleos discóides (12%). Os núcleos prismáticos estão essencialmente direccionados para a obtenção de suportes alongados, enquanto os núcleos discóides evidenciam a extracção de lascas. Apesar dos núcleos prismáticos dominarem, em alguns destes (sobretudo em exemplares exaustos) surgem indícios da debitação de pequenas lascas.

Entre os núcleos prismáticos dominam as plataformas de debitação lisas (59%), seguindo-se as plataformas facetadas (34%) e um escasso número de plataformas corticais (7%). Esta quantificação concorre para uma

caracterização dominante de uma percussão indirecta. A orientação das extracções é maioritariamente ortogonal (71%), seguindo-se a extracção alterna (14%), a múltipla (11%) e a oposta (4%)

Na indústria lítica do Neolítico Final e do Calcolítico estremenho evidenciam-se duas cadeias operatórias muito distintas: a da obtenção de produtos alongados, lâminas e lamelas e a da obtenção de lascas largas para foliáceos. No caso de Carrascal, os foliáceos estão quase ausentes, sendo provável que o elevado volume de lascas corresponda às primeiras fases de descorticação do núcleo. No que se refere aos produtos alongados, dominam os núcleos de lamelas apesar de, na contagem geral do conjunto, as lâminas serem em número superior às lamelas. O número restrito de núcleos de lâminas é aliás uma constante nos contextos estremenhos.

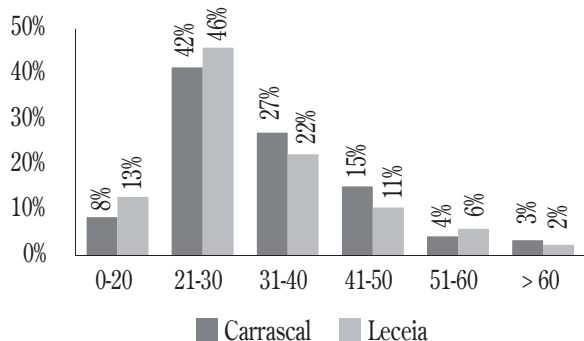


Fig. 25 - Comprimento dos núcleos. Comparação entre Leceia (Neolítico Final) e Carrascal (intervalos em mm).

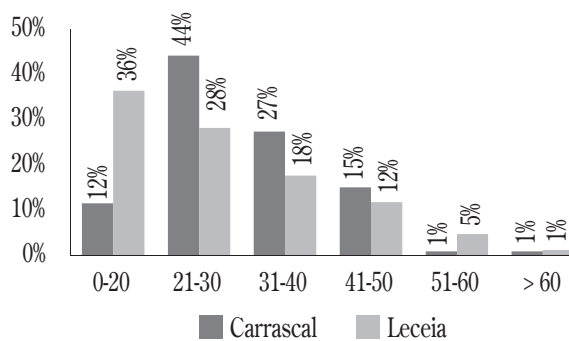


Fig. 26 - Largura dos núcleos. Comparação entre Leceia (Neolítico Final) e Carrascal.

Em geral, os núcleos apresentam pequenas dimensões, dominando os núcleos exaustos, com comprimentos entre 21 e 30 mm e larguras também reduzidas. Numa leitura comparativa entre Carrascal e Leceia, verifica-se que os comprimentos são muito similares, mas que as larguras dos núcleos de Carrascal são ligeiramente maiores, traduzindo decerto a maior importância dos núcleos discóides. Para o Zambujal também se refere que “existem apenas escassos núcleos para as formas mais pequenas e nenhum para as lâminas grandes” (UERPMANN & UERPMANN, 2002, p. 266). Em Leceia é referida a presença de núcleos de lâminas (CARDOSO, 1997, p. 73), que também correspondem a exemplares de pequenas dimensões.

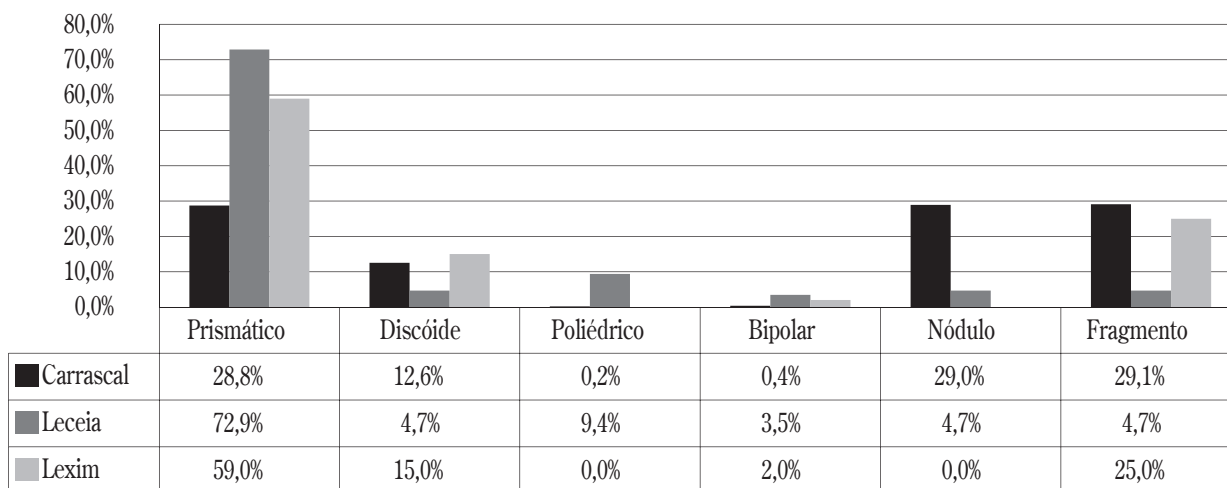


Fig. 27 - Leitura comparativa dos tipos de núcleo de Carrascal, Leceia e Penedo do Lexim.

3.1.4 – *Produtos debitados*

3.1.4.1 – Lascas

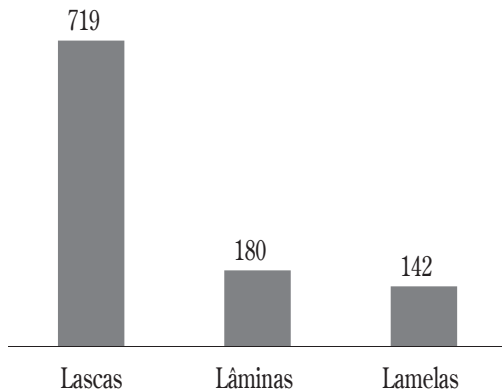


Fig. 28 – Produtos debitados do Carrascal.

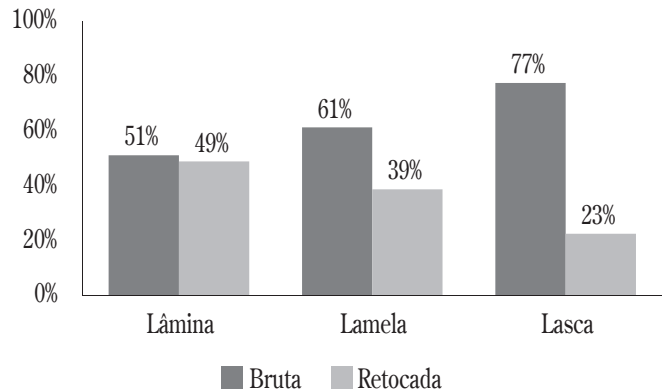


Fig. 29 – Proporção relativa de produtos usados como utensílios no Carrascal.

O talhe do Carrascal foi claramente direccionado para a obtenção de lascas, correspondendo a 69 % do total dos produtos debitados, num total absoluto de 719 fragmentos. Quando analisamos a percentagem de produtos usados como utensílios, os valores são substancialmente distintos: apenas 23% das lascas foram usadas como tal.

Esta proporção de lascas é pouco comum em contextos a partir do Neolítico Antigo onde usualmente dominam os produtos alongados (CARVALHO, 1998 a, 1998 b, 2008, 2009).

No vizinho povoado de Leceia, em toda a sequência de ocupação, do Neolítico Final ao final do Calcolítico, os suportes alongados correspondem ao produto mais frequente para a produção de utensílios, surgindo maioritariamente as lâminas (236 registos), seguindo-se as lamelas (78), sendo as lascas retocadas residuais (3) (CARDOSO & MARTINS, 2013, p. 362). No entanto, numa leitura geral é referido que «a indústria lítica de Leceia é acentuadamente sobre lasca» (Cardoso e Martins, 2013, p. 459), o que significa simplesmente que a maioria de tais lascas não foi transformada em utensílios, correspondendo sobretudo a lascas de talhe.

No Penedo do Lexim a relação lascas/ produtos alongados é também distinta do que se regista no Carrascal, com 65% de produtos alongados face a 35% de lascas, também dominando as lâminas (SOUSA, 2010). Ao invés, na mina /*atelier* de Casal Barril, a percentagem de lascas ascende a 89%, seguindo-se as lâminas (7%) e as lamelas (4%) (SOUSA & GONÇALVES, 2011).

A caracterização da debitação presente no Carrascal é mais um dos indicadores da intensidade do talhe do sílex aqui praticado.

Em termos da presença de córtex, 72% das lascas não apresentam córtex, evidenciando que no Carrascal se processariam as fases de debitação. A comparação com outros contextos é relativamente limitada, atendendo a que na maior parte dos casos esta informação não está disponível. Deve ser referido que em contexto de *atelier*, como em Cabeça Gorda são também mais numerosas as lascas não corticais (ANDRADE & MATIAS, 2013, p. 100).

3.1.4.2 – Os produtos alongados

A especificidade tecnológica dos produtos alongados confere a este produto uma importância especialmente relevante para a caracterização das tecnologias e da economia da debitação.

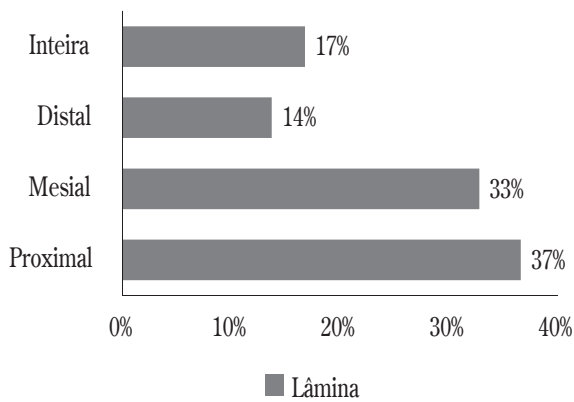


Fig. 30 – Estado de conservação dos produtos alongados.

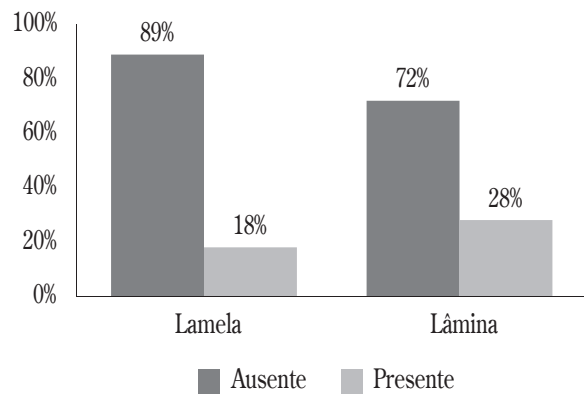


Fig. 31 – Presença de retoque nos suportes alongados (inteiros + proximais).

O conjunto de suportes alongados apresenta um índice de fragmentação bastante elevado, curiosamente com mais lâminas inteiras que lamelas, situação inversa ao que sucede no Penedo do Lexim (SOUSA, 2010, p. 173). Os fragmentos distais correspondem à categoria menos frequente, quer em lâminas quer em lamelas. Ao invés, em Leceia dominam os fragmentos distais (55,9% nas lâminas e 43,6% nas lamelas), não existindo uma especial tendência no quadro do faseamento geral do sítio (CARDOSO & MARTINS, 2013, p. 380-281).

Atendendo à dimensão da amostra (355 lâminas e lamelas) optou-se por proceder apenas ao estudo morfométrico dos indivíduos inteiros e proximais correspondendo a 140 lâminas e 105 lamelas.

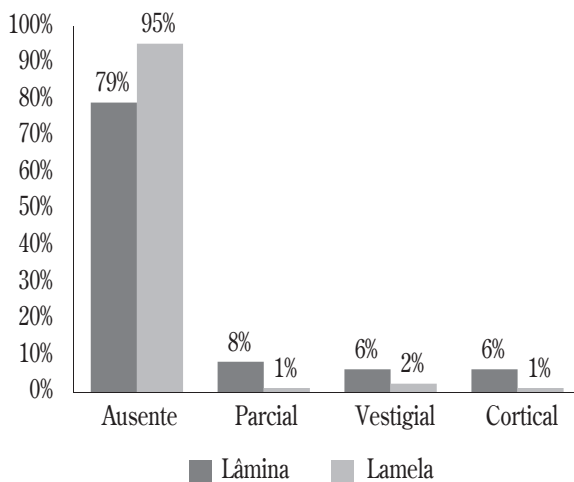


Fig. 32 – Presença de córtex nos suportes alongados do Carrascal (inteiros + proximais).

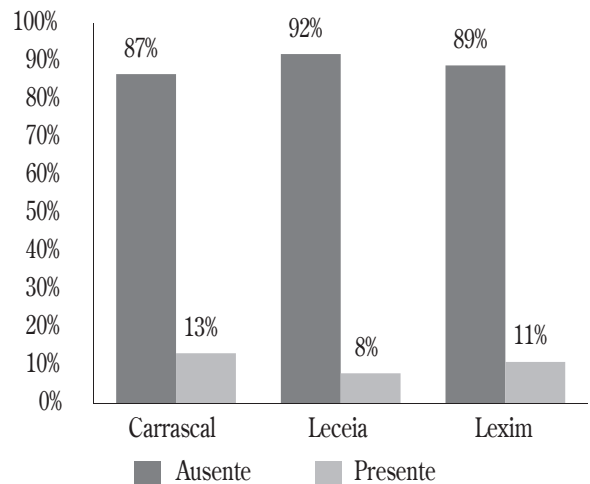


Fig. 33 – Leitura comparativa da presença de córtex no Carrascal, Leceia e Penedo do Lexim – suportes alongados.

Considerando que o Carrascal tem uma forte componente de debitage de sílex, a presença de córtex pode corresponder a um indicador importante. Em termos gerais o conjunto tem escassa presença de córtex, especialmente as lamelas. Registe-se porém a presença de alguns utensílios sobre suportes alongados com córtex e ainda as assinaláveis semelhanças existentes entre Leceia e Penedo do Lexim exibem grandes semelhanças, apesar do Penedo do Lexim no respeitante àquele tipo de peças.

Estes valores parecem indicar que a maioria dos suportes alongados do Carrascal correspondem a uso doméstico no povoado, sendo maioritariamente de matéria-prima distinta dos núcleos e lascas, indicando origem sobretudo exógena.

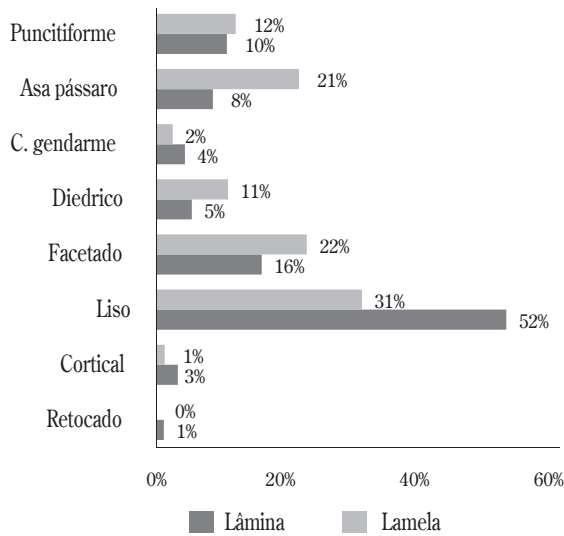


Fig. 34 – Tipologia dos talões do Carrascal.

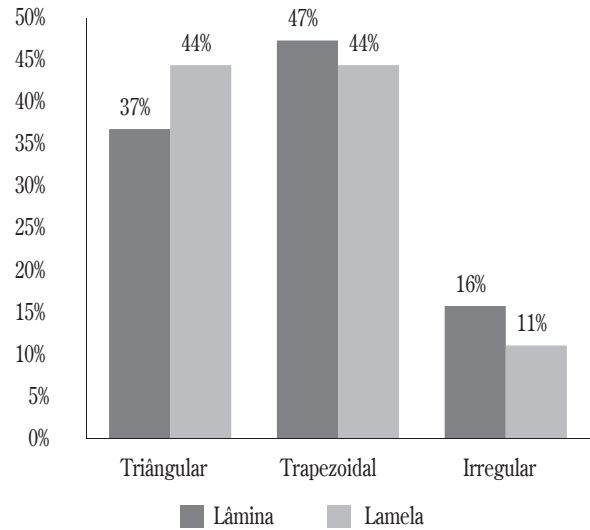


Fig. 35 – Secção dos suportes alongados (inteiros + proximais).

As lâminas e as lamelas do Carrascal apresentam maioritariamente o talão liso, contrastando com os valores registados quer para o Penedo do Lexim quer para Leceia. O talão liso indica provavelmente a técnica da percussão indirecta, método de debitagem que permitiria a obtenção da generalidade dos produtos alongados com larguras inferiores a 22 mm e espessuras inferiores a 8 mm, limite para a obtenção de produtos através da percussão indirecta (MORGADO RODRÍGUEZ et al., 2008, p. 310).

Em Leceia, nos níveis do Neolítico Final (Camada 4), registam-se maioritariamente talões com preparação, com valores residuais para os talões lisos (6,3% das lamelas e 17,5% para as lâminas) ou corticais (3,1% de lamelas e 1,3% de lâminas). Deve ainda ser referido que a percentagem de talões preparados aumenta progressivamente na estratigrafia, “o que revela uma crescente especialização e aperfeiçoamento técnico das produções” (CARDOSO & MARTINS, 2013, p. 381). Também no caso do Penedo do Lexim se regista o carácter secundário dos talões lisos, apresentando provavelmente distintas formas de preparação do talão para lamelas (dominando os talões em “asa de pássaro») das lâminas (diédrico).

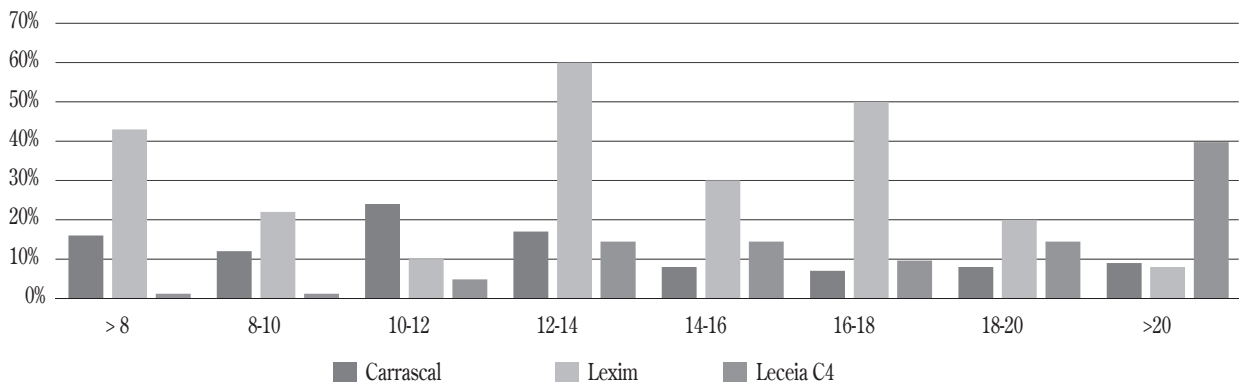


Fig. 36 – Larguras dos suportes alongados do Carrascal em comparação com Leceia (Camada 4) e Penedo do Lexim.

A separação entre lâminas e lamelas é apenas uma convenção que devemos testar de acordo com as colecções em estudo. No caso do Carrascal esta questão é particularmente relevante, uma vez que existe uma concentração de ocorrências entre 10 e 14 mm, perfazendo 41% do total. Se aproximarmos mais a análise, verificamos que entre 12 e 13 mm, na transição entre lâminas e lamelas, existe um ligeiro interregno, com menor frequência de exemplares. Ainda assim, podemos caracterizar a debitagem como orientada para lamelas largas /pequenas lâminas, com a presença de exemplares com larguras muito distintas, entre 4 e 28 mm.

Comparando com outros conjuntos, devemos destacar que no Penedo do Lexim existe um grupo bem definido de lamelas estreitas, ausentes do Carrascal. O interregno da frequência está entre 12 e 14 mm. Para o povoado do Zambujal, foi ensaiada análise semelhante tendo sido proposta a presença de 3 categorias: 8 mm, 14 mm, 18 mm. Perante este modelo, a análise estatística não indica a dicotomia lâmina /lamela mas eventualmente de lâmina /pequena lâmina / lamela.

Naturalmente que as lâminas e lamelas maiores não se conservaram inteiras, mas entre os exemplares inteiros registam-se comprimentos entre 16 e 42 mm para as lamelas e entre 25 e 70 mm para as lâminas. Considerando a largura das lâminas, algumas das quais quase com 30 mm, podemos depreender que o seu comprimento seria substancialmente maior. No caso das lâminas com mais de 22 mm (e com regularidade), J. Pelegrin defende que a sua extracção teria de ser efectuada com alavanca (PELEGRIN, 1988), na categoria de pressão para as grandes lâminas. Estas estão usualmente presentes em contextos de necrópole mas têm escassa expressão em contextos habitacionais (onde o grau de fragmentação é maior) e sem evidências nos contextos de produção conhecidos (*atelier/ minas*) (MORGADO RODRÍGUEZ *et al.*, 2008). No caso da Estremadura portuguesa, referem-se contextos de produção (similares a Carrascal), com evidência de debitagem intensiva de lâminas mas estas apresentam dimensões médias (entre 15 e 20 cm de comprimento) com talão facetado rectilíneo ou liso, indicando a percussão indirecta (MORGADO RODRÍGUEZ *et al.*, 2008, p. 326). Também o contexto do Carrascal evidencia esta “invisibilidade” das grandes lâminas, apesar da presença de alguns exemplares com mais de 22 mm de largura.

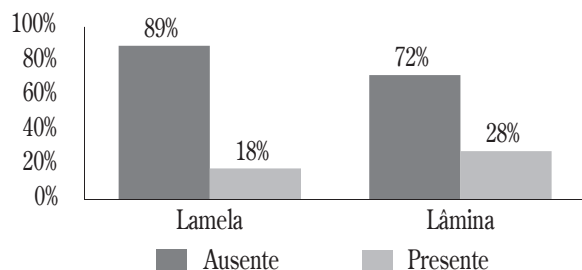


Fig. 37 – Retoque nos produtos alongados do Carrascal.

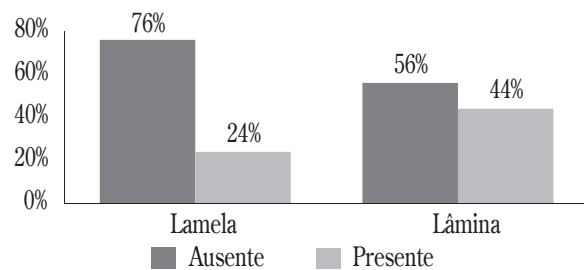


Fig. 38 – Sinais de uso nos suportes alongados do Carrascal.

O vasto conjunto de suportes alongados apresenta níveis distintos de uso como utensílio: as lâminas apresentam um índice de uso bastante mais elevado do que as lamelas. O retoque é residual nas lamelas mas consideraram-se também os ligeiros sinais de uso nos bordos dos produtos debitados, leitura preliminar na ausência de um efectivo estudo traceológico. O retoque é maioritariamente oblíquo, frequentemente descontínuo, sendo muito raro o retoque abrupto. Lâminas e lamelas foram usadas como suportes de furadores de diferentes dimensões e formas, provavelmente traduzindo distintas funções.

A desproporção entre lâminas e lamelas retocadas surge igualmente no Penedo do Lexim, onde apenas 8% das lamelas foram objecto de retoque enquanto o número de lâminas retocadas ascende a 56%. Em Leceia a tendência mantém-se, embora o número de suportes alongados retocados seja aqui superior: 34,6% das lamelas

e 89,4% das lâminas, com aumento da proporção de peças retocadas no faseamento de ocupação. O número restrito de contextos deste período com estratigrafia, datações e análises estatísticas impede contudo de compreender estas ligeiras diferenças entre Carrascal, Leceia e Penedo do Lexim.

3.1.5 – Material de preparação e reavivamento

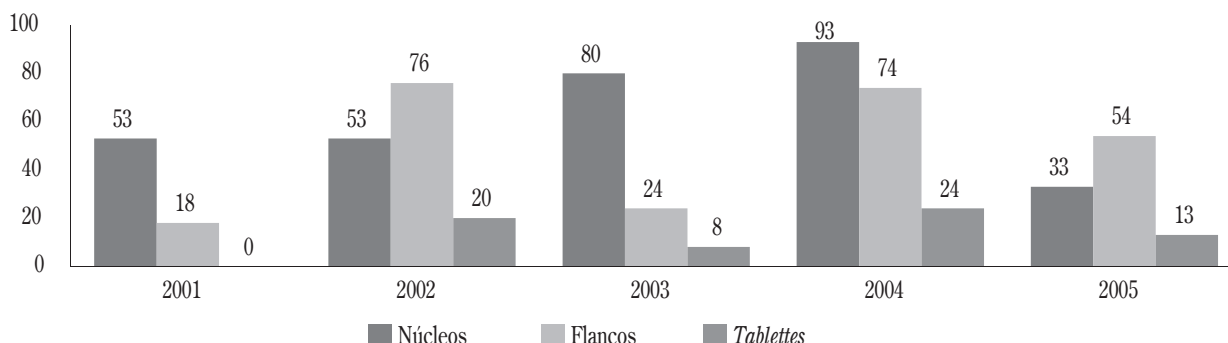


Fig. 39 – Presença de núcleos, material de preparação e reavivamento no Carrascal. A presença de um volume elevado de núcleos é acompanhada pela presença significativa de «tablettes» e de flancos de núcleo.

As *tablettes* parecem corresponder maioritariamente ao reavivamento de planos de percussão para núcleos de lamelas, existindo também exemplares para reavivamento de núcleos de lâminas.

Os flancos de núcleo correspondem ao mais frequente material de reavivamento, com 246 exemplares face a 312 núcleos. Os flancos de núcleo correspondem a configurações quer de núcleos prismáticos quer de núcleos discóides.

3.1.6 – Utensilagem

Quadro 6 – Características tipológicas da utensilagem lítica do Carrascal

	2001		2002		2003		2004		2005		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1 – Retoque marginal												
Produtos alongados retoque marginal	30	29	43	34	52	43	4	4	14	24	143	28
Lasca retoque marginal	14	14	57	46	21	17	46	47	24	41	162	32
2 – Fundo comum												
Peça esquirolada	0	0	0	0	2	2	6	6	0	0	8	2
Raspadeira	0	0	1	1	0	0	4	4	2	3	7	1
Denticulado	11	11	6	5	1	1	0	0	1	2	19	4
SNS	13	13	8	6	25	21	25	26	4	7	75	15
Furador	4	4	3	2	5	4	5	5	6	10	23	5
Entalhe	20	19	5	4	13	11	6	6	1	2	45	9
3 – Projécteis												
Pré forma ponta seta	11	11	1	1	1	1	0	0	3	5	16	3
Ponta de seta	0	0	1	1	1	1	1	1	4	7	7	1
Total	103	100	125	100	121	100	97	100	59	100	505	100

Os utensílios correspondem à terceira categoria tecnológica mais abundante no Carrascal, correspondendo a 17% do conjunto em termos numéricos e a 11% do peso total.

Dominam as peças com retoque marginal, com expressivos 60% do total dos utensílios, particularmente os suportes alongados (essencialmente lâminas). Sem a realização de estudos traceológicos não é possível avançar na funcionalidade destas peças de retoque marginal. Considerando as diferenças de dimensão e de tipo de retoque, é provável que fossem usadas em diversas funcionalidades de corte e raspagem de matérias orgânicas animais e vegetais, verificando-se alguns exemplares com lustre de cereal.

Os utensílios de uso comum incluem as categorias usualmente presentes em contexto doméstico, destacando-se a presença de utensílios expeditos sobre suporte não standardizado, que correspondem a 15% do conjunto. Esta presença pode indicar o carácter não especializado do conjunto, contrastando, por exemplo, com a especificidade do sítio do Estoril (GONÇALVES & SOUSA, 2010) onde se destaca a presença de furadores, embora neste sítio os contextos estratigráficos e os critérios de recolha estejam por determinar. Os furadores de Carrascal são sobre lâmina, lamela, lasca e suporte não standardizado.

Os projecteis são residuais, correspondendo apenas a 1% do conjunto dos utensílios, incluindo-se ainda possíveis pré-formas de pontas de seta. A escassez de pontas de seta pode ser reveladora da funcionalidade do sítio, contrastando com os valores relativos encontrados na camada 4 de Leceia (6,5%). Nos níveis inferiores do Penedo do Lexim, o número de pontas de seta é muito significativo (33%).

É particularmente relevante o facto de estarem virtualmente ausente os foliáceos de tipo «lâmina elipsoidal», utensílio que se encontra exclusivamente em contextos domésticos na Península de Lisboa, partilhando das mesmas técnicas das pontas de seta, alabardas e pontas de dardo (FORENBAHER, 1999). A cronologia das chamadas lâminas elipsoidais é tradicionalmente posicionada a partir de finais do 4.º milénio, no Neolítico final, surgindo nessa altura em Leceia e no Penedo do Lexim, para citar sítios com contextos estratigráficos bem definidos.

Face ao panorama da investigação do povoamento do Neolítico Final na Península de Lisboa, resulta muito difícil enquadrar a utensilagem do Carrascal, com informação quantificada apenas disponível para Leceia e Penedo do Lexim.

O estudo de outros contextos poderia alargar o leque comparativo, nomeadamente para Vale de Lobos e Serra das Éguas, povoados com cronologias absolutas coevas de Carrascal.

No caso de Vale de Lobos, refere-se em gráfico (sem valores absolutos) a importância de lâminas e lamelas retocadas, pontas de seta, escassos furadores, lascas retocadas, raspador / raspadeiras e furadores (VALENTE, 2006). O conjunto encontra-se actualmente em estudo por Marco Andrade e Alexandra Valente, agradecendo-se a informação de que em Vale de Lobos estão ausentes os foliáceos, tal como sucede no Carrascal.

Quanto à Serra das Éguas, está referenciada quantitativamente (por sectores) a presença de lascas retocadas, raspadeiras, raspadores, lâminas retocadas, buris, entalhes, pontas de seta e foliáceos (lâminas elipsoidais) (ENCARNAÇÃO, 2010). Apesar destas contagens percentuais não existe uma quantificação geral.

Nos níveis do Neolítico Final do povoado de Leceia (CARDOSO & MARTINS, 2013), também dominam os produtos com retoque marginal (40,3%), fundamentalmente as lâminas retocadas (36,1%), lamelas retocadas (2,8%) e lascas retocadas (1,4%). O fundo comum inclui raspadeiras (17,1%), furadores (10,6%), geométricos (1,4%), furador (1%), buris (0,9%). As pontas de seta com vários tipos de base ascendem a 6,5% e assinala-se a presença de lâminas foliáceas (6,9%).

Apesar de, nos seus traços essenciais, o repertório ser similar ao do Carrascal (à excepção das lâminas foliáceas), é mais variado o tipo de utensílios aqui identificado, reflectindo provavelmente uma maior diversidade de actividades.

Quanto ao Penedo do Lexim (SOUSA, 2010), nos níveis do Neolítico Final dominam as peças de retoque marginal (33%). É particularmente relevante o número de pontas de seta (32%), mas deve referir-se que o principal sector onde se detectou a camada basal do Neolítico Final se encontra no topo da elevação. Este elevado número de pontas de seta não resulta completamente surpreendente quando confrontamos por exemplo os depósitos votivos das necrópoles coevas, onde as pontas de seta são muito abundantes. Quanto ao fundo comum, tal como no Carrascal, destacam-se os utensílios sobre suporte não estandardizado (17%) estando ainda presentes alguns exemplares de raspadeiras (4%). Os foliáceos, correspondentes às “lâminas elipsoidais”, ascendem a 7%. Numa perspectiva diacrónica regista-se uma grande uniformidade dos conjuntos do Penedo do Lexim, dominados pelas peças de retoque marginal, seguindo-se as pontas de seta. Os foliáceos mantêm a sua proporção, com um ligeiro aumento no Calcolítico inicial.

Esta continuidade surge também referida para Leceia: “*curiosamente, as utensilagens retocadas das C.4 e C.2 não apresentam diferenças estatísticas significativas*” (CARDOSO, SILVA & SOARES, 1996, p. 66). Para o Zambujal também se cita o aumento das peças foliáceas: “pode-se avançar que há uma mudança nas frequências relativas: da predominância das facas de lâmina nas fases 1 e 2 de construção, passa-se a uma predominância das facas folheadas nas fases 3 a 5. Não obstante os efeitos perturbadores das actividades de construção e da erosão, esta mudança é significativa” (UERPMANN & UERPMANN, 2003, p. 271-272).

Nas Figs. 40 a 62 apresentam-se os exemplares mais significativos.

3.2 – Pedra polida

Trata-se de conjunto pouco expressivo embora de assinalável heterogeneidade. A tipologia usualmente para identificar as lâminas de pedra polida, que seriam depois encabadas funcionando essencialmente como enxós, machados e, eventualmente, sachos, baseiam-se na assimetria da secção do gume. Tal critério só em parte foi possível aplicar ao conjunto em apreço, pelo facto de este se encontrar muito fragmentado, possuindo frequentemente os exemplares os gumes muito alterados pelo uso. Além deste critério, é usual as enxós, ao serem apoiadas horizontalmente numa base de madeira, possuírem leve arqueamento do corpo, possuindo uma face convexa (a dorsal) e uma face côncava (a ventral).

Machados – de anfibólito, reconheceram-se dois tipos distintos, ambos com a superfície polida praticamente na íntegra: um exemplar espalmado, de secção rectangular e contorno sub-trapezoidal (Fig. 63, n.º 2) e um exemplar de secção sub-quadrangular, de corpo maciço (Fig. 63, n.º 5). Naturalmente ambos se destinavam a funções distintas, existindo na colecção outros exemplares mais ou menos fragmentados que se inscrevem em qualquer dos dois tipos considerados, por vezes com os gumes denunciando marcas de golpes violentos (Fig. 63, n.º 8; Fig. 65, n.º 5). Nestes exemplares, são visíveis em geral os cristais de anfíbola, orientados perpendicularmente ao gume dos machados, que suportam a classificação petrográfica proposta.

A origem destas rochas anfibolíticas nem sempre é fácil de identificar, provindo seguramente de afloramentos do Maciço Hercínico, uma vez que são desconhecidas na região estremenha, como desde há muito Alfredo Bensaúde tinha constatado, com base em exemplares que estudou de diversas estações da região, como Lapa Furada e Casa da Moura (Óbidos), Furninha (Peniche), Carvalhal (Turquel), Quinta do Anjo (Palmela), Porto Covo (Cascais), Leceia (Oeiras) e Monte Abraão (Sintra) (BENSAÚDE, 1884). Em estudo mais recente, foi possível propor a atribuição dos exemplares de Leceia a afloramentos da bordadura ocidental da bacia cenozóica do Tejo, correspondendo a afloramentos reconhecidos nas regiões de Montemor-o-Novo, Avis e Abrantes (CARDOSO & CARVALHOSA, 1995).

2001

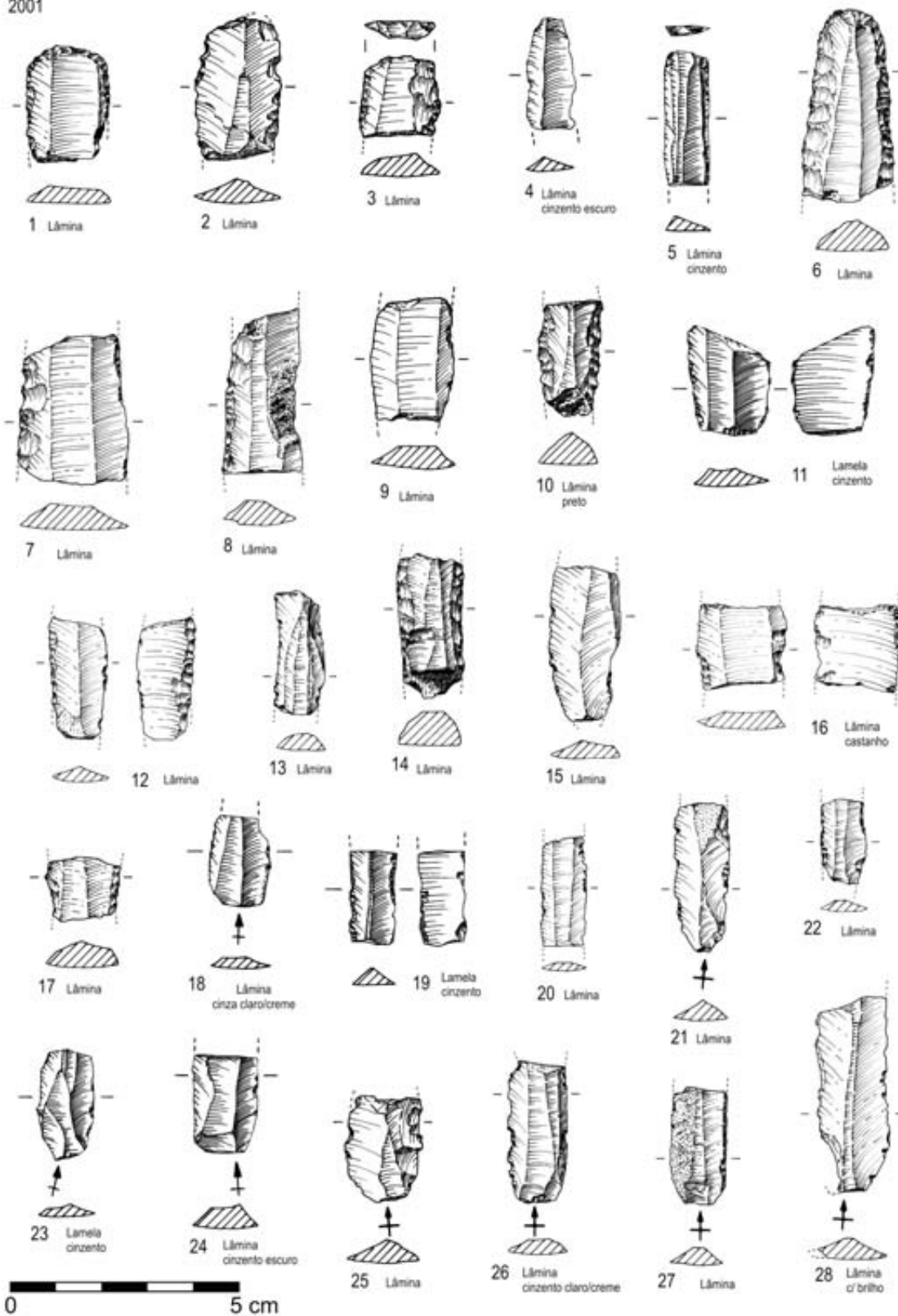


Fig. 40 – Carrascal, 2001. Produtos laminares. Desenhos de F. Martins.

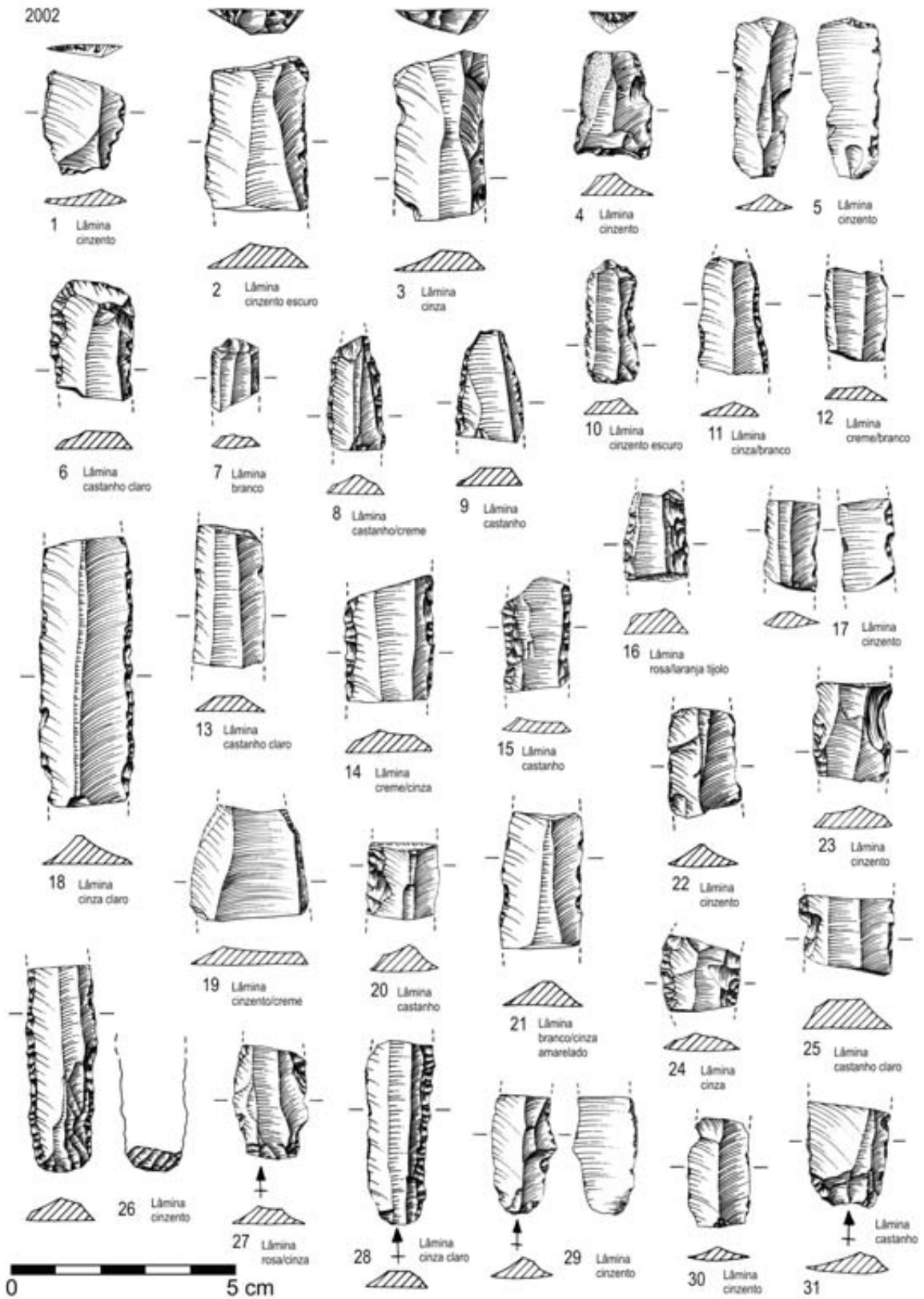


Fig. 41 – Carrascal, 2002. Produtos laminares. Desenhos de F. Martins.

2003
V1

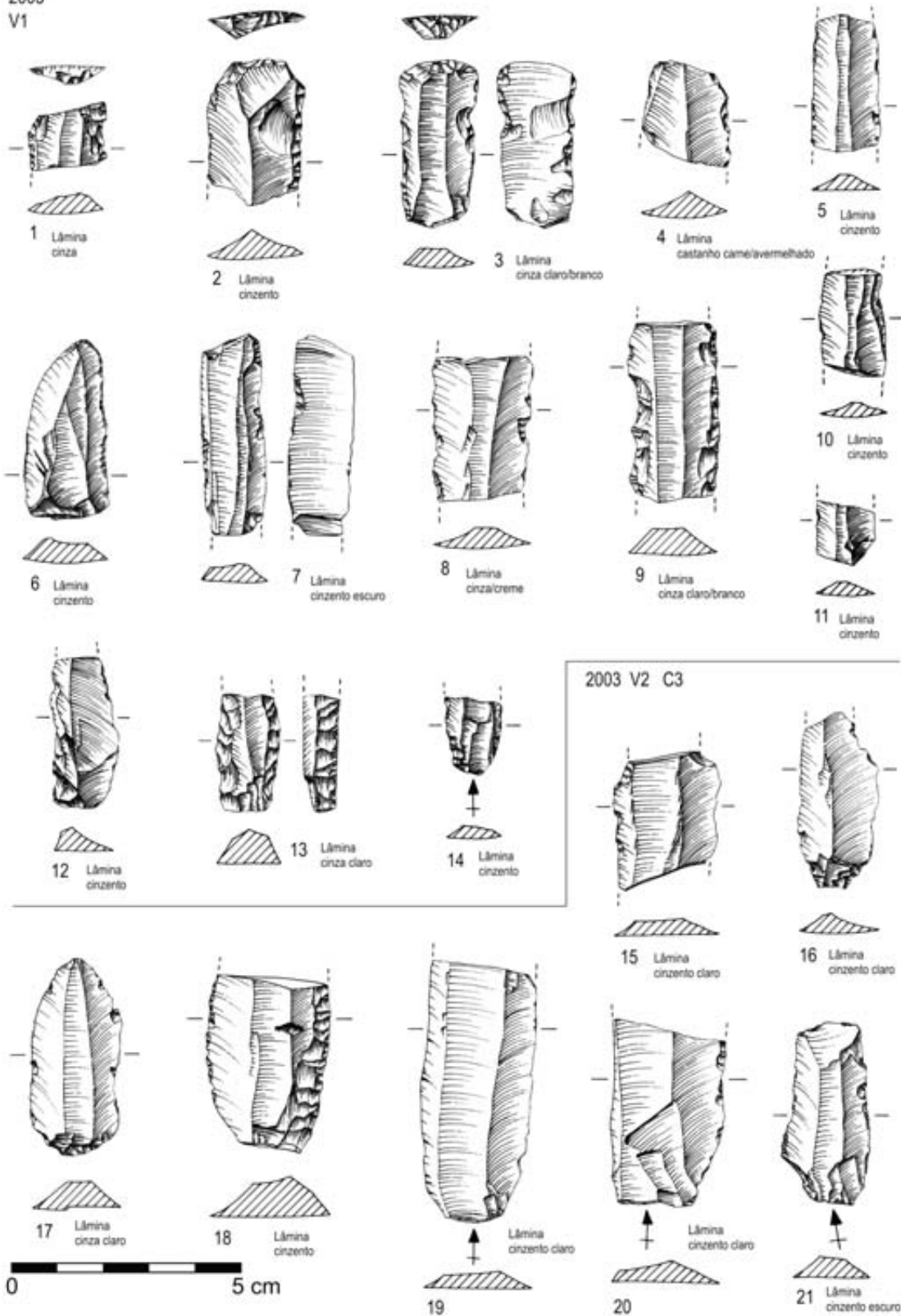


Fig. 42 - Carrascal, 2003. Produtos laminares. Desenhos de F. Martins.

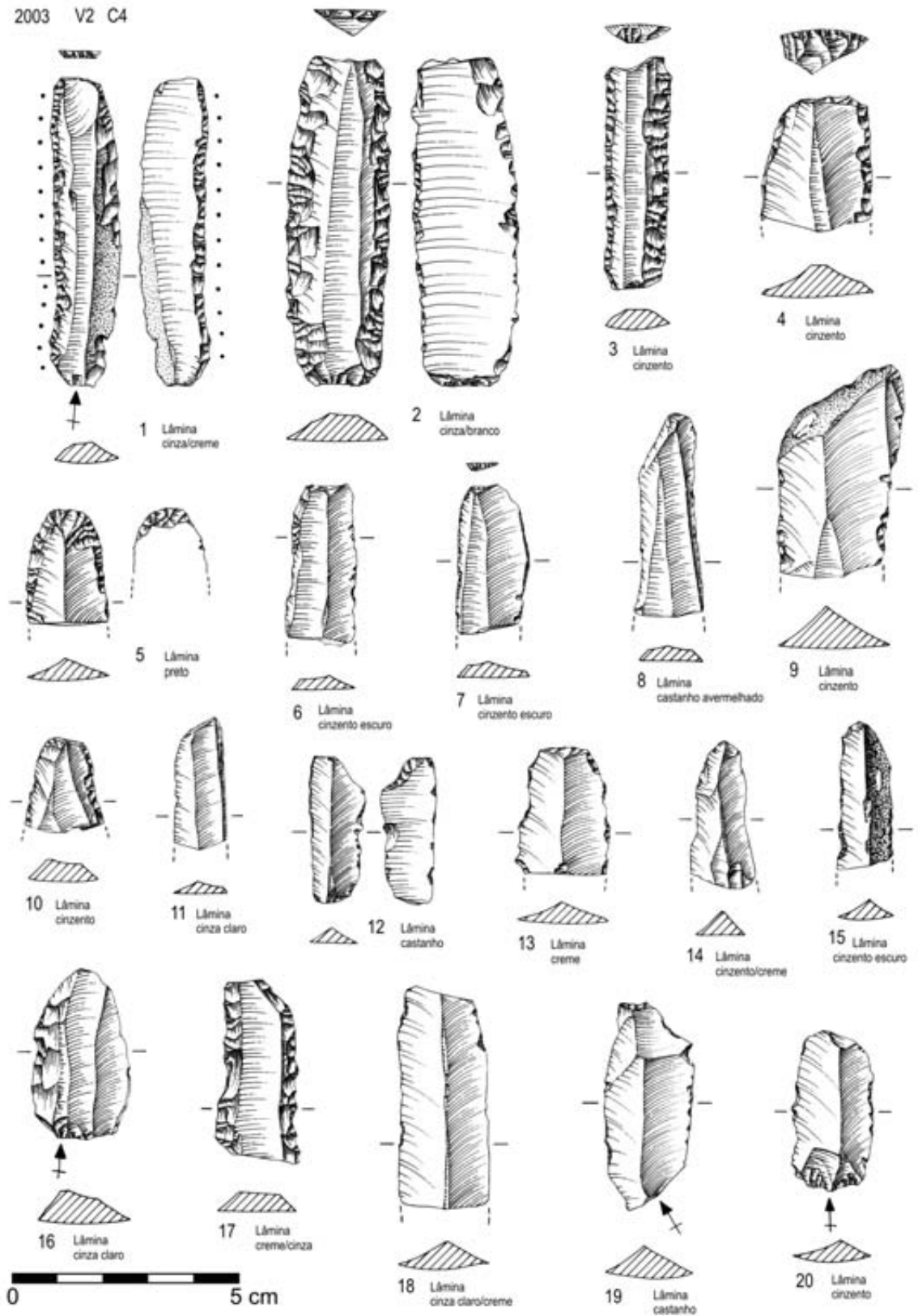


Fig. 43 - Carrascal, 2003. Produtos laminares. Desenhos de F. Martins.

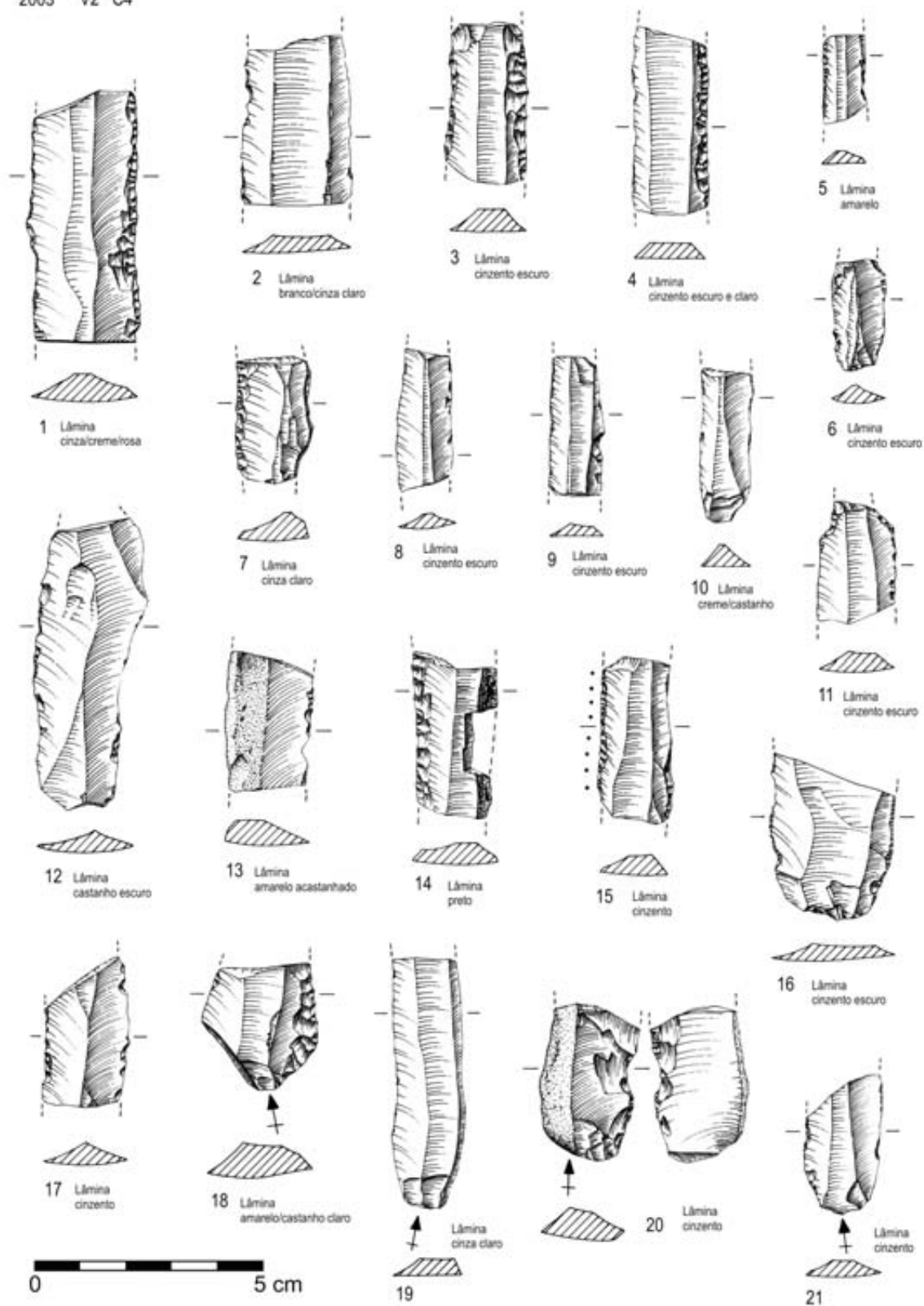


Fig. 44 - Carrascal, 2003. Produtos laminares. Desenhos de F. Martins.

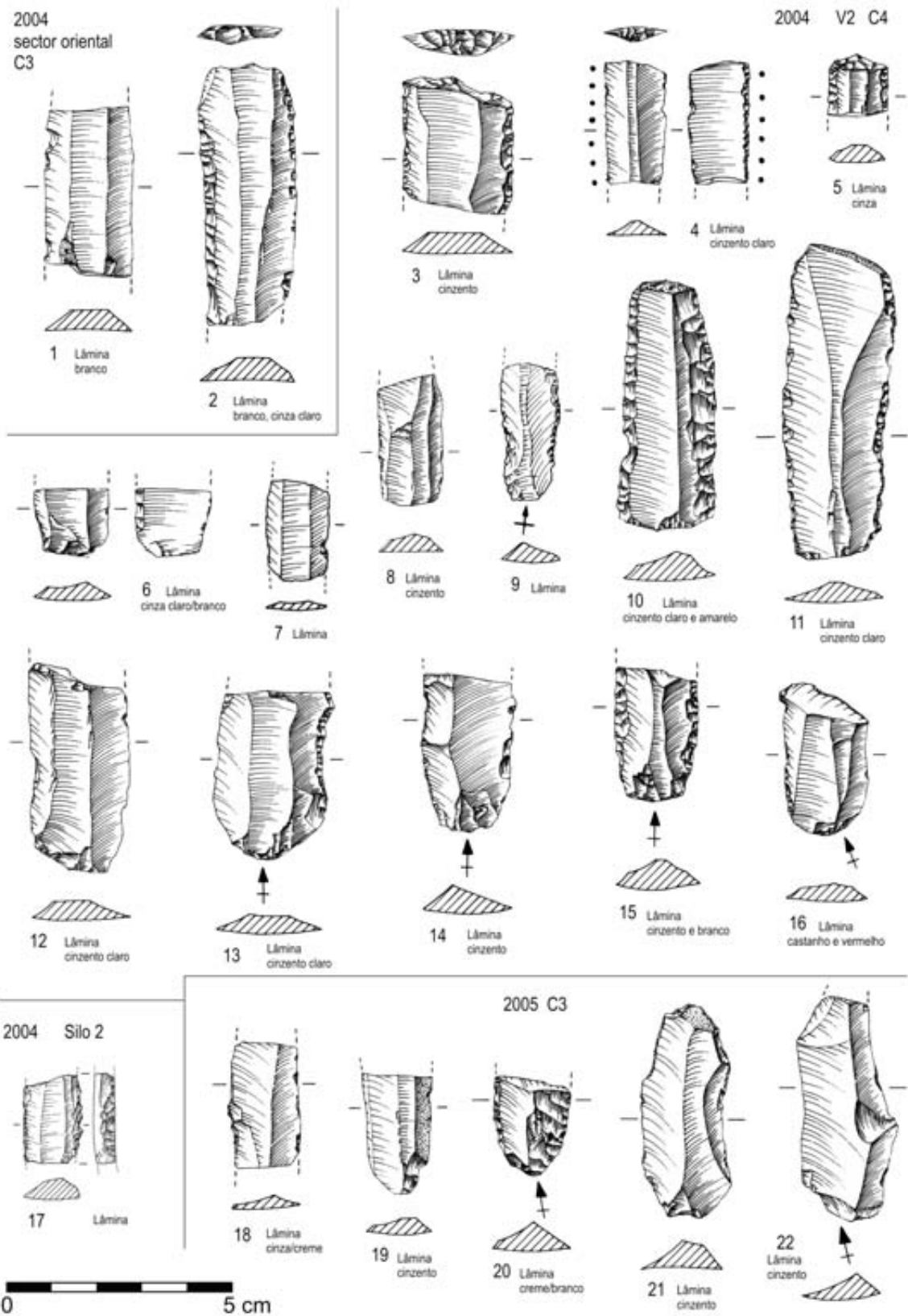


Fig. 45 - Carrascal, 2004. Produtos laminares. Desenhos de F. Martins.

2005
C3

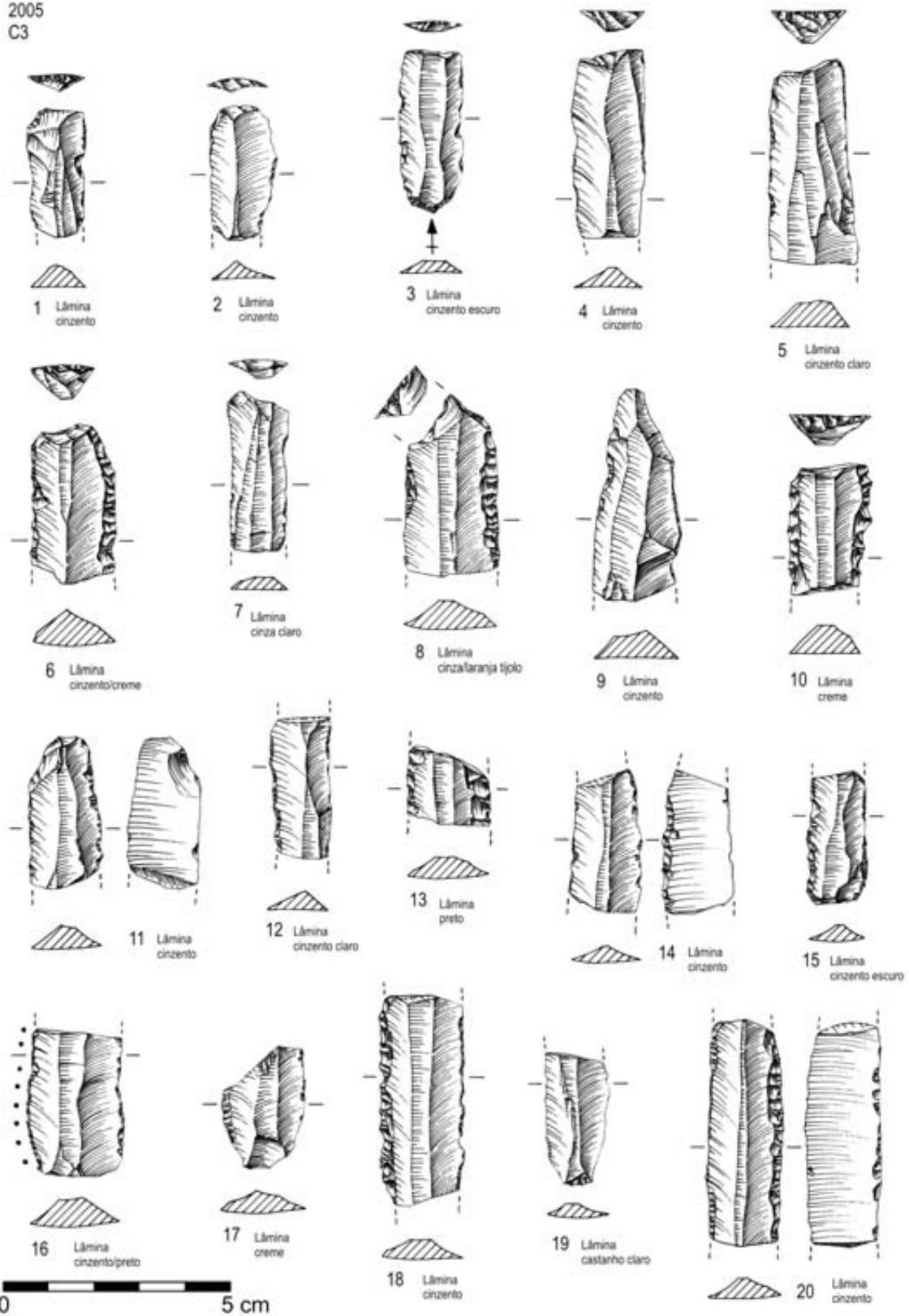


Fig. 46 – Carrascal, 2005. Produtos laminares. Desenhos de F. Martins.

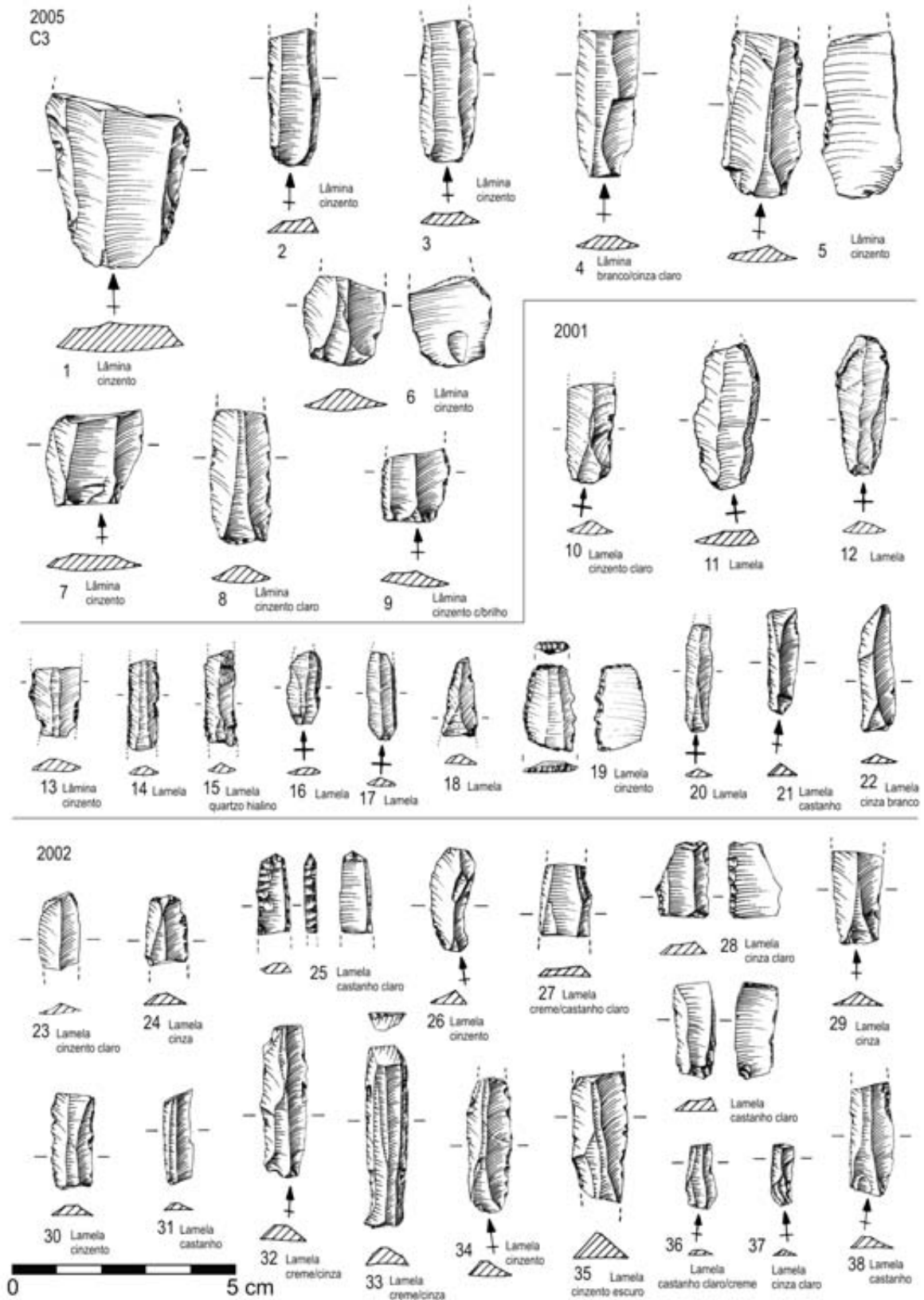


Fig. 47 – Carrascal, 2005. Produtos laminares (1 a 9). Carrascal, 2001. Produtos lamelares (13 a 22). Carrascal, 2002. Produtos lamelares (23 a 38). Desenhos de F. Martins.

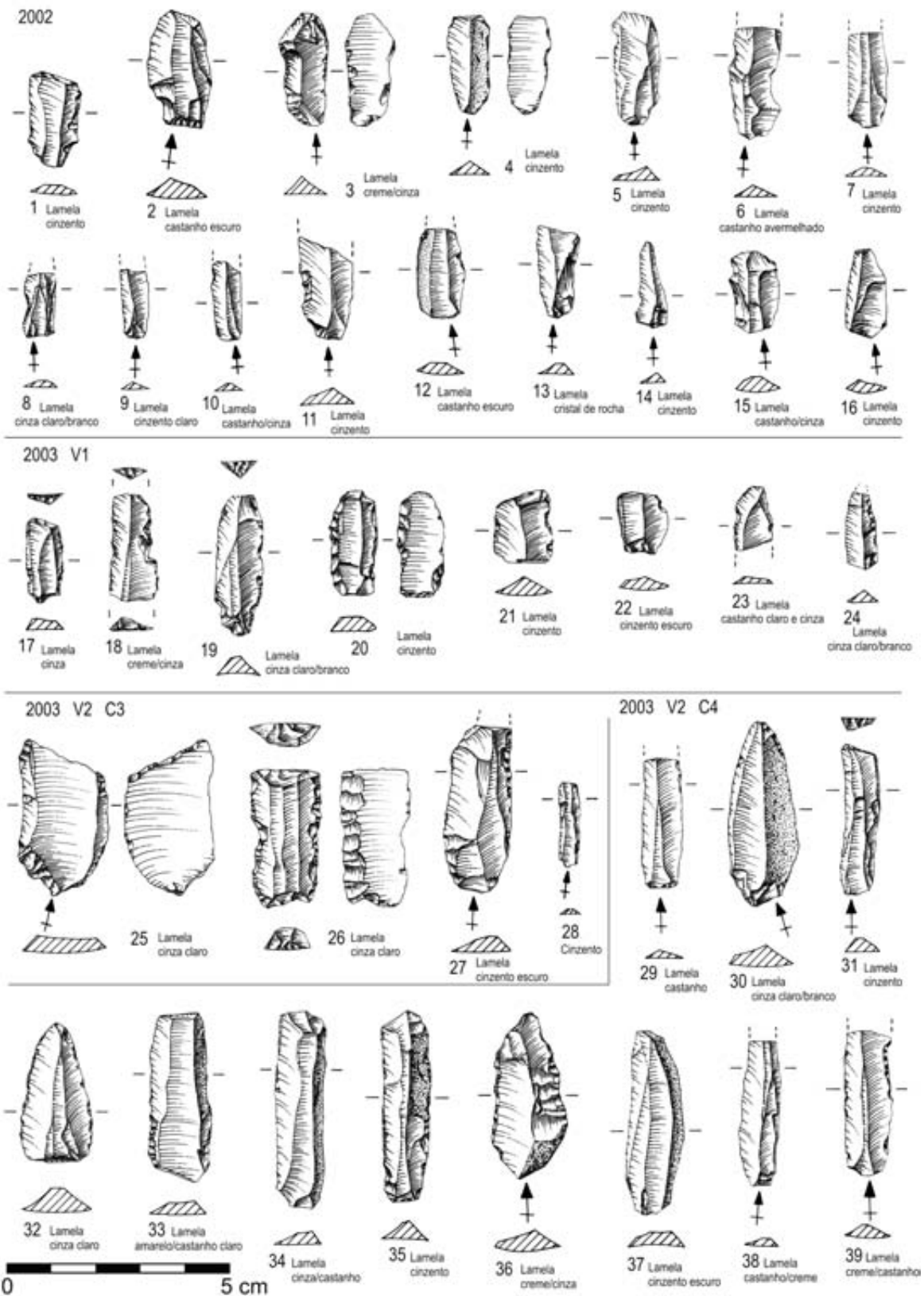
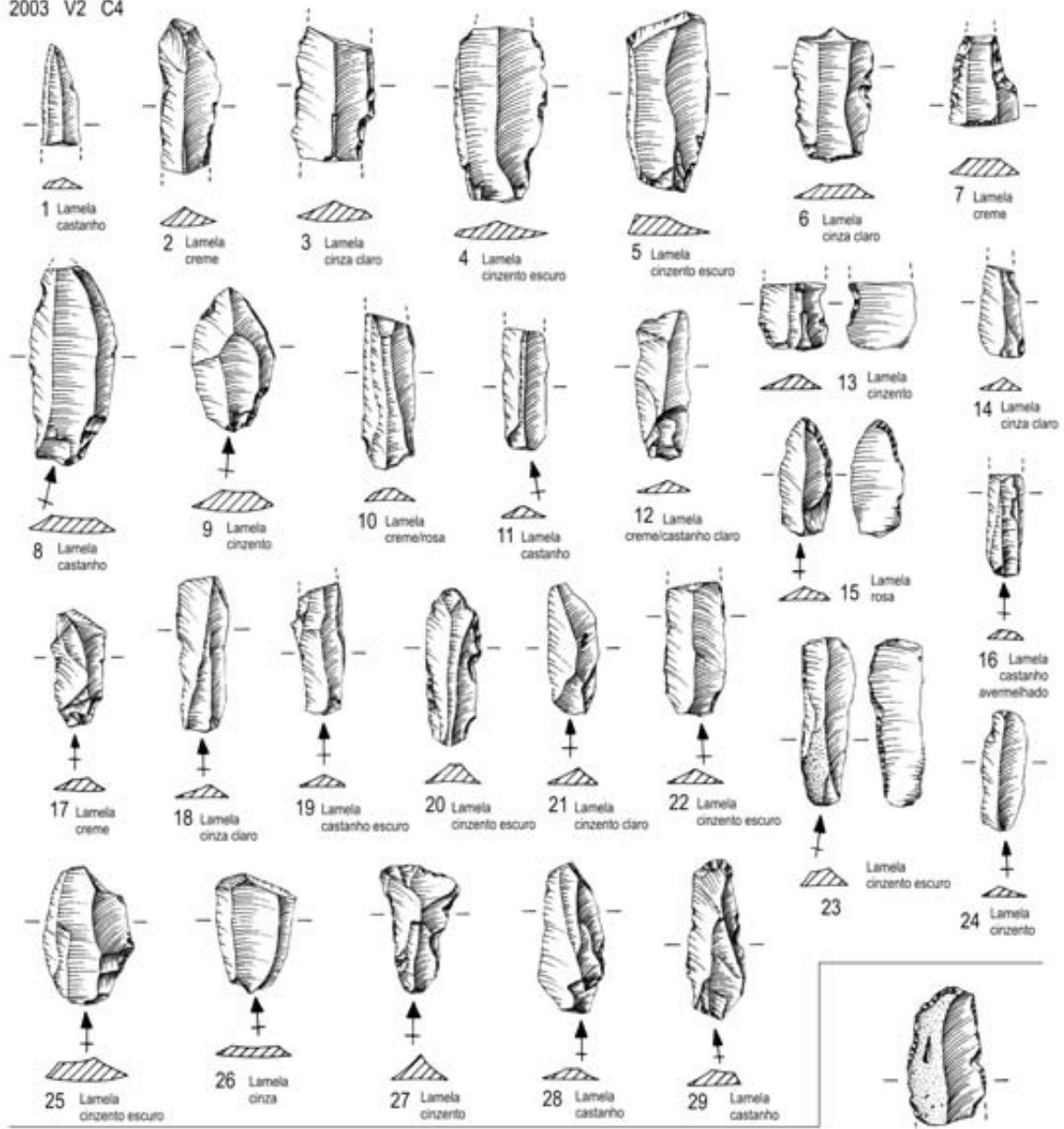


Fig. 48 – Carrascal, 2002. Produtos lamelares (1 a 16). Carrascal, 2003. Produtos lamelares (17 a 39). Desenhos de F. Martins.

2003 V2 C4



2004 V2 C3

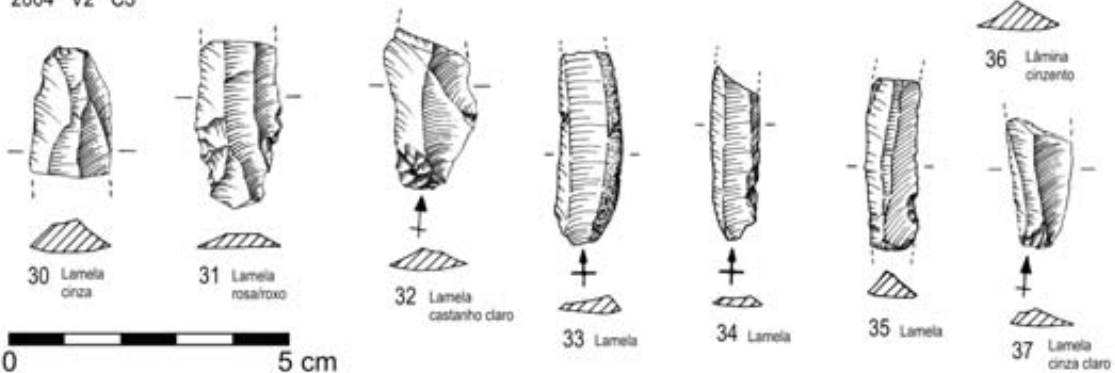
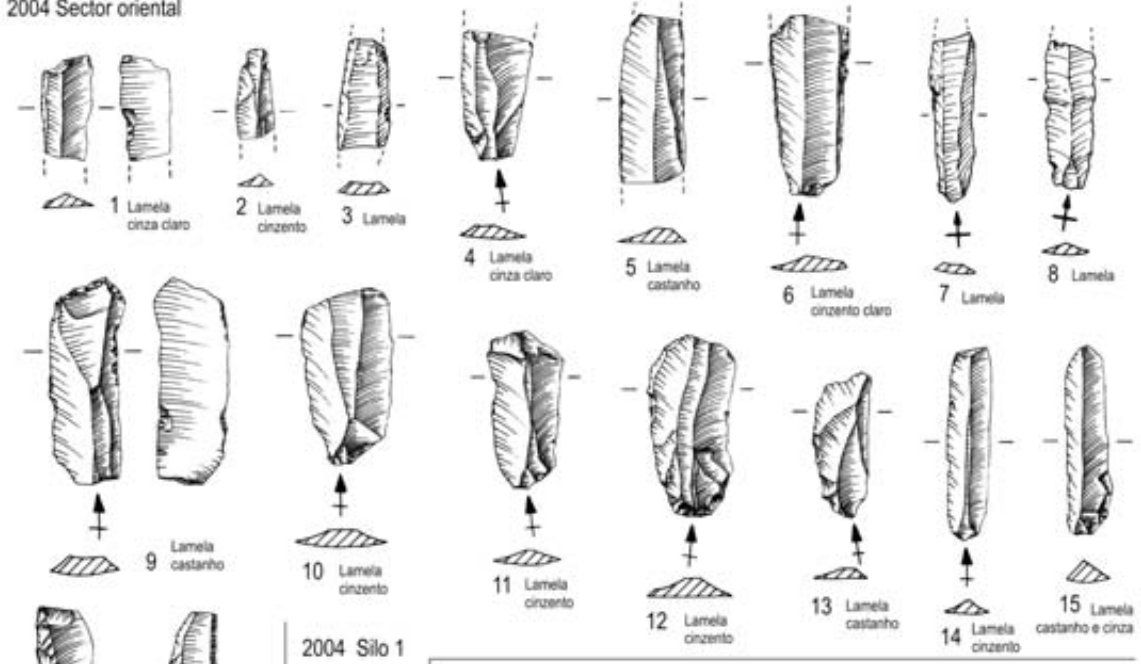
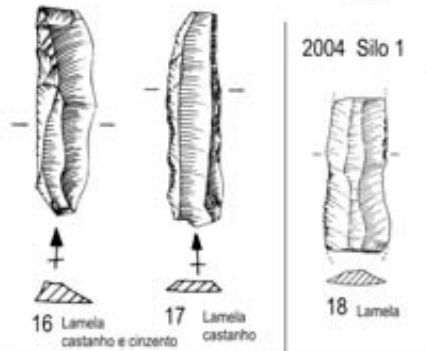


Fig. 49 – Carrascal, 2003. Produtos lamelares (1 a 29). Carrascal, 2004. Produtos lamelares (30 a 37). Desenhos de F. Martins.

2004 Sector oriental



2004 Silo 1



2005 C3

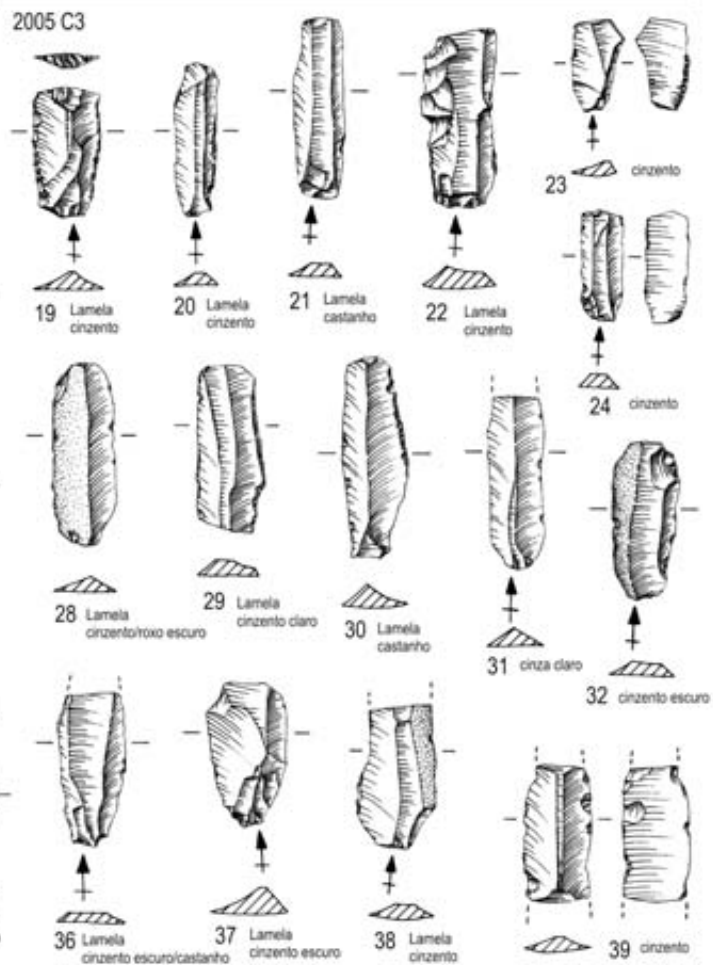


Fig. 50 – Carrascal, 2004. Produtos lamelares (1 a18). Carrascal, 2005. Produtos lamelares (19 a 39).
Desenhos de F. Martins, exceptuando n.º 18, de B. Ferreira.

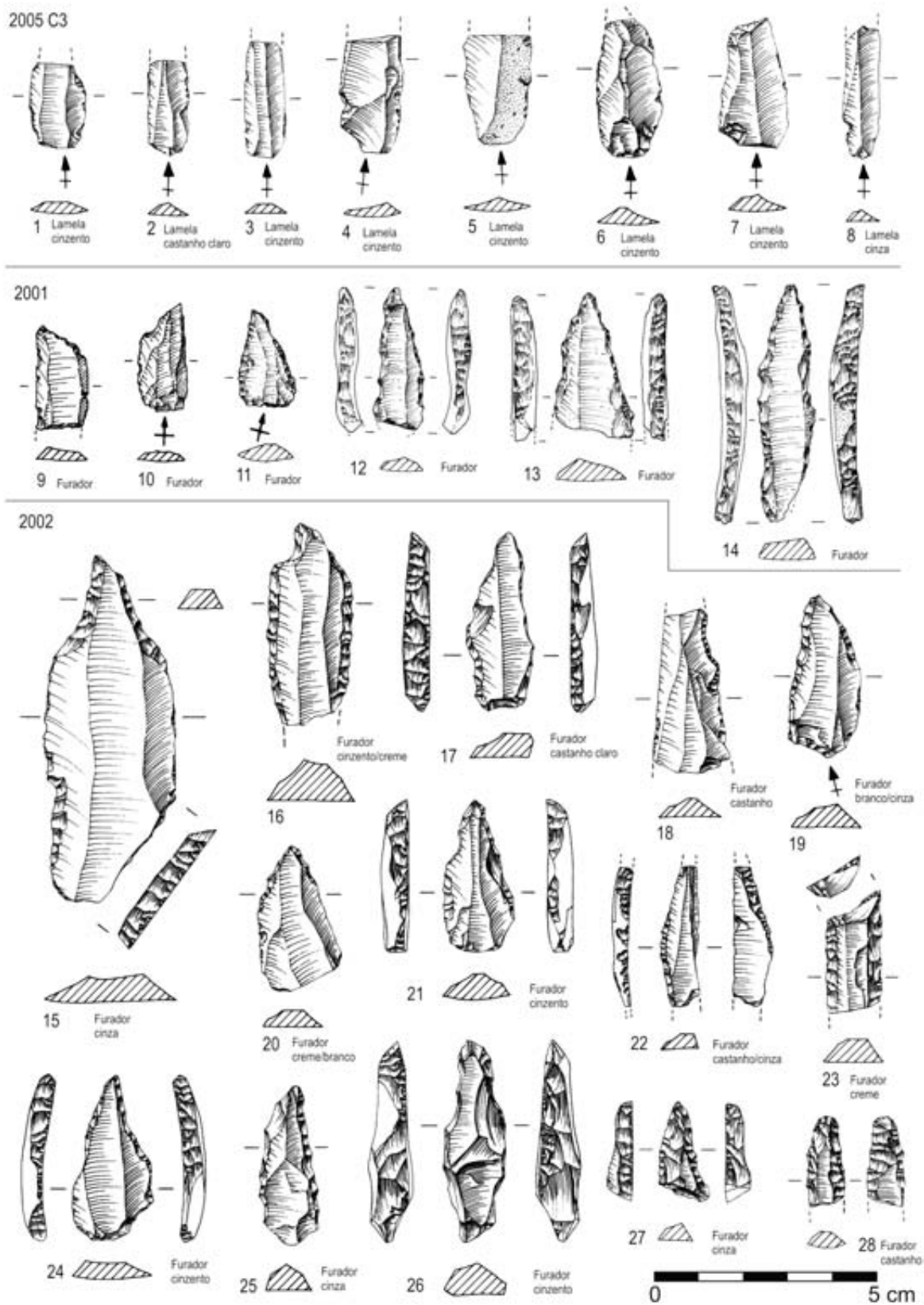


Fig. 51 – Carrascal, 2005. Produtos lamelares (1 a 8). Carrascal, 2001. Furadores (9 a 14). Carrascal, 2002. Furadores (15 a 28). Desenhos de F. Martins.

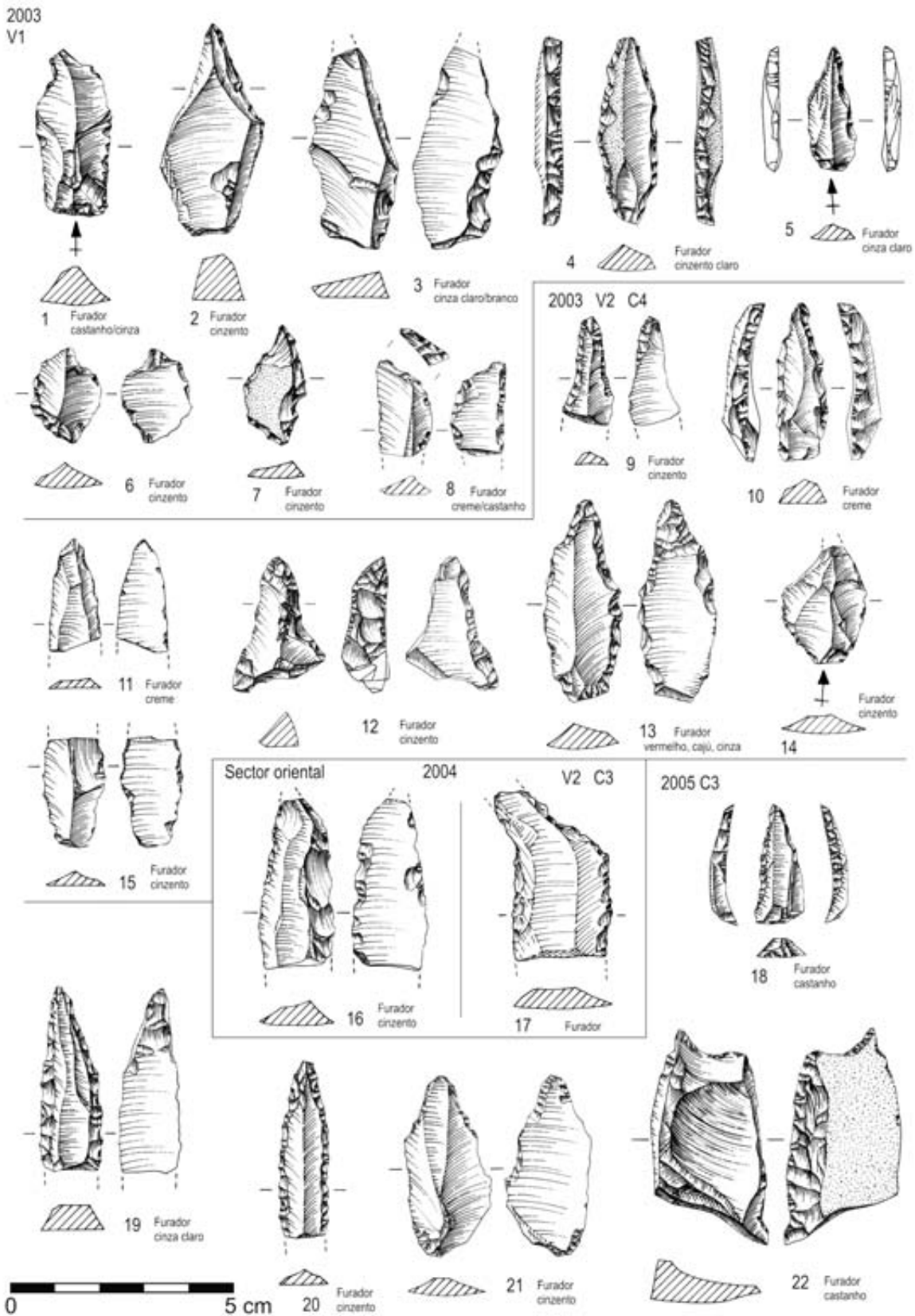


Fig. 52 – Carrascal, 2003. Furadores (1 a 15). Carrascal, 2004. Furadores (16 e 17). Carrascal, 2005. Furadores (18 a 22).
Desenhos de F. Martins.

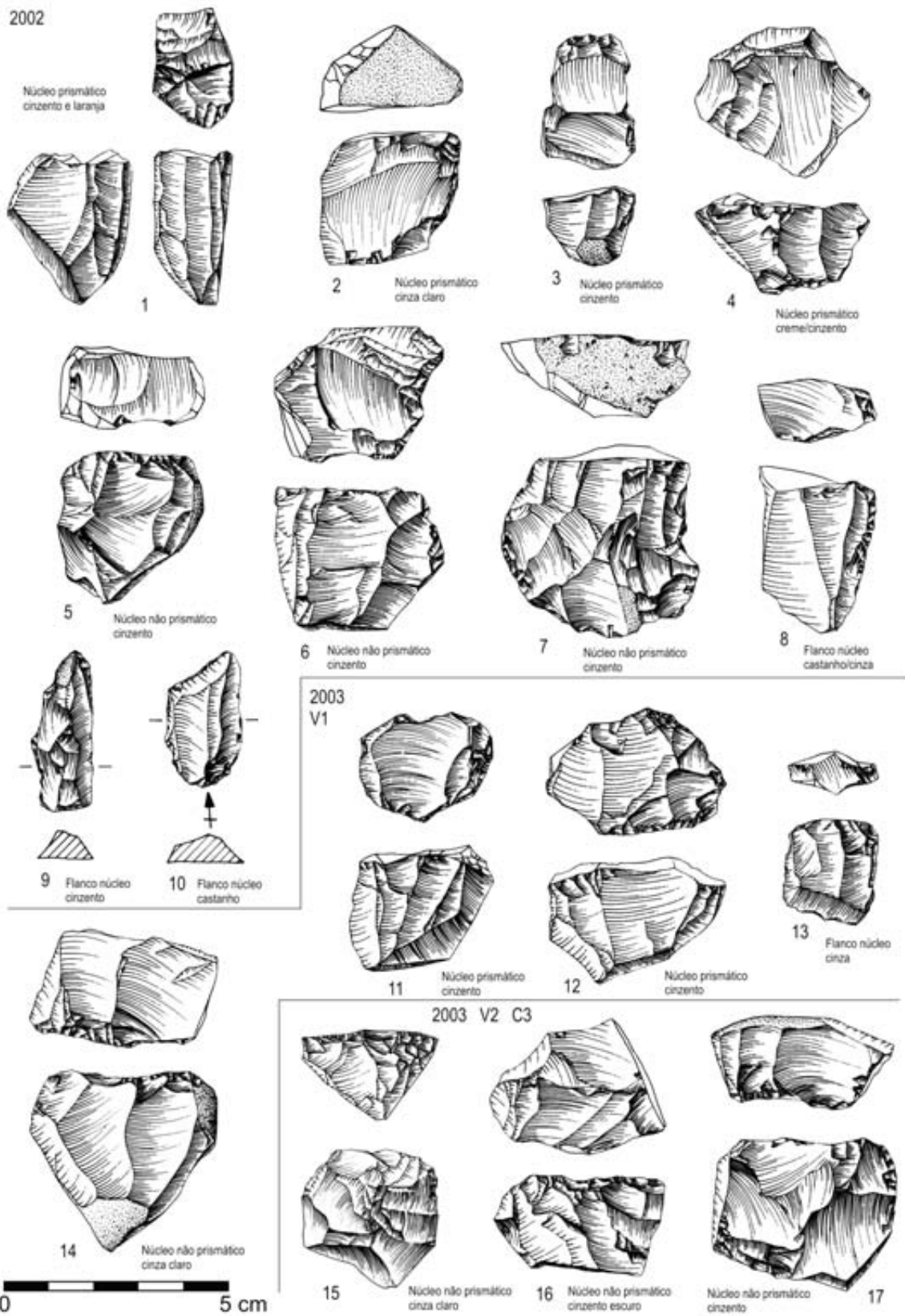
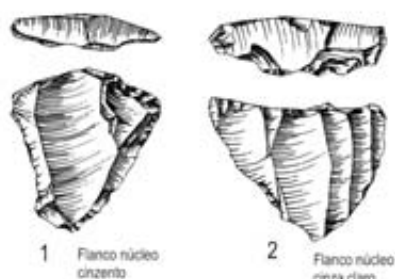


Fig. 53 – Carrascal, 2002. Núcleos e flancos de núcleo (1 a 10). Carrascal, 2003. Núcleos e flanco de núcleo (11 a 17).
Desenhos de F. Martins.

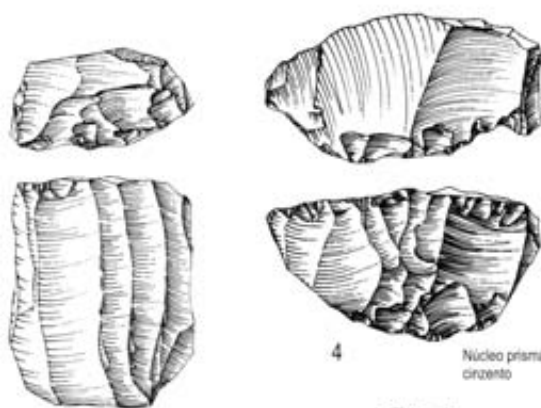
2003 V2 C3



1 Flanco núcleo cinzento

2 Flanco núcleo cinza claro

2003 V2 C4



3 Núcleo prismático amarelo

4 Núcleo prismático cinzento



5 Núcleo prismático cinzento

6 Núcleo prismático cinzento escuro/castanho escuro

7 Núcleo prismático cinzento/creme

8 Núcleo não prismático cinzento



10 Núcleo não prismático cinzento

11 Núcleo não prismático castanho/cinzento escuro

12 Núcleo não prismático cinzento

9 Núcleo não prismático castanho escuro



13 Núcleo não prismático castanho/cinza escuro

Fig. 54 - Carrascal, 2003. Núcleos e flancos de núcleo. Desenhos de F. Martins.

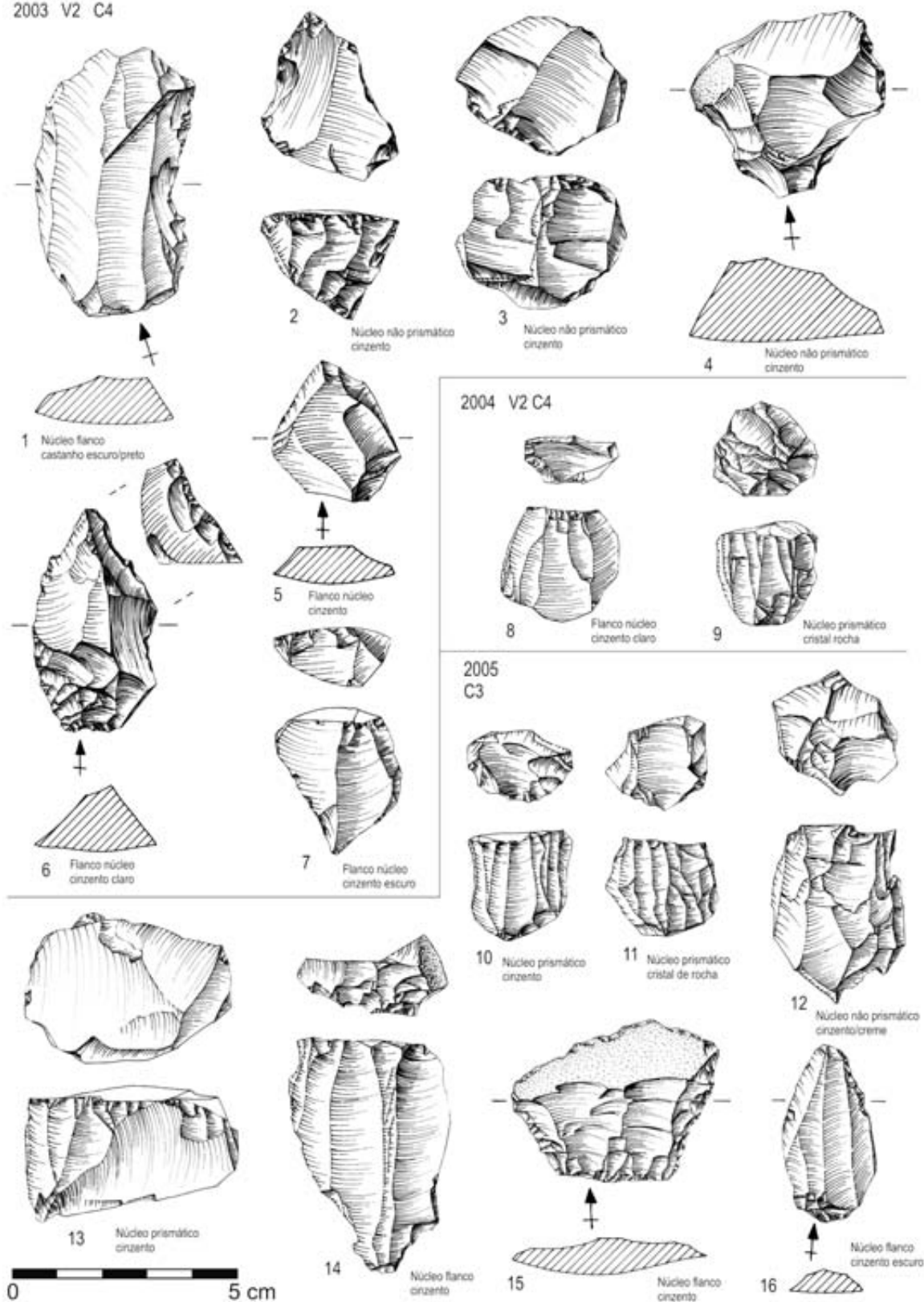


Fig. 55 – Carrascal, 2003. Núcleos e flancos de núcleo (1 a 7). Carrascal, 2004. Núcleo e flanco de núcleo (8 e 9). Carrascal, 2005. Núcleos e flancos de núcleo (10 a 16). Desenhos de F. Martins.

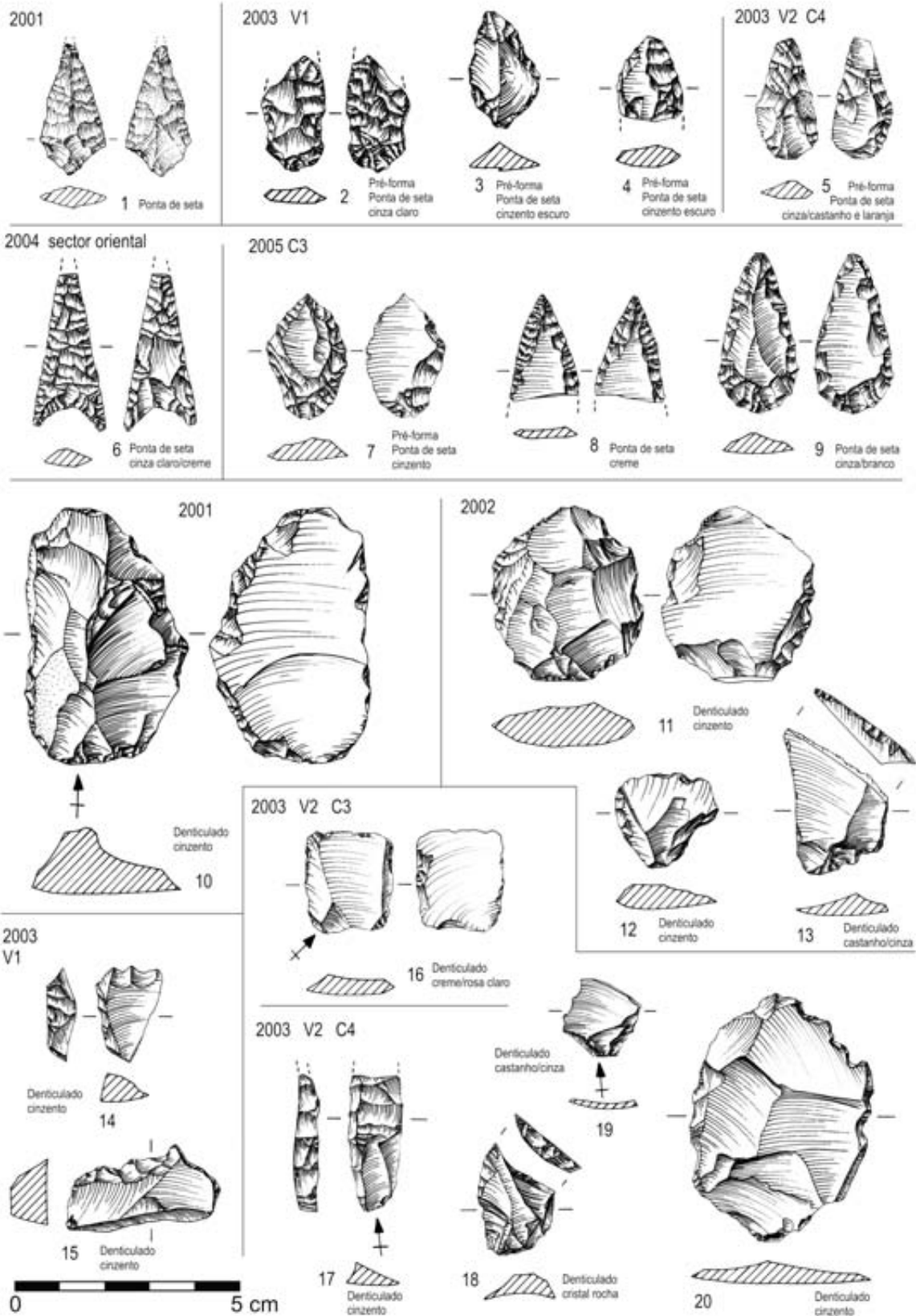


Fig. 56 – Carrascal, 2001. Ponta de seta (1). Carrascal, 2003. Pré-formas de pontas de seta (2 a 5). Carrascal, 2004. Ponta de seta (6). Carrascal, 2005. Pré-forma de ponta de seta (7) e pontas de seta (8 e 9). Carrascal, 2001. Denticulado (10). Carrascal, 2002. Denticulados (11 a 13). Carrascal, 2003. Denticulado (14 a 20). Desenhos de F. Martins.

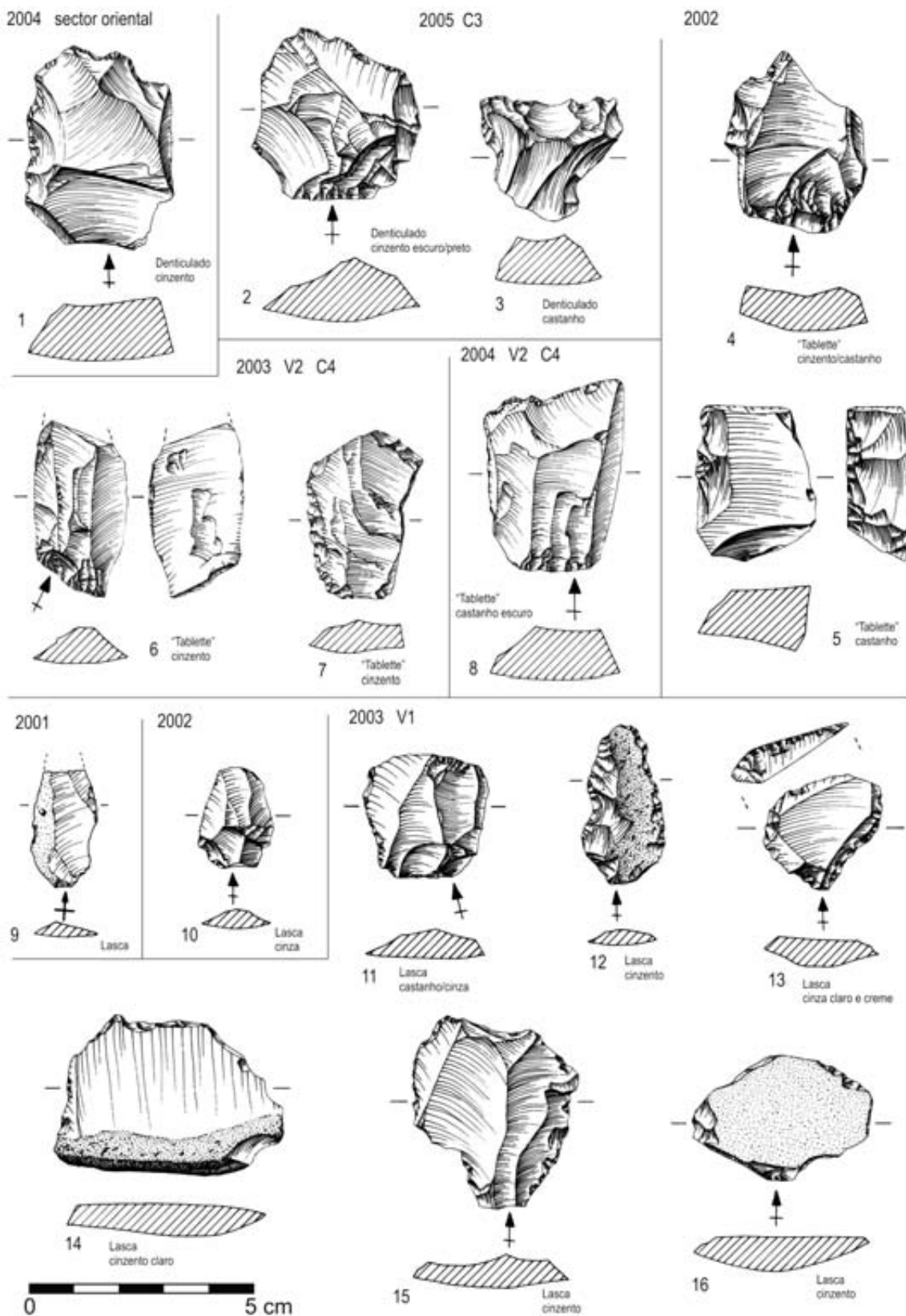


Fig. 57 – Carrascal, 2004. Denticulado (1). Carrascal, 2005. Denticulados (2 e 3). Carrascal, 2002. “Tablettes” (4 e 5). Carrascal, 2003. *Tablettes* (6 e 7). Carrascal, 2004. *Tablette* (8). Carrascal, 2001. Lasca (9). Carrascal, 2002. Lasca (10). Carrascal, 2003. Lascas (11 a 16). Desenhos de F. Martins.

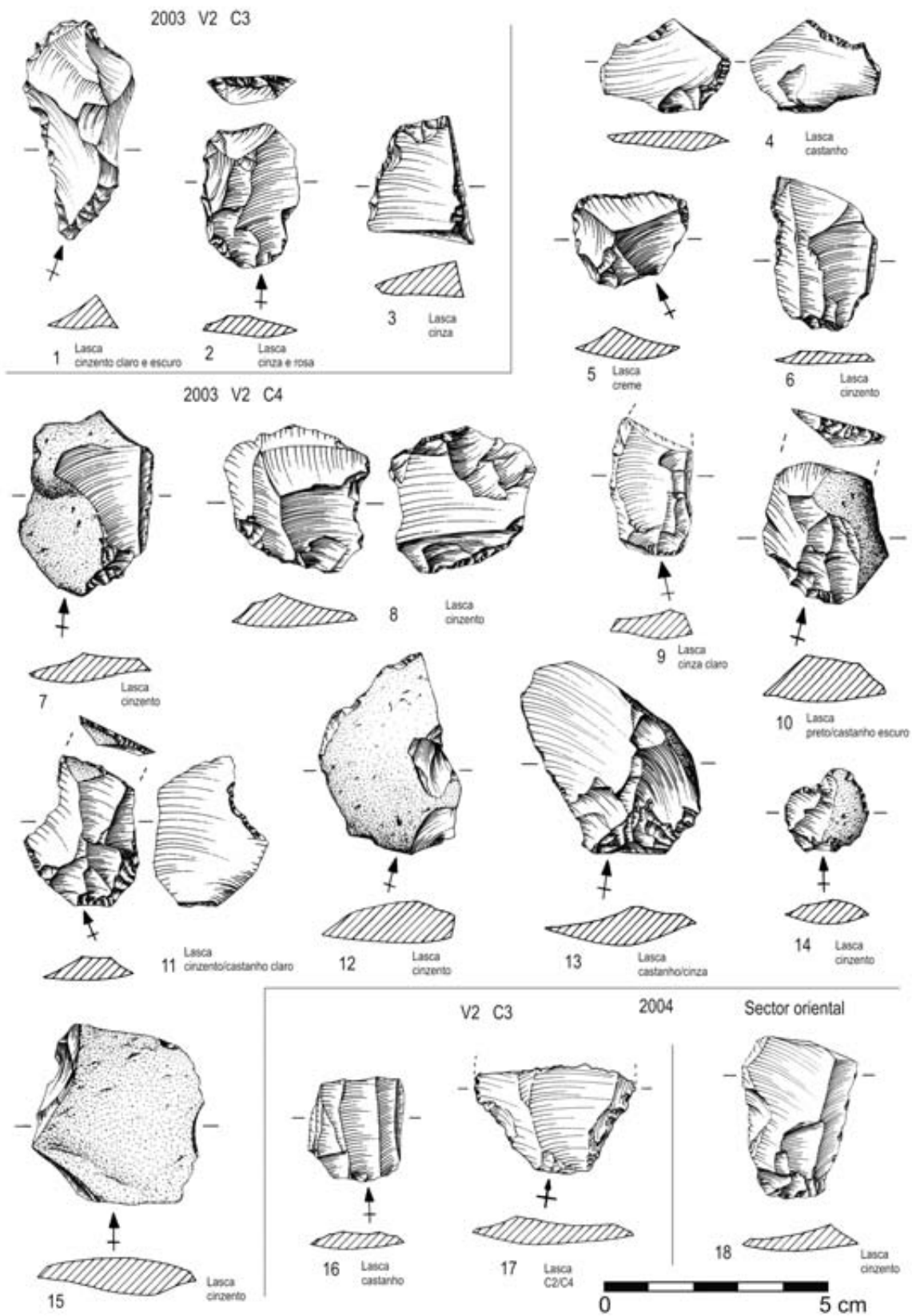


Fig. 58 – Carrascal, 2003. Lascas (1 a 15). Carrascal, 2004. Lascas (16 a 18). Desenhos de F. Martins.

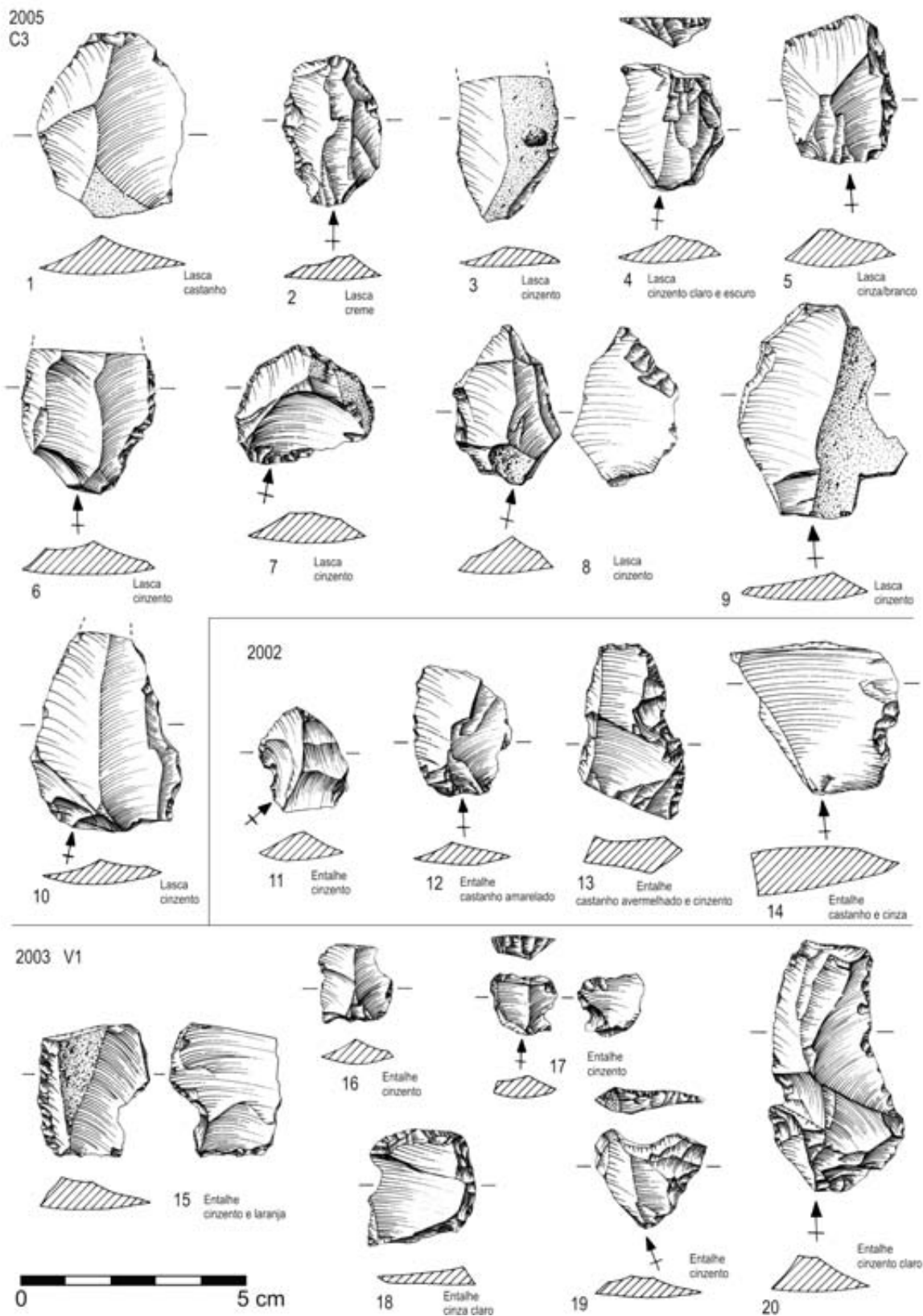


Fig. 59 – Carrascal, 2005. Lascas (1 a 10). Carrascal, 2002. Entalhes (11 a 14). Carrascal, 2003. Entalhes (15 a 20).
Desenhos de F. Martins.

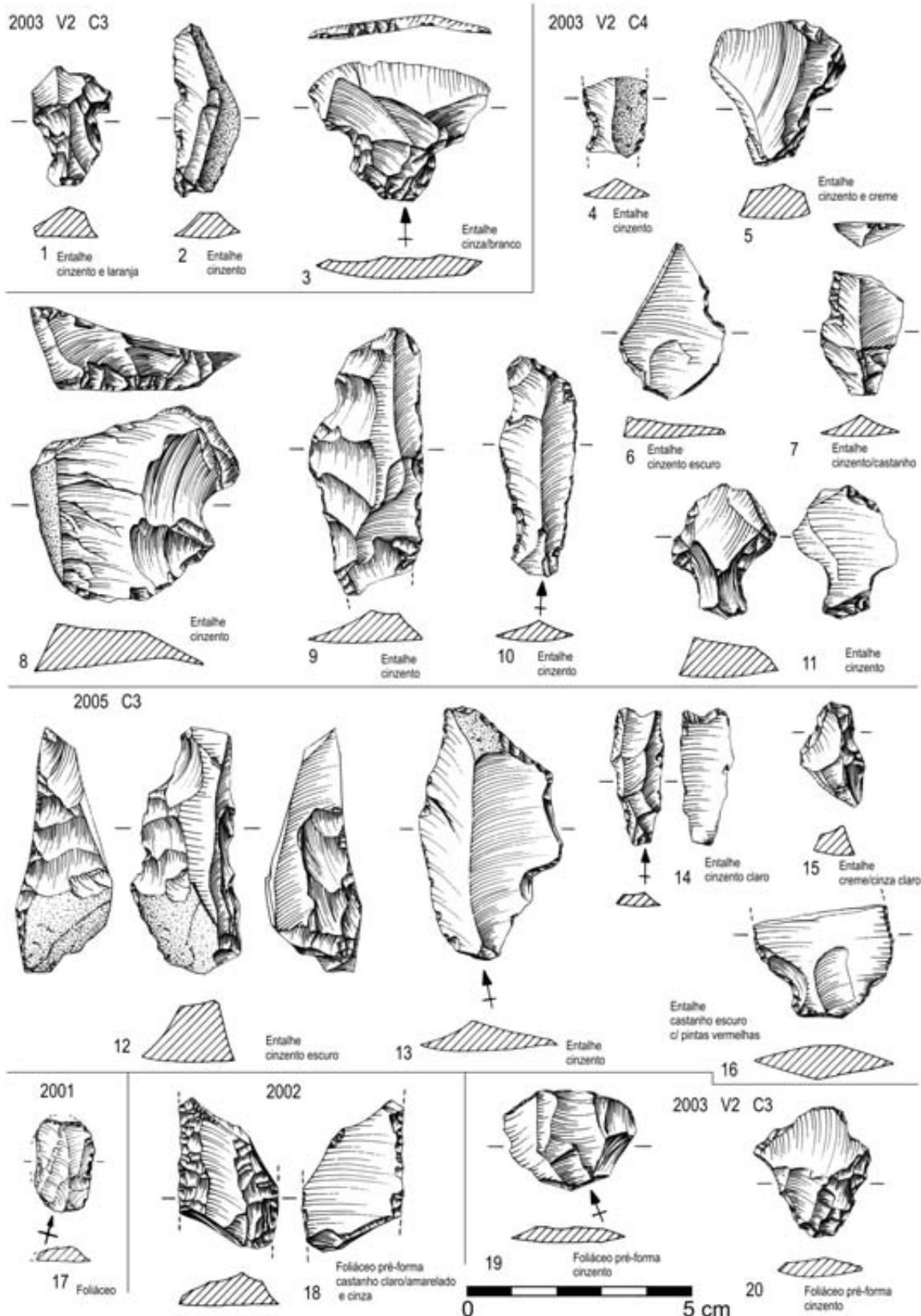
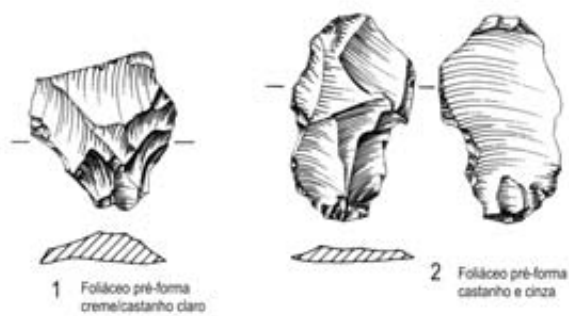


Fig. 60 – Carrascal, 2003. Entalhes (1 a 11). Carrascal, 2005. Entalhes (12 a 16). Carrascal, 2001. Foliáceo (17). Carrascal, 2002. Foliáceo, pré-forma (18). Carrascal, 2003. Foliáceos, pré-formas (19 e 20). Desenhos de F. Martins.

2003 V2 C4



2005 C3

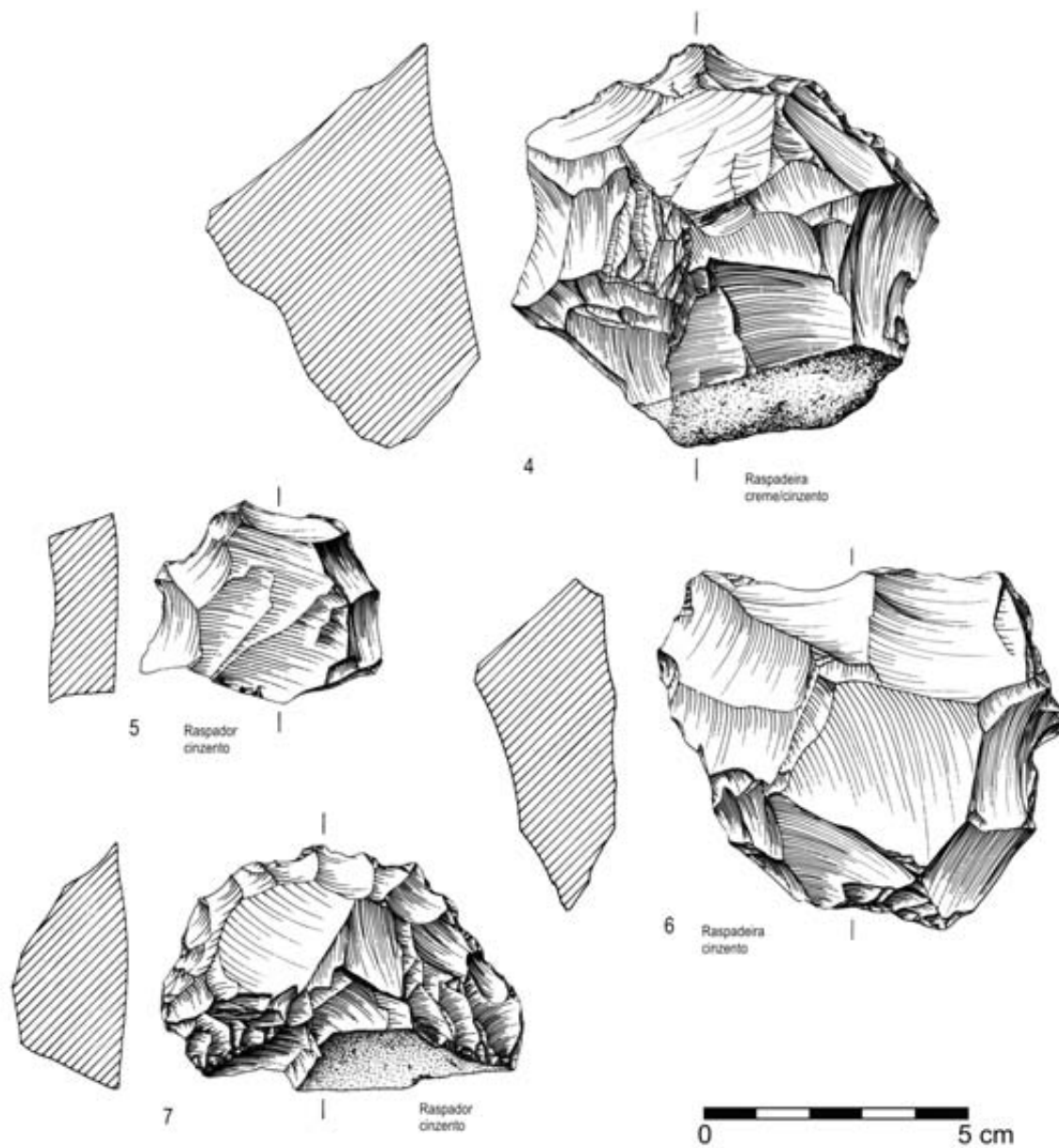
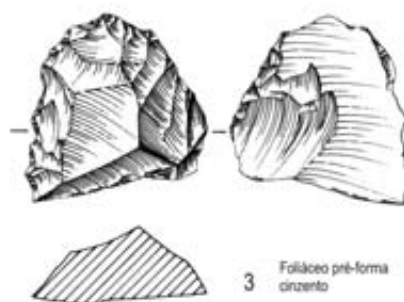
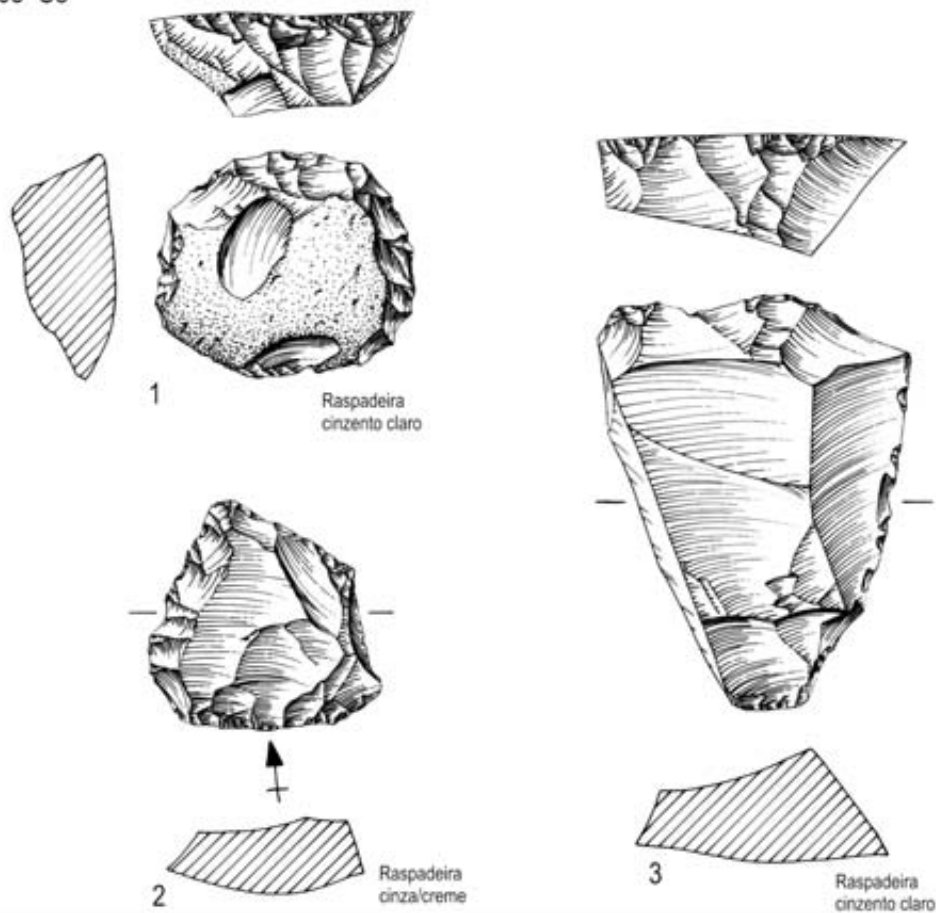


Fig. 61 – Carrascal, 2003. Foliáceos, pré-formas (1 e 2). Raspadeiras (4 e 6). Raspadores (5 e 7). Carrascal, 2005. Foliáceo, pré-forma (3).
Desenhos de F. Martins.

2005 C3



2003
V2
C4

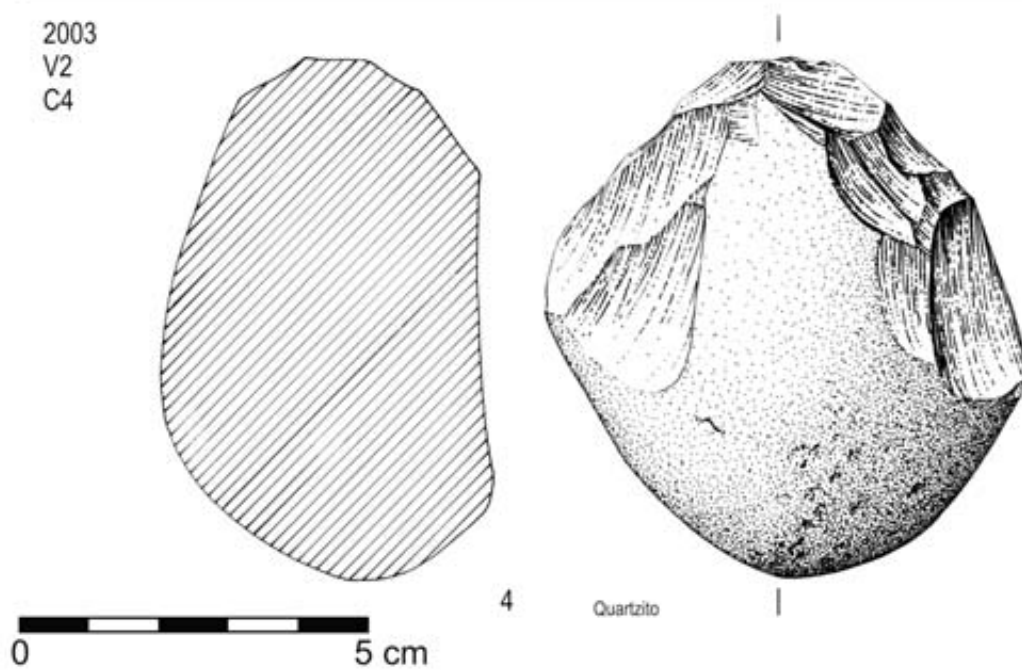


Fig. 62 – Carrascal, 2005. Raspadeiras (1, 2 e 3). Carrascal, 2003. Seixo afeiçoado de quartzito reutilizado como percutor (4). Desenhos de F. Martins.

Ficou desta forma comprovada a importação sistemática de anfibolitos, destinados ao abastecimento das comunidades estremenhas, de locais distanciados pelo menos a 150 km, verificando-se em Leceia um incremento de tais importações desde o Neolítico Final ao final do Calcolítico, explicado pela intensificação económica com a consequente interacção que caracterizou todo o Calcolítico estremenho (CARDOSO, 2004).

Um outro grupo corresponde a grandes exemplares de rochas ígneas de origem regional, provavelmente de tipo dolerítico / basáltico, de coloração acinzentada devido à pátina que adquiriram, mas que na verdade são de tonalidades muito mais escuras, quando observadas em fracturas frescas. Trata-se de rochas de textura muito fina. Tipologicamente, são usualmente considerados mais antigos que os machados de secção quadrangular ou rectangular, embora convivam com os exemplares de anfibolito de secção rectangular ou quadrangular, como os anteriormente referidos.

Tal situação observou-se em Leceia, em contextos do Neolítico Final, situação que se altera no Calcolítico, com a quase total ausência dos exemplares de rochas ígneas de origem local ou regional, de secções circulares ou elípticas (CARDOSO, 1999-2000; 2004). Reconheceram-se na colecção dois exemplares deste tipo, em forma de rebolo, possuindo secções sub-circulares; apresentam-se totalmente polidos, embora tenham sido depois intensamente reaproveitados como percutores. Um deles (Fig. 65, n.º 4), exhibe numa das extremidades fortes marcas de impacto directo, enquanto a outra mostra-se massacrada pelo seu continuado uso como percutor; o outro, do qual se conserva uma extremidade, exhibe gume, retraído e fortemente convexo, igualmente reutilizado como percutor (Fig. 65, n.º 8).

Produzido em rocha ígnea semelhante às anteriores, é o pequeno exemplar com ambas as extremidades com fortes indícios de percussão directa, o qual, apesar do seu pequeno tamanho, poderia ter sido utilizado como sacho (Fig. 64, n.º 2), bem como a extremidade proximal de machado, de formato cónico e secção circular, correspondendo a forma fusiforme, característica deste tipo de peças de rochas não anfibolíticas (Fig. 63, n.º 4).

Enxós – é usual diferenciar as lâminas das enxós das dos machados não só pela secção assimétrica do seu gume, mas também pelo seu corpo achatado, e tendencialmente encurvado.

As enxós das estações estremenhas, tanto no Neolítico Médio, como no Neolítico Final, são talhadas maioritariamente em rochas não-anfibolíticas, embora se conheçam exemplares executados neste último tipo petrográfico. Estão nestas condições dois exemplares, um quase completo (Fig. 63, n.º 10), outro muito fragmentado (Fig. 63, n.º 9). Uma vez mais, os gumes exibem fortes marcas de impacto directo, incompatíveis com o trabalho da madeira, sugerindo a sua reutilização como sachos, à semelhança do verificado em alguns machados, como anteriormente se referiu.

O exemplares de enxós de rochas não anfibolíticas, em geral menos duras que as anfibolíticas, são de difícil ou mesmo impossível identificação por análise macroscópica. Esta permite apenas verificar que são rochas de textura finíssima, mesmo afanítica, de coloração negra, que por alteração superficial adquirem tonalidades acinzentadas ou esverdeadas, ou mesmo esbranquiçadas. Já Alfredo Bensaúde, no importante trabalho dedicado ao estudo petrográfico de exemplares das colecções da então designada Secção dos Trabalhos Geológicos, verificou que algumas destas rochas poderiam incluir-se no grupo dos basaltos (BENSAÚDE, 1884).

A hipótese de se tratar de exemplares votivos, simplesmente por serem fabricados em rochas de menor dureza que os anfibolitos, destinados a ser depositados nas sepulturas, onde substituiriam os exemplares de anfibolito, mais valiosos, por serem os únicos que efectivamente teriam utilidade prática, conforme hipótese colocada por K. Lillios (LILLIOS, 2000), deve ser rejeitada por duas razões principais: em primeiro lugar, não se compreende que tal substituição não tivesse englobado os machados, pois que os depositados nas sepulturas

estremenhas do Neolítico Final e do Calcolítico são predominantemente em anfíbolito; em segundo lugar, porque, em diversos sítios habitados estremenhos, ocorrerem enxós feitas em rochas reservadas, segundo K. Lillios, aos contextos sepulcrais, e, para mais, com marcas de terem sido utilizadas, como é o caso de alguns exemplares recolhidos no Carrascal. É o caso dos exemplares fracturados das Fig. 63, n.º 1, Fig. 64, n.º 8 e Fig. 65, n.º 7, com esquírolas resultantes de impactos decorrentes da sua utilização, ou reutilização.

Outra questão importante é a da proveniência destas rochas. Com efeito, embora, macroscopicamente, o seu aspecto seja em geral uniforme, podem pertencer a assinalável diversidade de rochas. Nalguns casos, o estudo microscópico permitiu identificar tufos vulcânicos básicos, com uma forte componente sedimentar, como em exemplares da gruta do Bugio, Sesimbra (CARDOSO, 1992; CARDOSO, 2014 a, p. 192), com origem na Zona Sul-Portuguesa; mas estas rochas apresentam-se semelhante macroscopicamente a exemplares de enxós produzidos em rochas muito diferentes, como chertes (silexite), com origem nas formações mesozóicas da orla ocidental, sendo igualmente possível admitir a sua origem em formações paleozóicas da área de Alcácer do Sal-Azinheira de Barros (CARDOSO & CARVALHOSA, 1995).

A existência de alguns exemplares acinzentados, com foliação representada por bandas claras/escuras, como é o caso da pequena enxó da Fig. 64, n.º 6, é compatível com a classificação como calcário metamórfico, como os existentes na bordadura do maciço granítico de Sintra, os “xistos do Ramalhão”, conforme já há muito tempo havia sido referido por Alfredo Bensaúde (BENSAÚDE, 1884).

Acresce que existem rochas ainda diferentes das anteriores, como é o caso de enxó de xisto micáceo, com abundantes pontuações de moscovite (Fig. 65, n.º 2).

Martelos – trata-se de peças caracterizadas pela extremidade funcional se apresentar ocupada por superfície polida, do tipo brunidor. Já em trabalhos anteriores se discutiu a utilização destes exemplares, cuja utilização proposta seria a de martelos para o trabalho dos metais, pelo que se dispensa a apresentação, de novo, da referida discussão, apresentada a propósito dos exemplares recolhidos em Leceia (CARDOSO, 1999-2000, p. 243) e, mais tarde, no Outeiro Redondo (CARDOSO, 2013), em Freiria (CARDOSO, CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2013) e na Moita da Ladra (CARDOSO & CANINAS, 2010, p. 86; CARDOSO, 2014 b).

No Carrascal recolheram-se dois exemplares, ambos de anfíbolito, como é norma neste tipo de peças. Um encontra-se quase inteiro (Fig. 64, n.º 4), possuindo uma das extremidades ocupada pela referida superfície polida e a oposta com intensas marcas de percussão. O outro exemplar está muito incompleto, embora conserve pequena porção da extremidade distal, que evidencia polimento perfeito (Fig. 65, n.º 9).

Estes artefactos aproximam-se singularmente, por essa característica, dos martelos de contextos campaniformes destinados ao trabalho do metal, recolhidos na Holanda e na Grã-Bretanha (HARRISON, 1980, Figs. 13, 14 e 69). No entanto, o facto destes dois exemplares provirem de contextos do Neolítico Final inviabiliza aquela interpretação, à semelhança do verificado anteriormente para pequeno exemplar de Leceia (CARDOSO, 1989, Fig. 102, n.º 3).

3.3 – Pedra afeiçoada

Recolheram-se diversos moventes e dormentes de mós manuais, de arenito silicioso, cuja origem pode ser situada a mais de 10 km de distância, nas bancadas do Cretácico inferior da região. Reproduz-se na Fig. 63, n.º 6 movente munido de uma depressão central, pouco pronunciada, destinada a facilitar a tarefa da moagem dos grãos de cereal.

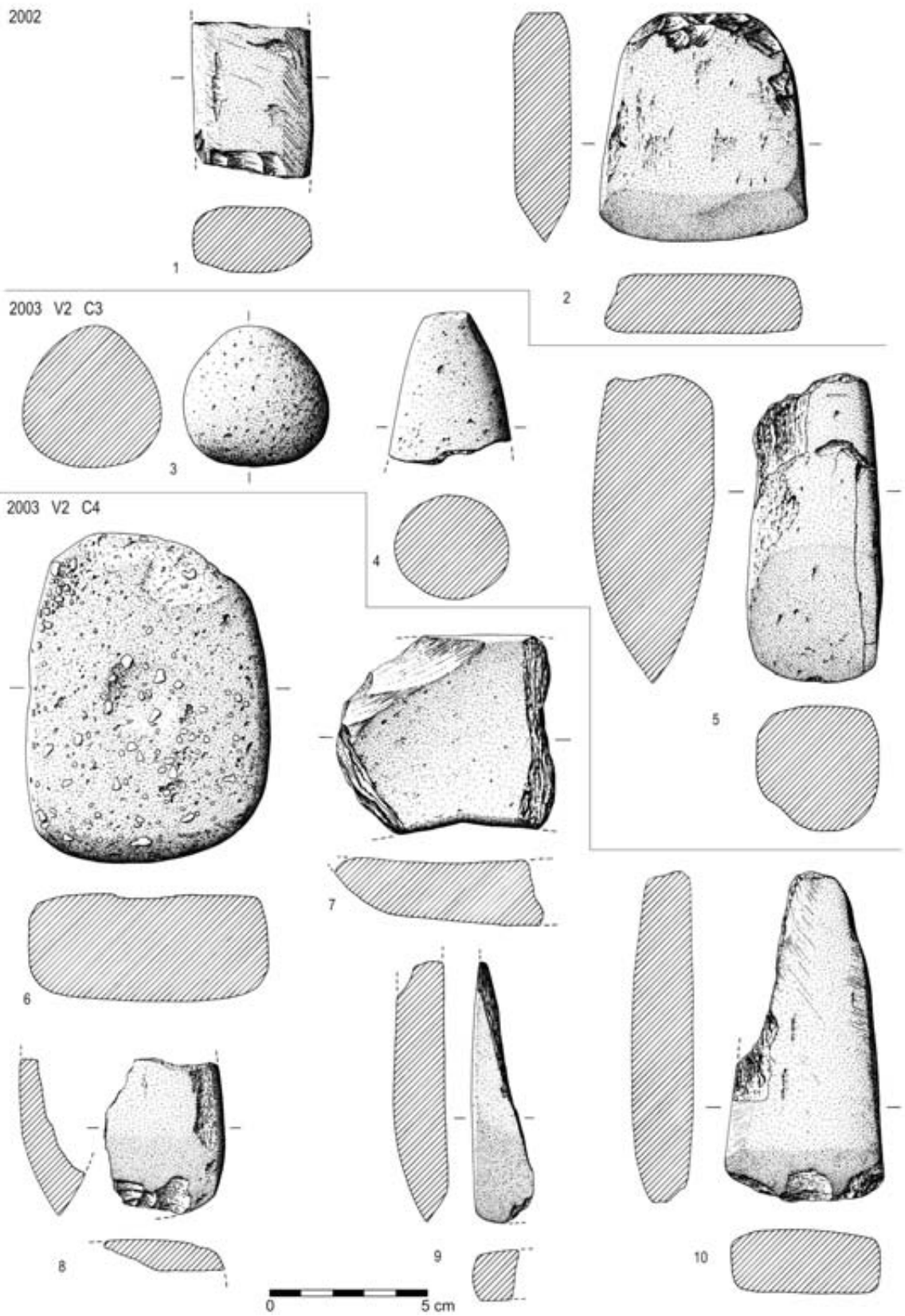


Fig. 63 – Carrascal, 2001-2003. Pedra polida e pedra afeiçãoada (ver texto). Desenhos de F. Martins.

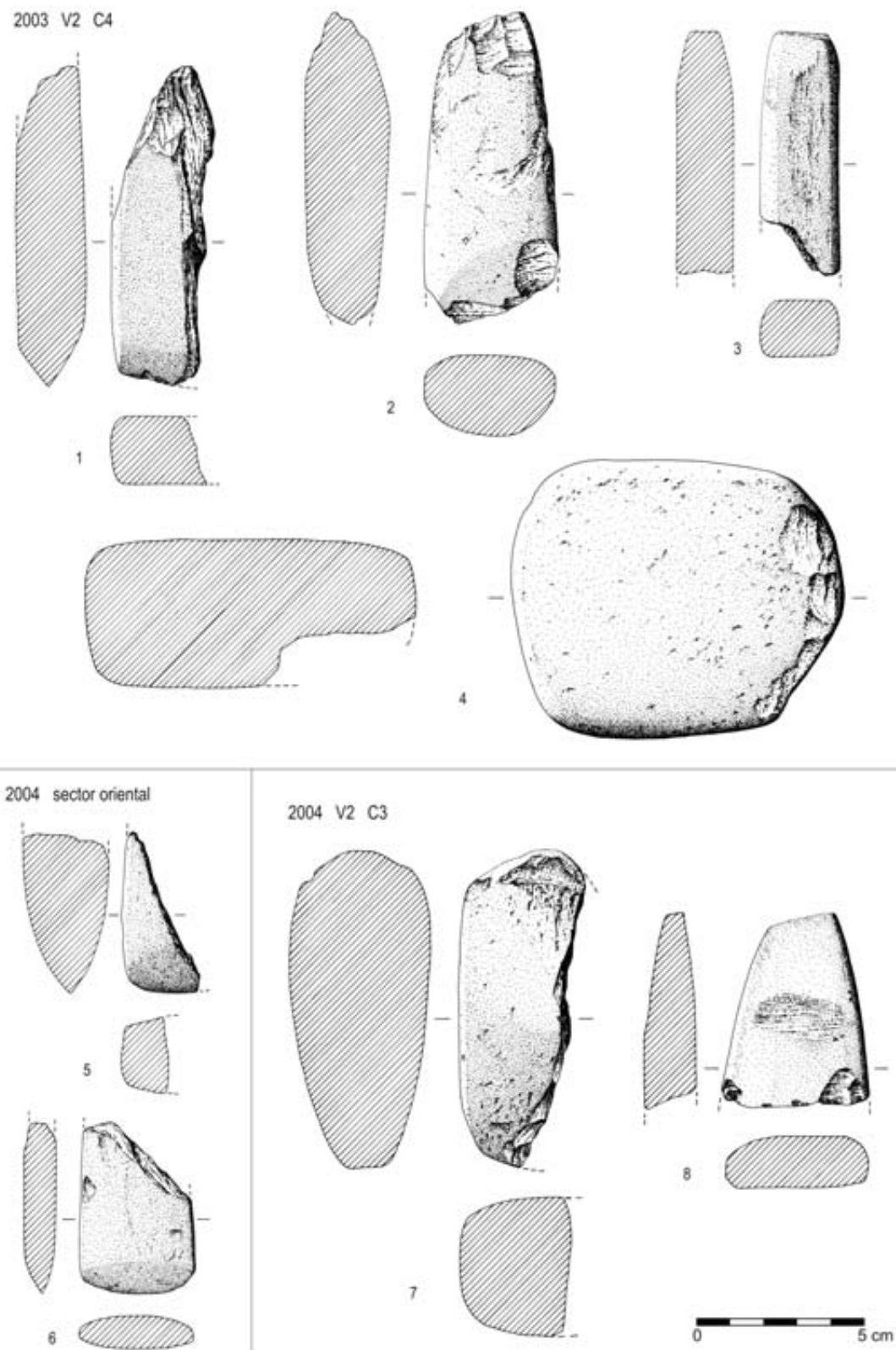
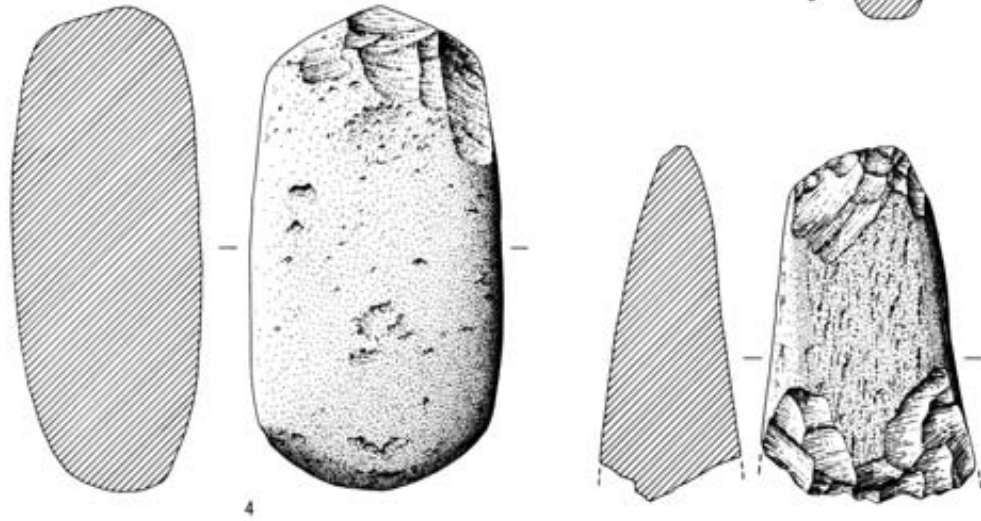
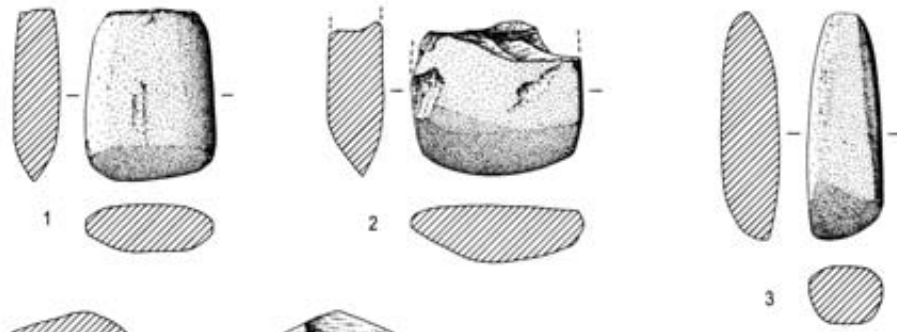


Fig. 64 – Carrascal, 2003-2004. Pedra polida e pedra afeçoada (ver texto). Desenhos de F. Martins.

2004 V2 C4



2005
C3

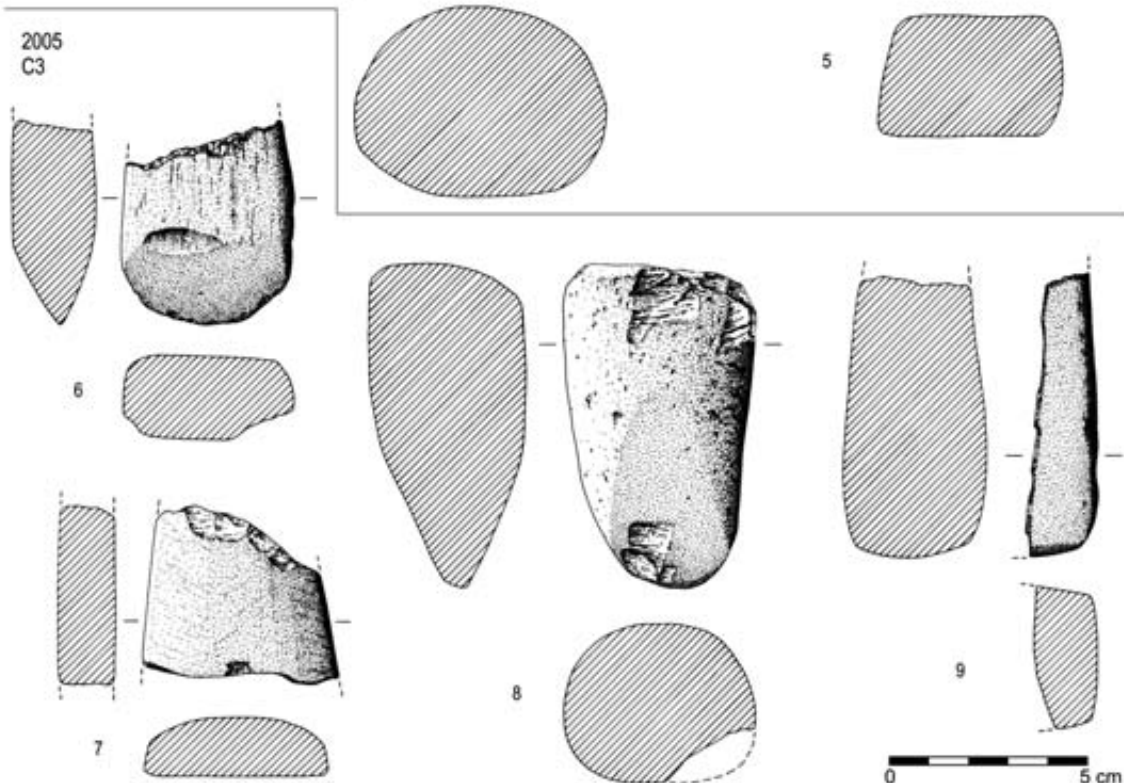


Fig. 65 – Carrascal, 2004-2005. Pedra polida e pedra afeiçãoada (ver texto). Desenhos de F. Martins.

Para além deste tipo de artefactos, identificaram-se diversos percutores de sílex, atestando a abundância local daquela matéria-prima, a par de outros, sobre seixos rolaos de basalto e de quartzito.

Mais raros são outras categorias de objectos de pedra afeiçãoada, como os polidores, de que se recolheu fragmento de arenito (Fig. 63, n.º 7) e os esferóides, como o exemplar da Fig. 63, n.º 3, feito em basalto totalmente afeiçãoado por picotagem. Sendo a funcionalidade desta peça discutível, adoptou-se designação meramente morfológica.

3.4 – Produções cerâmicas

3.4.1 – Recipientes decorados

As características gerais das produções decoradas do Carrascal encontram-se apresentadas no Quadro 7.

Quadro 7 – Características dos recipientes decorados do Carrascal

Distribuição dos fragmentos cerâmicos com decoração (com e sem bordo)												
Tipos de decoração		N.º de fragmentos										
		2001	2002	2003 vala 1	2003 vala 2, C3	2003 vala 2, C4	2004 vala 2, C3	2004 vala 2, C4	2004 Sector oriental	2004 Silo 2	2005 C3	Total
Decoração denteada	bordos denteados	8	90	2	5	26	9	9	9	2	8	168
	bordo denteado com cordão	–	1	–	1	1	–	–	–	–	2	5
Decoração plástica	mamilos	4	16	2	–	17	2	6	1	–	3	51
	cordões	–	–	–	–	6	2	2	–	–	–	10
	asas	–	–	–	–	3	–	2	–	–	–	5
Copos canelados		2	4	–	2	1	1	2	1	–	–	13
Campaniforme	Grupo Inciso	17	22	–	–	2	32	–	2	–	–	75
Cinchos		1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1
Decoração incisa / impressa e indeterminado		1	–	–	–	–	2	2	–	–	–	5
Total		33	133	4	8	56	48	23	13	2	13	333

Não cabe apresentar neste trabalho análise descritiva detalhada das cerâmicas decoradas recolhidas. Importa, ao contrario, traçar as características gerais da sua distribuição pela área escavada, relacionando as suas características tipológicas com a respectiva integração cronológico-cultural.

Assim, nos dois primeiros anos de escavações (2001 e 2002), para além de ocorrerem fragmentos cerâmicos de produções campaniformes incisas, sempre de pequenas dimensões e mais ou menos rolados, na camada superficial, registaram-se outros, pertencentes ao Calcolítico Inicial, como fragmentos de “copos” canelados (Fig. 66, n.º 1; Fig. 69, n.ºs 27 e 28) e de um cincho, peças por vezes impropriamente designadas por “queijeiras” (Fig. 66, n.º 18), produções que, na área estremenha são características de fases avançadas do Calcolítico, como se comprovou em Leceia (CARDOSO, 2007) e no Penedo do Lexim (SOUSA, 2010). Estes escassos espólios calcolíticos não se confundem, porém, com a presença quase exclusiva de produções características do Neolítico Final, essencialmente representadas por vasos de bordo denteado e decorações

plásticas, por vezes associadas entre si: é o caso dos cordões horizontais interrompidos, configurando linhas denteadas em relevo (Fig. 67, n.º 5), com estreitos paralelos em Leceia, todos provenientes da camada basal, do Neolítico Final (CARDOSO, 2007, Fig. 16, n.ºs 8 e 9; Fig. 18, n.º 14). As decorações plásticas encontram-se sobretudo representadas por mamilos, cuja pequenez lhes retira qualquer funcionalidade, enquanto outros, de maiores dimensões, se apresentam perfurados, destinados à suspensão dos recipientes.

São, no entanto, os fragmentos de vasos de bordo denteado, que assumem a maior importância. Com efeito, das dezenas de bordos recolhidos, raramente se pode reconhecer dois exemplares estritamente iguais, situação que também se verificou em Leceia (CARDOSO, 2007). Alguns exemplares exibem características particulares: é o caso do representado na Fig. 66, n.º 12, que possui lábio aplanado, semelhante aos das taças Palmela, e como estas decorado por linhas incisais transversais. Possui paralelo muito próximo, também do Neolítico Final, em Leceia (CARDOSO, 2007, Fig. 24, n.º 13). Por vezes, o denteado limita-se a estar apenas sugerido por finas linhas incisais perpendiculares ou oblíquas ao bordo (Fig. 69, n.ºs 10, 14 e 16).

Seria interessante procurar uma razão para explicar esta quase exclusividade, no Neolítico Final da Estremadura, por deste tipo de decorações, tão homogéneo, quando visto globalmente, mas tão diverso, quando analisado em pormenor, evidenciando-se a riqueza dos detalhes decorativos.

Nas campanhas de 2003 a 2005, respeitantes a outras duas zonas da estação arqueológica, o panorama atrás caracterizado mantém-se, nos seus traços gerais: assim, a associação de vasos de bordo denteado a decorações plásticas, constituídas por cordões em relevo ou por mamilos, de carácter decorativo/simbólico ou funcional, sempre que se encontram perfurados para a suspensão. Um dos exemplares mais sugestivos foi recolhido em 2003, nas camadas inferiores da Vala 1, sendo decorado por uma “coroa” de mamilos cónicos em orno da abertura (Fig. 70, n.º 1).

Para além dos espólios característicos do Neolítico Final, ocorrem residualmente produções decoradas do Calcolítico Inicial: destacam-se os característicos “copos”, já identificados nas áreas exploradas em 2001 e em 2002, destacando-se alguns exemplares com decorações em ziguezagues horizontais ou verticais (Fig. 74, n.ºs 9 e 10), um dos quais em que aquele padrão foi obtido pela técnica do brunimento (Fig. 74, n.º 7), conferindo-lhe especial importância no contexto das produções calcolíticas, onde é excepcional.

Outro fragmento merece destaque: encontra-se decorado por triângulos preenchidos interiormente por impressões punctiformes, possui também paralelos calcolíticos em povoados da região, como é o caso de um fragmento, preenchido com pasta branca, proveniente de Moita da Ladra, Vila Franca de Xira (CARDOSO, 2014 b, Fig. 46, n.º 12), bem como outro, do Outeiro Redondo, Sesimbra (CARDOSO, 2013, Fig. 38, n.º 1). No primeiro daqueles trabalhos invocam-se outros paralelos, igualmente calcolíticos, do sul do actual território português (Anta Grande do Olival da Pega e Cerro do Castelo de Corte de João Marques), para além de outros exemplares, recolhidos no povoado fortificado do Monte da Tumba, Alcácer do Sal (SILVA & SOARES, 1987, Fig. 25, n.ºs 2 e 3).

Mais abundantes comparativamente ao conjunto do Calcolítico Inicial, são as cerâmicas campaniformes, todas elas decoradas pela técnica incisal, as quais terão provindo do topo da escarpa, actualmente delimitado por frente de pedreira, tal como a generalidade dos exemplares calcolíticos acima referidos, a que se pode juntar um fragmento de cincho, integrável, de acordo com os critérios atrás expostos, no Calcolítico Pleno (Fig. 72, n.º 12). De sublinhar que não se identificou nenhum exemplar decorado do grupo “folha de acácia” e “crucífera”, característicos da fase tardia do Calcolítico estremenho. A completa ausência de cerâmica do grupo “folha de acácia” é significativa, evidenciando novas dinâmicas de ocupação, possivelmente correspondentes à concentração da população em Leceia.

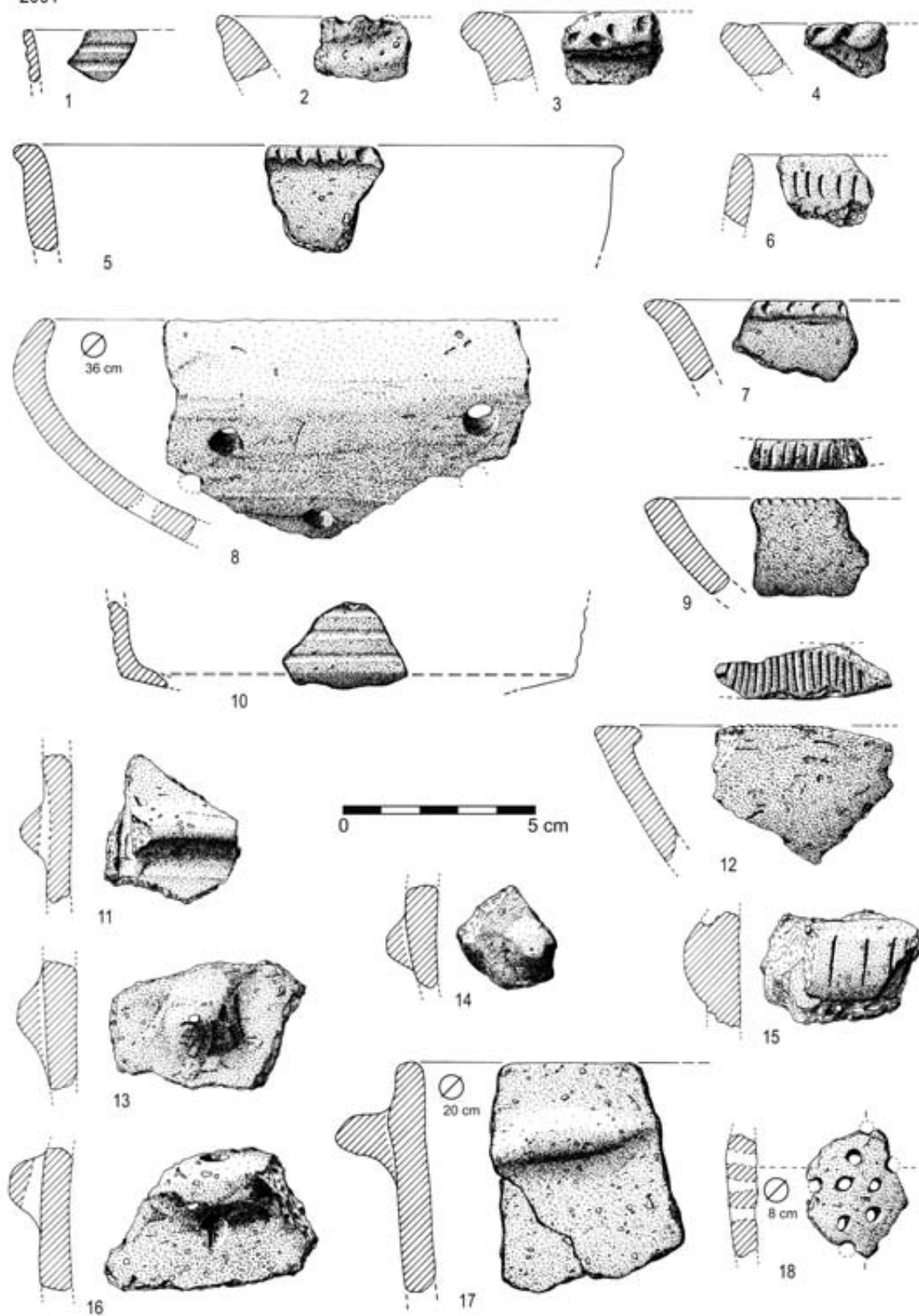


Fig. 66 – Carrascal, 2001. Cerâmicas do Neolítico Final, do Calcolítico Inicial (1 e 10) e do Calcolítico Pleno/Final (18). Desenhos de F. Martins.

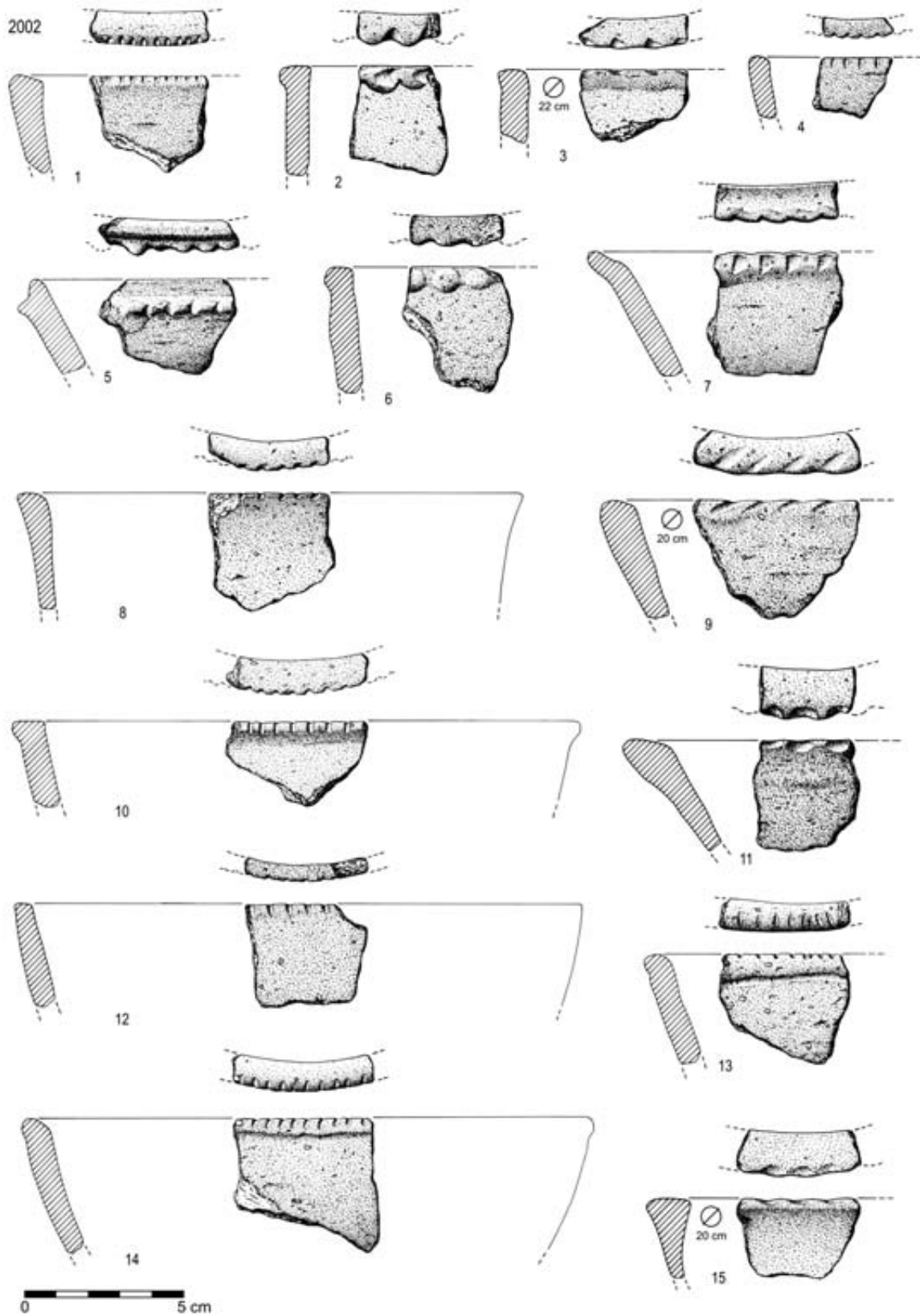


Fig. 67 – Carrascal, 2002. Cerâmicas do Neolítico Final. Desenhos de F. Martins.

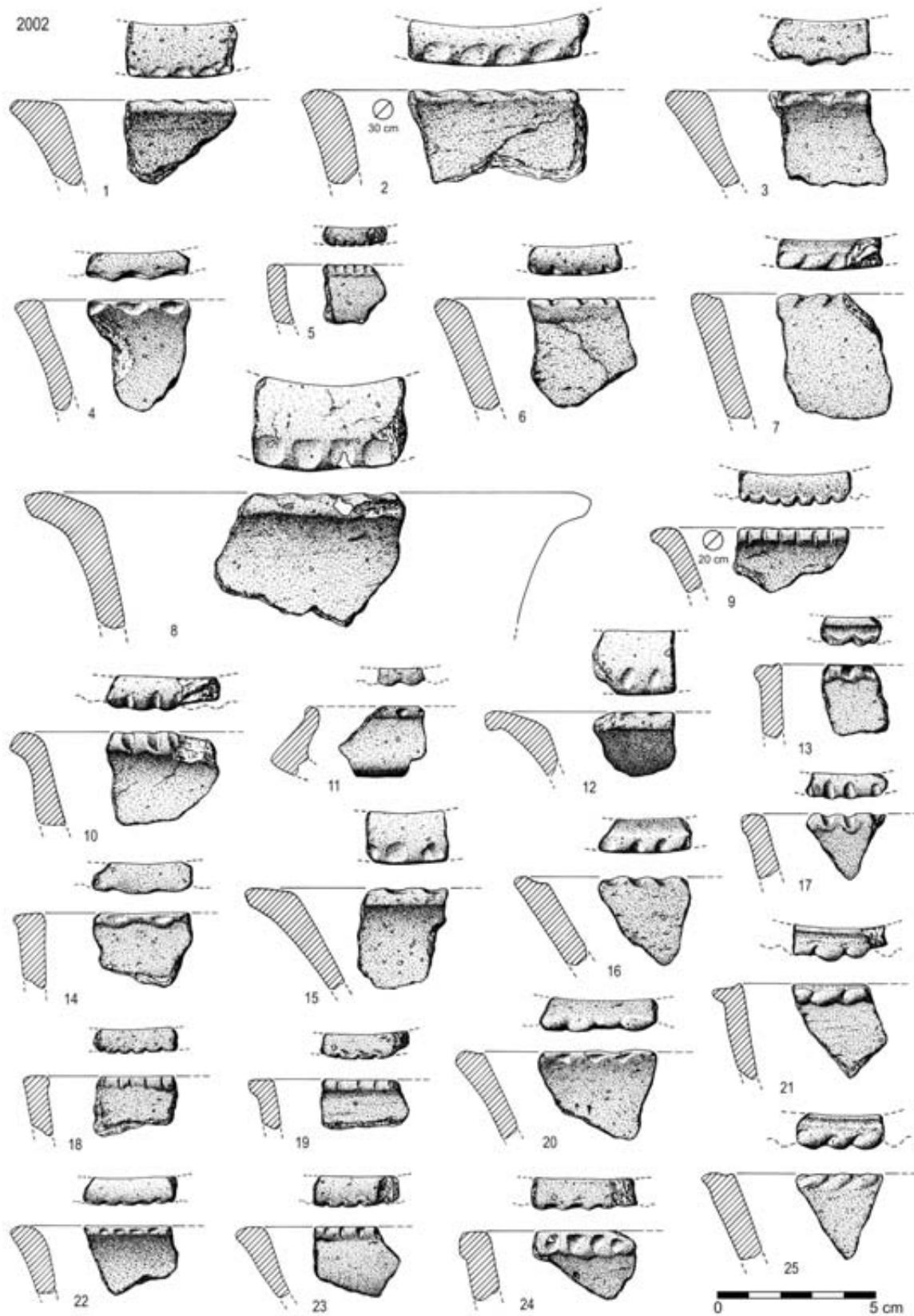


Fig. 68 – Carrascal, 2002. Cerâmicas do Neolítico Final. Desenhos de F. Martins.

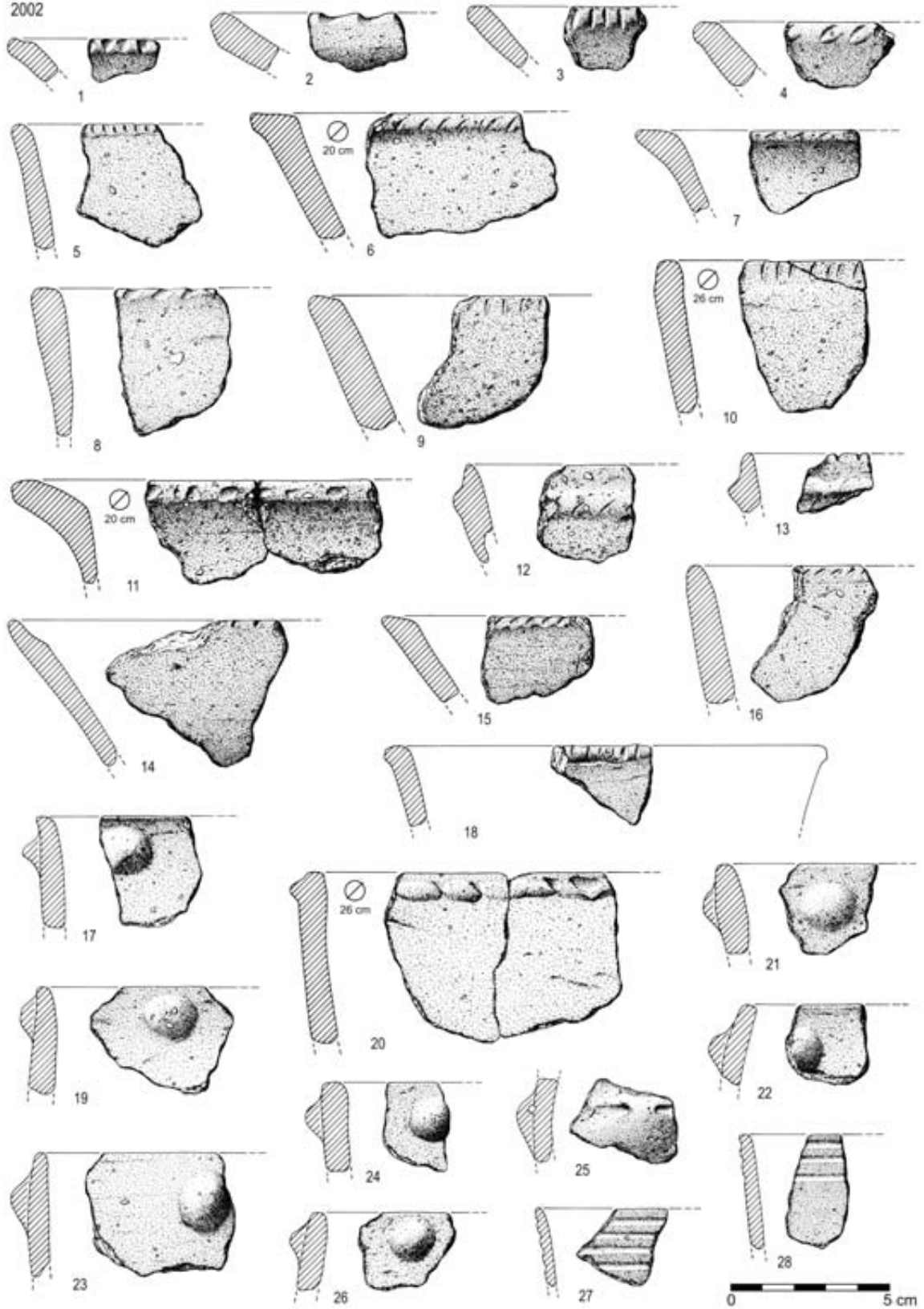


Fig. 69 – Carrascal, 2002. Cerâmicas do Neolítico Final e do Calcolítico Inicial (27 e 28). Desenhos de F. Martins.

2003 V1 C4

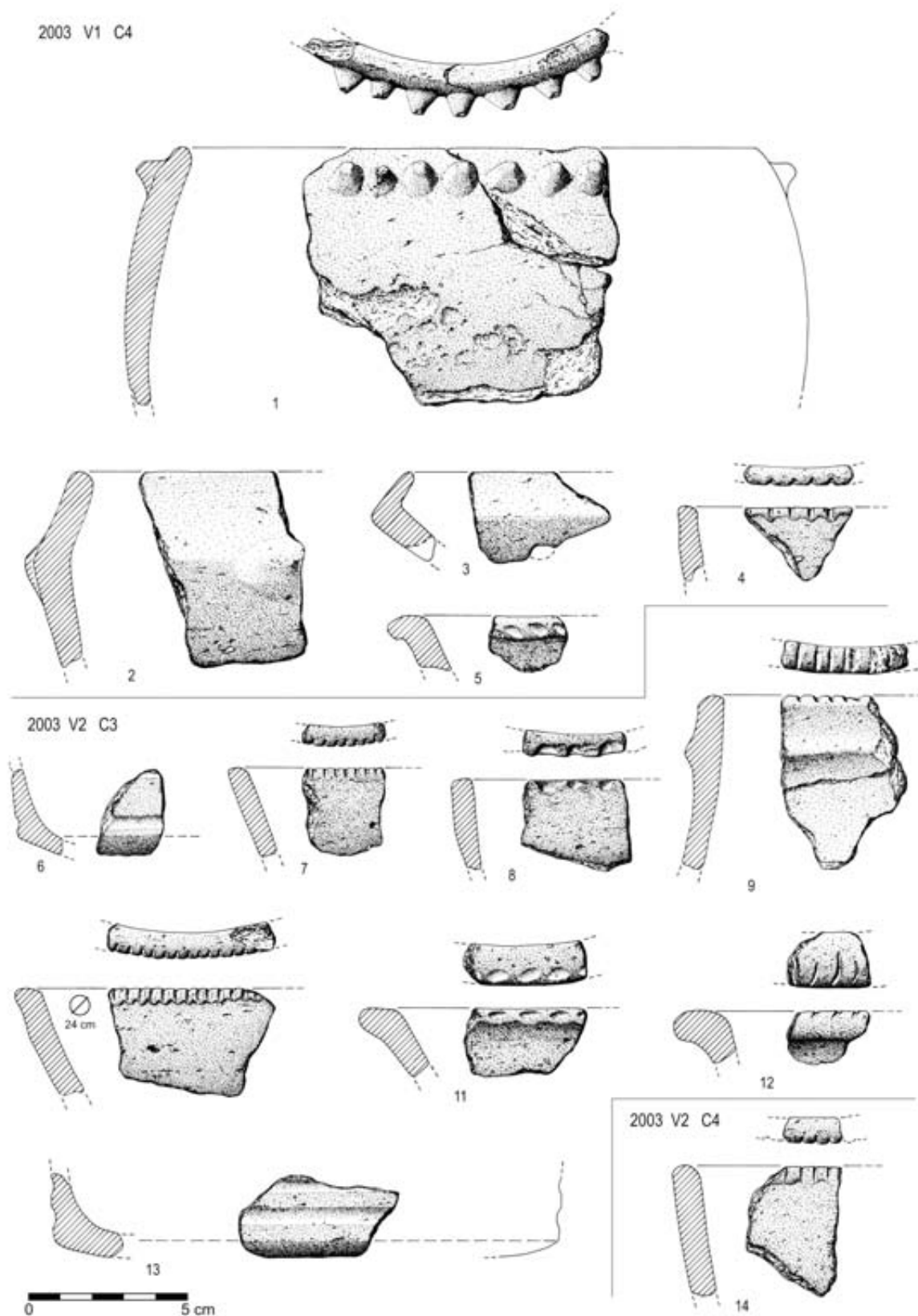


Fig. 70 - Carrascal, 2003. Cerâmicas do Neolítico Final e do Calcolítico Inicial (13). Desenhos de F. Martins.

2003
V2 C3

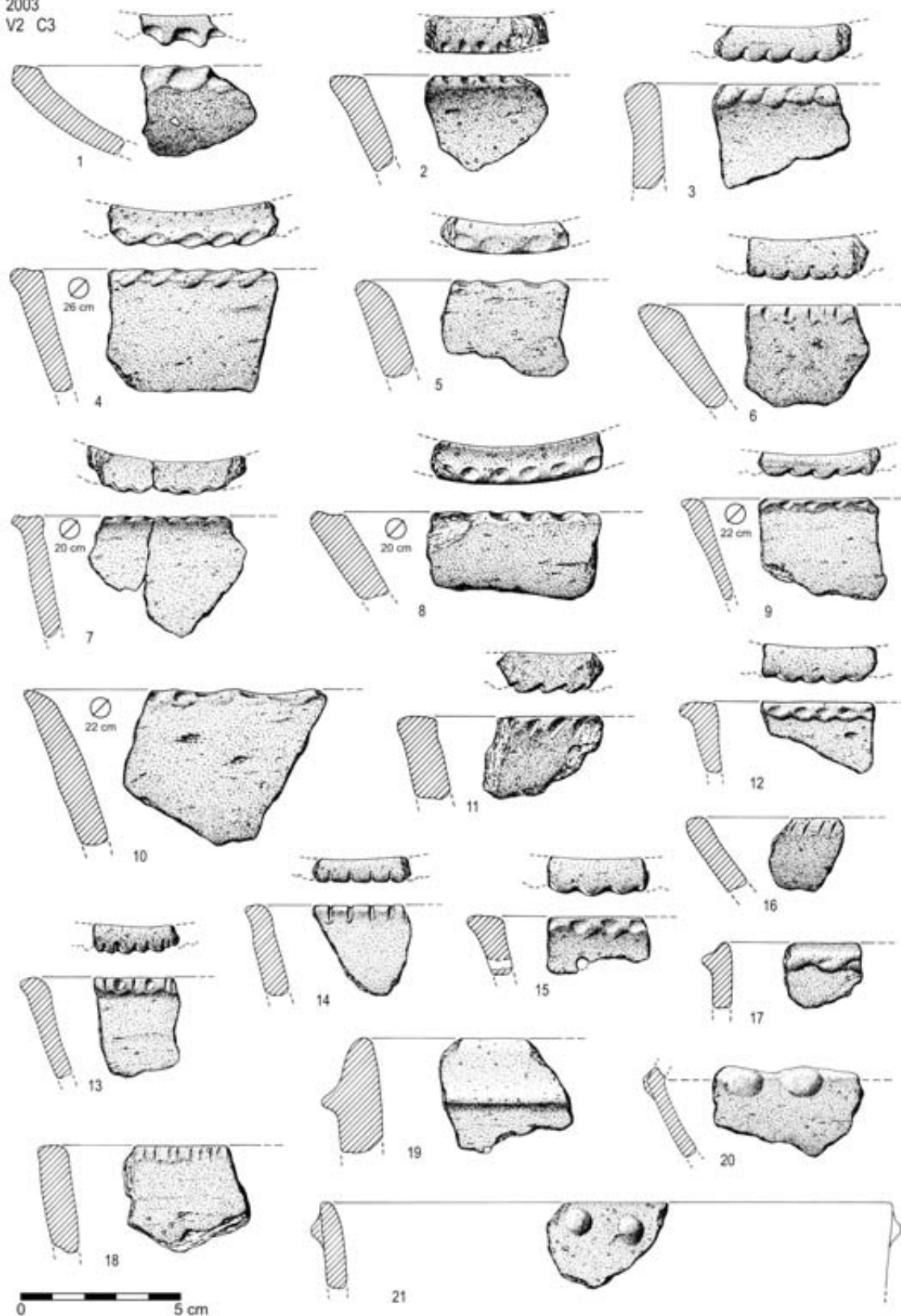


Fig. 71 – Carrascal, 2003-2004. Cerâmicas do Neolítico Final. Desenhos de F. Martins.

2003 V2 C4

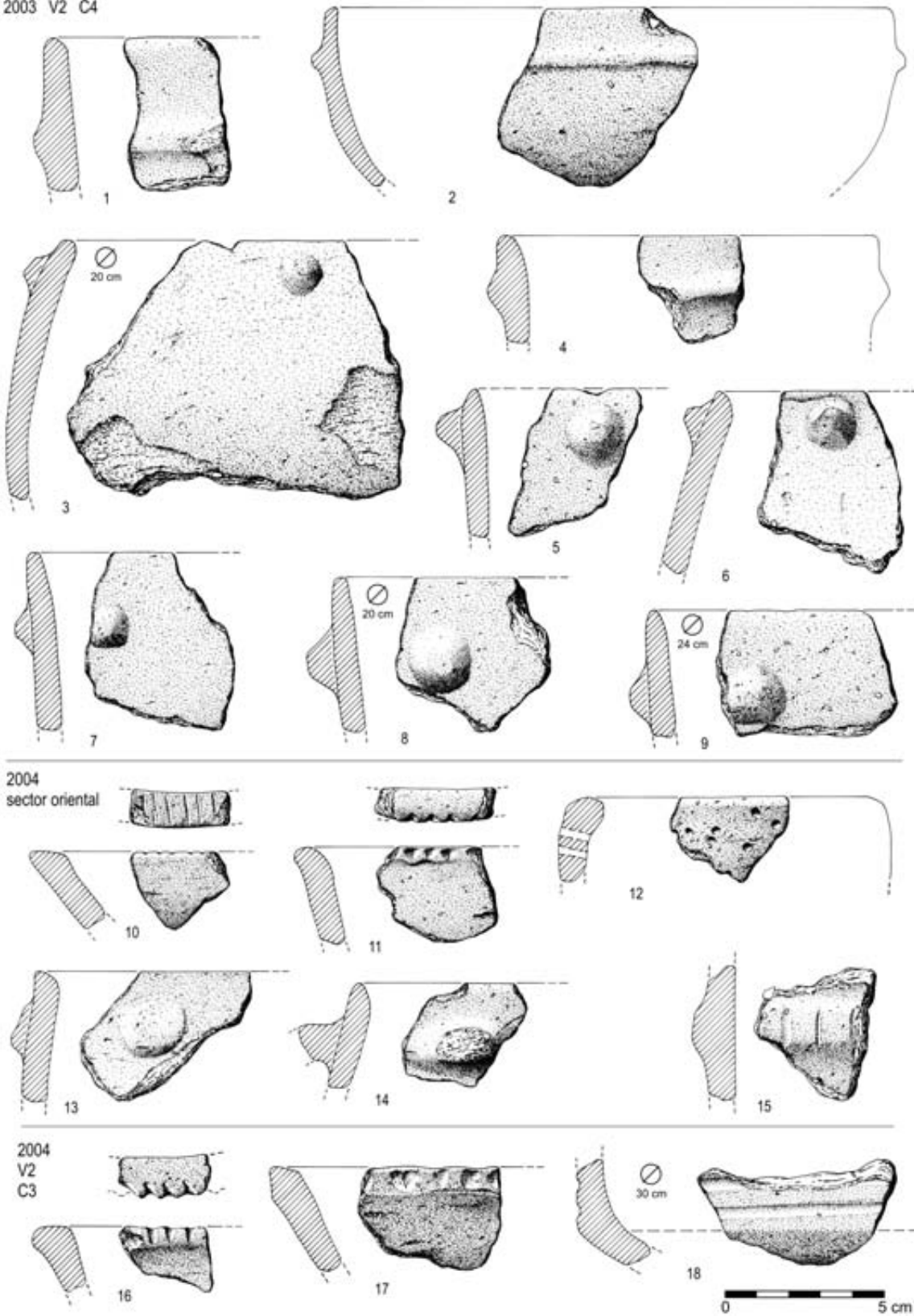


Fig. 72 – Carrascal, 2003. Cerâmicas do Neolítico Final, do Calcolítico Inicial (18) e do Calcolítico Pleno/Final (12).
Desenhos de F. Martins.

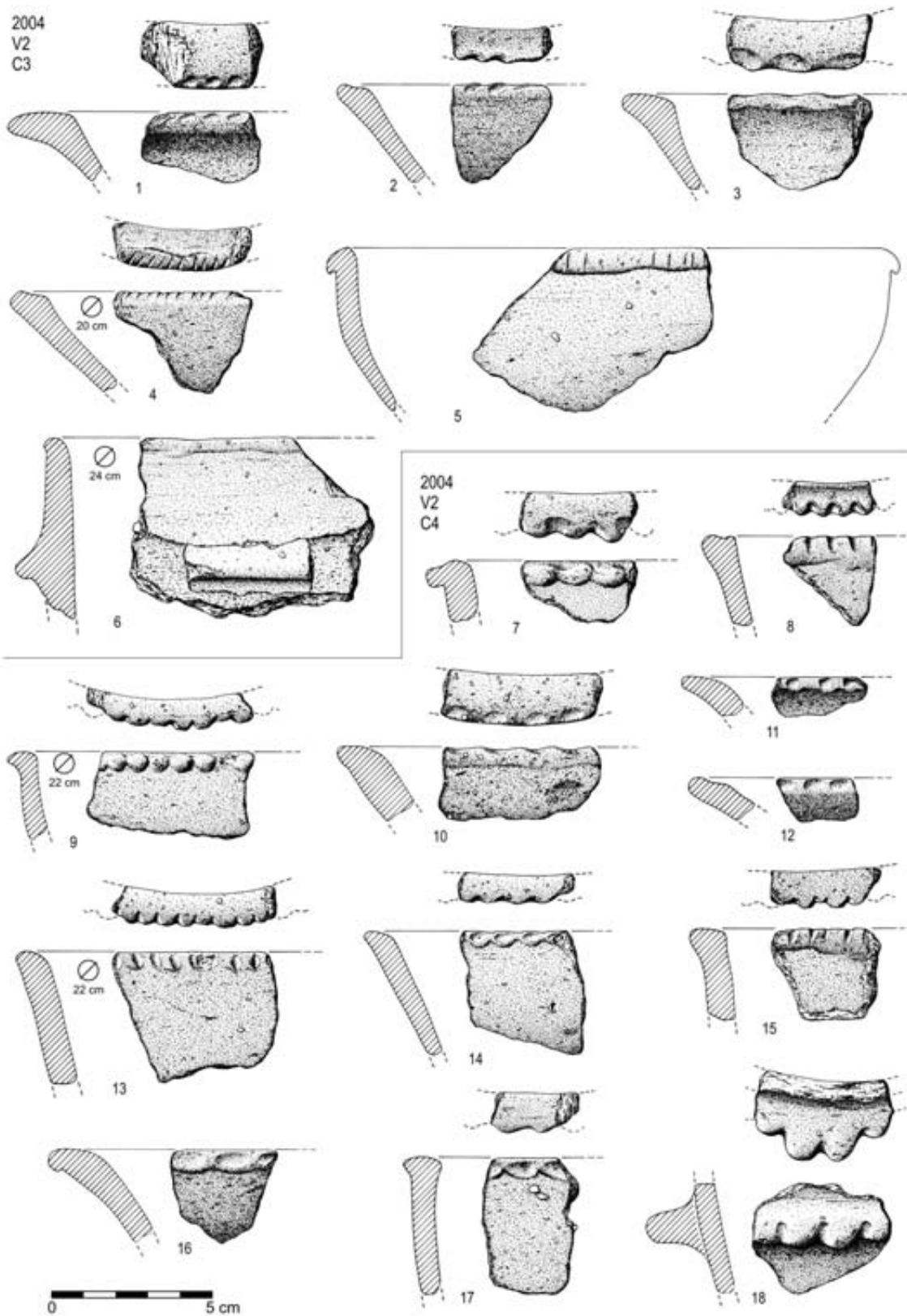


Fig. 73 – Carrascal, 2004. Cerâmicas do Neolítico Final. Desenhos de F. Martins.

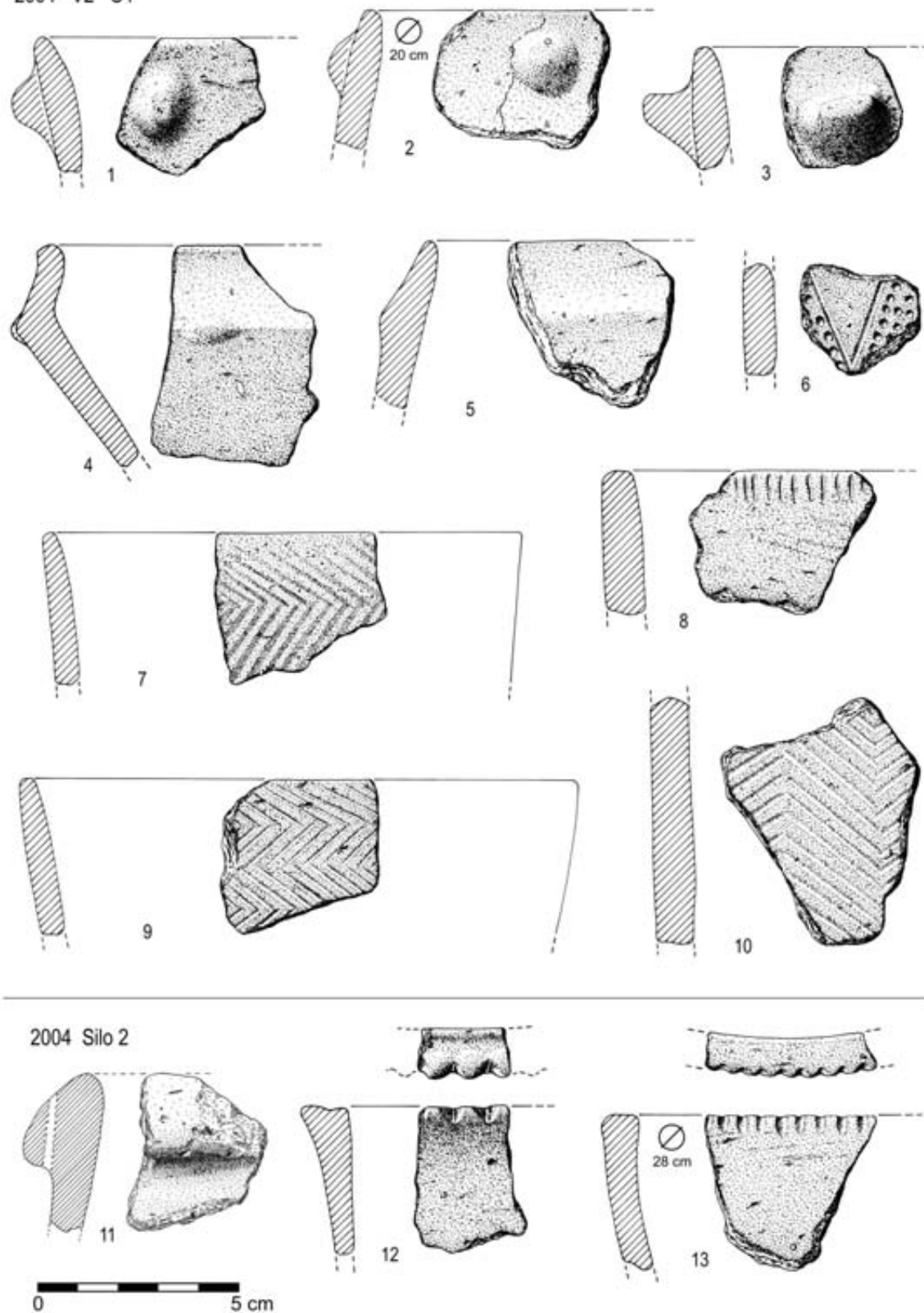


Fig. 74 – Carrascal, 2004. Cerâmicas do Neolítico Final, do Calcolítico Inicial 7 a 10) e do Calcolítico Pleno/Final (6).
Desenhos de F. Martins e de B. Ferreira (11).

2005
C3

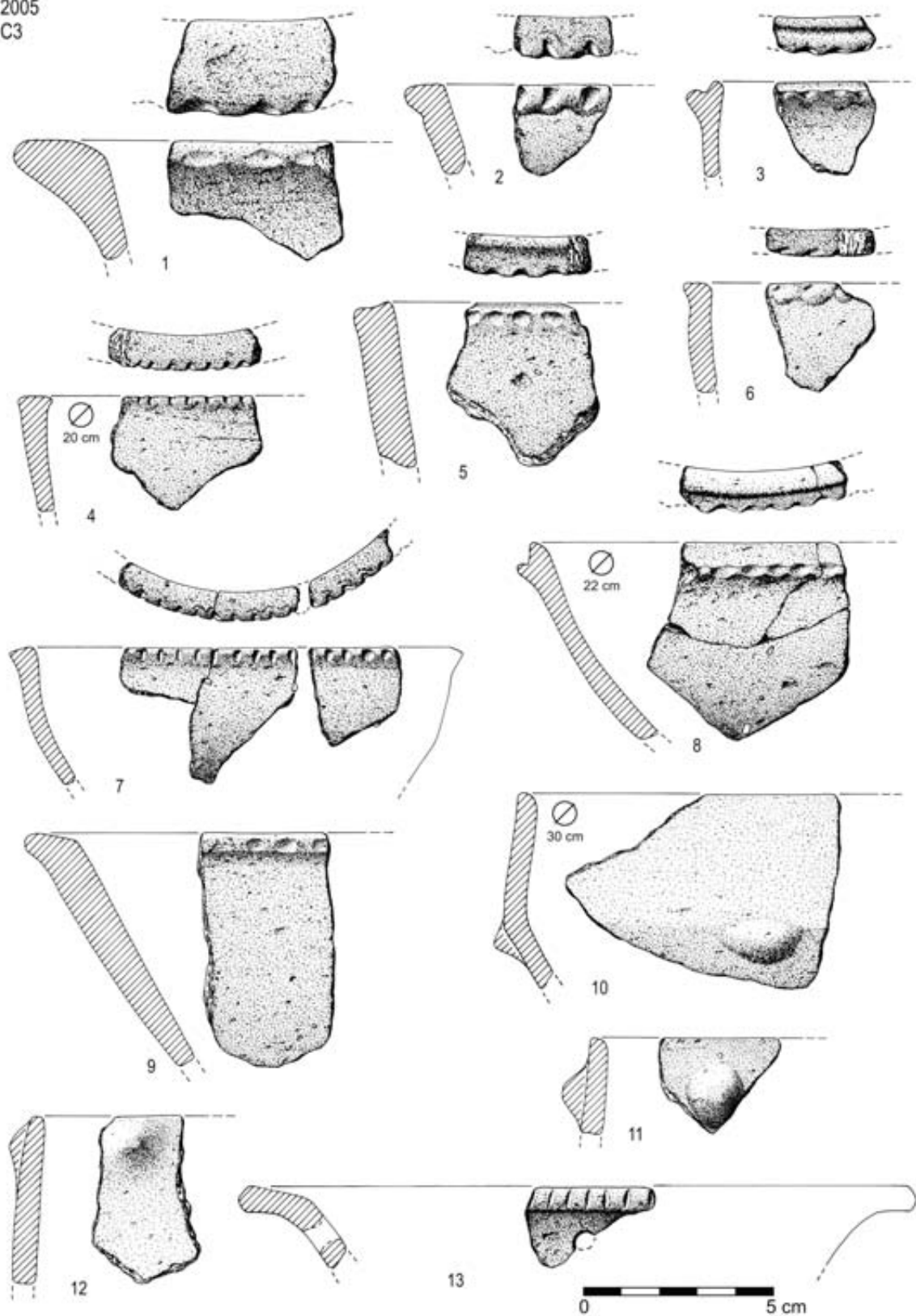


Fig. 75 – Carrascal, 2005. Cerâmicas decoradas do Neolítico Final. Desenhos de F. Martins.

3.4.2 – Recipientes lisos

O estudo dos recipientes lisos do Carrascal respeitou a seguinte tipologia:

Tipologia das cerâmicas lisas				
Tipologia			Formas	
Prato	Prato de bordo sem espessamento		1	
	Prato de bordo espessado		2	
Taça	Taça de bordo espessado		3	
	Taça carenada	carena baixa a média	4.1	
		carena alta	com carena marcada	4.2
			de perfil suave	4.3
	Taça em calote		5	
Vaso	Vaso de bordo em aba		6	
	Vaso de bordo espessado ou extrovertido		7	
Esférico			8	
“Copo”			9	

Fig. 76 – Tipologia das produções cerâmicas lisas do Carrascal pós-Neolítico Antigo.

Tal tipologia foi desenvolvida de acordo com as formas representadas pelos exemplares representados nas Figs. 77 a 80.

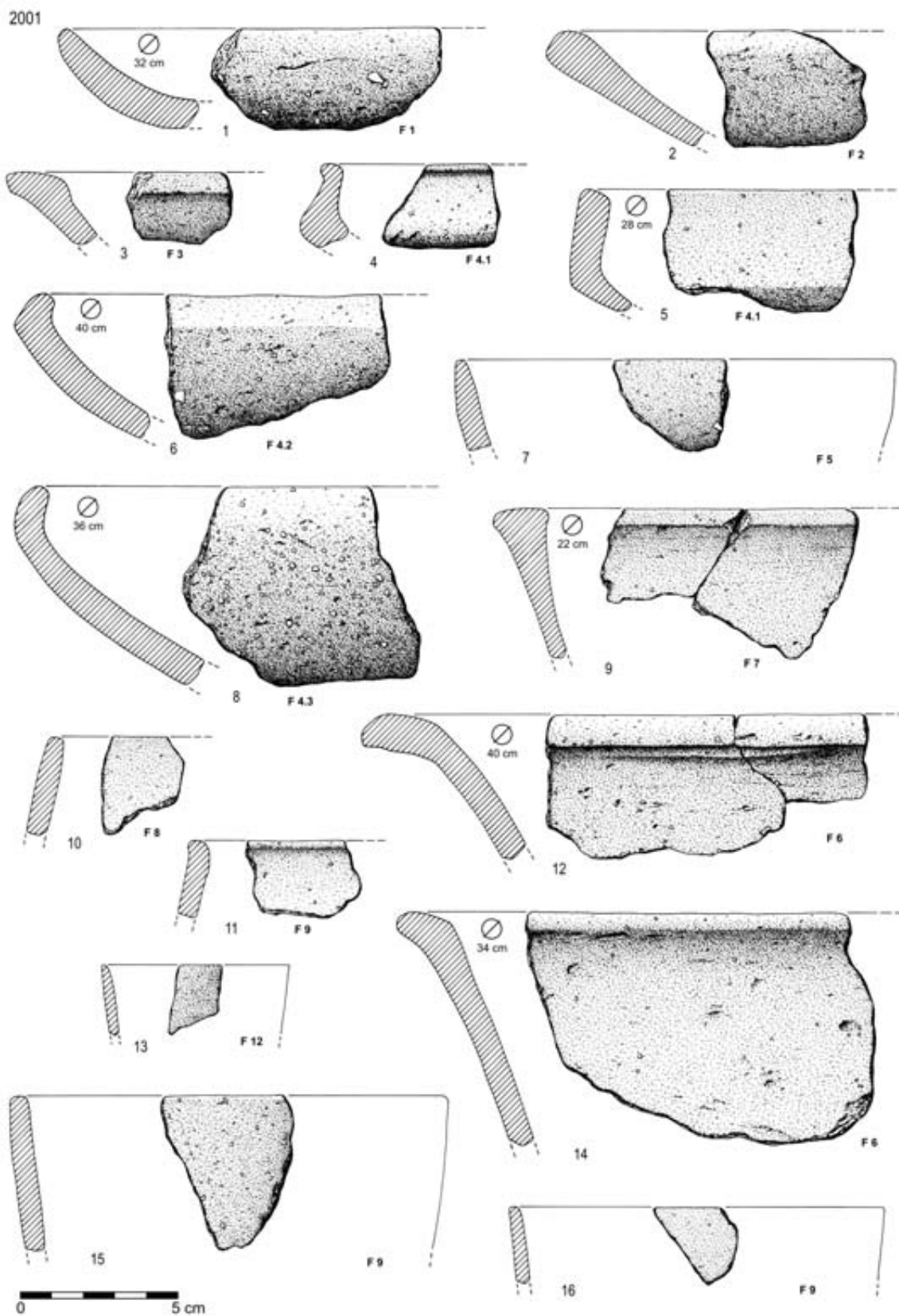


Fig. 77 – Carrascal, 2001. Produções lisas pós-Neolítico Antigo. Desenhos de F. Martins.

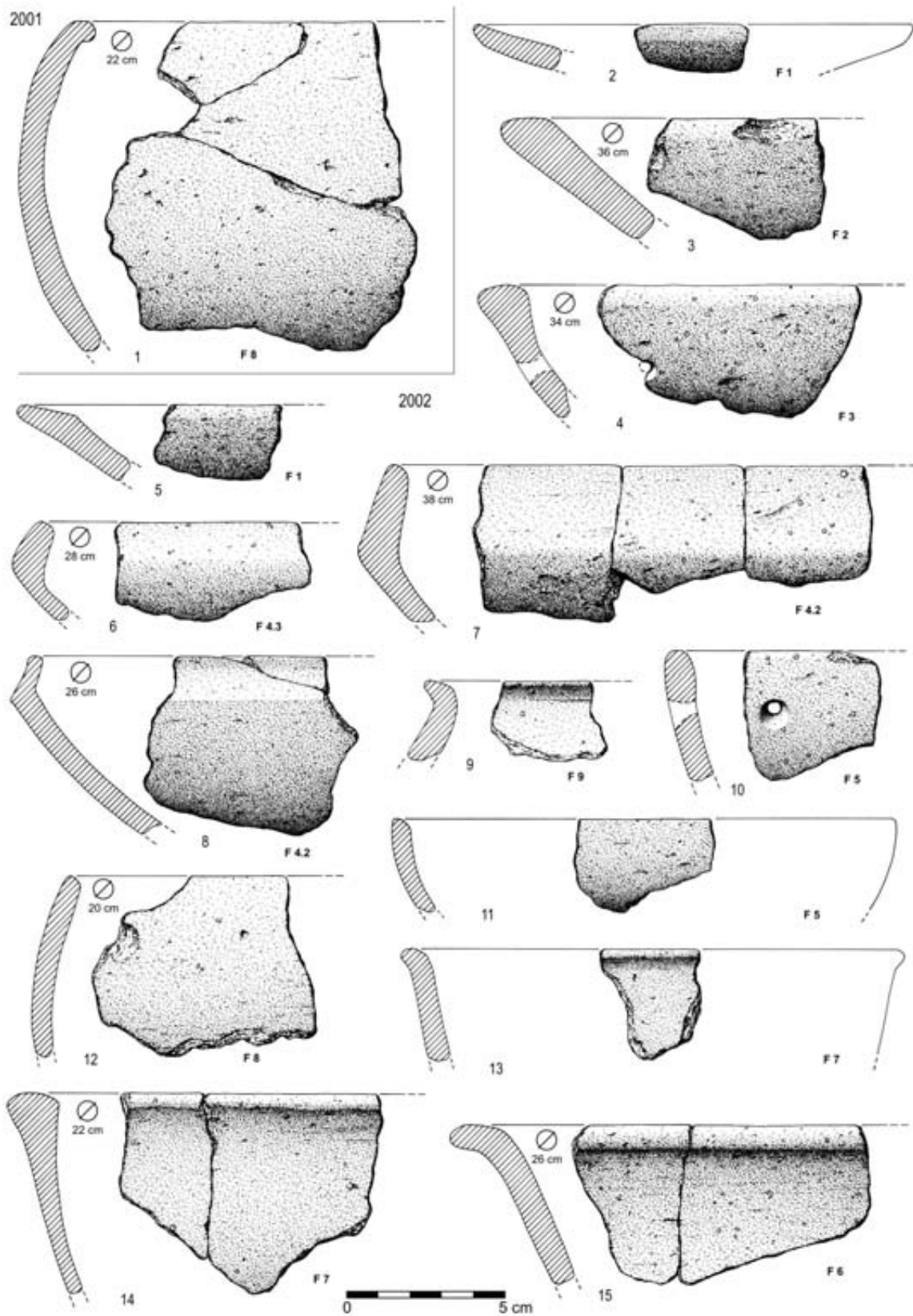


Fig. 78 – Carrascal, 2001. Produções lisas pós-Neolítico Antigo. Desenhos de F. Martins.

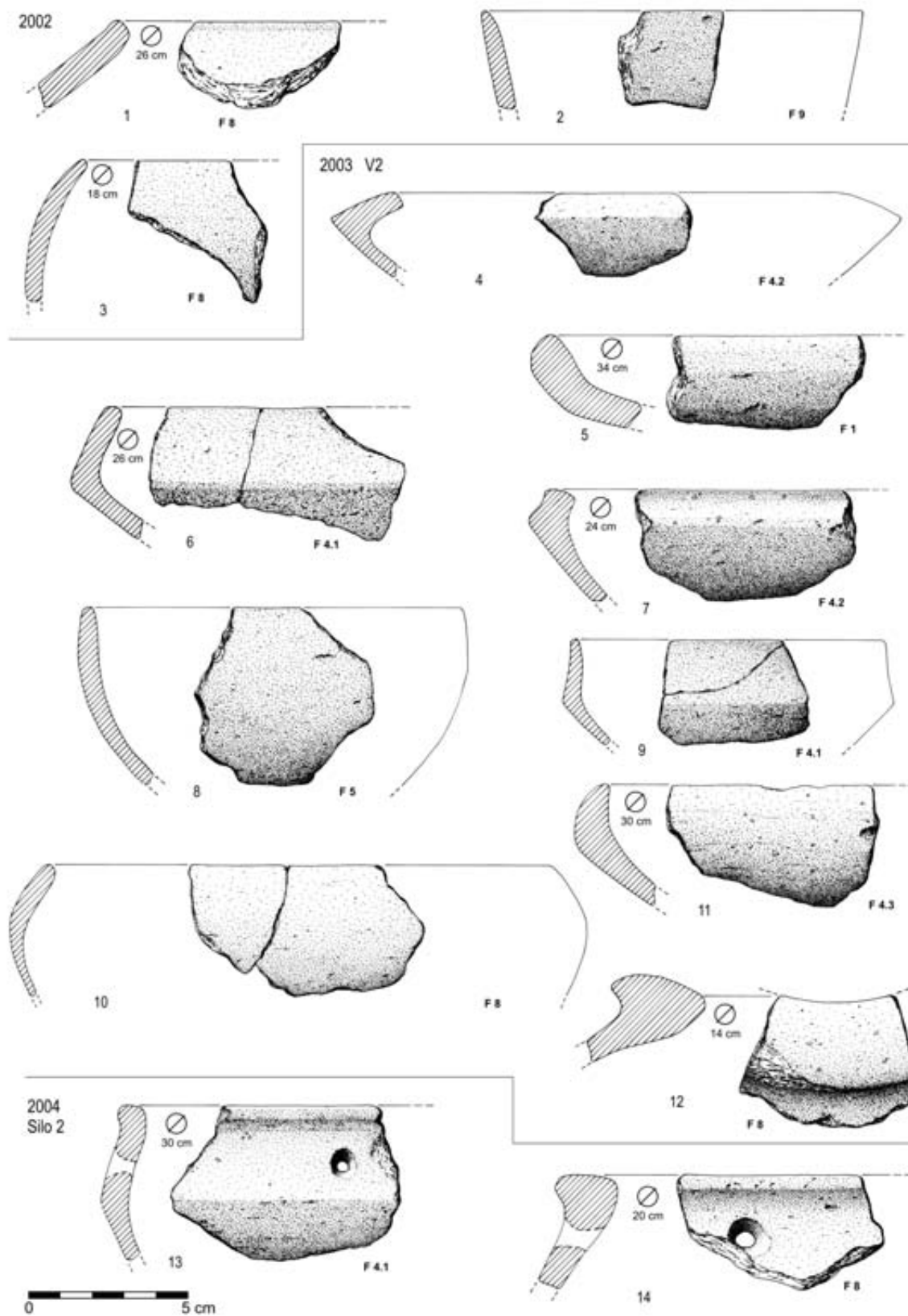


Fig. 79 – Carascal, 2002-2004. Produções lisas pós-Neolítico Antigo. Desenhos de F. Martins.

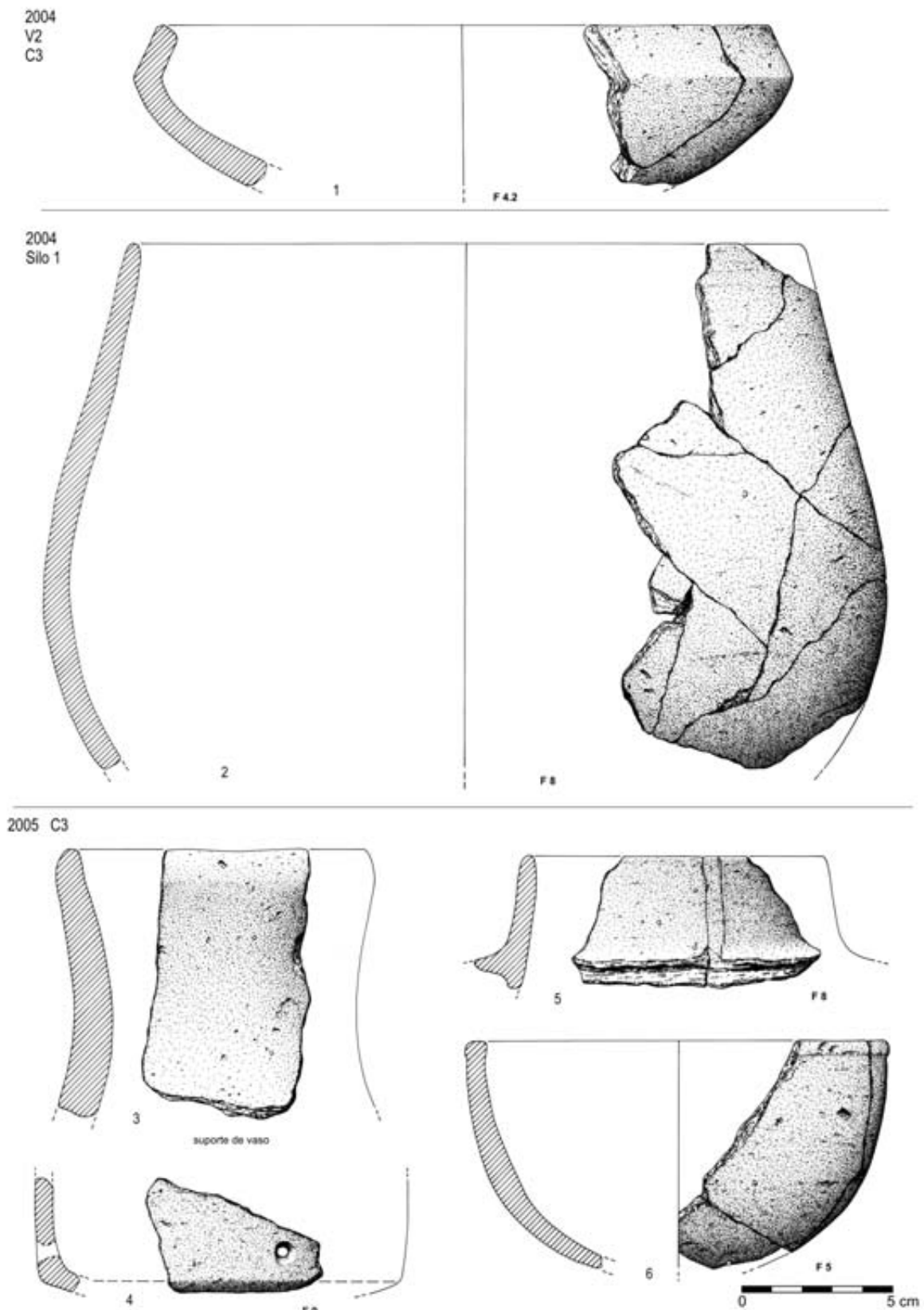


Fig. 80 – Carrascal, 2004-2005. Produções lisas pós-Neolítico Antigo. O n.º 3 é um suporte de vaso. Desenhos de F. Martins.

Desta forma, foi possível estabelecer a seguinte distribuição das produções de cerâmicas lisas, pelos diferentes sectores da estação explorados entre 2001 e 2005, conforme se mostra no quadro seguinte:

Quadro 8 – Distribuição tipológica dos recipientes lisos do Carrascal, pelos sectores explorados entre 2001 e 2005

Tipologia e distribuição das cerâmicas lisas															
Tipologia		Formas	N.º de fragmentos												
			2001	2002	2003 Vala 1	2003 Vala 2	2004 Vala 2, C3	2004 Vala 2, C4	2004 Sector oriental	2004 Silo 1	2004 Silo 2	2005 C3	Total		
Prato	Prato de bordo sem espessamento		1	8 (2,3%)	13 (2%)	-	7 (1,2%)	4 (2,5%)	5 (5,1%)	-	-	-	1 (0,2%)	37 (1,4%)	
	Prato de bordo espessado		2	1 (0,3%)	3 (0,5%)	4 (6,2%)	5 (0,9%)	2 (1,2%)	1 (1%)	1 (0,5%)	-	-	1 (0,2%)	18 (0,7%)	
Taça	Taça de bordo espessado		3	13 (3,7%)	23 (3,6%)	-	10 (1,7%)	8 (4,9%)	3 (3%)	5 (2,5%)	-	-	7 (1,6%)	70 (2,7%)	
	Taça carenada	carena baixa a média	4.1	11 (3,1%)	61 (9,6%)	-	118 (20,2%)	28 (17,2%)	17 (17,3%)	21 (10,6%)	-	5 (20,8%)	66 (14,9%)	331 (12,7%)	
		carena alta	com carena marcada	4.2	10 (2,8%)	13 (2%)	2 (3,1%)	19 (3,2%)	6 (3,7%)	2 (2%)	4 (2%)	-	-	9 (2%)	61 (2,3%)
			de perfil suave	4.3	26 (7,1%)	13 (2%)	5 (7,7%)	16 (2,7%)	9 (5,5%)	5 (5,1%)	1 (0,5%)	-	2 (8,3%)	24 (5,4%)	101 (3,9%)
	Taça em calote		5	55 (16%)	92 (14,4%)	7 (10,8%)	60 (10,3%)	18 (11%)	8 (8,2%)	13 (6,5%)	-	1 (4,2%)	47 (10,6%)	300 (11,5%)	
Vaso	Vaso de bordo em aba		6	50 (14%)	61 (9,7%)	8 (12,3%)	41 (7%)	17 (10,4%)	13 (13,3%)	12 (6%)	-	4 (16,7%)	57 (12,8%)	264 (10,1%)	
	Vaso de bordo espessado ou extrovertido		7	57 (16,5%)	44 (6,8%)	12 (18,5%)	49 (8,4%)	24 (14,7%)	26 (26,5%)	9 (4,5%)	-	10 (41,7%)	117 (26,4%)	347 (13,3%)	
Esférico.		8	18 (5,1%)	35 (5,5%)	4 (6,1%)	78 (13,3%)	20 (12,2%)	8 (8,2%)	26 (13%)	3 (6,5%)	2 (8,3%)	59 (13,3%)	252 (9,6%)		
“Copo”		9	15 (4,3%)	25 (3,9%)	-	41 (7%)	7 (4,3%)	3 (3%)	2 (1%)	-	-	16 (3,6%)	108 (4,1%)		
Indeterminado		-	87 (24,8%)	255 (40%)	23 (35,4%)	141 (24,1%)	20 (12,3%)	7 (7,1%)	105 (52,8%)	43 (93,5%)	-	40 (9%)	724 (27,7%)		
Total		-	351 (100%)	638 (100%)	65 (100%)	585 (100%)	163 (100%)	98 (100%)	199 (100%)	46 (100%)	24 (100%)	444 (100%)	2613 (100%)		

As características das cerâmicas lisas do Carrascal vistas globalmente, revelam, como seria de esperar para contextos essencialmente do Neolítico Final, a presença dominante de dois tipos principais de recipientes: os recipientes carenados, que ascendem no total a 22,3% do total das formas identificadas, acompanhados pelos vasos de bordo extrovertido, ou com a configuração de aba, que atingem em conjunto 26,4%. Com efeito, estas duas formas são geralmente as dominantes em contextos desta época. As restantes formas com presença ainda assim assinalável, próxima de 10%, não possuem significado cronológico-cultural: trata-se das taças em calote (10,4%), e dos esféricos de bordo simples (9%). Residualmente, ocorrem formas que podem assimilar-se preferencialmente ao Calcolítico, como é o caso dos “copos” lisos (3,4%) e das taças de

bordo espessado (1,6%). Esta realidade permite concluir que, também o conjunto das formas lisas é quase exclusivamente reportável ao Neolítico Final conclusão coerente com a já anteriormente obtida do estudo das produções cerâmicas decoradas.

3.4.3 – *Produções cerâmicas especializadas*

“Cinchos” – conforme acima se referiu, trata-se de recipientes que, na Estremadura são característicos de fase adiantada do Calcolítico. A ocorrência de um exemplar na campanha de 2001 (Fig. 66, n.º 18) e de outro em 2003 (Fig. 72, n.º 2), explica-se, tal como as restantes produções calcolíticas (cerâmicas caneladas típicas do Calcolítico Inicial e campaniformes), pelo facto de, nas proximidades, terem continuado a existir pequenas unidades domésticas, na influência directa do povoado de Leceia. Importa referir que, neste último, a presença deste tipo de recipientes é pouco significativa (CARDOSO, 2007), quando comparada com a de outros sítios bem menores, existentes na região, igualmente ocupados no decurso do Calcolítico Pleno / Final, como Moita da Ladra, o que é revelador da diferenciação das actividades domésticas, ao nível da respectiva importância relativa, nos dois sítios arqueológicos. Idêntica realidade é extensiva ao Outeiro Redondo, onde se observou igual escassez de cinchos.

Cossoiros – recolheu-se um exemplar incompleto (Fig. 81, n.º 3), cuja cronologia é compatível com o Calcolítico, já que provém da Camada 2. Trata-se de exemplar excepcional em contextos estremenhos pré-históricos. Avultam, nesta perspectiva, os exemplares recolhidos no Outeiro da Assenta, Óbidos (CARDOSO & MARTINS, 2009, Fig. 65), que, pela referida razão, e na ausência de informações estratigráficas concretas, foram então integradas na Idade do Ferro / Período republicano, bem representado na estação. Contudo, no povoado calcolítico fortificado de São Pedro (Redondo), recolheram-se diversos exemplares (informação de Catarina Costeira, que se agradece), pelo que o exemplar do Carrascal reúne condições para se poder considerar dessa época, até porque se desconhecem outras ocorrências mais modernas na estação.

Suportes de lareira – entram nesta categoria três exemplares, todos incompletos, correspondentes a corniformes simples (Fig. 80, n.ºs 1 a 3). Muito se tem escrito sobre este tipo de peças. Remete-se assim o leitor para as considerações recentemente apresentadas sobre as mesmas, a propósito de exemplares recolhidos no povoado calcolítico fortificado da Moita da Ladra, Vila Franca de Xira (CARDOSO, 2014 b).

Importa registar que, embora estes exemplares sejam especialmente abundantes nos povoados calcolíticos – e jamais ocorrendo em sítios funerários, o que sublinha a sua natureza funcionalista – ocorrem também em contextos habitacionais do Neolítico Final (CARDOSO, 2003 a). Nestes termos, os exemplares do Carrascal podem inscrever-se ainda naquela época, designadamente o recolhido em 2003, na Vala 2 a mais de 0,50 m de profundidade (Fig. 80, n.º 2).

Suportes de vasos – um exemplar cilindróide e de paredes côncavas (Fig. 81, n.º 3), é compatível com esta categoria de produções cerâmicas, de extrema raridade nos povoados pré-históricos estremenhos, mas conhecidos nos do Calcolítico do Sudoeste, como comprovam os exemplares provenientes dos povoados calcolíticos fortificados do Monte da Tumba, Alcácer do Sal (SILVA & SOARES, 1987, Fig. 26, n.ºs 1 e 2) e do Cerro do Castelo de Santa Justa (GONÇALVES, 1989, Est. 48).

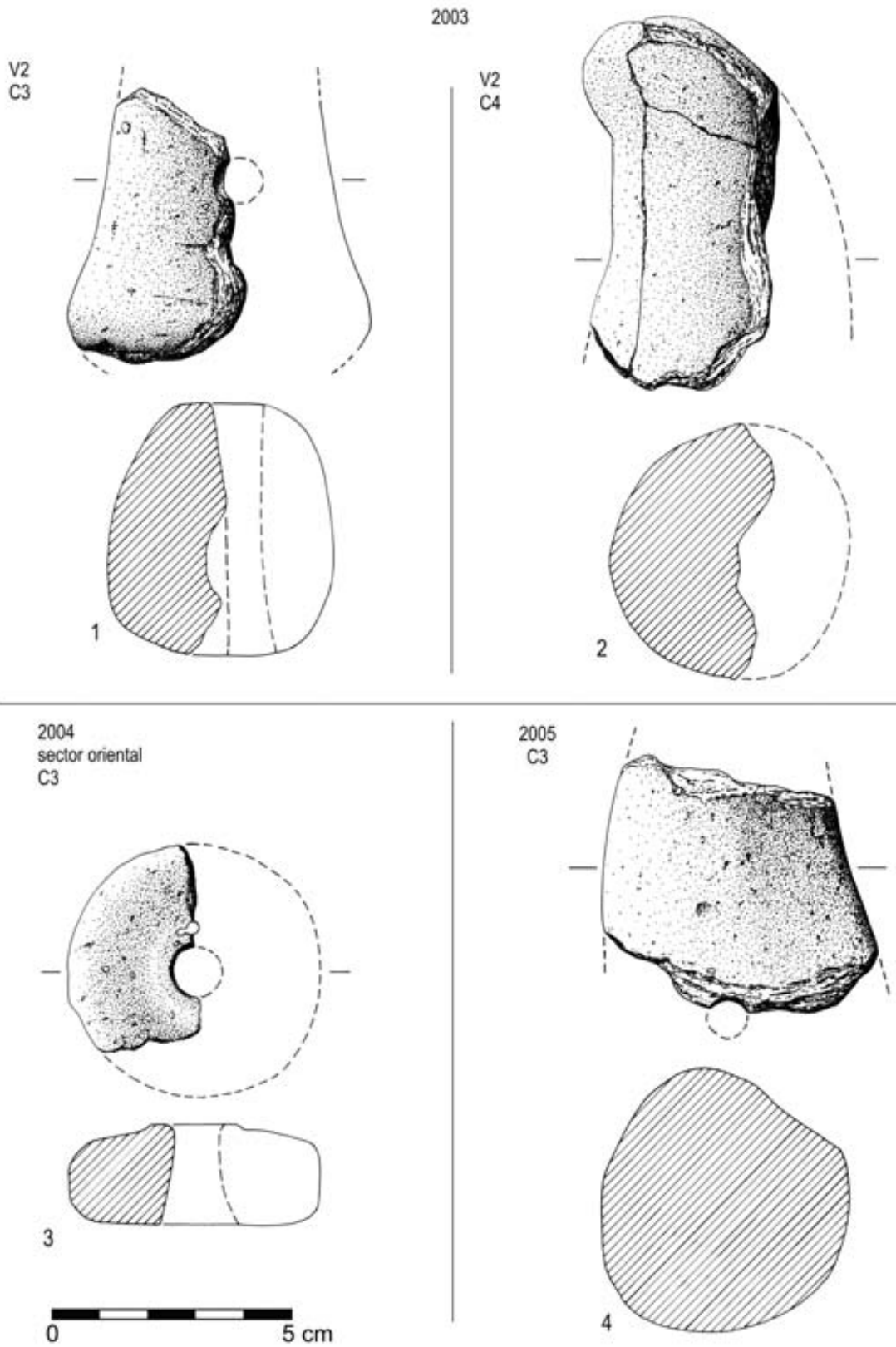


Fig. 81 – Carrascal, 2003-2005. Suportes de lareira e fragmento de cossoiro. Desenhos de F. Martins.

3.5 – Indústria óssea

É escassa a indústria óssea recolhida no Carrascal, dominando largamente os furadores. Nestes, identificaram-se duas categorias: os furadores obtidos por seccionamento longitudinal de ossos longos, cuja tradição remete para o Neolítico Médio – embora persistam em povoados calcolíticos da região, como Moita da Ladra (CARDOSO, 2014 b) Outeiro Redondo (CARDOSO, 2013) – representados por diversos exemplares (Fig. 82, n.ºs 1, 2, 6, 8, 10, 11, 15, 16 e 20), e os furadores obtidos por seccionamento oblíquo de ossos longos, geralmente praticados a meio da respectiva diáfise, representados apenas por dois exemplares (Fig. 82, n.ºs 12 e 13), cuja tipologia é já conhecida no Neolítico Final da região, conforme se verificou em Leceia (CARDOSO, 2003 b, Fig. 2). Como é usual, aproveitaram-se ossos de caprinos; no caso, apenas um deles possui elementos de identificação anatómica, correspondendo à parte distal de um metápodo (Fig. 82, n.º 12). Outro metápodo de caprino, foi aproveitado para o fabrico de furador de forma pouco usual, já que foi seccionado longitudinalmente para tal efeito (Fig. 82, n.º 5), podendo deste modo ser incluído na primeira categoria considerada.

Caso particular é o do furador representado na Fig. 83, n.º 4, o qual aproveitou uma esquirola longitudinal de haste de cervídeo, cuja estrutura se encontra bem evidenciada pelos canais de Avers observados na face interna do exemplar.

As sovelas ou agulhas correspondem ao segundo grupo de instrumentos ósseos identificados, estando representados por diversos exemplares (Fig. 82, n.ºs 9, 14, 17, 18 22), podendo considerar-se, tal como nos furadores, duas categorias distintas: os exemplares executados em esquirolas ósseas totalmente polidas e os que conservam ainda a superfície interna do canal medular dos ossos originais.

No conjunto, deve assinalar-se a ausência dos artefactos usualmente atribuídos a cabos de furadores ou sovelas de cobre, muito abundantes em alguns dos povoados estremenhos, como o Outeiro Redondo (CARDOSO, 2013), para se apresentarem totalmente ausente em outros, como Moita da Ladra (CARDOSO, 2014 b), ainda que em ambos existam abundantes indícios da metalurgia do cobre. Em Leceia, ocorrem já em contextos do Neolítico Final (CARDOSO, 2003 b, Quadro 1), pelo que, para além da referida utilização, outras serão também de considerar.

3.6 – Objectos de adorno

Como acima se referiu, cabe nesta categoria um fragmento de cabeça amovível de alfinete de osso, decorada com linhas incisadas, como é usual neste tipo de exemplares (Fig. 66; Fig. 83, n.º 3). Recolhido em 2002, constitui mais um elemento condizente com a integração cronológico-cultural da estação no Neolítico Final, embora alguns de tais exemplares possam inscrever-se nos primórdios do Calcolítico, de acordo com programa de datações por AMS executadas num conjunto de tais peças recolhidas em necrópoles estremenhas (CARDOSO & SOARES, 1995).

Outro objecto de adorno, mais raro, foi recolhido no enchimento do Silo 2, em 2004, e corresponde a pingente de concha recortada (Fig. 83, n.º 4).

Uma pequena rodela, obtida por recorte e abrasão de um fragmento cerâmico, munida de furo central realizado a partir de ambas as faces (Fig. 83, n.º 1), é compatível com conta utilizada em colar ou em qualquer outro adorno corporal, salientando-se a sua raridade, pela matéria-prima utilizada, talvez devida ao seu escasso valor intrínseco.

Enfim, em 2005 recolheu-se um exemplar incompleto de alfinete de cabeça maciça, de osso escurecido pelo calor, com cabeça em calote esférica, igualmente de assinalável raridade em contextos neolíticos ou calcolíticos estremenhos (Fig. 83, n.º 9).

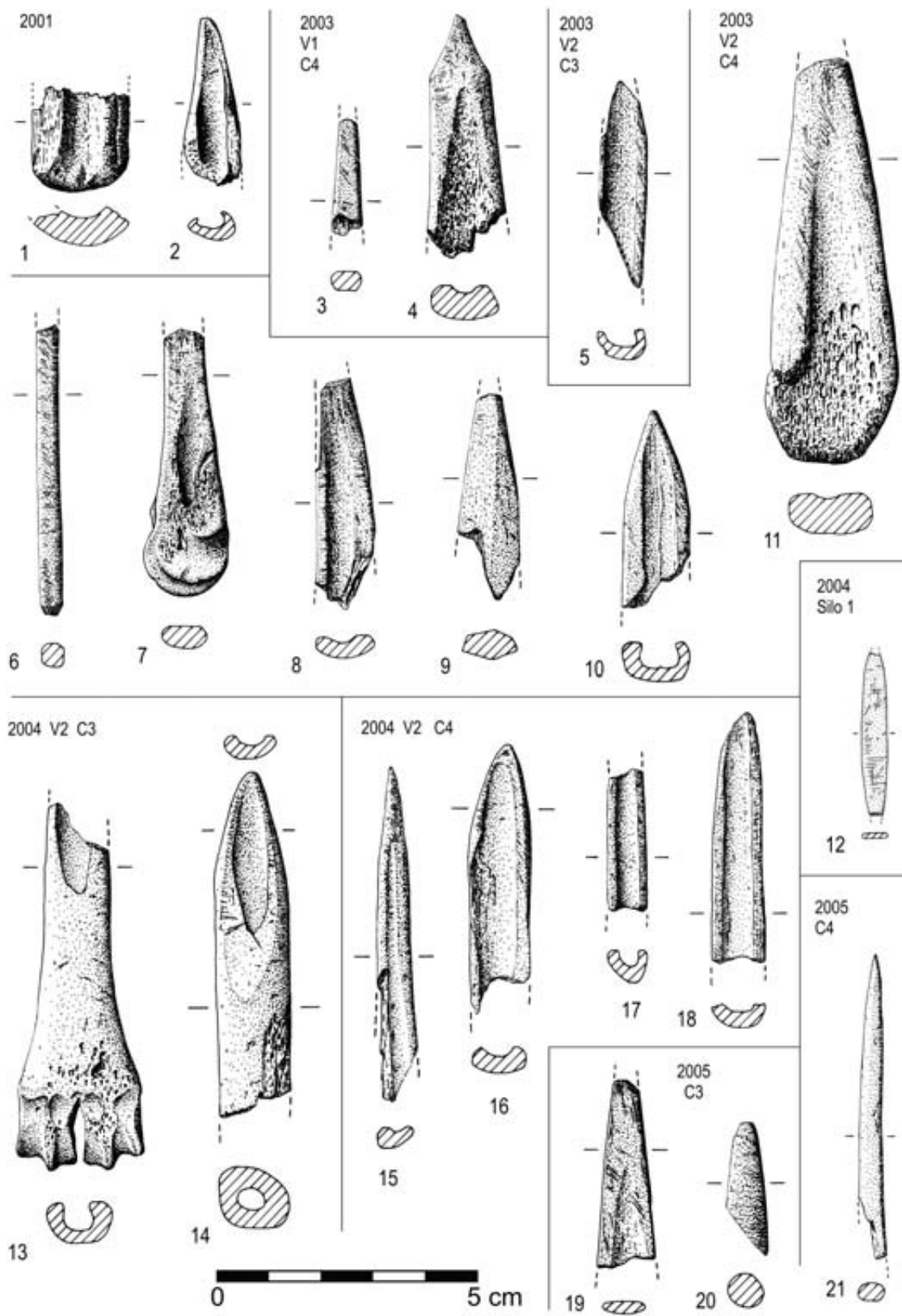


Fig. 82 – Carrascal 2001-2005. Indústria de osso polido (ver texto). Desenhos de F. Martins e de B. Ferreira (12).

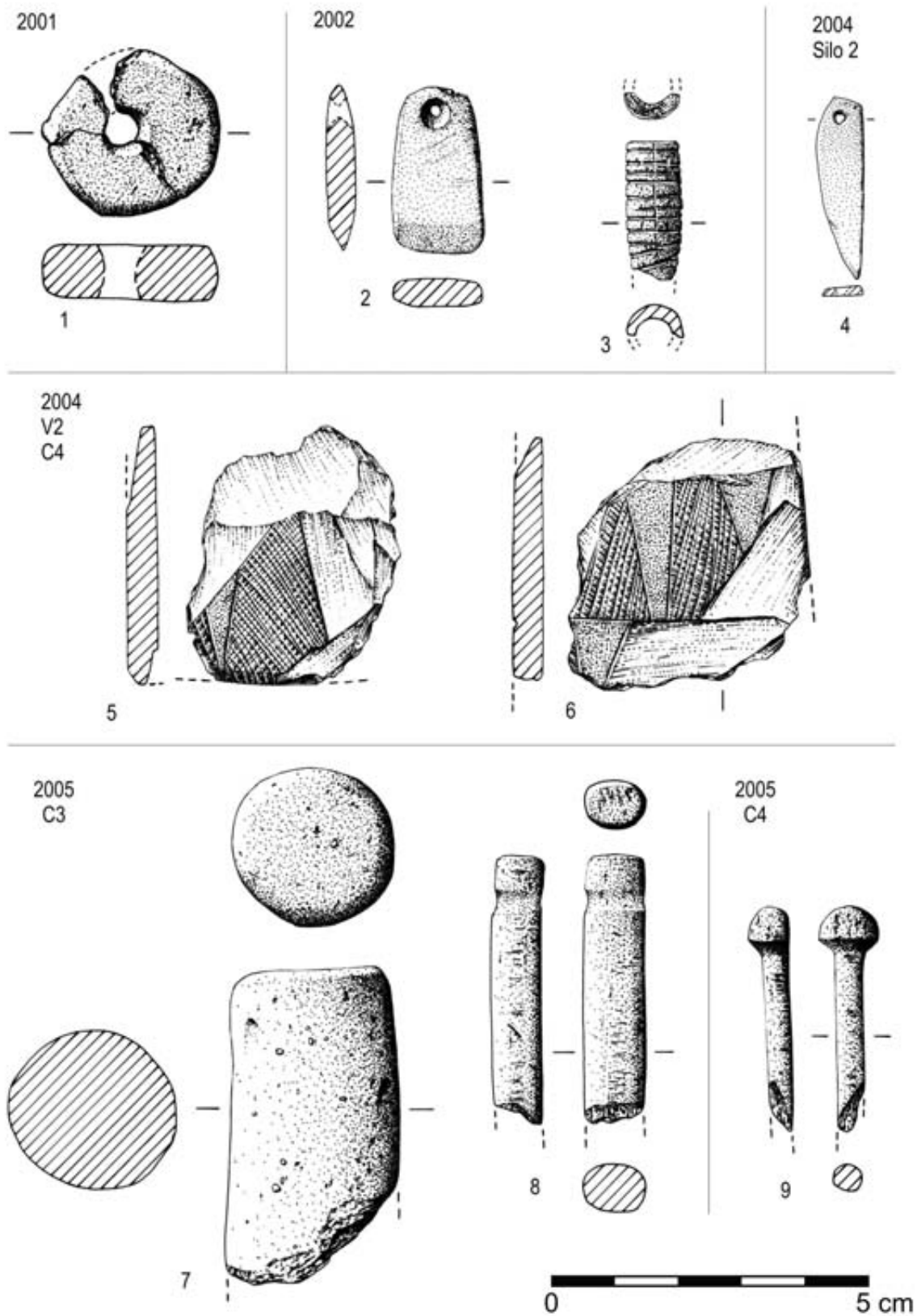


Fig. 83 – Carrascal 2001-2005. Objectos de adorno (1, 3, 4 e 9) e de carácter ideotécnico (2, 5, 7 e 8).
 Desenhos de F. Martins e de B. Ferreira (2, 3 e 4).

3.7 – Objectos ideotécnicos

Como é usual em contextos habitacionais, são escassos os objectos integráveis nesta categoria, os quais, contudo, evidenciam assinalável diversidade.

Cilindros – recolheu-se em 2005 um exemplar de cerâmica, incompleto (Fig. 84, n.º 7). A ocorrência deste tipo de peças cerâmicas foi já anteriormente registada em Leceia (CARDOSO, 2009, Fig. 9), igualmente na ocupação do Neolítico Final, pelo que podem ser consideradas como precursoras das suas equivalentes de calcário, que ocorrem imediatamente a seguir, no Calcolítico Inicial.

Placas de xisto – dois pequenos fragmentos de placas de xisto, correspondentes aos tipos mais frequentes, de triângulos preenchidos interiormente por reticulado oblíquo (Fig. 84, n.ºs 5 e 6), são igualmente compatíveis com o Neolítico Final. É interessante o registo desta ocorrência, comprovando a presença de tais peças em sítios habitacionais como este, antes de serem depositadas ritualmente nas necrópoles da região.

Ídolos de gola – trata-se de pequeno cilindro de osso, totalmente polido, incompleto na parte inferior, munido de uma pequena goteira diametral junto à extremidade proximal (Fig. 84, n.º 8). A presença destas peças pode ser conotada com pendentes, de carácter apotropaico, sendo para isso utilizado o referido sulco, por forma a permitir a respectiva fixação. Esta interpretação veio a ser posta em causa, com base nos exemplares de Vila Nova de São Pedro, propondo-se antes que o referido sulco se destinaria a fixar a peça directamente ao corpo, mediante a perfuração, como pendente de lábio ou de orelha (GOMES, 2005). Tal interpretação, baseada em paralelos etnográficos, não se afigura compatível com o presente exemplar, nem com boa parte dos exemplares conhecidos, dada a pouca profundidade daquela goteira, que, por tal motivo, não poderia assegurar a pretendida fixação.

Pendente em forma de enxó – em 2002 recolheu-se um pendente de fibrolite leitosa, reproduzindo em miniatura, uma enxó (Fig. 83, n.º 2, Fig. 84). A suspensão da peça era assegurada por perfuração de secção bitroncocónica, feita a parir de ambas as faces do exemplar.

No Carrascal, para além deste exemplar, recolheram-se mais dois susceptíveis, pelo seu pequeno tamanho, se poderem ser consideradas peças rituais (Fig. 64, n.º 6; Fig. 65,



Fig. 84 – Enxó de fibrolite e fragmento de cabeça postiça de alfinete, de osso, com decoração de linhas incisivas, peças recolhidas em 2002. Foto de J. L. Cardoso.

n.º 1), as quais possuem numerosos elementos de comparação, sobretudo de fibrolite. Mas o exemplar agora publicado é o único que possui furação para suspensão, sublinhando o carácter apotropaico e simbólico de tais exemplares. Com efeito, a enxó, tal como o machado, enquanto artefacto utilitário, assumia importância primordial no quotidiano destas populações, explicando-se assim a sua réplica em peças não funcionais, de cunho claramente simbólico. Trata-se de realidade que, logo no início do Calcolítico se encontra evidenciada, na mesma região, pelas notáveis reproduções de calcário de enxós encabadas.

4 – CRONOLOGIA ABSOLUTA

Foram executadas quatro datações pelo radiocarbono, relativas às ocupações mais modernas verificadas no Carrascal, as quais deram os seguintes resultados:

Quadro 9 – Datações de radiocarbono das ocupações mais modernas do Carrascal

Ref.ª Lab.	Tipo amostra	Contexto	Data convencional	Data cal.	Data cal.	Bibliografia
			(BP)	(1σ)	(2σ)	
				Cal BC*	Cal BC*	
Wk-35558	Furador de osso polido (Fig. 82, n.º 4)		4421±25	3261-2945	3304-2924	Inédito
Beta-276402	Osso indeterminado		4420±40	3010-2892	3079-2883	Inédito
Sac-1985	Osso	Silo 1	4350±40	3011-2910	3089-2894	CARDOSO, 2009
Sac-1987	Osso	Silo 2	3920±50	2475-2310	2567-2213	

* De acordo com as curvas de calibração IntCal13 de Reimer et al. (2013), e com programa CALIB 7.0 (STUIVER & REIMER, 1993).

Como já é sabido, o povoado do Carrascal possui uma primeira ocupação remontando ao Neolítico Antigo, a qual se encontra muito bem caracterizada em termos de cronologia absoluta por seis datações radiocarbónicas realizadas por AMS, com intervalos entre 5370 e 4990 (CARDOSO, 2011, 2015).

Paralelamente, obtiveram-se mais quatro datações absolutas, igualmente realizadas por AMS sobre amostras de vida curta (osso), que permitiram atribuir a outra fase principal de ocupação deste povoado ao Neolítico Final. Não existe qualquer evidência de ocupação nas fases intermédias do Neolítico, com provável abandono do local durante cerca de 1000 anos.

A reocupação do sítio no último quartel do 4.º milénio BC assentou directamente sobre os níveis do Neolítico Antigo, sendo o contacto entre as duas camadas correspondentes às duas camadas nem sempre fácil de definir, como já acima se referiu. Tal realidade tornou por vezes muito difícil estabelecer uma separação nítida entre ambas as camadas, com a consequente dificuldade de reportar ao Neolítico Antigo ou ao Neolítico Final os materiais existentes na superfície de contacto entre ambas, a não ser por critérios estritamente tipológicos, nem sempre de fácil e fiável aplicação.

Se as cerâmicas facilmente evidenciam possíveis misturas, atendendo aos bem definidos fosseis directores, o conservadorismo da indústria lítica, dominante em Carrascal, dificulta uma seriação imediata. Deve ser referido contudo, que no que se refere ao conjunto lítico agora estudado, o número de materiais

líticos que poderia ter uma proveniência de ocupações do Neolítico Antigo é muito reduzido, resumindo-se a um geométrico (trapézio) e a escassos núcleos e lamelas com intenso tratamento térmico.

Para o balizamento da segunda fase de ocupação do Carrascal foram obtidas quatro datações absolutas, conforme se indica no Quadro 9.

Numa primeira fase (Sac-1985, Sac-1987) seleccionaram-se duas estruturas negativas encontradas no decurso da campanha de 2004 no povoado pré-histórico do Carrascal, ambas em área periférica (CARDOSO, 2009). Se a datação Sac-1985 indica claramente uma cronologia integrável no Neolítico Final, similar às obtidas no povoado de Leceia (CARDOSO & SOARES, 1996; CARDOSO, 2000), a datação Sac-1987 é claramente mais moderna pois indica uma ocupação mais tardia, do 3.º quartel do 3.º milénio BC. Retomando os comentários já anteriormente apresentados, e não sendo crível que as duas estruturas negativas sejam de épocas distintas, tal resultado poderá simplesmente indicar que o enchimento de uma delas foi efectuado com materiais de épocas distintas, já que nela também se recolheram dois fragmentos de vasos de bordo denteado, típicos do Neolítico Final.

Duas outras datações por AMS foram obtidas sobre espólios recolhidos em 2003, uma sobre furador recolhido em 2003 (Fig. 82, n.º 4), outra sobre osso indeterminado.

Os resultados obtidos são compatíveis com o obtido para o Silo 1, integrando-se perfeitamente no conjunto de datações de Leceia para o Neolítico Final deste modo.

A presença de cerâmicas campaniformes remobilizadas na parte superior da sequência indicava que teria existido uma reocupação da zona numa fase avançada do Calcolítico, como acima se referiu. Assim, no sector escavado em 2001 e 2002, as produções campaniformes, de pequenas dimensões e com sinais de rolamento, evidenciavam remobilização de outras áreas da encosta, enquanto que, no sector escavado entre 2003 e 2005, os exemplares, de maiores dimensões e não rolados, teriam muito provavelmente origem no topo da escarpa adjacente à área escavada. Esta situação tem equivalente em outros povoados estremenhos com ocupações abertas como Parede ou Negrais (SOUSA, 2010). Parece verificar-se um modelo de ocupação aberto e disseminado no Neolítico Final, com reocupação dos mesmos locais abertos no Campaniforme. Tal fenómeno fica a dever-se à tendência para a concentração do povoamento no Calcolítico inicial, sem prejuízo de poderem existir pequenos núcleos povoados daquela época, confirmados pela ocorrência de produções de “copos” canelados, tanto no Carrascal, como no vizinho Monte do Castelo (CARDOSO, NORTON & CARREIRA, 1996), perto da oficina de talhe do sílex do mesmo nome (CARDOSO & NORTON, 1997-1998).

A informação estratigráfica, o conjunto de datações e o estudo da cultura material permitem assim indicar a seguinte sequência de ocupação do Carrascal:

- Fase 1. Neolítico Antigo, situável entre cerca de 5370 e 4990 cal BC, para 2 sigma;

Lacuna de ocupação no Neolítico Médio;

- Fase 2. Neolítico Final, situável entre cerca de 3300 e 2900 cal BC, para 2 sigma. Atendendo à presença, ainda que vestigial, de “copos” é bem possível que o abandono do Carrascal como sítio povoado não tenha sido brusco e que até possa tenha perdurado ou sido reocupado, como Leceia, logo no início do Calcolítico, dada a eventual continuidade da exploração do sílex.

Ténues ocupações, recorrentes e episódicas, no decurso do Calcolítico, com escassos materiais do Calcolítico Inicial e do Calcolítico Pleno / Final, representados por cerâmicas campaniformes exclusivamente incisadas, conhecendo-se datação correspondente a este último momento correspondendo ao intervalo, para 2 sigma, de cerca de 2570-2210 cal BC.



Fig. 85 – Povoamento do Neolítico Final na Ribeira de Barcarena. 1 - Leceia; 2 - Carrascal; 3 - Monte do Castelo; 4 - Barotas.

5 - DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Para a interpretação da funcionalidade da ocupação do Neolítico Final do Carrascal, deverá ter-se em atenção a malha de povoamento contemporânea conhecida na região envolvente, de forma a propor um modelo de uso deste território na transição do 4.º para o 3.º milénio BC.

O extenso historial de investigação arqueológica em Oeiras permite interligar Carrascal com vários habitats e necrópoles do Neolítico final / Calcolítico neste território, embora com desiguais histórias de investigação.

Leceia teria certamente papel central no povoamento daquela época, articulando-se a sua área de influência com a do povoado de Carnaxide, sítio de encosta semelhante ao Carrascal, com extensa ocupação do Neolítico Final. A ocupação deste sítio afigurou-se de carácter diferenciado à de Leceia, já que se identificaram como artefactos dominantes, as pontas espessas, de formato triédrico e de talhe imbricado, com semelhanças aos picos campinhenses franceses, embora de menores dimensões, e as raspadeiras espessas, com cabo alongado evidenciando por vezes semelhante técnica de talhe, sugerido actividades de carácter especializado (CARDOSO, 1995), como o processamento de peles.

É neste contexto que deve ser enquadrada a relação funcional do Carrascal com Leceia.

À primeira vista, seria de admitir que, com a plena afirmação de Leceia, logo no início do Calcolítico Inicial, como povoado fortificado de primeiro plano à escala regional, sítios como o Carrascal e Carnaxide teriam sido abandonados, tendo presente a tendência então verificada para a concentração demográfica da população em torno de centros populacionais que se afirmaram, mercê das suas características geomorfológicas mais favoráveis, no quadro da estratégia de ocupação emergente, sobre os demais. Com efeito, Leceia, implantada sobre plataforma rochosa, constituindo esporão natural, dominando do alto da encosta direita, todo o vale da

Ribeira de Barcarena, oferecia vantagens evidentes sobre os outros dois sítios referidos, tanto de visibilidade, como de defesa, proporcionada pelas escarpas que a delimitam de dois dos seus lados.

Contudo, tal pressuposto teria de ser confirmado através da informação da cronologia absoluta da ocupação destes locais. Se para a ocupação do Neolítico Final de Carnaxide não existem informações, já no respeitante ao Carrascal as datas de radiocarbono disponíveis permitem comparar a cronologia de ocupação do sítio com a de Leceia, bem como com a de outros existentes na área meridional da baixa península de Lisboa:

Quadro 10 – Cronologia absoluta dos sítios do Neolítico Final da região meridional da península de Lisboa com datações pelo radiocarbono

Ref.ª Lab.	Tipo amostra	Contexto	Data Convencional	Data cal.	Data cal.	Bibliografia
			(BP)	(1σ)	(2σ)	
				Cal BC	Cal BC*	
Vale de Lobos						
Beta-220074	osso (<i>Bos</i> sp.)	Cabana 1	4290±40	2910-2890	2930-2880	VALENTE, 2006
Beta-220075	osso (<i>Bos</i> sp.)	Sector 7	4490±40	3340-3040	3350-3020	
Leceia						
ICEN-1160	Carvão	Camada 4	4630± 45	3500-3350	3260-3110	CARDOSO & SOARES, 1996
ICEN-312	Carvão	Camada 4	4530± 100	3360-3040	3610-2920	
ICEN-313	Carvão	Camada 4	4520± 70	3490-2930	3630-2890	
ICEN-316	Carvão	Camada 4	4520± 70	3350-3050	3490-2930	
ICEN-1161	Osso	Camada 4	4440± 50	3292-2827	3337-2917	
ICEN-1159	Osso	Camada 4	4430± 50	3261-2925	3333-2915	
ICEN-1158	Osso	Camada 4	4320± 60	3020-2880	3090-2710	
Serra das Éguas						
Beta-268464	Osso (<i>Bos</i> sp.)	Sector II. C2, Contexto 2	4330±40	3000-2900	3020-2890	ENCARNAÇÃO, 2010
Beta-268465	Osso (<i>Bos</i> sp.)	Sector II. O, Contexto 2	4460±40	3320-3030	3340-2960	

* De acordo com as curvas de calibração IntCal13 de Reimer et al. (2013), e com programa CALIB 7.0 (STUIVER & REIMER, 1993).

Tais resultados podem ser visualizados de forma mais expressiva na Fig. 86.

Tendo presente os resultados apresentados no Quadro 10 e na Fig. 86, verifica-se que as três datas de radiocarbono correspondentes ao Carrascal são coerentes entre si e situam-se entre as mais modernas dos sítios do Neolítico Final da região meridional da Baixa Estremadura. Deste modo, a hipótese de os habitantes do Carrascal terem dado lugar à primeira ocupação de Leceia, por opção própria, não se confirma, embora possam ter reforçado o contingente humano já ali sediado, no final do Neolítico Final. Contudo, pelo facto de o final de ambas as ocupações terem coincidido, o mais provável é que ambos os locais tenham sido abandonados simultaneamente, por razões desconhecidas, que poderiam relacionar-se com epidemia, ou fenómeno natural, ou ainda em resultado de eventual conflito social, que tivesse dado origem ao despovoamento da região durante algumas décadas. Com efeito, de acordo com os resultados do tratamento estatístico das datas de

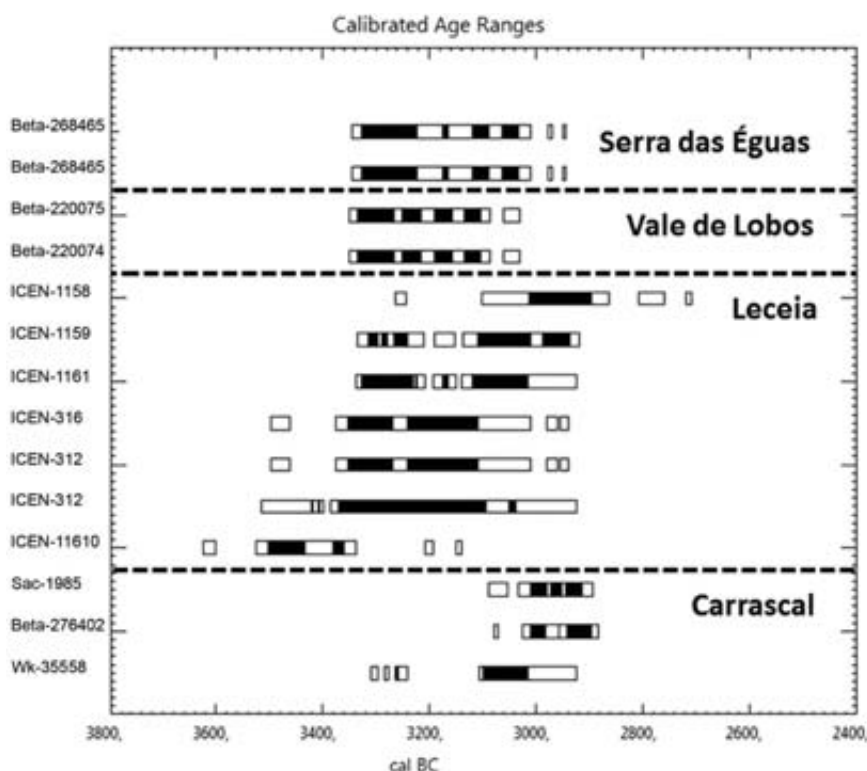


Fig. 86 – Distribuição gráfica das cronologias absolutas dos sítios do Neolítico Final da região meridional da península de Lisboa (ver Quadro 10).

Leceia para o Neolítico Final e Calcolítico Inicial, a estação só voltou a ser ocupada algumas décadas depois, e por populações completamente distintas, portadoras de uma panóplia cerâmica distinta e responsáveis pela edificação do complexo dispositivo defensivo ali existente de uma só vez, cerca de 2900/2800 cal BC.

Deste modo, a presença em paralelo de populações no Carrascal e em Leceia, pode explicar-se em parte pelas elevadas aptidões agro-pastoris dos solos calcários existentes ao longo da encosta direita do vale da ribeira de Barcarena; mas seriam os recursos geológicos, representados pelo sílex ali existente em abundância que justificaria a intensidade do povoamento então ali observado.

Alguns dos locais identificados podem ter conhecido, com efeito, um modelo de ocupação semipermanente, com diminuto investimento em estruturas domésticas e por vezes com especialização como sucede com Barotas (CARDOSO & COSTA, 1992) ou Monte do Castelo (CARDOSO & NORTON, 1997-1998), oficinas de talhe do sílex localmente disponível ou, já em Cascais, o povoado do Estoril, com cultura material especializada no processamento de peles (GONÇALVES & SOUSA, 2010).

Também no caso do Carrascal, a preponderância da indústria lítica, a abundância de talhe local e a escassez de estruturas domésticas permitem caracterizar a ocupação do Neolítico Final como de carácter semipermanente, com actividade especializada no talhe da pedra mas ainda com intensos sinais de vivência doméstica tradicional, comprovada pelo conjunto arqueológico estudado, incluindo, para além da utensilagem de sílex, indústrias de pedra polida e produções cerâmicas, que bem evidenciam aquela realidade.

Como já se sublinhou, a área onde se implanta o Carrascal corresponde a um substrato geológico de calcários duros recifais do Cenomaniano Superior, onde seria relativamente fácil a extracção de sílex, sob a forma de placas e de nódulos, matéria-prima essencial e de elevado interesse económico no Neolítico e no

Calcolítico. Justifica-se, assim, apresentar algumas considerações sobre técnicas de extracção, padrões de utilização e redistribuição do sílex.

A distinção entre mina, *atelier*/oficina ou *atelier* em mina a céu aberto está bem definida (PELEGRIN, 1995), mas a escassez de contextos portugueses com escavação, datação e quantificação por classes tecnológicas, dificulta a clarificação de tais conceitos.

Podem identificar três grandes categorias de contextos especializados no talhe da pedra, cuja caracterização tem interesse para a clarificação do estatuto a conferir ao Carrascal.

1. **Mina**, local da extracção da matéria-prima, podendo ou não ter as fases subseqüentes da debitagem de suportes. Estas minas podem ser subterrâneas ou a céu aberto.

As minas de Campolide, Lisboa (CHOFFAT, 1907), ocasionalmente descobertas aquando da abertura do túnel ferroviário do Rossio, no decurso da qual foram longitudinalmente seccionadas, constituem em Portugal um dos escassos exemplos de exploração subterrânea, supondo-se de cronologia neolítica embora não estejam disponíveis datações absolutas ou se conheçam contextos estratigráficos bem caracterizados.

Em Casal Barril, Mafra (SOUSA & GONÇALVES, 2011) também se detectou um contexto de mina ou de fase primária de extracção em fossa semi-subterrânea, com evidências das primeiras fases, a obtenção de duas datações de radiocarbono permitiu aferir a cronologia para a primeira metade do 3º milénio, no Calcolítico Inicial (Beta-260629; Beta-260628: 2860-2470 cal BC a 2 sigma).

A identificação em Madrid do complexo mineiro de Casa Montero (DÍAZ-DEL-RÍO & CONSUEGRA, 2011), datado do Neolítico Antigo, pode ser reveladora da possibilidade de existência deste tipo de sítios na Estremadura portuguesa, também presentes em outros contextos peninsulares como el La Venta (RAMOS MILLAN *et al.*, 1993).

Deve ainda ser referida a importância da extracção a céu aberto de sílex, correspondendo muitas vezes a nódulos de sílex em posição secundária em depósitos detriticos ou aluvionares (ANDRADE & MATIAS, 2013). Recentemente M. Andrade tem vindo a proceder ao estudo de sítios de exploração de ar livre como Pedreira do Aires, Monte das Pedras, Casal dos Matos... (ANDRADE & CARDOSO, 2004; ANDRADE *et al.*, 2014; ANDRADE & MATIAS, 2013), sendo de destacar a economia de esforço na exploração das “minas” de ar livre.

2. Por ***atelier*/oficina lítica**, entende-se o local que resulta de uma actividade contínua e repetida de produção lítica, frequentemente com a formação de áreas de concentração de resíduos de talhe (PELEGRIN, 1995, p. 159), localizando-se na proximidade da área de extracção primária de matéria-prima (Fig. 87).

Como é referido por M. Andrade e H. Matias, podemos considerar a existência de vários tipos de oficinas: a) pequenos sítios direccionados para a exploração ocasional de sílex; b) sítios especializados para exploração de artefactos especializados; c) sítios com exploração intensiva na proximidade de grandes povoados.

A identificação dos pequenos sítios de exploração ocasional reveste-se de maior dificuldade, atendendo à escassez de indicadores cronométricos. Os referidos autores integram nesta categoria sítios como Pedreira do Aires (ANDRADE & CARDOSO, 2004) ou Monte das Pedras (ANDRADE, 2011) mas ambos os sítios se referem a ocorrências superficiais, não sendo possível confirmar cronologias nem mesmo morfologias de ocupação.

As oficinas especializadas encontram-se contudo razoavelmente bem definidas na área de Rio Maior onde já foram identificados e escavadas várias oficinas especializadas em produtos foliáceos, nomeadamente em Olival do Passal (ZILHÃO, 1995) e em Casas de Baixo (ZILHÃO, 1994; FORENBAHER, 1999) e Cabeço dos Mouros (ANDRADE *et al.*, 2014). Não foram ainda detectados os contextos específicos de produção das

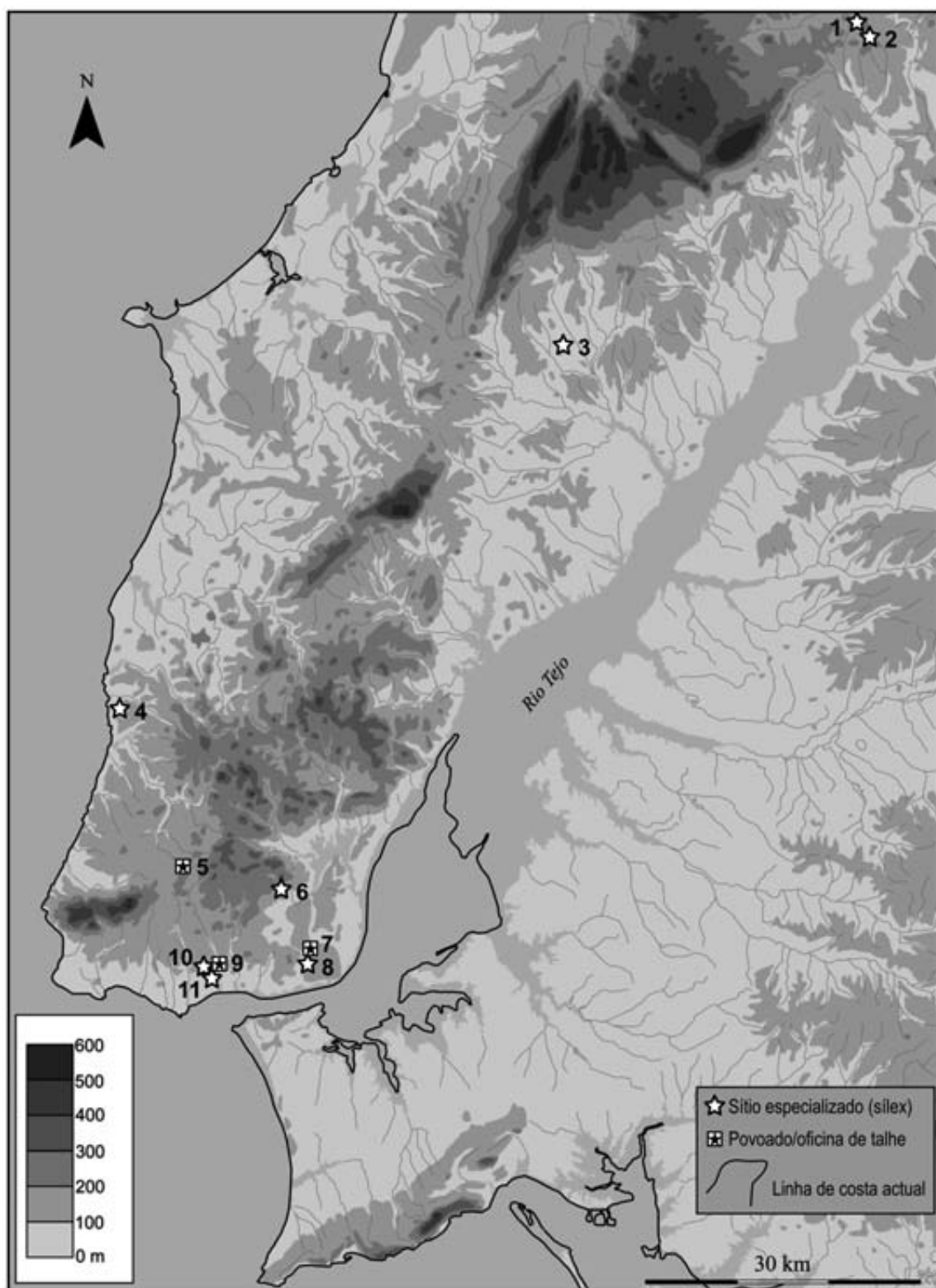


Fig. 87 – Localização geográfica das explorações de sílex estremenhas. 1 - Casas de Baixo; 2 - Cabeça Gorda; 3 - Arruda dos Pisões; 4 - Casal Barril; 5 - Penedo da Cortegaça; 6 - Pedreira do Aires; 7 - Santana; 8 - Campolide; 9 - Carrascal; 10 - Barotas; 11 - Monte do Castelo. Base cartográfica por Rui Boaventura / Maia Langley.

grandes lâminas, que circularam por todo o Sul Peninsular (MORGADO RODRÍGUEZ et al., 2008; NOCETE et al., 2005), especialmente presentes em contextos de necrópole, como em Olival da Pega 2b (GONÇALVES, 1999) ou Alcalar (MORGADO RODRÍGUEZ et al., 2008).

As oficinas de talhe relacionadas com grandes povoados encontram-se documentadas em vários povoados calcolíticos, como sucede com Los Millares (MOLINA & CÁMARA, 2005). No território português, reveste-se de particular interesse o caso de Leceia, grande povoado que se encontra na proximidade de três prováveis contextos especializados / semiespecializados no talhe da pedra: Barotas (650 m), o sítio agora estudado do Carrascal (600 m) e o Monte do Castelo (800 m).

Apenas Carrascal foi escavado, permitindo uma caracterização morfológica e cronométrica rigorosa, que como vimos sustenta um modelo de ocupação semipermanente, com forte incidência na exploração do sílex mas também com evidências de usos domésticos neste local. Estes locais de exploração superficial poderão ter tido uma longa história de exploração do sílex: Barotas, tal como Carrascal, indicia a presença de uma fase do Neolítico Antigo e existem evidências materiais até finais do Calcolítico, com campaniforme.

No que se refere a Barotas e Monte do Castelo, a evidência é apenas superficial, mas os dados recolhidos parecem indicar um uso logístico, com escassa evidência doméstica.

3. A exploração a céu aberto pode ainda propiciar a criação de **contextos mistos**: “[...] *existe aussi des ateliers situés à quelque distance du lieu de récolte ou d'extraction, à proximité d'un habitat temporaire ou permanente*” (PELEGRIN, 1995). Tudo indica que a ocupação do Neolítico Final do Carrascal deve pertencer a esta categoria mista, correspondendo a oficina situada perto do local de recolha da matéria-prima, mas com significativa componente habitacional, conferindo-lhe carácter semipermanente ou mesmo permanente.

Em qualquer dos casos, Carrascal parece integrar-se num modelo de exploração local do sílex, provavelmente em correlação com Leceia, não existindo indícios claros de circulação regional ou extra-regional do sílex ali explorado, como sucede com as oficinas de Rio Maior.

O aparecimento de talhe com elevada especialização técnica, evidenciada pelos foliáceos ou pelas grandes lâminas tem sido frequentemente integrado na transição 4.º / 3.º milénio cal BC mas estas evidências estão quase ausentes no Carrascal, que apresenta uma economia de debitage claramente local, com escassos contributos regionais ou supra-regionais. Até ao momento ainda não foi detectada qualquer oficina especializada em foliáceos na Baixa Estremadura, onde o sílex é também abundante mas possivelmente com menor aptidão para este tipo de talhe. Contudo, elas devem existir forçosamente, uma vez que boa parte dos foliáceos recolhidos nos povoados da região foram produzidos em matérias-primas existentes na região.

A especialização do talhe no 3.º milénio cal BC (com o aparecimento de técnicas evoluídas como a pressão por alavanca) e o aparecimento de redes de circulação regionais ou supra-regionais constitui uma evidência de um povoamento hierarquizado e centralizado (MÁRQUEZ ROMERO, 2004), com claras correlações simbólicas, a avaliar pela presença de grandes alabardas e lâminas em necrópoles do Alentejo, a grande distância das fontes de aprovisionamento.

Em suma, Carrascal, Barotas e Monte do Castelo poderão ter sido locais de exploração do sílex durante uma larga diacronia, que pode ter-se iniciado no Neolítico Antigo, pelo menos em alguns deles; contudo, a escassez de evidências arqueológicas a partir do Calcolítico Inicial (uma vez que as produções campaniformes neles se relacionam com pequenos estabelecimentos agro-pastoris, de carácter familiar, como se verifica na generalidade da região em apreço (CARDOSO, 2014 c), faz crer que os recursos se encontrariam esgotados, com base nas tecnologias de exploração então utilizadas, ou deixaram de ter interesse económico, no quadro das redes de circulação de produtos de origem geológica então estabelecidos. Com efeito, o sílex cinzento

característico do Carrascal é escasso em contextos calcolíticos de Leceia, contrastando com a abundância do sílex esbranquiçado oriundo de outros afloramentos da região.

Durante o Neolítico final comprovou-se a coexistência de dois núcleos de povoamento muito próximos – Leceia e Carrascal – assumindo Leceia um papel mais importante, que persistiu ao longo de todo o Calcolítico, correspondendo ao Carrascal ocupação semi-permanente e de carácter especializado no talhe do sílex.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. A. (2011) – O sítio pré-histórico do Monte da Pedra (Mina, Amadora): identificação e caracterização de uma possível oficina de talhe neolítica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 14, p. 5-39.
- ANDRADE M. A.; CARDOSO, M. S. (2004) – O sítio pré-histórico da Pedreira do Aires (Ramada, Odivelas): notícia da sua identificação. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 7 (1), p. 137-163.
- ANDRADE, M. A. & MATIAS, H. (2011) – Pedreira do Aires and Monte das Pedras: two Neolithic flint “mines” in the Lisbon Peninsula. In CAPOTE, M.; CONSUEGRA, S.; DÍAZ-DEL-RÍO, P.; TERRADAS X., eds. – *Proceedings of the 2nd International Conference of the UISPP Commission on Flint Mining in Pre- and Protohistoric Times (Madrid, 14-17 October 2009)*. British Archaeological Reports International Series 2260, p.149-156
- ANDRADE, M. A.; MATIAS, H. (2013) – Lithic raw material procurement and consumption during the Late Neolithic/ Early Chalcolithic: the case of Casal dos Matos and Cabeça Gorda 1 (Vila Nova de Ourém, Estremadura, Portugal). *Complutum*. Madrid. 24: 1, p. 91-111.
- ANDRADE, M.A.; LOPES, G. & VILELA, C. (2014) – O sítio calcolítico de Cabeço dos Mouros: identificação de uma nova oficina de talhe de pontas de seta na área de Arruda dos Pisões (Rio Maior, Portugal). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 17, p. 113-126.
- BENSAÚDE, A. (1884) – Note sur la nature minéralogique de quelques instruments de Pierre trouvés en Portugal. *Congrès International d’Anthropologie et d’Archéologie Préhistoriques. Neuvième Session (Lisbonne, 1880)*. Lisboa: Typographie de l’Académie Royale des Sciences, p. 682-697.
- CARDOSO, J. L. (1989) – *Leceia – resultados das escavações realizadas 1983-1988*. Oeiras. Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1992) – A lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 89-225.
- CARDOSO, J. L. (1995) – Materiais arqueológicos inéditos das grutas de Carnaxide (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 5, p. 67-86.
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia, sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa/Oeiras. Museu Nacional de Arqueologia, Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1997-1998) – O povoado do Neolítico Final do Carrascal, Leceia (Oeiras). Notícia preliminar. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 7, p. 25-33.
- CARDOSO, J. L. (1999-2000) – Os artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 8, p. 241-323.
- CARDOSO, J. L. (2000) – The fortified site of Leceia (Oeiras) in the context of the Chalcolithic in Portuguese Estremadura. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 19 (1), p. 37-55.
- CARDOSO, J. L. (2003 a) – Ainda sobre os impropriamente chamados “ídolos de cornos” do Neolítico Final e do Calcolítico da Estremadura e do Sudoeste. *Al-Madan*. Almada. Série IV, 12, p. 77-79.

- CARDOSO, J. L. (2003 b) – A utensilagem óssea de uso comum do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 11, p. 25-84.
- CARDOSO, J. L. (2004) – Polished stone artefacts at the prehistoric settlement of Leceia (Oeiras). *Madrider Mitteilungen*. Mainz. 45, p. 1-32.
- CARDOSO, J. L. (2007) – As cerâmicas decoradas pré-campaniformes do povoado pré-histórico de Leceia: suas características e distribuição estratigráfica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14: 9-276.
- CARDOSO, J. L. (2009) – O povoado pré-histórico do Carrascal (Oeiras) e os rituais associados a grandes bovídeos. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 357-370.
- CARDOSO, J. L. (2011) – A estação do Neolítico Antigo do Carrascal (Oeiras, Lisboa, Portugal). In BERNABEU, J.; ROJO, M. A.; MOLINA, L. (coords.) – *Las primeras producciones cerámicas: el VI milénio cal a.C. en la Península Ibérica. Saguntum Extra*. València. 12, p. 259-262.
- CARDOSO, J. L. (2013) – O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados da primeira fase de escavações arqueológicas (2005-2008). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, 2013, p. 641-730.
- CARDOSO, J. L. (2014 a) – Polished stone tools. In CARVALHO, A. F., ed., *Bom Santo cave (Lisbon) and the Middle Neolithic societies of Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve, p. 185-194 (Promontoria Monográfica, 17).
- CARDOSO, J. L. (2014 b) – O povoado calcolítico fortificado da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Lisboa): resultados das escavações efectuadas (2003-2006). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 217-294.
- CARDOSO, J. L. (2014 c) – Absolute chronology of the Beaker phenomenon North of the Tagus estuary: demographic and social implications. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 71 (1), p. 56-75.
- CARDOSO, J. L. (2015) – A estação do Neolítico Antigo do Carrascal (Oeiras, Lisboa, Portugal). *5.º Congresso do Neolítico Peninsular (Lisboa, 2010)*. Actas (2015). Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Estudos & Memórias, 8), p. 159-168.
- CARDOSO, J. L. & CANINAS, J. C. (2010) – Moita da Ladra (Vila Franca de Xira). Resultados preliminares da escavação integral de um povoado calcolítico muralhado. In
- CARDOSO, J. L. & CARVALHOSA, A. B. (1995) – Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Análise de proveniências. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Lisboa. 5, p. 123-151.
- CARDOSO, J. L.; COSTA, J. B. (1992) – Estação pré-histórica de Barotas (Oeiras). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 229-245.
- CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2009) – O povoado pré-histórico do Outeiro da Assenta (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 261-356.
- CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2013) – O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): estudo dos utensílios de pedra lascada. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 357-524.
- CARDOSO, J. L. & NORTON, J. (1997/1998) – A oficina de talhe do sílex do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 35 – 45.
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. M. (1995) – Sobre a cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura portuguesa. *Al-Madan*. Almada. Série II, 4, p. 10-13.
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. M. (1996) – Contribution d’une série de datations C14, provenant du site de Leceia (Oeiras, Portugal), à la chronologie absolue du Néolithique et du Chalcolithique de l’Estemadura Portugaise. *Actes du Colloque de Périgueux. Supplément à la Revue d’Archéométrie*. Rennes, p. 45-50.

- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. & ENCARNAÇÃO, J. d' (2013) – O campaniforme de Freiria (Cascais). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 525-588.
- CARDOSO, J. L.; NORTON, J.; CARREIRA, J. L. (1996) – Ocupação calcolítica do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 287-299.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, J.; SILVA, C. T. (1996) – A ocupação neolítica de Leceia (Oeiras): materiais recolhidos em 1987 e 1988. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 47-91.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, J. & SILVA, C. T. (2008) – A ocupação do Neolítico Antigo do povoado do Carrascal (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*. Oeiras. 16, p. 247-267.
- CARVALHO, A. F. (1998 a) – O talhe da pedra e a transição Neolítico – Calcolítico no Centro e Sul de Portugal: tecnologia e aspectos da organização da produção. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 3-4, p. 41-60.
- CARVALHO, A. F. (1998 b) – *Talhe da pedra no Neolítico antigo do Maciço calcário das serras d'Aire e Candeeiros (Estremadura portuguesa). Um primeiro modelo tecnológico e tipológico*. Edições Colibri. (Textos Monográficos 2).
- CARVALHO, A. F. (2008) – O Talhe da pedra na pré-história recente de Portugal: 1: Sugestões teóricas e metodológicas para o seu estudo. *Praxis Archaeologica*. Lisboa. 3 (2008) 167-181.
- CARVALHO, A.F. (2009) – O final do Neolítico e as origens da produção laminar calcolítica na Estremadura Portuguesa: os dados da gruta-necrópole do Algar do Bom Santo (Alenquer, Lisboa)”, In GIBAJA, J.F.; TERRADAS, X.; PALOMO, A.; CLOP, X. (coords.) – *Les grans fulles de sílex. Europa al final de la Prehistòria, Barcelona, Museu d'Arqueologia de Catalunya* (Monografies; 13), p. 75-82.
- CHOFFAT, P. (1907) – Exploitation du silex à Campolide aux temps préhistoriques. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 12, p. 338.
- DIAZ-DEL-RIO, P. & CONSUEGRA, S. (2011) – Time for action. The chronology of mining events at Casa Montero (Madrid, Spain). In CAPOTE, M.; CONSUEGRA, S; DIÁZ-DEL-RÍO, P.; TERRADAS, X. (coords.)– *Proceedings of the 2nd International Conference of the UISPP Commission of Flint Mining in Pre and Protohistoric Times*. BAR 2260. Oxford: Archaeopress.
- ENCARNAÇÃO, G. (2010) – *As cerâmicas carenadas do povoado da Espargueira (Serra das Éguas, Amadora). Um contributo para o seu estudo*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada na Faculdade de Letras de Lisboa.
- FORENBAHER, S. (1999) – *Production and Exchange of Bifacial Flaked Stone Artifacts During the Portuguese Chalcolithic*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series 756).
- GENESTE, J.-M. (1991) – Systèmes techniques de production lithique: variations techno-économiques dans les processus de réalisation des outillages paléolithiques. *Techniques et Culture*. Marseille. 17-18, p. 1-35.
- GOMES, M. V. (2005) – O sagrado em Vila Nova de São Pedro. Antigas e novas perspectivas. In ARNAUD., J.M. & FERNANDES, C. V. (coords.) – *Construindo a Memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 165-178.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental*. 2 vols. Lisboa: INIC.
- GONÇALVES, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Reguengos de Monsaraz: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.
- GONÇALVES, V. S; SOUSA, A. C. (2010) – O povoado calcolítico do Estoril, os seus furadores de sílex e os seus tempos. In GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (eds.) (2010) – *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e. (Cascais, 2005)*. Actas. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 155-224.

- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (eds.) (2010) – Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e. Actas. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 65-95.
- HARRISON, R. (1980) – The Beaker Folk. Copper Age archaeology in Western Europe. Londres: Thames & Hudson.
- LILLIOS, K. T. (2000) – A Biographical Approach to the Ethnogeology of Late Prehistoric Portugal. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 57 (1), p. 19-28.
- MÁRQUEZ ROMERO, J. E. (2004) – El asentamiento del Peñon del Oso (Vilanova del Rosário, Málaga) y la economía del Sílex a finales del III milenio a.C. In 2.º/3.º *Simposios de Prehistoria Cueva de Nerja*. Nerja: Fundación Cueva de Nerja, p. 290-392.
- MOLINA, F.; CAMARA, J. A. (2005) – *Los Millares: guía del yacimiento arqueológico*. [S.l.]: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, 2005.
- MORGADO RODRIGUEZ, A.; PELEGRIN, J.; MARTINEZ FERNANDZ, G.; AFONSO MARRERO, J. A. (2008) – La production de grandes lames dans la Péninsule Ibérique (IV-III millénaires). In DIAS MEIRINHO, M.-H.; LÉA, V.; GERNIGON, K.; FOUÉRE, P.; BRIOIS, F.; BAILLY, M. (éd. lit.) – *Les industries lithiques taillées des IV^e et III^e millénaires en Europe occidentale: colloque international, Toulouse 7-9 avril, 2005*. Oxford: John and Erica Hedges Ltd. (BAR International Series 1884), p. 309-330.
- NOCETE, F.; SÁEZ, R.; NIETO, J. M.; CRUZ-AUÑÓN, R.; CABRERO, R.; ALEX, E. & BAYONA, M. (2005) – Circulation of silicified oolitic limestone blades in South-Iberia (Spain and Portugal) during the third millennium BC: an expression of a core / periphery framework. *Journal of Anthropological Archaeology*. 24, p. 62-81.
- PAÇO, A. (1943) – Uma vasilha de barro, de grandes dimensões, do “castro” de Vila Nova de São Pedro. *IV Congresso Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. (Porto, 1942). 7.ª Secção – Ciências Históricas e Filológicas*. Actas. Porto: Imprensa Portuguesa, 8, p. 132-143.
- PELEGRIN, J. (1988) – Débitage expérimental par pression: «du petit au plus grand». In TIXIER, J. (ed.) – *Technologie Préhistorique. Notes et Monographies Techniques*. Paris. 25, p. 35-53.
- PELEGRIN, J. (1995) – Réflexion méthodologique sur l'étude de séries lithiques en contexte d'atelier ou de mine. In *Les Mines de silex au Néolithique en Europe: table ronde de Vesoul, 18-19 octobre, 1991*. C.T.H.S, p. 159-172.
- REIMER, P. J.; BAILLIE, M. G. L.; BARD, E.; BAYLISS, A.; BECK, J. W.; BERTRAND, C.; BLACKWELL, P. G.; BUCK, C. E.; BURR, G.; CUTLER, K. B.; DAMON, P. E.; EDWARDS, R. L.; FAIRBANKS, R. G.; FRIEDRICH, M.; GUILDERTON, T. P.; HUGHEN, K. A.; KROMER, B.; MCCORMAC, F. G.; MANNING, S.; BRONK RAMSEY, C.; REIMER, R. W.; REMMELE, S.; SOUTHERN, J. R.; STUIVER M.; TALAMO, S.; TAYLOR, F. W.; VAN DER PLICHT, J. & WEYHENMEYER, C. E. (2004) – IntCal04: Terrestrial Radiocarbon Age Calibration 0-26 cal Kyr BP. *Radiocarbon*. Tucson. AZ-USA. 46 (3), p. 1029-1058.
- RIBEIRO, C. (1878) – *Estudos pré-históricos em Portugal. Notícia de algumas estações e monumentos pré-históricos. I – Notícia da estação humana de Licêa*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa. Reedição de 1991 – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 1. Notas e comentários de J. L. CARDOSO.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. 1 – Escavações arqueológicas de 1982-86 (resultados preliminares). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, p. 29-79.
- SOUSA, A. C. (2010) – *O Penedo do Lexim e o povoamento Neolítico final e Calcolítico da Península de Lisboa*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Exemplar policopiado. 2 vols.
- SOUSA, A. C. & GONÇALVES, V. S. (2011) – Gathering, stocking and knapping flint during the portuguese Chalcolithic: The Casal Barril file. In *Flint Mining and Quarrying Techniques in Pre and Protohistoric Times. The 2nd International conference of the UISPP Commission*. BAR, p. 157-169

- STUIVER, M.; REIMER, P.J. (1993) – Extended 14C data base and revised CALIB 3.0 14C age Calibration. *Radiocarbon*. Tucson. 35 (1), p. 215-230.
- TIXIER, J.; INIZAN, M.-L.; ROCHE, H.; DAUVOIS, M. (1980) – *Préhistoire de la Pierre Taillée: 1: Terminologie et technologie*. Antibes: Cercle de Recherches et d'Études Préhistoriques, 1980.
- UERPMANN, H.-P. & UERPMANN, M. (2003) – *Zambujal: die stein und beinartefakte aus den Grabungen 1964 bis 1973*. Mainz am Rhein: Philipp von Zabern, 2003. (Madrider Beiträge Bd. 5).
- VALENTE, A. (2006) – *Cerâmicas com bordos denteados no Povoado de Vale de Lobos (Sintra)*. Lisboa. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- ZILHÃO, J. (1994) – A oficina de talhe neo-eneolítica de Casas de Baixo (Caxarias, Vila Nova de Ourém). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 35-45.
- ZILHÃO, J. (1995) – *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa*. Lisboa: Colibri. 2 vols.

O POVOADO DO NEOLÍTICO FINAL E DO CALCOLÍTICO DA TRAVESSA DAS DORES (AJUDA – LISBOA)

THE SETTLEMENT OF THE LATE NEOLITHIC AND CHALCOLITHIC TRAVESSA DAS DORES (AJUDA – LISBON)

Nuno Neto¹, Paulo Rebelo¹ & João Luís Cardoso²

Abstract

In this article we present the results of the archaeological excavations at *Travessa das Dores*, Lisbon, that were performed before the construction of a new building for this location approved by the Lisbon city council.

The excavations were limited to the area occupied by the new building. A significant number of pits were excavated during Late Neolithic in a cretaceous marly limestone platform. Soon after, an important defensive ditched enclosure was installed in the same place. Until now it is the first ditched enclosure excavated in Lisbon and North of Tagus River. The recollected artefacts typology from these two construction phases point out to a domestic occupation, with special emphasis to the abundant indented edges fragments, that points out to the same cultural phase.

During the Chalcolithic this site knew had others less important domestic occupations; several fireplaces were identified in the ditch filling associated to Early and Full / Late Chalcolithic ceramics.

Travessa das Dores settlement may be considered the most important prehistoric site identified and excavated in Lisbon city, according to the results we present now.

Keywords: *Travessa das Dores*, Lisbon, Late Neolithic, Chalcolithic, silos / pits; ditched enclosure.

1 – INTRODUÇÃO

O sítio da Travessa das Dores foi identificado em 2013, na sequência da construção de um conjunto de edifícios de habitação social empreendida pela Sociedade de Reabilitação Urbana de Lisboa Ocidental (SRU). O acompanhamento arqueológico da empreitada ficou a cargo de arqueólogos da empresa Archbiz Lda., responsáveis também pelos primeiros trabalhos de diagnóstico efectuados no local.

Por razões contratuais, os trabalhos da Archbiz, Lda. foram entretanto suspensos, tendo sido a equipa da Neoépica, Lda. a retomar a escavação do sítio, procedendo à continuação da escavação na área já iniciada, bem

*Os dois primeiros autores ocuparam-se dos Capítulos 1, 2 e 3, tendo o terceiro signatário sido responsável pela coordenação geral do trabalho e pela redacção dos capítulos restantes que o integram. Os desenhos de espólios arqueológicos são de Filipe Martins e de Bernardo L. Ferreira (CEACO/CMO).

¹Arqueólogos. Neoépica, Lda. neoepica@gmail.com

²Professor Catedrático da Universidade Aberta (Lisboa). Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). cardoso18@netvisao.pt



Fig. 1 – Travessa das Dores. Vista geral dos sectores intervencionados, observando-se a plataforma onde foram abertas diversas estruturas em negativo de tipo fossa / silo.

como ao seu alargamento para Oeste (Fig. 1). Estes trabalhos decorreram sob responsabilidade científica de dois dos autores do presente trabalho (Nuno Neto e Paulo Rebelo).

O estudo agora apresentado tem por base os dados referentes a esta segunda fase de intervenção, focando-se apenas na ocupação pré-histórica identificada. O sítio foi entretanto alvo de apresentação preliminar em comunicações ocorridas na iniciativa “Arqueologia no Bairro” promovida pelo CAL – Centro de Arqueologia de Lisboa e posteriormente na Sociedade de Geografia de Lisboa. Em Novembro de 2015 o sítio e os primeiros resultados do estudo dos espólios arqueológicos foram apresentados pelos autores no I Encontro de Arqueologia de Lisboa.

2 – Implantação geográfica, condições geomorfológicas e geológicas

O sítio da Travessa das Dores localiza-se numa área urbana da freguesia da Ajuda, entre a Calçada da Boa Hora (Oeste), a Rua Aliança Operária (Norte) e a Rua Diogo Cão (leste), no concelho de Lisboa. A margem direita do Rio Tejo fica a cerca de 700 m em linha recta para sul; para norte, a cerca de 1500m, fica o Parque de Monsanto. Possui as coordenadas centrais de: 38° 42' 09'' long. N; 9° 11' 34'' lat. W, implantando-se a uma altitude entre os 20 e os 30 metros.



Fig. 2 – Implantação da Travessa das Dores relativamente à serra de Monsanto e ao estuário do Tejo (fonte: Carta Militar de Portugal à escala de 1 / 25 000. O lado de cada quadrado possui 1 km).

A observação do perfil topográfico mostra que o sítio pré-histórico da Travessa das Dores se implanta na parte inferior de uma encosta de pendur assinalável, desde o Parque de Monsanto, até à margem direita do rio Tejo, que seria então bordejado pela actual rua da Junqueira (Fig. 2).

É ainda de notar a presença na zona de várias linhas de água de carácter temporário, que descem de Norte em direcção à margem direita do rio Tejo, encontrando-se actualmente encanadas, como é o caso do Rio Seco, que se encontra a cerca de 160 m para Oeste.

Do ponto de vista geológico o sítio encontra-se implantado sobre a denominada Formação da Bica, do Cenomaniano Superior, constituída por Calcários de Rudistas, os quais no topo da assentada se apresentam mais margosos, alternando entre margas amarelas e rosadas esbranquiçadas, bem patentes na área de intervenção (PAIS, 2006, p. 9).

3 – FASES DE OCUPAÇÃO

A segunda fase da intervenção arqueológica no sítio da Travessa das Dores, da responsabilidade de arqueólogos da Neoépica, Lda., veio evidenciar a existência de cinco fases principais da presença humana no local, embora com importância desigual, do Neolítico Final à Época Contemporânea. No presente artigo será tratada a ocupação neolítica e calcolítica do local, que correspondeu à implantação de um importante povoado, de grande relevância a nível regional e sem dúvida a mais importante evidência daquela época até ao presente caracterizada no subsolo da cidade de Lisboa.

Com efeito, a intervenção conduzida pela Neoépica veio revelar uma complexa sequência ocupacional, ainda que pontuada por prováveis períodos de abandono.

De forma a facilitar a compreensão destes momentos ocupacionais, optamos por os subdividir em subfases ocupacionais que passamos a descrever.

Fase 1A	Neolítico Final	Abertura e colmatação das fossas/silo
Fase 1B	Neolítico Final (?)	Abertura do fosso: afectação das fossas/silo
Fase 1C	Neolítico Final (?)	Construção de estruturas ao longo das paredes do fosso e no seu fundo
Fase 1D	Calcolítico Pleno	Colmatação do fosso com estruturas habitacionais
Fase 1E	Calcolítico Pleno	Conclusão da colmatação do fosso e abandono geral do sítio

Fase 1A: Neolítico Final

Os contextos pré-históricos do Neolítico Final correspondem aos mais importantes dos registados, até por serem os únicos que se podem associar a estruturas e a camadas arqueológicas não remexidas, que conferem ao sítio o maior interesse em termos patrimoniais e científicos.

A intervenção arqueológica permitiu concluir que o sítio terá sido, na sua fase inicial, usado como local de armazenamento de excedentes agrícolas. Com efeito, registou-se no sector Este, bem como no limite Oeste da área intervencionada, um conjunto

de estruturas em negativo de tipo fossa/silo (Fig. 3). É ainda de notar que este conjunto de fossas/silo se desenvolveria por uma área alargada que se prolongaria em todas as direcções para lá da área intervencionada. Estas estruturas encontram-se melhor representadas no patamar elevado, situado do lado Este da área intervencionada (Fig. 4). No lado Oeste estas estruturas apresentam-se pior representadas devido à posterior abertura de um grande fosso, adiante descrito.

As estruturas em negativo foram abertas no substrato rochoso, de natureza margosa, aproveitando a sua consistência branda.

Estas estruturas apresentam morfologias diversas: geralmente a boca possui tendência subcircular, desenvolvendo-se as paredes verticalmente ou em forma de saco, formando um corpo que pode variar entre o troncocónico e o piriforme; o fundo é por norma plano ou côncavo; não se observou vestígios de revestimento, sendo a sua capacidade de armazenamento muito variável (Fig. 5). Contudo, algumas destas estruturas possuem acrescentos em pequenos blocos formando muretes de alvenaria que aumentariam a sua capacidade (Fig. 6).

Outro aspecto que merece destaque é a existência de algumas fossas/silos rasas ou pouco profundas, sugerindo que se encontrariam numa fase muito incipiente de preparação, ou seja, tratar-se-iam de esboços de estruturas negativas cuja abertura não foi prosseguida.



Fig. 3 - Travessa das Dores. Vista parcial das fossas / silo escavadas.

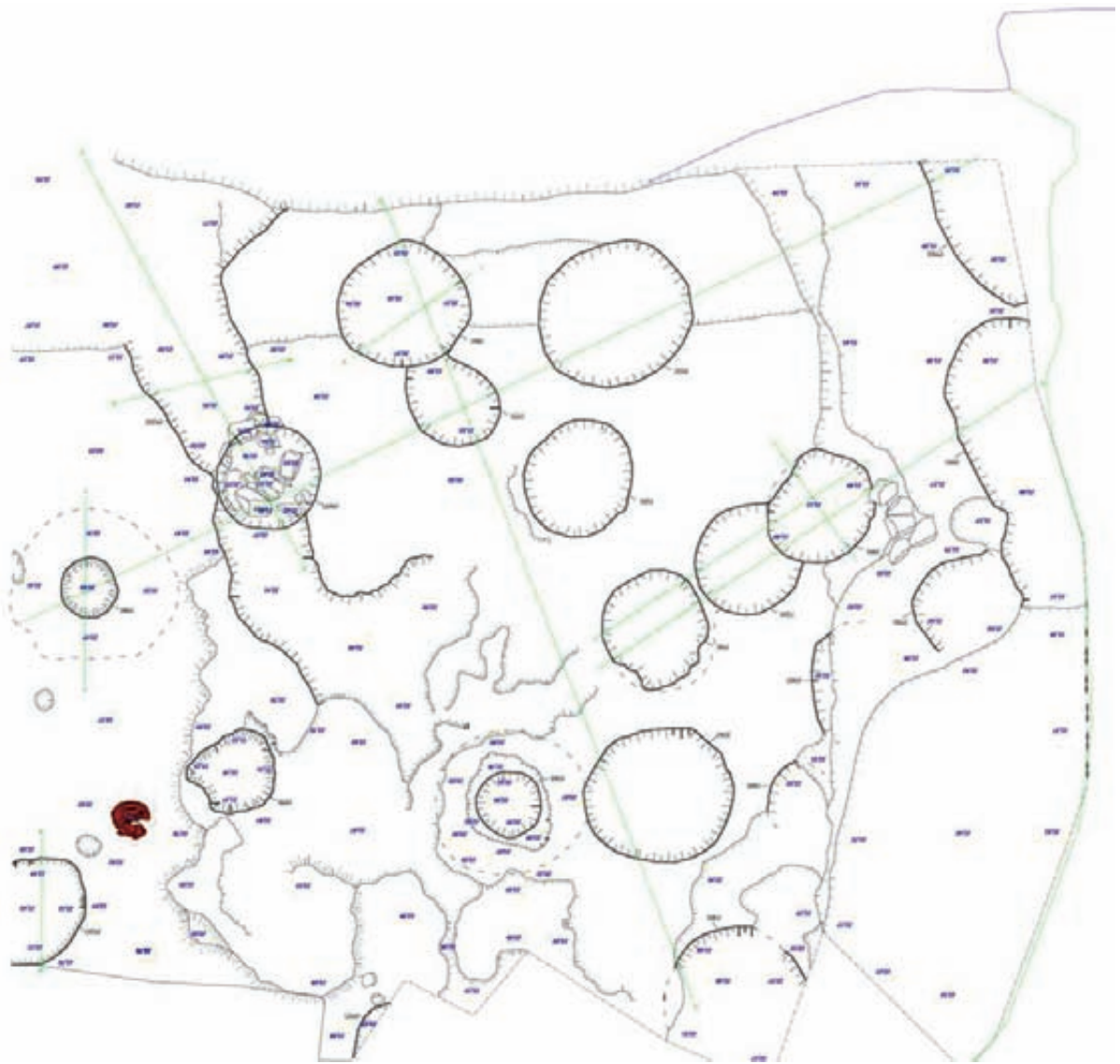


Fig. 4 - Travessa das Dores. Planta da área correspondente às fossas / silo escavadas.

A análise dos primeiros níveis de colmatção de algumas das fossas/silo permitiu verificar ainda a existência de amontoados de blocos de pequenas e médias dimensões, que se elevavam acima da boca de algumas fossas/silo, como é o caso das [110-155-170]. Este facto parece sugerir que, após a sua colmatção, se procurou assinalar das mesmas, tendo em vista provavelmente a sua reutilização (Fig. 7).

As diversas fossas/silo que foram exploradas no decurso da intervenção da Neoépica encontravam-se colmatadas por depósitos heterogéneos, associados a um vasto conjunto artefactual. Note-se que de algumas delas proveio grande quantidade de fauna malacológica, que não deixa dúvidas quanto à respectiva reutilização como lixeiras.

A cobrir a plataforma onde se abriu o conjunto das fossas /silos já colmatadas, regista-se uma série de depósitos [109 e 145] onde se recolheu espólio diversificado, de potência assinalável, possuindo, na base

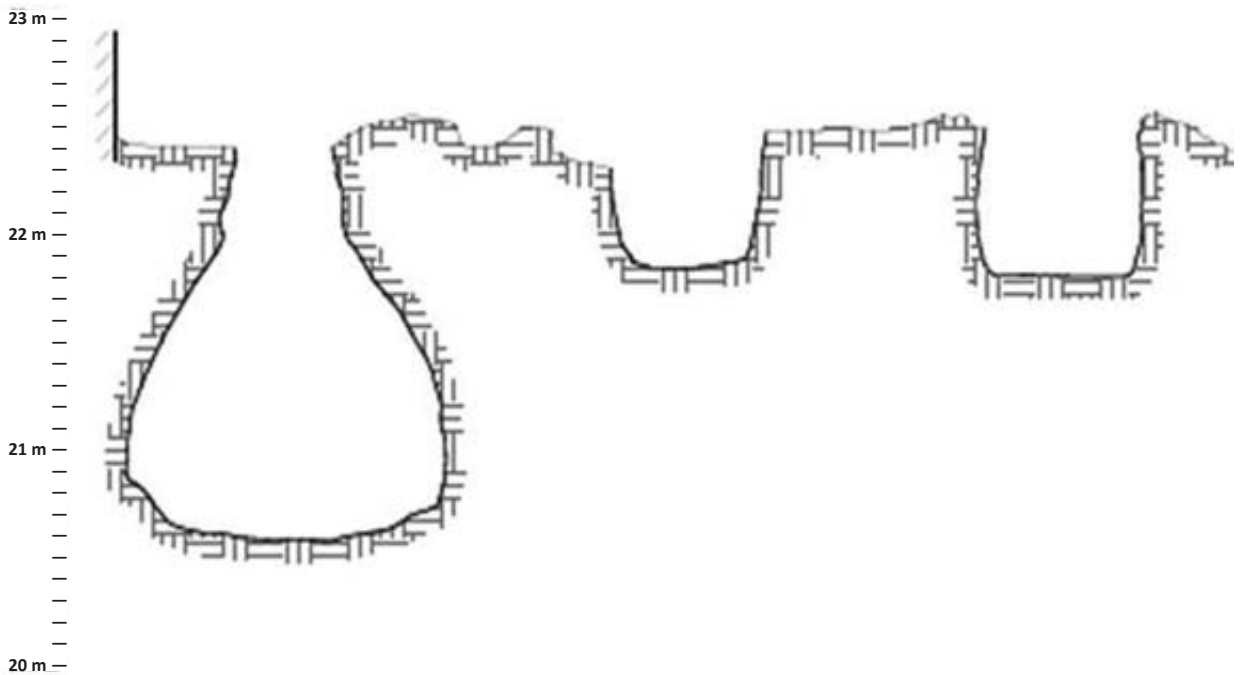


Fig. 5 - Travessa das Dores. Corte evidenciando a morfologia de alguma das fossas/silo exploradas.

apenas materiais do Neolítico Final e do Calcolítico e, na parte superior, materiais de todas as épocas registadas na estação (Fig. 8).

Em associação a estes depósitos identificaram-se vestígios de estruturas pétreas muito arrasadas, constituídas por blocos de pequenas e médias dimensões, tendo-se identificado duas de planta circular, talvez de carácter habitacional [146-148] (Fig. 9); uma outra, de planta rectilínea, parece ter feito parte de um muro [138].

A sua caracterização foi dificultada pela área limitada que foi possível intervencionar, pois tais estruturas encontravam-se, aquando da intervenção da Neoépica, já parcialmente incompletas, quer pela obra em si, quer pelos trabalhos arqueológicos anteriormente realizados. A acumulação de depósitos arqueológicos sobre a plataforma rochosa onde se abriram as numerosas fossas/silo encontra-se evidenciada não só por estas estruturas, que deverão ser integradas no Calcolítico.



Fig. 6 - Travessa das Dores. Pormenor (à esquerda) de uma fossa/silo munida de um murete de alvenaria que completou a altura da estrutura, aumentando a sua capacidade.

Fase 1B

Provavelmente ainda no Neolítico Final procedeu-se à abertura do fosso registado no sector Oeste, causando desta forma a afectação de parte da plataforma onde se implantaram parte das fossas/silo registadas na fase anterior, as quais em parte foram seccionadas (Fig. 10).

Esta estrutura negativa, de grandes dimensões [1193], conforme se indica na planta geral da área escavada (Fig. 11), foi parcialmente intervenionada no sector Oeste. Ao contrário dos trabalhos no sector Este, que



Fig. 7 – Travessa das Dores. Concentração de pequenos blocos [155], que assinalam a fossa / silo [175].

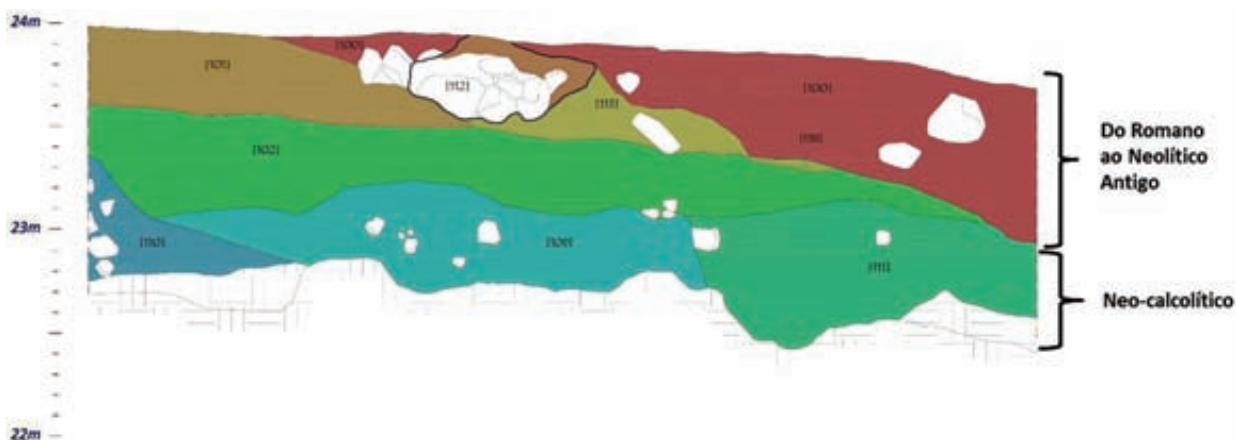
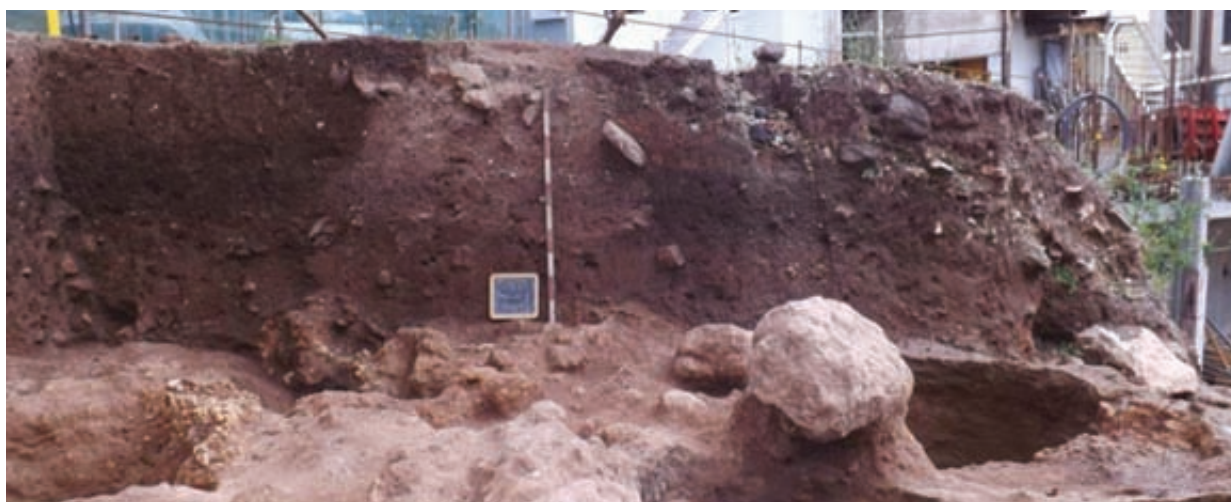


Fig. 8 – Travessa das dores. Vista parcial dos depósitos arqueológicos que selaram a plataforma margosa onde se abriam as numerosas fossas / silo.

levaram à escavação integral dos contextos identificados, os trabalhos no sector Oeste foram mais pontuais e menos intrusivos, procurando-se apenas intervir sobre as afectações inerentes à implantação do projecto de construção previsto. Assim, apenas foi possível registar a estratigrafia que colmata o fosso em toda a sua profundidade em duas secções restritas, as quais possuíam, da base ao topo depósitos com materiais remexidos do Neolítico Final ao Calcolítico Pleno, indício de que a sua colmatação se iniciou no Calcolítico, ao mesmo tempo que nele eram construídas estruturas arqueológicas dessa mesma época, de carácter habitacional. Pode assim concluir-se de que o mesmo continuou a ser ocupado, talvez de forma intermitente, alternando-se a presença humana com os episódios de erosão e de sedimentação que originaram os depósitos com materiais misturados neolíticos e calcolíticos ali encontrados desde a base.

O fosso, tal como as fossas, foi escavado no substrato geológico margoso, possuindo orientação geral Norte-Sul, tendo sido possível escavar um troço do mesmo com cerca de 10 m de comprimento, que continuaria a desenvolver-se quer para Norte (subindo a encosta), quer para Sul (na direcção da margem do rio Tejo).

No troço investigado, o fosso apresenta uma planta irregular de tendência rectilínea, embora possuindo sibuosidades, que o aproximam de algumas estruturas similares identificadas no Alentejo. No seu lado Este observou-se a existência de dois patamares, com uma profundidade máxima registada de cerca de 2,90 m e uma largura que pode variar entre os 3,70 m e os 8,00 m.



Fig. 9 – Travessa das Dores. Sector Este, elementos estruturais [146-148] sobre o nível de ocupação sobre as fossas/silo.



Fig. 10 – Travessa das Dores. Pormenor do sectionamento pela parede do fosso, de algumas das fossas / silo previamente abertas na plataforma adjacente àquela.

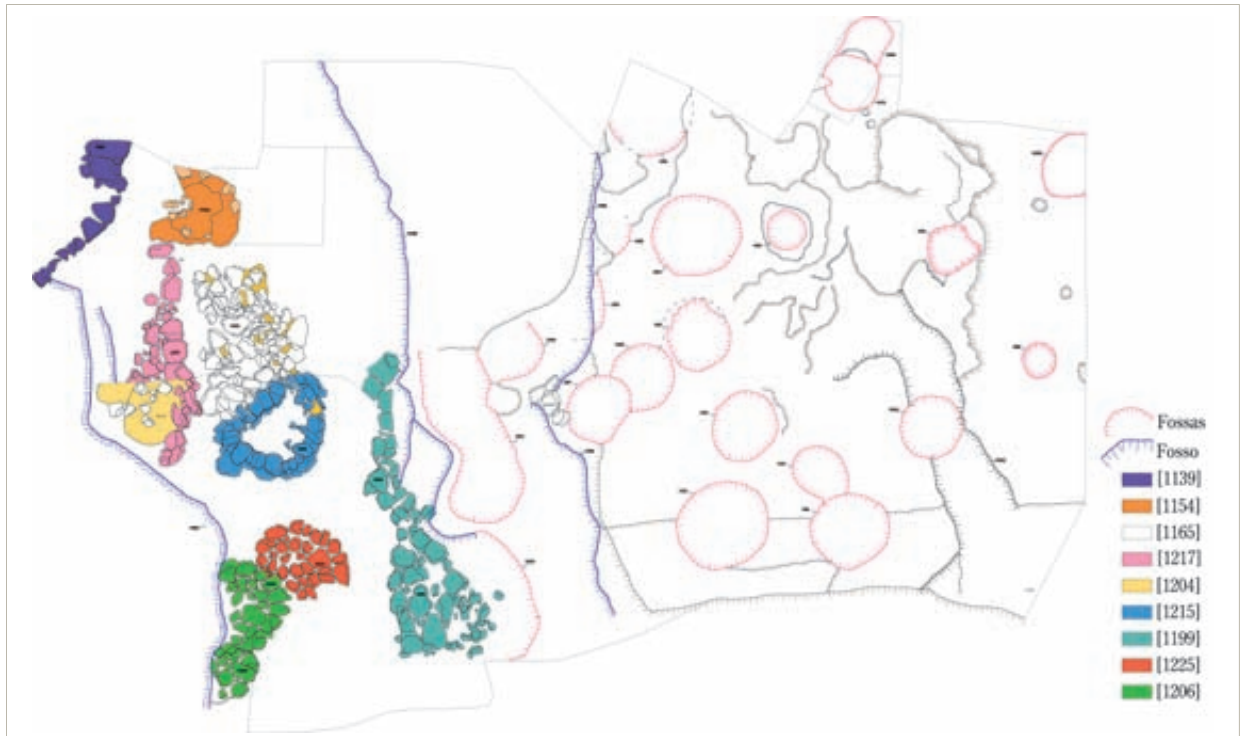


Fig. 11 - Traversa das Dores. Planta da área escavada com a localização das diferentes estruturas.



Fig. 12 - Traversa das Dores. Vista geral das estruturas encostadas às paredes do fosso, e fundadas na base do mesmo.

Fase 1C

Posteriormente à abertura do fosso deu-se a construção, no seu interior, de diversas estruturas formadas pela disposição de blocos calcários, colocados ao longo das paredes Este e Oeste do fosso [1163-1199-1206-1217] (Fig. 12). É difícil perceber se estes elementos estruturais estão associados à própria construção do fosso ou já a eventuais remodelações deste. Os trabalhos efectuados permitem apenas concluir que se encontram directamente assentes no fundo do fosso e encostados às paredes laterais daquele, estando selados por depósitos que colmataram aquela estrutura negativa, cujos espólios já se enquadram no Calcolítico, o que pode indiciar que as referidas estruturas pétreas terão sido efectuadas num momento relativamente próximo do da construção do fosso.

Estes elementos estruturais encontram-se construídos com recurso a blocos de calcário de dimensões variadas, essencialmente de médias e grandes dimensões, não afeiçoados, constituindo estruturas de alvenaria por vezes com recurso a ligantes (argila / margas). Apresentam-se em fiadas simples irregulares, encostadas directamente à parede do fosso, ou em fiadas duplas, com o seu interior preenchido, formando assim um aparelho mais robusto e consistente.

Destaca-se um pano de alvenaria “amuralhado” identificado no limite noroeste da área intervencionada [1139], com uma altura máxima preservada de cerca de 1,70 m e largura observável de cerca de 0,80 m (Figs. 13 e 14). Foi encostado directamente à parede do fosso, sendo formado por um aparelho robusto composto por blocos de médias a grandes dimensões, unidos por argila e dispostos em fiadas irregulares. A fundação deste muro assenta no substrato geológico, pelo que é lícito admitir que a sua construção possa remontar à época da abertura do próprio fosso, embora a uma cota superior às outras estruturas que também confinam com as paredes do fosso [1193]. Ainda no mesmo plano de fundação desta estrutura,



Fig. 13 – Travessa das Dores. Desenho de uma das estruturas de alvenaria encostadas à parede de escavação do fosso, correspondente à Fig. 14



Fig. 14 – Travessa das Dores. Vista de uma das estruturas de alvenaria encostadas à parede de escavação do fosso, representadas na Fig. 13.



Fig. 15 – Travessa das Dores. Vista da estrutura amuralhada encostada à parede oeste do fosso; em posição adjacente e ao mesmo nível da sua fundação, observa-se nível de ocupação do Calcolítico Pleno, com estruturas de combustão.

identificaram-se contextos de ocupação associados a estruturas de combustão do Calcolítico Pleno (Fase 1D), de acordo com a tipologia dos espólios recolhidos. É de notar que tais contextos de ocupação se encontravam cobertos pelos derrubes do próprio muro, o que leva à conclusão de que, pelo menos durante um determinado período de tempo, aquela estrutura terá sido coeva da ocupação efectuada junto à sua base (Fig. 15). No entanto, à falta de elementos estratigráficos indiscutíveis, é igualmente admissível a hipótese do referido pano de muralha ser já calcolítico.

Ainda associada a esta fase foi identificada no interior do fosso uma estrutura [1215] que se distingue completamente das anteriores (Fig. 16). Apresenta uma planta subcircular, em razoável estado de conservação, constituída por blocos calcários de médias a grandes dimensões, unidos por margas brancas, criando-se assim uma estrutura compacta. O seu interior encontra-se preenchido por sedimento argilo-siltoso, que completa a estrutura maciça. As suas paredes apresentam-se ligeiramente oblíquas.

Fase 1D

A sequência estratigráfica que colmata o fosso foi apenas intervencionada na sua totalidade em duas secções restritas, ficando grande parte destes níveis preservado *in situ*. Estes depósitos correspondem, em linhas gerais, a sedimentos diversos que se encontram directamente assentes no fundo do fosso e encostando em ambas as paredes deste ou nos elementos estruturais (associados à Fase 1C) nele existentes e acima descritos.

No interior do fosso, registou-se a presença de sucessivas ocupações, como pisos em terra batida e três estruturas de combustão (Figs. 17 e 18), constituídas por pequenos blocos ligados por argilas margosas.

Na escavação dos depósitos mais altos da sequência, que correspondem ao abandono do fosso, bem como dos níveis de ocupação até ao topo do mesmo, recolheram-se diversos materiais arqueológicos enquadráveis

entre o Neolítico Final e o Calcolítico Pleno, aceitando-se que terá sido essa a época de conclusão da colmatação do fosso.

Em resumo, pode concluir-se que sequência de colmatação do fosso é complexa, repleta de elementos construtivos de difícil interpretação. Ainda assim, parece existirem pelo menos dois momentos de ocupação. O mais antigo corresponderá à estrutura [1225], um empedrado constituído por blocos de calcário de médias dimensões dispostos na horizontal numa única fiada, criando o que poderá ser um piso. Esta estrutura por sua vez encontra-se sobre as unidades [1222] e [1224] caracterizadas por sedimentos silto-argilosos de tonalidades amareladas, fruto já do contacto com o substrato rochoso. Encontra-se coberta por sedimento castanho esverdeado argiloso, onde foi possível recolher materiais de cronologia enquadrável entre o Neolítico Final e o Calcolítico Pleno.

O outro momento de ocupação do interior do fosso corresponde às três estruturas de combustão já acima referidas e a um piso de terra batida identificados a uma cota ligeiramente superior, junto à base da estrutura amuralhada associada à Fase 1C, também já atrás mencionada. Relacionadas com este nível de ocupação e abandono, identificaram-se as unidades [1142], [1150] e [1157], que permitiram a recolha de materiais diversos, entre o Neolítico Final e o Calcolítico Pleno.

Fase 1E

A última fase da ocupação pré-histórica do local está representada por uma série de depósitos de características diversas, alguns correspondendo a significativa concentração de elementos pétreos. Ilustrativos deste momento são os níveis de derrube associados à estrutura [1139], que se traduzem nos depósitos [114b] e [1138].



Fig. 16 – Travessa das Dores. Pormenor, em primeiro plano, da estrutura maciça, de planta subcircular, de alvenaria, com preenchimento argilo-margoso amarelado, fundada na base do fosso e encostada à parede Oeste do fosso. Em segundo plano o muro “amuralhado” também ele encostado à parede do fosso (ver Figs. 13 e 14).



Fig. 17 - Travessa das Dores. Estrutura de combustão [1152] construída no interior do Fosso, correspondente a fase de colmatação do mesmo, situada ao mesmo nível da fundação da estrutura amuralhada da Fig. 16.



Fig. 18 - Travessa das Dores. Nível de colmatação do Fosso, do Calcolítico Pleno, situado ao mesmo nível da fundação da estrutura amuralhada da Fig. 16 [1139] e que se vê na vertical da foto, ocupando o canto inferior esquerdo da mesma, observando-se três estruturas de combustão de plantas subcirculares, delimitadas por blocos cimentados por argilas margosas.



Fig. 19 - Travessa das Dores. Derrube [114b] associado possivelmente à estrutura defensiva [1139].

Ambos correspondem a sedimentos castanho-amarelados de matriz argilosa, com abundantes blocos de dimensões variadas, essencialmente de calcário, que corresponderão ao derrube da estrutura [1139] (Fig. 19).

Os depósitos correspondentes ao abandono geral do sítio integram conjuntos artefactuais com larga diacronia entre o Neolítico Final e o Calcolítico Pleno, permitindo aceitar a hipótese do sítio, enquanto povoado, ter sido abandonado durante o Calcolítico Pleno. Não se registam no interior do fosso ou nos níveis de abandono do mesmo, vestígios de outras ocupações mais modernas. Sabe-se contudo, pelos espólios recolhidos nos níveis superficiais, que o local e as suas imediações terá sido frequentado por diversas populações durante a Idade do Bronze, a Idade do Ferro e o Período Romano.

4 - ESPÓLIOS ARQUEOLÓGICOS RECOLHIDOS E RESPECTIVA INTEGRAÇÃO CRONOLÓGICO-CULTURA

A excepcional importância das estruturas arqueológicas neolíticas e calcolíticas identificadas é acompanhada pela riqueza e diversidade dos espólios correlativos, como se comprova pelo seu estudo, a seguir apresentado. Tal caracterização é acompanhada pela ilustração das principais peças recolhidas, cujos contextos de recolha, identificados nas respectivas legendas das figuras onde se apresentam reproduzidas, foram sistematizados nas seguintes categorias:

- 1 - Neolítico Final;
- 2 - Calcolítico;
- 3 - Neolítico Final com remeximentos do Calcolítico;
- 4 - Remeximentos de diversas épocas.

Fica, deste modo, habilitado o leitor a associar, caso a caso, cada uma das peças representadas à natureza do respectivo contexto arqueológico de recolha.

4.1 – Pedra polida

No que respeita aos espólios de pedra polida (Fig. 20, ao centro e em baixo e Fig. 21), destaca-se a existência de artefactos de rochas anfibolíticas, no caso representadas por martelo correspondente ao reaproveitamento de machado (Fig. 21, n.º 5), cuja origem alentejana é segura, configurando o comércio a longa distância deste recurso geológico, estratégico para as necessidades quotidianas destas populações. Com efeito, em estudo anterior dedicado às indústrias de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras, situado a menos de 10 km de distância, verificou-se um acréscimo crescente da presença deste tipo de rochas, desde o Neolítico Final ao Calcolítico Pleno / Final, o que reflecte a intensificação económica verificada ao longo de todo o 3.º milénio cal BC (CARDOSO, 2004). Os afloramentos mais próximos de onde poderia provir esta matéria-prima, provavelmente sob a forma de lingotes, situam-se na bordadura ocidental do Maciço Hercínico, entre Montemor-o-Novo, Avis, Ponte de Sor e Abrantes (CARDOSO & CARVALHOSA, 1995). Em contrapartida, os recursos geológicos regionais também contribuíram com algumas rochas para a confecção de artefactos polidos. É o caso do machado da Fig. 20, ao centro e da Fig. 21, n.º 2, feito de rocha ígnea básica, de tipologia arcaica, reportável à primeira ocupação da estação.

Existem outras rochas utilizadas para a confecção de lâminas polidas, atribuíveis a enxós dada a assimetria da secção longitudinal dos respectivos gumes (Fig. 20, em baixo; Fig. 21, n.ºs 1 e 3). A rocha utilizada em tais peças apresenta-se de textura afanítica, de coloração acinzentada, com inúmeros laivo esbranquiçados, afigurando-se compatível, entre outras possibilidades – que só o exame petrográfico em lâmina delgada poderia esclarecer – com calcários metamórficos, sendo, nesta eventualidade, a sua origem mais provável a orla de metamorfismo de contacto da instalação do maciço de Sintra (“Xistos do Ramalhão”). O facto de se terem recolhido neste povoado dois destes exemplares, fracturados e com indícios de utilização, vem comprovar a sua efectiva utilização em contexto doméstico, contrariando a ideia de se destinarem a uso



Fig. 20 – Travessa das Dores. Espólios de pedra polida e de pedra afeiçoada. Fotos de J. L. Cardoso.

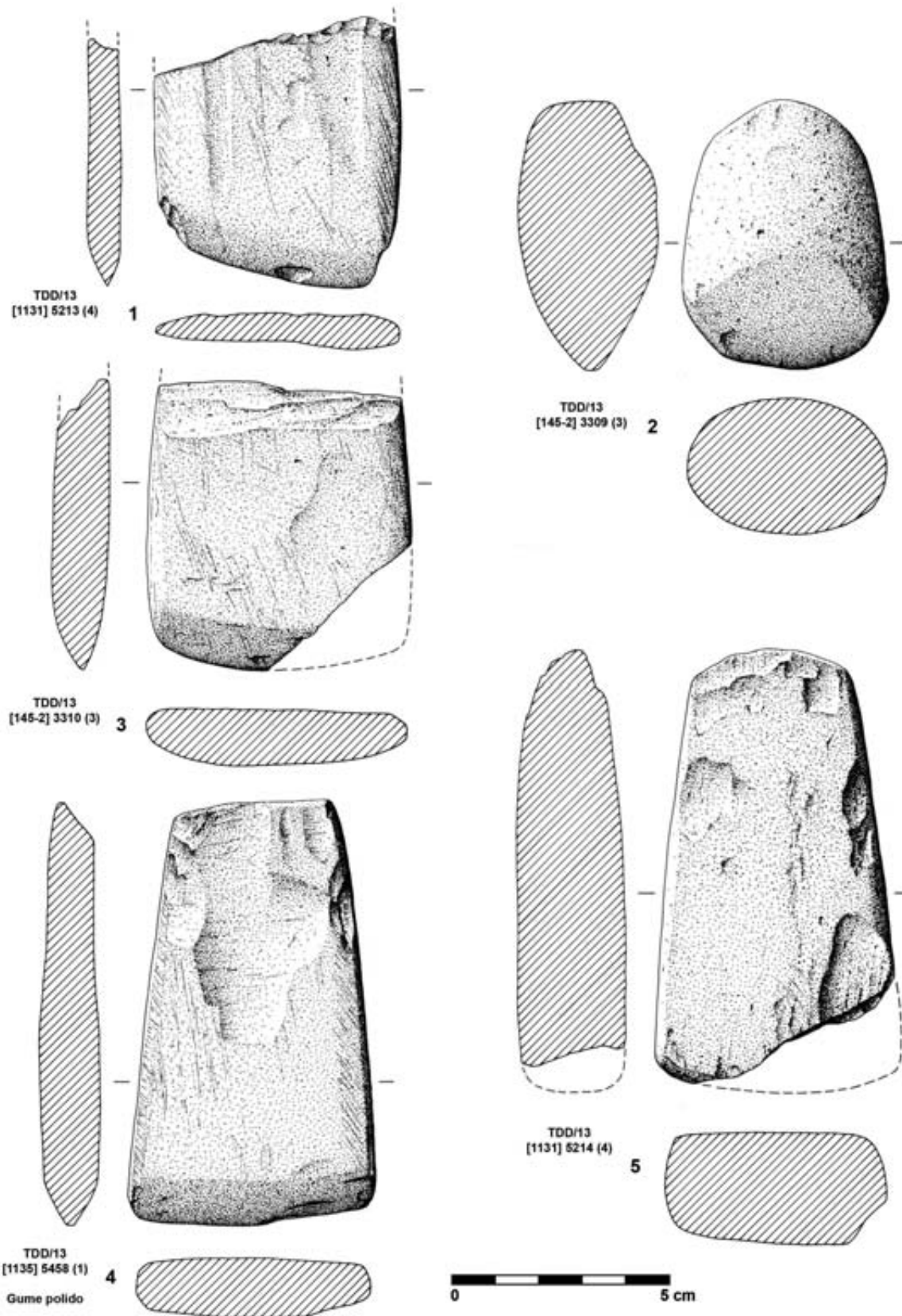


Fig. 21 - Travessa das Dores. Espólios de pedra polida. Desenhos de F. Martins.

exclusivamente funerário (LILLIOS, 2000). Esta conclusão é reforçada pela sua ocorrência em contextos habitacionais tanto neolíticos como calcolíticos da região, conforme se refere em diversas publicações de um de nós: ver, por todas, a publicada neste volume, respeitante ao povoado do Neolítico Final / Calcolítico do Carrascal, Oeiras (CARDOSO, 2015).

Enfim é de registar ainda um exemplar, onde o gume se encontra substituído por estreita superfície finamente polida (Fig. 21, n.º 4), efectuado em idêntico tipo petrográfico. Tais peças são já bem conhecidas em diversos contextos neolíticos e calcolíticos da região (CARDOSO, 2015), às quais tem sido atribuída a função de martelos de metalurgista (HARRISON, 1980, Figs. 13, 14 e 69). Contudo, já de há muito foi assinalado que alguns destes exemplares, provindo de contextos do Neolítico Final, não poderiam relacionar-se com o trabalho do cobre: é o caso de um pequeno exemplar de Leceia (CARDOSO, 1989, Fig. 102, n.º 3), que é o que mais se aproxima do exemplar agora em estudo. Deste modo, importa prosseguir os estudos traceológicos, especialmente nos exemplares calcolíticos para comprovar a hipótese de terem sido efectivamente utilizados para aquela finalidade, hipótese ainda longe de confirmada.

4.2 – Pedra afeiçoada

Na Fig. 20, em cima e na Fig. 22 representam-se alguns dos artefactos de pedra afeiçoada recolhidos, para além de diversos moventes e dormentes de mós manuais. O exemplar mais interessante corresponde ao fotografado na primeira das figuras referidas, representado em desenho na Fig. 22, n.º 3. Trata-se de um seixo rolado de basalto, provavelmente recolhido no leito de uma ribeira das proximidades, munido de um sulco diametral coincidindo com o seu eixo maior, executado por picotagem. Este sulco permitia a fixação da peça como se fosse um peso, o que explica a proposta da sua classificação como peso de rede, a partir da análise de exemplares recolhidos em Leceia (CARDOSO, 1995). Mais recentemente, foram recolhidos outros exemplares no povoado calcolítico do Outeiro Redondo, ainda inéditos, que se vieram juntar a um exemplar da colecção de Gustavo Marques, já publicado (CARDOSO, 2009 a), a maioria dos quais executados em calcários brandos, munidos como o presente exemplar de sulcos diametrais longitudinais. Esta morfologia afigura-se consentânea com a sua inclusão numa rede de pesca, pelo que esta continua ser a hipótese considerada mais adequada, até pela distribuição geográfica destes exemplares, privilegiando povoados calcolíticos litorais.

Na Fig. 25, em baixo, apresenta-se um dos vários percutores recolhidos, aproveitando uma massa de sílex local; a abundância desta matéria-prima na estação era tal que explica a sua utilização em utensílios como este, que poderiam, sem prejuízo da sua funcionalidade, ser confeccionados noutros tipos de rochas, como seixos rolados de quartzito ou de basalto. Situação idêntica, e pelas mesmas razões, observou-se nos povoados pré-históricos de Leceia (CARDOSO & MARTINS, 2013) e do Carrascal (CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015), para além de outros.

4.3 – Pedra lascada

Na confecção de instrumentos de pedra lascada, o sílex assumiu importância económica decisiva; contudo, tal importância foi de longe ultrapassada pela produção de produtos nucleares, que ultrapassaram de longe as necessidades de aprovisionamento local. Com efeito, as largas centenas de blocos nucleares e núcleos de sílex, com origem nos nódulos de sílex cinzento-esbranquiçados a acastanhados, existentes nos calcários cretácicos

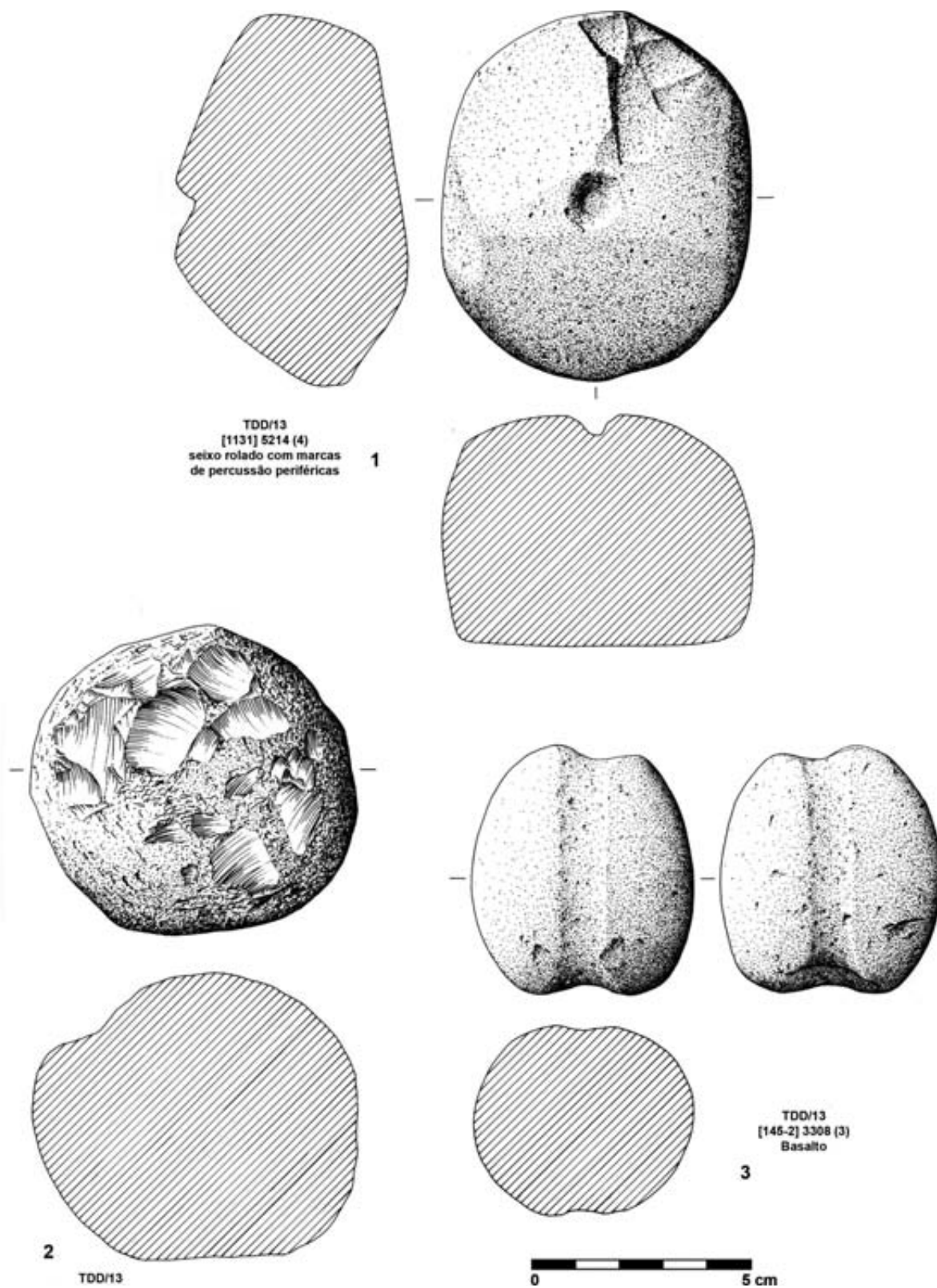


Fig. 22 - Travessa das Dores. Espólios de pedra afeiçãoada. Desenhos de F. Martins.

recifais aflorantes no local e na sua envolvente próxima (Alto da Ajuda, Monsanto, Alcântara), atestam a exploração sistemática do sílex, como recurso de extrema importância económica. Na Fig. 23 reproduzem-se dois desses nódulos em estágio inicial ou pouco avançado de exploração e, nas Figs. 25 e 28, em baixo, outros, em estádios mais avançados de exploração, destinados à obtenção de lascas.

Neste trabalho não se apresenta o estudo exaustivo da indústria lítica, o qual se afigurava incomportável face aos objectivos definidos previamente. Assim, optou-se, de entre os espólios existentes, seleccionar conjuntos significativos, dentro das diversas categorias tipológicas identificadas, valorizando o estudo da utensilagem, em detrimento de estudos de carácter tecnológico, para os quais seria necessário aceder à totalidade dos produtos de debitage recolhidos.

Núcleos – na Fig. 24, n.ºs 1 a 5, apresentam-se diversos exemplares, essencialmente destinados à obtenção de produtos lamelares, exibindo estádios avançados de exploração, que se juntam aos exemplares anteriormente referidos, destinados à extracção de lascas.

Lamelas – na Fig. 24, n.ºs 6 a 19, e na Fig. 26, n.ºs 1 a 4 e 6 e 7, apresentam-se diversos exemplares, dominando o sílex local, embora ocorram exemplares de quartzo (Fig. 24, n.ºs 9 e 10), de origem exógena. A presença de tais peças justifica-se, dadas as suas características de corte, necessárias à execução de tarefas específicas, estando igualmente presentes em outros povoados coevos da região, a par dos respectivos núcleos. A sua origem pode ser associada aos filões de quartzo, muito comuns nas rochas do Maciço Hespérico, situadas a cerca de 120 km de distância, para além das massas pegmatíticas, como as existentes na Beira Alta.

Lâminas – estão presentes exemplares com e sem os bordos retocados (Fig. 26, n.ºs 5, 8 a 15 e 20), possuindo alguns deles o chamado lustre de cereal ao longo dos bordos (Fig. 26, n.ºs 13 e 14). Predominam largamente as produções de origem reconhecidamente local, de coloração acastanhada a acinzentada, como o exemplar da Fig. 25, em baixo.

Raspadeiras – na Fig. 26 apresentam-se três raspadeiras, uma sobre lasca (n.º 19), e duas outras em *bout-de-lâme* (Fig. 26, n.ºs 16 e 20).

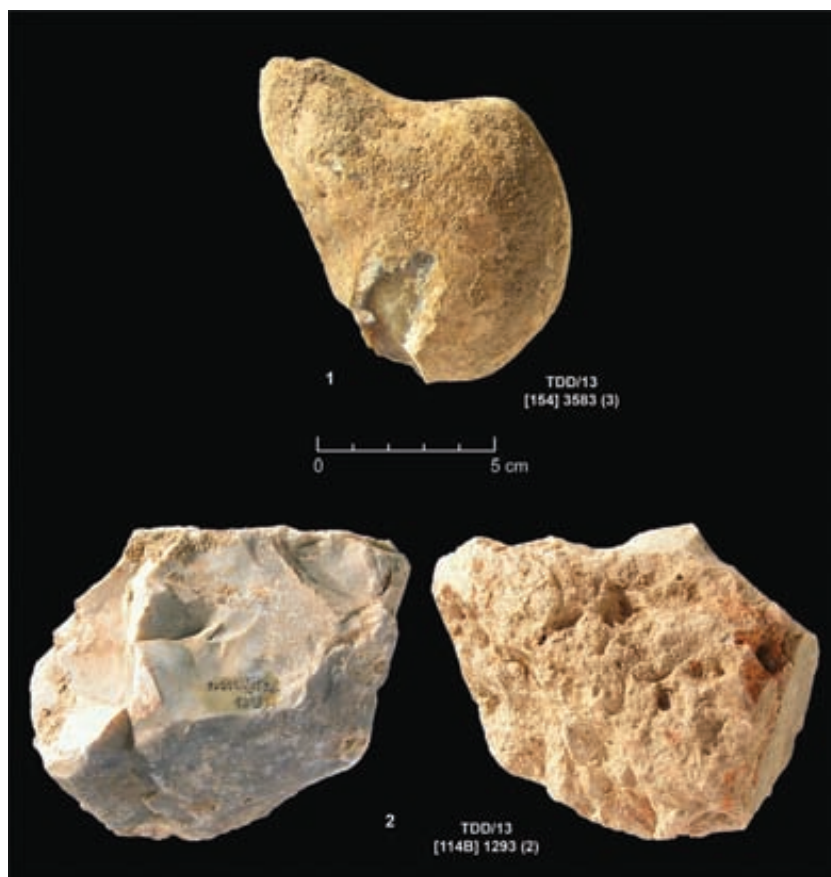


Fig. 23 – Travessa das Dores. Nódulo de sílex em estágio inicial de preparação como núcleo e núcleo em curso de preparação. Fotos de J. L. Cardoso.

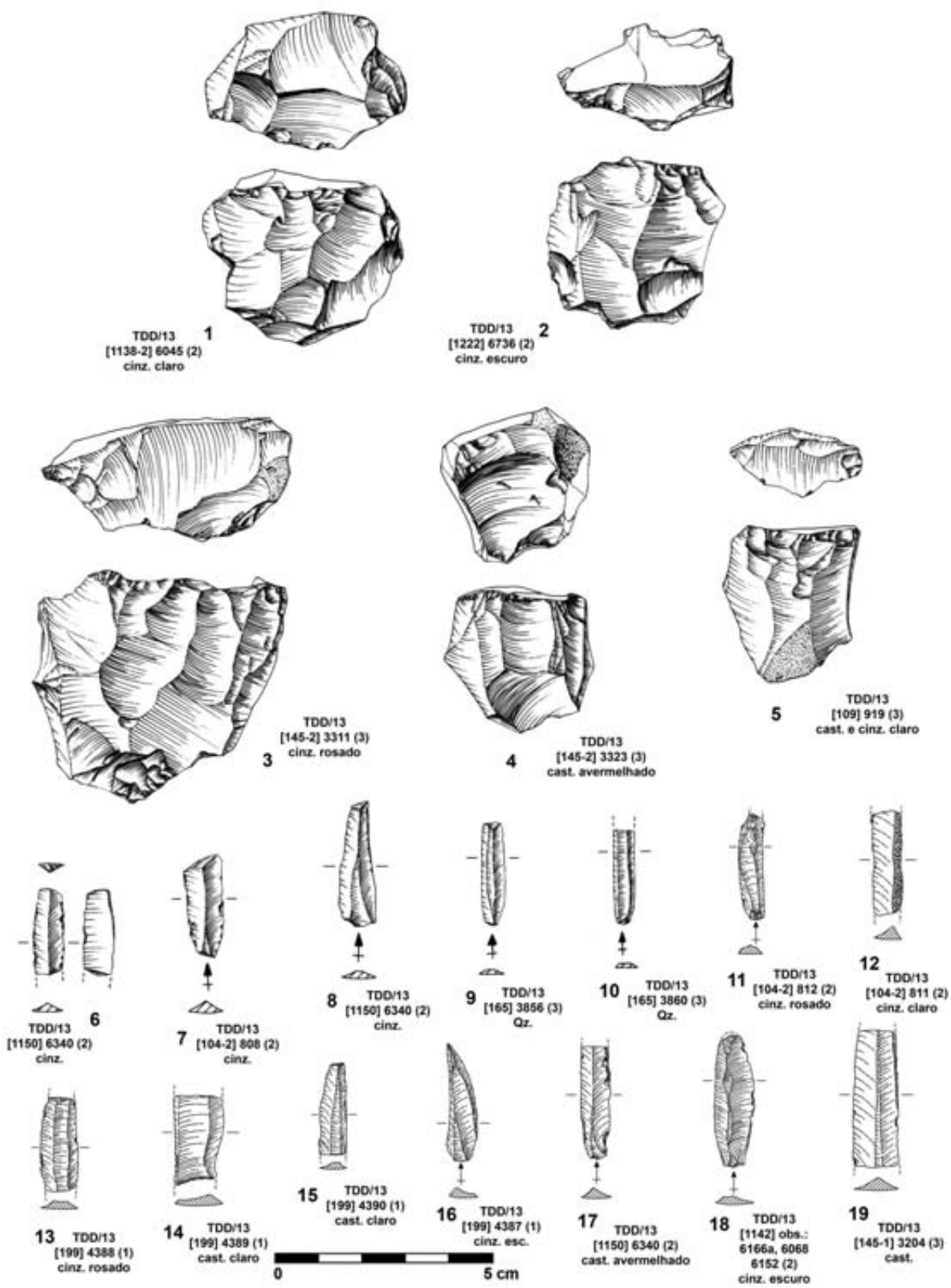


Fig. 24 - Travessa das Dores. Indústrias de pedra lascada: núcleos e lamelas. Desenhos de F. Martins.

Furadores – trata-se de categoria de instrumentos relativamente numerosa, realidade condizente com a cronologia do Neolítico Final dominante da utensilagem, tal como se observou em Leceia (CARDOSO & MARTINS, 2013) e no Carrascal (CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015). Encontram-se executados sobre produtos alongados e mais ou menos espessos (Fig. 27, n.ºs 4 a 12). Tal como se verificou na categoria anterior, a generalidade dos exemplares em causa denota ter sido produzida em sílex local, de coloração castanho-acinzentada (Fig. 25, em cima).

Entalhes – categoria escassa representada, como é o caso dos exemplares sobre lasca da Fig. 27, n.ºs 1 a 3.

Lâminas de contorno elipsoidal – usualmente de talhe bifacial mais ou menos cobridor (Fig. 27, n.ºs 13 a 16), apenas um exemplar de recolheu completo. A presença de lascas de talhe (Fig. 26, n.º 17) ou de esboços

abandonados em curso de preparação (Fig. 26, n.º 18), atesta o fabrico local destes instrumentos, à semelhança do verificado outros povoados neolíticos e calcolíticos da região mais imediata, já atrás mencionados. As folhas bifaciais de sílex, cuja utilização como elementos de foice ou de processamento de cereais se encontra comprovada pelo brilho que algumas delas exibem (CLEMENTE-CONTE, MAZZUCO & SOARES, 2014), bastariam, por si só, para ilustrar tal actividade económica no espaço geográfico envolvente.

Pontas de seta – os escassos exemplares recolhidos denotam elevada diversidade das fontes de aprovisionamento das matérias-primas utilizadas (Fig. 28 e Fig. 29, n.ºs 1 a 4).

Com efeito, ao contrário do que seria de esperar, nenhuma foi produzida na matéria-prima local, o sílex cinzento-acastanhado. Uma, de coloração anegrada, é compatível com algumas bancadas de sílex com essa coloração conhecidas na região, como em Leceia, interestratificadas nos calcários duros recifais do Cenomaniano Superior Fig. 28, em cima, à direita; Fig. 29, n.º 1). Cabe referir que uma lamela é igualmente executada nessa mesma variedade (Fig. 28, em cima, à esquerda). Outro exemplar, de tonalidade rosada (Fig. 28, em cima, ao centro; Fig. 29, n.º 3), foi executada sobre lasca sílex provavelmente da região de Rio Maior, ali disponível em grandes quantidades. Importa referir que esta variedade rosada foi utilizada de forma mais insistente em



Fig. 25 – Travessa das Dores. Indústrias de pedra lascada: núcleo, furadores e lâmina. Indústrias de pedra afeiçãoada: percutor. Fotos de J. L. Cardoso.

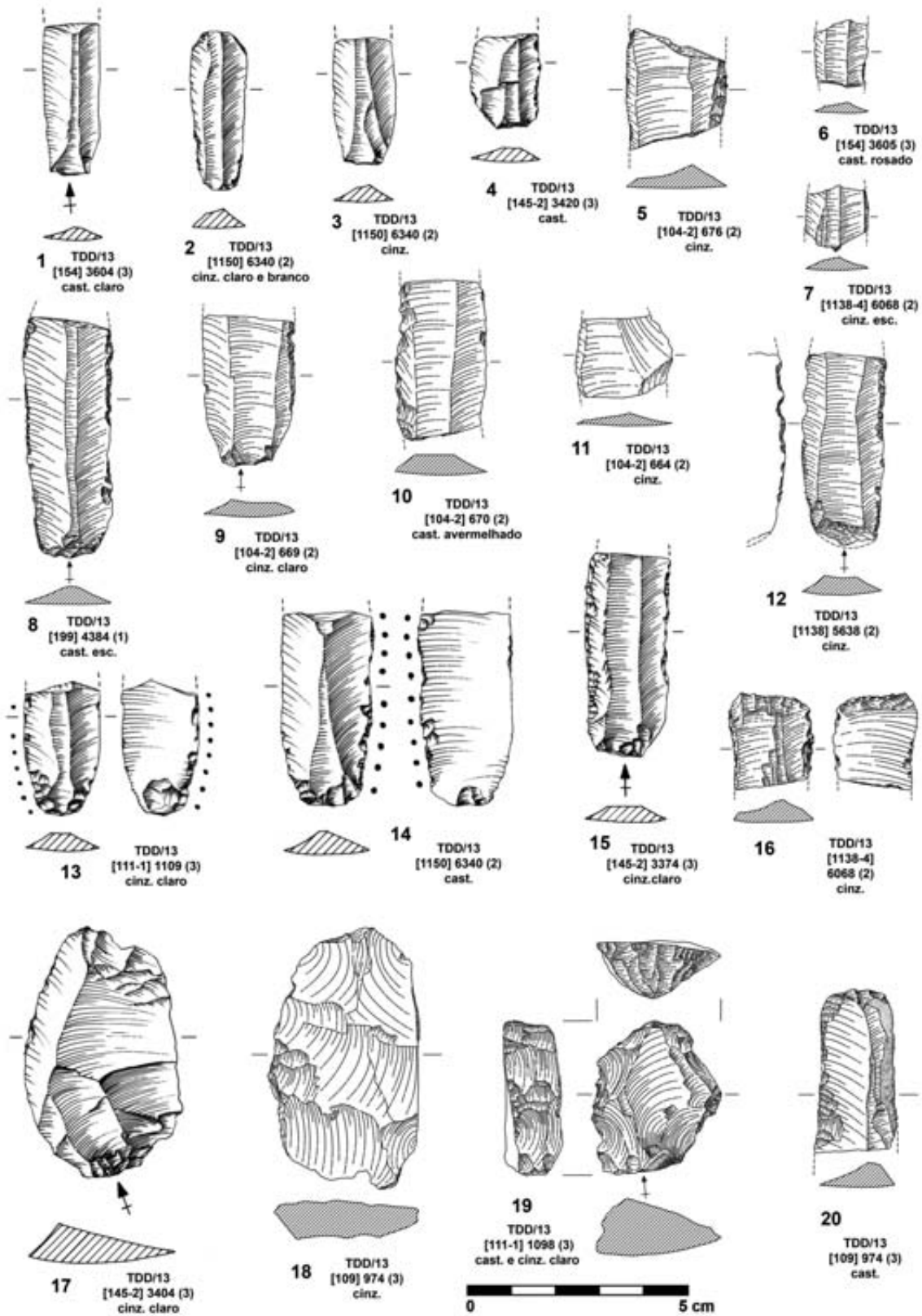


Fig. 26 – Travessa das Dores. Indústrias de pedra lascada: lamelas, lâminas (algumas com “lustre de cereal”, e lascas de talhe e esboços de lâminas foliáceas. Desenhos de F. Martins e B. L. Ferreira.

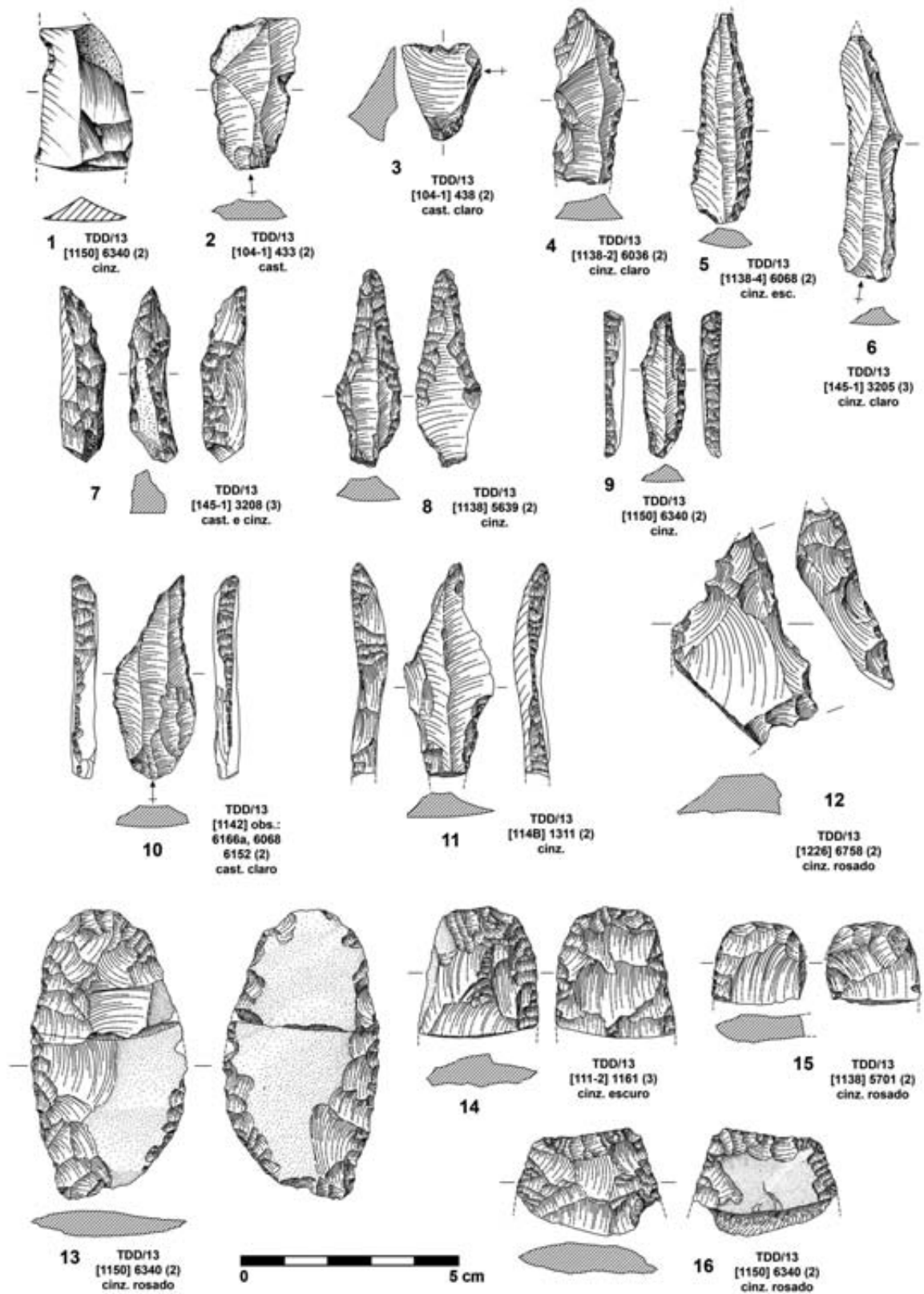


Fig. 27 – Travessa das Dores. Indústrias de pedra lascada: entalhes, furadores e lâminas foliáceas. Desenhos de F. Martins e B. L. Ferreira.

outros povoados da região, como o de Leceia. É provável que a escassez aqui observada decorra do facto de ser ténue a presença calcolítica – época em que se observou o incremento da circulação de matérias-primas por via da intensificação económica – comparativamente à do Neolítico Final. Claramente de época calcolítica é o exemplar executado em lasca de xisto jaspóide de coloração rosada (Fig. 28, ao centro; Fig. 29, n.º 2). Esta ocorrência é compatível com outras, sempre excepcionais, documentadas em povoados calcolíticos da Baixa Estremadura, como o do Outeiro Redondo (materiais inéditos, resultantes das escavações de J.L.C.) e Moita da Ladra (CARDOSO, 2014). As nove pontas de seta desta litologia recolhidas, poderiam ter chegado ao povoado através do vale do Sado, visto serem comuns no povoado da Rotura (Setúbal) (GONÇALVES, 1971, Est. XVI), e daí terem passado directamente ao estuário do Tejo.

A justificação para a presença destes exemplares, de rochas de qualidade inferior quando comparadas com as disponíveis na região, pode explicar-se por poderem ter acompanhado o comércio dos minérios de cobre, cuja origem seria maioritariamente alto-alentejana, de acordo com os resultados obtidos relativamente aos espólios de Leceia (MÜLLER & CARDOSO, 2008).

Os três exemplares acima caracterizados possuem, pois, pelas suas características litológicas assinalável interesse, embora do ponto de vista tipológico correspondam a formas comuns no Neolítico Final e, sobretudo, no Calcolítico regional, possuindo todas base côncava. É excepção exemplar naviforme, cuja tipologia indica o Neolítico Final (Fig. 29, n.º 4), sendo executado em sílex acinzentado, de origem local ou regional.

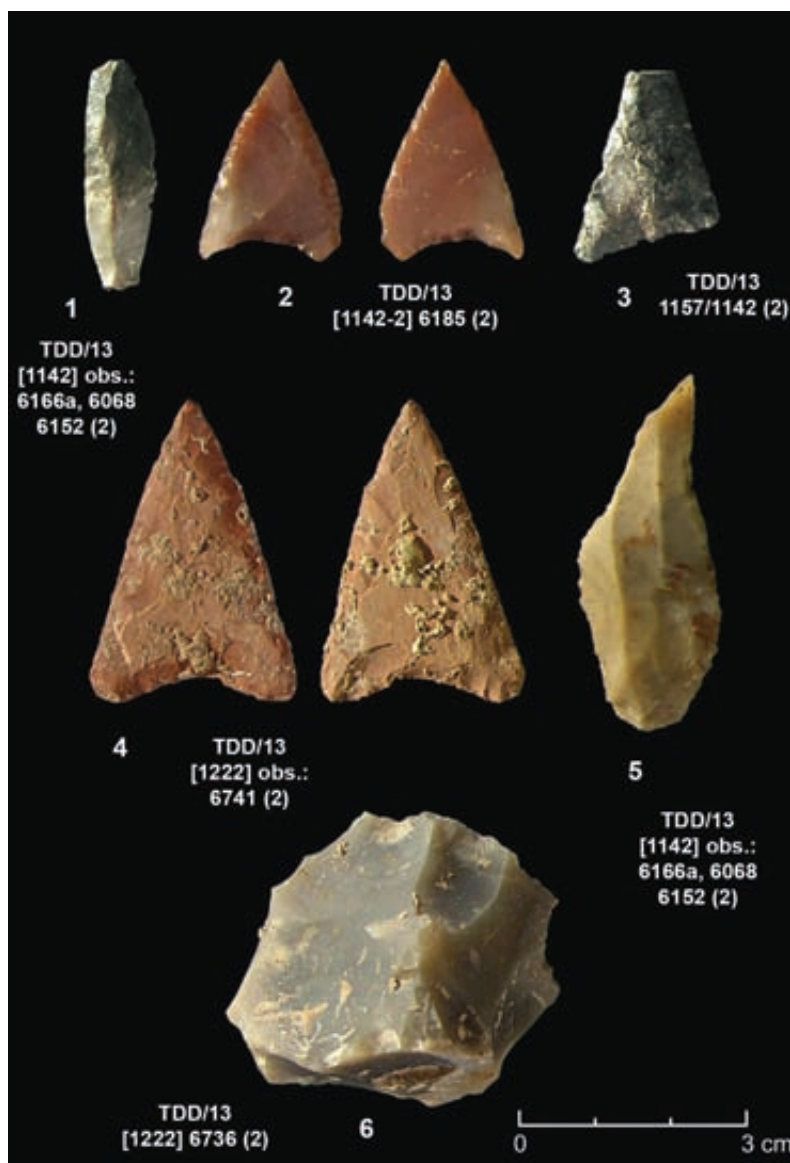


Fig. 28 - Travessa das Dores. Indústrias de pedra lascada: lamela, furador (truncatura), núcleo e pontas de seta, sendo o exemplar n.º 2 de sílex róseo, provavelmente da região de Rio Maior e o n.º 4 de xisto jaspóide. Os exemplares n.ºs 1 e 3 são de sílex anegrado da região de Lisboa. Fotos de J. L. Cardoso.

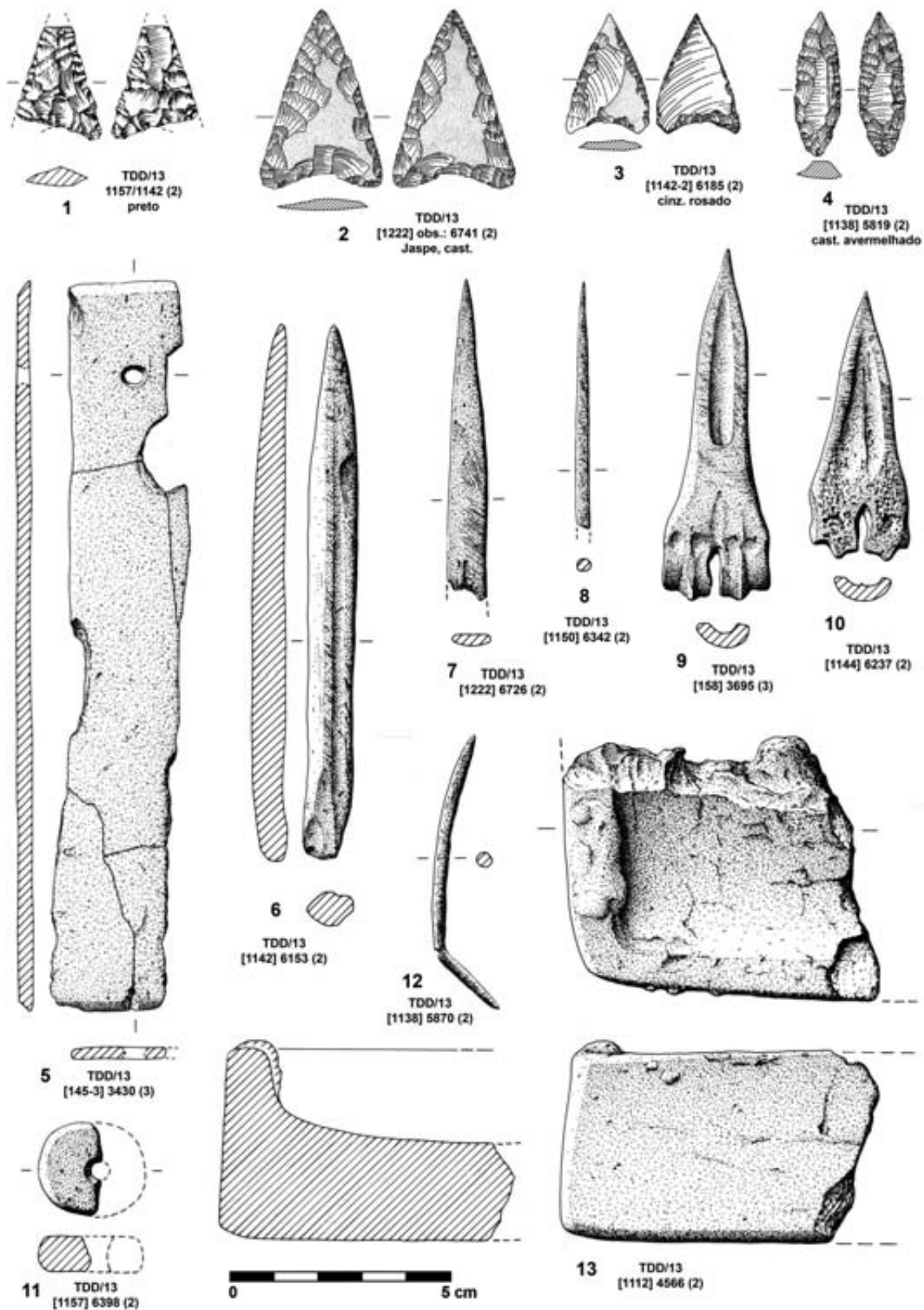


Fig. 29 – Travessa das Dores. Indústrias de pedra lascada: pontas de seta. Indústria óssea: espátula, furadores e sovelas/agulhas. Objectos metálicos: sovela. Produções cerâmicas: cadinho com restos de cobre aderente. Objectos de adorno: conta discóide de barro cozido. Desenhos de F. Martins.

4.4 – Indústria óssea

É escassa a presença de utensílios de osso. Merece destaque uma **espátula** executada sobre uma placa estreita e alongada totalmente polida, munida de um furo de suspensão numa das extremidades possuindo a outra uma terminação biselada (Fig. 29, n.º 5). Trata-se de exemplar raro em contextos do Neolítico Final ou do Calcolítico, podendo referir-se como próximo o exemplar, embora incompleto numa das extremidades, recolhido na Lapa do Bugio (CARDOSO, 1992, Est. 14, n.º 44).

Os **furadores** estão representados por dois exemplares curtos, executados na metade distal de metápodos de caprinos (*Ovis aries / Capra hircus*) (Fig. 29, n.ºs 9 e 10; Fig. 30, em baixo, à esquerda e ao centro). Trata-se de tipos comuns em contextos do Neolítico Final e do Calcolítico regional (CARDOSO, 2003 a), embora usualmente o seccionamento na diáfise seja oblíquo, como se verifica num dos exemplares, e não tangencial, como se observa no outro.

As **sovelas** e **agulhas** (Fig. 29, n.ºs 6 a 8; Fig. 30, em baixo, à direita), apresentam-se executadas em esquirolas ósseas, das quais apenas uma conserva parcialmente as superfícies de fractura originais do suporte. Trata-se de peças comuns em povoados coevos, denunciando actividades ligadas à manipulação de peles, entre outras possibilidades.

4.5 – Objectos metálicos

Identificou-se uma sovela, com dobramento mesial (Fig. 29, n.º 12), semelhante a exemplares calcolíticos do Outeiro da Assenta (CARDOSO & CARREIRA, 2003, Fig. 39, n.ºs 1 e 2), embora neste caso o referido dobramento se afigure accidental.

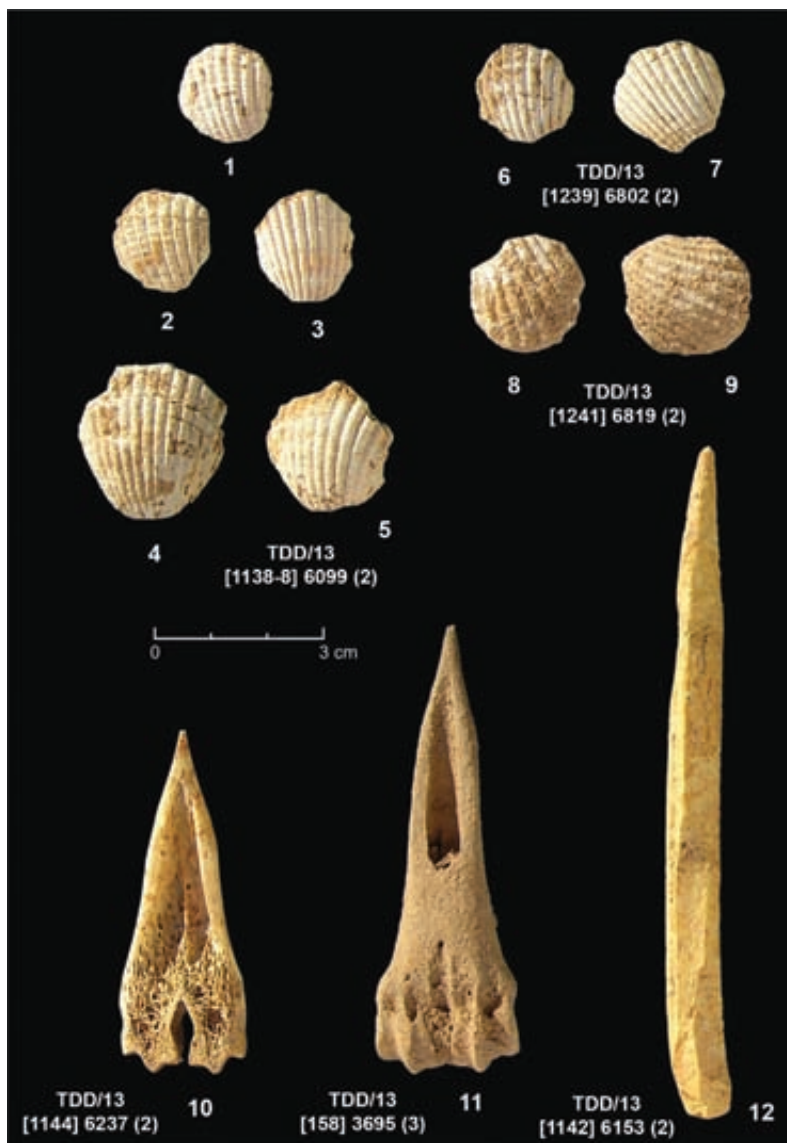


Fig. 30 – Travessa das Dores. Indústria óssea: furadores e sovela. Objectos de adorno: aplicações de conchas recortadas. Fotos de J. L. Cardoso.

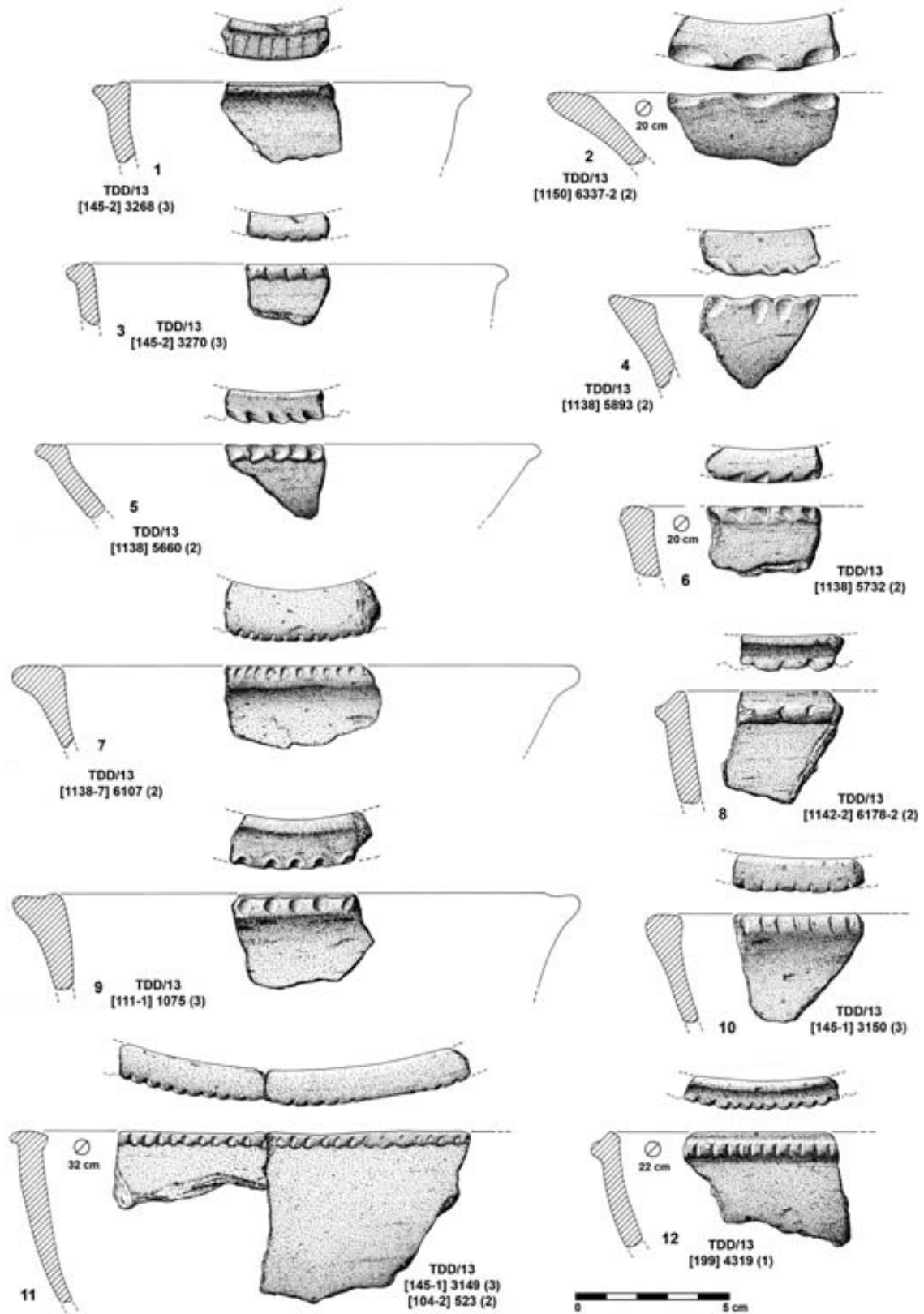


Fig. 31 – Travessa das Dores. Cerâmicas decoradas do Neolítico Final. Desenhos de F. Martins.

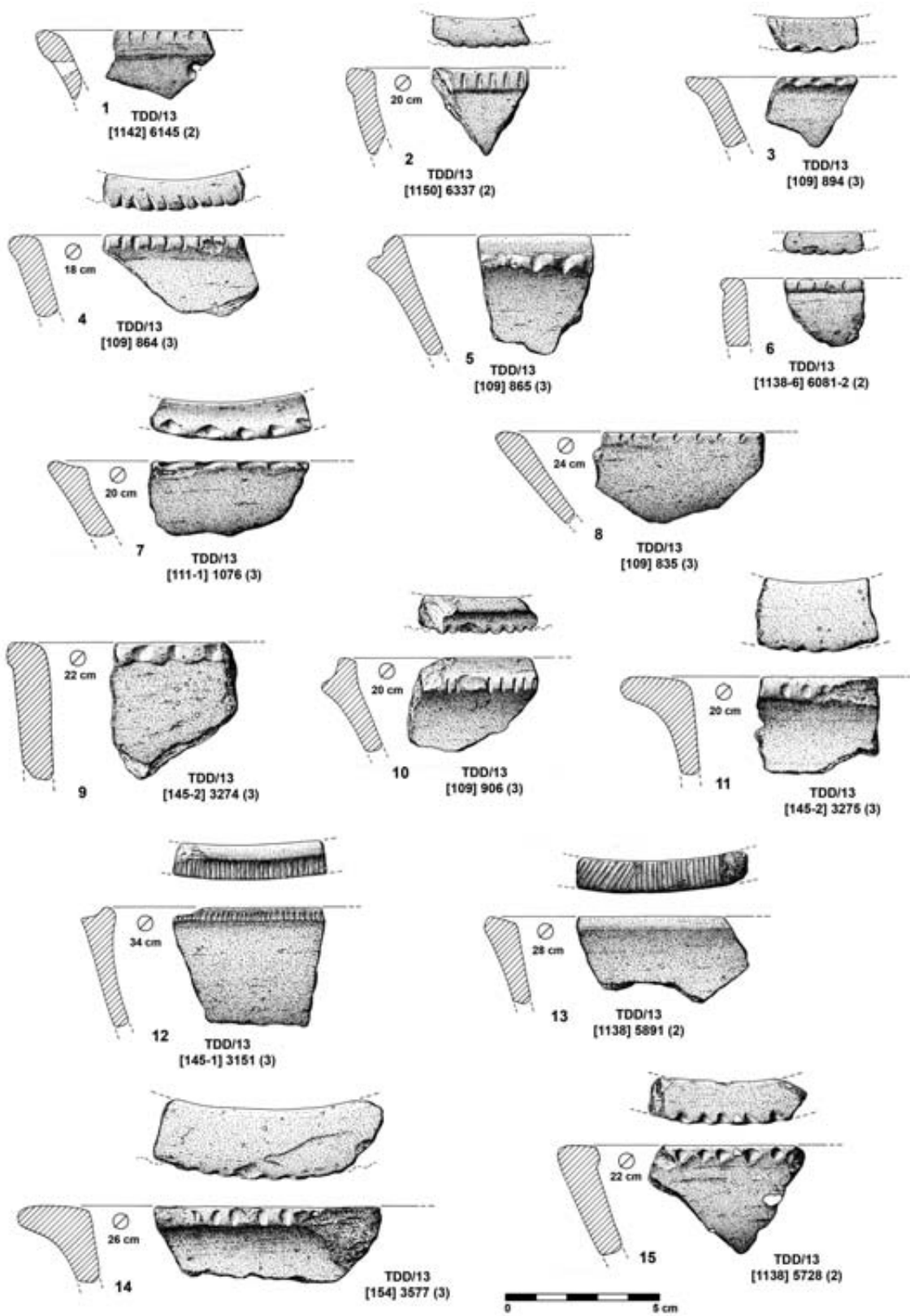


Fig. 32 – Travessa das Dores. Cerâmicas decoradas do Neolítico Final. Desenhos de F. Martins.

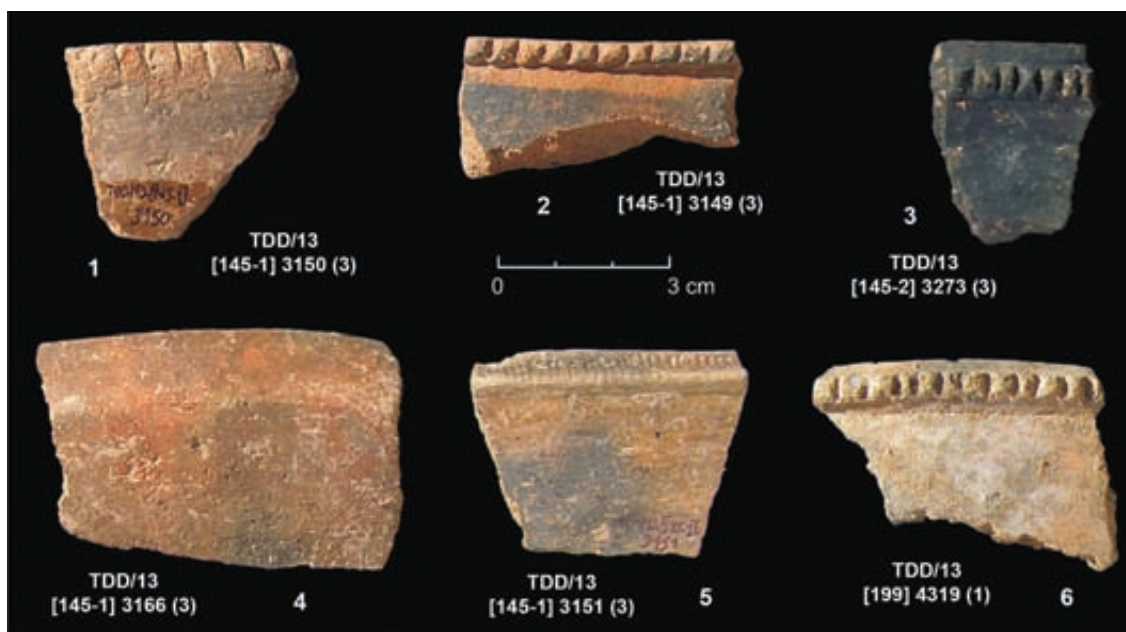


Fig. 33 – Travessa das Dores. Cerâmicas decoradas e lisa (n.º 4) do Neolítico Final. Fotos de J. L. Cardoso.

4.6 – Produções cerâmicas

As diferentes tipologias das produções cerâmicas revelam, nas proporções em que foram recolhidas, a importância das sucessivas ocupações pré-históricas documentadas no povoado. Assim, a larga predominância de produções lisas e decoradas típicas do Neolítico Final reflecte a mais importante ocupação do sítio, que se verificou naquela época, associada a importantes estruturas de carácter habitacional e defensivo, acima descritas. Por seu turno, a escassa ocupação calcolítica, por seu turno, é condizente com a presença esporádica de produções cerâmicas características daquela época.

4.6.1 – Cerâmicas decoradas do Neolítico Final

Bordos denteados – nas Figs. 31, 32 e 33 reproduzem-se os exemplares mais significativos desta categoria de produções características do Neolítico Final. Como já foi referido em outros trabalhos respeitantes a conjuntos homólogos (CARDOSO, 2007; CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015), é de sublinhar a extrema diversidade formal da morfologia das decorações, apesar da aparente monotonia da concepção de base das mesmas. É também frequente ver associadas a decorações denteadas a cordões plásticos, paralelos ao bordo dos recipientes (Fig. 31, n.ºs 8 e 12; Fig. 32, n.º 5).

Alguns exemplares exibem particularidades específicas: é o caso do da Fig. 31, n.º 1 e da Fig. 32, n.º 12, onde o referido cordão, situado no prolongamento do bordo, foi decorado por finas linhas incisivas configurando temática decorativa semelhante à decoração observada no próprio lábio como a observada na Fig. 32, n.º 13. Esta realidade fora já anteriormente observada em exemplares do Neolítico Final do Carrascal (CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015, Fig. 66, n.º 12), que possui lábio aplanado, semelhante aos das taças Palmela, e como estas decorado por linhas incisivas transversais. Possui paralelo muito próximo, também do Neolítico Final, em Leceia (CARDOSO, 2007, Fig. 24, n.º 13).

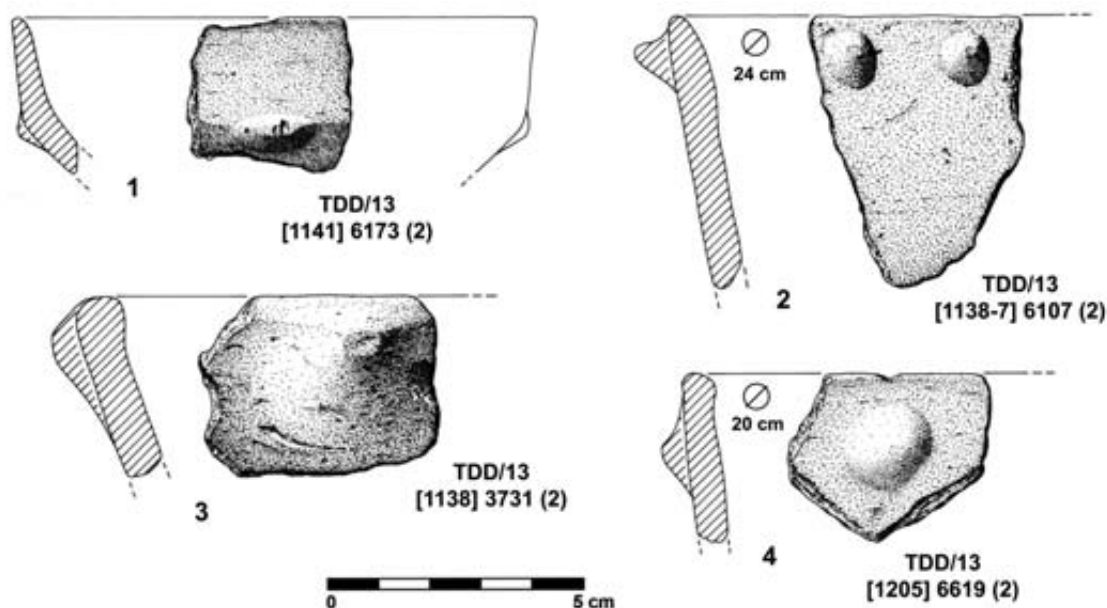


Fig. 34 – Travessa das Dores. Cerâmicas com decorações plásticas do Neolítico Final. Desenhos de F. Martins.

Recipientes mamilados – Ainda de carácter decorativo / simbólico são alguns dos recipientes mamilados reproduzidos na Fig. 34, como o exemplar que ostenta um par de pequenos mamilos (Fig. 34, n.º 2), ou a pequena taça que possui minúsculo mamilo na carena (Fig. 34, n. 1), que não poderiam naturalmente possuir finalidade utilitária, tal como outros ali reproduzidos.

4.6.2 – Cerâmicas decoradas do Calcolítico Inicial e do Calcolítico Pleno / Final

Na Fig. 35 reproduzem-se fragmentos com decorações características do Calcolítico Inicial e do Calcolítico Pleno / Final as quais se podem associar às escassas estruturas calcolíticas identificadas, sendo de destacar a total ausência de produções campaniformes. Seja como for, a sua escassez documenta a fraca presença de comunidades humanas no local no decurso do 3.º milénio BC. Características do Calcolítico Inicial são as decorações caneladas, representadas pelas duas formas usuais, os “copos” e as taças (Fig. 35, n.ºs 15 a 20). Alguns destes recipientes evidenciam excelente acabamento, com as superfícies brunidas, possuindo pastas muito finas, duras e homogéneas.

Ao Calcolítico Inicial e/ou ao Calcolítico Pleno / Final podem atribuir-se ainda as taças com decoração interna, produzida pela técnica canelada (Fig. 35, n.ºs 1 a 4). Com efeito, estes recipientes ocorrem em Leceia tanto na Camada 3, do Calcolítico Inicial, como na Camada 2, do Calcolítico Pleno / Final (CARDOSO, 2007). Sendo produções muito comuns no Calcolítico do Sudoeste, também ali se reconheceu possuírem larga diacronia, como se verificou tanto no povoado do Porto Torrão (VALERA & FILIPE, 2004) como no do Monte da Tumba (SILVA & SOARES, 1987), abarcando o Calcolítico Inicial e o Pleno. No povoado do Outeiro Redondo, as taças decoradas interiormente possuem idêntica distribuição (CARDOSO, 2013). É interessante sublinhar que, em outros povoados da Baixa Estremadura, como o de Moita da Ladra (CARDOSO, 2014) e o de Penha Verde (CARDOSO, 2010-2011), com ocupações exclusivamente atribuíveis ao Calcolítico Pleno / Final, tais produções não ocorram.

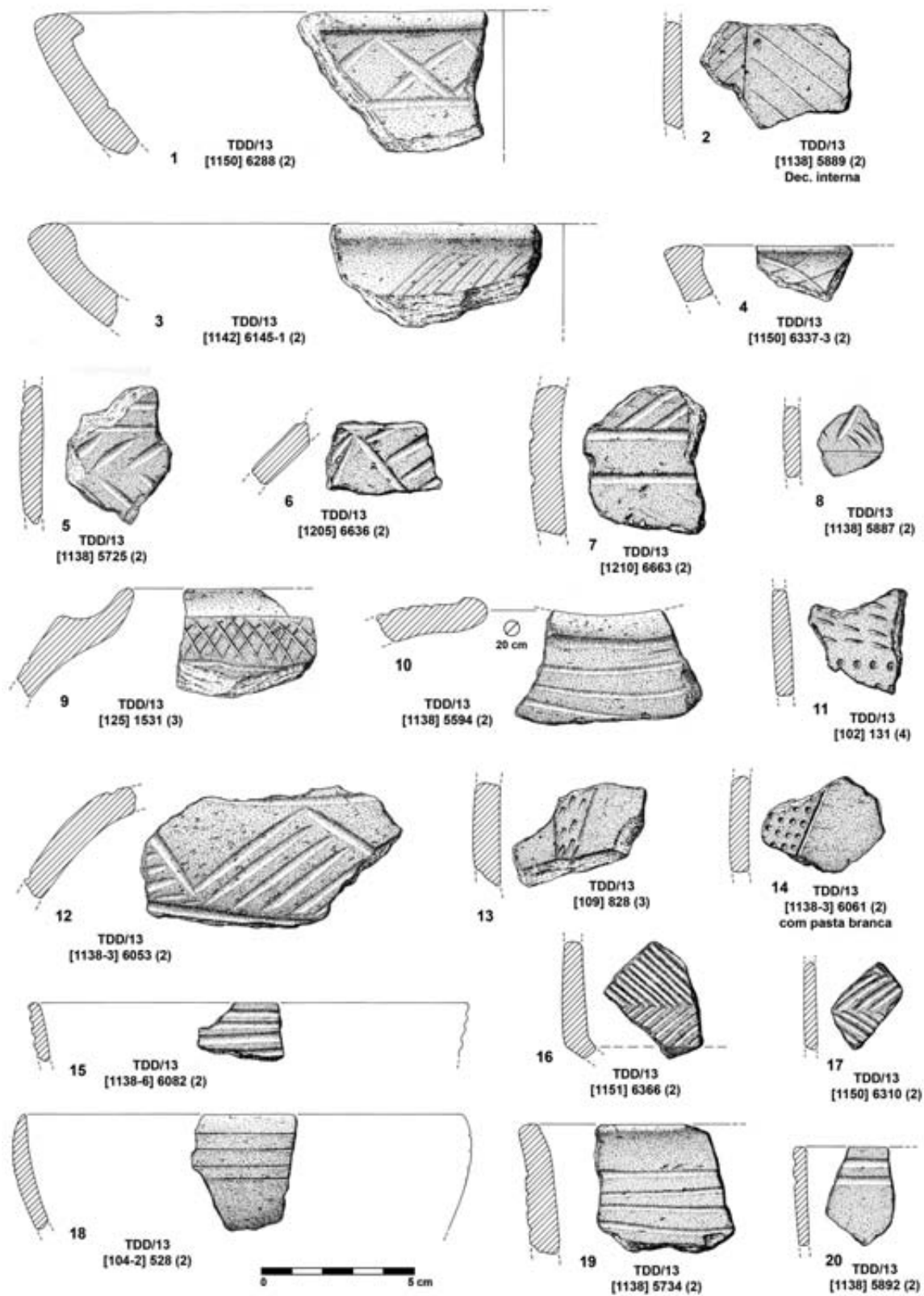


Fig. 35 – LTravessa das Dores. Cerâmicas decoradas calcólicas (exceptuando o exemplar n.º 11, talvez do Neolítico Antigo).
Desenhos de F. Martins.

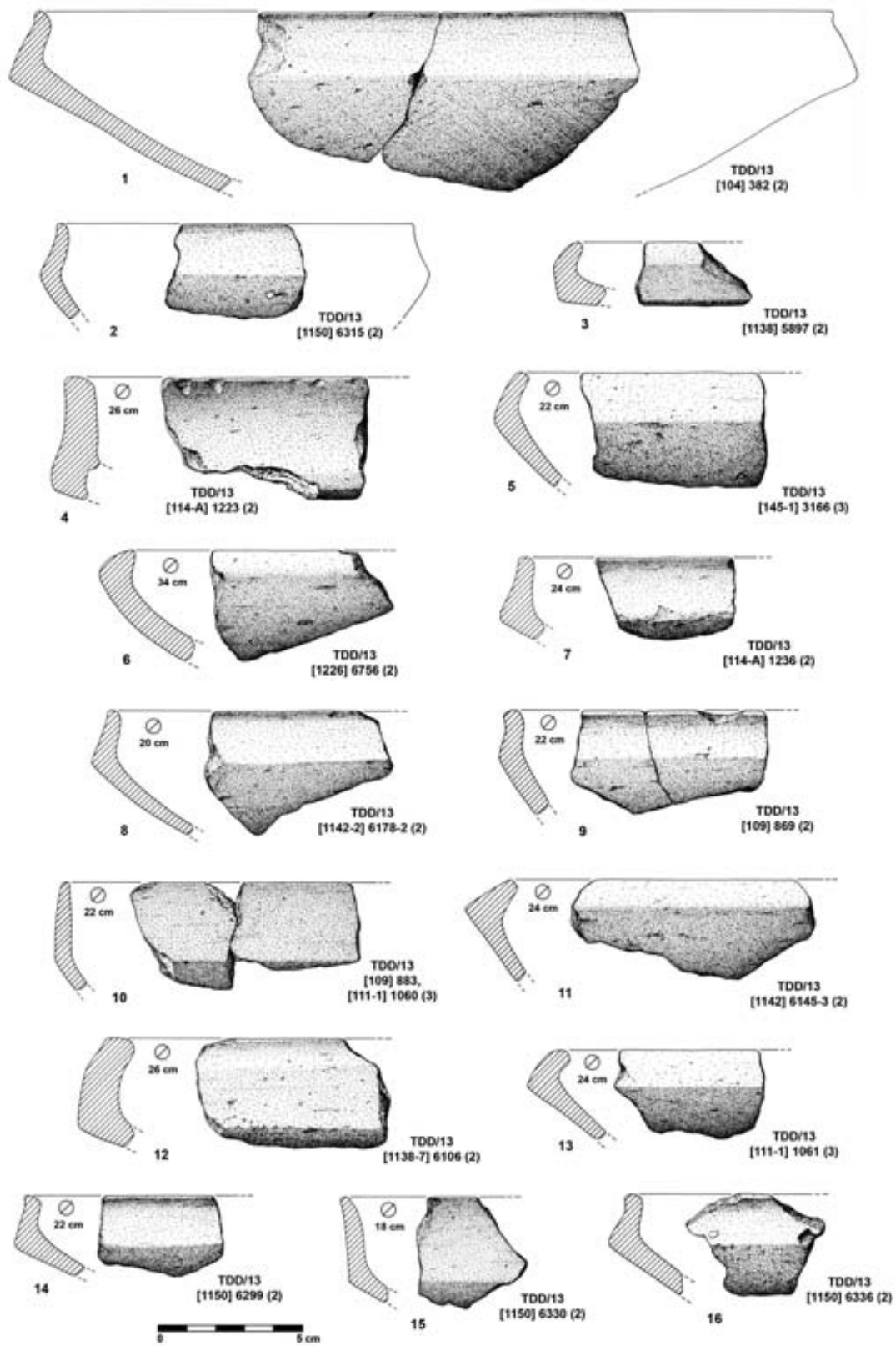


Fig. 36 – Travessa das Dores. Cerâmicas lisas do Neolítico Final. Desenhos de F. Martins.

É admissível que, pelo menos na Estremadura, tais recipientes tenham substituído, em termos de funcionalidade, as taças carenadas, características do Neolítico Final, e tão bem representadas na estação em apreço.

Particulares ao Calcolítico Pleno / Final da Estremadura são as decorações exibindo motivos em “folha de acácia” (Fig. 35, n.º 5) e associados (Fig. 35, n.ºs 6 a 8), por vezes ocorrendo em grandes vasos esféricos, decorados em torno da abertura com triângulos preenchidos interiormente, ditos “dentes de lobo” (Fig. 35, n.º 12). Outros vasos esféricos possuem decoração obtida por caneluras, em torno da abertura (Fig. 35, n.º 10), a qual pode ser considerada como recorrência do Calcolítico Inicial. Com efeito, tal realidade pode reflectir curto período de transição que foi identificado isoladamente no povoado fortificado calcolítico da Columbeira, ainda que dubitativamente (GONÇALVES, 1994).

A esta época pode reportar-se também fragmento de grande vaso, dito de provisões, com decoração incisa, abaixo de uma goteira que contorna toda a abertura do recipiente (Fig. 35, n.º 9). Este exemplar tem paralelos em contextos do Calcolítico Pleno / Final de Leceia (CARDOSO, 2007, Fig. 136, n.ºs 18 e Fig. 184, n.º 10), Penha Verde (CARDOSO, 2010-2011, Fig. 30, n.º 3) e Moita da Ladra (CARDOSO, 2013, Fig. 37, n.ºs 11 e 15).

Enfim, reconheceram-se alguns fragmentos decorados por impressões punctiformes, por vezes preenchendo o interior de triângulos definidos por finas linhas incisadas (Fig. 35, n.ºs 13 e 14). Se bem que estes exemplares possuam paralelos no Neolítico Final de Leceia (CARDOSO, 2007, Fig. 36, n.ºs 10 e 19) e no Calcolítico Inicial do mesmo povoado (CARDOSO, 2007, Fig. 91, n.º 6), é no Calcolítico Pleno / Final que tais produções, de cunho simbólico, possuem os seus melhores paralelos. Do Carrascal provém um exemplar comparável (CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015, Fig. 74, n.º 6), a que se juntam mais dois, um deles, preenchido com pasta branca, proveniente de Moita da Ladra, Vila Franca de Xira (CARDOSO, 2014, Fig. 46, n.º 12), e um outro do Outeiro Redondo, Sesimbra (CARDOSO, 2013, Fig. 38, n.º 1). É no sul do actual território português, como na Anta Grande do Olival da Pega (LEISNER & LEISNER, 1951) e Cerro do Castelo de Corte de João Marques (GONÇALVES, 1989) para além de outros exemplares, como o recolhido no povoado fortificado do Monte da Tumba, Alcácer do Sal (SILVA & SOARES, 1987, Fig. 25, n.ºs 2 e 3) que as ocorrências estremenas referidas possuem os seus melhores paralelos.

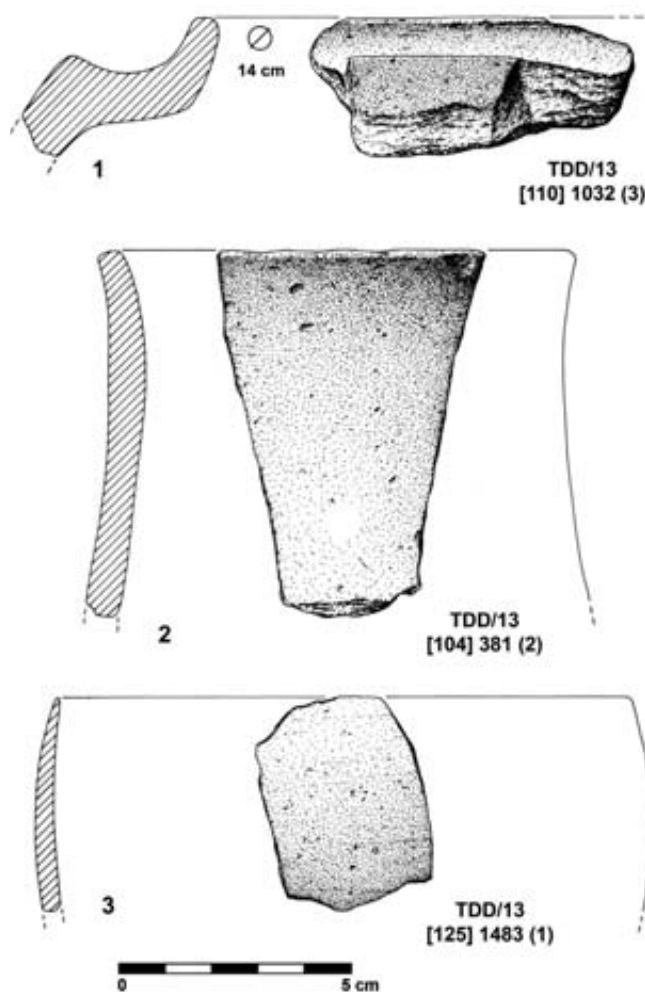


Fig. 37 – Travessa das Dores. Cerâmicas lisas calcolíticas. Desenhos de F. Martins.

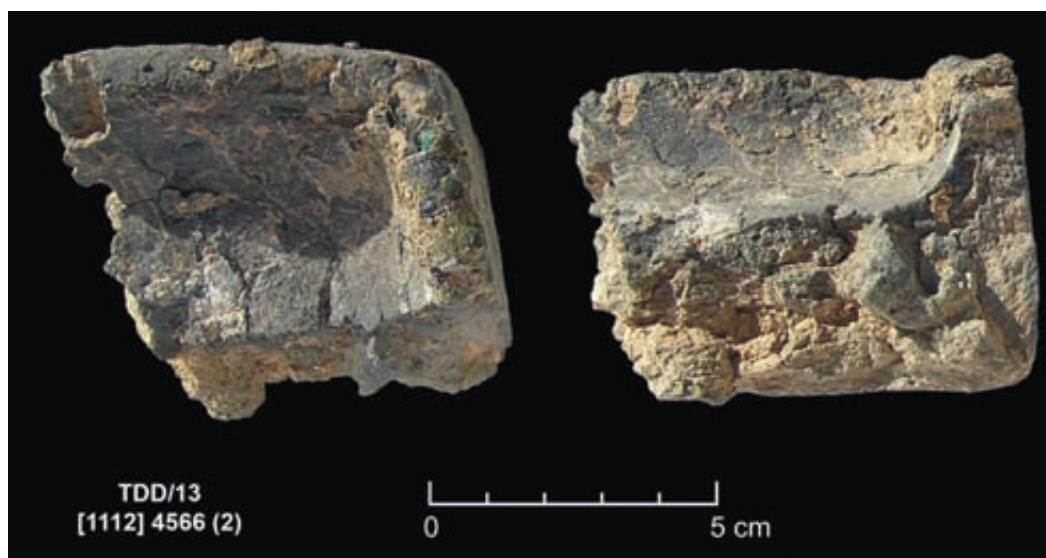


Fig. 37 – Travessa das Dores. Fragmento de cadinho para a fundição do cobre, ainda com restos de metal aderente. Foto de J. L. Cardoso.

4.6.3 – *Cerâmicas lisas do Neolítico Final e do Calcolítico Pleno / Final*

As produções lisas atribuíveis ao Neolítico Final evidenciam escassa diversidade. Na Fig. 36 apresenta-se assinalável conjunto de recipientes carenados característicos do Neolítico Final regional (CARDOSO, 2007, Fig. 4), que corresponde à forma mais característica desta fase cronológico-cultural.

4.6.4 – *Cerâmicas lisas do Calcolítico Pleno / Final*

Na Fig. 37 apresenta-se conjunto de recipientes calcolíticos. O vaso de armazenamento que possui goteira em torno da abertura (Fig. 37, n.º 1), é idêntico ao exemplar decorado já acima referido possuindo igualmente paralelos lisos nas estações acima referenciadas.

As duas restantes formas reproduzidas merecem igualmente alguns comentários. Assim, a taça em calote, pelo fino acabamento que apresenta é comparável aos equivalentes decorados por bandas de caneluras horizontais abaixo do bordo, do Calcolítico Inicial; por seu turno, o recipiente campanulado pode associar-se a um vaso campaniforme liso, com equivalentes próximos provenientes, entre outros sítios, da Penha Verde (CARDOSO, 2010-2011, Fig. 19, n.º 11). A ocorrência deste exemplar é interessante, dada a absoluta ausência, como referido, de produções campaniformes decoradas.

4.7 – *Cerâmicas industriais*

São escassas mas diversificadas as evidências de tais produções.

Cadinhos – na Fig. 38 representa-se um fragmento de cadinho de fundição, originalmente de contorno sub-retangular e fundo plano, com pequenas porções de cobre fundido aderente à suas paredes.

A metalurgia do cobre, inquestionavelmente comprovada por esta evidência na estação em apreço, utilizaria matéria-prima sobretudo de origem alto-alentejana, nomeadamente a partir da exploração dos

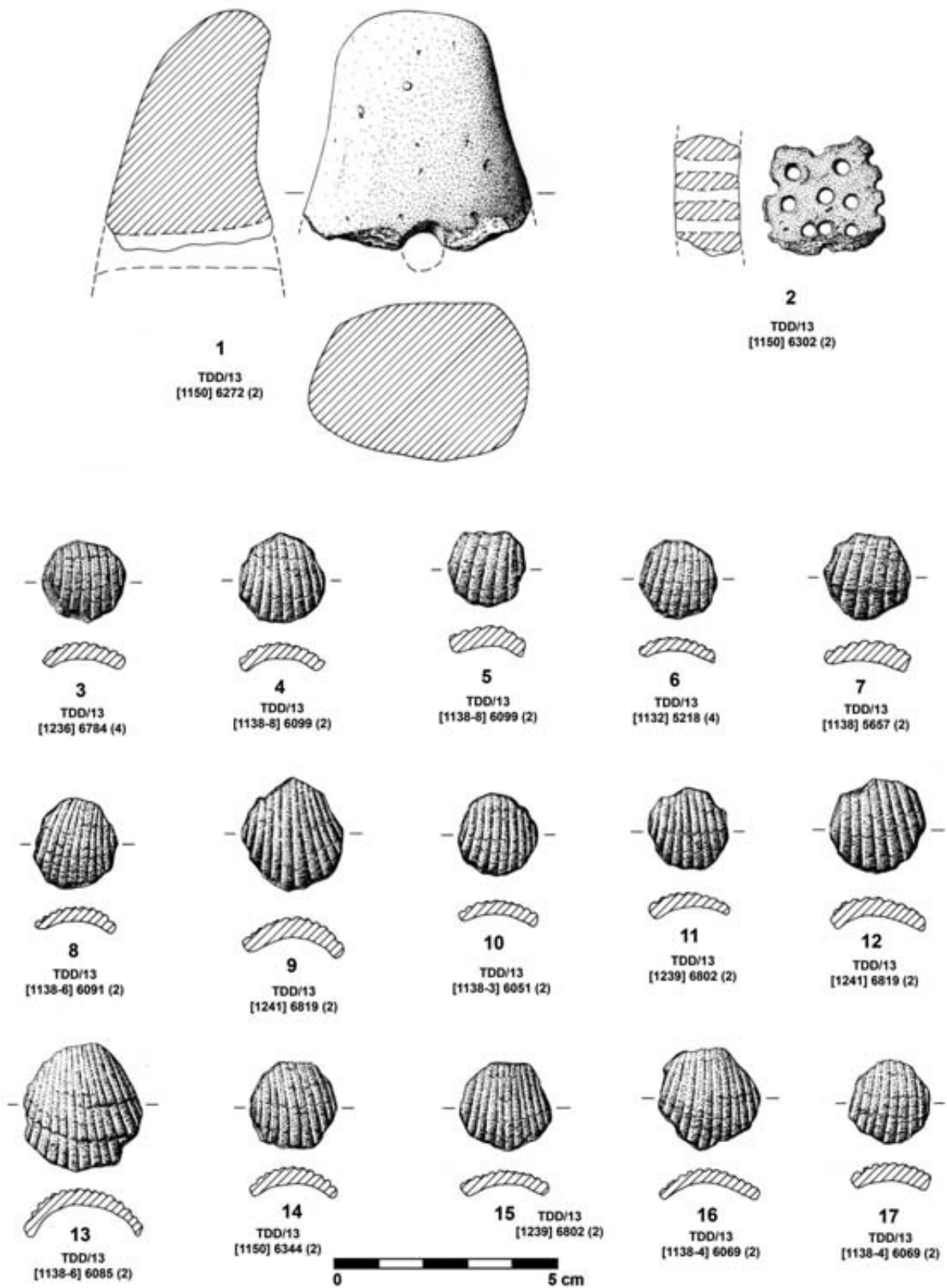


Fig. 39 – Travessa das Dores. Cerâmicas industriais: fragmentos de suporte de lareira e de cincho. Objectos de adorno: aplicações de conchas recortadas. Desenhos de F. Martins.



Fig. 40 – Carrascal, Oeiras. Vista do Silo 2, depois de escavado integralmente em 2004.
Foto de J. L. Cardoso.

filões quartzosos disseminados pela Zona de Ossa Morena, conforme sugerem os resultados obtidos em Leceia (MÜLLER & CARDOSO, 2008). Deste modo, o seu aprovisionamento afigura-se estar associado à exploração das rochas anfibolíticas, acima referidas, as quais possuíam sobretudo aquela origem.

Suportes de lareira – na Fig. 39, n.º 1 reproduz-se fragmento da parte superior de um exemplar correspondendo à tipologia mais comum, corpo único, de tendência cónica e encurvado, com vestígios de perfuração cilíndrica destinada a facilitar a entrada de calor no interior da peça, promovendo a sua adequada cozedura. Muito se tem escrito sobre este tipo de peças. Remete-se assim o leitor para as considerações recentemente apresentadas sobre as mesmas, a propósito de exemplares recolhidos no povoado calcolítico fortificado da Moita da Ladra, Vila Franca de Xira (CARDOSO, 2014).

Importa registar que, embora estes exemplares sejam especialmente abundantes nos povoados calcolíticos – e jamais ocorrendo em sítios funerários, o que sublinha a sua natureza funcionalista – ocorrem também em contextos habitacionais do Neolítico Final (CARDOSO, 2003 b). Nestes termos, os exemplares do Carrascal podem inscrever-se ainda naquela época, designadamente o recolhido em 2003, na Vala 2 a mais de 0,50 m de profundidade (CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015, Fig. 80, n.º 2).

Cinchos – na Fig. 39, n.º 2 reproduz-se o único fragmento de cincho identificado no conjunto cerâmico, embora este tenha sido apenas objecto de uma selecção preliminar, destinada à elaboração do presente contributo.

Trata-se de recipientes que, na Estremadura, são característicos de fase adiantada do Calcolítico, visto não serem conhecidos no Calcolítico Inicial no registo estratigráfico de Leceia (CARDOSO, 2007). Importa referir que, neste sítio, a presença deste tipo de recipientes é, mesmo nas camadas do Calcolítico Pleno / Final sempre pouco significativa, quando comparada com a de outros sítios bem menores, existentes na região, igualmente ocupados no decurso do Calcolítico Pleno / Final, como Moita da Ladra (CARDOSO, 2014), facto

que é revelador da diferenciação das actividades domésticas, ao nível da respectiva importância relativa, nos dois sítios arqueológicos. Idêntica realidade é extensiva ao Outeiro Redondo, onde se observou igual escassez destes artefactos, impropriamente designados, por alguns autores, por “queijeiras”.

Tal significa que se trata de uma expressão tardia da chamada “Revolução dos Produtos Secundários”, neste caso relacionada com a especialização do aproveitamento dos produtos lácteos. O facto de um exemplar deste tipo estar presente no conjunto em apreço remete para a prática de uma economia agro-pastoril, onde a presença de rebanhos de caprinos (ovelhas e cabras) poderia conjugar-se com a de bovinos, aliás comprovados pelos restos osteológicos recolhidos.

4.8 – Objectos de adorno

Na Fig. 30, em cima e na Fig. 39, n.ºs 3 a 17, reproduz-se conjunto de conchas de berbigão (*Cerastoderma edule*) com a margem cerceada, originando objectos de contorno subcircular. Corresponderão a objectos de adorno/indumentária. Os únicos paralelos conhecidos provêm da gruta sepulcral da Cova da Moura, Torres Vedras (SPINDLER, 1981, Tf. 24, 411 e 478).

Uma conta de barro cozido, de formato discóide e com perfuração bitroncocónica (Fig. 29, n.º 11) corresponde a exemplar muito raro, provindo um dos escassos paralelos conhecidos do povoado do Neolítico Final do Carrascal, Leceia (CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015, Fig. 83, n.º 1).

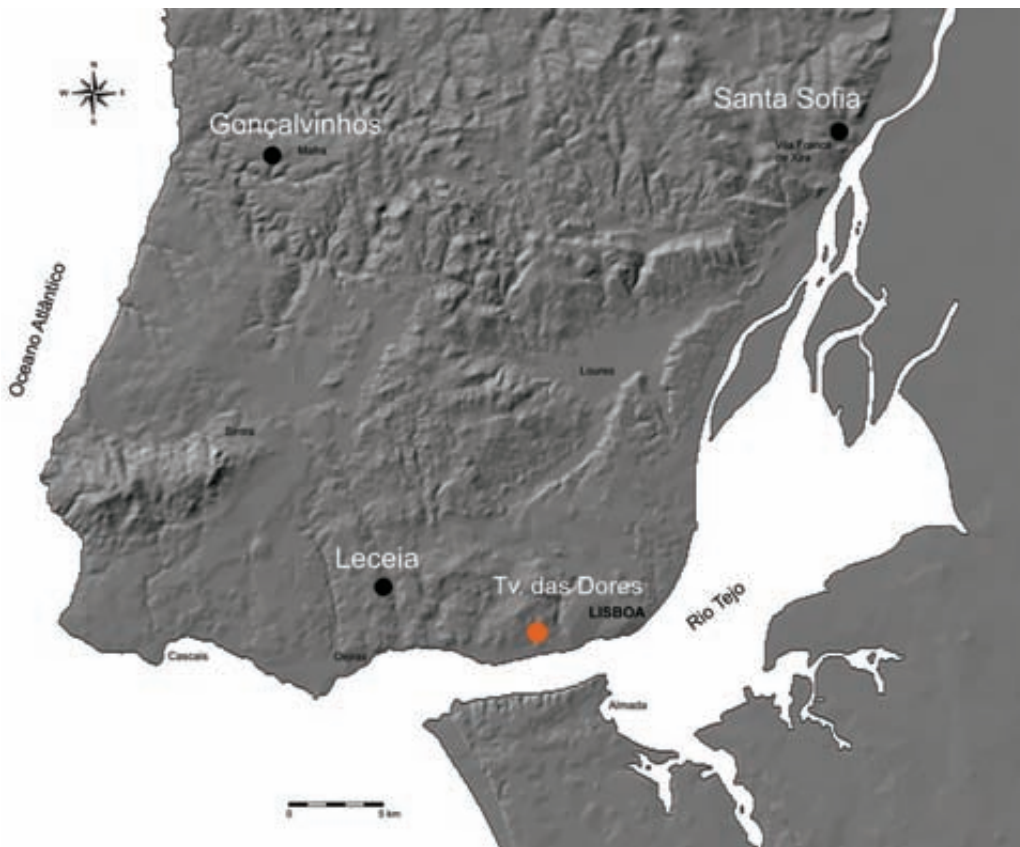


Fig. 41 – Localização dos sítios com fossos do Neolítico e do Calcolítico da Baixa Península de Lisboa. Infografia de B. L. Ferreira.

5 - DISCUSSÃO

O povoado neo-calcolítico da Travessa das Dores é o primeiro sítio reconhecido no espaço urbano de Lisboa com estruturas pré-históricas de armazenamento e de defesa. As primeiras remontam ao Neolítico Final e a sua abertura só foi possível pela existência de um substrato geológico margoso facilmente escavável. Tais estruturas negativas, cuja integração no Neolítico Final da Estremadura é indubitável, destinavam-se usualmente ao armazenamento, e a quantidade das que foram identificadas na estação, com múltiplos paralelos em sítios da mesma época do sul peninsular, parece condizer com tal finalidade. Usualmente tais estruturas foram reaproveitadas como lixeiras domésticas, conclusão que é corroborada no caso em apreço pela existência de materiais arqueológicos fora de uso, de época remontando ao final do Neolítico e também calcolítica.

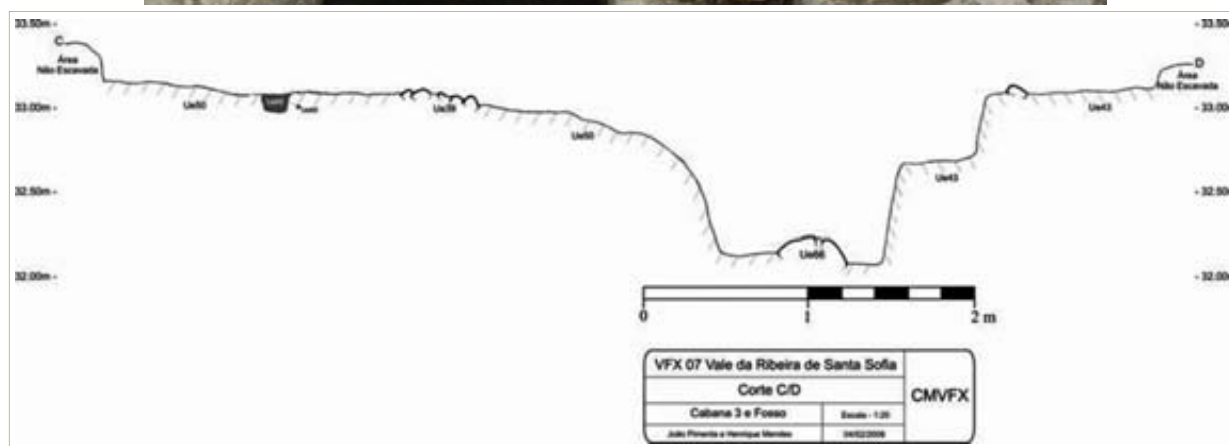


Fig. 42 - Santa Sofia, Vila Franca de Xira. Vista parcial do troço do pequeno fosso ali identificado, do Neolítico / Calcolítico, e respectiva secção topográfica. Por gentileza de João Pimenta e de Henrique Mendes.

Importa sublinhar a extrema raridade deste tipo de estruturas negativas nos sítios da mesma época conhecidos na região da Península de Lisboa, apesar de se conhecerem ocorrências de estruturas negativas de dimensões idênticas, em épocas mais antigas, na estação do Neolítico Antigo Cova da Baleia, Mafra (SOUSA & GONÇALVES, 2015), ou mais modernas, como é o caso do povoado do Bronze Final do Cabeço do Mouro (CARDOSO, 2006). São ainda de referir os silos de época medieval existentes no próprio subsolo de Lisboa, que só foram possíveis pela existência de substratos facilmente escaváveis, no caso constituídos por calcarenitos miocénicos.

Uma das excepções reportável a época próxima das estruturas em apreço foi identificada no povoado aberto do Neolítico Final / Calcolítico do Carrascal, Oeiras onde se escavaram duas estruturas do mesmo tipo, escavadas nas margas cretácicas, as quais terão sido reutilizadas como lixeiras (Fig. 40), ambas com indícios de

ritualização: sobre o fundo de uma delas foi efectuada deposição intencional de duas hemimandíbulas cruzadas de *Bos taurus*, uma delas datada do Calcolítico Pleno / Final, sublinhando a importância económica da espécie e, ao mesmo tempo, a importância da acumulação de excedentes para as comunidades calcolíticas ali sediadas (CARDOSO, 2009 b).

Importa discutir o significado de tão grande acumulação deste tipo de estruturas em espaço tão claramente circunscrito. Uma hipótese é a de atribuir estas estruturas a uma grande unidade de armazenamento comunitário, e não a um simples povoado, pois na verdade não se encontraram estruturas de carácter habitacional directamente a elas associadas, do tipo embasamentos de cabana ou lareiras. Esta realidade possui equivalente próximo no povoado calcolítico de Alcalar, Portimão, onde a área de maior concentração de fossas foi interpretada como um celeiro colectivo (comunicação de E. Morán em Maio de 2016 ao Colóquio “Sinos e Taças”, organizado pelo Cento de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

No respeitante ao fosso, cuja cronologia se insere provavelmente no Neolítico Final da Estremadura, sucedendo-se a sua construção imediatamente à das fossas acima referidas, a região em apreço, pelas razões



Fig. 43 – Gonçalvinhos, Mafra. Vista do pequeno fosso ali identificado e integralmente escavado. Por gentileza de Ana Catarina Sousa.

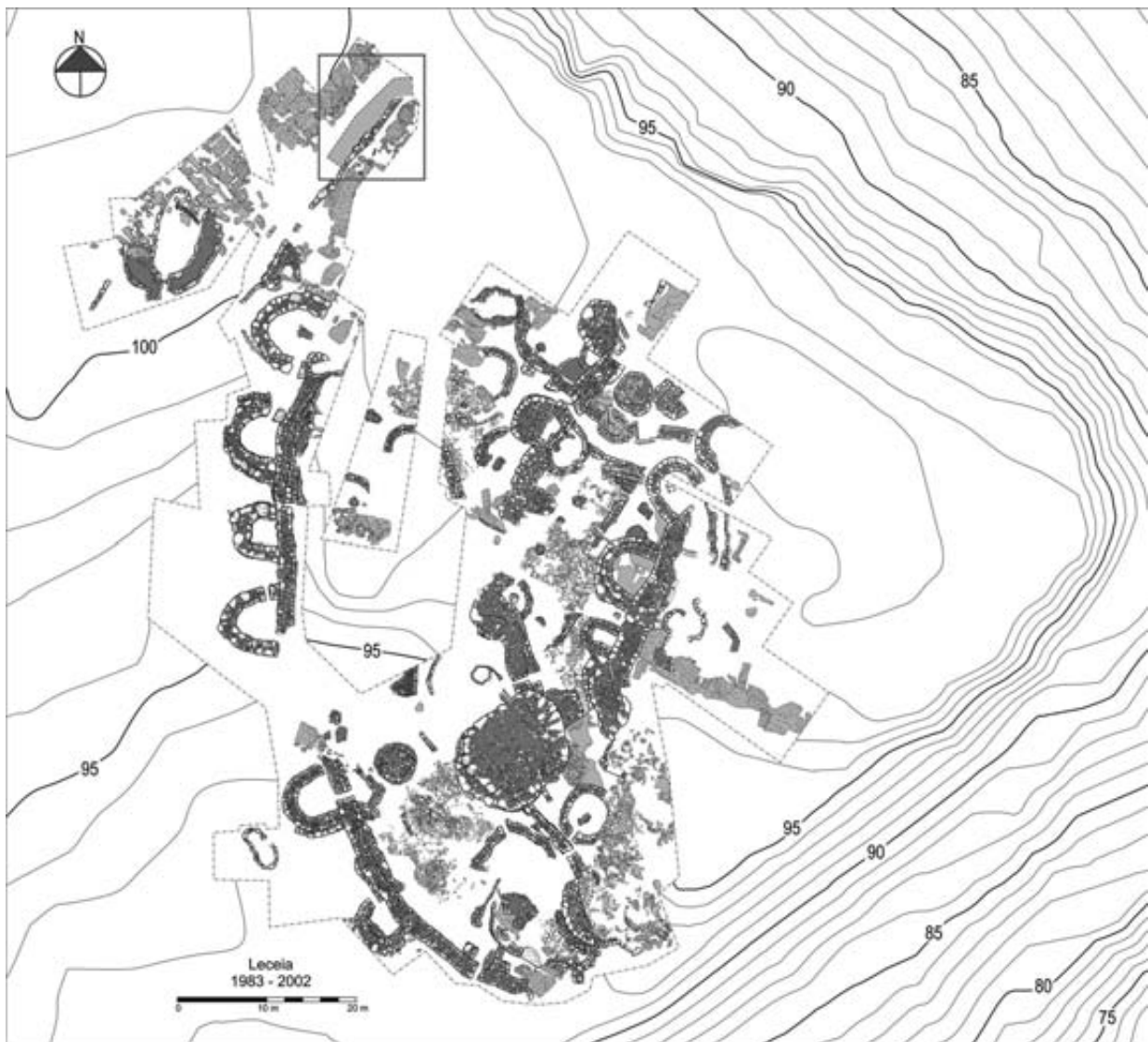


Fig. 44 – Leceia, Oeiras. Planta do dispositivo defensivo calcítico, constituído por panos muralhados pétreos, com a localização do fosso ali identificado, em estreita articulação com a primeira linha defensiva, constituindo prolongamento da mesma. Planta desenhada por B. L. Ferreira, sob supervisão de J. L. Cardoso

geológicas atrás apontadas, é ainda mais parca de vestígios comparáveis (Fig. 41). Com efeito, tanto os fossos identificados no povoado calcítico de Santa Sofia, Vila Franca de Xira (PIMENTA & MENDES, 2013) (Fig. 42), como no sítio de Gonçalvinhos, Mafra (SOUSA, 2008) (Fig. 43), são de pequeníssimas dimensões, não servindo a quaisquer intuítos defensivos, tratando-se, numa perspectiva funcionalista, de prováveis dispositivos compatíveis com a drenagem de águas, hipótese que, no primeiro caso bem se adapta às características da implantação do sítio, numa encosta declivosa.

Nesta perspectiva, o fosso da Travessa das Dores, pelas suas dimensões, assume um carácter que não custa associar directamente à defesa das estruturas de armazenamento acima referidas, que teriam continuado activas, justificando deste modo aquela construção defensiva. Estar-se-ia, assim, perante um complexo de armazenamento alimentar, mais do que de um local habitado, onde se encontrariam resguardadas as reserva



Fig. 45 – Leceia, Oeiras. Planta do fosso ali identificado, aproveitando o espaço natural existente os afloramentos calcários do Cenomaniano Superior, delimitados por diáclases, sendo regularizado de um dos lados por grandes blocos calcários. Planta desenhada por B. L. Ferreira, sob supervisão de J. L. Cardoso.

alimentares de uma comunidade que poderia viver sobretudo nas proximidades, mais do que no interior da área envolvida pelo fosso.

Em todo o caso, possuindo aquele fosso funções claramente defensivas, detém interesse comparativo acrescido com o fosso identificado no povoado pré-histórico de Leceia, igualmente de clara finalidade defensiva. Com efeito, esta estrutura negativa integra-se na primeira linha defensiva, correspondendo ao prolongamento da muralha de grandes blocos calcários e de planta curvilínea reforçada do lado externo por vários bastiões semicirculares a ela adossados (Fig. 44). Situando-se na extremidade da referida linha defensiva,

antes de a mesma atingir a escarpa natural que delimita do lado nascente a plataforma natural onde se implantou o povoado pré-histórico, a sua cronologia foi atribuída ao Calcolítico Inicial, altura em que todo o dispositivo defensivo foi delineado e construído de uma só vez, embora tenha depois conhecido sucessivas remodelações (CARDOSO, 2000; CARDOSO, 2010).

A sua existência explica-se pelo aproveitamento de uma descontinuidade natural existente nos calcários duros recifais do Cenomaniano superior, longa e relativamente larga, delimitada por diáclases (Fig. 45). Para tal efeito, o investimento humano foi limitado, já que correspondeu apenas à regularização de uma das paredes longitudinais do fosso natural (Figs. 46 e 47), através do adossamento de blocos heterométricos, em geral de grandes dimensões (Fig. 48), constituindo um exemplo único, no respeitante ao território português, de integração de estruturas negativas e positivas, neste caso de natureza pétrea, numa única concepção defensiva, neste caso a primeira linha de um complexo dispositivo constituído por três linhas de defesa.

Na área da estação arqueológica destaca-se o sítio de Montes Claros, com importante ocupação do Neolítico

Final, sobreposta por uma ainda mais notável ocupação campaniforme (JALHAY, PAÇO & RIBEIRO, 1944; CARDOSO & CARREIRA, 1995). A implantação desta estação no topo de uma colina contrasta com a do povoado da Travessa das Dores, evidenciando a diversidade de condições geomorfológicas que os habitantes neolíticos da região elegeram, por certo em função de finalidades específicas de cada sítio. No caso da Travessa das Dores, é provável que a mesma se relacionasse com a prioridade atribuída à relação com o Tejo, explicando-se a sua implantação na parte inferior de uma colina coroada pela serra de Monsanto, onde se localiza o povoado de Montes Claros. Com efeito, os sítios de carácter habitacional da Cerca dos Jerónimos (CORREIA, 1913) e da Junqueira (VAULTIER & ZBYSZEWSKI, 1947), com ocupações neo-calcolíticas, tal como a Travessa das Dores, e ainda mais próximos da margem do Tejo, relacionam-se por certo com a actividade desenvolvida na sua zona



Fig. 46 – Leceia, Oeiras. Vista parcial do fosso ali identificado, entrosado no dispositivo defensivo constituído por muralhas pétreas, constituindo um raro exemplo da coexistência das duas estratégias defensivas, no decurso do Calcolítico.
Foto de J. L. Cardoso.



Fig. 47 – Leceia, Oeiras. Outro aspecto do fosso ali identificado.
Foto de J. L. Cardoso.



Fig. 48 – Leceia, Oeiras. Pormenor da parede meridional do fosso ali identificado, evidenciando grandes blocos encostados à superfície primitiva da parede da cavidade, correspondente a diáclase existente nos calcários duros do Cenomaniano Superior. Foto de J. L. Cardoso.

ribeirinha e no próprio rio. Neste âmbito, são igualmente de destacar os vestígios do Calcolítico recentemente registados em Pedrouços junto à margem direita do rio Tejo (CASTRO, FILIPE & BARBOSA, no prelo).

Quanto aos vestígios arqueológicos mais modernos, correspondem não a ocupações efectivamente comprovadas do espaço em causa, mas, na melhor das hipóteses, a testemunhos pontuais da presença humana: é o caso das escassas estruturas de carácter habitacional susceptíveis de serem integradas no Bronze Final e na Idade do Ferro. Na verdade, a presença de materiais de várias cronologias que atingem a época romana, deve imputar-se sobretudo à formação de coluviões, onde os mesmos foram embalados, oriundos de áreas situadas na parte mais alta da encosta.

6 – CONCLUSÕES

É possível apresentar as seguintes conclusões resultantes das escavações e dos estudos comparativos agora realizados:

1 – O sítio da Travessa da Dores é caracterizado por estruturas pré-históricas de carácter doméstico e defensivo, inter-relacionadas entre si, que lhe conferem importância única no contexto da Pré-História de Lisboa e mesmo no quadro geográfico mais alargado da Estremadura e do sul do actual território português.

2 – Assim, o numeroso conjunto de silos identificado, corresponderá a um complexo doméstico de armazenamento de cereais, mais do que a um simples local de habitação, remontando ao Neolítico Final, tendo presente os espólios associados. Os silos, abertos no substrato geológico margoso, facilmente

escavável, no decurso do Neolítico Final, foram posteriormente, como é usual, reutilizados como fossas de acumulação de detritos, onde dominam as produções características da referida fase cronológico-cultural.

3 – A breve trecho, sucedeu-se a abertura de um amplo fosso, que seccionou alguns dos silos previamente existentes, embora tudo indique ter sido coevo da utilização dos restantes, explicando-se a sua existência pela necessidade de proteger os cereais neles armazenados. Este fosso, do qual foi escavado sector diminuto, mas suficiente para demonstrar as suas importantes dimensões e profundidade, constitui o único exemplo desta envergadura conhecido em toda a região estremenha. Exceptua-se um seu congénere, identificado no povoado pré-histórico de Leceia, explorado por um de nós (J.L.C.), até ao presente pouco valorizado na bibliografia, em estreita conexão com as estruturas pétreas defensivas ali identificadas. Está-se, por conseguinte, perante um complexo dispositivo de carácter doméstico, como outros da mesma época conhecidos no sul peninsular, sendo provável que as correspondentes populações vivessem na área adjacente, mais do que no interior do recinto assim delimitado, dado os silos praticamente coalescem entre si, não deixando espaço para a edificação de quaisquer estruturas habitacionais.

4 – O interior do fosso foi sendo paulatinamente colmatado no decurso do Calcolítico Pleno, quer através de ocupações de carácter habitacional, incluindo estruturas de combustão, quer por via de depósitos de enchimento com espólios de várias épocas, que também se observam no interior dos silos de armazenamento. A plataforma natural, provavelmente aplanada artificialmente onde se efectuou a abertura dos silos, foi, depois da plena colmatção destes e do seu abandono, também por sua vez coberta de depósitos arqueológicos, com materiais de várias épocas, destacando-se a identificação de algumas estruturas pétreas de planta subcircular, que já se encontravam muito arrasadas aquando da intervenção da Neoeépica, atribuíveis a embasamentos de cabanas calcolíticas.

Remonta provavelmente ainda ao Neolítico Final ou já ao Calcolítico – lembre-se que foram recolhidos escassíssimos materiais do Calcolítico Inicial, representados pelas características produções cerâmicas caneladas que contudo não foi possível correlacionar com quaisquer estruturas arqueológicas – o revestimento parcial das paredes do fosso por muros de alvenaria conferindo-lhe, porventura, maior monumentalidade. O facto de estas estruturas, feitas de blocos calcários de origem local, terem as suas fundações no fundo do fosso, permite, com efeito, admitir que tenham sido construídas logo após a abertura deste. Estamos assim perante uma estrutura de carácter defensivo sem que esta finalidade deixasse de assumir uma certa monumentalidade, conferida pela adição destas construções de alvenaria, que possuem a certa sinuosidade, que não se pode explicar em termos defensivos, mas que é comparável a muitas das suas congéneres alentejanas.

5 – Sobretudo no Neolítico Final foi documentada a existência de uma intensiva exploração dos nódulos de sílex existentes nas camadas de calcários recifais cretácicos que afloram nas proximidades, que se destinariam ao comércio transregional, propiciado pela implantação ribeirinha do sítio. Tais materiais constituiriam a base das permutas que permitiam abastecer o povoado de matérias-primas oriundas do Alentejo, como os anfibolitos, destinados à confecção de artefactos de pedra polida e, no Calcolítico Pleno, a metalurgia do cobre, representada por cadinho de fundição, que documenta claramente aquela actividade no local.

6 – Enfim, as actividades do quotidiano encontram-se denunciadas pela ocorrência de diversos artefactos, como: pesos de rede associados à pesca realizada no estuário adjacente; elementos de foice relacionados com as culturas cerealíferas existentes nos férteis terrenos circundantes; furadores de sílex para os trabalhos em pele; pontas de seta utilizadas na actividade cinegética; e o aproveitamento secundário do leite, conforme é indicado pela presença de cinchos de cerâmica. Tais informações são, aliás, confirmadas pelo registo faunístico recolhido, que evidencia, outrossim, a intensa recollecção de moluscos no estuário do Tejo, que bordejava então o sopé da colina onde se implantou esta notável estação pré-histórica da área urbana de Lisboa.

7 – O povoado Neo-Calcolítico da Travessa das Dores destaca-se pelo seu carácter único no âmbito dos limites do concelho de Lisboa, bem como a nível regional e mesmo transregional. Para isto contribui a integração de aspectos particulares como a sua implantação no sopé da colina que sobe para Monsanto, junto à margem direita do rio Tejo, bem como a sua associação a uma complexa sequência de ocupações onde se destaca, pela sua raridade e grau de preservação, o largo fosso estreitamente relacionado com o numeroso conjunto de silos, originando um notável complexo de armazenamento cerealífero, único no seu género em toda a região a norte do Tejo.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, J. L. (1989) – *Leceia – resultados das escavações realizadas 1983-1988*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1992) – A lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 89-225.
- CARDOSO, J. L. (1995) – Pesos de pesca do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): estudo comparado. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 107-119.
- CARDOSO, J. L. (2003 a) – A utensilagem óssea de uso comum do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 25-84.
- CARDOSO, J. L. (2003 b) – Ainda sobre os impropriamente chamados “ídolos de cornos” do Neolítico Final e do Calcolítico da Estremadura e do Sudoeste. *Al-madan*. Almada. Série IV, 12, p. 77-79.
- CARDOSO, J. L. (2004) – Polished stone artefacts at the prehistoric settlement of Leceia (Oeiras). *Madridener Mitteilungen*. Mainz. 45, p. 1-32.
- CARDOSO, J. L. (2006) – A estação do Bronze Final do Cabeço do Mouro (Cascais): resultados das escavações realizadas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9 (1), p. 21-46.
- CARDOSO, J. L. (2007) – As cerâmicas decoradas pré-campaniformes do povoado pré-histórico de Leceia: suas características e distribuição estratigráfica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 9-276.
- CARDOSO, J. L. (2009 a) – Espólios do povoado calcolítico fortificado de Outeiro Redondo (Sesimbra): as colheitas do Arq. Gustavo Marques. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12 (1), p. 73-114.
- CARDOSO, J. L. (2009 b) – O povoado pré-histórico do Carrascal (Oeiras) e os rituais associados a grandes bovídeos. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 357-370.
- CARDOSO, J. L. (2010) – Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): evolução arquitectónica do sistema defensivo e das técnicas construtivas correlativas. *Transformação e Mudança no centro e sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e. Colóquio Internacional (Cascais, 2005)*. Actas. Cascais: Câmara Municipal de Cascais: 43-63.
- CARDOSO, J. L. (2010-2011) – O povoado calcolítico da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 467-552.
- CARDOSO, J. L. (2013) – O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados da primeira fase de escavações arqueológicas (2005-2008). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 641-730.
- CARDOSO, J. L. (2014) – O povoado calcolítico fortificado da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Lisboa): resultados das escavações efectuadas (2003-2006). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 217-294.
- CARDOSO, J. L. CARREIRA, J. R. (1995) – O Povoado Pré-histórico de Montes Claros (Lisboa). Resultados das escavações de 1988. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 277-298.

- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (2003) – O povoado pré-histórico do Outeiro da Assenta (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 261-356.
- CARDOSO, J. L. & CARVALHOSA, A. B. (1995) – Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Análise de proveniências. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Lisboa. 5, p. 123-151.
- CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2013) – O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): estudo dos utensílios de pedra lascada. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 357-524.
- CARDOSO, J. L. & SILVA, I. M. (2004) – O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda (Lisboa): estudo do espólio cerâmico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 (1): 227-271. De col. com I. Mendes da Silva.
- CARDOSO, J. L.; SOUSA, A. C. & ANDRÉ, M. C. (2015) – O povoado do Carrascal (Oeiras). Estudo das ocupações do Neolítico Final e do Calcolítico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 139-234.
- CASTRO, A., FILIPE V., BARBOSA J. P. (no prelo) – Um sítio da Pré-história recente em Pedrouços – Lisboa. *I Encontro de Arqueologia de Lisboa*, Lisboa. Em publicação.
- CLEMENTE-CONTE, I.; MAZZUCO, N. & SOARES, J. (2014) – Instrumentos para siega y procesado de plantas desde el Calcolítico al Bronce antiguo de Chibanés (Palmela, Portugal). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 71 (2), p. 330-342.
- CORREIA, V. (1913) – *Lisboa prehistorica. III A estação da Cêrca dos Jerónimos*. Lisboa: Imprensa Progresso.
- GONÇALVES, J. L. M. (1994) – Castro da Columbeira. Uma primeira fase do Calcolítico médio estremenho? *Al-Madan*. Almada. Série II, 3, p. 5-7.
- GONÇALVES, V. S. (1971) – *O castro da Rotura e o vaso campaniforme*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental*. Lisboa: INIC. 2 volumes.
- HARRISON, R. (1980) – *The Beaker Folk. Copper Age archaeology in Western Europe*. Londres: Thames & Hudson.
- JALHAY, E.; PAÇO, A. & RIBEIRO, L. (1944) – Estação pré-histórica de Montes-Claros. *Revista Municipal*. Lisboa. 20-21, p. 17-28.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1951) – *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.
- LILLIOS, K. T. (2000) – A Biographical Approach to the Ethnogeology of Late Prehistoric Portugal. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 57(1), p. 19-28.
- MULLER, R. & CARDOSO, J. L. (2008) – The origin and use of copper at the chalcolithic fortification of Leceia (Oeiras, Portugal). *Madridrer Mitteilungen*. Wiesbaden. 49, p. 64-93.
- PAIS, J. *et al.* (2006) – *Notícia explicativa da folha 34*. Lisboa: Instituto Nacional de Engenharia Tecnologia e Inovação, Lisboa, p.14.
- PIMENTA, J.; SOARES, A. & MENDES, H. (2013) – Cronologia absoluta para o povoado pré-romano de Santa Sofia (Vila Franca de Xira). *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 2, p. 181-194.
- SILVA, C. T & SOARES, J. (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. 1 – Escavações arqueológicas de 1982-1986 (resultados preliminares). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, p.29-79.
- SOUSA, A. C. (2008) – Arqueologia na A21. Uma análise preliminar, dos trabalhos arqueológicos 2004-2007. *Boletim Cultural 2007*. Mafra, p. 411-497.
- SOUSA, A. C. & GONÇALVES, V. S. (2015) – *Fire walk with me*. O sítio de Cova da Baleia e as primeiras arquitecturas domésticas de terra no Centro e Sul de Portugal. *5.º Congresso do Neolítico peninsular (Lisboa, 2011)*. Actas. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 123-142.
- SPINDLER, K. (1981) – *Cova da Moura*. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern (Madrider Beiträge Band 7).
- VALERA, A. & FILIPE, I. (2004) – O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo). *Era-Arqueologia*. Lisboa. 6, p. 28-61.
- VAULTIER, M. (1947) – Estação pré-histórica da Junqueira. *Lisboa e seu termo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1, p. 9-34.

**A COMPONENTE ANIMAL NO CALCOLÍTICO PLENO
DA ESTREMADURA PORTUGUESA: O CONJUNTO DE FAUNA
DO ALTO DE SANTO ANTÃO (ÓBIDOS)**

***ANIMAL COMPONENT IN THE PORTUGUESE ESTREMADURA
MIDDLE CHALCOLITHIC: THE ASSEMBLAGE
OF ALTO DE SANTO ANTÃO (ÓBIDOS)***

Cláudia Costa¹ & Francisco Rosa Correia²

Abstract

The site of Alto de Santo Antão was found and excavated during the building works of a water pipe. The site is located in Óbidos, at about one kilometre north of the Medieval village, in the top of the Penedo das Gralhas hill near the chapel dedicated to Santo Antão.

The material recovered during the archaeological works revealed a human occupation dated from the Middle Chalcolithic with parallels with layer 2 of Leceia, Castro da Fórnea, Castro do Zambujal, Pedra do Ouro and Outeiro da Assenta. The small faunal assemblage, despite being small and not very well preserved, allowed the identification of wide diversification of mammals – such as equids, cattle, cervids, ovicaprines, carnivores, leporids, and suids –, as well as chelonians and fish. A small invertebrate assemblage was also collected with predominance of oyster shells.

Considering the total of 80 studies related to archaeological assemblages dated from the Chalcolithic from the Portuguese Estremadura, and the scarce faunal analyses within this framework, the results of Alto de Santo Antão are an invaluable contribution to the available research from this chronology.

Keywords: Middle Chalcolithic, Portuguese Estremadura, Alto de Santo Antão, faunal remains, mammals, chelonians, fish.

1 – INTRODUÇÃO

Os designados “os povoados fortificados calcólíticos” da Estremadura Portuguesa, compreendida entre o território que se estende entre o paralelo de Leiria a Norte e o estuário do Sado a Sul, correspondem a sítios arqueológicos implantados no topo de elevações mais ou menos destacadas na paisagem, delimitados por muralhas que circunscrevem recintos com áreas variáveis, geralmente de tendência circular, aonde se encontram adossadas outras estruturas tipologicamente semelhantes a bastiões, torres ou outros dispositivos arquitetónicos, mais ou menos complexos. Integram-se cronologicamente entre o Neolítico Final e o Campaniforme (CARDOSO, 1999-2000 e 2004 entre outros). Em 2004 encontravam-se listados cerca de sessenta sítios arqueológicos

¹Arqueóloga. ICArEHB Interdisciplinary Center for Archaeology and Evolution of Human Behaviour Universidade do Algarve. cmcosta@ualg.pt

²Arqueólogo. Colaborador do Departamento de Artes e Humanidades, FCHS, Universidade do Algarve.

deste tipo (CARDOSO, 2004, p. 31). Mais tarde, em Mafra e Sintra foram identificados mais nove sítios com ocupações datadas do período Calcolítico, aquando do processo de minimização de impactes no âmbito da construção da Autoestrada 21 (A21) (SOUSA, 2010). As intervenções arqueológicas realizadas nestes sítios permitem normalmente a recuperação de quantidades apreciáveis de restos faunísticos. Contudo, à data só foram publicados estudos de arqueofauna vertebrada de oito sítios arqueológicos: Castro da Fórnea, Leceia, Castro do Zambujal, Penedo do Lexim, Castelo de Ourém e Castro da Columbeira, o que corresponde a uma percentagem muito baixa do total de sítios conhecidos.

Várias intervenções arqueológicas foram efetuadas no início do século XX, como é o caso do Outeiro de São Mamede (CARDOSO & CARREIRA, 2003), do Outeiro da Assenta (CARDOSO & MARTINS, 2009) ou Pedra de Ouro (BRANCO, 2007), cujos materiais foram recentemente revisitados. Contudo, o material faunístico não terá sido recuperado, justificando, em parte, o desfasamento entre o número de sítios conhecidos e o número de sítios com o conjunto da fauna recuperado/analísado.

Desta forma, os conjuntos faunísticos provenientes das intervenções arqueológicas efetuadas mais recentemente, como é o caso do conjunto recolhido no Alto de Santo Antão, revelam grande interesse para o conhecimento da componente animal destes sítios, contribuindo para a discussão dos modelos do povoamento do Calcolítico estremenho.

2 – CONDIÇÕES DA JAZIDA E ENQUADRAMENTO DO ALTO DE SANTO ANTÃO

O sítio arqueológico do Alto de Santo Antão foi identificado no decurso do acompanhamento arqueológico realizado à empreitada de Execução de Abastecimento de Água 1 – Zona Centro, Lote B (Óbidos), troço Delgada/Gaeiras, da responsabilidade da primeira signatária (COSTA, 2006). Localiza-se no topo do Penedo das Gralhas, ou de Santo Antão, como é melhor conhecido, junto à igreja de Santo Antão. Trata-se do ponto mais baixo (62 m de cota absoluta) de um alinhamento de cabeços com o topo aplanado, com orientação NO/SE, que emergem na zona central do Vale Tifónico das Caldas, na margem direita do Rio Arnoia, sobranceiro à Várzea da Rainha, a menos de 1 km em linha reta da Vila Medieval de Óbidos, e a 500 m a SE do Outeiro da Assenta com o qual tem contacto visual direto.

O local é visitado anualmente por ocasião da romaria em honra de Santo Antão. A festa profana é realizada na zona envolvente da igreja de Santo Antão, justamente onde decorreu a obra de introdução da conduta de água que cortou os níveis de ocupação pré-histórica (COSTA, 2006; COSTA & NEVES, 2008). Este local é anualmente afetado pelas ações de preparação da festa que contemplam a regularização da superfície com meios mecânicos e colocação de pavimento em *tout-venant* antes e depois das festas.

Este aspeto, juntamente com as condições geomorfológicas do penedo que favorecem os processos de erosão natural, são um fator condicionante das condições de preservação do sítio que era caracterizado por uma camada espessa de matriz muito argilosa decorrente da dissolução dos Calcários do Complexo da Gorda, que correspondem ao substrato geológico local, sobre o qual se desenvolvia a camada arqueológica (COSTA, 2006).

As sondagens arqueológicas constituem uma amostragem relativamente reduzida do espaço total do cabeço e serviram apenas para caracterizar os depósitos arqueológicos que foram afetados pela vala de introdução da conduta de água pelo que poderá haver variações laterais na estratificação arqueológica que não foram registadas. O que nos foi permitido observar foi uma camada compacta de *tout-venant* de espessura variável, no topo, sobre a qual se desenvolviam os níveis de ocupação arqueológica, caracterizada por uma matriz

argilosa muito compacta, de espessura variável que embalava materiais arqueológicos e blocos de calcário que assentava diretamente sobre uma espessa camada de terra rossa resultante da dissolução dos calcários de base (COSTA & NEVES, 2008).

O material arqueológico era composto por fragmentos de cerâmica e indústria de pedra lascada. A cerâmica encontrava-se muito fragmentada o que inviabilizou a atribuição formal da maior parte do conjunto. Contudo, identificaram-se vasos hemisféricos, esféricos, globulares, vasos de bordo espessado e taças de bordo simples ou espessado. A nível da decoração estava presente num conjunto diminuto de fragmentos tendo-se registado as técnicas de incisão de motivos lineares, aplicações plásticas (cordão e mamilos) e impressão, nomeadamente de folha de acácia (*ibid.*).

A indústria lítica é dominada pela pedra lascada, maioritariamente em sílex, embora com a presença de quartzito e quartzo. Trata-se de debitage orientada para a obtenção de lascas e produtos alongados, maioritariamente lamelas, estando presentes todas as fases da cadeia operatória do talhe do sílex. Na categoria de artefactos de pedra polida foi identificado apenas um fragmento de anfíbolito polido (*ibid.*).

Na ausência de datações absolutas, a integração cronológica foi estabelecida com base nos paralelismos com a cerâmica, remetendo o Alto de Santo Antão para o quadro cultural do Calcolítico Pleno da Estremadura Portuguesa, com paralelos no Castro do Zambujal, Castro da Fórnea, Pedra do Ouro, na camada 2 de Leceia, Penedo do Lexim e Outeiro da Assenta (*ibid.*).

3 – ANÁLISE DA COMPONENTE FAUNÍSTICA

3.1 – Condições da amostra

O conjunto faunístico recuperado na intervenção do Alto de Santo Antão perfaz um total de 466 restos de ossos e dentes e 54 fragmentos de conchas. A coleção exhibe níveis de fragmentação muito elevados sendo que a maioria dos ossos apresentam dimensões muito reduzidas, com apenas dois restos completos. A taxa de determinação é por isso diminuta, na ordem dos 9,66%, sendo que a totalidade do conjunto identificável perfaz um total de 47 elementos. No entanto, a listagem taxonómica é considerada diversificada, composta por mamíferos, peixes e um exemplar de réptil (Quadro 1).

O nível de fragmentação do conjunto inviabilizou a distinção de espécies muito próximas do ponto de vista morfológico como ocorre entre suínos e ovinos/caprinos. Os primeiros foram classificados genericamente como *Sus* sp. e os segundos foram classificados como *Ovis/Capra*. Alguns elementos de bovinos foram identificados como domésticos (*Bos taurus*) devido às dimensões dos espécimes e os restantes apenas identificados ao nível do género: *Bos* sp.. Razão idêntica justificou a identificação dos fragmentos de *Canis* sp. sem indexação a lobo ou cão. As identificações foram realizadas com recurso à osteoteca do Laboratório de Arqueociências da Direção Geral do Património Cultural (MORENO-GARCIA *et al.*, 2003). O material não identificado foi classificado segundo as categorias de tamanho: Animal de Grande Porte onde se poderão incluir mamíferos como veado, equídeos e bovinos; Animal de Médio Porte, onde se incluem caprinos e suínos; Animal de Pequeno Porte onde constam pequenos carnívoros e leporídeos e, por último, Micromamíferos como roedores e insectívoros.

A amostra revela, na generalidade, boas condições de superfície, sem sinais de meteorização, em parte devido à impregnação total de óxidos de manganês, o que confere aos ossos uma coloração escura e uma estrutura compacta (Figura 1).

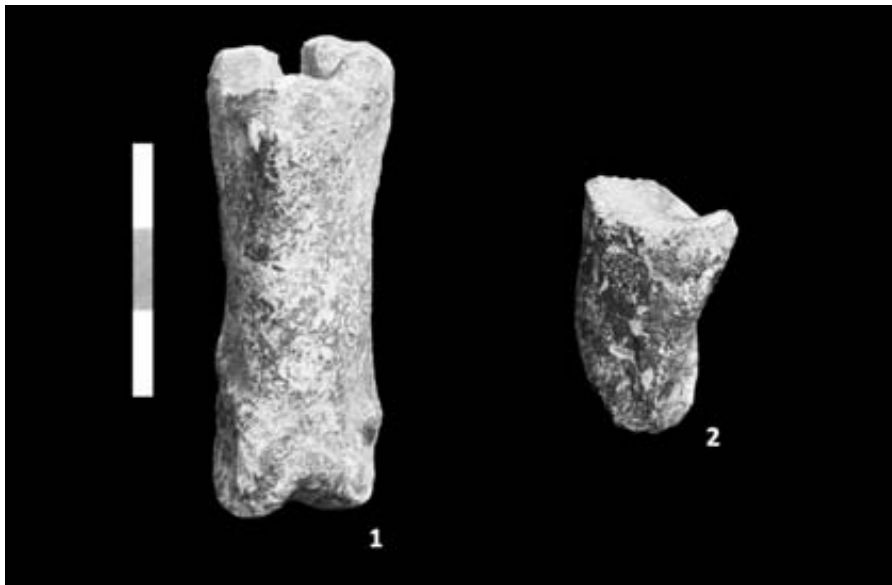


Fig. 1 – Elementos completos: 1 - 1.^a falange de *Cervus elaphus*; 2 - 3.^a falange de *Sus* sp.

Quanto aos bivalves perfazem um total de apenas 54 restos, entre conchas completas e fragmentos, sendo que a esmagadora maioria se reporta a ostra (*Ostrea edulis*), 7 fragmentos de ameijoia (cf. *Venerupis decussata*) e 3 a berbigão (*Cerastoderma edule*).

3.2 – Espécies, representação anatómica e manipulações antrópicas

Conforme se poderá observar no Quadro 1 e no Gráfico 1, os restos de suínos estão presentes em número maioritário, constituindo 40% da amostra, seguindo-se os restos de ovinos/caprinos, com 8 fragmentos, os bovídeos com 6 elementos, sendo que 4 foram indicados como pertencentes à espécie doméstica, e os veados com apenas 4. Na base da lista encontram-se coelhos com 3 elementos, 2 restos de canídeos e um de equino.

Juntam-se à lista os dois elementos de peixe da família Sparidae, e um fragmento de carapaça de quelônio não determinado.

Quadro 1 – Lista de espécies identificadas no Alto de Santo Antão

Taxon/Grupo	N.º	%	MNI
<i>Canis</i> sp. (cão/lobo)	2	4,3	1
<i>Equus</i> sp. (equídeo)	1	2,1	1
<i>Sus</i> sp. (porco/javali)	19	40,4	1
<i>Cervus elaphus</i> (veado)	4	8,5	1
Cervidae (veado/corço)	1	2,1	–
<i>Bos taurus</i> (boi doméstico)	4	8,5	1
<i>Bos</i> sp. (boi doméstico/auroque)	2	4,3	–
<i>Ovis/Capra</i> (ovelha/cabra)	8	17,0	1
<i>Oryctolagus cuniculus</i> (coelho)	3	6,4	1
<i>Chelonia</i> (cágado)	1	2,1	1
cf. <i>Sparus aurata</i> (dourada)	2	4,3	1
Total	47	100	–

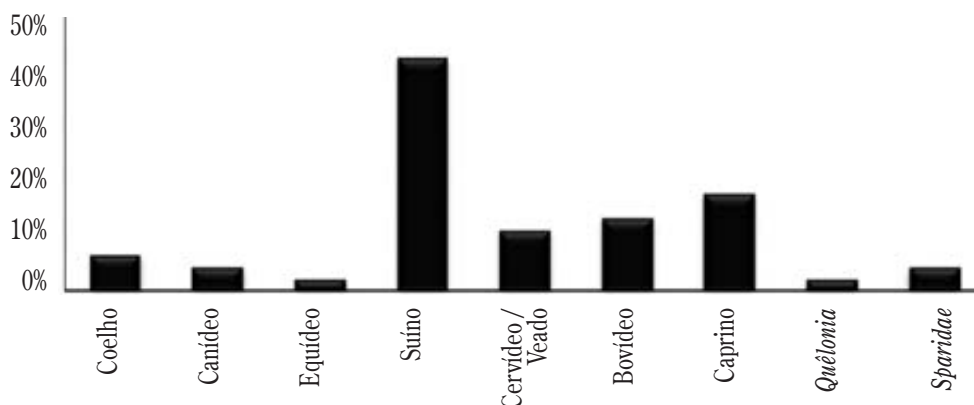


Gráfico 1 – Frequência de restos de vertebrados

Avaliando a totalidade da coleção, verifica-se que a maioria dos elementos reportam-se a fragmentos de restos dentários soltos, completos e fragmentos, e elementos distais do esqueleto apendicular (como carpais, tarsais e falanges) que correspondem, ambos, aos elementos mais resistentes do esqueleto dos vertebrados, caso dos suínos, dos ovinos/caprinos e dos bovinos. Os suínos, além dos dentes soltos, metápodos, carpais, tarsais e falanges estão ainda representados por um fragmento distal de úmero, uma patela e um calcâneo. Os ovinos/caprinos, além de fragmentos de dentes soltos, fazem-se representar por metápodos, um metacarpo e um cômulo não fusionado. Quanto aos bovinos, além dos dois fragmentos de dentes classificados como *Bos* sp., foram recuperados um fragmento de metatarso e um segundo fragmento de metápodo indeterminado. Ao grupo de *Canis* sp. pertence um fragmento de canino e um fragmento distal de úmero.

O coelho encontra-se representado por um fragmento de ulna, um metacarpo e um fragmento de metatarso. Além do fragmento de haste, foram recuperados um fragmento de escápula e outro de rádio identificados como pertencentes a veado. Juntam-se, ainda, um fragmento de carapaça de quelônio não determinado e dois elementos pertencentes a uma dourada.

As marcas antrópicas resumem-se às marcas de manipulação térmica que incidem sobre um total de 86 restos, o que constitui cerca de 18% da amostra, sendo que a maioria, num total de 44 restos, se apresentavam com coloração negra escura, compatível com submissão térmica entre os 250° C e os 550° C (NICHOLSON, 1993). Nesse conjunto encontrava-se o fragmento de carapaça de quelônio, seguem-se 29 restos que se apresentavam calcinados e os restantes 12 com marcas de coloração castanha clara devido à submissão térmica branda.

4 – A INTEGRAÇÃO DO ALTO DE SANTO ANTÃO NO PANORAMA DE EXPLORAÇÃO FAUNÍSTICA NA ESTREMADURA

O reduzido número de restos determinados do Alto de Santo Antão quando comparado com outros sítios de tipo recinto com muros, que têm coleções faunísticas representados na casa dos milhares, como no Zambujal, Penedo do Lexim ou Leceia, leva-nos, com efeito, a avaliar com alguma prudência o significado da representação faunística. Não obstante, algumas hipóteses de trabalho podem ser formuladas. Em primeiro lugar, verifica-se a existência de um conjunto que se reporta a uma certa variedade de espécies, desde os mamíferos, de longe melhor representados, aos peixes, passando pelos quelônios.

Quadro 2 – Representação anatómica do Alto de Santo Antão

	OC	Cs	E	S	Ce	CE	B	BT	C	[SU]	Q	AGP	AMP
Dente superior	-	-	-	1	-	-	-	-		-	-	1	-
Dente inferior	-	-	-	2	-	-	-	-	3	-	-	-	-
Outros dentes	-	1	-	5	-	-	2	-	3	-	-	-	2
Corno/Haste	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandíbula	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Vértebra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2
Costela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2
Escápula	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Úmero	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Radio	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Ulna	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piramidal	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Capitato	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Metacarpo	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Pélvis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fémur	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Patela	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tíbia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fíbula	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Calcâneo	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cuboide	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Metatarso	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Metapodo	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Falange I	-	-	-	2	-	2	-	2	-	-	-	-	-
Falange II	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Falange III	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carapaça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Palatino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Pré-maxilar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Total	3	2	1	19	1	4	2	4	8	2	1	3	11

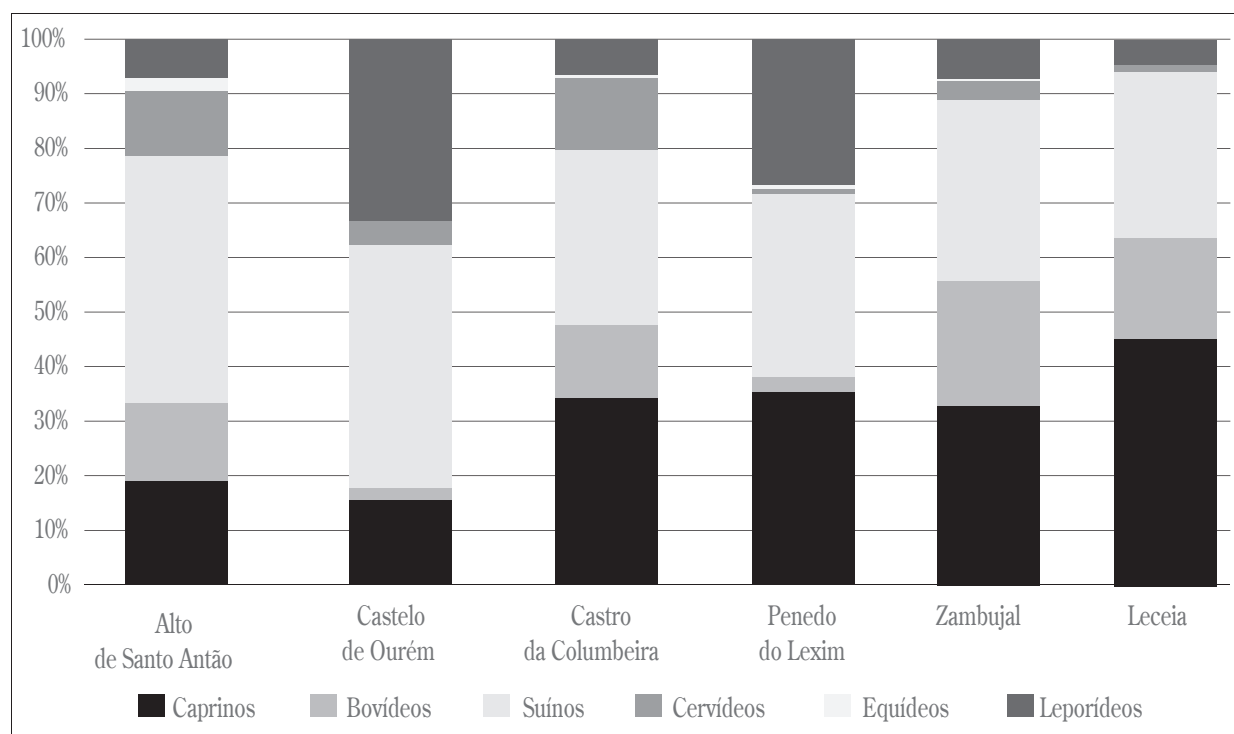
Taxa: OC = *Oryctolagus cuniculus*; Cs = *Canis* sp. (*Canis familiaris* e/ou *Canis lupus*); E = *Equus* sp.; S = Suidae (*Sus domesticus* e/ou *Sus scrofa*); Ce = Cervidae; CE = *Cervus elaphus*; B = Bovinae (*Bos taurus* e/ou *Bos primigenius*); BT = *Bos taurus*; C = Caprinos (*Ovis aries* e/ou *Capra hircus*); Q = Quelónio; AGP (Animal Grande Porte); AMP (Animal Médio Porte; NMI (Número Mínimo Individuos); [SU] = cf. *Sparus aurata*.

O Gráfico 2 sintetiza a informação relativa às frequências dos principais grupos de mamíferos identificados noutros sítios do Calcolítico Pleno. Não foram incluídos no gráfico os dados do Castro da Fórnea (DRIESCH, 1973) e do Penedo do Lexim (DRIESCH & RICHTER, 1976), que estão no Quadro 3, porque na publicação apenas foram enquadrados cronologicamente no período genérico do pré-campaniforme (*pre-beaker*).

Ao compararmos o Alto de Santo Antão com os restantes sítios do Calcolítico pleno, torna-se bastante evidente que revela um panorama distinto do modelo avançado para a exploração faunística desse período na Estremadura em que os caprinos domésticos são maioritários (DAVIS & MORENO-GARCÍA, 2007; VALENTE & CARVALHO, 2014; MORENO-GARCIA & SOUSA, 2015). A pequena amostra em apreço demonstra uma tendência semelhante à observada em Castelo de Ourém, principalmente no que diz respeito à representatividade dos caprinos e suínos e baixa frequência de bovinos, o que se enquadra no padrão observado nos sítios contemporâneos do Alentejo, (como Porto Torrão, ARNAUD, 1993; Mercador, MORENO-GARCIA & VALERA, 2007 e Perdigões, COSTA, 2013).

As estratégias de caça seriam no entanto diferentes: em Castelo de Ourém parece existir uma menor importância pela caça de animais grandes como cervídeos e equídeos e maior importância da caça de animais leporídeos. Quanto ao Alto de Santo Antão há uma ligeira preferência pela caça de animais grandes, tal como no sítio vizinho do Castro da Columbeira (CORREIA, 2015).

Gráfico 2 – Frequência dos principais grupos de mamíferos em vários sítios da Estremadura Portuguesa no Calcolítico Pleno: Penedo do Lexim (*Locus 1 + Locus 5*).



Avaliando a informação disponível a uma escala regional, verifica-se que a investigação se tem centrado sobretudo nas análises faunísticas dos designados grandes povoados localizados na área Sul da região da Estremadura, na Península de Lisboa (ex: Leceia e Penedo do Lexim), mas, no decorrer da última década, têm surgido novos estudos faunísticos de sítios de altura localizados no vale tifónico das Caldas da Rainha (ex: Castro da Columbeira) e na região Norte do maciço calcário estremenho (ex: Castelo de Ourém), o que permite a introdução de novas realidades na investigação sobre a exploração dos recursos faunísticos no 3.º milénio a C na Estremadura.

As avaliações comparativas acerca da representatividade das principais espécies de mamíferos sugerem as seguintes tendências: 1) a existência de uma clara predominância de espécies domésticas, sobretudo de caprinos e suínos (VALENTE & CARVALHO, 2014, p. 324; MORENO-GARCIA & SOUSA, 2015, p. 120) em média representados por cerca de 30% a 45%; 2) uma representação diminuta do gado bovino (VALENTE & CARVALHO, 2014, p. 234; MORENO-GARCIA & SOUSA, 2015, p. 120) com frequência média inferior a 25%; e 3) uma representação modesta das espécies selvagens (VALENTE & CARVALHO, 2014, p. 234; MORENO-GARCIA & SOUSA, 2015, p. 120).

Atendendo aos dados disponíveis de Columbeira, Santo Antão, Fórnea e Castelo de Ourém, verifica-se, contudo, que estes apresentam uma maior representatividade percentual das espécies selvagens do que nos grandes povoados estremenhos, como Zambujal e Leceia.

Relativamente ao Penedo do Lexim, os dados disponíveis demonstram também uma percentagem elevada de espécies selvagens, totalmente corroborada pela elevada representatividade de leporídeos (MORENO-GARCIA & SOUSA, 2015). Porém, as autoras salientam para o caso do Locus 5 que “[...] *dados os hábitos fossoriais de este mamífero [leporídeos] não é de excluir a possibilidade que parte dos restos recuperados sejam intrusões posteriores a fase de abandono. As superfícies esbranquiçadas apresentadas por alguns restos sugerem tratar-se de materiais relativamente recentes.*” (MORENO-GARCIA & SOUSA, 2015, p. 113). No entanto, as autoras não apresentam em concreto a quantidade de restos nestas condições, não nos sendo por isso possível avaliar a verdadeira importância dos leporídeos. Deste modo, a sua representatividade deverá ser interpretada com bastante prudência.

Na realidade, a literatura sobre a exploração faunística durante o Calcolítico da Estremadura Portuguesa disponível até a data (CARDOSO & DETRY, 2001-2002; DAVIS & MORENO-GARCIA, 2007; CARVALHO *et al.*, 2010-2011; VALENTE & CARVALHO, 2014, MORENO-GARCIA & SOUSA, 2015), ao avaliarem a importância do espectro selvagem na economia das populações estremenhas, tendem a não incluir os leporídeos, possivelmente devido à questão da potencial intrusão destes após a formação do registo arqueológico. No entanto, é certo que estes animais teriam tido um papel bastante importante nas estratégias de caça das comunidades calcolíticas, não só da Estremadura mas também de outras regiões ibéricas, algo que parece ser sustentado pela sua representação em pequenas figuras sobre osso, marfim ou variscite (VALERA *et al.*, 2014).

A dicotomia verificada entre os grandes povoados do Sul da Estremadura, como Zambujal e Leceia, versus os pequenos sítios de altura da zona centro e norte, como Castro da Fórnea, Castro da Columbeira, Castelo de Ourém e Alto de Santo Antão poderá estar associada a diferentes fenómenos de ordem sociodemográfica e/ou ecológica.

Segundo a perspetiva sociodemográfica tradicional, as diferenças entre os sítios do Sul e os do Centro e Norte da Estremadura poderão relacionar-se com a tipologia dos sítios. Os “grandes povoados” muralhados do Sul como Leceia e Zambujal terão tido uma maior densidade populacional do que os sítios mais a Norte como Castro da Columbeira, Fórnea e Alto de Santo Antão, sendo que os seus ocupantes necessitariam de uma estratégia de exploração animal mais intensiva, levando à existência de um maior número de espécies domésticas do que espécies selvagens (VALENTE & CARVALHO, 2014; CORREIA, 2015; MORENO-GARCIA & SOUSA, 2015). Contudo, o território definido como a Estremadura Portuguesa é ecologicamente diversificado, onde confluem um ecossistema costeiro e lagunar/estuarino, por um lado, e o florestal e montanhoso, por outro, permitindo o desenvolvimento de estratégias de ocupação do espaço variadas. Por outro lado, o fraco corpus de dados arqueofaunísticos disponível torna insipiente a compreensão da relação das comunidades do 3.º milénio a C com o espectro animal disponível na altura.

Quadro 3 – Frequência percentual (%) dos principais grupos de mamíferos presentes nos sítios do Calcolítico na Estremadura Portuguesa

Sítios	Cronologia	EQ	C	L	S	B	OC	Referências
Leceia	CI	<0,1	<1	2,6	33,8	22,1	40,7	CARDOSO & DETRY, 2001-2002
	CP	<0,1	1,1	4,6	30,4	18,5	45,4	
Castro da Columbeira	CP	<1	13,2	6,4	32,2	13,3	34,3	CORREIA, 2015
Castelo de Ourém	CP	–	4,4	33,3	44,5	2,2	15,6	CARVALHO <i>et al.</i> , 2010-2011
Castro da Fórnea	C	9,1	16,4	1,6	39,3	22,1	11,5	DRIESCH, 1973
Alto de Santo Antão	CP	2,4	11,9	7,1	45,2	14,3	19,1	Presente estudo
Penedo do Lexim	C	–	1,7	4,1	33,2	23,5	37,5	DRIESCH & RICHTER, 1976
Locus 1	CP	<1	1	23	37	2	36,0	MORENO & SOUSA, 2015
Locus 5	CP	–	<1	36,5	24	4,7	33,9	
Zambujal	CP	<1	3,3	7,2	33,3	22,9	32,8	DRIESCH & BOESSNECK, 1976
	CF	<1	3,6	16,6	33,1	16,6	29,9	

Cronologia: C = Calcolítico; CI= Calcolítico Inicial; CP = Calcolítico Pleno; CF = Calcolítico Final.

Taxa: EQ = Equídeo; C = Cervídeo (*Cervus elaphus* e *Capreolus capreolus*); L = Leporídeo (*Oryctolagus cuniculus* e *Lepus* sp.); S = Suínos (*Sus domesticus* e/ou *Sus scrofa*); B = Bovídeo (*Bos taurus* e/ou *Bos primigenius*); OC = Caprínos (*Ovis aries* e/ou *Capra hircus*).

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao editor científico da revista, Professor Doutor João Luís Cardoso, a oportunidade de publicarem esta contribuição; a Sónia Gabriel pela identificação anatómica e taxonómica dos dois restos de peixe bem como a leitura crítica à primeira versão deste artigo e a Mariana Nabais a ajuda na tradução do resumo em inglês.

REFERÊNCIAS

- ARNAUD, J. (1993) – O povoado calcolítico do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas. *Vipasca*, 2, p. 51-61.
- BRANCO, M. G. A. (2007) – *A Pedra de Ouro (Alenquer): uma leitura actual da colecção Hipólito Cabaço (Trabalhos de Arqueologia, 49)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, Ministério da Cultura.
- CARDOSO, J. L. (1999-2000) – O Calcolítico da Baixa Estremadura: contributos para um ensaio, a propósito de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 325-353.
- CARDOSO, J. L. (2004) *A Baixa Estremadura nos finais do IV milénio A. C. até à chegada dos romanos: um ensaio de História regional (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 12)*. Oeiras: Centro de Estudos Arqueológicos de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (2003) – O povoado Calcolítico do Outeiro de São Mamede (Bombarral): estudo do espólio das escavações de Bernardo de Sá (1903/1905). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 97-228.
- CARDOSO, J. L. & DETRY, C. (2001-2002) – Estudo arqueozoológico dos restos de ungulados do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 131-182.

- CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2009) – O povoado pré-histórico do Outeiro da Assenta. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 261-356.
- CARVALHO, A. F.; NUNES, A.; GONÇALVES, C.; PEREIRA, J. (2010-2011) – A ocupação calcolítica do Castelo de Ourém: contextos, cultura material, zooarqueologia, cronologia absoluta e integração regional. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 407-418.
- CORREIA, F. M. R. (2015) – *O Castro da Columbeira (Bombarral): A Exploração dos Recursos Faunísticos no Calcolítico Estremenho*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Texto Policopiado.
- COSTA, C. (2006) – *Escavação Arqueológica no Alto de Santo Antão. Relatório Final entregue ao Instituto Português de Arqueologia*. Texto policopiado.
- COSTA, C. M. C. (2013) – *Tafonomia em contexto pré-histórico. A zooarqueologia como recurso para a compreensão das “estruturas em negativo” da Pré-História Recente*. Dissertação para a obtenção do grau de doutor em Arqueologia, apresentado à faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Texto policopiado.
- COSTA, C. & NEVES, C. (2008) – A ocupação pré-histórica do Alto de Santo Antão (Óbidos): Primeira leitura dos resultados de uma intervenção de emergência. *Aparentamentos de Arqueologia e Património*, 3, p. 63-71.
- DAVIS, S. J. M. & MORENO-GARCÍA, M. (2007) – Of metapodials, measurements and music – eight years of miscellaneous zooarchaeological discoveries at the IPA, Lisbon. *O Arqueólogo Português*, IV série, 25, p. 9-165.
- DRIESCH, A. v. d. (1973) – Tierknochenfunde aus dem kupferzeitlichen Castro da Fórnea. In SPINDLER, K. & GALLAY, G. (eds.) – *Kupferzeitliche siedlung und begräbnisstätten von Matacães in Portugal*. Madrid: Madrider Beitrage, p. 55-63.
- DRIESCH A. v. d. & BOESSNECK (1976) – Castro do Zambujal. Die Fauna. *Studien über Tierknochenfunde von der Iberischen Halbinsel*, 1, p. 43-95
- DRIESCH, A. v. d. & RICHTER, B. (1976) – Tierknochenfunde aus Penedo de Lexim. In DRIESCH, A. v. d. & BOESSNECK, J. (eds.) – *Studien über frühe Tierknochenfunde von der Iberischen Halbinsel*. München: Institut für Palaeoanatomie, Domestikationsforschung und Geschichte der Tiermedizin der Universität München, p. 144-157.
- MORENO-GARCIA, M.; PIMENTA, C. M.; DAVIS, S. & GABRIEL, S. (2003) – A osteoteca: uma ferramenta de trabalho. In MORENO-GARCIA, M. & MATEUS, J. E. (eds.) – *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura (Trabalhos de Arqueologia, 29)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 235-262.
- MORENO-GARCÍA, M. & VALERA, A. C. (2007) – Os restos faunísticos de vertebrados do sítio do Mercador (Mourão), *Vipasca*, 2.^a série, 2, p. 133-146.
- MORENO GARCIA, M. & SOUSA, A. C. (2015) – Para além das muralhas, uma perspetiva dos recursos faunísticos no Calcolítico da Estremadura: o conjunto arqueofaunístico do Locus 5 do Penedo do Lexim (Mafra). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 18, p. 101-124.
- NICHOLSON, R. (1993) – A Morphological Investigation of Burnt Animal Bone and an Evaluation of its Utility in Archaeology, *Journal of Archaeological Science*, 20, p. 411-428.
- SOUSA, A. C. (2019) – Penedos e Muralhas. A leitura possível das fortificações do Penedo do Lexim. In GONÇALVES, V. & SOUSA A. C. (eds.) – *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e. Actas do Colóquio Internacional (Cascais, 4 -7 Outubro 2005)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 19-41.
- VALENTE, M. J. & CARVALHO, A. F. (2014) – Zooarchaeology in the Neolithic and Chalcolithic of Southern Portugal, *Environmental Archaeology*, 19, p. 226-240.
- VALERA, A. C.; EVANGELISTA, L. S. & CASTANHEIRA, P. (2014) – Zoomorphic figurines and the problema of human-animal relationship in the Neolithic and Chalcolithic Southwest Iberia. *Menga*, 5, p. 15-41.

CARACTERIZAÇÃO DE UMA CONTA DE VIDRO PROVENIENTE DO POVOADO FORTIFICADO CALCOLÍTICO DA MOITA DA LADRA (VILA FRANCA DE XIRA)

CHARACTERIZATION OF A GLASS BEAD FROM THE CHALCOLITHIC FORTIFIED SETTLEMENT OF MOITA DA LADRA (VILA FRANCA DE XIRA)

António P. Gonçalves¹, António M. Monge Soares¹, Maria José Oliveira², Luis Cerqueira Alves¹, Pedro Valério¹ & João Luís Cardoso³

Abstract

The full excavation of the fortified Chalcolithic settlement of Moita da Ladra by one of us (J.L.C.) has shown the existence of a single archaeological layer corresponding to the occupation of the site during the second half of the 3rd millennium BC.

Among the archaeological remains collected during the field campaigns there is a bead, with a spheroid shape, longitudinally fractured, presenting a black matrix with numerous whitish spots. The fracture presents a vitreous greasy surface, and exposes a suspension cylindrical bore.

Various techniques were used to identify the material that was used in the manufacture of the artifact, including CHN elemental analysis, EDXRF, μ -PIXE and XRD, conducted by the other authors. It was found that the material is not organic (carbon is absent), presenting significant amounts of the elements Si, K, Ca, Ti, Fe, Sr, Zr, and Sb. The X-ray diffraction spectra indicates that the material has an essentially vitreous nature, being the whitish particles dispersed in the vitreous mass identified as quartz. μ -PIXE results show a chemical composition that is consistent with an artificial glass, which implies a much more recent chronology for the bead than that of the Chalcolithic archaeological layer where it was recovered.

Thus, although the bead was recorded from a Chalcolithic context, its provenance must be ascribed to the Late Bronze Age occupation recorded nearby and resulting from the early Phoenician trade.

Keywords EDXRF, μ -PIXE, XRD, Glass, Phoenician trade

1 - INTRODUÇÃO

O povoado calcolítico fortificado da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Lisboa) implanta-se no topo de uma chaminé basáltica, entre os 220 e os 228 m, com largo domínio visual sobre o estuário do Tejo (Fig. 1).

¹ Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares (C2TN), Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Campus Tecnológico e Nuclear, Estrada Nacional 10 (km 139,7), 2695-066 Bobadela LRS, Portugal. apg@ctn.tecnico.ulisboa.pt; lcalves@ctn.tecnico.ulisboa.pt; pvalerio@ctn.tecnico.ulisboa.pt; amsoares@ctn.tecnico.ulisboa.pt

² Laboratório José de Figueiredo, Direção Geral do Património Cultural, Rua das Janelas Verdes 37, 1249-018 Lisboa, Portugal. mjoseoliveira@gmail.com

³ Universidade Aberta (Lisboa) e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). cardoso18@netvisao.pt



Fig. 1 – Vista aérea, tirada de oeste, da Moita da Ladra numa fase intermédia das escavações arqueológicas. Foto de J. L. Cardoso / B. L. Ferreira.

A escavação integral do sítio permitiu verificar a existência de uma única camada arqueológica (CARDOSO & CANINAS, 2010; CARDOSO, 2014; CARDOSO, SOARES & MARTINS, 2013). As estruturas identificadas são de carácter defensivo e habitacional. As primeiras integram uma muralha de contorno elipsoidal, em parte desaparecida, mas cujo comprimento foi possível estimar em cerca de 80 m, possuindo uma largura de cerca de 44 m, englobando duas torres maciças e uma entrada, voltada para o estuário do Tejo, que se estende do lado sul (Fig. 2). A implantação deste povoado calcolítico pode relacionar-se com o controlo do acesso à vasta bacia interior correspondente à várzea de Loures, cuja rede de drenagem se articula, a montante, com a bacia hidrográfica do rio Sizandro, na parte vestibular da qual se localiza o povoado calcolítico fortificado do Zambujal (SANGMEISTER & SCHUBART, 1981).

As estruturas habitacionais identificadas no interior do recinto estão representadas por covachos abertos na rocha basáltica alterada, podendo corresponder, nos casos das de menores dimensões, a buracos de poste das cabanas ali existentes, ou, no caso das maiores, a estruturas negativas reaproveitadas como lixeiras, como sugere o preenchimento de duas delas por cinzas, e de outra por conchas de amêijoas, nalguns casos com as duas valvas ainda em conexão.

No exterior da área muralhada, registou-se estrutura de planta sub-circular – a Estrutura F – escavada no substrato geológico basáltico, evidenciado localmente pela disjunção prismática, com paredes parcialmente forradas de blocos soltos (Fig. 3), que poderia ter sido inicialmente uma cabana, assente em depósito de cinzas com abundantes materiais orgânicos, evidenciados por finos leitos de conchas, em resultado de despejos domésticos efectuados em depressão ali previamente existente.

Do espólio arqueológico recolhido destaca-se o conjunto das produções cerâmicas, o qual se caracteriza pela associação das cerâmicas decoradas do grupo “folha de acácia/crucífera” a produções campaniformes, de

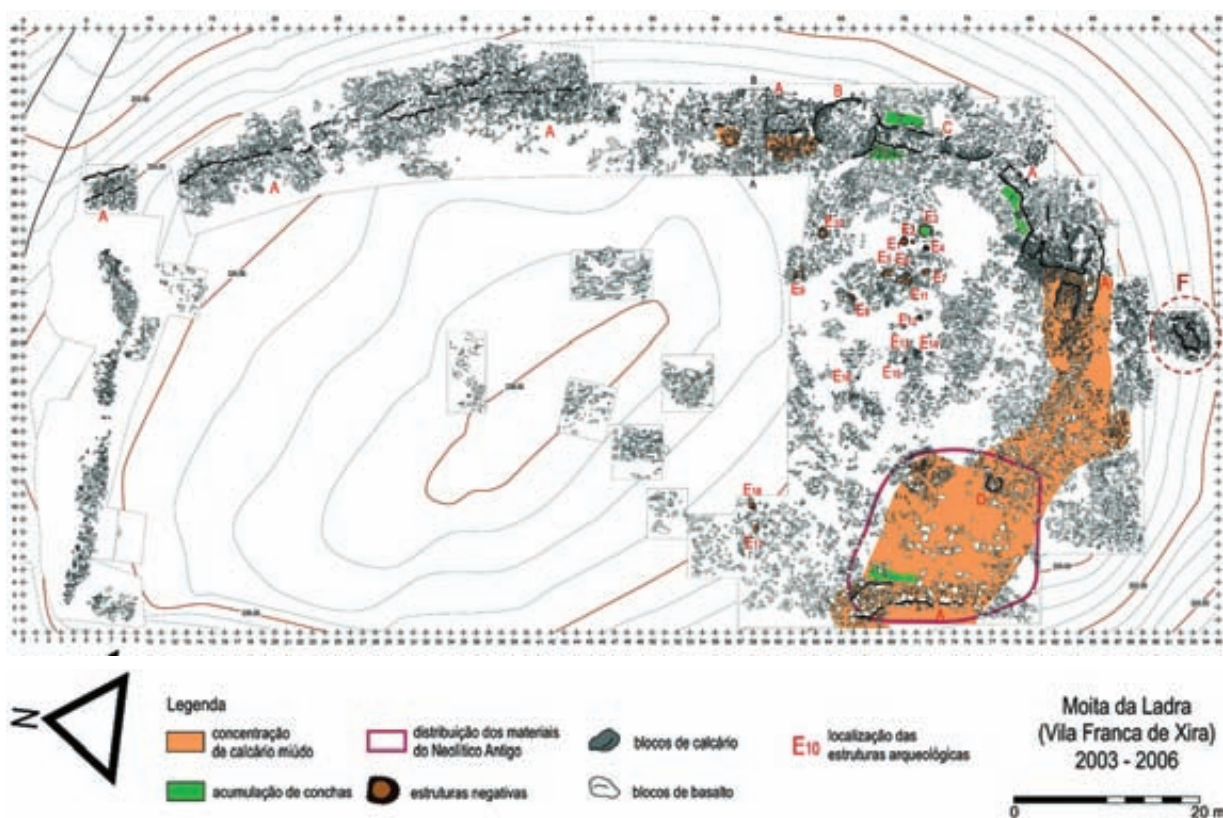


Fig. 2 - Planta geral da área escavada, com indicação do lado meridional, da Estrutura F. Planta de B. L. Ferreira, sob direcção de J. L. Cardoso.

técnica pontilhada, integrando vasos “marítimos” clássicos e vasos com decorações pontilhadas geométricas. A datação pelo radiocarbono de diversas amostras permite afirmar que a ocupação calcolítica da Moita da Ladra terá ocorrido na segunda metade do 3.º milénio a.C., podendo ter-se estendido aos primeiros decénios do 2.º milénio a.C. (CARDOSO, SOARES & MARTINS, 2013).

Aquando do desmonte das estruturas calcolíticas, com o correspondente rebaixamento do nível de ocupação que lhes corresponde, foram recolhidos, principalmente na zona sul-ocidental da elevação, diversos materiais atribuíveis ao Neolítico Antigo evolucionado (CARDOSO & CANINAS, 2010). Também na camada superficial e no topo do antigo cabeço vulcânico, foram registados raros fragmentos cerâmicos atribuíveis ao Bronze Final, além de um ou outro fragmento cerâmico da Idade do Ferro feito ao torno (CARDOSO, 2013). Na sua vizinhança imediata, a norte, praticamente contíguos à ocupação calcolítica, foram escavados contextos do Bronze Final, considerados como depósitos votivos, relacionados com uma ocupação dessa época que lhe ficaria próxima (CARDOSO, 2013; MONTEIRO & PEREIRA, 2013; VALÉRIO *et al.*, 2015).

2 - LOCALIZAÇÃO DO ACHADO

A conta provém do lado externo da Estrutura F, acima descrita, implantada na zona extramuros da encosta do morro voltada a sul, jazendo no sector noroeste da mesma e a cerca de 45 cm de profundidade, sobre o substrato rochoso, localmente constituído por basaltos com bela disjunção prismática (Fig. 2 e Fig. 3). O conjunto

dos espólios recolhidos na área em questão, tanto na zona envolvente da estrutura, como no seu interior, são exclusivamente calcolíticos, pelo que foi essa a cronologia que inicialmente se lhe atribuiu.

3 - DESCRIÇÃO DO ACHADO

Trata-se de uma conta de formato sub-esférico, de matriz negra com numerosos pontos esbranquiçados, fracturada longitudinalmente (Fig. 4 e Fig. 5). Do lado externo observam-se três sulcos horizontais, sendo um deles perimetral, correspondendo a caneluras pouco profundas, possuindo brilho vítreo. Tal brilho contrasta com a textura baça da restante área da superfície da conta, a qual poderá resultar de abrasão devido a uso, ou produzida intencionalmente, por forma a melhor contrastar o brilho observado nos sulcos.

A fractura apresenta um aspecto vítreo, gorduroso, que deixa observar em toda a sua extensão o furo, de paredes perfeitamente regulares. A geometria rigorosamente cilíndrica do furo não tem paralelo entre as contas pré-históricas até ao presente recolhidas no território português, cujas furações apresentam secção bitroncocónica, em resultado de terem sido produzidas a partir de ambos os lados da peça. Deste modo, apesar de as evidências recolhidas no terreno apontarem para a integração do achado no Calcolítico, não poderia *a priori* rejeitar-se a hipótese deste artefacto poder remontar ao Bronze Final, ou à Idade do Ferro, cujos escassos vestígios também foram, como atrás referido, identificados no sítio arqueológico e na sua vizinhança imediata.

Diversos métodos instrumentais de análise, que se enumeram e descrevem a seguir, foram utilizados no intuito de identificar o material em que foi manufacturado o artefacto em causa.

4 - MÉTODOS INSTRUMENTAIS DE ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 - Identificação dos elementos constituintes

No intuito de determinar a composição elementar do material em que a conta foi manufacturada, foram efectuadas diversas análises, designadamente uma análise elementar CHN, fazendo uso de um analisador EA SerCon (Anca-GSL), tendo-se verificado teores nulos em C, H e N. Estes teores indicam que a conta não é de natureza orgânica.

Procedeu-se, também, a uma análise da conta por fluorescência de raios X, dispersiva de energias, fazendo uso de um espectrómetro KEVEX 771, o qual possui uma fonte de excitação composta por uma ampola de ródio (200 W) e diversos alvos secundários, com os respectivos filtros de radiação. Os raios X característicos



Fig. 3 – Estrutura F, de planta elipsoidal, de pedra seca, assente sobre depósito atribuível à acumulação de cinzas e despejos domésticos no exterior da área muralhada. A conta analisada provém dos níveis correspondentes à construção e utilização da estrutura pétreia, atribuível a cabana. Foto de J. L. Cardoso.

emitidos pelos elementos químicos constituintes da amostra são colimados a 90° e recolhidos num detector criogenicamente arrefecido de Si(Li) com uma área activa de 30 mm^2 e uma resolução de 175 eV (Mn-K α). O artefacto foi analisado na área da fractura por *i*) radiação directa, sem qualquer alvo secundário, com uma diferença de potencial de 6 kV, intensidade de corrente de 0,1 mA e tempo real de acumulação de 100 s; *ii*) com alvo secundário de gadolínio com as seguintes condições de excitação: 57 kV, 1,0 mA e 200 s.

Os espectros obtidos (Fig. 6) permitem identificar, no artefacto, os elementos Si, K, Ca, Ti, Fe, Sr, Zr e Sb, podendo, no entanto, alguns destes provir do sedimento onde o objecto esteve enterrado.

4.2 – Determinação da estrutura cristalina

Foi usada a difracção de raios X para identificar a estrutura cristalina da conta. Um porta-amostras específico foi desenvolvido com o fim de a segurar e colocar na posição própria para se proceder à análise. O sistema de difracção de raios X utilizado consiste num difractómetro X'Pert Panalytical com uma montagem com a geometria de Bragg-Brentano. O varrimento foi efectuado à temperatura ambiente, em modo de reflexão, usando uma radiação CuK α monocromatizada ($1,54056 \text{ \AA}$) e sob um potencial e uma corrente de 45 kV e 40 mA, respectivamente. Os dados foram medidos com um passo em 2θ de $0,03^\circ$, na gama 2θ de 5° - 65° e com um tempo de contagem de 5 segundos por passo, de modo a ser obtida uma boa estatística.

A observação do difractograma (Fig. 7) indica que a estrutura cristalina da conta é na sua maior parte desordenada, com uma banda larga centrada em $2\theta \sim 28,5^\circ$, mostrando claramente a sua natureza predominantemente vítrea. Somente é possível observar, em todo o difractograma, um pico de pequena amplitude, de baixa intensidade, o que indicia a existência de uma fase secundária, em pequena quantidade, mas que não permite a sua identificação.

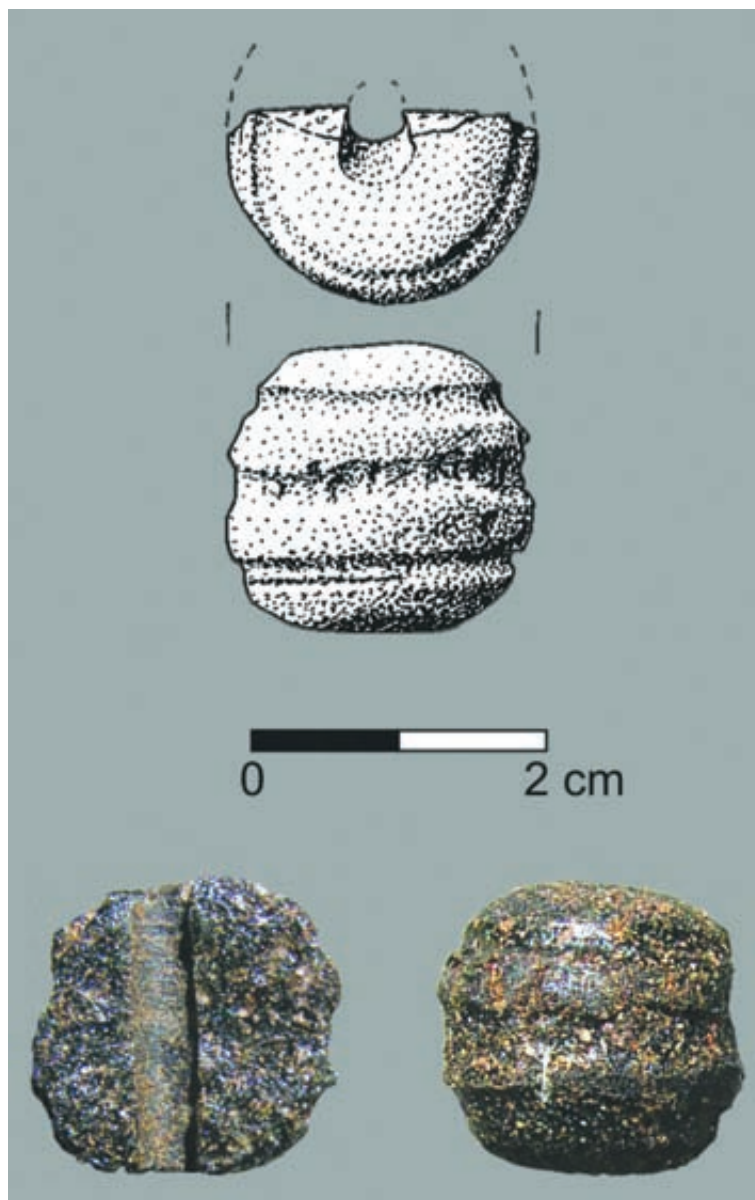


Fig. 4 – Dois aspectos da conta analisada. Desenhos de B. L. Ferreira.
Fotos de J. L. Cardoso.

Também as partículas esbranquiçadas existentes no seio da massa vítrea negra foram analisadas por micro-difracção de raios X fazendo uso de um difractómetro Bruker AXS, modelo D8 Discover, equipado com um detector GADDS e ânodo de Cu. Foram utilizadas uma tensão e uma corrente de 40 kV e 40 mA, respectivamente. A gama angular variou entre 12,4 e 77,5° e com um tempo de aquisição de 600 segundos. O difractograma obtido (Fig. 8) permite identificar as partículas esbranquiçadas como sendo de quartzo.

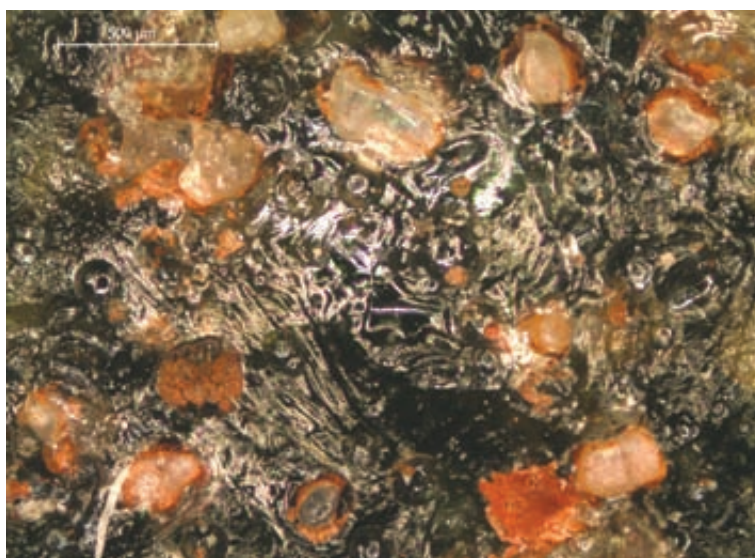


Fig. 5 – Partículas esbranquiçadas no seio da massa vítrea.

4.3 – Determinação quantitativa da composição química da conta

Uma vez que as análises anteriores não permitiam determinar se estávamos perante um vidro natural ou artificial, a conta foi sujeita a uma análise por μ -PIXE (emissão de raios X induzida por partículas) a fim de se conhecerem os teores dos elementos químicos que entram na sua constituição.

Assim, a zona de fractura da conta foi irradiada numa microsonda nuclear de varrimento do tipo OM150 da Oxford Microbeams com um feixe de prótons de 1 MeV obtidos a partir de um acelerador de Van de Graaf

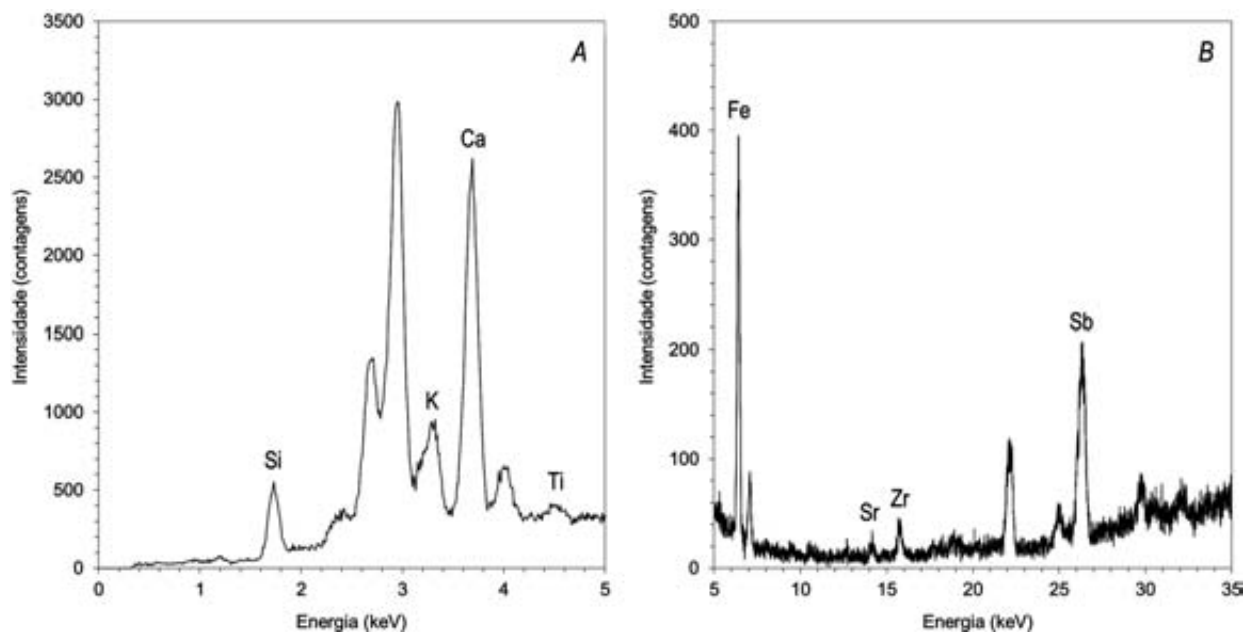


Fig. 6 – Espectros de EDXRF da conta da Moita da Ladra (A – radiação directa; 6 kV; 0,1 mA; 100 s; B – alvo secundário de Gd; 57 kV; 1,0 mA; 200 s).

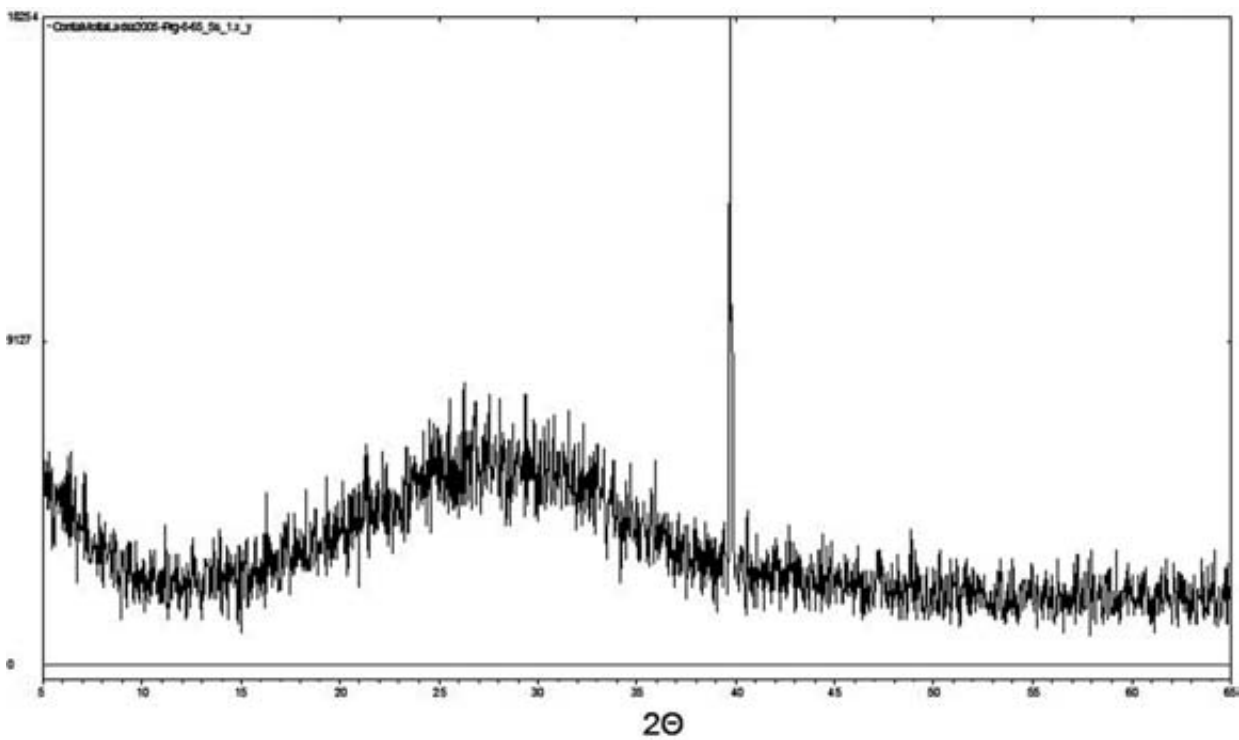


Fig. 7 – Diffractograma de raios X da conta analisada.

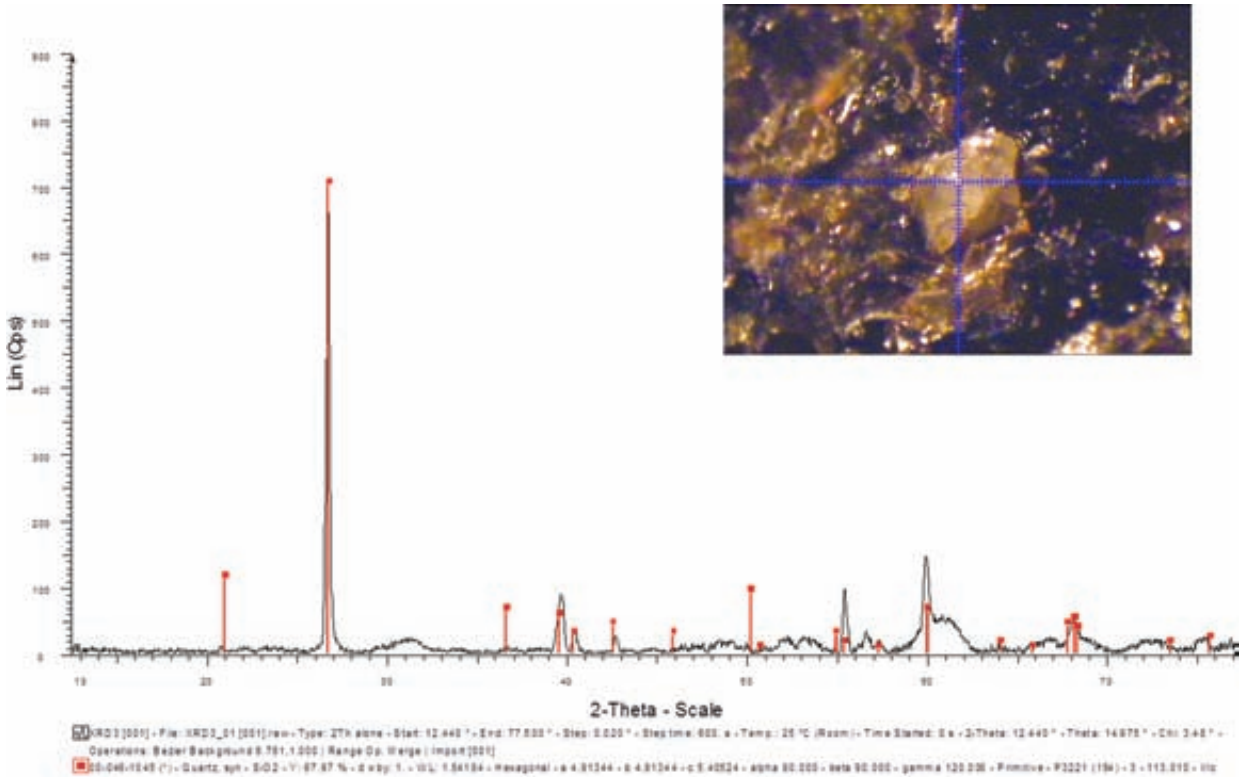


Fig. 8 – Diffractograma de raios X de uma das partículas esbranquiçadas dispersas na massa vítrea.

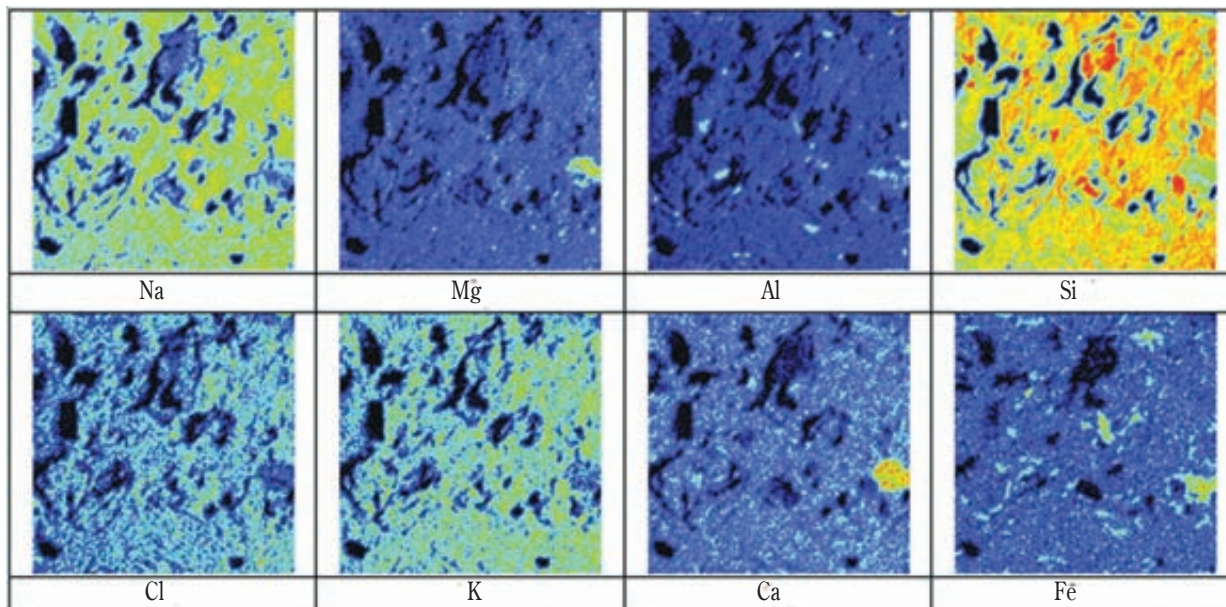


Fig. 9 – Mapas da distribuição elemental de Na, Mg, Al, Si, Cl, K, Ca e Fe, numa área da amostra com 3,7x3,7 mm², mostrando também a superfície irregular e a presença de grãos com Mg, Fe e Ca.

de 2,5 MV. Os raios X produzidos foram colectados através de um detector SDD com 145 eV de resolução. Com o feixe de prótons focado a dimensões de 3 × 4 μm² efectuou-se o varrimento da amostra até dimensões de ~3,7 × 3,7 mm², tendo-se obtido os mapas de raios X característicos dos vários elementos apresentados na Fig. 9. A partir deles, escolheram-se zonas ou pontos para determinação de análise quantitativa, tendo-se obtido os teores elementares que se apresentam na Tabela 1. Os valores obtidos indicam que se trata de um vidro artificial, que se pode classificar como um vidro silicatado sodo-cálcico. Além disso, nos mapas da Fig. 9 pode observar-se que o vidro com que foi manufacturada a conta apresenta uma grande quantidade de poros, bem como alguns grãos ricos em Mg, Fe e Ca.

Tabela 1. Composição química elemental da conta de vidro (valores em m/m % para óxidos, normalizados para 100 %)

Na ₂ O	MgO	Al ₂ O ₃	SiO ₂	P ₂ O ₅	SO ₃	Cl	K ₂ O	CaO	TiO ₂	MnO	Fe ₂ O ₃	CuO	ZnO	PbO
12,1	2,2	2,8	68,7	0,62	0,20	0,56	1,3	4,2	0,20	0,02	7,1	0,01	0,02	0,03

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diversas análises efectuadas permitem concluir que o artefacto em causa foi manufacturado num vidro silicatado artificial e que não poderá, por conseguinte, ser atribuído à ocupação calcolítica da Moita da Ladra. As análises arqueométricas de artefactos de vidro antigos, designadamente da 1.^a Idade do Ferro, são praticamente inexistentes para a Península Ibérica. De qualquer modo, as concentrações obtidas para a sílica, para os óxidos de sódio e manganês e para o óxido de cálcio permitem classificar esse vidro como silicatado

sodo-cálcico, com uma composição química similar à do vidro produzido nas regiões do Mediterrâneo Oriental durante o Bronze Final e a Idade do Ferro (HENDERSON *et al.*, 2010; TOWLE *et al.*, 2001).

Por outro lado, os teores relativamente elevados de K_2O e P_2O_5 e a presença de Cl indiciam que se teriam utilizado, na produção deste vidro, cinzas de plantas costeiras (LIMA, 2010). Faz-se notar, também, o elevado teor de Fe_2O_3 , o que poderá estar na origem da cor negra da conta. Por fim, verifica-se a existência, na massa vítrea, de grãos de quartzo, bem como grãos ricos em Mg, Fe e Ca, além de um elevado número de poros, o que indicia uma produção grosseira para o artefacto em causa.

A atribuição de uma origem no comércio fenício desta conta parece-nos muito plausível, tendo em atenção a forte presença orientalizante no estuário do Tejo e na bacia do Baixo Tejo na época a que pertencem os vestígios do Bronze Final identificados na área vizinha do povoado calcolítico. O aparecimento da conta em contexto calcolítico, aparentemente exclusivo e não remexido, e a 45 cm de profundidade não será de admirar, dadas as dimensões do artefacto e as características do terreno nesse sítio arqueológico: um solo argiloso, resultante da alteração dos basaltos, e que, em época seca, abre gretas e fissuras por onde facilmente um objecto com as dimensões da conta pode migrar até profundidades como aquela em que foi encontrada.

Como conclusão final poderá afirmar-se que a conta de vidro da Moita da Ladra constitui mais um indício do comércio orientalizante levado a cabo pelas comunidades de origem fenícia que frequentavam o estuário do Tejo ou se estabeleceram nas margens deste rio no primeiro quartel do 1º milénio a.C. Neste aspecto, possui estreitas semelhanças com uma conta recolhida em contexto do Bronze Final no Monte do Trigo (Castelo Branco), de formato idêntico, e munida de perfuração cilíndrica, em tudo idêntica à do exemplar em estudo, e também fracturada pela metade, embora de tonalidade cinzenta escura e sem brilho (VILAÇA, 2013, Fig. 7). Trata-se de exemplar que, como o da Moita da Ladra, deve ser explicado à luz dos primeiros contactos comerciais fenícios, no decurso do Bronze Final.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se à Doutora Teresa Medici a discussão e os conselhos produzidos sobre a problemática envolvida neste trabalho, o que permitiu levá-lo a cabo, bem como à Doutora Raquel Vilaça as informações sobre as características do exemplar proveniente do Monte do Trigo (Castelo Branco).

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, J. L. (2013) – Moita da Ladra 2 (Vila Franca de Xira), um sítio ritual do Bronze Final da região de Lisboa. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto. 12, p. 49-67.
- CARDOSO, J. L. (2014) – O povoado calcolítico fortificado da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Lisboa): resultados das escavações efectuadas (2003-2006). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 217-294.
- CARDOSO, J. L. & CANINAS, J. C. (2010) – Moita da Ladra (Vila Franca de Xira). Resultados preliminares da escavação integral de um povoado calcolítico muralhado. *Transformação e Mudança no centro e sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e.* Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 65-95.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. M & MARTINS, J. M. M. (2013) – O povoado campaniforme fortificado da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Lisboa) e a sua cronologia absoluta. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 3, p. 213-253.

- HENDERSON, J.; EVANS, J. & NIKITA, K. (2010) – Isotopic evidence for the primary production, provenance and trade of the Late Bronze Age glass in the Mediterranean. *Mediterranean Archaeology and Archaeometry*. 10 (1), p. 1-24.
- LIMA, A. R. F. M. (2010) – *Caracterização química de vidros Millefiori do século XVII provenientes do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha: comparação com a produção veneziana e façom-de-Venise*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- MONTEIRO, M. & PEREIRA, A. (2013) – Um depósito votivo da Idade do Bronze na Moita da Ladra (Vila Franca de Xira): síntese dos trabalhos. *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira, 2, p. 181-194.
- SANGMEISTER, E. & SCHUBART, H. (1981) – *Zambujal. Die Grabungen 1964 bis 1973*. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern (Madriider Beiträge 5, Zambujal Teil 1).
- TOWLE, A.; HENDERSON, J.; BELLINTANI, P. & GAMBACURTA, G. (2001) – Frattesina and Adria: report of scientific analysis of early glass from the Veneto. *Padusa*. 37, p. 1-62.
- VALÉRIO, P.; SOARES, A. M. M.; MONTEIRO, M.; PEREIRA, A.; ARAÚJO, M. F. & SILVA, R. J. C. (2015) – Compositional and microstructural study of the 8th century BC bronzes from Moita da Ladra (Tagus Estuary): how did the spread of the Phoenician metallurgy take place in Western Iberia? *Archaeometry*. DOI: 10.1111/arc.12197.
- VILAÇA, R. (2013) – A presença mediterrânea no mundo interior beirão, centro de Portugal (sécs. XI/X-VII/VI A.C.). In: *Fenícios e Púnicos, por terra e mar* (A. M. Arruda, ed.). Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, 1, p.397-411.

A NECRÓPOLE DA IDADE DO FERRO DE VALE DA PALHA (CALHARIZ, SESIMBRA)

THE IRON AGE NECROPOLIS OF VALE DA PALHA (CALHARIZ, SESIMBRA)

Ana Margarida Arruda¹ & João Luís Cardoso²

Abstract

In January of 1958 four rectangular graves with inhumations were identified through rural works carried out in Vale da Palha (Sesimbra). Eduardo da Cunha Serrão came in the field and was informed that all the skeletons had a vase with them. These data were published in 1974, and the necropolis was dated in the late roman times, IV century AD. This chronology was based in a graffito incised in one of the vases that was assimilated to a M of the Latin alphabet. Only two of the three vases recovered are now available to study. They are hemispheric bowls and they could be included in Iron Age Grey Polish Pottery category. In morphologic terms, they correspond to the most frequently form of this pottery, present in almost every orientalisised sites of the Iberian Peninsula. Both graffiti could be also related with a Mediterranean tradition.

The presence of an Iron Age necropolis in the area isn't a surprise, because in the Estuary of Sado's river the remains of communities with a Mediterranean origin are well known.

Keywords: Iron Age, Necropolis, Grey Polish Pottery, Graffiti, Sesimbra, Portugal.

1 – LOCALIZAÇÃO E HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES

A necrópole de Vale da Palha situava-se a cerca de 1200 m para NE do Palácio do Calhariz, em terreno com suave pendor (Fig. 1), tendo sido identificada em Janeiro de 1958, no decurso de uma lavra dos terrenos, que pôs a descoberto diversas lajes que formavam os lados e as tampas de sepulturas de inumação. Em Fevereiro do mesmo ano, Eduardo da Cunha Serrão, alertado por Manuel da Silva Cachão, procurador da Casa Palmela, proprietária dos terrenos, compareceu no local, tendo fotografado e medido os vestígios ainda visíveis no terreno; não lhe foi possível, contudo, aceder aos materiais osteológicos e arqueológicos assim circunstancialmente recolhidos, embora tenha observado diversos espólios cerâmicos a que atribuiu época tardia, de mistura com cerâmicas de construção.

As escavações só vieram a efectuar-se em Setembro de 1962, e os resultados foram publicados muito mais tarde (SERRÃO, 1974), embora já anteriormente tivesse dado conhecimento do interesse arqueológico do local, em curtas referências inseridas em publicações de índole divulgativa.

¹UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa). a.m.arruda@letras.ulisboa.pt

²Universidade Aberta e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). cardoso18@netvisao.pt



Fig. 1 – Sondagem realizada por E. da Cunha Serrão e colaboradores no Vale da Palha, em Setembro de 1962. Em segundo plano, observa-se a “Pedra erguida”, monólito meniriforme, ulteriormente transportado para o Palácio do Calhariz, o qual se implantava a cerca de 110 m a NE da necrópole explorada naquele mesmo mês e ano pelo referido arqueólogo. Original gentilmente cedido por João Pinhal.

2 – AS SEPULTURAS

Foram identificadas quatro sepulturas de planta rectangular, do tipo caixa, definidas por lajes de calcário colocadas verticalmente, cujos comprimentos variavam entre 1,70 m e 2,0 m e as larguras entre 0,60 m e 0,80 m, orientando-se o seu eixo maior aproximadamente E-W. Uma delas encontrava-se coberta com lajes de calcário e as restantes com pequenas lajes e telhas, configurando um núcleo principal, constituído por três delas, a que se junta uma quarta sepultura, a cerca de 14,5 m de distância, a qual não foi desmontada, ao contrário das anteriores, por se encontrar solidamente implantada no terreno.

3 – OS ESPÓLIOS

Não foi possível associar nenhum espólio actualmente existente a qualquer das sepulturas identificadas e registadas, o que se explica pelo facto de aquele ter sido recolhido aquando da descoberta acidental das sepulturas, cerca de ano e meio antes da intervenção conduzida por E. da Cunha Serrão. Assim, é crível que esta se tivesse destinado essencialmente à limpeza, ao registo e à remoção das sepulturas do terreno, para facilitar os trabalhos agrícolas.

Foram apenas três as peças registadas no estudo de 1974 dedicado à necrópole, das quais se destacam duas taças muito fragmentadas, mas cuja reconstituição foi possível. Tais espólios encontram-se cuidadosamente descritos no referido trabalho.

1 – Taça de cerâmica cinzenta com um diâmetro externo máximo de 24,2 cm, possuindo base plana, com 7,5 cm de diâmetro, uma altura média de 6,8 cm e uma espessura de 0,7 a 0,8 cm (Figs. 2 e 3). Possui, na face interna, interrompido por uma fractura, um grafito aparentemente em forma de estrela, mais ou menos irregular, associada a um segmento circular (Fig. 4, em cima).

2 – Taça de cerâmica cinzenta com um diâmetro externo máximo de 25,8 cm, possuindo base plana, com 7,5 cm de diâmetro e uma altura de 8,3 cm, a que corresponde a espessura de 0,6 cm (Figs. 5 e 6). Na face externa, próximo do fundo, exhibe grafito em forma de um M maiúsculo, produzido por linhas duplas, paralelas entre si (Fig. 4, em baixo).

3 – Fragmento de taça de cerâmica cinzenta, de maiores dimensões que as anteriores, munida de carena alta, e bordo convexo, com um diâmetro máximo estimado de 32 cm, a qual não se encontra presentemente conservada entre os espólios do Museu Municipal de Sesimbra, onde as anteriores se guardam.

4 – RITUAL FUNERÁRIO

Segundo o relato de Manuel da Silva Cachão, que assistiu à abertura das sepulturas, os esqueletos encontravam-se em decúbito dorsal, tendo cada um do seu lado direito e por altura da cintura pélvica, uma das taças acima descritas, embora, pelas razões apontadas, sem possibilidade de associação a qualquer das sepulturas. Infelizmente, nenhum material ósseo se conservou, impedindo assim a obtenção de datação absoluta.

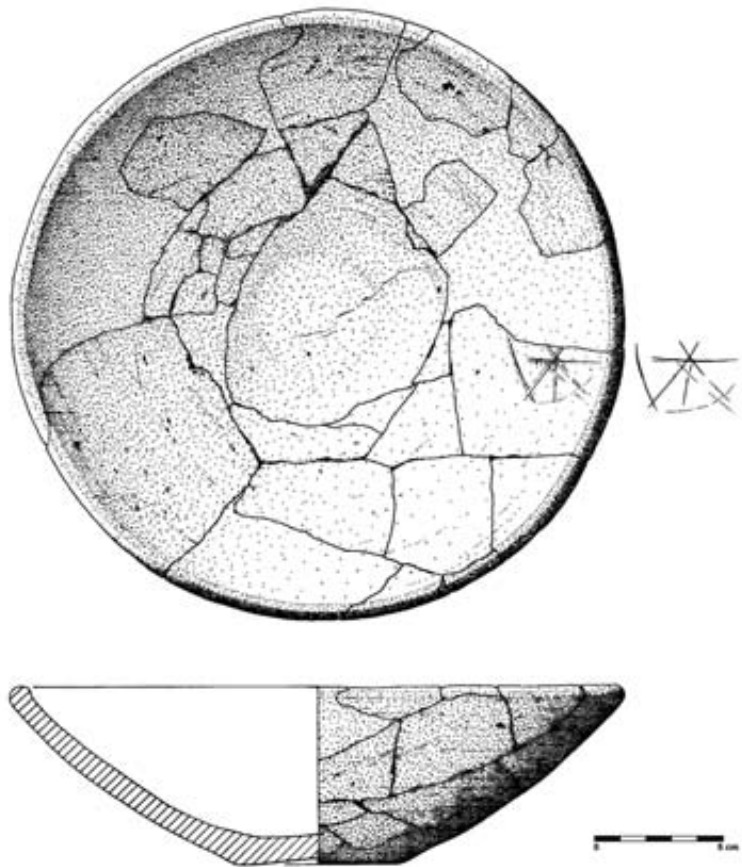


Fig. 2 – Vale da Palha. Desenho da taça n.º 1, possuindo grafito na face interna. Desenho de F. Martins.

5 – DISCUSSÃO

As duas taças de cerâmica cinzenta, apesar das suas características apontarem inquestionavelmente para a Idade do Ferro, realidade sublinhada pelos dois grafitos que ostentam, foram, aquando da publicação da necrópole, integradas na época romana. Esta opção decorreu, naturalmente, da deficiente informação que então existia sobre as produções cerâmicas da Idade do Ferro em Portugal, onde então eram quase desconhecidas,

com excepção dos notáveis materiais recolhidos por A. dos Santos Rocha em Santa Olaia, Figueira da Foz (ROCHA, 1905-1908) e por Vergílio Correia na necrópole do Olival dos Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal (CORREIA, 1928). Tal realidade explica em parte que a morfologia do grafito de uma das taças tenha sugerido a Justino Mendes de Almeida, a sua correspondência à letra maiúscula “M” do alfabeto latino, que assim só poderia corresponder ao *praenomen Marcus*, atribuindo tal peça, pelas características da letra, ao século IV d.C. (SERRÃO, 1974).

A hipótese de se tratarem de produções da Idade do Ferro também não condizia com o facto de a cobertura de duas das sepulturas incluírem telhas (sem que se especifique as suas características). Contudo, tal informação tem de ser vista com muita reserva, dado que a exploração das sepulturas, com o seu integral esvaziamento, não foi presenciada por E. da Cunha Serrão, que apenas pôde recolher testemunhos. Seja como for, também a arquitectura das próprias sepulturas, e as suas características, todas de inumação, apontaria para época ulterior ao século III d.C. No quadro conceptual da época, tal hipótese encontrava-se, pois, bem fundamentada, até porque nas imediações abundavam fragmentos de tégulas e de imbrices.

A atribuição da necrópole do Vale da Palha à época romana persistiu até à actualidade (FERREIRA *et al.*, 1993, p. 261; SERRÃO, 1994, p. 100, 101; SILVA & SOARES, 1986, p. 202; CALADO *et al.*, 2009, p. 91), aceitando-se os argumentos acima apresentados, ainda que E. da Cunha Serrão tenha publicado, pouco depois da intervenção de 1962 que ali realizou, os resultados da escavação da necrópole do Casalão, situada a cerca de 5 km a Oeste do Vale da Palha, cujas sepulturas são muito semelhantes a estas, a qual foi, não obstante imediatamente datada da Idade do Ferro pela tipologia dos espólios nela recolhidos (SERRÃO, 1964). Infelizmente, dela não constava nenhum objecto cerâmico susceptível de comparação com as taças recolhidas no Vale da Palha, o que teria sem dúvida criado as condições para uma mais rápida revisão da idade desta necrópole. Só muito mais tarde, em 1994, declarou que “*as taças lembram cerâmicas indígenas como as de Santa Olaia, Azougada e Lapa do Fumo, e são testemunhos da influência duradoura dos costumes indígenas*” (SERRÃO, 1994, p. 101). Por outro lado, o grafito patente numa das taças (Fig. 4, em baixo), não deixou de merecer, no estudo publicado em 1974, judiciosas considerações sobre as dúvidas que permaneciam no seu espírito sobre a hipótese da sua cronologia ser pré-romana, as quais, pelo seu interesse, se transcrevem: “*Reforçaria a hipótese sobre uma maior antiguidade do que a propusemos para esta cerâmica do Vale da Palha, a possibilidade da letra M corresponder a um sinal sem relação directa com o alfabeto latino, o que não é totalmente descabido admitir-se uma vez que a forma surge nos alfabetos peninsulares pré-romanos e até noutros orientais antigos, quer na mesma posição do M latino quer em posição invertida (W)*” (SERRÃO, 1974, p. 136).

Aquela afirmação é interessante porque demonstra que, embora o autor não tenha abandonado a cronologia romana por ele atribuída à necrópole mais de trinta anos antes, admitia, apesar de tudo que as características das taças se reportavam a produções indígenas, mais antigas.

Assim sendo, impunha-se retomar a apreciação desta necrópole, justificada pela clara inclusão na Idade do Ferro das duas taças de cerâmica cinzenta, objecto deste contributo.

6 – AS CERÂMICAS DE VALE DA PALHA REVISITADAS

As duas taças de “cerâmica cinzenta” recuperadas na necrópole de Vale da Palha são praticamente iguais do ponto de vista morfológico, partilhando também características de fabrico.

Ambas têm cozedura redutora, sendo as superfícies cuidadosamente polidas ao torno, e a pasta é castanha alaranjada. São estas características que permitem integrá-las na categoria “Cerâmica Cinzenta Fina

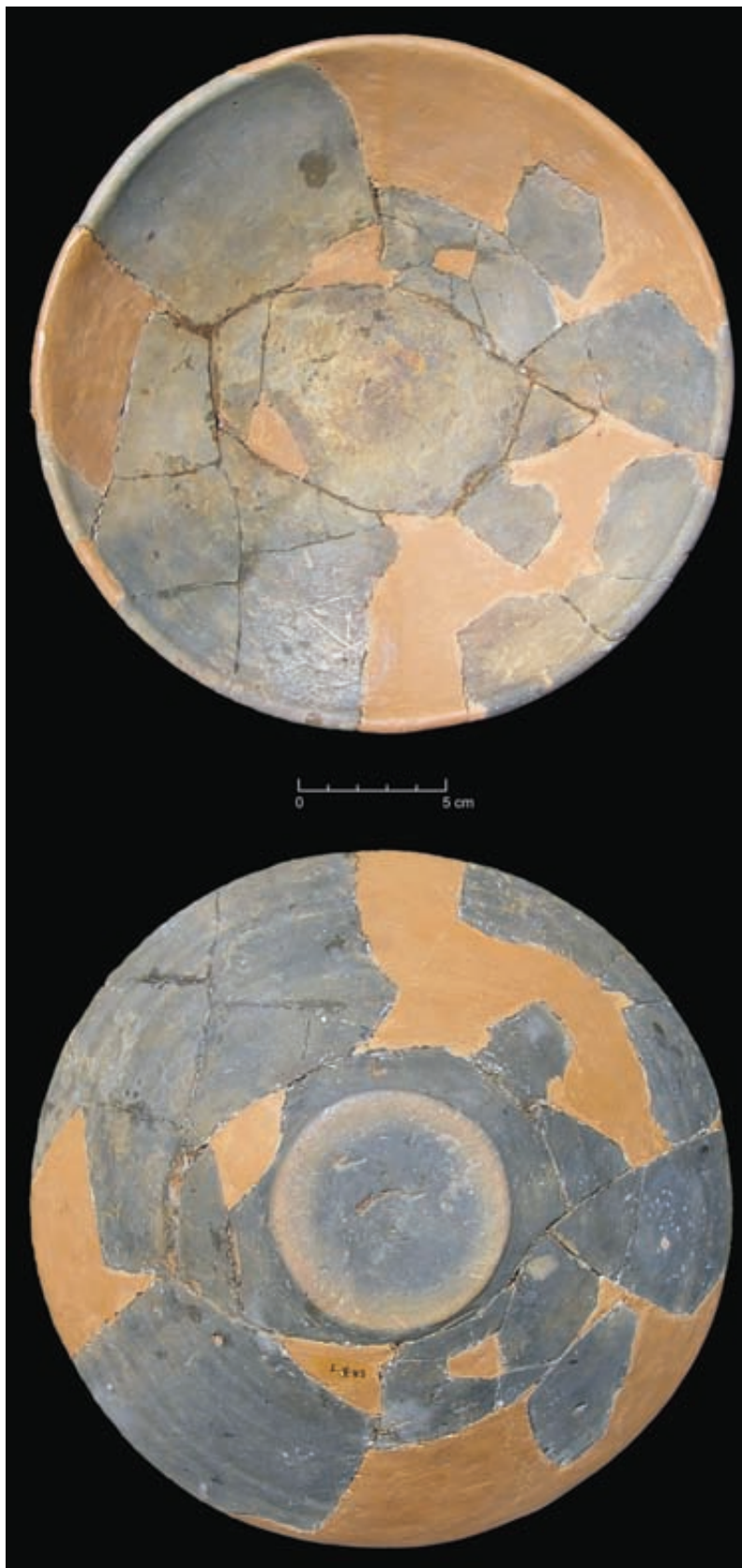


Fig. 3 - Vale da Palha. A taça n.º 1, possuindo grafito na face interna. Fotos de J. L. Cardoso.

Polida”, que é, sem sombra de dúvida, um dos elementos mais característicos da cultura material do mundo orientalizador peninsular.

No que diz respeito à forma, integram-se ambas na forma 1Aa da tipologia recentemente elaborada para o Estuário do Tejo (SOUSA 2014, p. 290), que corresponde a tigelas de paredes arqueadas e côncavas, de perfil hemisférico, com bordo simples e contínuo, ligeiramente engrossado (*ibidem*, p. 133).

Este tipo de taças é muito frequente nos conjuntos de cerâmica cinzenta da Península Ibérica, tendo tido uma difusão consideravelmente ampla, o que não surpreende, uma vez que se trata de um recipiente que, sendo formalmente simples, é muito eficaz do ponto de vista funcional, podendo ser usado à mesa para conter e/ou consumir alimentos sólidos ou líquidos. Por isso mesmo está contido em todas as tipologias construídas para a cerâmica cinzenta (entre outras: BELÉN, 1976; ROSS, 1982; CARO, 1986; MANCEBO, 1994; LORRIO, 2008; SOUSA, 2014; VALLEJO SANCHEZ, 2015), quer as de âmbito regional, quer as mais amplas em termos geográficos. Entre as últimas, destaca-se a de Vallejo Sánchez (2015), na qual as tigelas da necrópole do Vale da Palha podem ser integradas no tipo A.I.1.d.-1 (*ibidem*, p. 146), uma vez que os bordos são tendencialmente encurvados, com ligeiro engrossamento interior. Os fundos, sem pé e apenas indicados, são planos, ainda que em uma delas haja uma ligeira concavidade.

Do ponto de vista da cronologia, pode dizer-se que a forma é conhecida desde os finais século VIII a.C., como bem demonstram os dados do Castillo de Doña Blanca (*ibidem*, p. 147, nota 92), perdurando até, pelo menos, aos finais do século V a.C. / primeira metade do IV, em algumas regiões, como é, por exemplo, o caso do litoral português. De facto, quer em Lisboa (SOUSA, 2014), quer em Castro Marim (ARRUDA & FREITAS, 2008), as tigelas em calote de esfera com bordos ligeiramente curvos e, por vezes, espessados internamente, estão presentes em níveis datados dos finais da 1.^a metade do 1.^o milénio a.C. / inícios da 2.^a metade, ainda que no último dos sítios haja detalhes que as afastam da morfologia canónica (*ibidem*). Contudo, a sua maior representatividade situa-se no século VI a.C.

A forma desaparece dos inventários na segunda metade do mesmo milénio, mesmo em sítios onde a cerâmica desta categoria permanece. No entanto, documenta-se em outros fabricos, nomeadamente na chamada cerâmica comum, atingindo a época romana.

Como já antes se referiu, a cerâmica cinzenta fina polida está muito bem documentada no Ocidente peninsular, em ambientes orientalizantes conectados, directa ou indirectamente, com a colonização fenícia. A sua presença no litoral ocidental português não é, assim, de estranhar, sendo de realçar o facto de a taça hemisférica ser sempre a forma dominante nesta categoria, como se verifica em Santarém (ARRUDA, 1999-2000, p. 196-205), Lisboa (ARRUDA, VALLEJO & FREITAS, 2000), Almaraz (HENRIQUES, 2007), Abul (MAYET & SILVA, 2000, p. 49-51) e Alcácer do Sal (SILVA *et al.*, 1980-1981; GOMES, 2016, p. 142-143), para citar apenas alguns dos sítios que se enquadram na área geográfica de onde são oriundas as peças estudadas neste trabalho.

Em geral, as taças em calote de esfera estão representadas indistintamente em lugares habitados e em necrópoles. No último caso, podem corresponder a oferendas, ou a “contentores” de oferendas, ou às tampas das urnas cinerárias, como é o caso de Medellín (LORRIO, 2008) e talvez de Alcácer do Sal (GOMES, 2016). No caso da necrópole de Medellín, onde a forma (A1A1) é a mais bem representada no conjunto da cerâmica cinzenta, foi possível verificar uma cronologia maioritariamente do século VI a.C., ainda que estas taças estejam presentes em sepulturas datadas ainda do último quartel do VII e em outras já dos inícios do V (LORRIO, 2008, p. 694).

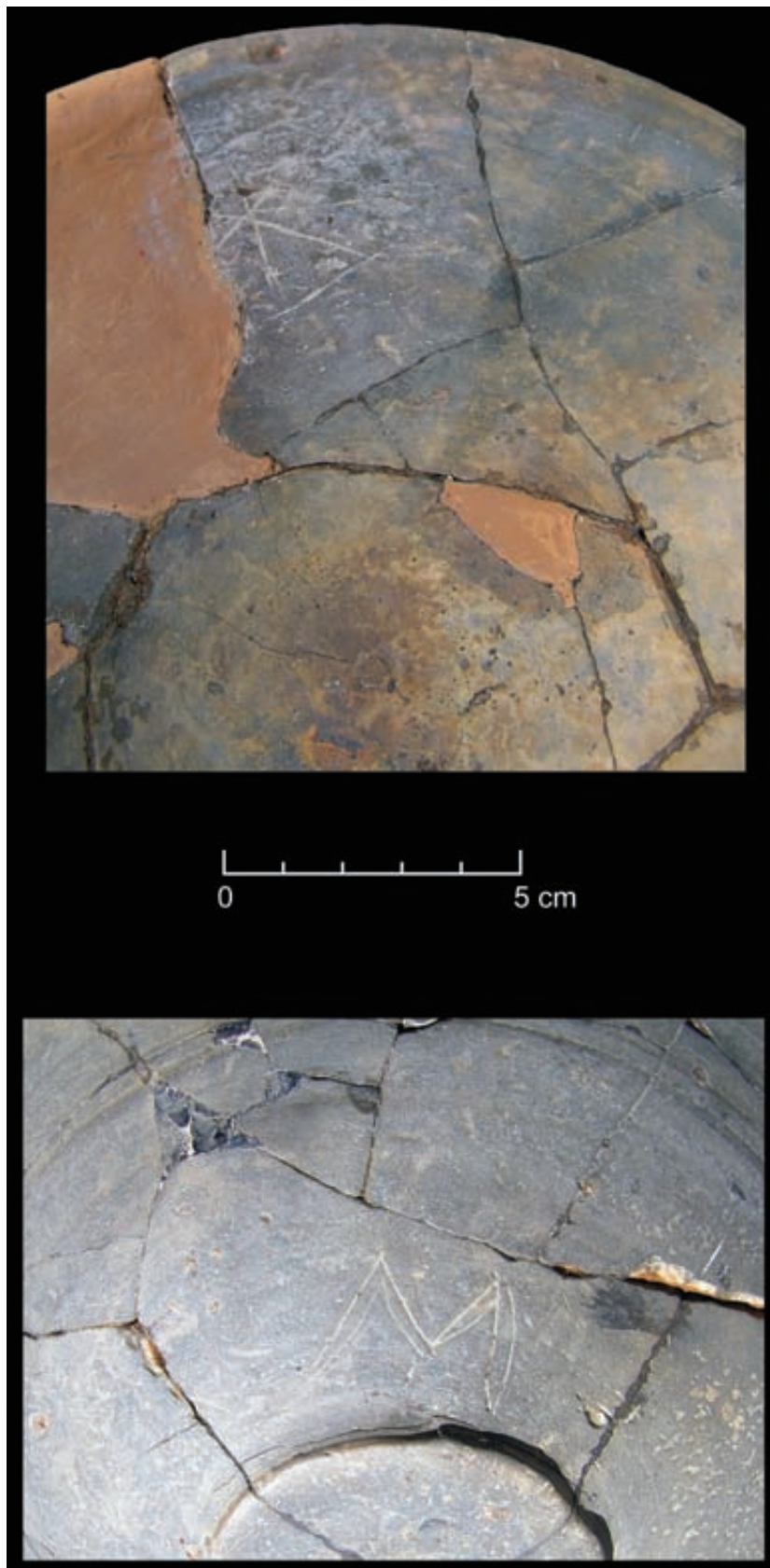


Fig. 4 - Vale da Palha. Pormenor dos dois grafitos observados respectivamente na face interna (em cima) e na face externa (em baixo) das taças 1 e 2. Fotos de J. L. Cardoso.

Infelizmente, da outra taça de cerâmica cinzenta descrita por Cunha Serrão aquando da publicação da necrópole (1974) nada se sabe, no que ao seu paradeiro diz respeito. Porém, a descrição efectuada por este arqueólogo possibilita, ainda que, naturalmente, com reservas, a sua inclusão na Forma A.II.1 de Vallejo Sánchez (2015, p. 150). A forma é frequente nos repertórios formais desta categoria cerâmica, sendo datável do século VI, se atendermos aos dados de Medellín (LORRIO, 2008, p. 696). A prudência desaconselha comentários extensos sobre a peça ou sobre os respectivos paralelos. Ainda assim, o seu enquadramento numa Idade do Ferro de características orientalizantes parece ser evidente, parecendo importante recordar que, no vale do Sado, é conhecida pelo menos em Abul (MAYET & SILVA, 2000).

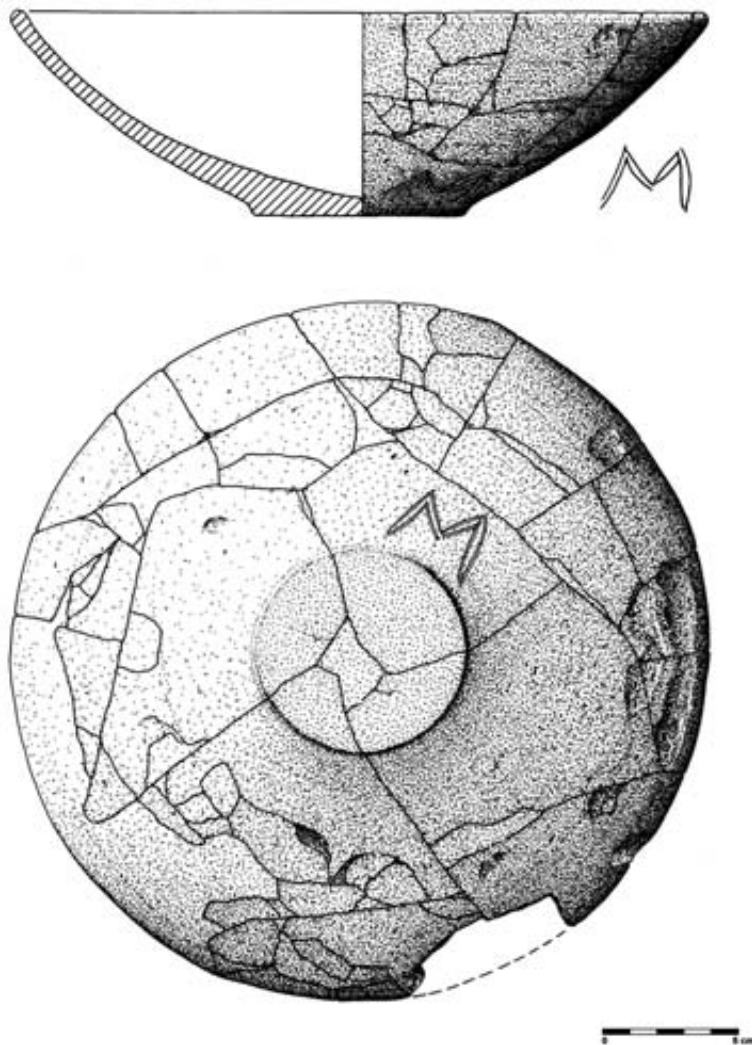


Fig. 5 – Vale da Palha. Desenho da taça n.º 2, possuindo grafito na face externa. Desenho de F. Martins.

7 – OS GRAFITOS

Uma particularidade das taças em calote da necrópole de Vale da Palha que é importante realçar consiste nos grafitos incisos pós-cozedura que se observam nas superfícies de ambas. Neste contexto, deve referir-se que são justamente os vasos pertencentes a esta categoria cerâmica que maior número de decorações e grafemas incisos exibem nas suas superfícies. Não surpreende, portanto, a situação ora verificada.

O primeiro grafito, gravado na superfície interna, corresponde a uma “estrela”, formada por cinco traços, quatro dos quais se cruzam entre si, e uma linha semicircular que os enquadra na metade inferior. Parece tratar-se de uma tentativa de representar uma estrela de cinco pontas, ou *pentalfa*, inscrita num círculo. Este grafito é recorrente na cerâmica cinzenta, sobretudo na área da Extremadura espanhola, recolhendo a que agora se estuda bons paralelos na necrópole de Medellín (LORRIO, 2008, p. 762, Fig. 849). Ainda assim, recorde-se que no território actualmente português o mesmo motivo foi identificado, por exemplo em Abul (MAYET & SILVA, 2000). Habitualmente, um significado mágico-religioso é atribuído a este símbolo, tendo Almagro Gorbea (2004, p. 25) relacionado o *pentalfa* com Astarté, defendendo que os vasos assim marcados continham oferendas dedicadas a esta divindade.

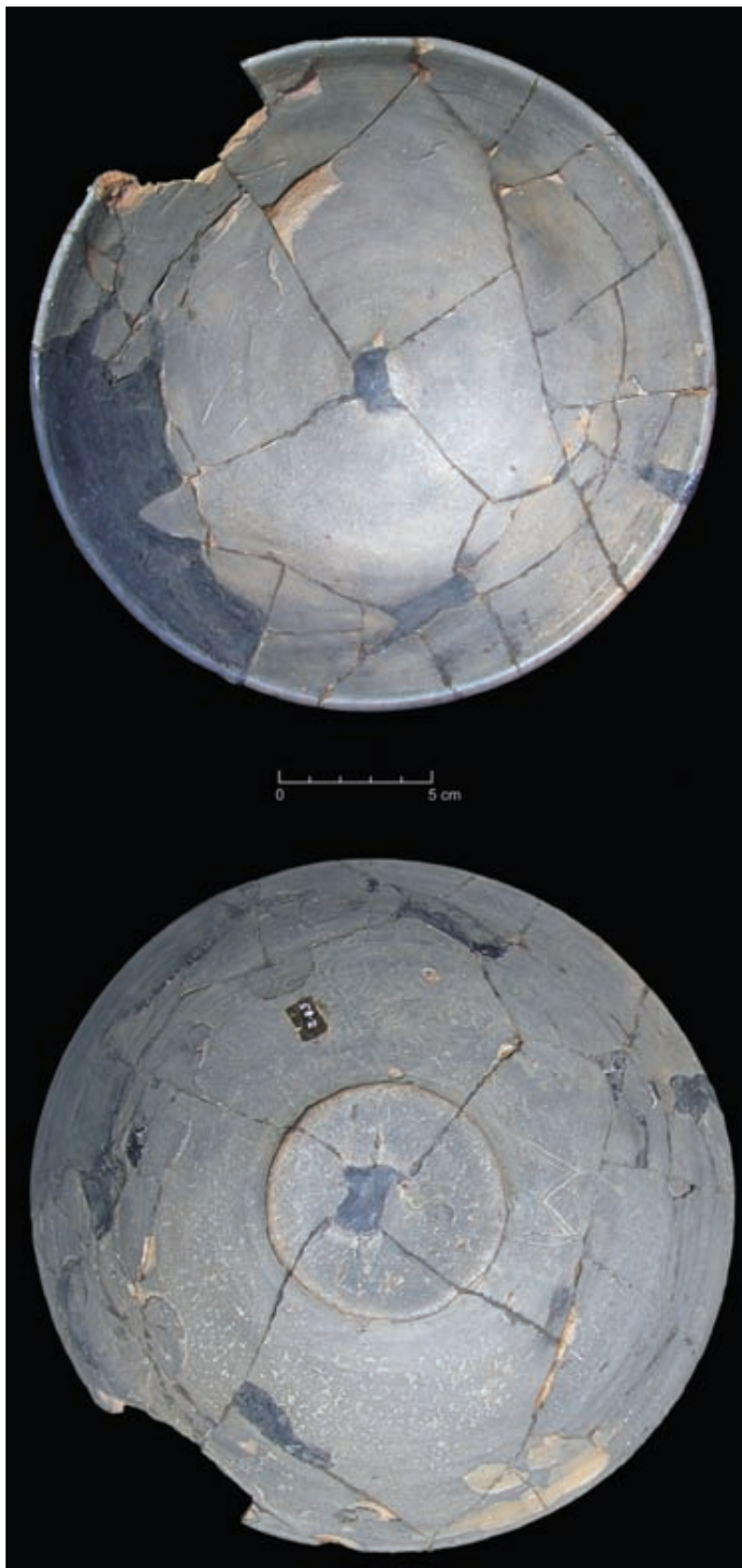


Fig. 6 – Vale da Palha. A taça n.º 2, possuindo grafito na face interna. Fotos de J. L. Cardoso.

O segundo grafito foi inciso na superfície externa, junto do fundo¹. Trata-se de um grafema, havendo argumentos para considerar estamos perante um signo pertencente ao semi-silabário do SW. De facto, o que parece um M latino não o será certamente, até porque o traço central é muito curto, não chegando à linha de apoio do grafema. Os traços laterais são efectivamente bastante mais compridos que o central, o que parece ser argumento suficiente para afastar a hipótese de estarmos perante um M do alfabeto latino, apesar de o traçado duplo e da inclinação das linhas laterais poderem apontar nesse sentido. Outra possibilidade a considerar seria a de esta incisão poder traduzir, se invertida, um signo do alfabeto fenício. Contudo, a cronologia para o W deste último, faria recuar para o século VII a.C. a taça sobre a qual está “escrito”, o que não sendo impossível parece, ainda assim, pouco adequado. De qualquer forma, ambas as duas últimas alternativas são possíveis, sendo de descartar por completo a latina, que se defendeu inicialmente (SERRÃO, 1974) e se continuou a aceitar sem reservas (FERREIRA *et al.*, 1993, p. 261; SERRÃO, 1994, p. 100-101; SILVA & SOARES, 1986, p. 202; CALADO *et al.*, 2009, p. 91).

A presença de grafemas do SW, ou fenícios, sobre cerâmicas cinzentas é, como já atrás se referiu muito comum nos sítios da 1.ª Idade do Ferro peninsulares, quer no litoral, quer no interior.

Os casos dos Cabezos de San Pedro e de La Esperanza, em Huelva, do Castillo de Doña Blanca, em Puerto de Santa María, de Montemolín e Alhonor, em Sevilha, do Cerro de Los Infantes e da Mesa de Fornes, em Granada, e do Cerro de Montecristo, em Almería, e de Peña Negra, em Alicante, são bons exemplos da primeira das realidades (VALLEJO SANCHEZ, 2015). Para o território actualmente português, pode chamar-se à colação Abul (MAYET & SILVA, 2000), também no território sadino, onde uma inscrição em caracteres do SW foi identificada sobre vaso de cerâmica cinzenta fina polida (CORREA, 2011). Castro Marim e Tavira (AMADASI GUZZO & ZAMORA, 2008) ofereceram, por outro lado, grafitos e inscrições em caracteres fenícios, respectivamente, uma vez mais sobre cerâmica cinzenta.

No interior, o território do Guadiana Médio é particularmente significativo no que a este aspecto diz respeito, destacando-se os grafitos grafemáticos de Medellín (ALMAGRO GORBEA, 1977, p. 268; LORRIO, 2008, p. 714-715) e de La Mata (RODRÍGUEZ DÍAZ, 2004).

A maior parte destes signos grafemáticos tem sido interpretados como marca de propriedade, o que pode também deduzir-se para o caso da necrópole de Vale da Palha, uma vez que se fosse indicativo da produção seria, certamente, pré-cozedura, o que não é, manifestamente, o caso da peça em estudo.

8 – A NECRÓPOLE DE VALE DA PALHA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

As duas taças de cerâmica cinzenta da necrópole do Vale da Palha devem ser enquadradas na 1.ª Idade do Ferro. A morfologia e o fabrico, por um lado, e a estrela de cinco pontas e o grafema incisos nas suas superfícies, por outro, falam claramente nesse sentido. A restante peça, aparentemente de fabrico idêntico, não destoa, quanto à forma, do conjunto, a avaliar pela detalhada descrição do arqueólogo que o publicou (SERRÃO, 1974).

Assim, parece evidente que as sepulturas em que foram encontradas estariam incluídas numa necrópole sidérica de cistas de inumação, o que, sendo raro, não é inédito, mesmo na região, como é o caso da já referida necrópole do Casalão (SERRÃO, 1964; GOMES, 2013), a apenas cerca de 5 km de distância, com materiais

¹ Os autores agradecem a José Ángel Zamora toda a ajuda prestada na leitura e interpretação deste grafito.

que podiam datar do século VI a.C., mas cuja cronologia de 14C permitiu avançar para os séculos IV-III a.C. Na mesma região, há outras ocorrências similares: é o caso do “tesouro do Gaio” (Sines), que foi recuperado numa cista com idêntico ritual funerário (COSTA, 1967; 1972), situação que recolhe paralelos no Alentejo interior, como em Corte Margarida (DEUS & CORREIA, 2005).

O ritual funerário associado a tais materiais é frequentemente a incineração, como se documentou em Alcácer do Sal (CORREIA, 1925; PAIXÃO, 1970) e em outros territórios mais longínquos, como Tavira (ARRUDA, COVANEIRO & CAVACO, 2008), e interiores, como Medellín (ALMAGRO GORBEA, 2008).

No Algarve, as sepulturas orientalizantes de tipo cista com inumações foram identificadas quer em Silves (BARROS *et al.*, 2008), quer em Bensafrim (ROCHA, 1975). Neste contexto, são também de referir as sepulturas do Cabeço da Vaca 1 (CARDOSO & GRADIM, 2006, 2008), bem como a de Cabeço da Vaca 2 (CARDOSO & GRADIM, 2008). As inumações estão presentes em outras necrópoles alentejanas, ainda que integradas em arquitecturas funerárias distintas, que nem sempre incorporam cistas. É o caso das ainda praticamente inéditas da área de Beja, mas com dados conhecidos em Palhais (SANTOS *et al.*, 2009), na Carlota (SALVADOR MATEOS & PEREIRA, 2012) e em Vinha das Caliças (ARRUDA *et al.*, no prelo) e das da região de Ourique (BEIRÃO, 1986).

As sepulturas de Vale da Palha incorporariam assim uma necrópole orientalizante da Idade do Ferro, o que faz sentido num quadro territorial profundamente marcado pelos contactos com o mundo mediterrâneo, como em Setúbal, em Abul e em Alcácer do Sal ficou claramente demonstrado.

O facto de, aparentemente, existirem, à superfície, materiais romanos, que nunca foram efectivamente descritos, não impossibilita esta conclusão, uma vez que uma ocupação desta cronologia pode ter acontecido sobre uma área sepulcral anterior. Aliás, não pode descartar-se a hipótese de o espaço ter mantido uma mesma função funerária, havendo a possibilidade de algumas sepulturas romanas se encontrarem no mesmo local. Sabe-se como é frequente este tipo de situações, onde áreas sacralizadas sobrevivem no tempo longo. Mas a existência de um cemitério da Idade do Ferro neste local é inquestionável, havendo dados suficientes para a assumir sem quaisquer reservas.

AGRADECIMENTOS

A João Pinhal (Câmara Municipal de Sesimbra), por ter facultado o estudo das duas taças conservadas na Câmara Municipal de Sesimbra, e ainda por ter cedido a um de nós prova original em papel das escavações no Vale da Palha, que lhe havia sido oferecida por E. da Cunha Serrão.

REFERÊNCIAS

- ALMAGRO GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el Período orientalizante en Extremadura*. Madrid: CSIC.
- ALMAGRO GORBEA, M. (2004) – Inscripciones y grafitos tartésicos de la necrópolis orientalizante de Medellín. *Paleohispánica*, 4, p. 13-44.
- ALMAGRO GORBEA, M. (2008) – *La necrópolis de Medellín I*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- AMADASI GUZZO, M. G. & ZAMORA, J. A. (2008) – Un ostracón phénicien de Tavira (Portugal). *Vicino Oriente*, 14, p. 231-240.

- ARRUDA, A. M. (1999/2000) – *Los fenícios en Portugal: Fenícios y mundo indígena en el Centro y sur de Portugal*. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.
- ARRUDA, A. M.; BARBOSA, R.; GOMES, F.; SOUSA, E. (no prelo) – A necrópole da Vinha das Calças (Beringel, Beja, Portugal). *Sidereum Ana*, 3. Mérida: CSIC.
- ARRUDA, A. M.; COVANEIRO, J.; CAVACO, S. (2008) – A Necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça, Tavira. *Xelb*, 8, p. 117-135.
- ARRUDA, A. M. & FREITAS, V. (2008) – O Castelo de Castro Marim durante os séculos VI e V a.n.e.. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (Ed.) – *Sidereum Ana I. El río Guadiana en Época Post-Orientalizante*. Madrid: CSIC, p. 429-446.
- ARRUDA, A. M.; VALLEJO, J.; FREITAS, V. (2000) – As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3 (2), p. 25-59.
- BEIRÃO, C. M. (1986) – *Une civilization Protohistorique du Sud du Portugal*. Paris: de Boccard.
- BARROS, P.; BRANCO, G.; DUARTE, C.; CORREIA, J. (2008) – A cista dos Gregórios (Silves). *Xelb*, 5, p. 41-52.
- BELÉN, M. (1976) – Estudio y tipología de la cerámica gris de Huelva. *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, 79, p. 353-388.
- CALADO, D. *et al.* (2009) – O tempo do Risco. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.
- CARDOSO, J. L. & GRADIM, A. (2006) – A Necrópole da Idade do Ferro de Cabeço de Vaca I (Alcoutim). *Xelb*, 6, p. 203-226.
- CARDOSO, J. L. & GRADIM, A. (2008) – O núcleo II da necrópole da Idade do Ferro de Cabeço de Vaca (Alcoutim). *Xelb*, 8, p. 103-115.
- CARO, A. (1986) – *La cerámica gris a torno orientalizante de Andalucía*. Cádiz: Universidad de Cádiz.
- CORREA, J. A. (2011) – La leyenda indígena de las monedas de Salacia y el grafito de Abul (Alcácer do Sal, Setúbal). In: J. L. CARDOSO, J. L. & ALMAGRO GORBEA, M. (Eds.) – *Lucius Cornelius Bocchus escritor lusitano da Idade da Prata da literatura latina*. Lisboa / Madrid: Academia Portuguesa da História / Real Academia de la Historia, p. 103-111.
- CORREIA, V. (1925-1972) – Uma conferência sobre a Necrópole de Alcácer do Sal. In: *Obras*. Volume IV, *Estudos Arqueológicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 151-168.
- CORREIA, V. (1928-1972) – Escavações realizadas na Necrópole Pré-Romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927. In: *Obras*. Volume IV, *Estudos Arqueológicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 169-179.
- COSTA, J. M. (1967) – O tesouro Fenício ou Cartaginês do Gaio (Sines). *Ethnos*, 5, p. 529-537.
- COSTA, J. M. (1972) – O tesouro púnico-tartéssico do Gaio. *Actas das II Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 97-120.
- DEUS, M. & CORREIA, J. (2005) – Corte Margarida. Mais uma necrópole orientalizante no Baixo Alentejo. In: CELESTINO PÉREZ, S. & JIMÉNEZ ÁVILA, J. (Coords.) – *El Período Orientalizante*. Madrid: CSIC, p. 615-618.

- FERREIRA, C. J. *et al.* (1993) – *O património arqueológico do distrito de Setúbal. Subsídios para uma carta arqueológica*. Setúbal: Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.
- GOMES, F. (2013) – Uma necrópole esquecida? O Casalão de Santana (Sesimbra). *Herakleion*, 6, p. 77-94.
- GOMES, F. (2016) – *Contactos culturais e discursos identitários na I Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII-V a.n.e.): leituras a partir do registo funerário*. Tese de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- HENRIQUES, S. (2006) – *A Cerâmica Cinzenta da Idade do Ferro da Quinta do Almaraz, Almada, Cacilhas*. Tese de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- LORRIO, A. (2008) – Cerámica gris. In: ALMAGRO GORBEA, M. (Dir.) – *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 673-723.
- MANCEBO, J. (1994) – Consideraciones sobre la cerámica gris a torno de Montemolín (Sevilla). *Zephyrus*, 48, p. 105-111
- MAYET, F. & SILVA, C. T. (2000) – *L'établissement phénicien d'Abul. Portugal*. Paris: Diffusion du Bocard.
- PAIXÃO, A. C. (1970) – *A necrópole do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. Novos elementos para o seu estudo*. Tese de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- ROCHA, A. S. (1905/1908) – Estações pre-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira. *Portugalia*, 2, p. 301-356.
- ROCHA, A. S. (1975) – A necrópole proto-histórica da Fonte Velha, em Bensafirim. In: *Memórias e Explorações Arqueológicas*. Volume 3, *Memórias sobre a Antiguidade*. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 127-141.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (2004) – *El edificio proto-histórico de “La Mata” (Campanario, Badajoz) y su estudio territorial*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- ROSS, A. M. (1982) – Acerca de la antigua cerámica gris a torno de la Península Ibérica. *Ampurias*, 44, p. 43-70.
- SALVADOR MATEOS, R. & PEREIRA, J. A. (2012) – A “Necrópole” da Carlota (São Brissos, Beja) no contexto cultural da Iª Idade do Ferro no Baixo Alentejo: dados preliminares. *Actas do V Encontro de arqueologia do Sudoeste*, Almodôvar: Câmara Municipal, p. 317-330.
- SANTOS, F.; ANTUNES, A. S.; GRILLO, C.; DEUS, M. (2009) – A necrópole da Idade do Ferro de Palhais (Beringel, Beja). Resultados preliminares de uma intervenção de emergência. *Actas do IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Huelva, p. 746-804.
- SERRÃO, E. C. (1964) – *A necrópole proto-histórica do Casalão, Sesimbra*. Setúbal.
- SERRÃO, E. C. (1974) – A estação arqueológica do Vale da Palha (Calhariz). *Estudos Arqueológicos*, 1, p. 129-142.
- SERRÃO, E. C. (1994) – *Carta Arqueológica de Sesimbra*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1986) – *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.

- SILVA, C. T.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. M.; DIAS, L. F.; COELHO-SOARES, A. (1980-1981) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*, 6-7, p. 149-218.
- SOUSA, E. (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do estuário do Tejo*. Lisboa: UNIARQ.
- VALLEJO SÁNCHEZ, J. I. (2015) – *Las cerámicas grises orientalizantes de la Península Ibérica*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Sevilha. Edição policopiada.

ERA AQUI QUE FEBO ADORMECIA

THIS WAS THE PLACE WHERE PHŒBUS FELL ASLEEP

José d'Encarnação¹

Abstract

According to lost roman inscriptions, a *legatus provinciae Lusitaniae* honoured *Sol et Luna* at Sintra, near *Olisipo*, perhaps with a temple over the Ocean's coast, and ancient written traditions also give us the idea that his initiative could be interpreted as a rivalry between *Colonia Scallabitana* and *Olisipo*, at the emperor Augustus' reign.

Therefore, the actual archaeological research gives us the opportunity to discuss not only the very problematic authenticity of these epigraphic texts but also the real context in what the XVII and XVIII centuries' authors wrote their stories.

Keywords: CIL II 258, 259 and 31*; Roman temples; *Olisipo*; *Scallabis*; roman imperial cult.

Diz o Povo que “não há fumo sem fogo”, expressão que, no domínio dos estudos etnográficos, é sempre tida em consideração no que respeita, por exemplo, a lendas e credences populares. Dizem que por ali aparecia uma senhora; nas noites de Lua Cheia, não se pode andar por essas bandas... E o etnógrafo anota no seu canhenho esses dados, observa a paisagem, fala com as pessoas idosas e acaba por encontrar o fio à meada de uma arraigada tradição transmitida de geração em geração...

Recordo-me de termos ouvido, o Guilherme Cardoso e eu, um velhote garantir-nos que era perigoso, à noite, atravessar, em determinado sítio, o ribeiro que limitava a sul o território da *villa* romana de Freiria. Almas penadas seriam? Qualquer coisa estranha era, sem dúvida! E era, soubemos depois: ali se situava a necrópole da *villa!*

Usei essa expressão da primeira vez (2001-2002) que, a gentil convite do Prof. João Luís Cardoso, me debrucei sobre uma cópia da edição de 1753, feita em Lisboa, na oficina de Manuel Soares, “com todas as licenças necessárias e privilégio real”, da obra *Fundação, Antiguidades e Grandezas da Mui Insigne Cidade de Lisboa e Seus Varões Ilustres em Santidade, Armas e Letras. Catálogo de Seus Prelados e Mais Cousas Eclesiásticas e Políticas até o Ano 1147, em que foi ganhada aos Mouros por El-Rei D. Afonso Henriques*, oferecida “à fidelíssima e augustíssima majestade d'el-rei D. José I, Nosso Senhor, por seu mínimo vassalo, Manuel António Monteiro de Campos, e à sua custa impressa, escrita pelo capitão Luís Marinho de Azevedo, natural da mesma cidade”. E não resisti a referi-la de novo aqui, porque desde logo me ficara o desejo de voltar a comentar mais algumas das bem aliciantes páginas desta obra.

¹Universidade de Coimbra.

Estava-se em meados do século XVIII, ainda não acontecera o terramoto de Lisboa, mas já se sentia no ar da Europa a necessidade de se regressar ao Passado, para aprofundar raízes, para os povos sentirem que eram, afinal, elos de uma cadeia que há muito se iniciara. O terramoto fez estremecer a terra e fez estremecer as consciências e determinou, por toda a parte, a preocupação de se salvaguardar tudo o que poderia vir a ter interesse. Ora, nesse aspecto, Luís Marinho de Azevedo foi um precursor, usando, naturalmente, com tal objectivo, os dados que tinha à mão, seguindo a mentalidade da época, em que o real, o concreto, o provado facilmente se mesclavam com o imaginário, desde que daí pudessem advir louros para a sua amada cidade de Lisboa.

Optei, agora, por analisar dois capítulos do Livro I, o XXI – “Como fingiram os Poetas que o Sol descansava no nosso promontório e que ele e os mais planetas se alimentavam dos vapores do Oceano; e templo que nossos Lisbonenses lhe levantaram” e o XXII – “Que prossegue a matéria do passado discursando quando podia ser fundado este templo”. E a escolha recaiu sobre eles, fundamentalmente porque aí se transcrevem duas inscrições, uma delas que se reputa autêntica e outra, falsa, aparentada dessa – que merecem comentário, a meu ver.

1 – “O MAIS REMOTO PONTO DA TERRA OCIDENTAL”

A narrativa começa com alusões ao que Sílio Itálico escrevera, fingindo, acerca de o Sol, “*depois de dar volta a este hemisfério*”, vir “*descansar a ele do trabalho do dia, encobrendo a luz nas ondas do Oceano*” (p. 83): “*Hesperidum veniens lucis domus ultima terrae*”.

Será, porventura, interessante estudar-se o enquadramento desta frase no contexto do poema épico-histórico *Púnica*, que Sílio dedicou à II Guerra Púnica. E logo aí se vê a argúcia de Marinho de Azevedo. A frase completa é: “*Quin et Massyli fulgentia signa tulere, / Hesperidum veniens lucis domus ultima terrae*”.¹ E todo o enredo se refere a África, de tal modo que um dos comentários aí insertos, a propósito da frase “*ultima terrae*”, explicita: “*in extremo occidentali Africae litore*”. Os Massilos são um povo sito perto da Numídia; e sobre a localização das Hespérides e seus pomares muito se tem discutido. O engenho de Marinho de Azevedo consistiu, pois, em situar nas proximidades de Lisboa o que, no original, à Mauritânia se referia.

Vai, no entanto, mais além e não hesita em escrever: “*E que depois de descansar nele, as deusas do mar tiravam os freios aos cavalos de seu coche, para pastarem a verde grama daqueles amenos campos*” – a fim de mostrar também a riqueza da sua paisagem agrícola.

Inspira-se, aqui, numa passagem do poema épico *Thebais* (“Tebaida”), de P. Papinius Statius, que o publicou nos anos 90-91. O tema do poema é a expedição dos Sete contra Tebas e traz, no livro III, esta passagem:²

*Ya el Sol al mar de Hesperia había llegado,
Donde ya sus caballos desataba,*

¹Sigo a edição de Lemaire. Esta passagem está na p. 181 e os dois versos são os 282 e 283. Note-se que não é a única versão desta passagem, diferindo de manuscrito para manuscrito, segundo pode deduzir-se dos comentários constantes da referida edição.

²Sigo a edição, castelhana, da responsabilidade de Jesús M. Morata, membro do Grupo de Estudios Literarios del Siglo de Oro (G.E.L.S.O.), da Universidade de Málaga, disponível em <URL: http://www.antequerano-granadinos.com/archivos/la_tebaidadef.pdf>, a que acedí em 18.06.2016. A passagem citada vem, sob o n.º 114, nas p. 129-130 dessa edição, que dá conta da tradução feita por Joan de Arjona, poeta granadino que terá morrido em 1603; levou seis anos a fazer a tradução, mas acabou por não a terminar, tarefa de que se encarregou Gregório Morillo, depois de 1618.

*y el rostro, ardiente y de sudor bañado,
entre las frescas ondas regalaba.
Ya de hermosas ninfas rodeado,
del trabajo ordinario descansaba,
y ya corriendo y sin algún sosiego
llegan las Horas a servirle luego.*

Não quis deixar de transcrever estes versos, porque importa, em meu entender, apercebermo-nos de como os nossos autores de Setecentos eram versados nas obras latinas, de que naturalmente dispunham nas suas bibliotecas ou a que tinham acesso, porventura em bibliotecas conventuais. Uma pesquisa nesse sentido poderá resultar de interesse, uma vez que sempre poderá correr-se o risco de se considerarem ‘invenções’ as notas de rodapé em que as obras dessa época superabundam – e são creíveis.

Aspecto de não somenos relevância é a facilidade – ou a habilidade, se se quiser – com que trazem à colação, como comprovantes, textos que pertencem a um contexto completamente diferente. E basta, por vezes, a adjunção de uma palavra para facultar a demonstração pretendida. Neste caso, não hesitou Marinho de Azevedo em explicitar: os cavalos foram soltos, não porque tivessem terminado, por aquele dia, o seu trabalho de puxarem o carro do Sol, precisavam era de “*pastar a verde grama daqueles amenos campos*”!...

De não menos curiosidade se reveste o argumento seguinte: ao final da tarde, envolto na neblina que do Oceano se desprende, o Sol e os demais astros, aliás, parecem muito maiores: *Solem in finitimis Oceani littoribus multo maiorem occidere*.³ Alimentar-se-iam, pois, dos “*vapores do Oceano*”, donde brotariam as “*águas que banhavam os nossos campos Elísios*” (p. 84). Só benefícios, portanto, daí recebiam os Lusitanos e, de modo especial, os Lisbonenses, pelo que “*os quiseram ter mais propícios, edificando-lhes templo, onde, com sacrifícios consagrados, a sua eternidade perpetuasse a memória do reconhecimento devido a mercês tão soberanas*”.

E aqui entra a ‘autoridade’ de André de Resende e de Frei Bernardo de Brito: “*Esteve este antigo templo nas vertentes da serra, que faz nosso promontório olisiponense pela parte que se lança no Oceano, e dele estão algumas ruínas entre as areias da praia*” – é informação colhida em Resende – “[...] *cuius modo inter littorales arenas ruinae tantum extant, et cippi aliquot inscripti superstitionis antiquae indices*”.⁴

De duas dessas inscrições é intenção tratarmos aqui; antes, porém, importará dar conta do que Marinho de Azevedo escreve (p. 85), acerca do motivo que levou os cidadãos de Lisboa a erguerem este templo.

2 – RIVALIDADE ENTRE SCALLABIS E OLISIPO ?

A erecção desse templo merece enquadramento especial – terá pensado Frei Bernardo de Brito. Não poderá, decerto, ter nascido apenas de uma devoção normal. E, se não erro, será, mais tarde, Manuel Faria e Souza que envolverá esta iniciativa na história romana peninsular, a fim de lhe dar verosimilhança maior. No cap. XVI da sua *Europa Portuguesa*,⁵ intitulado “Desde el año 20, antes del nacimiento de Christo asta que nasció”, escreve (p. 238-240): “*En la ciudad de Tarragona se hallava con el logro de la felicidad de tanto Domínio,*

³ A citação (p. 84, nota 1) é atribuída por Estrabão a Posidónio de Apameia: “*Posidonius enim vulgo dici traditur*” (*Geografia*, livro III). Estrabão acrescenta que Posidónio diria mesmo que esse ocaso seria “*magno cum strepitu*”, isto é, fazendo grande barulho!

⁴ *De Antiquitatibus Lusitaniae*, Liber primus, fl. 38.

⁵ Sigo a 2.^a edição do tomo I, datada de Lisboa 1680, que é versão em castelhano.

el Emperador Otaviano Augusto, quando empezaron a entrar por ella Embaxadores [...] a darle la enorabuena del colmo de suas gloriosas prosperidades, ofreciendo preciosos dones, y solicitando pazes, amores, y mercedes: porque nadie dá que no pida, y nadie debe recibir que no dé. Entonces se acabó Augusto de tener por Augusto viendose diversamente adorado de tantas y tan varias Naciones”. Chamavam-lhe Deus, “Monarca soberano”, e ele “tratava a todos como iguaes amigos”. “[...] Todos le pidian licencia para levantarle Templos [...]”.

E prossegue Faria e Souza: “Entre aquellas Embaxadores se hallaron los de Lusitania, y eran naturales de la illustre Villa de Santarém. Tambien alcanzaron de Augusto la gracia de erigirle Templos en su Provincia. El de aquella Población se labró en forma de Fortaleza grande y suntuosa: de que resultó el parecer después que a titulo de muy devotos se acomodaban sus moradores para cuando se ofreciese ocasión de parecer guerreros. A lo menos con esta sospecha paleava Accidio Cestio legado del Emperador, a los de Lisboa al dar principio en ella a otra maquina semejante, y que aviendo precisamente de corresponder a la grandeza de la ciudad, avía de ser formidable al feliz estado de las cosas romanas. Ellos que lo entendieron, por limpiarle de temores, fundaron moderadamente en parte menos escrupulosa. Eligiendo por sitio de su fabrica la Sierra de Cintra adonde se levanta sobre el Océano con alguna distancia de Lisboa, allí levantaron un Templo dedicado al Sol y a la Luna, de que aun permanecen algunas ruinas con estas letras [...]”.

Transcreve a inscrição – CIL II 258 – e também uma outra (CIL II 31*) e informa que depois se achou outra, já do tempo do imperador Septímio Severo, que “renueva la memoria de que avia aquele Templo [...]”.⁶

Frei Bernardo de Brito (livro IV, f. 410v.) vai, porém, mais longe na justificação: os Olisiponenses instaram “com Acídio Céstio, legado do imperador, a que ele tinha deixado por governador da Lusitânia, que impetrasse dele licença para levantarem um templo com grande sumptuosidade; e vendo que lha negava, suspeitando o que podia nascer destes edificios, levaram adiante a sua devoção, e no lugar onde a serra de Sintra se lança no mar e faz aquele grande cabo tão celebrado dos geógrafos, levantaram um templo dedicado ao Sol e à Lua [...]”.⁷

O primeiro comentário a fazer no que concerne ao que atrás se narra é que está bem informado Faria e Sousa. Na verdade, Augusto está em Tarragona de 27 a 25 a.C. e essa estada é muito justamente posta em relevo por Robert Étienne (1974, p. 362-378), como correspondendo, de facto, ao nascimento do culto imperial. Aí recebe, de facto, numerosas ‘embaixadas’: “Tarragona torna-se o centro do mundo”, escreve Étienne (p. 363), “o rei dos Partos, Tiridates, envia-lhe uma missão; Augusto recebe embaixadores das Índias; um certo Chairémon de Tralles vem pedir apoio a Augusto para a sua cidade destruída por um terramoto”.

Não há, aqui, expressamente, menção a pedidos múltiplos de construção de templos em sua honra. Só o caso de Mitilene é referido em pormenor; no entanto, é fácil supor que, subtilmente, essa atitude tenha sido tomada, no quadro de uma sábia política adoptada pelo imperador, que vai construindo por fases a sua própria divinização: proclama-se “filho do divino César”; permite que se divinizem algumas das suas qualidades – o seu “génio”, a sua “majestade”; ao *genius Augusti* se ergue um templete em Roma; “ninguém impede os cidadãos de prestarem a Augusto um culto privado e com frequência lhe são endereçadas súplicas nos municípios fora de Roma” (ROULAND, 1981, p. 243).

Por conseguinte, o envio a Tarragona de uma embaixada por parte dos *Scallabitanis* está plenamente justificado.

E porquê *Scallabis*? Por ser uma *colonia* e deter, nesse contexto de guerra civil ainda fresca, um papel estratégico relevante.

⁶ Desta terceira epígrafe – que vem exarada em CIL II 259 – se não tratará aqui.

⁷ Nesta parte, actualizei a ortografia.

E como se explica, então, a pretensão olisiponense?

Tive ocasião⁸ de sugerir que se me afigura ter havido desde o início da vinda dos Romanos uma ‘rivalidade’ entre *Scallabis* e *Olisipo*. Rivalidade que, a meu ver, deve ser entendida não como disputa mas como complementaridade: *Scallabis* seria a retaguarda militar e *Olisipo* assumiu, desde logo, preponderância social, económica e religiosa. Por isso me não admirei quando, recentemente, me debrucei sobre as escassas inscrições romanas passíveis de se adscrever ao território de *Scallabis*: encontrei sobretudo soldados e... fora da cidade!⁹ Ora, o que se anota em relação à pretensão dos Escalabitanos? E de que é que os Olisiponenses suspeitam? Releia-se o que relata Faria e Sousa: “*El [templo] de aquella Población se labró en forma de Fortaleza grande y suntuosa: de que resultó el parecer después que a título de muy devotos se acomodavan sus moradores para quando se ofreciese ocasión de parecer guerreros. A lo menos con esta sospecha paleava Accidio Cestio legado del Emperador, a los de Lisboa el dar principio en ella a otra maquina semejante, y que aviendo precisamente de corresponder a la grandeza de la ciudad, avia de ser formidable al feliz estado de las cosas romanas*”.

E qual foi, portanto, a solução adoptada? É ainda Faria e Sousa quem o diz: “*Ellos que lo entendieron, por limpiarle de temores, fundaron moderadamente en parte menos escrupulosa. Eligiendo por sitio de su fabrica la Sierra de Cintra [...]*”.

Desconheço, como é natural, a fonte em que Faria e Sousa poderá ter haurido esta informação; mas, afinal, pensando bem no que hoje conhecemos – e, de modo especial, no muito que desconhecemos! – a frase usada (“*limpiarle de temores, fundaron moderadamente en parte menos escrupulosa*” – pode vir ao encontro de uma linha de pesquisa passível de trazer luz acerca do relativo ‘apagamento’ histórico em que a *colonia Scallabitana* tem vivido, de tal modo que, inclusive, só recentemente se consolidou a sua identificação com a cidade de Santarém.

E é um facto que as escavações levadas a efeito, designadamente por Ana Margarida Arruda e sua equipa,¹⁰ mostraram que a Alcáçova da actual cidade sofreu, ao longo dos séculos, os mais profundos revolvimentos, de modo que se torna difícil identificar estruturas datáveis desses primórdios da vida da colónia romana.¹¹ Contudo, no artigo que publicou juntamente com Catarina Viegas (1999), as conclusões acerca do templo são muito claras e vêm ao encontro de tudo o que atrás se disse, não só quanto à robustez da construção (Fig. 1), mas sobretudo – e é o ponto principal que nos interessa – quanto à datação da construção, que fixam (p. 60) entre a partida de César da Península Ibérica, em 48 a.C., e o começo do reinado de Augusto, especificamente entre 27 e 25 a.C. e apontam, inclusive, a possibilidade de a construção ter coincidido com a instalação aí de

⁸Na comunicação apresentada, em Outubro de 2012, em Lugo (Galiza), no Colóquio Internacional “Las Ciudades del Poder en Hispania”, subordinada ao título “As transformações nas cidades do poder à luz da epigrafia na Lusitânia” (no prelo).

⁹ Trata-se do artigo (ultimado em Abril de 2016), “Os monumentos epigráficos, retratos de vida... em *Scallabis*”, que virá a ser publicado pelo Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, de Santarém.

¹⁰ Citem-se, a título de mero exemplo, dentre outros trabalhos, os seguintes: ARRUDA & VIEGAS 2014, p. 242-255; ARRUDA, 1984, p. 217-223; ARRUDA, 1986, p. 75-77.

¹¹ Escreveu Jorge de Alarcão: “*Problema de difícil resolução é o de saber se a sede do conventus, primeiramente localizada em Scallabis, foi a certa altura transferida para Olisipo, cidade seguramente maior e mais activa*”. E acrescenta: “*O que nos sugere a importância administrativa de Olisipo é a visita de governadores da Lusitânia*” (1994, p. 60), observação de que só agora tomei consciência e que vem precisamente ao encontro das considerações atrás consignadas. Eu não iria tão longe, tendo inclusive em conta exemplos nossos contemporâneos de localidades próximas umas das outras em que uma detém o estatuto jurídico-administrativo, mas é na que lhe fica ao lado que se desenvolve a maior parte da actividade. Cito apenas um exemplo: até há bem poucos anos, o meu concelho era Alportel, pequeno lugar junto a S. Brás (agora, a sede do concelho), onde, afinal, todas as instituições mesmo antes se localizavam.

veteranos das legiões de Octaviano, hipótese que poderia ter justificação no facto de, em *Scallabis*, se registarem cidadãos inscritos na tribo Galéria.

Quanto ao templo ao Sol e à Lua, cuja tradição tem atravessado gerações, atendendo a que uma das fontes acabou por apontar também como local de achamento de uma das epígrafes – “*cippus magnus*” – “*na foz de Collares*” (CIL II 258), constituído dado seguro, até pelo crescente número de epígrafes e de fragmentos de epígrafes encontradas (Fig. 2), que a sua identificação no Alto da Vigia, no pequeno planalto sobranceiro à foz do Rio de Colares, frente à Praia das Maças, não sofre contestação.¹²

Há, porém, um pormenor que não será, porventura de somenos, quando evocamos a “tradição”: é que o templo – a darmos crédito aos autores citados e suas explicações, forjadas ou alicerçadas precisamente em dados tradicionais – foi dedicado ao Sol e à Lua, quando a intenção era dedicá-lo ao imperador. O certo é que terá sido um legado imperial o responsável pela iniciativa, há outros legados imperiais que ali acorreram como que “em peregrinação” e, pelo menos, uma outra epígrafe (CIL II 259) foi dedicada ao Sol Eterno e à Lua pela eternidade e pela saúde da casa imperial de Septímio Severo seguramente por um funcionário imperial. Ou seja, na prática, o local funcionou como local de culto ao Sol e à Lua, sim, mas estreitamente ligado também ao culto ao imperador – como a delegação dos Olisiponenses (a ter existido...) pretendia!...



Fig. 1 – Pormenor da estrutura do templo romano de *Scallabis*. [Especial deferência de Ana Margarida Arruda].



Fig. 2 – Materiais exumados do Alto da Vigia, no Museu de Odrinhas. [Especial deferência de José Cardim Ribeiro].

¹² Tem sido notável o trabalho aí desenvolvido pela equipa do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, sob orientação do Dr. José Cardim Ribeiro. Uma das sínteses mais sugestivas sobre o sítio pode ser a do próprio Cardim Ribeiro (2002, p. 235-239).

3 – CIL II 258

Emílio Hübner considerou aceitável uma das epígrafes citadas (Fig. 3). Dir-se-á, desde logo, que todos os autores a citam, mas é diversa a sua apresentação por linhas, de forma que, por o monumento ter desaparecido, será sempre aleatória a divisão linear ou a pontuação por que se opte; e o mesmo se diga em relação às abreviaturas originais, pois, como se disse, cada qual faz uma transcrição diferente.

A única descrição que temos é a atrás citada: um grande cipo. Não se terão certamente dúvidas de que – dadas as características da epígrafe – estaríamos perante um altar de dimensões notáveis. O texto poderia ter sido o seguinte:

SOLI · ET · LVNAE / CESTVS [sic] · ACIDIVS /
PERENNIS / LEGATVS · AVG[usti] · PRO · PR[etore] /
PROV[inciae] · LVSITANIAE

Ao Sol e à Lua – Sexto Acídio Perene, legado de Augusto, propretor da província da Lusitânia.

Repito: a translineação apresentada e mesmo a pontuação obedece, apenas, a critérios estéticos meus e não há garantia, enquanto o monumento se não encontrar (se se vier, um dia, a encontrar!...), de que tenha sido esta a paginação original.

Considero que o legado tem os normais *tria nomina*, pelo que *Cestus* nada mais será do que má grafia do vulgar *praenomen Sextus*.¹³

O *nomen Acidius* não consta em <URL: <http://eda-bea.es>> e na base de dados <URL: <http://www.manfredclaus.de/gb>> apenas se apresenta, além deste, o antropónimo, isolado, em CIL III 6017, 6, ou seja, “*in strigili ex aere*”, que Hübner terá identificado em Viena (Panónia Superior); mas, apesar de a leitura ser essa, a forma desenhada do suporte pode suscitar dúvidas, pelo que dá a impressão de estarmos perante um *hapax*, na medida em que, segundo Kajanto (1982, p. 36), também o *cognomen Acidinus* derivará do *cognomen* (de sentido pejorativo)

258 *Na foz de Collares in promontorio Solis et Lunae cippus magnus Res. In termino de Collares cippus magnus Strada.*

SOLI · ET · LVNAE
CESTIVS · ACIDIVS
PERENNIS
LEG · AVG · PR · PR ·
5 PROVINCIAE · LVSITANIAE

Resende cod. Valent. f. 46 v., antiq. p. 39 (inde Grut. 31, 13; Britto ed. I 1 f. 410 v., ed. II 1 p. 549; Higuera hist. ms. de Toledo 1 f. 221 v.; Nunes do Leão f. 26 v.; Gasco p. 43; Azevedo 1, 88; Florez 13, 56; Salgado ms. 2, 47; Masdeu 5, 486, 464; Juromenha p. 143; Levy 31, 92); Strada p. 172, 11 ex eiusdem Resendii schedis.

2 CESRVS Res. cod. Val., CEST. ant., CAETIVS Nunes do Leão, Gasco; CELEST. corr. Gudius in Grut. ed. 2. 4 D . . . D . . . Strada, PROPR · PROV Grut.

Fig. 3 – CIL II 258.

¹³ Não é essa a opinião, por exemplo, de Alicia Canto (in HEp 14 2008 448a), que propõe a existência de dois *nomina*, ambos “bien conocidos” (veremos, de seguida, que *Acidius* nos parece não o ser). Aliás, esta autora defende com fervor essa hipótese no artigo de 2004, p. 277 e, de modo especial, na nota 73 (p. 326), em que refere as várias interpretações dadas, refutando-as. Hei por mim, todavia, que pode tratar-se de natural dificuldade de entendimento oral do nome, tendo em conta, inclusive, que os autores nem sempre o citam da mesma forma e na mesma ordem; e, além disso, como de seguida se assinala, o próprio antropónimo *Acidius* é um *hapax*, o que pode ser igualmente derivado de má compreensão da minuta ou da ‘encomenda’ oral.

Acidus, não fazendo qualquer referência a um eventual antropónimo *Acidius*; por seu turno, *M. Acidi* lido em *CIL* II 2607, de Castro de Avelãs, igualmente deve ser banido, porque a reconstituição do *nomen* é *Placidius* (REDENTOR, 2002, inscrição n.º 3, p. 48-50).

No que concerne ao *cognomen Perennis* – que não é, obviamente, o adjetivo “perpétuo” a qualificar o legado, como sugeriu Faria e Sousa (1680, p. 240) – é de origem latina: Kajanto (1982, p. 274) dá conta da ocorrência do testemunho de 15 homens com esse nome no conjunto do *CIL* e de 4 (escravos ou libertos) na cidade de Roma; significativamente, ao contrário do que é habitual nestes casos, não refere qualquer senador ou cavaleiro, o que indicia ou não ter conhecimento desta epígrafe (hipótese que perfilho) ou não considerar senador a personagem aí citada.

Tempo é, pois, de verificarmos o que se poderá ter passado. Poderemos começar, eventualmente, por Don Manuel Henao y Muñoz, que escreve, no que a Mérida diz respeito: “*Entre los legados principales que gobernaron la colonia de Mérida, merecen especial mencion Publio Carisio, Cesto Accidio Perenne, nombrado por Augusto pretor de la provincia, y Othon, que después llegó á ser emperador*” (1870, p. 35).

Hermann Dessau (ILS 3939) apresentou a seguinte leitura: *L. Tulcidius Perennis leg. Aug. pr. Pr. Provinciae Lusitaniae*.

E, em nota à palavra *Tulcidius*, comentou: “*Sic alter ex descriptoribus, Cestius Acidius alter; fortasse intellegitur filius Perennis praefecti praetorio sub Commodus*”.

Essa interpretação terá levado Géza Alföldy (1969, p. 143) a propor *Sext(i)us [Ti]gidius (?) Perennis*, sugerindo mesmo que poderia ser um filho do *praefectus praetorio* do mesmo nome, que viveu por volta de 185 d.C.

De passagem, na sequência do que atrás se disse acerca do ‘relacionamento’ *Scallabis – Olisipo*, Jorge de Alarcão anota, na mesma linha de pensamento: “*Por volta de 185 d.C., um outro governador, Sexto Tigídio (ou Nigídio) Perene veio certamente a Olisipo, pois consagrou uma ara (CIL II 258) no santuário do Sol e da Lua que existia no Alto da Vigia, na Praia das Maças, concelho de Sintra*” (1994, p. 60-61). Aliás, na lista de governadores da Lusitânia que apresenta em 1974 (p. 209), indica “*Sextus [Ti-?]gidius Perennis (cerca de 185)*”.

Análises feitas, uma conclusão parece poder tirar-se: ninguém põe em causa a autenticidade da epígrafe – e este será, sem dúvida, um bom ponto de partida.

A questão põe-se, em primeiro lugar, é na leitura do nome do legado. O facto de o *nomen Acidius* não estar documentado na epigrafia do mundo romano – quanto saibamos – não foi assinalado por ninguém, preocupados todos com a necessidade de escolherem um outro *nomen* para o substituir: *Tigidius* ou *Tulcidius*. Ora, na base de dados <URL: <http://www.manfredclauss.de>>, documenta-se, entre outros, como sêxviro, na Dalmácia, um *Sex[tus] Tigidius Orestes* (EDCS-10000669); *Tulcidius*, ao invés, é desconhecido.

Pela minha parte, aceite a autenticidade da epígrafe, a questão da designação do legado imperial afigura-se-me, afinal, pouco relevante. O que poderia causar maior perplexidade é a datação proposta, os finais do século II, data usada inclusive por Alicia Canto para justificar a omissão do *praenomen* e a existência de dois *nomina* – opinião que, como afirmei, não perfilho. Na verdade, tudo o que Frei Bernardo de Brito e autores que lhe seguiram as pisadas pode ser ficção; mas... acaba por poder ter a sua razão de ser, num contexto bem definido, como atrás se viu: a estada de Augusto em Tarragona! Por outro lado, a natural supremacia de *Scallabis*, capital de *conventus*, em relação a *Olisipo*, justifica, por um lado, que sejam os emissários escalabitanos a dirigirem-se a Augusto e a obterem dele mercê; e, por outro, a referida ‘suspeição’ dos olisiponenses ao verem as características arquitectónicas que lhes parecia ter esse templo – mais fortaleza que templo! – e o despeito por terem sido postergados, acabando por tomarem a iniciativa de mandar fazer, também eles, um templo, não

explicitamente ao imperador mas, sob a capa das invocações mais consentâneas com a tradição religiosa local, ao Sol e à Lua, com elevada conotação, porém, de apego ao poder central, pois doutra forma se não compreenderia não só que a iniciativa partisse de um legado imperial como também a das sucessivas visitas documentadas de outros legados. Tenha-se, porém, em conta que a criação da província da Lusitânia data de alguns anos mais tarde, entre 16 e 13 a.C. (proposta que Sir Ronald Syme adiantara), como Robert Étienne fez questão de sublinhar: “*Ce serait au cours de son deuxième voyage en Occident qu’Auguste aurait réorganisé l’administration de la Péninsule Ibérique, pour harmoniser la réduction de l’armée hispanique à trois unités légionnaires et les nouvelles divisions provinciales*” (1992, p. 361).¹⁴

Ora, nada parece obstar a que a construção do templo possa ter sido quase contemporânea da criação da província, o que poderia concordar com a informação veiculada por Don Manuel Henao y Muñoz (sem, todavia, indicação de fonte) de que “*Cesto Accidio Perenne*” fora “*nombrado por Augusto pretor de la provincia*”. É que, note-se, Don Manuel só menciona três governadores e os outros dois são bem reais: Públio Carísio e Otão!

4 – CIL II 31*

Não resisto, porém, a referir-me à outra epígrafe que, nesses livros dos séculos XVII e XVIII, surge no mesmo contexto. Essa, sim, totalmente forjada e entretecida de tamanhas incongruências, quer do ponto de vista epigráfico quer histórico, que, à primeira vista, a ela se poderia aplicar a conhecida frase “*não vale a pena gastar cera com tão ruim defunto*”.

Gostava de poder mostrar que o defunto é ruim, sem dúvida; mas das roupagens em que no-lo apresentam envolvido quiçá possam retirar-se ilações de alguma utilidade. E lá voltaríamos nós à repetida frase inicial de que, mui provavelmente, também aqui “*não há fumo sem fogo*”!

Creio, para já, que nunca terá sido cotejado o texto latino com a tradução apresentada. Proceder ao desdobramento das suas siglas e abreviaturas, de modo a obter-se uma leitura escorreita poderá, por conseguinte, ser um bom pretexto para sobre o seu conteúdo nos virmos a debruçar depois. Apresenta-se, por consequência, na Fig. 4, o texto de Hübner (CIL II 31*); e reproduz-se, na Fig. 5, o que traz Faria e Sousa (1680, p. 240). A leitura interpretada da epígrafe poderia ser a seguinte, não se respeitando, naturalmente,

31* ‘*Na roca de Sintra*’.

phebo dianeq. | ulixbonens. |
 pro salute et eterni|tate rom.
 imperii pro vita et felici|tate.
 imp. caes. d. aug. octaviani
 c. iulii f. p. f. vict. germanici
 dacic. | alexand. cestus acci-
 dius perpetu|us. e. legatus. pro-
 pretor provinciae | lusitaniae
 d. d. a. stantib. dec. ulix-|
 bonen. | civitates quae huic
 operi aux | d d. | munic. ulix-
 bonens. munic. salacien. | mu-
 nic. | scalabiens. | opid. hiera-
 brie. | op. tubucci. opid. eburo-
 brit. | ulixbonens. pp. bene-
 ficia in munic. | statuam ant.
 fores templi erexe|runt flami-
 nesq. dd.

Britto ed. I 1 f. 410, ed. II 1 p. 550
 (inde Levy 29, 87) e promptuario
 inscriptionum.

Fig. 4 – CIL II 31*.

¹⁴Essa datação é confirmada também por Patrick Le Roux (2016, p. 92).

a translineação nem as supostas vírgulas nem qualquer outro tipo de pontuação, uma vez que variam de autor para autor:

PHEBO DIANÆQ[ue] VLIXBONENS[es] PRO SALVTE ET ETERNITATE ROM[ani] IMPERII PRO
VITA ET FELICITATE IMP[eratoris] CÆS[aris] D[ivi] AVG[usti] OCTAVIANI C[aii] IVLII F[ilii] P[ri]i
F[elicitis] VICT[oris] GERMANICI DACIC[i] ALEXAND[rini] CESTVS ACCIDIVS PERPET[uus] E[ius]
LEGATVS PROPRETOR PROVINCLÆ LVSITANLÆ D[e]D[icavit] A[nte] STANTIB[us] DEC[urionibus]
VLIXBONEN[sibus]

CIVITATES QVÆ HVIC OPERI AVX[iliaverunt] D[e]D[icationem] MVNIC[ipium] VLIXBONENS[e]
MVNIC[ipium] SALACIEN[se] MVNIC[ipium] SCALABIENS[e] OPID[um] HIERABRIC[ense] OPID[um]
TVBVCCI OPID[um] EBVROBRIC[ense]

VLIXBONENS[es] P[at]ri P[at]riae BENEFICIA IN MVNIC[ipium] STATVAM ANT[e] FORES TEMPLI
EREXERVNT FLAMINESQ[ue] D[e]D[icaverunt]

Não pode dizer-se que não seja uma “peça” notável do ponto de vista da erudição que revela e pela forma hábil como o texto é entretecido: a solene dedicação a Febo e a Diana, na primeira parte, com pompa e circunstância, evocando o papel primordial que teria tido o legado imperial – agora já beneficiário do título “perpétuo” – Cesto Acídio, na presença dos mais relevantes magistrados olisiponenses. A referência, na segunda parte, às “cidades” dos arredores que não hesitaram em contribuir para o monumento sagrado. Finalmente, o realce de novo à iniciativa olisiponense, uma vez que, atendendo aos benefícios outorgados pelo imperador, aqui sob a natural invocação de “Pai da Pátria” (que a Augusto foi concedida, como se sabe, no ano 2), lhe erigiram uma estátua e organizaram o culto imperial, nomeando flâmines.

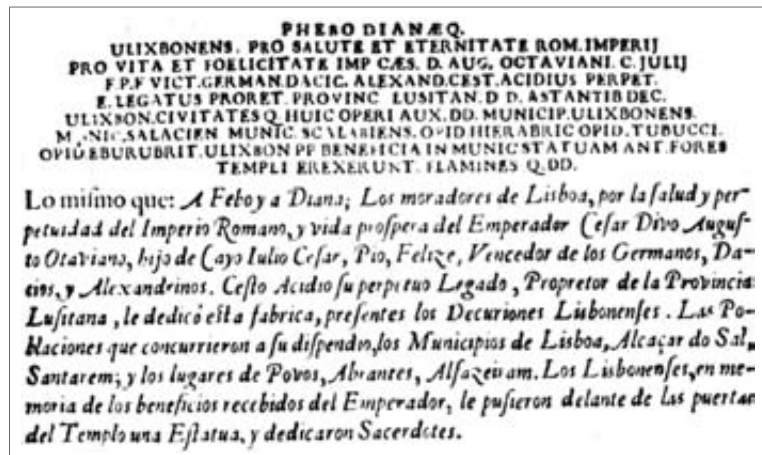


Fig. 5 – Versão de Faria e Sousa de CIL II 31*.

Tudo, por conseguinte, dentro do que seria normal esperar!...

Luís Marinho de Azevedo não hesita, porém, a lançar as maiores dúvidas sobre a autenticidade da epígrafe (p. 86-87).

Primeiro, diz ele, André de Resende afirma “*que viu a pedra tão gastada que não pôde ler nela palavra que fizesse sentido e Fr. Bernardo a traz depois sem danificação, sendo que, por ter tanta leitura, é cousa mui considerável*”.

Depois, atenta num aspecto de pormenor: umas vezes usam-se ditongos e outras não; mas a isso, acrescenta, “*se pode dar a costumada saída em semelhantes dúvidas, tornando a culpa ao oficial que lavrou a pedra: alguns dos quais barbarizavam a língua latina com este e outros erros*”.

O terceiro aspecto é mais perspicaz ainda: custa-lhe a admitir a grafia Vlixbonenses “*com estas letras, quando as pedras que se acham em Lisboa lhe chamam Olisipo*”.

Quarta questão: Santarém é colónia e não município.

Quinta: “*Se Augusto concedia a outras cidades licença para levantarem templos à sua falsa divindade, que razão havia para a negar aos Lisbonenses, sendo a sua cidade já nesse tempo constituída município por Júlio César, seu antecessor, e por sua grandeza tinha privilégio de fazer semelhantes dedicações, que não gozavam lugares pequenos [...]?* Aliás, a autorização dada a Tarragona não era para ser exemplo para as demais?”.

Creio não valer a pena aludir a outros aspectos da epígrafe que facilmente se terão por erróneos, como a designação Octaviano; a atribuição de *divus*; o anacronismo dos epítetos honoríficos (*Dacicus*, por exemplo); o uso de *pius felix*, corrente só a partir do século III... Atente-se também na presença da palavra *fores*, “porta”, “entrada”, de singular conotação literária: *fores portarum* são as portas duma cidade... Assinale-se, contudo, que Frei Bernardo de Brito conhecia bem o conteúdo dos textos epigráficos, ainda que não tivesse consciência das regras da sua correcta utilização.

Há um aspecto que não pode deixar de se realçar: *Olisipo* exerce uma função preponderante nesta iniciativa, mas a ela associa as cidades derredor. E essa lista é, a meu ver, significativa do que, ao tempo, se pensava acerca da importância dessas cidades e, até, da sua identificação. Se Alcácer do Sal e Santarém (aqui grafado de forma estranha: *Scalabienses*...) não parecem oferecer dúvidas, Luís Marinho de Azevedo (p. 86) não se exime de esclarecer que *Hierabriga* é localizável em Povos ou Alenquer, Tubucci é Abrantes, Eburobrício estava em Évora de Alcobaça (como queria Diogo Mendes de Vasconcelos, nos comentários que fez ao livro IV das *Antiguidades da Lusitânia*, de André de Resende, cap. 29) ou em Alfeizerão (como pretendia Bernardo de Brito).¹⁵

Permita-se-me uma derradeira conjectura: porquê uma dedicatória a Febo e a Diana?

Não tenho, como é evidente, provas cabais para o garantir; afigura-se-me, todavia, que a essa escolha não terão sido alheios dois factores: o primeiro, o verso d’*Os Lusíadas* alusivo ao pôr-do-sol neste ponto

*Onde a terra se acaba e o mar começa,
E onde Febo repousa no Oceano.*

A imagem de Febo, a designar o Sol, estaria, seguramente, muito viva e esta frase lapidar do Épico faria, de certeza, parte do quotidiano.

Quanto a Diana, o espírito, também aqui, é de exaltação do espírito patriótico dos Lusitanos, de que a história mitificada de Sertório constituiria um dos pilares das narrativas históricas de então. Data de 1728 a obra do Padre Manuel Fialho que, para enaltecer a sua Évora, não prescinde de, na esteira de André de Resende, glorificar o que Sertório terá feito pela cidade. Assim, esclarece que o general romano “*instituiu em Évora um senado em tudo semelhante ao de Roma e levantou um templo a Diana, a quem venerava por especial protectora. Conserva-se hoje íntegra a maior parte e mostra na sua magnificência os elevados espíritos de Sertório*” (p. 21, n.º 35). Explica, de resto, a razão da sua devoção: a todas as cidades espanholas “*fez crer, com um discreto engano, que a deusa Diana por meio de uma corsa, a quem tinha domesticado que lhe assistia nas campanhas e o acompanhava nas batalhas; lhe revelava os segredos do céu e os designios do inimigo; e com este estratagemas as suas ordens não só tinham força de preceitos mas venerações de oráculos*”.

¹⁵ Os trabalhos arqueológicos levados a efeito por José Beleza Moreira permitiram a identificação desta cidade, como se sabe, junto a Óbidos (MOREIRA, 2002).

5 – EM CONCLUSÃO

A discussão sobre a autenticidade de *CIL* II 258, em que – numa mensagem aparentemente singela – se perpetuara o ex-voto de um legado imperial romano ao Sol e à Lua, dado como proveniente da ponta ocidental da serra de Sintra, levou-nos a procurar descobrir qual poderia ter sido a verdadeira identidade desta personagem e, inclusive, a pôr em causa a sua real existência, uma vez que a inscrição fora omitida por uns e bastante posta em dúvida, por outros, a leitura tradicionalmente reportada pelos mais diversos autores, em cujas obras, amiúde, no que concerne à história antiga de Portugal, a lenda intimamente se misturava com a realidade.

A iniciativa de querer erguer ali esse templo poderia, no entanto, não ter partido de mera devoção pessoal, até porque outras epígrafes atestavam que o local passara a gozar de notoriedade com alguma relação também de índole política, pois a esse culto apareciam associados nomes de imperadores. Essa presunção, aliada à releitura do enquadramento de ampla conotação política que Frei Bernardo de Brito lhe atribuiu – real ou fantasiada – levou-nos a falar da permanência do imperador Augusto em Tarragona e ao facto de ter sido precisamente nessa altura que se observaram os primeiros sinais do aparecimento do culto imperial, com o pedido de várias comunidades para nelas virem a construir templos em honra do imperador. Uma dessas comunidades poderia ter sido a *colonia Scallabitana* e o certo é que o templo dado recentemente a conhecer em Santarém terá sido dedicado ao culto imperial e é datável justamente dessa época.

Restava, então, esclarecermo-nos acerca da outra construção, aparentemente da iniciativa dos habitantes de *Olisipo*, de um templo, que – embora dedicado ao Sol e à Lua – tinha, como se disse, implícita uma grande conotação de apego ao poder central.

A possibilidade de ter existido alguma ‘rivalidade’, logo nos primórdios do século I, entre *Olisipo* e *Scallabis*, de que ora nos estamos a dar conta, uma vez que detinha *Scallabis* a capitalidade política do *conventus* e *Olisipo* se constituíra, desde cedo, em empório comercial, regurgitante de uma industriosa e seguramente enriquecida classe de mercadores, é explicação que se me afigura plausível para a congeminação de todo este entrecho.

Conhece-se o templo de *Scallabis*; está a descobrir-se o templo ao Sol e à Lua. Os aspectos literários e algo fantasiosos que rodeiam esses primeiros tempos encontram, pois, uma explicação, que, se não é inteiramente verídica, abre, no entanto, outras perspectivas de investigação – porque é minha convicção, repito, de que, também em História, “não há fumo sem fogo”. E quando, pela suave mornidão dos Outonos, aqui “onde a terra se acaba e o mar começa”, vemos o astro-rei mergulhar, lento e rosado, na linha do horizonte, além, escondendo-se, por vezes, como que envergonhado, numa réstia de nuvem... somos incapazes de não nos sentir irmanados com os que, há dois milénios, também aqui vieram meditar no que de mui misterioso estaria para além daquela linha tão extensa e tão longínqua...

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, J. (1974) – *Portugal Romano*. Lisboa: Verbo.
- ALARCÃO, J. (1994) – Lisboa romana e visigótica. *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 58-63.
- ALFÖLDY, G. (1969) – *Fasti Hispanienses. Senatorische Reichsbeamte und Offiziere in den spanischen Provinzen des römischen Reiches von Augustus bis Diokletian*. Wiesbaden.
- ARRUDA, A. M. (1984) – Alcáçova de Santarém. Relatório dos trabalhos arqueológicos de 1984. *Clio / Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 217-223.
- ARRUDA, A. M. (1986) – Alcáçova de Santarém. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 8, p. 75-77.
- ARRUDA, A. M. & VIEGAS, C. (1999) – The Roman Temple of Scallabis (Santarém-Portugal). *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 1, p. 185-224.
- ARRUDA, A. M. & VIEGAS, C. (2002) – O templo romano de *Scallabis*. In *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 173-178.
- ARRUDA, A. M. & VIEGAS, C. (2014) – Santarém durante a época romano-republicana. *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 3, p. 242-255. [Actas do Congresso sobre a Conquista e a Romanização do Vale do Tejo].
- AZEVEDO, L. M. (1753) – *Fundação, Antiguidades e Grandezas da Mui Insigne Cidade de Lisboa e Seus Varões Ilustres em Santidade, Armas e Letras. Catálogo de Seus Prelados e Mais Cousas Eclesiásticas e Políticas até o Ano 1147, em que foi ganhada aos Mouros por El-Rei D. Afonso Henriques*. Lisboa: Oficina de Manuel Soares.
- BRITO, Frei Bernardo de (1597) – *Monarchia Lusitana*, tomo I. Alcobça [Edição fac-similada, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973].
- CANTO, A. M. (2004) – Los viajes del caballero inglés John Breval a España y Portugal: novedades arqueológicas y epigráficas de 1726. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 (2), p. 265-364.
- DESSAU, H. (1974) – *Inscriptiones Latinae Selectae* (= ILS). Dublin/Zurique, reedição.
- ENCARNAÇÃO J. (2001-2002) – Da imaginação e do rigor. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 387-404. Acessível em: <URL: <http://hdl.handle.net/10316/14193>>.
- ÉTIENNE, R. (1974) – *Le culte impérial dans la péninsule ibérique d'Auguste à Dioclétien*. Paris, reimpressão.
- ÉTIENNE, R. (1992) – L'horloge de la *civitas Igaeditanorum* et la création de la province de Lusitanie. *Revue des Études Anciennes*. Bordeaux. 94 (3-4), p. 355-362.
- FIALHO, M. (1728) – *Evora Gloriosa. Epílogo*. Roma.
- HENAO Y MUÑOZ, M. (1870) – *Crónica de la Provincia de Badajoz*. Madrid. Reedição 2011. Valladolid: Editorial Maxtor.
- KAJANTO, I. (1982) – *The Latin Cognomina*. Roma, reimpressão.

- LE ROUX, P. (2016) – Criação romana da Lusitânia. *Lusitana Romana – Origem de Dois Povos*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Imprensa Nacional–Casa da Moeda, Lisboa, p. 92-99.
- MOREIRA, J. B. (2002) – *A Cidade Romana de Eburobrittium – Óbidos*. Porto: Mimesis – multimédia, Lda.
- REDENTOR, A. (2002) – *Epigrafia Romana da Região de Bragança*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia 24).
- RIBEIRO, J. C. (2002) – *Soli Aeterno Lunae*. O santuário. *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 235-239.
- ROULAND, N. (1981) – *Rome, Démocratie Impossible? (Les Acteurs du Pouvoir dans la Cité Romaine)*. Le Paradou.
- SILIVS ITALICVS (Tiberius Caius) – *Punicorum libri septemdecim, cum varietate lectionum...*, edição preparada e comentada por LEMAIRE (Nicolaus Eligius), Paris, 1823.
- SOUSA M. F. (1680) – *Europa Portuguesa*, tomo I, 2.^a edição. Lisboa.

SACRA SAXA.

‘PEÑAS SACRAS’ PROPICIATORIAS Y DE ADIVINACIÓN DE LA *HISPANIA CELTICA* *PROPITIATORY AND DIVINATION ‘SACRED ROCKS’ IN CELTIC IBERIA*

Martín Almagro-Gorbea*

Abstract

The folklore of Western or Atlantic Iberia retains a consistent propitiatory and divination ritual consisting in tossing 1 or 3 pebbles at the summit of certain big rocks; if the stones do not fall to the ground, you will get a wish, usually to be married within the year.

These rites come from pre-Roman traditions, related to “sacred rocks”. It is analyzed the history of research, the ritual types (a propitiatory ritual and a divination one), and its origins, parallels and survivals. These “sacred rocks” were *numina loci* in which these rites were held as umbilical points or *axis mundi*. These rites extended over the territories of the Atlantic Celts and they are related to the oldest divination rites documented in Greece, Italy and Germany, whose roots back to animist beliefs related to the “external soul”. These “sacred rocks” constituent an essential key to interpret the Celtic “sacred landscape”.

Keywords: Celtic folklore, Celts, ETERNAL soul, Fortune telling, Lusitanians, Propitiatory rites, Sacred landscape, Sacred rocks.

1 – INTRODUCCIÓN

Los grandes berrocales, cantos, peñas o rocas graníticos siempre han llamado la atención del hombre por sus formas espectaculares. Sin embargo, su interés como documentos de la religión del hombre prehistórico ha atraído más a diletantes que a los investigadores, ante la dificultad de diferenciar los datos científicos de intuiciones más o menos fantasiosas. La valoración de los altares rupestres de tipo “Lácara” y “Ulaca” abrió una renovación en estos estudios, reforzada por la publicación hace 10 años del “Canto de los Responsos” (Fig. 1), próximo a Ulaca, que valoró un interesante rito de la antigua *Hispania Celtica* conservado en el folklore local hasta la actualidad¹. El estudio de este rito permitió constatar su relación con un conjunto de peñas o berrocales, que deben ser considerados como *Sacra Saxa* o “peñas sacras”, que se extendían desde el Atlántico hacia el interior de la Península Ibérica (Fig. 2), por los terrenos graníticos (Fig. 3) de las regiones septentrionales de Portugal y las occidentales de España, ocupadas en la Antigüedad por los Lusitanos.

*Real Academia de la Historia (Madrid). anticuario@rah.es

¹ALMAGRO-GORBEA y JIMÉNEZ ÁVILA, 2000; ALMAGRO-GORBEA, MARINÉ y ÁLVAREZ SANCHÍS (eds.), 2001, portada; ALMAGRO-GORBEA, 2006.



Fig. 1 – El “Canto de los Responsos”, cerca de Ulaca, Villaviciosa, Ávila (foto autor).

Estos *Sacra Saxa* de la antigua *Hispania* merecen un especial interés por su personalidad (Fig. 4), aunque prácticamente nunca han sido analizados como merecen, pues etnólogos, arqueólogos e historiadores apenas los han valorado al ignorar su interés histórico, ya que los escasos estudios realizados sobre las tradiciones populares relacionadas se limitaban a perspectivas antropológicas generalistas², sin comprender que sus orígenes prerromanos les daban su verdadera dimensión histórica³. Esta situación ha dificultado su estudio, hasta la progresiva valoración de todas estas tradiciones de origen prerromano en fechas recientes⁴.

Los ritos de tradición prerromana asociados a estas peñas sacras que ha conservado el folklore tienen orígenes celtas⁵, pero han desaparecido prácticamente con los cambios sociales y mentales de la segunda mitad del siglo XX, cuando se ha despoblado el campo y sus habitantes han perdido su cultura ancestral, que habían conservado tradiciones de origen prehistórico a lo largo de siglos hasta la actualidad en un impresionante proceso de “larga duración”.

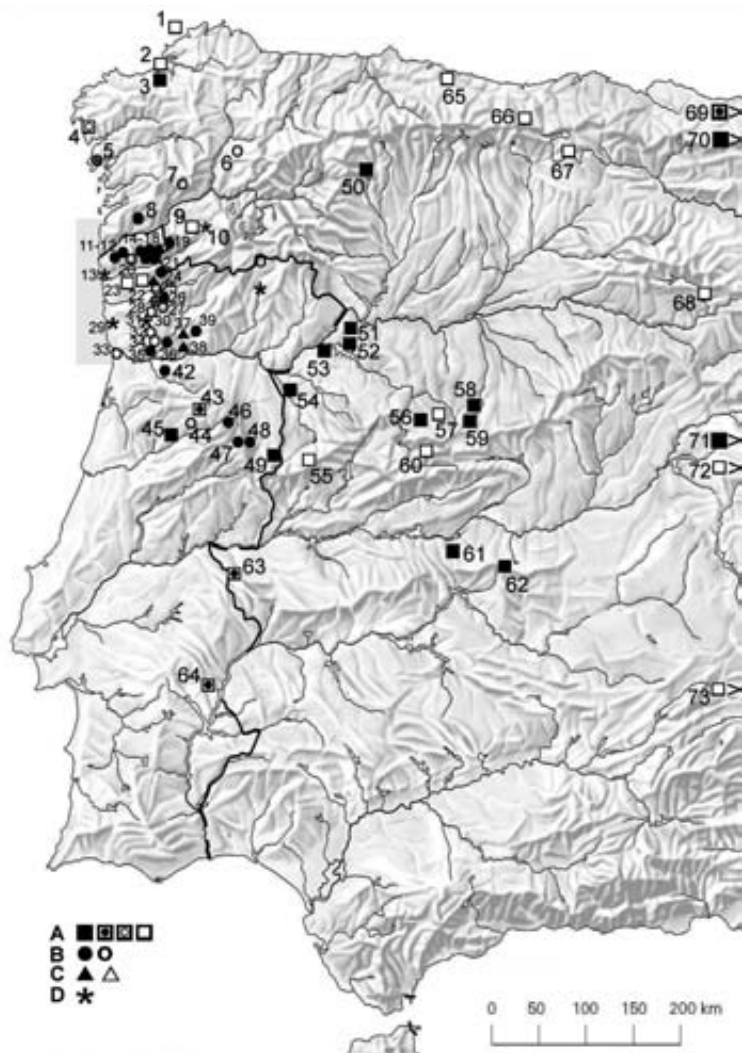
²LISÓN, 1998.

³CARO BAROJA, 1946 y 1974.

⁴ALMAGRO-GORBEA y JIMÉNEZ ÁVILA, 2000; ALMAGRO-GORBEA, 2006, 2009, 2013 a, p. 438 s., 2013 b, p. 595-613; MOYA, 2012; FABIÁN, 2010; SANTOS, 2013.

⁵ALMAGRO-GORBEA, 2001, p. 112 s.; MOYA, 2012.

Fig. 2 – Dispersión de las “Peñas Sacras” de la Península Ibérica (A -propiciatorias, *id.* asociadas a adivinación, *id.* “Peña de Ánimas”; B -“de Matrimonio”, *id.* inciertas; C -“de Cornudos”, seguras e inciertas; D - Otros ritos de adivinación): 1 - “Peña de las Ánimas”, en “Occidente”; 2 - “Peña de las Ánimas”, San Amaro, La Coruña; 3 - “Pedra Mazafacha”, monte Xalo, Culleredo, La Coruña; 4 - Peña en las Brañas de San Cibrián, Monte Pindo, Carnota, La Coruña; 5 - “Peña de Enamorados”, Ermita de San Alberto, Riveira, La Coruña; 6 - “Pena dos Namorados”, Zanfoga, Maside, Sarria, Lugo; 7 - “Pena dos Enamorados”, Paseo de Arenteiro, Carballino, Orense; 8 - “Penedo dos Enamorados” o “Penedo dos Namorados”, parroquia de San Verísimo, de Arcos, Ponteáreas, Pontevedra; 9 - “Peña de las Ánimas”, Amoroce, Celanova; 10 - Porta da Coutada, Celanova, Orense; 11 - “Penedo do Casamento” de Arga de Baixo, Serra d’Arga, Caminha, Viana do Castelo, Minho; 12 - “Penedo do Casamento” de Arga de São João-Santo Aginha, Serra d’Arga, Caminha, Viana do Castelo, Minho; 13 - “Nicho de Santo Eliseu”, Monte de Santa Luzia, Viana do Castelo; 14 - “Penedo dos Casamentos”, de Peneda-Norte 1, Gavieira, Soajo, Arcos de Valdevez; 15 - “Penedo dos Casamentos”, de Peneda-Norte 2, Gavieira, Arcos de Valdevez; 16 - “Penedo dos Casamentos” de Peneda-Tibo, Gavieira, Arcos de Valdevez; 17 - “Puxa-meias”, Tibo, Gavieira, Arcos de Valdevez; 18 - “Penedo dos Casamentos” de Peneda-Meadinha, Gavieira, Arcos de Valdevez; 19 - “Penedo do Casamento”, Nossa Senhora de Numão, Castro Laboreiro, Melgaço; 20 - “Penedo dos Namorados”, Bilhares, Ponte da Barca; 21 - “Penedo dos Namorados”, Vilarinho da Furna, Terras de Bouro; 22 - “Peña de las Ánimas”, Serra de Gerês; 23 - “Peña de las Ánimas”, Ronfe, Guimarães; 24 - “Penedo dos Cornudos”, São Mamede, Parroquia de Gomide, Vila Verde; 25 - “Penedo do Casamento”, entre el santuario de Nossa Senhora da Abadia y São Bento da Porta Aberta, Serra do Gerês; 26 - “Penedo do Casamento”, Nossa Senhora da Lapa, Soutelo, Serzedelo, Vieira do Minho; 27 - “Penedo dos Casamentos”, Póvoa de Lanhoso; 28 - Capela da Samaritana, Monte de Lanhoso, Póvoa de Lanhoso; 29 - “Penedo do Santo”, Aver-o-Mar, Póvoa de Varzim, Porto; 30 - “Penedo dos Casamentos”, Santo Tirso de Prazins, Guimarães; 31 - Igreja de São Miguel do Castelo, Guimarães; 32 - “Penedo do Casamento”, Capilla del “Senhor dos Perdidos”, São Martinho de Penacova, Felgueiras, Vizela; 33 - “Penedo dos Casamentos”, estrada velha a Senhora do Porto; 34 - “Penedo dos Namorados”, Felgueiras, Mancelos, Amarante; 35 - “Penedo dos Casamentos”, Várzea de Ovelha, Marco de Canaveses; 36 - “Penedo Cardil”, Venda da Giesta, Soalhães, Marco de Canaveses; 37 - “Penedo dos Cornudos”, Travanca da Serra o Travanca do Monte, Amarante; 38 - “Penedo dos Cornudos”, Loivos do Monte, Baião; 39 - “Penhasco de Casamento”, Aldeia de Muas, Lordelo, Vila Real; 40 - “Penedo dos Casamentos”, Pinheiro Novo, Vinhais; 41 - Capela de São Brás, Torre de Dona Chama, Mirandela, Bragança; 42 - “Penedo dos Casamentos”, Macieira, Cinfães; 43 - “Penedo da Sorte” o “Penedo dos Casamentos”, Nossa Senhora do Barrocal, Romãs, Sátão, Beira; 44 - “Penedo dos Casamentos”, Sezures, Penalva do Castelo, Guarda; 45 - “Penedo do Pecado”, Fornos de Maceira Dão, Mangualde; 46 - “Penedo do Casamento”, Vide entre Vinhas, Celorico da Beira; 47 - “Barroco dos Namorados”, Vila do Touro, Sabugal; 48 - “Penedo dos Namorados”, Baraçal, Sabugal; 49 - “Penedo dos Desejos”, Castelo Mendo, Almeida; 50 - “Peña de la Fortuna”, *El Escobio*, Trascastro de Luna, León; 51 - “La Campanera”, Abelón de Sayago, Zamora; 52 - “Piedra de las Ánimas”, Carbellino de Sayago, Zamora; 53 - “Peña del Perdón”, Villaliño de los Aires, Zamora; 54 - “Peña del Perdón”, La Redonda, Lumbrales, Vitigudino, Salamanca; 55 - “Peña del Perdón”, La Alberca, Salamanca; 56 - “La Nasa” o “Piedra de los Deseos”, Hurtumpascual, Ávila; 57 - “Canto de las Ánimas”, al SW de La Mesa de Miranda, Chamartín de la Sierra, Ávila; 58 - “Canto de las Ánimas”, Cardenosa, cerca de Las Cogotas, Ávila; 59 - “Canto de los Responsos”, Villaviciosa, Ávila; 60 - “Malpartida de Corneja”, Piedrahita, Ávila; 61 - “Canto del Perdón”, Aldeanueva de Barbarroya, La Jara, Toledo; 62 - “Peña de los Novios”, Las Ventas con Peña Aguilera, Toledo; 63 - “La Porra del Burro”, Valencia de Alcántara, Cáceres; 64 - “Rocha dos Namorados”, São Pedro do Corval, Reguengos de Monsaraz; 65 - “Peña de las Ánimas”, Colunga, Asturias; 66 - “Peña de las Ánimas”, Bárago-Cucayo, Liébana, Asturias; 67 - “Peña de las Ánimas”, Orbaneja del Castillo, Burgos; 68 - “Monte de las Ánimas”, Soria; 69 - País Vasco; 70 - “Piedra de los Deseos”, Fraella, Huesca; 71 - “Sa pedra d’es perdons”, Santuario de San Salvador, Felanitx, Mallorca; 72 - “Peña de las Ánimas”, Benialbufal, Mallorca; 73 - “Peña de las Ánimas”, El Escudero, Anna-Mogente, Valencia.



Para profundizar en esta línea de investigación, analizamos conjuntamente las peñas que ofrecen ritos propiciatorios y las que ofrecen ritos de adivinación⁶ (Fig. 5A), pues ambos grupos, que forman parte de las “peñas sacras” o *Sacra Saxa* de la *Hispania* prerromana, están muy estrechamente relacionados (Fig. 5B), hasta el punto de que algunas peñas sacras ofrecen a la vez de ritos propiciatorios y de adivinación, al sustentarse unos y otros en las mismas concepciones religiosas y cosmológicas, además de ofrecer un ritual muy semejante, que consiste en arrojar guijarros sobre su cumbre.

Las “peñas propiciatorias” se caracterizan por un ritual que buscaba lograr un deseo, como en las “Peñas de los Deseos”, o la protección de quienes lo practicaban frente a posibles males, en especial, los causados por las ánimas o espíritus existentes en el entorno, como en las “Peñas de Responsos” o “Peñas de Ánimas”, las cuales, a su vez, se pueden relacionar con las “Peñas y Montes de Ánimas” documentados por topónimos. A ellas se deben asociar las “Peñas de Perdón” y las “Peñas de Pecado”, que suelen ofrecer el mismo ritual de arrojar piedras a su cumbre.

Las “peñas de adivinación” se caracterizan porque su ritual, derivado del anterior, está dirigido a conocer determinados aspectos del futuro, en la mayoría de los casos la viabilidad de las relaciones de pareja o su fidelidad. Las “peñas de adivinación” pueden clasificarse en varias categorías según la funcionalidad que refleja su tradición ritual, a la que aluden sus denominaciones populares características, como “Penedos dos Casamentos” o “Penedos dos Enamorados”, las más abundantes, además de los “Penedos dos Cornudos”, que suponen un ritual específico para conocer y propiciar la fidelidad de la pareja. A estas peñas sacras con ritos asociados de adivinación hay que añadir otros lugares con ritos de adivinación semejantes, por estar relacionados y derivar de los anteriores, ya que generalmente se asocian a capillas que evidencian la cristianización del rito originario, hecho igualmente observado en Francia⁷.

Las “peñas de adivinación” se caracterizan porque su ritual, derivado del anterior, está dirigido a conocer determinados aspectos del futuro, en la mayoría de los casos la viabilidad de las relaciones de pareja o su fidelidad. Las “peñas de adivinación” pueden clasificarse en varias categorías según la funcionalidad que refleja su tradición ritual, a la que aluden sus denominaciones populares características, como “Penedos dos Casamentos” o “Penedos dos Enamorados”, las más abundantes, además de los “Penedos dos Cornudos”, que suponen un ritual específico para conocer y propiciar la fidelidad de la pareja. A estas peñas sacras con ritos asociados de adivinación hay que añadir otros lugares con ritos de adivinación semejantes, por estar relacionados y derivar de los anteriores, ya que generalmente se asocian a capillas que evidencian la cristianización del rito originario, hecho igualmente observado en Francia⁷.

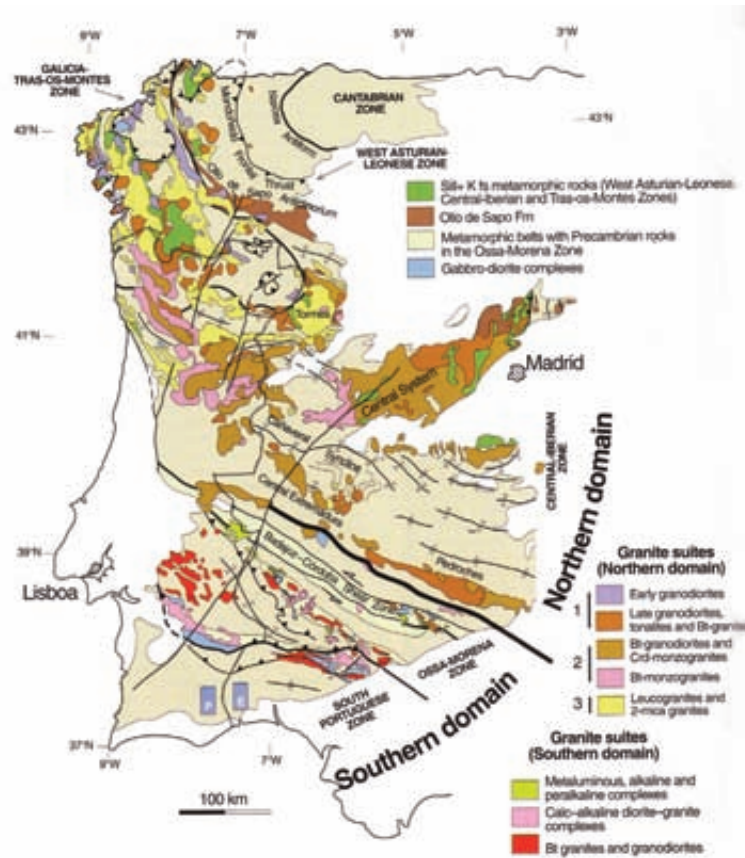


Fig. 3 - Extensión de los terrenos graníticos por el Occidente de la Península Ibérica (según CASTRO *et al.*, 2002, fig. 8.3).

⁶Se utiliza la denominación “adivinación”, entendida como “predecir lo futuro por medio de agujeros o sortilegios” (*Diccionario de la Real Academia Española*, s.v. “Adivinar”), frente al término “oracular”, entendido como “respuesta que da Dios o por sí o por sus ministros” (*id.*, s.v. “Oráculo”) y que etimológicamente indica un medio oral, no existente en estos ritos, anteriores al desarrollo de los sistema oraculares, que suponen una cierta “racionalización” del proceso adivinatorio (*vid. infra*, n. 16 s.).

⁷REINACH, 1893, p. 333.

Nº	Nombre	Lugar	Función	Contexto	Nº piedras	Mano	Dificultades	Fecha	Conservación
1	P de Ánimas	“Occidente”	P.A.	—	—	—	—	—	—
2	P de Ánimas	San Amaro, La Coruña, Coruña	P.A.	—	—	—	—	—	—
3	Pedra Mazafacha	Monte Xalo, Culleredo, Coruña	P	?	varias	derecha	—	—	—
4	?	San Cibrán, Mte. Pindo, Coruña	?	P?	?	?	—	—	F
5	P Enamorados	Ermita San Alberto, Riveira, Coruña	C	C	3	D	humbral	29-abr	V
6	P Enamorados	Zanfonga, Sarria, Lugo	C	P	?	?	ventana	—	D
7	P Enamorados	Paseo Arenteiro, Carballino, Orense	C	S	oscilante	no	—	—	F
8	P Namorados	Arcos, Ponteáreas, Pontevedra	C	C	3	derecha	de espaldas	—	V
9	P de Ánimas	Amoroce, Celanova, Orense	P?	C	?	?	—	—	F
10	Porta Coutada	Celanova, Orense	C	P	3	derecha	raja	—	D
11	P. Casamento	Arga de Baixo, Caminha	C	S	1	?	—	29-ago	F
12	P. Casamento	Arga São João, Caminha	C	S	1	?	nicho	29-ago	F
13	Nicho S Eliseu	Monte Santa. Luzia, Viana Cstelo	C	S	?	?	nicho	—	D
14	P Casamento	N. S. de Numão, Castro Laboreiro	C	S	?	?	nicho	08-ago	F
15	P Casamento	N. S. da Peneda, Arcos Valdevez	C	S	1	?	—	06-set	F
16	P Casamento	N. S. da Peneda, Arcos Valdevez	C	S	1	?	—	06-set	V
17	P Casamento	N. S. da Peneda, Arcos Valdevez	C	S	1	?	—	06-set	F
18	Puxa Meias	N. S. da Peneda, Arcos Valdevez	C	S	1	?	—	06-set	F
19	P Casamento	N. S. da Peneda, Arcos Valdevez	C	S	1	izquierda	—	06-set	V
20	P Namorados	Bilhães, Ponte da Barca	C	?	?	?	?	?	F
21	P Namorados	Vilarinho da Furna, Terras de Bouro	C	?	?	?	—	—	NL
22	P de Ánimas	Serra de Gerês	P?	?	?	?	—	—	NL
23	P de Ánimas	Ronfe, Guimarães	P?	?	?	?	—	—	D
24	P Cornudos	Gomide, Vila Verde	CO	P	1	?	—	—	A
25	P Casamento	N. S. da Abadia, Amares	C	S	?	?	—	15-ago	NL
26	P. Casamento?	N. S. da Lapa, Vieira do Minho	C	C	?	?	—	2ª dom-jul	F
27	P Casamento	Póvoa de Lanhoso	C	C	varias	derecha	de espaldas	—	D
28	Capela Samaritana	Póvoa de Lanhoso	C/P	C	3	derecha	pozo	—	F
29	P do Santo	Aver-o-Mar, Póvoa de Varzim	C	P	1	derecha	nicho	30-nov	A
30	P Casamento	Santo Tirso de Prazins, Guimarães	C	S	varias	?	de espaldas	—	NL
31	Sao Miguel	Castelo de Guimarães	O	C	3	derecha	grieta	—	F
32	P Casamentos	Senhor dos Perdidos	C	C	1	derecha	de espaldas	08-ago	D
33	P Casamentos	N. S. do Porto, Porto (?)	C	S	?	?	—	—	NL
34	P Namorados	Felgueiras, Mancelos, Amarante	C	C	no	no	—	—	F
35	P Casamentos	Várzea Ovelha, Amarante	C	P	1	no	con pié	30-nov	F
36	P Cardil	Venda da Giesta, Marco de Canaveses	C	P?	1	no	con pié	—	F
37	P Cornudos	Trabanca Monte, Soalhães, Amarante	CO	P	1	derecha	—	—	A
38	P Cornudos	Loivos do Monte, Baião	CO	P	1	derecha	—	—	F
39	P Casamento	Muas, Vila Real	C	C	1	?	—	—	F
40	P Namorados	Pinheiro Novo, Vinhais, Mirandela	C	?	?	?	?	?	F
41	Sao Bras	Torre Dona Chama (?), Bragança (?)	C	C	3	derecha	tragaluz	03-fev	F
42	P Casamento	Macieira, Cinfães	C	P	1?	derecha	—	—	NL
43	P Casamento	N. S. do Barrocal, Sátão	C/P	S	1	izquierda	—	02-fev	F
44	P Casamento	Sezures, Penalva do Castelo	C	C?	varias	?	—	22-jan	D
45	P Pecado	Fornos de Maceira Dão, Mangualde	P	C	no	no	—	—	F
46	P Casamento	Vide entre Vinhas, Celorico da Beira	C	P	1	?	—	—	F
47	P Namorados	Vila Touro, Sabugal	C?	P?	?	?	—	—	F
48	P Namorados	Baraçal, Sabugal	C?	P?	?	?	—	—	F
49	Barroco desejos	Castelo Mendo, Almeida	P	S?	1	derecha	desnivel	—	F
50	Peña Fortuna	Escobio, Trascastró Luna, León	P	P	1	derecha	de espaldas	—	A
51	P Campanera	Abelón de Sayago, Zamora	P	P	3	derecha	nicho	—	F
52	Piedra Ánimas	Carbellino Sayago, Zamora	P	P	1	derecha	—	—	F
53	Roca del Perdón	Villariño Aires, Salamanca	AD	C	oscilante	no	—	—	F
54	Peña del Perdón	La Redonda, Vitigudino, Salamanca	P	?	1	derecha	—	—	F
55	Peña del Perdón	La Alberca, Salamanca	?	?	?	no	coscorrón	—	F
56	La Nasa	Hurtumpascual, Avila	P	P	1	derecha	—	—	F
57	SW Mesa Miranda?	Chamartin Sierra, Avila	?	?	?	?	—	—	F
58	Canto Ánimas	Las Cogotas, Cardenosa, Avila	P	?	?	?	—	—	D
59	Canto Resposos	Ulaca, Villaviciosa, Avila	P	P/AD	1	derecha	—	—	F
60	?	Malpartida de O., Piedrahita, Avila	?	?	?	?	—	—	F
61	Canto del Perdón	Aldeanueva de Barbaroya, Toledo	P	S	?	?	—	—	F
62	?	Ventas-Peña Aguilera, Toledo	C	S	1	derecha	—	—	F
63	Porra Burro	Valencia Alcántara, Cáceres	C/P	P?	varias	derecha	—	Lun-Pascua	D
64	Roca namorados	S. Pedro Corval, Reguengos Monsaraz	C/P	S	3	derecha	de espaldas	Lun-Pascua	V
65	P de Ánimas	Isla de Colunga, Asturias	P.A.	—	—	—	—	—	—
66	P de Ánimas	Bárago-Cucayo, Liébana, Asturias	P.A.	—	—	—	—	—	—
67	P de Ánimas	Orbaneja del Castillo, Burgos	P.A.	—	—	—	—	—	—
68	Monte Ánimas	Soria	P.A.	—	—	—	—	—	—
69	?	País Vasco	P/A?	C	?	?	—	—	F
70	Peña Deseos	Fraella, Huesca	P/C	P	1	derecha	—	—	V
71	Pedra d'es perdons	Felanitx, Mallorca	P	S	1	derecha	—	—	F
72	P de Ánimas	Benialbufal, Mallorca	P.A.	—	—	—	—	—	—
73	P de Ánimas	El Escudero, Anna-Mogente, Valencia	P.A.	—	—	—	—	—	—

Fig. 4 – Cuadro de las “Peñas Sacras” propiciatorias y de adivinación de la Península Ibérica (no se incluyen “peñas y montes de ánimas”). *Función*: AD - de adivinación; C - de casamiento; CO - de cornudos; P - propiciatoria; [?] - desconocida; P.A. - “Peña de ánimas”. *Contexto*: C - capilla; P - punto de paso; S - santuario; [?] - desconocido. *Conservación*: A - alterada; D - destruida; F - fósil; NL - no localizada; V - rito vivo.

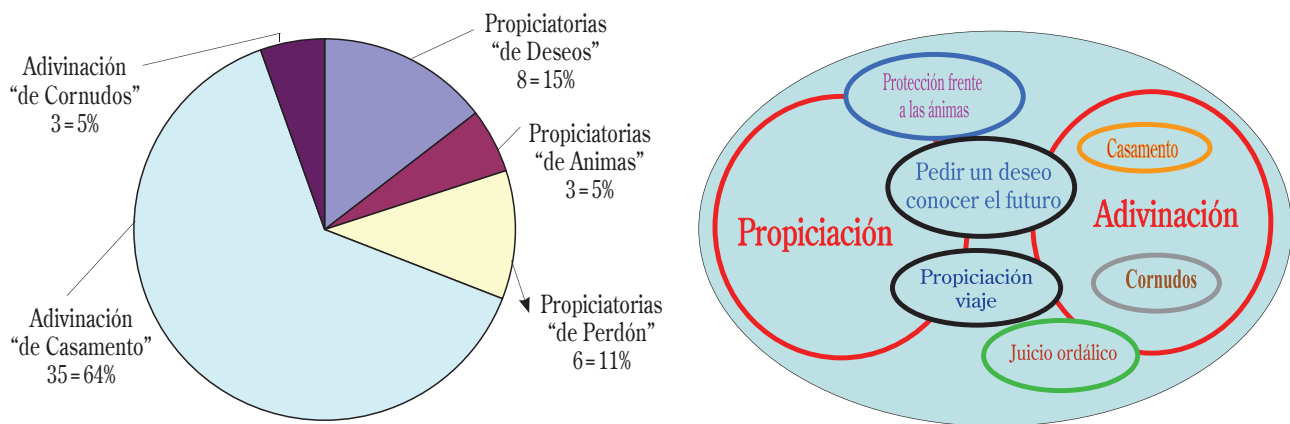


Fig. 5 - A - Tipos de "Peñas Sacras" propiciatorias y de adivinación de la *Hispania Celtica*. **B -** Ritos de contacto con el Más Allá documentados por las "Peñas Sacras" propiciatorias y de adivinación.

La existencia de estas peñas sacras, en especial las de rito de adivinación, se conoce desde las preocupaciones etno-arqueológicas del siglo XIX, pero, tras haber caído prácticamente en olvido durante un siglo, el estudio del "Canto de los Responsos" replanteó la necesidad de abordar de nuevo estos estudios de forma más sistemática. Este renovado interés nos ha movido a analizar todos los monumentos que nos ha sido posible localizar, como fase previa antes de estudiar el rito y sus paralelos para llegar a precisar el origen y significado cultural de esta tradición ritual. En esta línea de investigación, en este trabajo se ha reunido la escasa documentación que existe sobre estas tradiciones populares y sobre los ritos prerromanos de los que proceden, para facilitar su conocimiento y valorar estos documentos de especial interés para conocer los ritos y la mentalidad de los pueblos prerromanos.

Se ha procurado recoger en primer lugar toda la documentación accesible a través de informaciones personales y de la bibliografía especializada, como también algunas escuetas noticias existentes en Internet. Para completar estos datos, se han visitado y documentado personalmente prácticamente todos los monumentos, lo que ha exigido numerosos viajes exploratorios por Portugal y España. Se ha puesto especial empeño en precisar su localización a pesar de la dificultad que ofrecía el acceso a muchos de ellos motivada por su creciente desconocimiento, pues cada vez resulta más arduo encontrar en el campo informantes válidos que conozcan la ubicación de estos monumentos, cuya memoria se pierde de día en día, como ocurre aún más con los mitos y ritos conexos, dada la profunda transformación sufrida por la sociedad rural de España y Portugal en estos últimos años.

La documentación reunida sobre estos *Sacra Saxa* se ha analizado de acuerdo con la línea abierta en su día por A. Brelich⁸ para este tipo de estudios: *a)* descripción del rito con el mayor detalle posible; *b)* análisis de sus paralelos etno-culturales; *c)* distinción entre los elementos originarios y las contaminaciones posteriores, en especial las debidas a las creencias cristianas; *d)* estudio de sus paralelos en el mundo antiguo; *e)* explicación de su perduración por relaciones filogenéticas, excluyendo las coincidencias antropológicas; *f)* interpretación histórica como un elemento más de su sistema cultural. En este sentido, se considera la religión como un elemento más de la cultura en la línea propuesta por R. Pettazzoni⁹ en su *Historia de las Religiones comparadas*

⁸BRELICH, 1954, especialmente p. 36-37.

⁹PETTAZZONI, 1959; AA.VV., 1969; NANINI, 2003.

y se sigue a G. Dumézil¹⁰ en la interpretación empírica de la mitología comparada, frente a las comparaciones antropológicas generalistas, pues al ser construcciones teóricas carecen de validez histórica, ya que obvian el tiempo y el espacio, pues, como señaló J. P. Demoule¹¹, son los datos empíricos que ofrece la (Etno)-Arqueología los que deben dar las pautas para toda interpretación.

Para que la investigación ofrezca garantías es necesario recoger todos los casos conocidos y analizar la difusión y frecuencia de los elementos característicos a fin de conocer su evolución y su expansión geográfica y, a través de éstas, intentar reconstruir su origen siguiendo un modelo evolutivo genético o biológico¹². La investigación e interpretación de los paralelos rituales y míticos sigue el Método Histórico-Geográfico utilizado por la Escuela Finlandesa de Folklore Comparado para estudiar narraciones de forma empírica y positivista¹³. La cartografía arqueológica utilizada se inspira en la cartografía lingüística, dada la similitud de comportamiento entre los elementos religiosos y los lingüísticos, estrechamente relacionados en el subsistema proyectivo del “sistema cultural”, por lo que resultan válidos algunos postulados metodológicos de la Lingüística Histórica¹⁴: las dispersiones reflejadas en los mapas deben ofrecer datos sistemáticos y explicables por evolución, nunca aisladas ni casuales; se supone la existencia de estados evolutivos intermedios, aunque no sean conocidos, a modo de “eslabones perdidos”; finalmente, se acepta que, cuanto más singular y complejo es un hecho, como el rito adivinatorio de arrojar precisamente tres guijarros a la cumbre de una peña, más probatoria resulta su aparición en otra zona, pues disminuyen las probabilidades de que ocurra por azar.

La Geografía Lingüística ofrece buenos modelos para interpretar la dispersión de los elementos culturales, pues explica cómo las áreas marginales y aisladas, como era la antigua Hispania y, en especial, Lusitania en el Occidente de Europa, tienden a mantener formas culturales más arcaicas, mientras que el área mayor suele reflejar la situación más antigua con mayores variaciones cualitativas. Además, si las áreas periféricas, como Irlanda, Bretaña y el Occidente de *Hispania*, coinciden frente a la central, ésta habría sido la zona innovadora, como parece haber ocurrido en el mundo celta, lo que permite comprender el arcaísmo de las áreas periféricas. Gracias a este método de estudio, tanto estos monumentos como sus ritos pasan a tener una dispersión y cronología conocidas, que quedan asociados e interrelacionados con otros elementos culturales como elementos polimorfos que documentan los distintos subsistemas de todo sistema cultural¹⁵.

Estos análisis sobre *Sacra Saxa* vinculados a ritos propiciatorios y de adivinación abren nuevas perspectivas en campos de estudio apenas explorados en la Prehistoria, de ahí su interés, pues afectan no sólo a la Historia de las Religiones, ya que los contactos con el Más Allá o la adivinación como medio de conocer el futuro dependen de la concepción cosmológica que tenga una sociedad, por lo que informan también sobre su sistema social, político e ideológico¹⁶.

¹⁰ DUMÉZIL, 1952, 6: « *Comme procèdent les linguistes dans leur domaine, il y faut l'observation analytique et comparative des faits religieux, mythiques observées les plus anciennement possible sur les principales provinces de l'ensemble indo-européen.* »

¹¹ DEMOULE, 1999, 132: « *Si l'ethnologie, la sociologie et l'histoire sont indispensables à l'archéologie pour lui permettre de proposer des modèles interprétatifs, seule l'archéologie peut apporter à l'ensemble des sciences humaines les matériaux permettant de comprendre l'échelle de l'histoire humaine, les phénomènes qui ont pu conduire à l'apparition de sociétés de plus en plus inégalitaires.* »

¹² VAN GENNEP, 1909, p. 84; VON SYDOW, 1948, p. 238-239; D'HUY, 2015, p. 44.

¹³ FROG, 2013, p. 18-34; D'HUY, 2015.

¹⁴ MEILLET, 1925.

¹⁵ CLARKE, 1968.

¹⁶ BELAYCHE y RÜPKE, 2007, p. 139-147.

Los ritos de propiciación y de adivinación son un medio de comunicación que los hombres establecen con la divinidad y seres superiores, por lo que forma parte esencial de la religión. La adivinación, *divinatio* o *μαντική* es el conocimiento del pensamiento “divino” mediante signos simbólicos perceptibles por los sentidos¹⁷, por lo que es un conocimiento “mágico” y sobrenatural, frente a nuestra previsión racional del futuro, ya que el hombre prerracional recurre a una explicación del mundo “sobrenatural” o “mágica” para todo lo que no le es empíricamente conocible¹⁸, entre otras cosas su futuro o destino, *μοῖρα*, que considera conocido por la divinidad, lo que le impulsa, a través de estos ritos, a intentar conocer el pensamiento divino. Como señala Cicerón al inicio de su obra *De divinatione* (I,1), todos los seres humanos han practicado la adivinación desde los más antiguos tiempos, que define como *praesensionem et scientiam rerum futurarum*, “la visión por adelantado y conocimiento de lo que va a suceder” y también en nuestros días J. P. Vernant ha señalado la práctica universal de la adivinación¹⁹.

Los ritos adivinatorios y propiciatorios están estrechamente relacionados (Fig. 5B) y ambos se basan en los mismos principios que la oración, lo que explica la proximidad entre estos campos rituales, pues tanto uno como otro suponen comunicarse con la divinidad para hacerle una petición y obtener una respuesta, que debe llegar del Más Allá, lo que exige acercarse a ella y lograr, de forma “mágica”, que actúen las fuerzas sobrenaturales. Pero estos ritos pueden adoptar formas activas, como en estas peñas sacras, en las que el hombre consulta a la divinidad, o pasivas, en las que la divinidad es la que se da a conocer por medio de revelaciones o de oráculos. Además, el acto de arrojar la piedra sobre una peña sacra era una *ordalía*²⁰, ya que el *numen* o divinidad con el que se identifica dicha peña hacía que la permanencia de la piedra sobre su cumbre o que su caída al suelo no dependiera de la acción humana, sino que reflejaba la voluntad divina, que de ese modo comunicaba su resolución al consultante. Se trata, en cualquier caso, de una actividad esencial de la práctica religiosa, ya que supone reconocer la existencia de divinidades o seres superiores al hombre y la creencia de que es posible entrar en relación con ellas para que otorguen al hombre lo que desea obtener o le muestren el futuro, que está sometido al Destino o voluntad de esos dioses o seres superiores.

Cada cultura tiene sus propios sistemas de propiciación y de adivinación, que pueden ser muy variados, pero siempre con la finalidad de lograr que la divinidad exprese su voluntad de la forma más clara posible. Para ello los ritos propiciatorios y de adivinación recurren a un lenguaje de signos convenidos, aunque en ocasiones, éstos exijan una interpretación que se realiza según el propio ritual. De aquí el especial interés que tiene analizar estos *Sacra Saxa*, ya que ofrecen un campo de estudio inexplorado que abre nuevas perspectivas para conocer y comprender mejor el sistema religioso y la cosmovisión o concepción del mundo de la cultura en cuestión, además de informar sobre el campo social, político e ideológico de las culturas prehistóricas de la Península Ibérica²¹.

¹⁷BOUCHÉ LECLERQ, 1892, p. 292-319.

¹⁸CAQUOT y LEIBOVICI, 1968.

¹⁹VERNANT, 1974, p. 9, utiliza como testimonio la obra de CAQUOT y LEIBOVICI, 1968. En general puede verse el *Thesaurus Cultus et Ritus Antiquorum (ThCRA)* III, 2005, s.v. “Divination”, aunque no hace referencia a la adivinación por medio de guijarros, y “Gebets, Gebärden und Handlungen des Gebetes”, p. 105-179.

²⁰GLOTZ, 1904, p. 127 s.; EHREMBERG, 1921, p. 73 s., 1927, col. 1452.

²¹BELAYCHE y RÜPKE, 2007, 139 s.

2 - HISTORIA DE LA INVESTIGACIÓN

Las “peñas sacras” y los rituales en ellas desarrollados, en especial sus ritos de adivinación, han sido siempre conocidos, pues eran tradiciones populares que pueden incluirse entre las anatematizadas por los concilios (*vid. infra*), aunque el interés por su estudio resulta bastante irregular a lo largo del tiempo.

A partir de fines del siglo XIX atrajeron la atención de los investigadores, si bien nunca se les llegó a dedicar un estudio monográfico, que hubiera sido muy conveniente dada su importancia y el hecho de que entonces todavía se conservarían algunos mitos relacionados. J. Leite de Vasconcelos, en sus *Tradições populares de Portugal*, ya abordó en 1882 el tema en una sección dedicada al *Culto a las piedras*²². En su análisis señalaba que “*No nosso país ha outras pedras, mesmo sem talvez terem sido monumentos pré-históricos, que dão também oráculos: são os Penedos dos Casamentos e o Penedo dos Cornudos*”²³, trabajo en el que citaba algunos paralelos extrapeninsulares²⁴. En 1884 F. Martins Sarmiento²⁵ ya recogió cómo se practicaba el rito adivinatorio (*vid. infra*) y señaló con agudeza que “*É possível que entre os penedos, anathematisados pelos Concilios a par das fontes e outeiros, entrassem os d’esta espécie. A verdade, porém, é que elles ainda hoje são consultados em muitas partes*”. En la misma línea y en ocasiones con los mismos documentos abordó la cuestión más brevemente su contemporáneo Teófilo Braga²⁶.

En el siglo XX vuelve a suscitarse cierto interés por el culto a las piedras, con trabajos interesantes, como los de L. Chaves²⁷ y en especial de X. Taboada, aunque apenas se alude a las peñas relacionadas con estos ritos²⁸. El interés se acrecentó en los últimos años, con trabajos como los de L. Monteagudo²⁹ y otros estudios que aluden al tema³⁰, hasta que la publicación de la “Peña de los Responsos” de Ulaca, en Ávila³¹, supuso el primer análisis monográfico de uno de estos monumentos y abordó el interés de las peñas sacras de tipo propiciatorio o “de ánimas”, tras documentar sus orígenes prerromanos.

En esta renovada línea de estudios, Santos Otero³², al abordar la cuestión, plantea una clasificación de las peñas según sus ritos, en la que diferencia las piedras de culto a los muertos y espíritus; las piedras abaladoiras y barcas “de piedra”; las piedras sanadoras; las piedras de tesoros; y, finalmente, las piedras figurativas y de otros tipos, entre las que incluye los “Penedos do Casamento”, los “Penedos das Virxenes” y los “Penedos dos Cornudos”, aunque sin entrar en su análisis. En fecha más reciente, M. J. Correia Santos ha realizado una breve síntesis con un limitado *corpus* preliminar de las rocas sacras en Portugal, en el que incluye algunos “Penedos do Casamento”, aunque sin entrar en el tema³³.

²² VASCONCELOS, 1882, p. 89 s.

²³ VASCONCELOS, 1882, § 200.

²⁴ REINACH, 1893, p. 203 y 342.

²⁵ SARMENTO, 1884, p. 183.

²⁶ BRAGA, 1991, p. 50.

²⁷ CHAVES, 1917 y 1957, p. 266.

²⁸ TABOADA, 1965; TABOADA, 1982, p. 164.

²⁹ MONTEAGUDO, 2003.

³⁰ CASTRO, 2001, p. 187.

³¹ ALMAGRO-GORBEA, 2006.

³² SANTOS OTERO, s.a., p. 10-11.

³³ SANTOS, 2013.

Este ambiente de creciente interés por las peñas sacras se ha visto incrementado recientemente al descubrirse y darse a conocer dos nuevos monumentos de este tipo localizados en el territorio de Sabugal³⁴. Este nuevo hallazgo ha puesto de relieve la necesidad de profundizar en este campo de estudios y nos ha impulsado a ofrecer una síntesis preliminar y a recoger de forma sistemática los datos existentes sobre las peñas sacras propiciatorias y de adivinación, tanto más dado el serio riesgo de desaparición que ofrecen. El *corpus* realizado ha permitido analizar su tipología y su dispersión (Figs. 2 y 4) y comprender mejor sus paralelos y sus interesantes orígenes prehistóricos.

3 - SACRA SAXA: TIPOLOGÍA

Conviene hacer algunas precisiones para comprender las características y funciones de las “peñas propiciatorias” y “peñas de adivinación”, ya que constituyen un pequeño grupo dentro de los denominados *Sacra Saxa* o “peñas sacras”. Éstas pueden ser de tipos muy diferentes y tendrían funciones diversas y, en relación con estas funciones, en ellas se realizarían distintos ritos.

No es posible *a priori* identificar una peña como *sacra*, pues es su función lo que permite deducirlo. Algunos *Sacra Saxa* son simples rocas lisas, otras pueden ofrecer cazoletas, insculturas³⁵, relieves, inscripciones³⁶ o pueden tener entalladuras o escalones, como algunos altares, que, a su vez, pueden estar insertos en un espacio al aire libre orientado astronómicamente



Fig. 6 - Altar rupestre de Ulaca, Ávila (foto Celtas y Vettones, 2001).

que hay que interpretar como *nemeton*, a modo del primitivo *templum* latino³⁷, como el Altar de Ulaca³⁸ (Fig. 6), o que incluso pueden conformar santuarios complejos, como el de Panoias³⁹.

La tipología de las “peñas sacras” es, por lo tanto, un tema complejo. Para abordarla con rigor se requiere previamente hacer un *corpus* analítico válido de los cientos de “peñas sacras” existentes en la Península Ibérica, aunque ya se hayan propuesto algunas tentativas⁴⁰, sugiriendo el camino iniciado por S. Reinach en el siglo XIX⁴¹.

³⁴ ALMAGRO-GORBEA y TORRES, 2015.

³⁵ CHAVES, 1917; MONTEAGUDO, 1996.

³⁶ SANTOS, 2010, 149 s.

³⁷ De SIMONE, 1984. Para el origen similar del *templum* latino, WEINSTOCK, 1932; ALMAGRO-GORBEA y GRAN-AYMERICH, 1991, p. 206 s.; MARCO, 1993.

³⁸ POSAC-MON, 1953; MARINÉ, 1998; RUIZ-ZAPATERO y ÁLVAREZ-SANCHÍS, 1999; ÁLVAREZ SANCHÍS, 2001, con foto en portada.

³⁹ ALFÖLDY, 1997; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1999; SANTOS, 2010, p. 149 s.

⁴⁰ TABOADA, 1982; SANTOS OTERO, s.a.; SANTOS, 2013.

⁴¹ REINACH, 1893, p. 203-205.



Fig. 7 - Nossa Senhora da Lapa, Soutelo, Serzedelo, Vieira do Minho.



Fig. 8 - "Peña Sacra" e iglesia románica de San Alberto da Riveira, La Coruña.

Las "peñas sacras" se pueden clasificar teóricamente de acuerdo con el grado de sacralidad que se deduce de su función. En primer lugar, cabe señalar algunas "peñas sacras" que se identifican con la misma divinidad o, para ser más precisos, que son la encarnación o materialización visible de un *numen* de carácter divino, que cabe identificar como un *numen loci* o divinidad del lugar. Su carácter divino se deduce por haber conservado en algunos casos su identificación con la propia divinidad, ya que tras su cristianización se han equiparado a la Virgen y a determinados santos. Esta característica resulta propia de ciertas peñas graníticas, en especial de la región lusitana. Un caso evidente es la "Pedra de Nossa Senhora", en el monte de Ranha, al pie de Mondim da Beira, una peña muy lisa sobre la que no se debe pasar porque equivaldría a pisar a Nuestra Señora⁴² y, probablemente, lo mismo cabe decir de las peñas asociadas a advocaciones como Senhora da Lapa, do Penedo, da Pedra, da Penha, da Rocha⁴³, etc. También hay que atribuir carácter divino a los penedos aislados con cruces o *paineis* situados en medio de caminos solitarios, muchos de las cuales, según Leite de Vasconcelos⁴⁴, tenían una caja para limosnas y multitud de brazos y piernas de palo dejados como exvotos, que consideró con acierto como un último reflejo del culto pagano a estas peñas sacras. El mismo carácter divino parecen tener algunas peñas que han dado origen a santuarios, como el de Nossa Senhora da Lapa (Fig. 7) o el de Nossa Senhora do Castelinho, en Avessades, donde el centro de culto es la propia peña, que originariamente sería el objeto del mismo, ya que en su interior o frente a ella se ha levantado posteriormente la capilla al cristianizarla. Así parece haber ocurrido en muchos otros casos, como en San Alberto da Riveira (Fig. 7), Senhor dos Perdidos, Santo André das Almas y en los santuarios de Senhora de Numão, Senhora da Peneda, Senhora da Abadia, Senhora do Barrocal, etc., por referir los casos más destacados⁴⁵, y el mismo hecho cabe conjeturar para los casos documentados por los citados topónimos Senhora da Penha, da Pedra, etc. Probablemente, también dentro de este grupo de peñas hay que incluir las numerosas "Peñas de los Moros" y las más frecuentes

⁴² VASCONCELOS, 1882, § 207, p. 98.

⁴³ CHAVES, 1917, p. 64.

⁴⁴ VASCONCELOS, 1882, p. 90.

⁴⁵ Este tipo de santuarios lusitanos cristianizados, tan interesantes, se debe añadir a los recogidos por SANTOS, 2010.

“Peñas de la Mora” (Fig. 9), así como las “Peñas del Tesoro”, cuyos mitos y leyendas se asocian con frecuencia a esos “moros”⁴⁶, que hay que interpretar como denominación popular alusiva a los espíritus ancestrales locales o *numina loci*⁴⁷, quienes atesoraban y vigilaban los tesoros del Más Allá⁴⁸, convertidos en el “moro” o “mora” que habita la peña.

A este respecto, es interesante observar un proceso similar en algunos árboles “sagrados” del territorio celtibérico, que ritualmente son considerados todavía como la propia divinidad, como el *Roble de las Dos Ermitas* de Olmeda de Cobeta, en Guadalajara⁴⁹, el gran quejigo denominado *El Dios de Pajares*, en Cuenca, y el mismo significado explica la representación del *Cristo de la Encina* de Ceclavín, Cáceres, cuyo cuerpo mantiene la forma de ese árbol⁵⁰.

Esta identificación de la peña con la propia divinidad no es exclusiva del mundo celta, pues en Islandia, los denominados *lands-spirits* originarios de la mitología germánica, que cabe identificar igualmente con *numina loci*, pueden estar encarnados en una roca, como las *Land dísir* o “Rocas de la Diosa” de Islandia, que no se pueden tocar y que se dejan con la yerba sin cortar alrededor, pues tenían funciones propiciatorias de las cosechas y de adivinación para revelar el futuro⁵¹, como ocurre con los túmulos en el mundo germánico⁵². Por ello, estas creencias deben considerarse muy antiguas, ya que esta concepción mítica de la sacralidad de las rocas se manifiesta en contextos muy diversos, pues Ἐρμῆς-ἔρμα, *Lar-Larissa* (topónimo) y *Petrus*-“piedra” constituyen distintas denominaciones del *numen* o “dios piedra”⁵³.



Fig. 9 - “Peña de la Mora”, Loivos do Monte, Baião, dominando el centro de la vaguada; en primer lugar, a la derecha, el “Penedo dos Cornudos”.

⁴⁶VASCONCELOS, 1882, § 210 a, n. 23.

⁴⁷La bibliografía sobre este tema es ingente. Puede verse CHAVES, 1917, p. 61 s.; RISCO, 1927; LLINARES, 1990, p. 77 s.; PARAFITA, 2006. Para el resto de España, MARTÍN SÁNCHEZ, 2002; etc. *Mora* o *moura* es una palabra con dos raíces homónimas de origen y significado distinto, pero relacionado. “Moro / Mora” puede venir del latino *Maurus*, -a, nombre de los habitantes de la *Mauritania*, pero se trata de una adaptación por homofonía. La palabra *maura*, *mora*, *moira*, *moura* y su equivalente masculino parecen proceder del celta **mrwos*, derivada del indoeuropeo **mr-twos*, raíz de la que procede la palabra latina *mortuus*, que significa “muerto”. Por ello, Menéndez Pelayo (2003, § IV,2, n. 417) y otros autores comprendieron que los *moros-moras* del imaginario popular son, en realidad, espíritus de los muertos. Otra hipótesis plantea que los *moros/moras* se deben relacionar con la palabra céltica *mahra* o *mahr*, que significa “espíritu”, significado relacionado con el anterior tanto semántica como etimológicamente. Esta identificación del moro/mora con “muerto” o “espíritu (del muerto)” permite identificarlos con los *Lares* y con los *numina loci*, como muertos ancestrales convertidos en “divinidades” del territorio a las que había que propiciarse.

⁴⁸TABOADA, 1982, p. 177 s.

⁴⁹ARENAS, 2007.

⁵⁰MOYA, 2012, p. 220 y 405, fig. 267.

⁵¹TURVILLE PETRE, 1963, p. 196-201; DAVIDSON, 1988, p. 104.

⁵²DAVIDSON, 1988, p. 19 s., 1993, p. 113.

⁵³BADER, 1994, p. 959.

El carácter *sacro* de estas peñas identificadas con el propio *numen* del lugar explica la existencia de mitos relativos a ellas transmitidos por vía oral en leyendas populares, que son de especial interés para su estudio, aunque prácticamente en su mayoría se han perdido. Leyendas relacionadas con “Penedos do Casamento” se han podido documentar en Arcos, Nossa Senhora do Barrocal, Felgueiras-Mancelos y São Pedro do Corval, en este caso de especial interés por ofrecer evidente relación con elementos del imaginario celta. Sin embargo, la mayoría de esos mitos deben considerarse perdidos, desaparición que es una pérdida irreparable para la mitología y la literatura prerromanas, pues incluso los pocos conservados no siempre ofrecen relación aparente con el rito asociado a la peña sacra, lo que indica posibles contaminaciones o recreaciones posteriores.

Otro tipo de *Sacra Saxa* son los “altares rupestres”, que hay que suponer que serían más numerosos de los casos que se pueden constatar con seguridad⁵⁴, por ofrecer inscripciones, escaleras o cazoletas con canalillos o cubetas excavadas en su superficie⁵⁵. Estos altares rupestres formarían parte de santuarios, que en algún caso ofrecen una clara estructura de *nemeton* por estar orientados topoastronómicamente, como el de Ulaca⁵⁶ (Fig. 6) o el de San Miguel de Celanova⁵⁷. En otros muchos casos, más simples, como los altares de tipo “Lácara”⁵⁸, este hecho no llega a constatarse y da la impresión de que el carácter sagrado pudo reducirse a la propia “peña sacra”, que quizás tuviera en ocasiones una orientación topoastronómica, aunque ésta raramente se ha analizado. Sin embargo, existe alguna narración mítica, como el *Poema de la diosa Mari y Diego López de Haro*⁵⁹, que confirma que en una “peña sacra” se aparecía la diosa en su Epifanía, como narran tantas leyendas en las que una “mora” se aparece sobre una peña, que era a la vez el símbolo o *numen* de la divinidad y el altar donde se le hacían los sacrificios, tal como lo atestigua la interesante tradición mantenida por la Casa de Haro hasta la muerte del XI Señor de Vizcaya, Juan el Tuerto (1319-1325)⁶⁰.

Tras los altares, hay que considerar los *Sacra Saxa* de función propiciatoria y de adivinación que aquí se analizan. Su identificación con el *numen loci* del lugar parece evidente (*vid. infra*), por lo que constituyen uno de los tipos más representativos de *Sacra Saxa* de la *Hispania* prerromana. Estas peñas no suelen tener insculturas ni señal alguna⁶¹, pero se identifican por las piedras arrojadas a su cumbre según el peculiar rito a ellas asociado, basado en creencias propiciatorias o adivinatorias vinculadas a *numenes* del Más Allá.

Un grupo aparte conforman distintos tipos de *Sacra Saxa* que ofrecen funciones diversas cuya tipología resulta más difícil de estructurar por ser bastante heterogéneas. Destacan las peñas sanatorias o curativas propiciatorias de la salud⁶². Otro tipo se relaciona con la fertilidad femenina⁶³, como muchas peñas “resbaladeras”, que tenían la virtud de facilitar el embarazo. Junto a las peñas con función fecundadora, de características diversas⁶⁴, hay que incluir las peñas de forma fálica y los hitos, generalmente asociados a

⁵⁴TABOADA, 1982, p. 173 s.

⁵⁵ARAUJO, 1980; ALMAGRO-GORBEA y JIMÉNEZ ÁVILA, 2000; GUIJARRO, 2000.

⁵⁶*Vid. supra*, n. 38. Para su orientación topo-astronómica, PÉREZ GUTIÉRREZ, 2007.

⁵⁷Recientemente, GARCÍA QUINTELA y SEOANE VEIGA, 2011, p. 251 s., fig. 13, *passim*, aunque no cita su valoración anterior por PENA, 2004, p. 122 s.

⁵⁸ALMAGRO-GORBEA y JIMÉNEZ ÁVILA, 2000.

⁵⁹ALMAGRO-GORBEA, 2013 a, p. 438-448.

⁶⁰ALMAGRO-GORBEA, 2013 a, p. 441.

⁶¹TABOADA, 1982, p. 152 s.; MONTEAGUADO, 2003.

⁶²TABOADA, 1982, p. 172.

⁶³TABOADA, 1982, p. 162 s.

⁶⁴ALONSO ROMERO, 2007.

almas de antepasados⁶⁵, lo que confirma su identificación con el *numen loci*. Próximas a las que propician la fertilidad hay que incluir a las que favorecen la lactancia y las sanatorias y purificadoras, del cuerpo o del alma. Otros tipos de peñas sacras dentro de este heterogéneo grupo pueden considerarse las peñas propiciatorias de la lluvia⁶⁶ y del viento (Fig. 11) y las que ofrecen huellas sobrenaturales⁶⁷. También en este grupo más heterogéneo hay que incluir las “peñas solares”, que tenían una clara función horaria y calendárica, como pudo tenerla el “Altar” de Ulaca (Fig. 6), la “Pedra do Sol” de la Serra de Aboboreira, cercana al Santuário de Nossa Senhora da Guia, o el “Penedo do Meio Dia”, en Soalhães, Marco de Canaveses, etc.⁶⁸.

4 - PEÑAS CON RITUAL PROPICIATORIO (Figs. 2 y 4)

Dentro de la variada tipología que ofrecen los *Sacra Saxa* de la *Hispania* prerromana, las “peñas propiciatorias” se caracterizan por ser berrocales de granito a los que se asocia un rito de arrojar una piedra para lograr un deseo o propiciar la acción favorable de las ánimas o espíritus que vagan por el lugar, es decir, del *numen loci* o *Lar* del territorio, en cuyo caso el ritual aparenta tener cierto contexto funerario, pues se relaciona con creencias en el Otro Mundo de origen celta, cuyos precisos paralelos han permitido su interpretación⁶⁹.



Fig. 10 - “Peña de la Fortuna”, Trascastro de Luna, León.

Las “peñas propiciatorias” constituyen un conjunto bastante polimorfo (Fig. 5B), en el que cabe diferenciar las “Piedras de Ánimas”, que se pueden relacionar con los Montes de Ánimas, de dispersión mucho más amplia (*vid. infra*), y las “Peñas de Perdón”, con las que pudieran relacionarse un “Penedo do Pecado”. Junto a ellas hay que considerar también las “Piedras de los Deseos”, destinadas a impetrar un deseo, como su nombre indica, que puede ser la prosperidad de un viaje, como en la “Peña de la Fortuna”, de Trascastro de Luna, en León (Fig. 10), o la lluvia o el viento, como la “Pedra Mazafacha”, de La Coruña (Fig. 11) y la de São Pedro do Corval (Fig. 13); algún otro caso ofrece al mismo tiempo función propiciatoria y de adivinación, como la Porra del Burro de Valencia de Alcántara (Fig. 12), la “Penha da Sorte” de Nossa Senhora do Barrocal (Fig. 14) y la citada de São Pedro do Corval (*vid. infra*).

Los ejemplos conservados de peñas propiciatorias son escasos, pues se reducen a unos 20 casos. El mejor documentado en su aspecto ritual y mítico es el “Canto de los Responsos”, próximo al *oppidum* de Ulaca,

⁶⁵TABOADA, 1982, p. 155 s.

⁶⁶TABOADA, 1982, p. 165 s.

⁶⁷VASCONCELOS, 1882, § 209; CHAVES, 1917, p. 58 s.; TABOADA, 1982, p. 153 s.; PEDROSA, 2000. Estas huellas se atribuirían a seres sobrenaturales en los mitos explicativos celtas y, tras la cristianización, pasaron a ser atribuidas a la Virgen y a diversos santos o al diablo.

⁶⁸SOUSA, 2013, n° 128.

⁶⁹ALMAGRO-GORBEA, 2006.



Fig. 11



Fig. 12



Fig. 13

Fig. 14



Fig. 11 - “Pedra Mazafacha”, Culleredo, La Coruña (foto Karlos Conde, *Panoramio*). **Fig. 12** - “La Porra del Burro”, Valencia de Alcántara, Cáceres. **Fig. 13** - “Rocha dos Namorados”, São Pedro do Corval, Reguengos de Monsaraz. **Fig. 14** - “Penedo da Sorte”, Nossa Senhora do Barrocal, Romãs, Satão.

en Villaviciosa, Ávila⁷⁰ (Fig. 1). Es un gran berrocal de granito de 6 m de diámetro y 4 m de altura que ha conservado el rito de tirar una piedra a su cumbre al pasar por el camino a la sierra para tener un buen viaje y evitar que las ánimas puedan causar un accidente, aunque este rito también podía tener función de adivinación.

⁷⁰ALMAGRO-GORBEA, 2006.



Fig. 15 - “Peña de las Ánimas”, Carbellino de Sayago, Zamora.



Fig. 16 - Peña de las Brañas de San Cibrán, Monte Pindo, La Carnota, La Coruña (foto F. Alonso Romero).

En este mismo grupo también se debe incluir el “Canto de las Ánimas” que existía en Cardeñosa, cerca del castro de Las Cogotas, Ávila, cuya destrucción a inicios del siglo XX impide saber si tenía piedras encima, aunque su proximidad a Ulaca, de la que queda a 30 km., hace suponer que su rito fuera semejante. Otro ejemplo es la “Piedra de las Ánimas” de Carbellino de Sayago, Zamora (Fig. 15), a la que se debía tirar una piedra al pasar para liberar a las ánimas, pues si no se hacía, éstas podían propiciar un accidente al transitar con el carro por ese difícil lugar, por lo que su rito semeja al del “Canto de los Responsos” de Ulaca.

De otros casos posibles, se carece de noticias. No se ha podido confirmar la existencia de una posible peña con piedras arrojadas a su cumbre al SW del *oppidum* de La Mesa de Miranda, en Chamartín de la Osera⁷¹, ni otra en la sierra de Malpartida, cerca de Piedrahita, ambas en Ávila, por lo que no pueden ser tenidas en cuenta. Tampoco se pueden valorar el “Penedo das Ánimas” de Amoroce ó Cañón, en Celanova, Orense⁷², y no se ha podido identificar la “Pedra das Almas” de la Serra do Gerês⁷³, en Portugal. El “Penedo das Almas”, de Bouça do “Penedo das Almas”, en Ronfe, Guimarães, donde según tradición se reunían las almas de noche⁷⁴, tampoco ha podido ser identificado, probablemente por haber sido destruido y haberse perdido su memoria, aunque su característico nombre lo conserva una “Fonte das Almas” existente en el lugar, prácticamente destruida en fechas recientes. Igualmente, resulta dudoso incluir en este grupo una peña existente en Brañas de San Cibrán (Fig. 16), en el Monte Pindo, Carnota, La Coruña, que conserva piedras en su cumbre, pero de la que no se ha podido recoger ninguna información sobre su denominación ni sobre sus funciones rituales, que pudieran ser propiciatorias como en los casos anteriores o de adivinación.

Junto a estas peñas propiciatorias de carácter apotropaico denominadas “Peñas de Ánimas” hay que valorar los “Montes de Ánimas”, ya que ofrecen el mismo y característico microtopónimo, dado a lugares con un marcado simbolismo relacionado con el Otro Mundo, aunque en ninguno de los casos conocidos se ha

⁷¹ Aludida por ALMAGRO-GORBEA, 2006.

⁷² <URL: http://www.citiserwi.es/ourense/campo-d-penedo-das-animas-celanova__2302458_1867.html> [cons. en 24.09.2013].

⁷³ ARAUJO, 1980, p. 112.

⁷⁴ SARMENTO, 1998, p. 112 y 263.



Fig. 17 - "La Campanera", Abelón de Sayago, Zamora
(foto *Geocaching*).



Fig. 18 - "Barroco dos Desejos", Castelo Mendo, Almeida.

constatado su asociación al rito propiciatorio de arrojar piedras a su cumbre. El P. Sarmiento⁷⁵ ya recogió en el siglo XVIII una tradición en la comarca leonesa de la Maragatería de que existía una "Peña de las Ánimas" en un lugar indeterminado de Occidente, que cabe relacionar con las creencias míticas que situaban el Otro Mundo más allá del Océano. Con estas creencias pueden relacionarse diversos topónimos de la Península Ibérica, como la "Peña de las Ánimas", un arrecife situado a la entrada al Puerto de La Coruña⁷⁶, la "Peña de las Ánimas" y el "Collado de las Ánimas", de Bárago-Cucayo, en Liébana, Asturias, la "Peña de las Ánimas" de Orbaneja del Castillo, en el Valle de Sedano, Burgos, el conocido "Monte de las Ánimas" de Soria, la "Peña de las Ánimas" de El Escudero, Anna-Mogente, Valencia y la "Peña de las Ánimas" de Benialbufal, Mallorca, y con ellas aún se podrían relacionar algunas encinas, robles y alcornoques denominados "de las ánimas".



Fig. 19 - "La Nasa", Hurtumpascual, Ávila.

El principal grupo de peñas propiciatorias lo constituyen las denominadas "Peñas del Deseo", cuyo ritual está básicamente dirigido, como indica su nombre, a obtener un deseo, que se debe pensar pero no decir al tirar la piedra. Entre ellas cabría incluir la "Peña de la Fortuna" de Trascastro de Luna, León (Fig. 10), la "Peña Campanera" de Abelón de Sayago, Zamora (Fig. 21), el "Barroco dos Desejos" de Castelo Mendo, Almeida (Fig. 18) y las del "Canto de los Resposos" de Ulaca (Fig. 1), La Nava en Hurtumpascual, Ávila (Fig. 19) y la "Peña de los Deseos" de Fraella, Huesca (Fig. 20), de especial interés por su alejamiento geográfico de este grupo.

⁷⁵SARMIENTO, 1787, p. 175 s.

⁷⁶SENÉN, 2012.

Fig. 20



Fig. 21

Fig. 22



Fig. 20 - “Piedra de los Deseos”, Fraella, Huesca (foto *Panoramio*). Fig. 21 - “Peña del Perdón”, Villariño de los Aires, Zamora (foto *enricvillanueva.files.wordpress.com*). Fig. 22 - “Pena dos Namorados”, Carballino, Orense.

Otro grupo entre las peñas propiciatorias son las denominadas “Peñas de Perdón”, que se caracterizan por ofrecer el mismo rito de arrojar piedras sobre su cumbre que ofrecen las “Peñas de Ánimas” y las “Peñas del Deseo”, con las que se relacionan y de las que, probablemente, derivan, pero con interesantes variantes rituales y funcionales que evidencian el carácter muy polimorfo de este grupo.

La “Piedra del Pendón” de Villarino de los Aires (Fig. 21), en los Arribes del Duero, Salamanca⁷⁷ es una peña oscilante que se ha relacionado con juicios ordálicos; su carácter oscilante recuerda la “Pena dos Enamorados” de Carballino, Orense (Fig. 22), en la que es tradición que si dos enamorados sobre el alto de la peña se dan un beso, si ésta oscila, indica que se casarán⁷⁸. En ninguno de estos dos casos hay constancia de que se practicara el rito de arrojar piedras, por lo que este ritual se aproxima al de otras peñas rituales oscilantes, como algunas existentes en Bretaña⁷⁹ (*vid. infra*).

⁷⁷MORÁN, 1931, p. 209; BENITO DEL REY Y GRANDE DEL BRÍO, 2000, p. 75.

⁷⁸Información amablemente facilitada que agradezco a Elena García, de San Amaro (8.08.2015).

⁷⁹*Vid. infra*, n. 114.



Fig. 23 - “Peña del Perdón”, La Redonda, Salamanca.



Fig. 24 - “Pedra d'es Perdons”, Sant Salvador de Felanitx, Mallorca (foto *toponimiamallorca.net*).

En la “Peña del Perdón” de La Redonda⁸⁰, Lumbrales, Vitigudino, Salamanca (Fig. 23), el rito de arrojar una piedra se asocia actualmente al perdón de un pecado, sin aparente relación con las ánimas, aunque no es difícil comprender que debe tratarse de una evolución posterior a la cristianización. Así parece indicarlo la tradición de la “Peña del Perdón” de La Alberca, Salamanca, contra la que se daba un coscorrón a los niños para que adquirieran conocimiento, lo que se debe relacionar con ritos iniciáticos y con el rito “contagionista” de golpearse la cabeza contra la del Maestro Mateo tallada en la Puerta de la Gloria de la Catedral de Santiago de Compostela para adquirir su sabiduría⁸¹, que sería la del *numen* encarnado en la peña sacra. A su vez, en el “Canto del Perdón”, en Aldeanueva de Barbarroya, La Jara, Toledo, según tradición popular, si arrojas una piedra y formulas un deseo, éste se cumple, lo que evidencia su relación con las “Peñas del Deseo”, o se te perdonan los pecados, lo que relaciona esta peña con la de La Redonda. Más extraña es la aparición en Mallorca de “Sa pedra d'es perdons”, situada en el camino al Santuario de San Salvador, en Felanitx (Fig. 24), cuyo mito original parece haberse perdido⁸².

Por último, un tipo aparte muy peculiar lo constituye el “Penedo do Pecado” de Fornos de Maceira Dão (Fig. 25), cerca de Mangualde⁸³, asociado a encantamientos y cuyo nombre pudiera indicar relaciones con las peñas anteriores. Así parece confirmarlo una tradición, recogida en 2014, de que si tirabas una piedra se te perdonaba un pecado, por lo que este “Penedo do Pecado” se asocia a las “Peña del Perdón”. Pero el *numen loci* encarnado en el “Penedo do Pecado” también tenía la interesante función de presidir la reunión cele-

⁸⁰ BENITO DEL REY Y GRANDE DEL BRÍO, 2000, p. 91 s.

⁸¹ DE LA ORDEN MIRACLE, 1971, p. 567; BREY, 1982, p. 17 s.

⁸² SABRAFÍN, 1978, p. 67-68. Agradezco al Prof. José Manuel Pedrosa, de la Universidad de Alcalá de Henares, la información y bibliografía sobre esta peña (fotografía en <URL: <http://jocicultura.blogspot.com.es/>> [cons. en 10.01.2016]). Su aparición en Mallorca puede sorprender, pero en esta isla también existe una “Peña de las ánimas” en Benialbufal.

⁸³ SARMENTO, 1998, p. 219. Queremos agradecer a José Manuel C. Amaral, de Fornos de Maceira Dão, la interesante tradición local existente sobre el “Penedo do Pecado”,



Fig. 25 - “Penedo do Pecado”, Dão, Mangualde.



Fig. 26 - Dolmen de Proleek, Dundalk, Co. Louth, Irlanda (foto A abartaudioguides.com).

brada ante dicha roca, de forma fálica, para sortear los emparejamientos de chicos y chicas por insaculación o *sortes*⁸⁴, tradición igualmente de origen celta prerromano.

A pesar de ser escaso el número de peñas propiciatorias conservadas, éstas presentan un gran interés para comprender el origen y las características del rito. En primer lugar, resulta significativo que su dispersión, centrada en las áreas graníticas de *Hispania* (Fig. 3), es más amplia que la de las peñas de adivinación (Fig. 2), ya que las “Peñas de Ánimas” y las “Peñas de Perdón” se extiende por las áreas vettonas hasta Salamanca, Ávila y Toledo, más la “Pedra d’es perdons” en Mallorca, mientras que las “Peñas de los Deseos” llegan hasta Huesca, dispersión que podría relacionarse con un posible altar de tipo “Lácara” en Guisona, Vich, Barcelona⁸⁵, y con las “Peñas de Ánimas”, que rebasan el Sistema Ibérico, como el Monte de las Ánimas situado frente a Soria, pues llegan hasta Valencia y Mallorca. Esta mayor extensión del ritual propiciatorio indicaría su mayor antigüedad originaria, pues el rito de adivinación pudiera ser una derivación o especialización practicada y mantenida en las áreas más conservadoras del Occidente de *Hispania*, en especial el rito dedicado a saber si un noviazgo iba o no a finalizar en boda. Las peñas que han mantenido una doble función propiciatoria y de adivinación pueden considerarse como restos del ritual originario (Fig. 5B), que parece lógico considerar anterior a la especialización en sólo adivinatorio. Además, a estos ejemplares hispanos hay que añadir algún caso conocido en el mundo atlántico, entre los que destaca el dolmen de Proleek, Co. Louth, en Irlanda (Fig. 26), pues documenta con toda seguridad la extensión de este rito ancestral por todas las áreas atlánticas, ya que, según la tradición local, si se lanzan tres guijarros a su cumbre y ninguno cae al suelo, se cumple un deseo, que puede ser el de casarse antes de un año.

La práctica del rito propiciatorio donde mejor se ha conservado es en la “Peña de los Responsos” de Ulaca, aunque ofrece variantes. El elemento esencial es la peña o berrocal de granito de carácter “sacro”, que se debe interpretar como *numen loci* y que constituiría un *omphalos* o *axis mundi* en el que se practicaba el rito. Este tipo de peñas sacras suelen estar en lugares apartados, pero en puntos visibles aunque no dominantes,

⁸⁴TABOADA, 1972, p. 31; MOYA 2012, p. 301.

⁸⁵ALMAGRO-GORBEA y JIMÉNEZ ÁVILA, 2000, p. 433 y fig. 16, n° 116. Esta dispersión, quizás asociada a los topónimos en *pala* del lusitano y de los Pirineos (ALMAGRO-GORBEA, 1914 a), pudieran indicar un substrato lingüístico y ritual muy antiguo.

habitualmente asociadas a un camino (Figs. 1, 9, 10, 12-15, 17, 19, 20, 23, 24, etc.), en especial en zonas cuyo tránsito supone una dificultad o peligro (Figs. 1, 15, etc.). En algunos casos, como el “Canto de los Responsos”, la “Peña de la Fortuna” o la “Peña de los Deseos” de Hurtumpascual, Ávila, la peña sacra se sitúa próxima a una fuente o a cursos de agua, que, según la mitología indoeuropea, reforzaba su carácter de punto de paso al Más Allá⁸⁶.

El segundo elemento del rito es el acto de arrojar una o tres piedras a la cumbre de la peña con función propiciatoria, aunque generalmente no existe una norma sobre el número de piedras, la fecha, la posición de la persona o la mano a emplear (Fig. 3), tal vez por ser la información más limitada que en las peñas de tipo adivinatorio (*vid. infra*). La única excepción es la “Piedra de los Deseos” de Abelón de Sayago, Zamora, que conserva el rito ancestral de tener que lanzar tres piedras a un nicho que ofrece en su parte alta (Fig. 17).

Es interesante que en algunos casos el rito de arrojar una piedra a estas peñas propiciatorias podía tener también función adivinatoria, como se ha señalado. Así ocurre en la “Peña de los Responsos” de Ulaca, la “Peña de la Fortuna” de Trascastro de Luna, la “Porra del Burro” de Valencia de Alcántara y, probablemente, el “Penedo dos Casamentos” de Nossa Senhora do Barrocal, pues también es conocido como “Penedo da Sorte” (Fig. 14). Igualmente ocurre en el dolmen de Proleek, que conserva un doble rito propiciatorio de un deseo y/o de lograr el matrimonio. Este doble carácter propiciatorio y adivinatorio lo documenta perfectamente el “Canto de los Responsos” del oppidum de Ulaca, pues, junto a su función protectora del viaje, similar a la que ofrece la “Peña de la Fortuna”, también tenía función adivinatoria, pues existía la tradición de que “si la piedra que lanzas permanece sobre la roca se te concederá un deseo, pero si cae, no se cumplirá”. Dicha tradición indica que el rito de lanzar una piedra servía para propiciar la petición solicitada y equivalía a un sacrificio, como explicita Martín de Dume⁸⁷, transformado en una oración tras la cristianización, petición que quedaba “mágicamente” contestada por la caída o no de la piedra, que era la manifestación de la respuesta divina.

El rito conservado en la “Peña de la Fortuna” de Trascastro de Luna (Fig. 10) se relaciona con las “peñas de ánimas” porque su *numen* ejerce la misma función de proteger al viajero que arrojan una piedra y de darle “fortuna”, lo que evidencia un doble carácter propiciatorio y de conocimiento del futuro. La Peña de la Fortuna, sin embargo, no parece estar relacionada con las ánimas, sino que el rito se dirigía a la diosa *Fortuna*, probablemente como *interpretatio* de un *numen loci* de origen prerromano. Su carácter ancestral y su relación con una fuente explicaría su *interpretatio* como la diosa *Fortuna* romana⁸⁸, diosa ancestral primordial del Destino y de las *sortes*, por lo que tenía funciones de adivinación y, además, estaba relacionada con el Otro Mundo a través del agua, como ocurre en la “Peña de la Fortuna”. En este sentido, hay que recordar que la diosa lusitana *Bandua Araugelensis* aparece representada en su *interpretatio* romana con una iconografía griega de *Fortuna Tyché* en la conocida patera de plata⁸⁹. En la “Porra del Burro” de Valencia de Alcántara (Fig. 12), según algunas referencias recogidas, los hombres también tiraban piedras a su cumbre para saber el desarrollo de enfermedades o para conocer aspectos de la suerte que les podía deparar el futuro, como el que les tocara la lotería. La misma función propiciatoria parece indicar el “Penedo dos Casamentos” de Nossa Senhora do Barrocal, pues también es conocido como “Penedo da Sorte” y todas las “Peñas de los Deseos” ya mencionadas (*vid. supra*). En otros casos, el rito propiciatorio tiene otras características, que testi-

⁸⁶ ALMAGRO-GORBEA y GRAN AYMERICH, 1991, p. 219 s.

⁸⁷ DUMIENSE, *De correctione rusticorum* VII,13: “(Mercurio) iactatis lapidibus acervos petrarum pro sacrificio reddunt”.

⁸⁸ CHAMPEAUX, 1982-1987.

⁸⁹ BLANCO FREIJEIRO, 1959; OLIVARES, 2002, p. 153. *Bandua* aparece como divinidad de sexo masculino o femenino, como muchas divinidades celtas (BERNARDO, 2006), que procederían de *numina* asexuados, anteriores al proceso de antropomorfización que los aproximó a las divinidades de tipo clásico.

monian la complejidad de los ritos asociados a estas peñas sacras. La “Peña del Perdón” de La Redonda pudiera interpretarse como un rito iniciático para lograr conocimiento y la “Rocha dos Namorados” de São Pedro do Corval (Fig. 13), junto a sus funciones de adivinación, tenía también la de propiciar la lluvia, mientras que la “Pedra Mazafacha”, Culleredo, La Coruña (Fig. 11), servía para propiciar el viento deseado.

5 – PEÑAS CON RITUAL DE ADIVINACIÓN (Figs. 2 y 4)

Las peñas sacras con ritos de adivinación o “peñas de adivinación” son berrocales de granito a los que se asocia el rito de arrojar una piedra a su cumbre para conocer un determinado aspecto del futuro. Son popularmente conocidas como “Peñas do Matrimonio”, “Penedos dos Casamentos”, “Penedos dos Namorados” y “Penedos dos Cornudos” (Fig. 5A), pero también ofrecen esta función o característica otras peñas sacras designadas con nombres locales, como la “Peña de la Fortuna” de Trascastro de Luna y la “Porra del Burro” de Valencia de Alcántara (Figs. 10 y 12). Estas “peñas de adivinación” deben incluirse entre los *Sacra Saxa* o “peñas sacras” de la *Hispania* prerromana, pues constituían una manifestación de la divinidad, ya que tenían la función de revelar al consultante el futuro o, al menos, determinados aspectos del mismo a través de un ritual de carácter adivinatorio. Por lo tanto, constituyen un elemento característico de la religión y de la cultura de la *Hispania Celtica*, en especial del área lusitana, aunque como tal apenas hayan sido valoradas.

En la actualidad se conocen aproximadamente unos 40 monumentos de este tipo (Fig. 4), aunque probablemente se debe conservar más de medio centenar y hay que suponer que originariamente serían bastante numerosos. Sin embargo, en la mayoría de los casos se ha perdido el rito y muchas de estas peñas con ritos de adivinación han sido destruidas en fechas recientes o corren serio riesgo de serlo, lo que hace aún más necesario su estudio y obliga a hacer una seria llamada de atención sobre la urgente necesidad de procurar la conservación de este importante patrimonio (*vid. infra*, p. 396-397). Por motivos lógicos, este análisis no incluye tres “Pedras dos Namorados” de la provincia de La Coruña conocidas por tal nombre en la tradición popular, pero que en apariencia no ofrecen ninguna relación con el rito de adivinación aquí analizado: la de Laxe⁹⁰, la de Reira en Camariñas⁹¹ y la situada en proximidad del Santuario de Nossa Señora da Barca, en Muxía⁹². Igualmente, se ha excluido el llamado “Penedo do Matrimónio” de Campo de Caparinho, Vilar de Perdizes, Montalegre, ya que se trata de una roca con grabados de la Edad del Bronce a la que se le ha dado ese equívoco nombre en fechas recientes⁹³ y tampoco se ha incluido una vaga noticia de una “Pena dos Namorados” en un lugar próximo al Monte dos Castros en dirección a Sergude⁹⁴ en la parroquia de San Fiz de Navio, Orense.

⁹⁰ <URL : <https://www.flickr.com/photos/aamaianos/5641191740/in/pool-galiza>>.

⁹¹ Su denominación debe proceder de que parece representar a dos enamorados abrazados a punto de besarse.
 Pedra dos Namorados Minube.com

⁹² Ofrece forma de asiento con un gran respaldo en el que las parejas se prometen amor y fidelidad, de donde debe proceder su denominación, aunque es la única de las rocas del acantilado de *A Barca* sin relación con la leyenda mariana local, lo que plantea dudas sobre su función originaria. <URL: <http://mundoirc.net/wordbruixo/archives/1746>>; <URL: <https://www.flickr.com/photos/44216575@N07/5799910660/in/photostream/>>; <URL: <http://www.trabajofreelance.com/hn/propuesta-620935/detalle>>.

⁹³ BETTENCOURT *et alii*, 2004, 61-82.

⁹⁴ <URL : <http://www.blogoteca.com/sanfizdenavio/index.php?l=1&pag=2>>. Ni en esta parroquia ni en San Amaro las gentes a las que preguntamos (9.08.2015), algunas de edad avanzada, conocían que existiera en la localidad un topónimo “Pena dos Namorados” ni tenía noticia de un ritual de adivinación tirando piedras a una peña.

Las “peñas de adivinación” pueden clasificarse en varios grupos según su tradición ritual: A) *Peñas que asocian el rito de adivinación al propiciatorio* (vid. *supra*), como la “Peña de la Fortuna” de Trascastro de Luna, León, el “Canto de los Responsos”, de Ulaca o la “Pedra dos Namorados” de Sao Pedro do Corval, que cabe relacionar con otros casos del mundo atlántico, como el dolmen de Proleek, en Irlanda (vid. *infra*, p. 357 s. y 364); B) *Penedos dos Casamentos*, que son las más abundantes (Fig. 5A), seguramente por relacionarse con un rito más popular, como es el de conocer el futuro de un noviazgo, igualmente extendido hasta Irlanda; C) *Penedos dos Cornudos*, que comprende unos pocos casos que ofrecen un ritual emparentado con el anterior, pero cuya función esencial era la de conocer la fidelidad de la pareja, en especial de la mujer⁹⁵, función que también tiene paralelos en Bretaña (vid. *infra*, p. 367 s.); D) *Otros lugares con ritos de adivinación*, generalmente emplazados en capillas, lo que evidencia su derivación de los anteriores. Sin embargo, el análisis de conjunto indica que todas estas peñas sacras tenían prácticamente la misma función adivinatoria, con ritos muy parecidos que proceden de un ritual común originario del mundo prerromano (Fig. 5B), que es lo que les da mayor interés.

Estas peñas se extienden por la zona occidental de la antigua *Hispania* (Fig. 2), que corresponde al área ocupada por los Lusitanos y Vettones, aunque en este último territorio documentan un substrato “proto-lusitano” anterior de la Edad del Bronce⁹⁶, que debió extenderse por las áreas atlánticas, como indican algunos casos señalados en Francia e Irlanda, como el dolmen de Proleek⁹⁷. Esta dispersión puede explicarse por existir en estas zonas de la Península Ibérica las más importantes formaciones graníticas, que forman parte del Macizo Ibérico⁹⁸ (Fig. 3), desde los ejemplos más septentrionales, como la “Pedra Mazafacha”, de Culleredo o la situada en el Monte Pindo, en Carnota, ambas en La Coruña⁹⁹, al más meridional, que es la de São Pedro do Corval, en el Alentejo (Fig. 2). Dentro de las áreas graníticas, la mayoría están situados en las abruptas sierras que se extienden desde la cuenca del Miño a la del Duero, probablemente por ser las áreas donde se ha conservado mejor el rito una vez cristianizado. Más allá de esta zona “nuclear” hay que considerar un posible caso en Trás-os-Montes, cuatro o cinco casos en la Beira y sólo dos al Sur del Tajo, uno en Valencia de Alcántara y el citado de São Pedro do Corval, además de otro en los Montes de Toledo. Fuera de esa zona granítica occidental apenas se pueden citar dos casos, uno es la “Piedra de la Fortuna”, en Trascastro de Luna, León, y otro la “Piedra de los Deseos”, de Fraella, Huesca¹⁰⁰, por lo que la dispersión de estas peñas de adivinación indica su pertenencia al sistema cultura lusitano (vid. *infra* p. 386 s.).

El elemento esencial de esta tradición ritual es una peña, berrocal o “penedo” de granito de carácter “sacro”, en el cual se practicaba el rito (Fig. 1). Esta peña no tiene por qué ofrecer características especiales, aunque en muchos casos puede constituir un punto destacado en el paisaje. Su tamaño suele oscilar entre 2 y 5 m de altura, aunque existen peñas todavía mayores. Las piedras se tiran a su cúspide o parte superior, que puede ser más o menos plana, como en Nossa Senhora do Barrocal (Fig. 14), aunque habitualmente suele estar algo abombada o inclinada, lo que dificulta que se mantenga la piedra arrojada a la cumbre. En muy pocos casos la peña ofrece una concavidad a modo de “nicho” en la que se tiran las piedras, como ocurre en

⁹⁵ CHAVES, 1922, p. 148.

⁹⁶ ALMAGRO-GORBEA, 2009 a.

⁹⁷ Sin embargo, ritos comparables se conocen en la Provenza, donde los prometidos consideraban los *castellets* o amontonamientos de piedra como un oráculo, ya que si el montón de piedras se caía al cabo de un año, indicaba que Santa Magdalena no bendecía esa unión (REINACH, 1893, p. 343).

⁹⁸ HERNÁNDEZ PACHECO, 1955, p. 74 s., 78 s., 104 s., fig. 40; VERA, 2004; CASTRO *et al.*, 2002, fig. 8.3.

⁹⁹ Agradezco esta referencia al Prof. F. ALONSO ROMERO.

¹⁰⁰ Referencia que agradezco a la Dr.^a María MERINÉ.



Fig. 27 – “Penedo dos Casamentos”, São João de Arga.



Fig. 28 – “Penedo dos Casamentos”, Arga de Baixo.



Fig. 29 – “Penedo do Santo”, Aver-o-Mar, Póvoa de Varzim.



Fig. 30 – “Penedo do Casamento”, Nossa Senhora de Numão, Castro Laboreiro, Melgaço.

Arga de Sao João (Fig. 27), Aver-o-Mar (Fig. 29), Numão (Fig. 30) y Baraçal (Fig. 14), nicho que también tiene la “Piedra de los Deseos” de Abelón de Sayago (Fig. 17). La misma tradición prosigue en algunos casos que evidencian la cristianización del rito, como San Alberto de Riveira (Fig. 8), el “Nicho de Santo Eliseu” en el Monte Santa Luzia de Viana do Castelo, y las capillas de São Miguel do Castelo en Guimarães, de la Samaritana en Póvoa de Lanhoso (Fig. 32) y de São Brás en Torre de Dona Chama, Mirandela, Bragança.

Otro aspecto interesante del ritual es la situación que ocupa la peña sacra en el paisaje, por lo general, en puntos bien visibles, pero no dominantes. Aunque evitan lugares ocultos, originariamente estas peñas sacras debieron estar en lugares retirados en el interior de densos bosques de robles, carvallos o alcornoques que favorecerían experimentar vivencias sobrenaturales, como ocurre todavía en Arcos (Fig. 36), Loivos do Monte (Fig. 33), Várzea de Ovelha (Fig. 36), Baraçal (Fig. 36), Nossa Senhora da Lapa (Fig. 7), etc., y en otros muchos casos.

La circunstancia más general es la estrecha asociación de la peña de adivinación con un camino, pues es un rito que se celebraba sin duda al pasar ante la peña sacra. La reiteración de esta circunstancia, en especial



Fig. 31 - “Penedo dos Namorados”, Baraçal, Sabugal.



Fig. 32 - “Capela da Samaritana”, Póvoa de Lanhoso (foto Mariana Sá Pereira).



Fig. 33 - “Penedos dos Cornudos”, Loivos do Monte, Baião.



Fig. 34 - “Pena dos Namorados”, San Verísimo de Arcos, Ponteáreas, Pontevedra (foto *Panoramio*).



Fig. 35 - “Penedos dos Cornudos”, Travanca do Monte, Amarante.



Fig. 36 - “Penedo dos Casamentos”, Várzea de Ovelha, Marco de Canaveses.



Fig. 37 - “Penedos dos Casamentos”, Nossa Senhora da Lapa, Vieira do Minho.

en las proximidades y accesos a santuarios y capillas en la gran mayoría de los casos (Figs. 1, 9, 10, 12-15, 27-28, 38-42, etc.), indica que el rito originariamente debía celebrarse tras visitar un santuario, por lo general con motivo de la festividad del mismo. Estas fiestas, que todavía mantienen las romerías de tradición popular, servían para congregarse a las gentes del territorio y, en muchas de ellas, a las de áreas próximas. Estas reuniones populares multitudinarias, de carácter civil y religioso al mismo tiempo¹⁰¹, deben considerarse continuidad cristianizada de la *oenach* o asamblea popular celta¹⁰². El mejor momento para celebrar el rito sería la romería anual celebrada en el santuario, que en ocasiones conservan ritos que confirman la antigüedad de la tradición, como en São João d’Arga, donde se dan 3 vueltas a la capilla, rito que debe proceder de la *circumambulatio* celta¹⁰³. Estas romerías o ferias populares, en las que es costumbre pasar la noche en el santuario, favorecían los encuentros y contactos entre chicos y chicas, como en São João d’Arga, donde los jóvenes se organizan en grupos, en especial de solteros, y lo mismo ocurría en las romerías

de Nossa Senhora da Peneda, Nossa Senhora da Abadia, Santo André das Almas y en las de otros santuarios y capillas rurales. Este contexto socio-religioso explica que, en el itinerario de vuelta hacia sus casas, se llevara a la práctica el rito de adivinación en una determinada peña situada junto al camino, para que la deidad (o el santo) revelara si la relación con la persona que se había conocido tenía futuro o no.

Estas circunstancias explican que la mayoría de los “Penedos do Casamento” se asocian a los accesos a santuarios cuyo carácter numínico resulta todavía hoy evidente (Figs. 38-42 y 43-44), lo que refuerza su indudable origen celta, como demuestra el actual santuario de Nossa Senhora do Barrocal (Fig. 14), construido sobre otro lusitano prerromano cuyos restos todavía son visibles. En todos estos santuarios es evidente que la peña sacra se asocia a una fuente y una explanada en el marco de un ambiente natural que todavía impresiona en muchos casos y que puede considerarse característico de lo que debió ser un *nemeton* o *nemus*¹⁰⁴. Como ejemplos representativos cabe señalar las 2 peñas situadas en dos caminos de acceso diferentes al santuario de São João d’Arga (Figs. 27-28) y las 5 peñas en los tres accesos a Nossa Senhora da Peneda (Figs. 32-48), además de otros

¹⁰¹ VAN GENNEP, 1982, p. 254 s.

¹⁰² TORRES, 2011, p. 480 s.; MOYA, 2012, p. 203 s.

¹⁰³ Así valoradas desde el siglo XIX, cf. BRAGA, 1885, p. 50 s. Sobre la *circumambulatio*, MOYA, 2010. Para el número tres, *vid. infra*, n. 111.

¹⁰⁴ MARCO, 1993; SANTOS, 2010; ALMAGRO-GORBEA, e.p.



Fig. 40 - “Penedo dos Casamentos” situado al norte de Nossa Senhora da Peneda, junto a la vía romana.



Fig. 39 - “Penedo dos Casamentos” situado al norte de Nossa Senhora da Peneda, junto a la carretera actual.



Fig. 40 - “Penedo dos Casamentos” situado al sur de Nossa Senhora da Peneda, en el camino a Tibo.

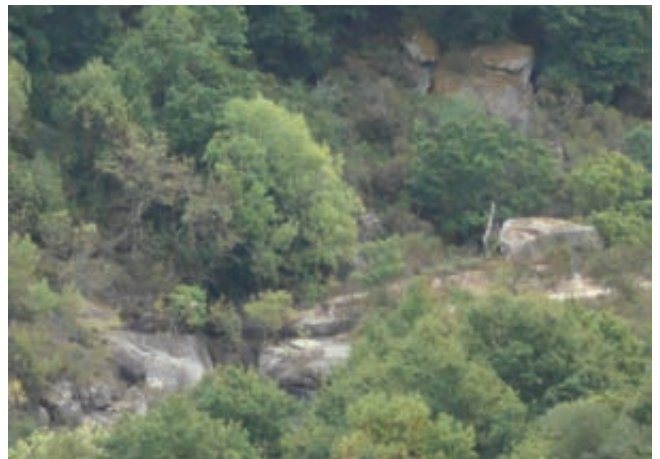


Fig. 41 - “Puxa Meias”, peña situada al sur de Tibo.

casos como Nossa Senhora de Numão (Fig. 43), Nossa Senhora do Barrocal (Fig. 14), la peña existente en el camino entre Nossa Senhora da Abadia y São Bento da Porta Aberta, y las de Santo Tirso de Prazins, São Pedro do Corval (Fig. 13), etc. Circunstancias semejantes cabría suponer para la peña de Vila de Touro (Fig. 45), desde la que resulta visible el santuario de Cabeço das Fraguas, situado a unas 4 horas de marcha, pues queda a unos 20 km, aunque esta peña pudiera también relacionarse con un posible santuario prerromano que pudo existir bajo el Castillo de Vila de Touro. En otros casos, estas peñas deben considerarse relacionadas con caminos a iglesias o capillas, que también pudieran proceder de santuarios



Fig. 42 - “Penedos dos Casamentos” situado sobre el monte que domina el Santuário de Nossa Senhora da Peneda.



Fig. 43 - “Penha dos Namorados” en el camino de acceso al santuario de Nossa Senhora de Numão.



Fig. 44 - Vista del Santuario con la peña sacra, la explanada y la fuente al fondo.



Fig. 45 - “Penedo dos Namorados”, Vila de Touro, Sabugal.



Fig. 46 - “Penedo dos Casamentos”, Muas, Vila Real.

prerromanos, como en San Alberto de Riveira (Fig. 8), Arcos de Valdevez (Fig. 34), Muas (Fig. 46), Senhor de los Perdidos, Santo André de Ovelha (Fig. 36), Felgueiras (Fig. 47) y Las Ventas con Peña Aguilera (Fig. 48), ya en Toledo, etc., ya que han heredado su misma función social y religiosa originaria, pues tienen su origen en cultos y tradiciones prerromanos cristianizados. Por lo dicho, casi resultan raros los casos en los que la peña de adivinación está aparentemente aislada, que debían corresponder a lugares en los que se manifestaría una fuerza numínica local especial, como en el de “Penedo do do Casamento” de Fornos de Macieira” (Fig. 25) o en el “Penedo dos Cornudos” de Loivos do Monte (Fig. 33), que domina un destacado punto limítrofe (Fig. 9).

La práctica del rito ofrece algunas variantes. Leite de Vasconcelos recogió en 1882 los elementos esenciales de esta práctica ritual al hacer referencia al desaparecido “Penedo dos Casamentos” de Póvoa de Lanhoso: *“Voltase as costas, e atira-lhe com uma mão uma ou mais pedras; conforme a primeira, segunda, etc., acerta ou nau acerta o penedo, assim a pessoa casa ou não casa nesse anno, no seguinte, d’hai tres, etc.”*¹⁰⁵.

¹⁰⁵ VASCONCELOS, 1882, p. 90.



Fig. 47 – “Penedo dos Casamentos”, Felgueiras, Mancelos.

En 1884, F. Martins Sarmiento ofrecía una versión parecida: “*A maneira de os consultar varia; mas a mais correcta parece ser que o consulente volta as costas para o penedo e tomando por alvo a coroa d’elle, atira para traz de si com uma pedra, que conforme fica em cima, ou cae abaixo, lhe prenuncia se casará, ou não*”. Por esas mismas fechas, Teófilo Braga señala en 1885 que en el “Penedo do Casamento” de Póvoa de Lanhoso “*se vira as costas tirando-lhe pedras; quantas se atiran até acertar, outros tantos são os anos a que dista o casamento*”¹⁰⁶. En el dolmen irlandés de Proleek, el rito consiste en tirar tres guijarros a su cumbre; si permanecen sobre la piedra (Fig. 26), indica que se casará ese mismo año¹⁰⁷. Las diversas noticias recogidas en el siglo XIX se han podido completar con algunas todavía recuperadas en la actualidad, cuando el rito ya está prácticamente perdido, que permiten precisar algunos detalles para reconstruir lo que pudo ser el ritual originario, cuyo interés resulta evidente. En todo caso, el rito no era uniforme, pues ofrece variaciones locales y ha debido sufrir lógicas transformaciones a lo largo del tiempo, aunque todos los casos reflejan un ritual unitario que revela un origen ancestral común, que puede ser analizado y estudiado en su conjunto de forma más completa.

¹⁰⁶ BRAGA, 1885, p. 49.

¹⁰⁷ MARTIN, 1902, p. 29.



Fig. 48 – “Peña de Enamorados”, Las Ventas con Peña, Aguilera, Toledo.



Fig. 49 – “Penedo do Matrimónio”, Macieira, Cinfães.



Fig. 50 – “Penedo Cardil”, Venda da Giesta, Soalhães, Marco de Canaveses.



Fig. 51 – “Penedo dos Casamentos”, Vide entre Vinhas, Celorico da Beira.

En la mayoría de los casos documentados, el practicante del rito se coloca de espaldas a la piedra y arroja con su mano una piedra hacia atrás para lograr que se quede en su cara superior. Algunos casos suponían mayor dificultad. Así, en Senhora do Barrocal, al menos en uno de los “Penedos do Casamento” de Nossa Senhora da Peneda y en São Pedro do Corval, hay que tirar la piedra con la mano izquierda, salvo si se era zurdo, pues entonces lo tenían que hacer con la derecha. Aún resulta más llamativo el caso del “Penedo Cardil” (Fig. 50), de Soalhães, en Marco de Canaveses, donde hay que tirar la piedra encima de la peña con el pie¹⁰⁸, sobre el que se colocaba entre el dedo mayor y el índice¹⁰⁹. La misma variante del rito indica Leite de Vasconcelos para el “Penedo dos Casamentos”, de Várzea de Ovelha (Fig. 36)¹¹⁰, lugar no muy distante del anterior, pues también pertenece al concejo de Marco de Canaveses. En São Pedro do Corval (Fig. 13) la dificultad estriba en que hay que tirar tres piedras desde una roca baja situada a unos 5 o 6 m de distancia y también la distancia dificultaba colocar la piedra en Castelo Mendo y en Nossa Senhora da Lapa. En otros casos, la dificultad se acentuaba al tener que colocar la piedra en una concavidad o nicho, como en el “Penedo do Santo” de Aver-o-Mar (Fig. 29), en Nossa Senhora de Numão (Fig. 30), en Arga de São João (Fig. 27), en Baraçal (Fig. 31), como en Abelón de Sayago (Fig. 17). Función semejante a la de estos nichos ofrecen las estrechas aperturas existentes en algunas capillas, como las de San Alberto de Riveira (Fig. 8), el “Nicho de Santo Eliseu” del Monte de Santa Luzia, São Miguel do Castelo en Guimarães, São Brás en Torre de Dona Chama, o en el pozo existente delante de la capilla de la Samaritana en Póvoa de Lanhoso (Fig. 34), casos que evidencian la cristianización del rito.

Los ejemplos mejor documentados, como Arcos (Fig. 36), São João d’Arga (Figs. 27-28) y São Pedro do Corval (Fig. 13), como también en Póvoa de Lanhoso y Santo Tirso de Prazins según las noticias existentes, indican que el rito consistía en tirar varias piedras, siempre de espalda a la roca, que generalmente eran tres, como en el dolmen de Proleek, en Irlanda. Si las tres quedaban sobre la roca, la boda se celebraba antes de un año, si quedaban dos, en dos años, y si sólo quedaba una, la boda tardaría más tiempo en celebrarse; pero si ninguna de las piedras permanecía arriba, el enlace nunca se llegaría a realizar. El mismo rito conserva la

¹⁰⁸ SARMENTO, 1998, p. 74.

¹⁰⁹ Precisión que amablemente nos comunicó una mujer de mediana edad de Soalhães (20.08.2015).

¹¹⁰ VASCONCELLOS, 1925, p. 53.

“Porra del Burro” de Valencia de Alcántara, donde había que tirar piedras hasta que una de ellas quedara en lo alto y el número de piedras lanzadas indicaba los años que había que esperar hasta la boda. En São Pedro do Corval existen dos versiones del rito. Una indica que si las tres piedras se quedan sobre la roca, se casan en el año, en caso contrario, no, como en el dolmen irlandés de Proleek; según otra versión, el número de piedras tiradas que caen al suelo indica los años que todavía permanecerán solteros los consultantes y, en caso de ser todas negativas, se puede repetir el rito en la romería o festividad del año siguiente.

Todos estos casos bien documentados hacen suponer que el número de piedras lanzadas en el rito de adivinación originario sería el de tres, número que tenía un profundo significado en el simbolismo y en la mitología celtas¹¹¹, por lo que, a pesar de su uso universal, puede considerarse de origen indoeuropeo, como evidencia su relación con el ritual adivinatorio de las *Thriai* en la mitología griega (*vid. infra*, p. 382 s.).

Otro aspecto de interés es la fecha de celebración del rito, aunque en la mayoría de los casos no existen noticias expresas (Fig. 4). En los “Penedo dos Cornudos” de Tavoada do Monte, de Loivos do Monte (Figs. 33 y 35) y en el de Gomide, parece que el rito se realizaba al pasar a su altura por el camino, lo mismo que ocurría con las “peñas propiciatorias”, como la “Peña de la Fortuna” y el “Canto de los Responsos” (*vid. supra*). Sin embargo, en muchas de estas peñas de adivinación se sobreentiende que la práctica del rito está en relación con la romería en la festividad del santuario al que acudían chicos jóvenes de ambos sexos de todo el territorio para conocerse y, sobre todo, para establecer relaciones. Estas fiestas, generalmente, se celebraban tras la recogida de las cosechas, por lo que la mayoría coinciden con la segunda mitad del verano. En efecto, la mayor parte de estas romerías populares se celebran en el mes de agosto, aunque al “Penedo do Santo” de Aver-o-Mar se acudía el 30 de noviembre, día de la festividad del Santo, como al “Penedo dos Casamentos” de Várzea de Ovelha. Al “Penedo dos Casamentos” de Sezures se acudía durante la romería de San Vicente, el 22 de enero, y la festividad de Nossa Senhora do Berrocal se celebra el día 2 de febrero, Fiesta de la Candelaria. En este aspecto, llama la atención que, según la tradición local, era el Lunes de Pascua cuando las muchachas jóvenes de Valencia de Alcántara debían acudir a la “Porra del Burro” para realizar el rito de lanzar piedras sobre el berrocal granítico si querían saber los años que les quedaban para casarse y en esa misma fecha se celebra el rito en São Pedro do Corval, coincidencia que hay que valorar, pues son los dos testimonios más meridionales conocidos y permiten suponer que el rito se celebraba dentro de los rituales de noviazgo del equinoccio de primavera. Por consiguiente, aunque no parece que existan fechas predeterminadas ritualmente, básicamente coinciden con las festividades tradicionales del calendario ritual de base agrícola originario del mundo celta¹¹².

Más complejo resulta averiguar la finalidad originaria de este rito adivinatorio (Fig. 5). Los casos hasta ahora documentados, en su mayoría, tienen la precisa función de conocer si la relación con el novio o novia iba a acabar o no en boda, aunque de los casos conocidos haya que descontar algunos más inciertos, como los de La Carnota, Vila do Touro y Baraçal, mientras que de Carballino (Fig. 22) no ofrece el rito de tirar piedras a su cumbre, a pesar de conservar la función adivinatoria de casamiento, quizás por haberse perdido a lo largo del tiempo, o, más probablemente, por asociarse a una ordalía basada en el balanceo de la roca.

Al margen de estos casos, la inmensa mayoría de los conocidos son “Penas dos Namorados” o “Penedos do Casamento”, lo que indica su estrecha relación con el deseo de que el noviazgo tenga un buen fin y acabe en boda. Junto a estos casos que pretenden averiguar el futuro de la relación amorosa, cabe relacionar los 3 casos conocidos de “Penedos dos Cornudos” (Figs. 33 y 35). La función esencial del rito adivinatorio en estos casos

¹¹¹ GREEN, 1989, p. 169 s., 1990, p. 100-108, 1992, p. 214 s.; ALBERRO, 2006, p. 71 s.; etc.

¹¹² TORRES, 2011, p. 549 s.; MOYA, 2010, p. 433 s.

era conocer la posible infidelidad amorosa del cónyuge¹¹³, en especial de la mujer, función que en Bretaña tenían algunas peñas oscilantes o caballeras, que servían para esta finalidad de carácter ordálico¹¹⁴. También en la peña de Combourtillé, en Ille-et-Villaine, el rito consistía en que los maridos engañados debían acudir de noche como tributo¹¹⁵. Sin embargo, en algún caso se ha señalado que este rito también tenía carácter propiciatorio de la fidelidad de la pareja, sin excluir que ello sea una evolución más reciente que ha dulcificado su función originaria¹¹⁶.

Este aspecto propiciatorio se advierte igualmente en el rito realizado en algunos “Penedos dos Casamentos”, como indica el nombre del “Penedo da Sorte” de Nossa Senhora do Berrocal, sobre el que un vecino de Cavalhal contaba que, como quería casarse, se había acercado al penedo a tirar una piedra y que al poco tiempo se casó, ejemplo que evidencia su carácter propiciatorio, semejante al que ofrece el dolmen de Proleek en Irlanda y otras peñas adivinatorias, como las de Arcos de Valdevez, “Puxa-meias” en Soajo, Santo André das Almas en Aver-o-Mar, la “Porra del Burro” en Valencia de Alcántara, etc.

Existen indicios de que el carácter adivinatorio de estas peñas especializado en la relaciones de la pareja pudiera ser originariamente secundario o, al menos, compartido con un carácter de adivinación más general (Fig. 5B), que se ha debido perder a lo largo del tiempo al no tener la fuerza y el arraigo del deseo de conocer el futuro de las relaciones amorosas entre los jóvenes. Este hecho se evidencia en algunas peñas que comparten funciones propiciatorias y de adivinación, como la “Peña de los Responsos” de Ulaca, la “Peña de la Fortuna” de Trascastro de Luna, la “Porra del Burro” de Valencia de Alcántara, las “Peñas de los Deseos” de Castelo Mendo en Almeida, de Hurtumpascual en Ávila y de Fraella en Huesca y, probablemente, el “Penedo da Sorte” de Nossa Senhora do Barrocal y la “Rocha dos Namorados” de São Pedro do Corval (*vid. supra*). La misma tradición ofrece el dolmen de Proleek, en Irlanda y, probablemente, la “Roche divinatoire” de Trégunc, en Finisterre, Bretaña, casos en los que predomina la función propiciatoria y que parecen confirmar que esta doble función es la que corresponde al rito originario.

Junto a las peñas señaladas, existen otros lugares en los que se practica el rito de adivinación sin relación con una peña. La iglesia de San Miguel situada delante del Castillo de Guimarães tenía una imagen de Santa Margarita de Braga, abogada de los partos, con la que se relaciona un ritual de adivinación semejante; si una mujer quería saber si iba a tener un hijo o una hija, tiraba tres piedras a una estrecha abertura existente sobre la puerta meridional; si alguna de las piedras entraba, tendría un hijo, si no entraba ninguna, una hija¹¹⁷. El mismo rito se debía practicar en el “Nicho de Santo Eliseu” en el Monte de Santa Luzia, en Viana do Castelo,

¹¹³ CHAVES, 1922, p. 148.

¹¹⁴ En la Bretaña algunas piedras oscilantes servían para saber si una mujer había engañado a su marido, en caso de que no las pudiera mover (REINACH, 1893, p. 341-342). Destaca la llamada *Men Dogan* o ‘Pierre des cocus’, Kerouël, Trégunc, Finisterre, la más famosa de las piedras oscilantes bretonas (LE ROUX y ROCHARD, 2009). Los anticuarios del siglo XIX creían que la usaron los celtas para conocer el futuro (FRÉMINVILLE, 1832, p. 324) y según la tradición local, un marido engañado no podía moverla, aunque cualquiera pudiera hacerlo con una sola mano (BOISMOREAU, 1917, p. 159). Era consultada por los marineros al volver de un viaje para asegurarse de la honestidad de su mujer y por los novios para saber si eran correspondidos (BARRE, 1867). Desde el siglo XVIII, la mencionan eruditos (FRÉMINVILLE, 1832, p. 323 s.; REINACH, 1893, p. 203), viajeros (FLAUBERT, 1886, p. 132; TOSCAR, 1906, p. 370-371; etc.) y folkloristas (SÉBILLOT, 1908, p. 47-50).

¹¹⁵ GARENNE, 1862, p. 47; SÉBILLOT, 1882, p. 53; COSSON, 2009, p. 19.

¹¹⁶ PATRÍCIO, 2009, p. 59.

¹¹⁷ Tradiciones parecidas existen en Galicia, donde la mujer embarazada, para conocer el sexo del hijo que iba a tener, iba a una grieta cercana a la capilla de Santa Margarita y arrojaba tres piedras; si alguna de las piedras entraba en la grieta, nacía un niño (BANDE, 1997, p. 306).

donde este ritual tenía función “de casamento”¹¹⁸ y en la Capela de São Brás situada a la salida de Bragança o en Torre de Dona Chama. La misma tradición se mantenía en algunas romerías gallegas, como en la Capilla de San Alberto de Riveira, La Coruña, construida junto a la peña sacra prerromana (Fig. 8). Según esta tradición conservada en Galicia, la moza que deseaba casarse o la mujer que quería quedarse embarazada tiraba piedras a un hueco o pozo situado cerca de la capilla o ermita dedicada a San Eloy, San Gonzalo o San Eliseo, a la par que decía “*San Eliseo, casar quiero...*”; si la piedra entraba en el hueco o pozo, era señal de que la romera se casaría ese año¹¹⁹. Este mismo rito se practicaba también en el pozo situado ante la capilla de la Samaritana de Póvoa de Lanhoso¹²⁰ (Fig. 33), aunque también tiene función de “pozo de los deseos”. Todos estos casos deben interpretarse como ejemplos de la continuidad del rito tras la cristianización y de su vitalidad hasta fechas recientes, al haberse trasladado a una capilla o ermita desde una peña de carácter sacro que estaría situada en sus inmediaciones. En este sentido, es interesante que las chicas solteras que deseaban casarse tiraban piedras sobre el tejado de la capilla de Santo André das Almas, en Aver-o-Mar, en la madrugada del día de la festividad del santo, diciendo: “*Vai pedra abençoada, para eu pró ano vir casada; Santo André uma pedrinha, para eu pró ano vir casadinha*”, evidencia del rito en su aspecto propiciatorio¹²¹. Pero la capilla de Santo André das Almas se construyó en el siglo XVI a escasos 125 m del “Penedo do Santo” (Fig. 29), Santo André das Almas, lo que hace sospechar un traslado del rito desde esta roca hasta la capilla, ya que el mismo proceso observó Martins Sarmiento en São Martinho de Penacova¹²², donde refiere que existían piedras tiradas en torno a la cruz que remataba la capilla del “Senhor dos Perdidos”, levantada a escasos metros de un “Penedo do Casamento” hoy desaparecido, que debe considerarse el punto originario del ritual popular, y exactamente ese mismo proceso se observa en San Alberto de Riveira (Fig. 8), en La Coruña.

6 – PARALELOS Y PERVIVENCIAS

La valoración correcta de estas peñas sacras asociadas a ritos propiciatorios y de adivinación exige analizar sus paralelos desde una perspectiva de Historia Comparada de las Religiones para comprender el simbolismo que entrañaban arrojar una piedra en su contexto cultural y para llegar a conocer mejor el origen y difusión de estas creencias.

Los paralelos más precisos conocidos de este rito de arrojar piedras a determinadas peñas sacras con finalidad “propiciatoria” o “de adivinación” se sitúan por las áreas occidentales de la Europa Atlántica (Fig. 52), que corresponden en gran medida al mundo celta¹²³, aunque sea bastante habitual su relación con monumentos megalíticos anteriores. Sin embargo, en otras áreas de Europa se constatan elementos relacionables con estos ritos, que deben ser igualmente valorados.

Ejemplos interesantes se conservan especialmente en Bretaña. En Cieux, Haute-Vienne, se creía que la primera vez que una chica se acercaba al “Menhir de Ceinturat”, en forma de estela de más de 5 m de altura,

¹¹⁸ BRAGA, 1994, p. 87.

¹¹⁹ BANDE, 1997, p. 303.

¹²⁰ Agradezco las amables informaciones ofrecidas por Orlando Fernandes y Mariana Sá Pereira, de los servicios de arqueología del Municipio de Póvoa de Lanhoso.

¹²¹ OLIVEIRA, 1995, p. 151, n. 68; SANTOS, 2011, p. 8.

¹²² SARMENTO, 1884, p. 183, que CHAVES, 1917, p. 60, sitúa por error en Cristelo, concejo de Guimarães.

¹²³ CUNLIFFE, 1997.

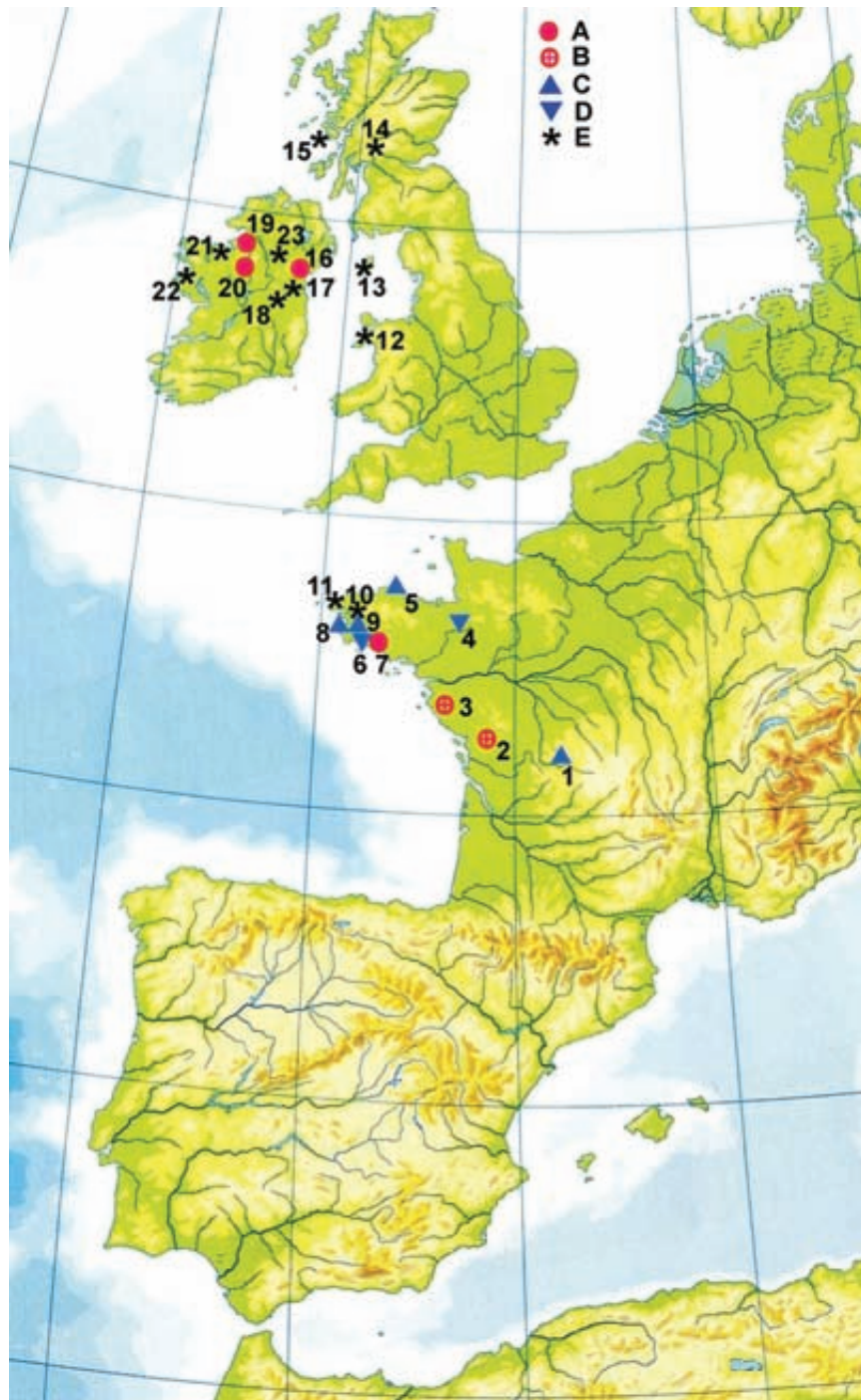


Fig. 52 – Paralelos atlánticos citados de las *sacra saxa*, excluida la Península Ibérica (A - Peñas de adivinación; B - Peñas propiciatorias; C - Peñas de matrimonio; D - Peñas de cornudos; E - *Cairn*: 1 - Cieux, Haute-Vienne; 2 - Saint-Georges-de-Rex, Poitou-Charente; 3 - Vendée; 4 - Retaudière, Combourtillé, Fougères, Ille-et-Vilaine; 5 - Isla de Bréhat, Saint-Breuc, Côtes-d'Amour; 6-7 - Trégunc, Finistère; 8 - Ploeven, Châteaulin, Finistère; 9 - Cast, Finistère; 10 - Ar-Mein Berna, Finistère; 11 - Isla de Carn, Ploudalmézeau-Portsall, Finistère; 12 - Tre'r Ceiri, península de Llyn, Gales; 13 - Isla de Man; 14 - Kessog, Dumbartonshire, Escocia; 15 - St Columba's Bay, Isla de Iona, Escocia; 16 - Dolmen de Proleek, Dundalk, Co. Louth, Irlanda; 17 - Newgrange, Co. Meath, Irlanda; 18 - Tara, Co. Meath, Irlanda; 19 - Ballinrillick, Co. Sligo, Irlanda; 20 - Boyle, Co. Roscommon, Irlanda; 21 - Monte Knocknarea, County Sligo, Irlanda; 22 - Roilig Mhuire o Mary's Grave, Co. Mayo, Irlanda, 23 - Cavan, Ulster, Irlanda.



Fig. 53 – Menhir de Ceinturat, Cieux, Haute-Vienne, Breñaña (foto Wikipedia).

y lanzaba una piedra a una especie de repisa que ofrece hacia su mitad (Fig. 53), si ésta permanecía sin caer, se cumplía el deseo de casarse¹²⁴. En el Finisterre bretón, a 14 km al Oeste de Châteaulin, en Ploeven, se conserva el “Menhir des mariages”, a cuya cumbre tiran piedras los que desean casarse; el que consigue que la piedra no caiga, se casa antes de un año¹²⁵ que es el menhir denominado “Quenouille de Sainte Barbe”, en Cast, a cuya cumbre se tiraban guijarros en la que debían permanecer sin caer para casarse¹²⁶. En la isla de Bréhat, Saint-Breuc, Côtes-d’Amour, hay una cala denominada “Le Gouffre”, próxima al faro del Paon, donde se practicaba otro de estos ritos: en la marea baja, las muchachas jóvenes acudían para tirar una piedra sobre una roca redondeada; si la piedra permanecía sobre la roca y no caía al agua, la boda se celebraría sin tardanza; si la piedra caía al agua, la boda se retrasaría tantos años como rebotes diera la piedra al caer¹²⁷. También en la Vendée y en Saint-Georges-de-Rex, en Poitou-Charente, las viejas tiraban monedas como plegaria encima de determinadas piedras a las que iban a hacer sus oraciones¹²⁸. Igualmente, en el ámbito atlántico aparecen ritos

¹²⁴ COSSON, 2009. En la actualidad el rito prosigue tirando una moneda, cf. <URL: <http://www.megalithic.co.uk/article.php?sid=6334328>>.

¹²⁵ DAG’NAUD, 2002, p. 76.

¹²⁶ MOXHET, 1989, p. 104.

¹²⁷ <URL : <http://www.stereden.com/234-activites-et-loisirs/1928-l-ile-de-brehat.html> [cons. en 28.10.2015].

¹²⁸ BROQUET, 1840, p. 277.

adivinatorios con la misma función que los “Penedos dos Cornudos”¹²⁹. Cerca de la aldea de la Retaudière, en Combourtillé, Fougères, Ille-et-Vilaine, existe un gran bloque de gres con una cruz encima en el que se realizaba un rito no especificado por los maridos engañados, que tenían que visitarlo de noche como pago de un tributo¹³⁰, mientras que en la Baja Bretaña algunas peñas oscilantes servían para conocer la fidelidad de la mujer¹³¹.

En Irlanda se documentan los paralelos más próximos del ritual de las peñas propiciatorias y oraculares lusitanas, tanto en su aspecto formal como en su funcionalidad. Cerca de la ciudad de Dundalk, en la Península de Cooley, Co. Louth, próxima a la frontera con el Ulster, el Dolmen de Proleek constituye un interesante ejemplo de este rito (Fig. 26). Está situado en la actualidad a unos 500 m al norte del Ballymascanlon Hotel, en el borde del campo de golf¹³². Este dolmen monumental lo forma una enorme peña de unas 35 Tm de peso, que mide 3,8 por 3,2 m y que alcanza 4 m de altura, como la de una peña sacra, pues está sostenida por dos piedras en su entrada de 2,3 m de alto y otra en la parte posterior. Su entrada está alineada al Noroeste y al ocaso solar en el solsticio de verano, que aparentemente coincide con el Slieve Gullion, el monte más alto del territorio con sus 573 msnm¹³³. El dolmen, denominado “Giant’s Load”, se supone que fue traído a Irlanda por el gigante escocés *Parrah Boug McShagean*, quien, tras enfrentarse al héroe irlandés *Fionn Mac Cumhaill* en la más espectacular batalla del poema épico irlandés *Táin Bó Cuailgne* (“La Razia de Ganado de Cooley”), fue vencido y está enterrado en una galería de corredor situada unos 100 m al Sureste¹³⁴. La parte superior del dolmen de Proleek ofrece una acumulación tumular de cientos de piedras arrojadas a su cumbre relacionadas con ritos propiciatorios. Según la tradición popular, a cualquiera que tire tres guijarros consecutivos a su cumbre, si éstos permanece en ella sin caer al suelo, se le cumple un deseo, aunque según otra versión quien consigue que permanezcan las tres piedras en el alto del dolmen se casa antes de un año¹³⁵, lo que evidencia la estrecha asociación entre los ritos propiciatorios y de adivinación.

Esta costumbre del folklore irlandés de arrojar guijarros sobre algunos dólmenes debe ser una pervivencia de prácticas ancestrales que antiguamente estarían bastante más extendidas, pues en dibujos y fotografías antiguas de dólmenes de Irlanda aparecen guijarros sobre su cumbre¹³⁶, como el citado dolmen de Proleek, el de Clough, Ballinrillick, Co. Sligo, destruido hacia 1950, y el de Drumanone, cerca de Boyle, en Co. Roscommon, y ya en 1888 Wood Martin señaló que al excavar dólmenes aparecían ese tipo de guijarros, que los obreros reconocían diciendo: “*Here are the two stones! – now we will get the bones*”¹³⁷. También en Bretaña había peñas de rito puramente adivinatorio, como la “Roche divinatoire” de Trégunc, Finisterre, cuyo ritual, perdido hace más de 75 años, consistía en hacerle mentalmente una pregunta y, si se movía, la respuesta era positiva, mientras que era negativa en caso contrario¹³⁸.

¹²⁹ Este método adivinatorio no aparece recogido por VAN GENNEP, 1982.

¹³⁰ GARENNE, 1862, p. 47; SÉBILLOT, 1882, 53; COSSON, 2009, 19.

¹³¹ REINACH, 1893, p. 341-342.

¹³² HARBISON, 1992, p. 240.

¹³³ MOORE y MURPHY, 2009; “Proleek Dolmen’s Summer Solstice Alignment”. *Mythical Ireland – Newgrange, Ancient Sites, Myths, Mysteries, Tours and Astronomy*. (disp. en <URL: <http://www.mythicalireland.com/ancientsites/proleek/proleek-summer-solstice-alignment.php>> [cons. en 01.06.2011]).

¹³⁴ ESTYN, 1966, p. 158.

¹³⁵ MARTIN, 1902, p. 29; HARBISON, 1992, p. 240.

¹³⁶ NEWENHAM, 1830, p. 16, lám. 17.

¹³⁷ MARTIN, 1888, p. 87-88.

¹³⁸ LE ROUX y ROCHARD, 2009.

El rito de arrojar piedras a determinadas peñas sacras de tipo “propiciatorio” y “de adivinación” se vincula igualmente con otra tradición ritual relacionada, la de arrojar piedras a amontonamientos tumuliformes, normalmente situados al lado de un camino en puntos destacados del paisaje, en especial en collados (Fig. 54). Estos montones de piedras, que en algunos casos alcanzan un tamaño de hasta 20 m de diámetro y 8 m altura, como el destruido de San Cristóbal das Viñas, en La Coruña¹³⁹, se denominan *amilladoiros* en Galicia¹⁴⁰, *myadoriu* en Asturias, *carneiros*, *moledros* y *fiéis de Deus* en Portugal¹⁴¹ y *majanos* en castellano. *Amilladoiro* o *milladoiro* es una palabra con clara etimología sacra, derivada de **humiliatorius*, en castellano “humilladero”¹⁴², aunque en asturiano, *myadoriu* se ha derivado de *amiyar*, “amontonar”¹⁴³. Los *amilladoiros* se formaban al arrojar los caminantes piedras en determinados lugares en señal de culto y ofrenda a la divinidad, siguiendo una tradición “mágica” que asociaba las piedras que los forman con las almas de los difuntos¹⁴⁴. El caminante o peregrino debía arrojar una piedra para no sufrir daños al pasar, como en el cuento popular de Fiz de Cotovedo, cuya ánima tuvo que vagar por los montes penando por no cumplir la promesa de ir en vida a San Andrés de Teixido ni colocar la piedra en un *amilladoiro* (Fig. 54)¹⁴⁵. Paulatinamente, la progresiva cristianización ha hecho que los *amilladoiros* fueran sustituidos por cruceiros y petos de ánimas¹⁴⁶, que ocupan los mismos emplazamientos y ofrecen las mismas funciones, pues en ellos hasta hace pocos años todavía se efectuaban los mismos ritos funerarios de origen pagano, como encender velas, celebrar comidas fúnebres e, incluso, enterrar a los niños no bautizados¹⁴⁷.



Fig. 54 – Amilladoiro de San Andrés de Teixido, La Coruña.

Los *amilladoiros* eran un elemento característico del paisaje sagrado de Galicia, pero también del resto de la *Hispania Celtica*¹⁴⁸. El antiguo camino a San Andrés de Teixido¹⁴⁹ tenía 23 *amilladoiros* (Fig. 54), pero también marcaban los caminos de otros santuarios, como el de la Virgen de Majadas Viejas, en La Alberca,

¹³⁹ MONTEAGUDO, 1996, p. 61, fig. 26A-C.

¹⁴⁰ TABOADA, 1982, p. 155 s.

¹⁴¹ BRITO, 1690, p. 36 s.; existía el tabú de no tocar los *Fiéis de Deus* (VASCONCELOS, 1882, p. 93, § 2008, b).

¹⁴² TABOADA, 1982; ALONSO ROMERO, 1995, p. 494-495, 2007; MONTEAGUDO, 1996, p. 61 s., 2003, p. 31; ALBERRO, 2004, p. 27 s.

¹⁴³ Cf. <URL: <http://www.celtiberia.net/verrespuesta.asp?idp=3622>> [cons. en 30.09.2013].

¹⁴⁴ TABOADA, 1972, p. 15 s.; GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, 1999, p. 31 s.

¹⁴⁵ Luisandrade@ozu.es (16.10.2002).

¹⁴⁶ FERNÁNDEZ PÉREZ, 1991, p. 150.

¹⁴⁷ TABOADA, 1972, p. 102; GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, 1999, p. 29 s.

¹⁴⁸ ALMAGRO-GORBEA, 2006, p. 14 s., fig. 8.

¹⁴⁹ MONTEAGUDO, 1996, p. 61.

Salamanca¹⁵⁰, o el del Santo del Alto Rey, en la Serranía de Atienza, Guadalajara¹⁵¹. En la actualidad todavía se conocen muchos *amilladoiros* dispersos sobre todo por la provincia de La Coruña, como en Cedeira, Cesuras, Trasanqueros, Sobrado de los Monjes, Melide, Moucho, Vío y San Cristóbal das Viñas en las proximidades de La Coruña, Abegondo y el famoso y ya destruido del Monte do Gozo, que marcaba la llegada a Santiago de Compostela¹⁵². Ya en León, destacan los ejemplos de Cruz de Ferro, en Foncebadón, y de Cruz da Portela, en Padornelo, Zamora¹⁵³, y también hay otros ejemplos en Majadas Viejas, La Alberca, Salamanca¹⁵⁴ y en La Sierra de las Quilamas, entre La Bastida y Navarredonda de la Rinconada, en Salamanca¹⁵⁵. Estructuras similares deben considerarse los *majanos* localizados en territorios de la antigua Celtiberia. En la Serranía Soriana hay *majanos* con el mismo significado funerario¹⁵⁶ en las proximidades de los castros de San Leonardo de Yagüe y Zarranzano, junto a una vía romana; en la Ermita de El Royo, donde todavía se tiran piedras al pasar por delante en la romería de la Virgen del Castillo; en la ermita de Nuestra Señora de los Santos Nuevos, Almarza, en una dehesa propiedad de la “comunidad de los cuatro lugares”, y en el santuario del Santo del Alto Rey, en la Serranía de Atienza, Guadalajara, cuyo culto debe considerarse de origen prerromano¹⁵⁷. También existen leyendas relacionadas con estos majanos funerarios en otras áreas de la antigua *Celtiberia*, como Teruel y Cuenca, como la leyenda del Mojón de Durazno¹⁵⁸. Igualmente, en el Pirineo español existía la tradición de que los caminantes que pasaban por donde había ocurrido una muerte, cogían una piedra, la besaban y la dejaban en el lugar del suceso¹⁵⁹. Además, en la zona que se extiende desde Guadalajara, Soria y Teruel hasta el Maestrazgo se ha conservado hasta fechas muy recientes la tradición de levantar *peirones* o pilones dedicados a las “Ánimas Benditas”¹⁶⁰ a la entrada de los pueblos, que indican el límite del territorio habitado y protegido de las ánimas que vagan por el campo, tradición que también constituye una perduración de estas creencias, como los cruceiros y petos de ánimas galaico-portugueses¹⁶¹.

La misma tradición que los *amilladoiros* representan en Portugal los *carneiros* y los *fiéis de Deus*. Los *fiéis de Deus*¹⁶² son pequeños montones de piedras situados en los bordes de los caminos de Portugal para recordar donde murió una persona¹⁶³, como el de Francoim, Douro¹⁶⁴, aunque también se suponía que era el lugar donde se había enterrado a los ajusticiados. Por ello existía la costumbre de que los viajeros al pasar rezaban por el difunto y tiraban una piedra, que iba engrosando el montículo, pues “representam o costume primitivo de fazer peso sobre o cadáver para este não voltar ao mundo com o intuito de perseguir os vivos”.

¹⁵⁰ BENITO DEL REY y GRANDE DEL BRÍO, 1992, p. 100, fig. 68.

¹⁵¹ CHAMÓN, 1994; MOYA, 2012, p. 220 s.

¹⁵² Cf. <URL: <http://foroperegrinos.com/viewtopic.php?t=330635&p=330661>> [cons. en 28.8.2015].

¹⁵³ MONTEAGUDO, 1996, p. 9 s.

¹⁵⁴ BENITO DEL REY y GRANDE DEL BRÍO, 2000, p. 100, figs. 68-69.

¹⁵⁵ BENITO DEL REY y GRANDE DEL BRÍO, 2000, p. 104.

¹⁵⁶ MOYA, 2012, p. 464 s.

¹⁵⁷ CHAMÓN, 1984, p. 289-309; MOYA, 2012, p. 220 s.

¹⁵⁸ VALLEJO y GUIJARRO, 1962, p. 165-168; ALMAGRO-GORBEA, 2013, p. 342.

¹⁵⁹ VIOLANT, 1989, p. 498-499.

¹⁶⁰ SANZ Y DÍAZ, 1982, p. 166-173; MORCUELLO, 1981, p. 18-19; MARGALÉ y TAULES, 2009.

¹⁶¹ GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, 1999, p. 89; ALENDE, 1997, p. 1-7.

¹⁶² VASCONCELOS, 1882, § 208, 1897, p. 205 s.; PENSADO, 1973, p. 87.

¹⁶³ VASCONCELLOS, 1882, § 208; CHAVES, 1957, p. 264.

¹⁶⁴ SARMENTO, 1998, p. 41.

Idénticas creencias revela la etimología de *carneiro*, palabra utilizada para los osarios en Gallego-Portugués¹⁶⁵. Su etimología se ha relacionado acertadamente con el Gaélico *carn*, en Escocés *carne*, en Galo *karnon* “cuerno”, procedentes de una raíz PIE **ker-*, “cabeza, cúspide”¹⁶⁶, de donde, probablemente, pasaría a denominar “amontonamiento cónico de piedras, mámoa”¹⁶⁷, con un sentido semántico muy parecido y paralelo al de *herma* en griego (*vid. infra*, p. 369). Esta raíz puede estar presente en el etnónimo galo de los *Carnutes*, “el pueblo del *carn*”¹⁶⁸, en el teónimo lusitano *Carneo Calanticensi* de Arraiolos, Évora¹⁶⁹, y en el topónimo gallego *Carnota*, dada la acumulación de canchos de granito existente en el Monte Pindo¹⁷⁰, cuya sacralidad en la mitología gallega es bien conocida por su forma, su topónimo, *Mons Sacer*, y su situación frente al Finisterre¹⁷¹.

En todas las áreas de la Europa Atlántica ocupadas antiguamente por los celtas se conocen *cairns* funerarios (Fig. 52), muchos de los cuales son de época megalítica, pero el término *cairn* es céltico¹⁷². En el Finisterre bretón, los amontonamientos formados al tirar una piedra, llamados *galgals*, se creía que eran una tumba¹⁷³. La Isla de Carn, situada frente a Ploudalmézeau-Portsall, en Bretaña, es una pequeña plataforma de unos de 2000 m² culminada por un gran *cairn*¹⁷⁴, que sería un lugar onfálico entre el mar y la tierra de paso al Otro Mundo¹⁷⁵. También una leyenda bretona cuenta como el alma del rey *Marc'h* (“caballo” en bretón) había sido castigada a permanecer bajo el montón de piedras de su tumba hasta que éste fue lo suficientemente alto como para poder ser visto desde el campanario de la capilla de la Santísima Virgen¹⁷⁶, tradición que explica la costumbre de tirar una piedra en el lugar denominado *Ar-Mein* (“piedra” en bretón) *Berna*, en el Finisterre bretón, pero la tradición de tirar piedras en funerales se ha mantenido en Bretaña hasta hace pocos años, pues era costumbre tirar piedras al pie de los calvarios cuando pasaba un ataúd hacia iglesia.

En Gales cabe destacar el *cairn* funerario de la Edad del Bronce situado en la muralla exterior de *Tre'r Ceiri* (“Ciudad de los Gigantes”), el castro o *hillfort* más grande y mejor conservado de Gales¹⁷⁷. En Escocia, un gran túmulo de piedras o *cairn* se levanta al lado de un camino como recuerdo del lugar donde fue martirizado San Kessog, martir escocés, casi desconocido, del siglo VI de JC., pero más interesante es el *cairn* de St Columba's Bay, que se alza en una playa de la Isla de Iona, en la costa occidental. Según tradición, fue levantado por San Columba y sus 12 discípulos tras partir de Irlanda el año 563 después de una batalla en la que habían muerto 3000 personas, con la intención de cristianizar a tantas personas como muertos había habido en la batalla, por lo que sus piedras simbolizarían a los muertos en la batalla, como en otros casos conocidos (*vid. infra* p. 383 s.). Además, el *cairn* señalaba el punto donde Irlanda había desaparecido definitivamente de la vista, lo que evidencia

¹⁶⁵ GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, 1999, p. 33; BRAÑAS, 2000, p. 73.

¹⁶⁶ POKORNY, 1959, p. 575.

¹⁶⁷ BÚA, 1997, p. 74.

¹⁶⁸ HOLDER, 1896, p. 799.

¹⁶⁹ OLIVARES, 2002, p. 62 s.

¹⁷⁰ CASTRO, 2001, p. 200, fig. 41 s.

¹⁷¹ ALONSO ROMERO, 1983, p. 227-267, 2000, p. 117-132.

¹⁷² HOLDER, 1896, p. 799; BÚA, 1997, p. 74; OLIVARES, 2002, p. 62 s.

¹⁷³ REINACH, 1893, p. 342-343.

¹⁷⁴ CHARPIGNY, 2002.

¹⁷⁵ MARKALE, 1975, p. 28.

¹⁷⁶ PUJOL, 2008, p. 305.

¹⁷⁷ HARDING, 1960, P. 100 s.

su carácter de indicador de límite¹⁷⁸, hecho que recuerda la situación liminal de diversas peñas sacras, como el Canto de los Responsos y los tres “penedos dos cornudos” conocidos (*vid. supra*, p. 351 s.).

En Irlanda los ejemplos son todavía más abundantes. El *cairn* funerario de *Maeve*, la reina legendaria de Connaught, es un gran túmulo de piedras situado en la cúspide del monte Knocknarea, en County Sligo¹⁷⁹. La llamada *Roilig Mhuire* o Mary’s Grave, en Co. Mayo, es un conjunto de tres *cairns* alineados de NE a SW con pequeñas piedras en su nivel superior, posiblemente arrojadas por peregrinos, que constituye la tercera estación del peregrinaje al *Croagh Patrick* y se interpreta como una sepultura prehistórica cristianizada tras la llegada de San Patricio¹⁸⁰. J. Barrington señala igualmente que en Irlanda existía la costumbre de que todo el mundo tiraba una piedra en el lugar donde se suponía que se había producido una muerte famosa para conmemorarla un determinado día del año¹⁸¹, lo que testimonia cómo se formaban los *cairns* como monumentos funerarios, tradición vigente hasta casi hasta la actualidad. Además, los *cairns* en Irlanda tenían la función de ser lugar de pactos, pues en ese punto onfálico se revelaba la voluntad divina y se institucionalizaban y sacralizaban los acuerdos. Este simbolismo, sumado a su origen en túmulos sepulcrales megalíticos, confirman su estrecha relación con el Más Allá en relatos míticos, como los de *Togail Bruidne Dá Derga*¹⁸² y de St Columba’s Bay o el que suponía que el gran túmulo megalítico de Newgrange era la tumba de *Dagda* y de sus hijos¹⁸³, mientras que el túmulo megalítico *Dumha na Ngíall* o *Mound of the Hostages* de Tara, considerado centro onfálico de la Irlanda céltica¹⁸⁴, estaba asociado a la estela fállica *Lia Fáil*, en la que se coronaban a los reyes de Irlanda¹⁸⁵, seguramente como símbolo tangible del *numen loci* o ancestro divinizado. Igualmente, en el Mar de Irlanda se ha mantenido la costumbre de usar cantos de cuarzo blanco con sentido funerario desde el Neolítico¹⁸⁶ hasta época reciente¹⁸⁷, pues tras la cristianización este rito relacionado con el Otro Mundo ha proseguido al convertirse en un responso u oración, como ocurre en el “Canto de los Resposos”, de Ulaca¹⁸⁸.

La costumbre de tirar una piedra a un majano situado junto al camino para tener suerte todavía se practica en varias partes del mundo¹⁸⁹ y se conserva en zonas montañosas de Europa, en muchas de cuyas regiones se mantuvo hasta el siglo XIX¹⁹⁰, como en Italia, donde en el Monte Autore había mantenido su sentido funerario desde la Antigüedad¹⁹¹, o en los Balcanes, pues al norte de Albania se hacían montones de piedras al borde de los caminos al depositar una piedra por cada fallecido, ya que se decía que en ella podía descansar el alma¹⁹², lo que evidencia la amplia difusión de estas creencias.

¹⁷⁸ Cf. <URL: <http://cargo.ship-of-fools.com/Features98/Features/TomDavies.html>>.

¹⁷⁹ Cf. <URL: <http://merganser.math.gvsu.edu/myth/stones.html>>.

¹⁸⁰ HUGHES, 1991; MORAHAN, 2001.

¹⁸¹ BARRINGTON, 1827, p. 17-18; GRIMM, 1888, p. 1305.

¹⁸² *Vid. infra*, n. 348.

¹⁸³ OKELLY, 1978, p. 71; STOUT, 2002, p. 65.

¹⁸⁴ O’SULLIVAN, 2007.

¹⁸⁵ HARBISON, 1992, p. 270.

¹⁸⁶ DAVEY, 2004, p. 141.

¹⁸⁷ CROWE, 1982, p. 413-415.

¹⁸⁸ GARRAD, 1991.

¹⁸⁹ FRAZER, 1911, p. 8 s.

¹⁹⁰ LATTE, 1960, p. 372.

¹⁹¹ BRELICH, 1954, p. 39 y 55.

¹⁹² ELSIE, 2001, p. 113.

Con estas tradiciones se relaciona la costumbre ancestral en la Grecia clásica de tirar una piedra al pasar por un camino ante un ἕρμα o túmulo de piedras¹⁹³, rito de origen prehistórico vinculado al culto a Hermes¹⁹⁴ que en algunas regiones, como la Arcadia, se conservó durante toda la Antigüedad. La misma tradición se documenta en la Europa no mediterránea, probablemente desde los túmulos de la Edad del Bronce¹⁹⁵, quizás como una tradición originaria de las estepas, como indicaría una noticia transmitida por Heródoto (*vid. infra*)¹⁹⁶. En este conjunto de tradiciones se insertan las documentadas en el mundo celta atlántico desde la Edad del Bronce, de las que debe proceder la costumbre que reflejan los *amilladoiros* y estructuras similares y el rito de las peñas sacras propiciatorias y de adivinación.

Es de gran interés la perduración hasta la actualidad de los ritos vinculados a estas “peñas sacras”, pues confirman una continuidad ritual desde la Prehistoria, en un impresionante proceso de “larga duración”. Estos ritos propiciatorios y de adivinación constituyen uno de los elementos más relevantes de la religiosidad popular en las tierras occidentales de la Península Ibérica, en especial en las áreas graníticas, donde resultan particularmente frecuentes. El folklore de tradición celta de dichas tierras, en especial del área galai-co-portuguesa, ha conservado con frecuencia estas prácticas rituales, generalmente consideradas como “supersticiones” en sentido religioso, aunque tienen el interés de proseguir tradiciones “de larga duración” que documentan usos y creencias prerromanos¹⁹⁷. Estas tradiciones ofrecen una interesante vía de estudio para las “peñas propiciatorias” y las “peñas de adivinación”, caracterizadas por el rito de arrojar piedras a su cumbre.

A pesar de los esfuerzos realizados por el cristianismo, algunos de estos ritos y creencias paganas, palabra que alude a que se consideraban propias de los *pagani* o habitantes de los *pagi* rurales¹⁹⁸, han pervivido hasta nuestros días, pues dichas creencias estaban profundamente enraizadas en la religiosidad y en la concepción del mundo popular, lo que facilitó su pervivencia, a pesar de la progresiva cristianización de festividades, divinidades y lugares paganos.

La colocación de los cruceiros en Galicia y Portugal a la salida de los pueblos¹⁹⁹ y en los cruces de caminos evidencia la continuidad de estas creencias, como también los *peirones* o “pilones de ánimas” dedicados “A las Ánimas Benditas”²⁰⁰ (Fig. 55), que se alzaban a la entrada y salida de los pueblos de las altas tierras de Soria, Guadalajara y Teruel que corresponden a la antigua *Celtiberia* y sus áreas de influencia, costumbre extendida por buena parte de Zaragoza hasta Castellón²⁰¹. Estos “pilones de ánimas” suponen igualmente la creencia de que *numina* o espíritus de los muertos andaban libres por el campo y podían perjudicar al que se alejaba de la población. Ideas semejantes existían sobre los mojones de tierras de León, que se relacionaban igualmente con las ánimas en pena²⁰². También formaban parte de estas tradiciones los *penedos mais proeminentes* y los

¹⁹³ *Ant. Pal.* V, 6 y VI, 253.

¹⁹⁴ *Vid. infra*, n. 301 s.

¹⁹⁵ HARDING, 2003, p. 88 y 94 s., fig. 3.1.

¹⁹⁶ Herodot. IV, 92.

¹⁹⁷ MOYA, 2012.

¹⁹⁸ MOYA, 2012, p. 42 s., 203.

¹⁹⁹ GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, 1999, p. 89; FUENTES ALENDE, 1997, p. 1-7.

²⁰⁰ *Vid. supra*, n. 160.

²⁰¹ SIMÓ, 1983.

²⁰² RUA y RUBIO, 1986, p. 49.

outeiros, palabra derivada del latín *altarium*, “altar”. Taboada²⁰³ y Araújo²⁰⁴ consideraron estos monumentos como altares de cultos familiares a divinidades protectoras, interpretación que se puede identificar con las creencias en el *numen loci* como divinidad protectora del territorio y sus habitantes, que cabe identificar con un ancestro mítico que acabó dando lugar a la figura del dios *Teutates* en la mitología celta²⁰⁵. Estos *outeiros* generalmente son una roca que puede tener cazoletas para luminarias²⁰⁶, relacionada con ritos diversos, entre los que se incluyen ofrendas colectivas de la aldea para espantar a las meigas, lo que evidencia su carácter “sobrenatural” relacionado con el mundo de los espíritus y con mitos referentes a ancestros y al Otro Mundo²⁰⁷.

Tras la cristianización, las autoridades eclesiásticas combatieron desde fechas muy tempranas las creencias y ritos vinculados con peñas sacras. Teodosio II recomendó el año 426 cristianizar con cruces estos monumentos paganos²⁰⁸ y los concilios de Arlés (452), de Tours (567) y de Nantes (658) condenaron en las Galias el culto a las fuentes, árboles y a las piedras y en el de Nantes se ordenó a los obispos que destruyeran las piedras objeto de estos cultos²⁰⁹. La actividad de San Martín de Tours (316-397) y los sermones de San Cesáreo de Arlés (470-542)²¹⁰ testimonian este temprano proceso de cristianización, en el que destacó en Lusitania San Martín de Dume (c. 515-579), famoso obispo de Braga originario de la Panonia²¹¹, quien, además de oponerse a la tradición de encender velas en las peñas, árboles y fuentes²¹², trató de acabar con la práctica de arrojar piedras



Fig. 55 - “Pilón de Ánimas”, La Almunia de Doña Godina, Guadalajara.

²⁰³ TABOADA, 1976, p. 193-200.

²⁰⁴ ARAÚJO, 1980, p. 106.

²⁰⁵ ALMAGRO-GORBEA y LORRIO, 2013.

²⁰⁶ MONTEAGUDO, 1996, p. 53 s.

²⁰⁷ SANTO, 1990, p. 31 s.

²⁰⁸ *Cod. Theod.* X,23; cf. REINACH, 1893, p. 335.

²⁰⁹ LABBÉ y COSSART, 1671, p. IX, col. 468; REINACH, 1893, p. 333.

²¹⁰ BLÁZQUEZ, 1962; GIORDANO, 1983; CASTRO, 2001, p. 177 s.

²¹¹ BARLOW, 1950, p. 159-203, con la edición crítica de *De correctione rusticorum*; CHAVES, 1957; MACIEL, 1980, p. 553; BREUKELAAR, 1993, 2004, p. 915-919; GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, 1999, p. 28 s.; CASTRO, 2001, p. 169 s.; etc.

²¹² *De correctione rusticorum*, XVI: “*ad petras et ad arbores et ad fontes et per trivias cereolos incendere...*”.

en encrucijadas a modo de sacrificios a una divinidad que identifica con Mercurio²¹³: “(Mercurio) in quadriviis transeuntes, iactatis lapidibus acervos petrarum pro sacrificio reddunt”.

Sin embargo, el Mercurio romano no tenía relación con el mundo funerario²¹⁴, pues tenía funciones diferentes²¹⁵. En *Hispania*, como en todo el mundo celta, Mercurio era la *interpretatio* latina de *Lug*, divinidad celta de carácter psicopompo y polifuncional²¹⁶, más próximas al *Hermes* griego²¹⁷, relacionado con los viajes y la muerte, pues era el conductor de los vivos y también del alma de los muertos, por lo que *Lug* acabaría asimilado a San Cristóbal, como confirma la iconografía de este santo cruzando un río, que representa el paso al Más Allá²¹⁸.

La cristianización de estos *Sacra Saxa* en el área lusitana, tal como indica Martín Dumiense²¹⁹, siguió el ejemplo de Martín de Tours y supuso en muchos casos su destrucción²²⁰, de la que han quedado testimonios arqueológicos, como la rotura física aún apreciable de algunos peñas o “altares rupestres” de tipo “Lácara”, como la que había en la Dehesa de Valcorchero, en Plasencia²²¹. En otros casos, estos lugares de culto pagano se cristianizaban por medio de una cruz puesta encima, como muestran tantos ejemplos de España y Portugal, o se recurría a cruces pintadas, como en el *lucus* de Diana en Segobriga²²², o grabadas, como en la “Peña Carnicera” de Alcántara²²³, en San Alberto de Riveira o en el “Canto de los Responsos”²²⁴, en ambos casos con la cruz grabada en el lado meridional de la peña.

La misma actividad de cristianización se practicaba en el mundo celta atlántico. San Samson, abad de Dol, grabó un *signum crucis* sobre una piedra de Bretaña para cortar sus ritos paganos y San Patricio de Irlanda lo hizo en la piedra situada sobre el *cairn* denominado *Cenn Crúaich*, en Cavan, Ulster²²⁵. Otro procedimiento para cristianizar estos ritos era la construcción de una capilla junto a la “peña sacra”, como en San Alberto de Riveira, Nossa Senhora de Numão, Nossa Senhora da Peneda, Nossa Senhora da Lapa, Nossa Senhora do Barrocal, Senhor dos Perdidos, etc. (*vid. supra*), proceso que confirma el carácter sacro de la peña y permite conocer mejor sus características y funciones originarias.

Esas creencias fueron combatidas en los concilios I de Braga del 561 de JC., IV de Toledo del 633 de JC. y más explícitamente, en los XII de Toledo del año 681, el XVI del 693, y en el XVIII de c. 702, que reiteran las condenas a los *veneradores lapidum*²²⁶, medidas que prueban la amplitud y extensión de estas perduraciones prerromanas, no exclusivas del mundo lusitano-galaico, sino propio de todo el mundo celta.

²¹³ *De correctione rusticorum* VII,13.

²¹⁴ LATTE, 1960, p. 372.

²¹⁵ WISSOWA, 1912: p. 304 s.; LATTE, 1960, p. 162 s.; FARNOX, 1980, p. 125.

²¹⁶ *Vid. infra*, n. 244, 264 s., 289 s. GREEN, 1992, p. 135 s.; MARCO, 1998, p. 33 s.; OLIVARES, 2002, p. 203 s.

²¹⁷ NILSSON, 1955, p. 501 s.

²¹⁸ MOYA, 2012, p. 390.

²¹⁹ *Vid. supra*, n. 211.

²²⁰ BROWN, 1981, p. 125; CASTRO, 2001, p. 154.

²²¹ ALMAGRO-GORBEA y JIMÉNEZ ÁVILA, 2000, p. 428.

²²² ALMAGRO-GORBEA, 1995, p. 74.

²²³ El nombre de este altar rupestre deja abierta la posibilidad de que derive de *carn*; *vid. supra*, n. 165. ALMAGRO-GORBEA y JIMÉNEZ ÁVILA, 2000, p. 427.

²²⁴ ALMAGRO-GORBEA, 2006, p. 8, fig. 7.

²²⁵ JUBAINVILLE, 1906, p. 315-316.

²²⁶ REINACH, 1893, p. 333.

El XII *Concilio de Toledo*, en su canon XI, *De cultoribus idolorum* alude explícitamente a los “*cultores idolorum, veneratores lapidum, accensores focularum et excolentes sacra fontium vel arborum...*” “los adoradores de ídolos, veneradores de piedras, encendedores de fuegos y quienes dan culto a las fuentes o árboles...”²²⁷ y el XVI *Concilio Toledo*, en su canon II, *De los que rinden culto a los ídolos*, señala a “*illi diversis suadelis docepti cultores idolorum efficiuntur, veneratores lapidum, accensores focularum, excolentes sacra fontium vel arborum, auguratores quoque seu praecantatores...*” “ellos, engañados por diversas persuasiones, se convierten en adoradores de ídolos, veneradores de piedras, encendedores de fuegos, y dan culto a las fuentes o árboles, se hacen agoreros o encantadores...”²²⁸.

Frente a la actitud destructora de estas peñas sacras, debieron imponerse en la práctica posturas más flexibles, como las de cristianizar con cruces los monumentos paganos, como había impulsado Teodosio II²²⁹. Esta actitud permite comprender el proceso por el que *daimones* y *numina* prerromanos fueron sustituidos por la Virgen y determinados santos, aunque en otras ocasiones fueron identificados con demonios o “moros”²³⁰. Un proceso similar revela la construcción de iglesias cristianas en proximidad a dólmenes²³¹, en ocasiones convertidos en capillas, como el dolmen de Alcobertas, Rio Maior, Santarém²³², como ocurrió igualmente en Francia y en otras tierras celtas²³³, proceso idéntico al observado respecto en algunas peñas sacras ya citadas, junto a las que aparecen capillas construidas de manera sistemática (*vid. supra*, p. 371). Esta actitud flexible y permisiva permitió que perduraran estas antiguas tradiciones, aunque fueron de nuevo condenadas en época moderna en las *Constituições de Braga* de 1594, en las *Constituições de Lamego* de 1563, que indican que “*Defendemos e mandamos com que as processões não vão a outeiros, nem penedos, mas somente à igreja*”²³⁴, en las *Constituições de Évora* de 1594, etc.²³⁵.

La continuidad de los ritos paganos prerromanos incrustados en las prácticas cristianas ha permitido que pervivieran estas tradiciones apenas alteradas en el conservador medio rural, en un auténtico y bien documentado proceso de “larga duración”, en especial en las áreas más montañosas y aisladas, hasta que los grandes cambios de la segunda mitad del siglo XX han destruido su ancestral sistema cultural y han producido su desaparición. En el paso del siglo XIX al XX, Leite de Vasconcelos, Martins Sarmiento, Braga, Chaves y otros estudiosos pudieron analizar estas tradiciones todavía plenamente vivas, pero al cambiar su sistema cultural como consecuencia de la fuerte emigración y de los cambios mentales producidos en las dos generaciones de paso del siglo XX al XXI, a los que tanto han contribuido nuevas ideas y visiones del mundo llegados a través de la televisión, esas tradiciones han desaparecido sin que los medios académicos y las autoridades culturales la importancia de este patrimonio y antes de que procedieran al necesario estudio y protección del mismo. Estas circunstancias han supuesto en muchas ocasiones la pérdida irreparable de estos interesantísimos restos de la estructura social y mental originarios de la Prehistoria, que habían permanecido vigentes casi

²²⁷ TEJADA y RAMIRO, 1850, p. 479.

²²⁸ TEJADA y RAMIRO, 1850, p. 566; MENÉNDEZ PELAYO, 1990, p. 426.

²²⁹ *Cod. Theod.* X,23; cf. REINACH, 1893, p. 335.

²³⁰ REINACH, 1893, p. 362. Sobre los “moros”, *vid. supra*, n. 47.

²³¹ REINACH, 1893, p. 336.

²³² BLECH, KOCH y KUNST, 2001, p. 548, lám. 80-81.

²³³ REINACH, 1893, p. 336.

²³⁴ *Constituições de Lamego* de 1563, tit. XVI, c. 4; cf. BRAGA, 1885, II, 52.

²³⁵ *Constituições de Braga* de 1594, cánon 72, alude a tirar piedras al agua para provocar la lluvia; *Constituições de Lamego* de 1563, c. 208; *Constituições de Évora* de 1594, c. 25,1; cf. VASCONCELOS, 1882, p. 89.

hasta nuestros días. Por ello, estas *sacra saxa* constituyen un elemento plenamente válido para reconstruir, con una metodología etno-arqueológica adecuada²³⁶, aspectos esenciales del mundo prerromano, como su religión y su cosmovisión, que no es posible llegar a conocer de otro modo, lo que demuestra el interés de interpretar el origen, la función y el contexto social y mental de estos monumentos.

7 - LA “PEÑA SACRA” COMO NUMEN LOCI

El estudio del “Canto de los Responsos” puso en evidencia una tradición popular que creía que los espíritus de los difuntos vagaban libres por el territorio agreste no antropizado, denominado popularmente “monte” o “sierra”, que puede equipararse al sentido de *saltus* en latín. En este territorio los espíritus podían actuar y hacer daño a los vivos, al quedar éstos fuera de la protección “mágica” que entrañaban los límites simbólicos del territorio habitado. Estos espíritus o *numina* podían afectar negativamente a los vivos si no se les ofrendaba el ritual debido, que consistía en arrojar una piedra al pasar, acto que equivalía a un *sacrificium*, como explícitamente indica Martín Dumienne²³⁷. El rito servía para propiciar al espíritu o *numen* y supone que dicha peña era considerada, de forma más o menos consciente, como punto de contacto con el Más Allá, lo que prueba su carácter onfálico, como confirman los ritos conexos. Estas creencias no pueden proceder del cristianismo, que tanto las ha combatido, ni del mundo islámico, ni tampoco del mundo romano, mientras que corresponden perfectamente a la concepción celta del Otro Mundo.

El elemento esencial de esta tradición mítica es el carácter onfálico de la roca sacra, pues es la clave para comprender su carácter ritual. Los *Sacra Saxa* propiciatorios y de adivinación constituían puntos de comunicación con el Más Allá. Además de destacar en su entorno más cercano (Figs. 1, 7-12, 19, 20, 31, 42, etc.), su forma casi semiesférica (Figs. 1, 7, 8, 11, 27, 28, 31, 35, 42, etc.) debía simbolizar un *omphalos*²³⁸, como punto central del *kosmos* en el que convergían el mundo subterráneo, el terrestre y el celeste. Este punto era, en consecuencia, un lugar sagrado por excelencia según las concepciones cosmológicas indoeuropeas²³⁹, como evidencia la tradición mantenida en la religión griega²⁴⁰, donde el *omphalos* tenía igualmente asociadas funciones de adivinación²⁴¹. Estas creencias onfálicas están bien atestiguadas entre los celtas²⁴² y permiten explicar el carácter de estas peñas como *Sacra Saxa*, cuya función como *omphalos* supone una noción simbólica de “centro” del cosmos y, por tanto, de convergencia entre lo sagrado y lo humano y, más en concreto, entre el mundo de los vivos y el de los muertos.

Este carácter onfálico explica que en ellas tuvieran lugar ritos propiciatorios y de adivinación vinculados al mundo ctónico, así como su *interpretatio* como *simulacra de Mercurio-Lug*, tal como refiere César en las

²³⁶ *Vid supra*, n. 8 a 15.

²³⁷ *De correctione rusticorum* VII,13: “(Mercurio) *in quadriuis transeuntes, iactatis lapidibus acervos petrarum pro sacrificio reddunt*”.

²³⁸ ELIADE, 1954, p. 224 s.

²³⁹ ALMAGRO-GORBEA, 2006; JIMÉNEZ GUIJARRO, 2000.

²⁴⁰ Esiod., *Teog.* 497-501; cf. NILSSON, 1955, p. 189.

²⁴¹ ROUX, 1976.

²⁴² REINACH, 1890, p. 224-226; JUBAINVILLE, 1906, p. 319; LOZ, 1915, p. 193-206; LE ROUX 1961, p. 170, 1962, p. 638-641; ALMAGRO-GORBEA y GRAN AYMERICH, 1991, p. 210 s., 222 s.; BRANAS, 2000.

Galias²⁴³, hecho repetidamente señalado²⁴⁴, que confirma de forma explícita Martín Dumiense²⁴⁵, lo que indica que estos *Sacra Saxa* eran consideradas como la misma divinidad. Este punto axial que unían cielo, tierra e infierno era la encarnación del *numen loci*, un ser mítico aparentemente concebido como ancestro de los habitantes del territorio, por lo que puede considerarse el precedente del dios *Teutates* celta, equiparable al *Héros ktístes* o “Héroe Fundador” griego como divinidad ancestral protectora y patrona de la población local, que se considera míticamente descendiente del mismo²⁴⁶. En consecuencia, la peña sacra sería considerada la materialización o visualización del propio *numen* de la divinidad. Así lo confirman narraciones míticas que relacionan directamente una “peña sacra” con el *numen loci* o divinidad local. Según la tradición mítico-histórica de la Casa de los López de Haro, Señores de Vizcaya, sobre uno de estos *sacra saxa* se debió producir la epifanía de la diosa local a Diego López de Haro, I Señor de Vizcaya²⁴⁷, peña sacra que también tendría la función de altar, en el que se depositaban como ofrendas parte de las vacas sacrificadas a dicha divinidad por los López de Haro, según un rito mantenido hasta la muerte de Juan el Tuerto (1319-1325), XI Señor de Vizcaya²⁴⁸.

En esta misma línea, la cosmología mítica céltica permite interpretar también las restantes características que ofrece la ubicación de estas “peñas sacras”. La mayoría de ellas se sitúan justo fuera del límite del área visual del territorio “humano”, como resulta evidente en el “Canto de los Responsos” respecto al *oppidum* de Ulaca (Fig. 1). El mismo hecho se repite en muchos otros casos estudiados, como Hurtumpascual, Vila do Touro o Baraçal, y en los santuarios de São João de Arga, Nossa Senhora da Peneda, Nossa Senhora do Barrocal, etc. En algunos casos la peña está situada en un punto claramente limítrofe, siempre fuera del área visual de las poblaciones próximas, como los “Penedos dos Cornudos” de São Mamede en Gomide, situado en una marcada vaguada que todavía constituye el límite de dos términos municipales, el de Travanca do Monte, situado donde se perdía de vista la población y se iniciaba la sierra, y el de Loivos do Monte, dominando un puerto entre un valle que da hacia el Duero y otro hacia el Tâmega (Fig. 9). Esta ubicación responde al límite del territorio habitado con el *saltus* o “sierra”, donde moran *numina* y seres sobrenaturales del Otro Mundo²⁴⁹, por lo que marcaría el límite territorial entre el terreno antropizado y el del Otro Mundo, ya fuera del control humano, función similar a la que ofrecen los *ἐρματα* en el imaginario helénico²⁵⁰. Este carácter limítrofe lo acentúa la situación de las peñas sacras junto a los caminos (*vid. supra*, p. 349, 352 s.), hecho que remite al culto a los *Lares Viales* protectores de los viajeros y del viaje al Más Allá²⁵¹ (Fig. 56), como ocurría con los *ἐρματα* en Grecia, hecho evidente en el “Canto de los Responsos” y en la mayoría de las peñas sacras propiciatorias y de adivinación²⁵², que marcaban el paso del territorio humano y de este mundo al del *saltus* y al sobrenatural o “mágico” del “Otro Mundo”, lo mismo que ocurre con los *amilladoiros*. Por ello ese punto era una frontera mítica entre el mundo de los vivos y el mundo de los muertos, por lo que constituye un elemento esencial,

²⁴³ B.G. VI,17,1.

²⁴⁴ REINACH, 1893; JUBAINVILLE, 1906.

²⁴⁵ *Vid. supra*, n. 237.

²⁴⁶ ALMAGRO-GORBEA y LORRIO, 2013.

²⁴⁷ ALMAGRO-GORBEA, 2013, p. 438-448.

²⁴⁸ ALMAGRO-GORBEA, 2013, p. 441.

²⁴⁹ CASTRO, 2001, p. 200.

²⁵⁰ *Vid. infra*, n. 302 s.

²⁵¹ WISSOWA, 1912, p. 166 s.; LATTE, 1960, p. 90 s.; DUMÉZIL, 1977, p. 301 s. Recientemente, BERMEJO, 2015, p. 157 s.

²⁵² Véase, como ejemplo, la situación del “Canto de los Responsos”, cf. ALMAGRO-GORBEA, 2006.



Fig. 56 – Dispersión de los Lares Viales en la Península Ibérica (ALMAGRO-GORBEA, 2006).

quizás el más significativo desde nuestro punto de vista, para comprender la cosmología celto-lusitana y su concepción sacra y sobrenatural o “mágica” del paisaje (*vid. infra*).

Esta idea de paso de este mundo al Otro Mundo se confirma por la localización de muchas de estas peñas en proximidad de una fuente, un curso de agua o una confluencia de dos arroyos, ya que refleja la concepción indoeuropea del paso al Más Allá a través del agua, evidente en tantos santuarios galos²⁵³, y en la situación de muchas necrópolis de la *Hispania Celtica* en el lecho de los ríos²⁵⁴. La misma idea reflejan su orientación. La Peña de los Responsos está situada al SW del *oppidum* de Ulaca, en dirección al ocaso del sol, probablemente en la dirección del ocaso en el solsticio de invierno, míticamente relacionado con el Más Allá. Esta orientación es la que ofrecen los santuarios celtas de carácter ctónico de las Galias²⁵⁵, Belgica²⁵⁶ y Britania²⁵⁷ y de la Península Ibérica, como el de Capote, Badajoz²⁵⁸ o el de *Termes*, Soria²⁵⁹. Esta orientación coincide con la de la Vía Láctea, que dio lugar al Camino de Santiago, que ha conservado su sentido escatológico en Galicia²⁶⁰, en

²⁵³ ALMAGRO-GORBEA y GRAN AYMERICH, 1991, p. 218 s.

²⁵⁴ LORRIO, 1997, p. 111.

²⁵⁵ ALMAGRO-GORBEA y LORRIO, 2013, p. 222 s.

²⁵⁶ ALMAGRO-GORBEA y LORRIO, 2013, p. 242 s.

²⁵⁷ ALMAGRO-GORBEA y LORRIO, 2013, p. 238 s.

²⁵⁸ BERROCAL, 1994.

²⁵⁹ ALMAGRO-GORBEA y LORRIO, 2013, p. 161 s.

²⁶⁰ FRAGUAS, 1975, p. 264; ALONSO ROMERO, 1993, p. 47 s., 1997, p. 29-35.

especial en la Tierra de Cotobade, donde se conoce como *Camino del Santo Andrés*²⁶¹, que era el encargado de llevar a las ánimas al Otro Mundo. Tanto Santiago como San Andrés son santos asociados con el Más Allá, del que habían llegado en barca. Esta relación mítica con el Otro Mundo explica su carácter psicopompo, pues las almas de los muertos, para tener descanso, tenían que haber visitado sus santuarios en Santiago de Compostela o en San Andrés de Teixido, donde *vai de morto o que non vai de vivo*, lo que confirma hasta qué punto estas tradiciones folklóricas han conservado cristianizadas creencias escatológicas celtas²⁶².

Todas estas creencias están relacionadas, sin duda, con la idea de que las almas de los muertos andaban libres y podían hacer daño a los vivos fuera de los límites de la población, pues, según la mitología gallega²⁶³, el campo está poblado de *numina* o espíritus que pueden intervenir de manera negativa en las acciones humanas, en especial la Santa Compañía, espíritus que vagan por los caminos y que se han relacionado con los *Lares Viales*²⁶⁴ y, en general, con la cosmología celta (*vid. supra*).

La estrecha asociación de estas peñas sacras con *numina loci* explica su identificación o *interpretatio* como *Lares Viales* protectores de caminos y encrucijadas²⁶⁵. Los *Lares* eran divinidades romanas ancestrales protectoras del lugar²⁶⁶. Los *Lares Familiares* acabaron relacionados con el culto a los antepasados, protectores de la casa, sus campos y los lugares habitados y conocidos, frente al *saltus* y *terrae incognitae* propias de divinidades silvestres, como Fauno o Silvano. En la mitología romana, los *Lares* eran hijos de Mercurio, divinidad protectora de los viajeros, por lo que guiaba a los muertos hacia el Más Allá. Este hecho explica el marcado carácter psicopompo que adquirió esta divinidad romana asimilada al *Lug* celta, lo que pudo facilitar su asimilación o *interpretatio* con los *numina* o espíritus que vagaban por los caminos²⁶⁷, seguramente por considerarse que eran los espíritus de los muertos ancestrales del lugar, lo que los equipara a los *numina loci*.

En *Hispania*, los *Lares Viales*²⁶⁸ deben considerarse como divinidades, o más bien como *numina loci* protectores del lugar, de origen ancestral. Se asimilarían a los *Lares* romanos por su carácter de *numina* o divinidades protectoras del lugar, pues debían tener carácter funerario desde tiempos ancestrales, ya que pudieran proceder de la religión megalítica²⁶⁹. Sus características no se conoce bien, pero se supone que protegían a los viajeros, pues su culto se efectuaba en determinados lugares de los caminos, especialmente en las encrucijadas, donde se les dedicaba pequeñas capillas y altares para tenerlos propicios y de este modo

²⁶¹ VÁZQUEZ DE PARGA, LACARRA y URÍA RIU, 1948, p. 532; MONTEAGUDO, 2003, p. 46.

²⁶² USERO, 1972; FRAGUAS, 1975, p. 265. Es interesante que la misma creencia celta se conserva en la ermita de San Miguel situada sobre la peña de Ereñusarre (415 m.s.n.m.), entre los pueblos de Ereño, Arteaga y Cortézubi, en Vizcaya, hasta la que antiguamente se llevaban los muertos de la comarca, incluso de Durango, pues en los pueblos de alrededor existía la creencia de que había que visitar tres veces esta ermita, pues *quien no lo hace en vida, deberá hacerlo después de muerto*. Junto a la ermita hay una sepultura antropomorfa que recogía agua y en la que los peregrinos se lavaban manos y cara y, antes de secarse, daban tres vueltas alrededor de la ermita para preservarse de la sarna y otras enfermedades cutáneas. La santidad del lugar la corrobora la tradición de que, al intentar bajar la ermita piedra a piedra al valle, éstas volvían a la mañana siguiente a su lugar original (noticia proporcionada por P. R. Moya; cf. BARANDIARÁN, 2006, p. 254-255).

²⁶³ MONTEAGUDO, 2003, p. 36 s.

²⁶⁴ BLÁZQUEZ, 1975, p. 113, 1982, p. 303; TABOADA, 1982; BERMEJO, 1986, p. 199 s., 2015.

²⁶⁵ DUMÉZIL, 1977, p. 301 s.

²⁶⁶ WISSOWA, 1912, p. 166 s.; LATTE, 1960, p. 90 s.; BERMEJO, 2015.

²⁶⁷ WISSOWA, 1912, p. 170.

²⁶⁸ BLÁZQUEZ, 1975, p. 113; BERMEJO, 1986, p. 199 s.; MARCO, 1998, p. 67 s.

²⁶⁹ Las placas de esquisto megalíticas se interpretan ya como representaciones de los antepasados, cf. LILLIOS, 2008; BUENO, 2011, p. 39-77; RIVEIRO y O'BRIEN, 2015.

protegerse de ellos, por lo que este rito es similar al que documentan las peñas propiciatorias y de adivinación y los amilladoiros, majanos y estructuras semejantes.

Los *Lares Viales* son frecuentes en todo el cuadrante Noroeste de *Hispania* (Fig. 56), en especial, en *Gallaecia* y en el *Conventus Lucensis* y en las comarcas más próximas a la confluencia entre el Miño y el Sil. Se conocen más de 30 testimonios en Galicia, frente a sólo 5 en el *Conventus Bracarenensis* y 4 en el *Asturum*. Además, se puede señalar 1 testimonio en Álava, 2 en La Rioja, en *Turiaso* y en Cervera del Río Alhama, cerca de *Contrebia Leucade*, 1 en *Clunia* (Burgos) y 1 en *Segobriga* (Cuenca), todos ellos en la *Hispania* céltica, a los que hay que añadir las del santuario del Puerto del Pico, en Narros del Puerto, Ávila²⁷⁰, mientras que sólo se conoce fuera de esta zona un caso en la provincia de Alicante y otro en la de Granada²⁷¹. Esta dispersión de los *Lares Viales* (Fig. 56) coincide los *Lares* locales indígenas²⁷², lo que refuerza la hipótesis de que unos y otros eran *numina loci* originarios del panteón mitológico celta.

El culto a los *Lares Viales* debió mantenerse a lo largo de todo el Imperio hasta la tardía cristianización del medio rural, pues en el siglo VI de JC. todavía San Martín Dumense tuvo que prohibir a los cristianos que encendieran velas y diesen culto a las encrucijadas y a las piedras (*vid. supra*, p. 371 s.)²⁷³. A pesar de la oposición de la iglesia oficial, estos cultos perduraron en los *amilladoiros* (Fig. 54), cuya relación con creencias funerarias confirma la tradición de San Andrés de Teixido²⁷⁴ y otras tradiciones semejantes del folklore y la mitología popular galaico-portuguesa, según las cuales las ánimas pueden salir al paso y perjudicar a los que viajan. La más conocida es, sin duda, La Hueste o Santa Compañía²⁷⁵, agrupación de difuntos en viaje hacia el Otro Mundo que lleva consigo un mojón o estela, cuyo origen se ha supuesto en la comitiva de las ánimas o núnemes de los muertos²⁷⁶, probablemente originaria de los *Lares Viales* como hijos de *Lug*-Mercurio, que son dirigidos por esta divinidad hacia el Más Allá, al que se accede, según la cosmología celta, a través del agua, por tanto, allende el “Océano”.

Estos ritos y creencias se han considerado relacionados con el Mercurio romano, según la explícita referencia de Martín Dumense²⁷⁷, pero esta divinidad, aunque adoptó elementos del *Hermes* griego, no aparece en Roma asociada a este tipo de creencias funerarias²⁷⁸, por lo que esta peculiaridad procedería de su *interpretatio* con el dios celta *Lug*, mucho más próximo en este aspecto al *Hermes* griego por ser ambos originarios del mundo indoeuropeo. *Lug*, que se ha considerado la principal divinidad céltica de *Hispania*²⁷⁹, se sincretizó con Mercurio²⁸⁰, como testimonian César²⁸¹ y Tácito²⁸², pues ambas divinidades ofrecían claras

²⁷⁰ RODRÍGUEZ ALMEIDA, 1981 (reed. 2003); HERNANDO y GAMALLO, 2004, p. 339; HERNANDO, 2005, n.º 130-134.

²⁷¹ ALMAGRO-GORBEA, 2006, Apéndice II, fig. 9.

²⁷² LÓPEZ CUEVILLAS, 1953, p. 287 s.; BLÁZQUEZ, 1975, p. 113; FERNANDES, 2002, p. 179-188.

²⁷³ *De corr. rust.* VII,17; XVI.

²⁷⁴ *Vid. supra*, n. 149 y 262.

²⁷⁵ LISÓN, 1998.

²⁷⁶ ALONSO ROMERO, 1996, p. 147 s.

²⁷⁷ *De corr. rust.* VII,13: “(Mercurio) in quadriuiis transeuntes, iactatis lapidibus acervos petrarum pro sacrificio reddunt”. *Vid. supra*, n. 203.

²⁷⁸ FARNOX, 1980.

²⁷⁹ ALBERTOS, 1956, p. 294-297; MARCO, 1998, p. 33 s.

²⁸⁰ BRAÑAS, 2000.

²⁸¹ *B.G.*, VI,17.

²⁸² *Germ.*, 9,1.

afinidades por su carácter psicopompo. En efecto, César refiere la existencia en la Galia de *plurima simulacra* de Mercurio²⁸³, referencia que se ha relacionado con menhires y otras piedras de carácter fálico en las que se encarnaban *numina loci* ancestrales, como evidencia el menhir de Kervadal, en Finisterre, sobre el que en época romana se representó a Mercurio en relieve²⁸⁴. Estas creencias de “larga duración”, ampliamente difundidas por el mundo celta atlántico, desde *Hispania* a las Galias e Irlanda²⁸⁵, hasta ser cristianizadas a partir del final de la Antigüedad, son las que permiten interpretar estos *sacra saxa* propiciatorios y de adivinación como σήμα o encarnación de los *numina loci* o divinidades ctónicas ancestrales, asimiladas por los romanos a Mercurio.

8 – ORIGEN DEL RITO PROPICIATORIO Y DE ADIVINACIÓN DE ARROJAR PIEDRAS: EL ALMA EXTERNADA

La tradición de arrojar piedras y formar amontonamientos tumulares en las peñas sacras propiciatorias y de adivinación se relaciona con los *amilladoiros* de Galicia (Fig. 54), los *myadorius* de Asturias, los *fiéis de Deus* y *carneiros* y *moledros* de Portugal, la tradición de relacionar los mojones con las ánimas en pena conservada en León²⁸⁶ y los majanos de la *Celtiberia* (*vid. supra*, p. 365 s.). Todas las tradiciones populares sobre estos montículos de piedra coinciden en relacionarlos con las ánimas y, aunque las interpretaciones populares varían y resulte difícil conocer el origen y significado de esta relación, deben proceder de creencias en *numina* y en ritos relacionados del mundo celta atlántico, por lo que su análisis de conjunto permite comprender mejor su origen, función y significado social e ideológico.

El acto de arrojar una piedra, que pasó a equivaler a una oración o responso en la tradición cristiana²⁸⁷, calmaba las ansias de los difuntos, como si se le ofreciera una ofrenda o sacrificio, según indica expresamente Martín Dumiense²⁸⁸: “(*Mercurio*) *in quadriuiis transeuntes, iactatis lapidibus acervos petrarum pro sacrificio reddunt*”.

Esta costumbre de arrojar una piedra como sacrificio a un espíritu funerario se puede comparar con el sacrificio realizado por Ulises en una peña para propiciarse el *numen* de *Tiresias* antes de su viaje al *Hades* (*Od.* XI,23 s.). Estos sacrificios eran de carácter ctónico, pues estaban dirigidos al *numen loci* como ancestro o divinidad funeraria de los habitantes del lugar, lo que explica su estrecha relación con tradiciones relacionadas con las ánimas y el Otro Mundo, como expresamente confirma un antiguo texto medieval germánico, que relaciona esos montones de piedra con el lugar donde yacía Mercurio²⁸⁹, es decir, la divinidad de los muertos, equivalente a los ἕρματα griegos en los que se suponía que habitaba Hermes²⁹⁰.

Tras la cristianización de esta práctica ocurrida de forma paulatina y nunca total (*vid. supra*, p. 361, 370 s.), la costumbre de arrojar una piedra como sacrificio a los ancestros para tenerlos propicios pervivió al equipa-

²⁸³ *B.G.*, VI,17,1.

²⁸⁴ JUBAINVILLE, 1906, p. 319; ESPÉRANDIEU, IV, n° 3030.

²⁸⁵ JUBAINVILLE, 1906; REINACH, 1890, p. 224-226.

²⁸⁶ RÚA y RUBIO, 1986, p. 49.

²⁸⁷ GARRAD, 1991.

²⁸⁸ *De corr. rust.* VII,13.

²⁸⁹ SUHM, 1787, col. 365: “*In acervo Mercurii. Consuetudinem habebant ambulantes in via, ubi sepultus est Mercurius, lapidem iactare in acervum ipsius unusquisque in honorem*”.

²⁹⁰ *Vid. infra*, n. 302 s.

rarse en la tradición cristiana a rezar un responso para liberar un alma del Purgatorio. Según esta tradición, las ánimas en pena o en el Purgatorio vagaban por las áreas no pobladas en compañía de otros muertos, por lo que la piedra arrojada como ofrenda por el viandante servía a la vez de plegaria o responso para que encontraran el descanso eterno y no molestaran al viandante. En este contexto, los *amilladoiros* se consideraban almas redimidas del purgatorio que no pudieron cumplir sus promesas²⁹¹, mientras que los *Fiéis de Deus* en Portugal y los *Fes de Deus* en Galicia era seres sobrenaturales y espíritus nocturnos que vagan por la noche y que reclaman oraciones como las almas en pena, por lo que revelan las mismas creencias, como las cruces de muertos en las que los viandantes rezaban un Padrenuestro y dejaban una piedra al pasar, de las que Leite de Vasconcelos cita ejemplos en Marão, en la Serra de Mantelinha, en la Serra da Mulher Morta y en Cabeceiras de Basto²⁹². Todavía más explícitos en este contexto son los mitos asociados a los *moledros*²⁹³ y las leyendas sobre *majanos* de la literatura castellana²⁹⁴. Por ello, D. J. Wölfel concluyó que “los montones de piedras a los que cada uno de los que pasan añade una” son una prueba del culto a lo antepasados²⁹⁵.

El carácter sacrificial de la piedra arrojada en estos ritos ctónicos plantea explicar qué significado tenía esa piedra, que equivalía a un sacrificio. Según creencias primitivas, en cada piedra hay un espíritu, pues la piedra representa en algunas tradiciones al alma externada (*vid. infra*, p. 385-386). Esta equivalencia piedra/alma plantea la posibilidad de que la piedra arrojada para cumplir el rito del “responso” o sacrificio simbolizara originariamente la propia alma humana, ofrecida en el acto sacrificial para buscar la protección y aplacar y propiciar al espíritu del *numen* de la “peña sacra”, considerada como punto onfálico axial de contacto con el Más Allá.

El rito propiciatorio de arrojar piedras a las peñas sacras propiciatorias y de adivinación, consideradas como σῆμα o visualización del propio *numen* de la divinidad, se deben relacionar, como se ha indicado (*vid. supra*, p. 365 s.), con el rito de arrojar piedras a los *amilladouros* y *carneiros*, pues unos y otros eran puntos onfálicos relacionados con el mundo ctónico, característicos de la cosmología celta de tradición indoeuropea²⁹⁶. Estas peñas sacras ofrecen ritos que se suelen asociar a las ánimas de los muertos, aspecto de gran interés pues se trata de la pervivencia, en una tradición actual, de un ritual religioso prerromano ancestral. Ya Mircea Eliade consideró muy probable que el folklore religioso europeo hubiera conservado una herencia prehistórica, como demostró en un estudio clásico A. Brelich²⁹⁷, al relacionar estos ritos folklóricos actuales con rituales de la Antigüedad.

Una primera alusión a cultos relacionados con piedras se ha considerado una noticia de Artemidoro transmitida por Estrabón²⁹⁸, quien refiere que en el Promontorio Sacro, actual Cabo de San Vicente, existía un santuario formado por “piedras esparcidas formando grupos de tres o cuatro por doquier, que los que llegan hacen rodar y cambiar de sitio, después de ofrecer libaciones, según una costumbre ancestral”²⁹⁹. A este lugar no era posible acercarse ni permanecer de noche, lo que confirmaría su relación con creencias ctónicas y del

²⁹¹ CABAL, 1925; CASTELAO, 1949, p. 86 s.; DOMÍNGUEZ MORENO, 1991, p. 147-155; MOYA, 2012, p. 464 s.

²⁹² VASCONCELOS, 1882, § 208 a y b.

²⁹³ *Vid. infra*, n. 352.

²⁹⁴ ALMAGRO-GORBEA, 2013, p. 342.

²⁹⁵ WÖLFEL, 1951.

²⁹⁶ *Vid. supra*, n. 140 s.

²⁹⁷ BRELICH, 1954.

²⁹⁸ *Geogr.* III,1,4.

²⁹⁹ BRITO, 1690, p. 36 s.; VEIGA, 2009, p. 637, 674 s.; ALONSO ROMERO, 1999, p. 78 s., plantea la discutible idea de que estas piedras fueran anclas fenicias.

Otro Mundo, pero la referencia es muy imprecisa para relacionarla con los ritos aquí analizados. Ya en el siglo VI Martín Dumiense denunció la costumbre de amontonar piedras, que consideraba vinculada con el culto a Mercurio psicopompo³⁰⁰, lo que confirma el aspecto funerario, aunque este rito se corresponde más a los asociados al Hermes griego que a los del Mercurio romano (*vid. supra*, p. 369, 371, 377)³⁰¹.

Hermes parece ser una divinidad ancestral del panteón griego, por ser uno de los dioses más antiguos y de origen más primitivo, pues era el *daimon* que habita y ocupa la piedra o el túmulo de piedras de carácter funerario levantado junto a un camino, que tenía carácter sobrenatural por ser un punto onfálico de paso al Otro Mundo³⁰². Hermes ya aparece documentada en lineal B como *emaa*₂³⁰³ y su antigüedad la confirma la tradición de que los griegos aprendieron a hacer ἔρματα de los pelagos³⁰⁴ y la de que el hijo de Licaón, Pelasgo, fue el primer rey de Arcadia y el primero que construyó un templo a Hermes en *Cyllene*³⁰⁵.

En algunos aspectos Hermes parece ser un dios menor, quizás por haber sido originariamente el *daimon* o *numen* o espíritu de las tumbas tumulares, que se vería postergado al imponerse el Panteón Olímpico. Sin embargo, su significado original es discutido, pues, aunque todos los autores coinciden en que está relacionado con el túmulo de piedras o ἔρμα, su origen es difícil de precisar. La mayor parte de los autores relacionan a Hermes directamente con los ἔρματα o mojones de piedras en forma de mojones o hitos³⁰⁶, cuyo carácter fálico sería un rasgo apotropaico derivado³⁰⁷, pues en dichos túmulos se libaba a los muertos como en las tumbas³⁰⁸, lo que confirma su carácter funerario y fecundador. Por ello Hermes debe considerarse como el *daimon* del túmulo de piedras en el que se encarnaba el ancestro como divinidad funeraria del territorio o *numen loci*.

Los terrenos se marcaban con dicho túmulo o ἔρμαίον que constituía el límite de los campos³⁰⁹ y Hemes era el dios del ἔρμα o pilar de piedra³¹⁰ y del territorio poliádico por ellos delimitado y protegido³¹¹. Esta función habría dado origen a que fuera la divinidad protectora de caminos y caminantes, puesto que los ἔρματα se levantaban al borde de los caminos³¹² y servirían de punto de referencia³¹³, como divinidad local que protegía y guiaba a los viajeros. Igualmente, de su función de límite, Hermes habría pasado a ser la divinidad de entrada, como Hermes *Propylaios*³¹⁴, incluso en sentido figurado, pues era la deidad asociada a los ritos de iniciación³¹⁵.

³⁰⁰ *Vid. supra*, n. 237.

³⁰¹ LATTE, 1960, p. 372; FARNOX, 1980.

³⁰² ROSE, 1953, p. 417.

³⁰³ BURKERT, 1982, p. 156, n. 5.

³⁰⁴ Herodot. II,51,1 y 4

³⁰⁵ Hyg., *Fab.* 225.

³⁰⁶ Antikleides, *FgrHist* 140F 19.

³⁰⁷ FEHLING, 1974, p. 7-27; BURKERT, 1982, p. 156; ATHANASSAKIS, 1989, p. 33-49.

³⁰⁸ BURKERT, 1982, p. 158.

³⁰⁹ *Ant. Pal.* 9,314; Cornutus 16; Eust., *Ad Hom. Od.* 16,471.

³¹⁰ BAUDI, 1998, p. 427.

³¹¹ Paus. II,38,7; III,10,6; IV,33,3; VI,26,5; VIII,13,3; 34,6; 39,6; X,5,4; etc.

³¹² NILSSON, 1955, 505; FARNOX, 1980, p. 126.

³¹³ *Il.* II,604, II,769, etc.

³¹⁴ Tuc. VI,27; Athen. 10,437b.

³¹⁵ ALMAGRO-GORBEA y ÁLVAREZ SANCHÍS, 1993, p. 214.

Nilsson³¹⁶ ofrece una explicación coherente del significado originario de Hermes, que resulta de gran interés para comprender la función de las peñas sacras lusitanas. El ἔρμα sería originariamente un túmulo funerario, como el *cairn* céltico. Este tipo de estructura funeraria se documenta en Grecia desde época pre-micénica³¹⁷, por lo que la relación de las piedras con el culto a Hermes, documentado desde época arcaica, debe remontarse a una tradición anterior de origen indoeuropeo. Aunque no está claro el origen de los túmulos en el Egeo, en Grecia se conocen sepulturas en túmulo desde el Heládico Antiguo II, hacia mediados del III milenio a.C., como los de Leukade R, pero también han aparecido en otros diversos lugares³¹⁸ y su escaso número, la riqueza de ajuar y sus características hacen suponer que serían monumentos funerarios de la elite gobernante³¹⁹.

También ha señalado Nilsson³²⁰ que en Grecia un túmulo de piedras en un cruce de caminos, probablemente situado sobre una tumba, señalaba un cruce de tres dimensiones, horizontal en este mundo y vertical hacia el Otro Mundo. Por ello, los ἔρματα eran marcas de límite tanto en este mundo como entre este mundo y el infernal, lo que explica el papel psicopompo de Hermes entre la vida y la muerte, entre este mundo y el mundo de los espíritus³²¹. Por ello, Stein³²² ha señalado con acierto que Hermes es el dios de los límites no sólo en sentido físico, sino también metafísico, pues originariamente ocupaba el borde del espacio conocido, constituido por un majano de piedras que marcaba el límite; más allá del mismo quedaba lo desconocido, lo arriesgado, lo inconsciente, en una palabra, el Más Allá, por lo que Hermes era el protector del viajero que se arriesgaba a traspasar ese límite, fuera de viaje por este mundo o al Otro Mundo.

Los túmulos o ἔρματα estaban rematados en ocasiones por una piedra o estela, ἔρμαϊος λόφος, que sería el ἔρμα en el sentido más estricto; por ello Hermes, en sentido etimológico, es “el (*daimon* o espíritu que procede) del ἔρμα³²³ o “túmulo”, etimología que se podría relacionar con el antiguo indio *várṣman-*, “túmulo, cúspide”³²⁴. Dicha piedra era un σῆμα³²⁵ (“marca, señal”) o símbolo de eternidad³²⁶. Este carácter funerario todavía se evidencia en el Hermes χθόνιος de Atenas³²⁷, que reforzaba su carácter de divinidad de paso. En Grecia, todo el que pasaba por delante de un ἔρμα debía tirar una piedra³²⁸, tradición especialmente bien conservada en la Arcadia³²⁹ cuya relación con los *amilladoiros* y piedras sacras resulta evidente, aunque nunca se haya explicado bien.

³¹⁶NILSSON, 1955, p. 504 s.

³¹⁷SCHMIDT, 1893, p. 369 s.; NILSSON, 1955, p. 504.

³¹⁸ANDRONIKOS, 1968, p. 107 s.; CAVANAGH y MEE, 1998, p. 29 s., 38-39.

³¹⁹DIKINSON, 2000, p. 65 s.

³²⁰NILSSON, 1978.

³²¹SCHERER, 1886, p. 2374 s.; KERENYI, 1987.

³²²STEIN, 2000.

³²³Suidas, s.v. ἔρμαϊον.

³²⁴FRISK, 1973, p. 562.

³²⁵ANDRONIKOS, 1968, p. 114 s., aunque no incluye los ἔρματα como monumentos funerarios.

³²⁶BURKERT, 1982, p. 194.

³²⁷EITREM, 1909, p. 757 s.

³²⁸*Ant. Pal.* V,6 y VI,253. PRELLER, 1964-1967, p. 250.

³²⁹NILSSON, 1955, p. 505.

Por otra parte, la sagacidad de Hermes y su capacidad adivinatoria son propias de los espíritus de los muertos y del Más Allá y su carácter ctónico explica igualmente que los ἔρματα facilitaran la fertilidad³³⁰. En efecto, Hermes era una divinidad relacionada, precisamente, con la adivinación por medio de piedras, pues “Hermes aprendió de Apolo a adivinar por medio de guijarros”³³¹. Éste era el sistema más antiguo de adivinación en Grecia, cuyo patrono era Hermes *Kleromántis*. Apolo había ofrecido a Hermes, a cambio de su cítara, un don para conocer el futuro diferente a la profecía: la θριοβολία o arte de la adivinación por medio de guijarros³³². Para ello le remitió a las Θοῖαι³³³ (de θοιάζω, “vaticinar, profetizar”). Estas tres ninfas-abeja, que habitaban en el Parnaso, eran la personificación de la adivinación y podían desvelar lo oculto, pues habían inventado el arte de adivinar por medio de piedras y, como habían criado a Apolo, le habían enseñado a profetizar antes de que Zeus le otorgara la capacidad de conocer la mente divina³³⁴. Las *Thriai* enseñaron a Hermes a predecir el futuro arrojando guijarros o *thriai* a un recipiente con agua³³⁵, sistema que siguió en uso en Delfos hasta época clásica³³⁶. Θοῖαι significa “guijarros”, pues hace referencia a las pequeñas piedras utilizadas en este sistema de adivinación, denominado *lithobolia*, que forma parte del arte de la *cleromancia*³³⁷ y, dentro de ésta, la *thriobolia* consiste en utilizar tres guijarros. Este método se consideraba un invento de Atenea, aunque había disgustado a Apolo, quien logró que Zeus lo desacreditara a pesar de que había gozado siempre de gran reputación, ya que era el método más antiguo conocido para conocer el futuro, pues ya existía en tiempos de *Python*, el monstruo primordial anterior a que Apolo se apoderara de Delfos³³⁸. Apolo, para contribuir a su descrédito, decía que “*Hay muchos tiradores de guijarros (θριοβόλοι), pero pocos profetas*” (de θοιάζω, ‘vaticinar, profetizar’)³³⁹, aunque este primitivo sistema siguió en uso en época clásica hasta ser paulatinamente sustituido por los astrágalos o tabas.

En consecuencia, la tradición de adivinar por medio de guijarros se debía practicar en Grecia desde tiempo ancestral, al menos desde el mundo micénico y, probablemente, desde antes, pero en época clásica ya había pasado de moda sustituida por el ritual más evolucionado y racional de las sibilas de Delfos, cuyas palabras, consideradas revelación directa de la deidad, exigían ser interpretadas, lo que supone un método más racional. Sin embargo, la tradición de adivinar por medio de guijarros perduró en cierto modo, pues en el santuario de Delfos se siguieron utilizando guijarros adivinatorios dispuestos en un cuenco sobre un trípode, que se removían mientras la sacerdotisa en trance profetizaba para responder a quien había consultado al oráculo³⁴⁰.

También en la antigua Italia prerromana existía la tradición de usar guijarros para la adivinación, sistema denominado *sortes*³⁴¹, para las que se empleaban guijarros de color blanco y negro en los casos más simples.

³³⁰ SCHERER, 1886, p. 2376 s.

³³¹ Apollod., *Bibl.* 3.112-115.

³³² *HH Herm.* 4, 552 s.; *Apoll.* 3,10,2 y notas en FRAZER, trad., 1921.

³³³ SCHEINBERG, 1979.

³³⁴ *HH Herm.* 552 s., Zenob., *Cent.* V.75; Calim., *Him. Apoll.* 45; *Etym. Magn.*, s.v. Θοῖαι, 455,45; Hesiq., s.v. θοιαί; *Anécdota Graeca*, ed. BEKKER, I,265,11, s.v. Θοιάσιονπεδίων.

³³⁵ *HH Herm.* 552-563; *Apoll. Bibl.* 3,10,2; Cic. *De div.* 1,34.

³³⁶ Calim. *Himn. Apoll.* 45; FOWLE, 2013, 82.

³³⁷ LECLERCQ, 1879, p. 1, 191, 1892, p. 304; EHREMBERG, 1927, col. 1452-1455; LARSON, 2001, p. 12; FOWLE, 2013, p. 81.

³³⁸ ROULEZ, 1867.

³³⁹ Steph. Byz. 059, s.v. Θοῖαι; Sudas, 0490, π1932; Zenob., *Cent.* V.75.

³⁴⁰ WESTERMANN, 1843, p. 384, *Appendix Narrationum* LXVII; Suidas, s.v. Πυθώ.

³⁴¹ CHAMPEAUX, 1986, p. 801-828.

Las *sortes* con guijarros se documentan en las regiones más celtizadas, que eran el norte y el centro de Italia, desde el sur de Etruria hasta el Samnio, en los santuarios oraculares de Fiésolo, Arezzo, Sepino e Histonium³⁴². J. Champeaux consideró que las *sortes* itálicas por medio de guijarros eran de origen mediterráneo, pues las relacionó con la adivinación practicada en Grecia por medio de guijarros, λίθοι, θορίαί ο ψήφος, ya que desconocía la tradición celto-atlántica (*vid. supra*, p. 361 s., Fig. 52). Igualmente, supuso que esta modalidad del rito sería anterior al uso de plaquitas de madera o tablillas metálicas usadas posteriormente y señaló que las *sortes* con maderas serían un rito adivinatorio de tipo ordálico de tradición indoeuropea³⁴³, pues también las usaban los germanos (Tac. *Germ.* I,10) y celtas (Caes. *BG* I, 53,7), quienes tenían la misma palabra, *prinni*, para “tirar la madera”, “consultar” y “suerte”³⁴⁴, con un claro sentido de ordalía³⁴⁵, pues en estas *sortes* usaban piedras de colores inmersas en una masa oscura³⁴⁶. En cualquier caso, parece lógico que este rito más simple con piedras debe considerarse anterior a otros sistemas más complejos de adivinación del mundo celta, asociados a augurios y sacrificios, que exigían recurrir a sacerdotes e interpretaciones, sistema mucho mejor conocido³⁴⁷, que supone un proceso de racionalización comparable al ocurrido en Grecia e Italia.

Para comprender el posible significado del rito de arrojar piedras al alto de una peña sacra o a los *amilladoiros* es de indudable interés una peculiar tradición que consistía en depositar una piedra en un túmulo antes de una batalla, tradición documentada en Irlanda, pero también en Portugal y en pueblos indoeuropeos de las estepas.

El poema épico del Ciclo del Ulster *Togail Bruidne Dá Derga*, “La Destrucción de la Residencia de *Da Derga*”, narra la muerte heroica de *Conaire Mór*, nieto de *Etain*³⁴⁸. *Conaire* fue elegido rey de Irlanda en Tara por cumplir las condiciones de la “Fiesta del Toro”, en la que, tras sacrificar un toro, un adivino comía su grasa, bebía el caldo y se echaba a dormir y, al despertarse, elegía rey a quienquiera que hubiera visto en su sueño, aunque moría si profería falsedad. *Conaire*, tras ser elegido rey, expulsó de Irlanda a los bandidos e impuso la paz. Pero llegaron de allende el mar asaltantes que “trajeron una piedra para cada hombre para hacer un *cairn*”. Tras el combate, “cada combatiente que sobrevivió del combate retiró su piedra del *cairn*”, “de modo que quedaron las piedras de los que fueron muertos”, por lo que “por cada piedra de *Carn Locca* murió uno de los asaltantes de la Residencia (de *Da Derga*)”, nombre que se dio al túmulo o *cairn* construido con ellas. El hecho ocurrió en la víspera de *Samain* y los asaltantes celebraron un concejo en el lugar en el que habían levantado el *cairn*. Este episodio fue relacionado hace años por B. García Fernández-Albalat con los *amilladoiros*³⁴⁹, pero responde a una tradición ancestral de origen indoeuropeo, ya que la piedra que llevaba cada uno de los guerreros asaltantes hay que interpretarla como su “alma externada” para evitar el peligro de morir en el combate, lo que explica que, finalizada la batalla, los caídos en ella no pudieron retirar las piedras, que pasaban a formar un *cairn* conmemorativo.

³⁴² CHAMPEAUX, 1986, p. 271-302, en especial 273 s., fig. 1.

³⁴³ CHAMPEAUX, 1986, p. 802 y 805.

³⁴⁴ LOTH, 1895, p. 313-314.

³⁴⁵ GUYONVARCH, 1997, p. 307.

³⁴⁶ LE ROUX y GUYONVARCH, 1986, p. 189; GUYONVARCH, 1997, p. 310.

³⁴⁷ LE ROUX y GUYONVARCH, 1986, p. 174-216; GREEN, 1992, p. 82; GUYONVARCH, 1997, p. 271 s.; RENERO, 1999, p. 13 s.; GUYONVARCH, 2009, p. 192 s.; GREEN, 2010, p. 88-90; etc.

³⁴⁸ WEST, 1999. Para la traducción, ELIOT y STOKES, 1910.

³⁴⁹ GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, 1999, p. 29 s., aunque sea más discutible que esta autora relacione dicha costumbre con los *cumuli* o amontonamientos de trofeos de los vencidos que los galos hacía en honor de Marte (César, *BG*, VI,17), como los documentados en los santuarios galo-belgas (BRUNEAUX, 1986), pues parece tratarse de dos ritos distintos.

Otra tradición probablemente similar se asocia al *cairn* levantado por San Columba el año 563 en la Isla de Iona, en el extremo occidental de Escocia³⁵⁰. San Columba se vio obligado a expatriarse de Irlanda tras la batalla de *Cúl Drebene*, en la que estuvo implicado y en la que habían muerto 3000 personas. Por ello, viajó a Escocia donde pretendía convertir tantas personas como las que habían muerto en la citada batalla. Al desembarcar con sus 12 discípulos en la playa de Port of Churaich (“Puerto del Coracle”) levantó el *Càrn cùl ri Éirinn* (“el *cairn* a la espalda de Irlanda”), pues era el punto donde Irlanda se perdía de vista, lo que evidencia su carácter liminar, *cairn* cuyas piedras debían recordar el número de muertos en la batalla citada³⁵¹.

También una tradición de este tipo documentó Leite de Vasconcelos en el Cabo de São Vicente, en Portugal, según la cual existían en ese lugar *moledros* o *cairns* de piedras en los que “cada una es un soldado”. Esta tradición relacionaba dichos *moledros* con la expedición de D. Sebastião de Portugal³⁵², lo que apunta a una perduración de estas creencias hasta el siglo XVI. Según la leyenda, si se cogía una piedra del *moledro* y se movía de su sitio, a la mañana siguiente volvía por sí misma al amontonamiento, pues el rey D. Sebastião iba por la noche y la colocaba de nuevo en el *moledro* y si se cogía una piedra del amontonamiento en secreto y se ponía debajo de la almohada, a la mañana siguiente aparecía un soldado por un breve instante, que luego se convertiría de nuevo en piedra, que regresaba al amontonamiento, por lo que las piedras del *moledro* de esta leyenda son consideradas como soldados encantados³⁵³, por haber muerto y estar en el Otro Mundo.

Heródoto documentó otro rito relacionable entre los pueblos de las estepas. El rey persa Darío en su expedición contra los Escitas pasó el río *Artiscos*, el actual Arda, afluente de Maritza, que corría a través del territorio de los Odrisios, en Tracia. Según refiere Heródoto³⁵⁴, “al llegar a este río, (Darío) hizo lo siguiente: tras elegir un lugar determinado, ordenó a su ejército que cada soldado al pasar arrojara una piedra en el lugar indicado. Y cuando el ejército hubo cumplido esta orden, puso en movimiento a su armada y dejó allí tras sí un gran túmulo formado por las piedras arrojadas”. Heródoto no explica el significado de este acto, pero el contexto hace suponer que sería similar a los casos anteriores, como túmulo funerario que serviría como límite y monumento conmemorativo, pero que probablemente también refleja estos ritos relacionados con creencias en el alma externada.

Todas estas tradiciones míticas se extendían desde el mundo celta atlántico de Irlanda y Portugal hasta los persas de la estepa euroasiática. Además, también parecen ofrecer el mismo origen ritual algunas tradiciones míticas de Grecia. En Orcómenos, Beocia, existía la leyenda de que, muerto Acteón, su espíritu había recorrido el país con “una piedra” devastando el territorio hasta que sus restos fueron solemnemente enterrados³⁵⁵. Tal vez relacionada con esa leyenda, se adoraba en Orcómenos a tres piedras con el nombre de *Charites*³⁵⁶.

³⁵⁰ SHARPE, 1995.

³⁵¹ Cf. <URL: <http://www.saintsandstones.net/saints-iona-stcolumbasbay6.htm><http://cargo.ship-of-fools.com/Features98/Features/TomDavies.html>> [cons. en 9.12.2015].

³⁵² VASCONCELOS, 1905, p. 205 s.: «*No extremo do cabo, perto do farol e das ruínas do convento de s. Vicente, há vários montículos de pequenas pedras, que o povo chama moledros e melédros, i. é, “moledros”, dizendo mesmo “um moledro de pedras”. A propósito desses moledros, colhi da boca do povo as duas seguintes notícias: “Quando se leva do moledro uma pedra, e se deixa num sítio, aí a pedra anoitece, mas não amanhece: i. é, vai-se de manhã ao sítio em que à noite se deixou a pedra, e esta já lá não está, e reaparece no moledro; é D. Sebastião quem de noite retira a pedra para o moledro”. “Quando se leva do moledro uma pedra, sem ninguém saber, e se coloca debaixo do travesseiro, aparece lá ao outro dia um soldado, que logo desaparece, para ir outra vez, já transformado em pedra, colocar-se no moledro”.*»

³⁵³ MORAIS, 2008, p. 38-39.

³⁵⁴ Herodot. IV,92.

³⁵⁵ Paus. IX,38,5.

³⁵⁶ Paus. IX,38,1.

Igualmente, el mito de Deucalión, hijo de Prometeo³⁵⁷, parece ofrecer otro eco de la idea ancestral del alma externada en una piedra, ya que, al quedar despoblada la tierra por un diluvio, el oráculo de Delfos aconsejó a Deucalión que tirara los “huesos de su madre” por encima de los hombros para repoblar el mundo, lo que el héroe hizo tirando piedras, pues el oráculo aludía a Gea, la “Tierra”, como madre de todos, cuyos “huesos” eran las piedras. Un mito de la creación semejante existía entre los celtas de Irlanda y Escocia, pues narraba que la diosa *Cailleach*, “La Vieja”, había creado los seres de la tierra tirando guijarros hacia delante³⁵⁸.

Estas tradiciones ancestrales, existentes en diversos pueblos indoeuropeos deben considerarse muy antiguas. Según puede deducirse de ellas, cada piedra de un *cairn* era el alma externada de un muerto, lo que permite aproximarse al significado original de las piedras arrojadas sobre las peñas sacras y *amilladoiros* del mundo celta atlántico. Esta tradición ha perdurado hasta la actualidad en Proaza, Asturias, donde “No se debe tropezar con el pie ni hay que dar una patada a las piedras que se encuentren en la calle, porque nadie sabe si esa piedra es el purgatorio de algún alma”³⁵⁹.

Todas estas tradiciones se basan en creer que en la piedra reside el alma externada. El alma externada es una creencia muy extendida entre pueblos primitivos de toda la tierra basada en que la vida que alienta en el ser humano puede “materializarse” o convertirse en algo tangible y material, que puede existir fuera de uno mismo. Según esta concepción “sobrenatural” o “mágica” del espíritu vital, la idea esencial es que el alma externada vive oculta segura escondida fuera del cuerpo al que corresponde, lo que le permite evitar los peligros que puedan acecharla, en especial la muerte, pues si es descubierta, puede ser dañada y causar así la muerte del ser al que corresponde. Estas creencias animistas en el alma externada, probablemente de origen chamánico, deben considerarse de origen muy antiguo, pues pudieran remontarse al Paleolítico, hecho que explica su muy amplia difusión por diversos pueblos de todo el mundo, por lo que este tema ha atraído siempre la atención de los antropólogos y de los estudiosos de la Historia de las Religiones³⁶⁰. El tema supone una concepción “mágica” del mundo, que resulta particularmente importante en mitos de héroes y guerreros, a los que nadie podía matar porque su vida residía en un objeto situado fuera de su cuerpo y, por tanto, del alcance de sus enemigos, lo que les hacía invencibles frente a sus enemigos y prácticamente inmortales hasta que su alma externada fuera descubierta y destruida. Esta creencia explica la tradición existente en diversos ámbitos del mundo indoeuropeo, especialmente bien atestiguada en el mundo atlántico, de poner antes de un combate el alma en un objeto, la mayor parte de las veces en una piedra (*vid. supra*, p. 383 s.).

El tema del alma externada está presente en numerosos cuentos populares y leyendas de todo el mundo, también españoles³⁶¹. Suele caracterizar a un ser sobrenatural, generalmente maligno, como un brujo o un gigante, que no puede ser herido ni muerto ya que oculta mágicamente su alma en un animal, planta u otro objeto situado en un lugar secreto e inaccesible, hasta que un héroe descubre dónde la oculta, la destruye y mata al ser maligno. El testimonio más antiguo de estas creencias aparece en el cuento de “Los dos hermanos”³⁶², narrado en un papiro egipcio de tiempos de Ramsés II (1290-1224 a.C.), pero esta idea está documentada en diversos pueblos primitivos, quienes nunca confiesan que tiene su alma externada y todavía menos dónde está

³⁵⁷ Ovid. *Metam.* I,380 s.; Hyg. *Fab.* 153; Pseudo-Apollod. I,7,2.

³⁵⁸ MONAGHAN, 2004, p. 103.

³⁵⁹ GINER ARIVAU, 1885, p. 235; CABAL, 2008, p. 29.

³⁶⁰ Véase FRAZER, 1951, p. 773 s., donde expone muchos ejemplos de todo el mundo, desde los de carácter más primitivo hasta su perduración en muy diversas tradiciones populares. Para este último aspecto, PEDROSA, 2012, p. 130-191.

³⁶¹ ESPINOSA, 1996, p. 116 s., 119 s., 128 s.

³⁶² RANKE, 1979, s.v. Brüdermärchen: Das ägyptische B.

depositada, sea una planta o animal sagrado, que puede ser compartido por toda la familia o clan y convertirse en su tótem de acuerdo con estas primitivas creencias chamánicas. El tema es bien conocido en la mitología indoeuropea, en la Grecia clásica (*vid. supra*, p. 381 s., 384 s.) y en la actual, en Rusia, Transilvania, Alemania y Noruega, así como en Escocia, Irlanda y Bretaña, lo que confirma su difusión por el mundo celta atlántico, pero también se documenta en las islas Célebes, Sumatra, Malaya, Indostán, Camboya, Siam, Ceilán, India, Bengala, en la literatura árabe, por ejemplo, en *Aladino y la lámpara maravillosa*, y en la historia de Seyf-el-Muluk de *Las mil y una noches*, y en cuentos bereberes, húngaros, calmuco, tártaros, mongoles y de Nigeria, Sudáfrica y de los indios navajos y los *kwakiutl*, en América del Norte, de los ashénica en Perú, etc.³⁶³

El tema del alma externada también se documenta en el mundo mítico griego, donde ha sido muy bien analizado³⁶⁴, con ejemplos tan conocidos como los de Meleagro y Céneo. En el mito de Meleagro, las tres Moiras se aparecieron a su madre Altaya a los siete días de su nacimiento y le predijeron que moriría cuando se consumiera el tronco que ardía en ese momento en el hogar. Altaya lo apagó y guardó, pero cuando Meleagro mató a sus tíos en una cacería, como venganza, Altaya prendió fuego al tronco y Meleagro expiró consumido por fuego en las entrañas. Existen otros ejemplos de alma externada en la mitología griega, que se consideran pervivencias de un sistema religioso ancestral, pues Meleagro, Céneo³⁶⁵, Pterelao y Nisos de Mégara³⁶⁶ corresponden a las primeras generaciones de héroes fundadores de la mitología griega, contemporáneos de Heracles, Minos y Teseo, considerados héroes fundadores invencibles por ser los defensores y patronos de su ciudad y sus habitantes.

Según esta tradición mítica, la costumbre de arrojar piedras a las rocas sacras o a amontonamientos tumulares como los *amilladoiros* equivalía originariamente a un sacrificio de carácter ctónico, dirigido al *numen loci* como ancestro de los habitantes del lugar que se hacía visible en la peña sacra, lo que explica la estrecha relación de estos ritos con creencias en las ánimas y en el Otro Mundo. Esta explicación permite suponer que míticamente la piedra arrojada sería el alma externada del sacrificante, quizás para que quedara bajo la protección del *numen loci*. Todas estas creencias son de origen ancestral, como indican las características tan arcaicas que ofrecen el tema del alma externada y las peñas sacras propiciatorias y de adivinación aquí analizadas, tal como confirma su aparente relación con *numina loci* y con ritos extendidos por el mundo celta atlántico desde fechas muy anteriores a la Edad del Hierro, cuando narraciones épicas documentan estas tradiciones, sólo comparables a las fases más antiguas de la mitología griega.

9 – LOS SACRA SAXA Y EL SUBSTRATO ATLÁNTICO-LUSITANO

Los *Sacra Saxa*, propiciatorios y de adivinación, conservadas en el folklore de la Península Ibérica son documentos de especial interés, como evidencia el análisis realizado, aunque en la actualidad estén en serio riesgo de desaparición (*vid. infra*, p. 396 s.).

³⁶³ JIMÉNEZ, s.a.

³⁶⁴ Sobre este tema son esenciales los trabajos de VELASCO, 2000, 2001, 2004, 2007 a y 2007 b.

³⁶⁵ Céneo era una doncella lapita secuestrada por Poseidón (Zenob. *Cent.* v. 33), que le concedió el deseo de convertirse en un guerrero invulnerable al tener su alma externada, lo que le hizo famoso por su lanza hasta caer en la *hybris* o soberbia extrema.

³⁶⁶ Poseidón donó a Pterelao un cabello dorado que lo hacía inmortal, hasta que su hija se enamoró de Anfitrión y se lo arrancó de la cabeza, lo que le provocó la muerte. Al rey Nisos de Mégara un oráculo le predijo que moriría si perdía un cabello púrpuro que tenía en la cabeza, como ocurrió cuando su hija Escila, enamorada de Minos, arrancó el cabello a su padre. Nisos murió y Minos se apoderó de Mégara.

Estas peñas sacras con ritos propiciatorios y de adivinación constituyen una tradición popular ancestral “de larga duración” originaria de la *Hispania* prerromana mantenida en el folklore de las áreas más primitivas y conservadoras de la Península Ibérica. Estas tradiciones, cada día más valoradas³⁶⁷, se remontan al substrato cultural prerromano, por lo que son documentos insustituibles para conocer las costumbres populares, así como las creencias y ritos del sistema cultural de los Lusitanos.

Las peñas “propiciatorias” y “de adivinación” deben considerarse *Sacra Saxa* pues serían la materialización del *numen loci*, de carácter “divino”, que parece responder todavía a una primitiva concepción animista no antropomorfa de origen ancestral, ya que procede de la creencia en que todos los seres de la naturaleza, como montañas, ríos, el cielo y la tierra, rocas, animales, árboles, plantas, etc., son seres con ánimo, a los que hay que rendir culto por estar dotados de poderes sobrenaturales³⁶⁸. A estas creencias se asocian las de que las ánimas de los ancestros viven después de la muerte y de que se puede comunicar con ellas por medio de determinados ritos, como los que evidencian estos *Sacra Saxa*. El origen de estas creencias es muy discutido desde el siglo XIX, pues se consideran, junto al chamanismo³⁶⁹, las más antiguas de la Humanidad, propias del *Homo sapiens sapiens*. Por ello, parecen representar un substrato ancestral de la religión celta, que, en cualquier caso, debe considerarse anterior a las divinidades antropomorfas y, por supuesto, a las religiones de las altas culturas.

Estas peñas sacras, por sus funciones y, en ocasiones también por su ubicación, indican una concepción axial y onfálica y un símbolo de perennidad, vinculada siempre al mundo de las ánimas o espíritus de los antepasados muertos, lo mismo que ocurre con los *cairns*, *amilladouros* y majanos, igualmente relacionados con estas creencias funerarias. Por ello estas “peñas sacras” deben ser consideradas como la encarnación de *numina* ancestrales de carácter divino, que actuarían como dueños y protectores sobre su territorio y los que por él pasaban. Esta asociación “peña sacra”/*numen* explica su estrecha relación, reflejada en mitos y leyendas, con creencias en espíritus y en que éstos vagan por el territorio no humanizado, donde podían actuar sobre los vivos. De este hecho se deduce que en dichos *Sacra Saxa*, como puntos onfálicos y axiales, se pudiera venerar y consultar al *numen loci*, identificado posteriormente con una divinidad ctónica celta ancestral, como quizás *Dispater*³⁷⁰ o *Lug*³⁷¹, a su vez identificado con Mercurio en la *interpretatio* romana. Sin embargo, originariamente, la “peña sacra” sería la materialización de dicho *daimon* o *numen loci*, tradición que ha perdurado en su vinculación con las ánimas y los espíritus de los muertos. Esta concepción religiosa enriquece nuestros conocimientos sobre las creencias de los Galaico-Lusitanos y de pueblos afines como los Vettones y, en general, los Celtas de *Hispania*³⁷² y explica el origen de muchas creencias conservadas en el folklore de la *Hispania Celtica* y de las regiones atlánticas de Europa.

Estos *Sacra Saxa* se caracterizan por estar asociados a un ritual propiciatorio y de adivinación como medio de comunicación ideado por el hombre para relacionarse con la divinidad³⁷³. Este ritual consistía en arrojar sobre la cumbre de la “peña sacra” tres piedras, aunque en otros casos es sólo una, para obtener una

³⁶⁷ ALMAGRO-GORBEA, 2009; MOYA, 2012.

³⁶⁸ PUENTE OJEA y CAREAGA, 2005.

³⁶⁹ Diversos autores han señalado entre los celtas la existencia de cultos naturalistas identificables con el animismo (VRIES, 1975, p. 191 s.; etc.) y de rasgos de totemismo (BIRKHAN 1997, p. 877 s.), aunque GUYONVARCH, 1997, p. 219 s., niega que la magia celta tenga relación con elementos chamánicos.

³⁷⁰ BIRKHAN, 1997, p. 549, que se basa en César (*b.G.* VI,18).

³⁷¹ VRIES, 1988, p. 48 s.; LE ROUX, 1984, p. 113 s.; LE ROUX y GUYONVARCH, 1991, p. 84 s.; GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, 1990, p. 204 s.

³⁷² MARCO, 1998; ALMAGRO-GORBEA, 2009 a.

³⁷³ BELAYCHE y RÜPKE, 2007, p. 139.

“respuesta” del *numen loci* o divinidad tutelar local, cuya materialización visible era la peña. Dicho rito puede considerarse, en realidad, como una especie de ordalía, pues al tirar la piedra para consulta o como plegaria, el devoto quedaba en espera de lo que dispusiera la divinidad. Esta concepción ancestral de intervención directa de la divinidad, que todavía se documenta en la Grecia del Alto Arcaísmo³⁷⁴ y en la tradición épica celta³⁷⁵, confirma el remoto origen de este rito de arrojar piedras a la cumbre de una peña con finalidad propiciatoria o de adivinación.

El rito original debía tener carácter propiciatorio y adivinatorio al mismo tiempo. Su antigüedad se deduce de la estrecha relación existente entre ambos, pues casi no hay diferencia entre el rito propiciatorio o de petición para lograr un deseo, que equivale a un rito de sacrificio/oración, y el rito de petición para conocer con antelación si se cumpliría un deseo, que es un rito de adivinación. El procedimiento se puede considerar irracional o “mágico” desde nuestra perspectiva racional, a la vez que muy simple, pues no es nada sofisticado desde un punto de vista intelectual.

Estas características confirman su origen ancestral y su carácter primitivo, como indican los escasos paralelos etno-arqueológicos y míticos existentes. En efecto, la antigüedad del rito practicado en las peñas “propiciatorias” y “de adivinación” la confirmaría su relación con los más antiguos métodos de adivinación conocidos en culturas de la Antigüedad, como la *thribolía* en Grecia y las *sortes* más primitivas, a base de simples piedras, del mundo itálico, celta y germano. En este sentido, la *thribolía* se asociaba a Hermes como divinidad preolímpica y a las *Thriai*, inventoras del arte de la adivinación, anterior al sistema oracular asociado al olímpico Apolo, y también parecen ser igualmente anteriores a la adivinación por medio de *sortes* con maderas practicadas por celtas, germanos e itálicos. Además, el uso de piedras, probablemente tres en sus orígenes, se relacionaría con un substrato ideológico muy antiguo, documentado en los *cairns* y túmulos funerarios, quizás ya desde época megalítica, seguramente asociado al mitema del alma externada encarnada en una piedra, que supone un estadio religioso muy primitivo, que debe tener sus orígenes en creencias animistas de tipo chamánico, que explicarían la aparente relación de las piedras asociadas a estos ritos con creencias en el alma externada.

Todos estos indicios coinciden en que se trata del sistema de propiciación/adivinación más antiguo hasta ahora documentado en la Europa Prehistórica. Estos ritos propiciatorios y de adivinación procederían de creencias indoeuropeas muy primitivas, sin excluir reminiscencias anteriores del mundo megalítico e, incluso, de ancestrales creencias chamánicas quizás originarias del Paleolítico, como pudiera ser la idea del alma externada en una piedra, tan extendida por todo el mundo. Por todo ello, estas “peñas sacras” constituyen una fosilización, conservada en el extremo Occidente, tal como evidencia su dispersión (Figs. 2 y 52), de un substrato extendido en épocas ancestrales por amplias áreas de Europa, que en las áreas atlánticas corresponde al substrato proto-celta de la Edad del Bronce³⁷⁶, aunque probablemente su origen sea anterior, lo que explicaría el carácter muy arcaico de alguno de los ritos con ellas relacionados. En consecuencia, estas concepciones pueden considerarse originarias de una tradición religiosa proto-celta muy primitiva, sin la cual no pueden explicarse ni estos *Sacra Saxa*, ni su concepción onfálica y ctónica, ni los ritos propiciatorios y de adivinación a ellas vinculados (Fig. 5B).

³⁷⁴ Il. V,311 s., etc.

³⁷⁵ Para Cúchulainn, SERGENT, 1999, p. 199, n. 80, etc.

³⁷⁶ ALMAGRO-GORBEA, 1994, p. 283-296.

Todas estas creencias, mitos y ritos responden a concepciones celtas del Otro Mundo. En concreto, la “peña sacra”, que se identifica con un *numen loci* no antropomorfo, puede considerarse una divinidad ancestral de carácter ctónico con función tutelar del territorio y de sus habitantes, la cual, a su vez, pudiera ser el precedente de *Teutates* como “Héroe fundador” y divinidad protectora o “patrona” de las poblaciones celtas de la Edad del Hierro³⁷⁷. Por otra parte, esta figura mítica materializada en la “peña sacra” debe considerarse que pertenece al mismo substrato ideológico que las características divinidades lusitanas atestiguadas epigráficamente por apelativos como *Bandua*, *Cosus*, *Navia*, *Reve* o *Treba*³⁷⁸, documentadas por las mismas regiones occidentales que estos *Sacra Saxa* (Fig. 44C), pues estas divinidades ofrecen también un carácter muy arcaico, probablemente no antropomorfo en sus orígenes, quizás por haber sido *numina* asexuados³⁷⁹, lo que explica su asociación en ocasiones a “peñas sacras”³⁸⁰.

Este ritual tan simple también supone una evidente novedad desde una perspectiva social al informar de ritos populares, antes desconocidos. El procedimiento debía estar muy generalizado y ser de uso habitual, por lo que debe considerarse característico de la religión popular. Su empleo sería totalmente normal entre las gentes que lo practicaban, aunque apenas exista información de estos campos de conocimiento en culturas prehistóricas. Además, se trata de un rito muy sencillo en el plano religioso, practicado de forma directa, sin adivinos, sacerdotes ni otros intermediarios que participan en los ritos “oraculares” *sensu stricto*³⁸¹, surgidos en etapas posteriores y que ya traslucen una mayor racionalidad en las creencias y ritos religiosos. Todo ello confirma su carácter popular y de nuevo apunta a la gran antigüedad de su origen, muy anterior al mundo urbano de la Edad del Hierro. En consecuencia, este rito de adivinación complementa nuestro conocimiento sobre otros sistemas de augurios y de adivinación de la *Hispania Celtica*³⁸² (Ap., *Iber.* 85; Suet. *Galba* 8,3, 9,2; Plinio, *N.h.* 31,23; *XVI Conc. Toledo*, canon 2; etc.), que pueden considerarse característicos de los celtas. Algunos de estos métodos de adivinación eran propios del ámbito lusitano-galaico (Sil. It. 3,344-345; II *Conc. Braga*, canon 72; Martín Dumienne, *De corr. rust.* 12 y 16), como los basados en el examen de las entrañas de animales o de prisioneros (Strab. 3,3,6; Plut., *Quaest. Rom.* 88)³⁸³ y en el vuelo de las aves y en el fuego (Sil. It. 3,344-345), aunque todos estos métodos deben considerarse más evolucionados que el rito de lanzar piedras, pues requerían de un augur o adivino que los interpretase.

Estas “peñas sacras” propiciatorias y de adivinación se extienden por las áreas graníticas del Occidente de la Península Ibérica (Fig. 3), especialmente por la zona atlántica lusitano-galaica³⁸⁴, desde Galicia hasta las Beiras, con prolongación hasta el Alentejo y el territorio vettón de Ávila y Toledo hacia el Este (Fig. 2). Junto a esta zona “nuclear” otros elementos relacionados llegan hasta el Sistema Ibérico, lo que coincide con la *Hispania Celtica*³⁸⁵, salvo el caso aislado de la “Peña de los Deseos” de Fraella, en Huesca y el más extraño de la “Pedra d’es perdons”, de Felanitx, en Mallorca. Esta dispersión ofrece evidente interés, pues es

³⁷⁷ ALMAGRO-GORBEA y LORRIO, 2013.

³⁷⁸ GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, 1990; PRÓSPER, 2002; OLIVARES, 2002, *passim*.

³⁷⁹ DE BERNARDO, 2006.

³⁸⁰ SILVA, 2007, p. 437, n° 680; OLIVARES, 2002, p. 75 y 166, n° 18.

³⁸¹ AMANDRY, 1950; DELCOURT, 1955; CRAHAY, 1974.

³⁸² BLÁZQUEZ, 1975, p. 23 s., 1983, p. 241.

³⁸³ GARCÍA QUINTELA, 1991.

³⁸⁴ ALMAGRO-GORBEA y JIMÉNEZ ÁVILA, 2000, p. 440 s., fig. 16.

³⁸⁵ ALMAGRO-GORBEA, 1996, p. 43-79; ALMAGRO-GORBEA y JIMÉNEZ ÁVILA, 2000; JIMÉNEZ GUIJARRO, 2000.

característica de la tradición etno-cultural de los lusitanos, cada vez mejor precisada en estos últimos años³⁸⁶. Por una parte, confirma su pertenencia al sistema cultural lusitano y por otra ofrece claras relaciones con otras áreas atlánticas, en especial de Bretaña e Irlanda (Fig. 52), que necesariamente deben considerarse de época prerromana, probablemente, cuanto menos, desde la Edad del Bronce.

La dispersión de estas “peñas sacras” también coincide con los más significativos elementos de la Cultura Lusitana, lo que confirma que todos ellos pertenecen al mismo sistema cultural (Figs. 55 a 62). Ofrecen la misma dispersión elementos culturales “lusitanos” tan significativos como las inscripciones en lengua lusitana³⁸⁷ (Fig. 57), los antropónimos lusitanos³⁸⁸ (Fig. 58), las divinidades lusitanas³⁸⁹ (Fig. 58) y demás elementos característicos de esa cultura, entre los que hay que incluir los llamados “guerreros lusitano-galaicos”, que aparecen concentrados entre Duero y Miño³⁹⁰ como la mayoría de estas peñas sacras. También ofrecen una dispersión por los mismos territorios las estelas denominadas “de guerrero” o “del Suroeste”³⁹¹ (Fig. 60), por lo que hay que considerarlas como “estelas lusitanas”³⁹², así como los topónimos y antropónimos relacionados con la palabra celto-lusitana *lancea*³⁹³ (Fig. 61). Igualmente, hay que valorar que estas peñas sacras se han conservado en las mismas tierras graníticas en las que se documentan otras tradiciones rituales ancestrales, como las “saunas” semihipogeeas³⁹⁴ y los “altares de piedra”³⁹⁵, elementos igualmente característicos de este arcaico mundo lusitano. En consecuencia, estas “peñas sacras” asociadas a ritos propiciatorios y de adivinación forman parte del sistema cultural de los Lusitanos, en el que testimonian la religiosidad popular y sus creencias, por lo que complementan la escasa y parcial información proporcionada por las fuentes escritas y la epigrafía³⁹⁶.

La relación existente entre todos estos elementos no se puede explicar por fenómenos de convergencia ni como fruto de la casualidad, sino que deben ser considerados pertenecientes a un mismo sistema cultural y a creencias de un mismo substrato religioso, de carácter muy arcaico, que se retrotrae, cuando menos, a la Edad del Bronce, pero cuyas raíces son claramente anteriores. En este sentido, estos *Sacra Saxa* y sus ritos conexos son un nuevo documento que avala la gran antigüedad de los celtas de la Península Ibérica³⁹⁷, ya que deben considerarse pervivencia del substrato del Bronce Atlántico de la Península Ibérica, anterior e independiente a la expansión de gentes de la Cultura de los Campos de Urnas de la que parece proceder la Cultura Celtibérica³⁹⁸,

³⁸⁶ ALMAGRO-GORBEA, 2014, p. 188 s., figs. 7-9.

³⁸⁷ UNTERMANN, 1997, *passim*; recientemente, VALLEJO, 2013.

³⁸⁸ UNTERMANN, 1965, p. 19, mapas 4, 18, 26, 33-36, 54, 61, 66, 73, 77, 82, 84, 86; ALBERTOS, 1976, p. 57-86, 1983, p. 869 s.; VALLEJO, 2005, 2005 a.

³⁸⁹ GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, 1990; PRÓSPER, 2002; OLIVARES, 2002, *passim*.

³⁹⁰ SILVA, 2007, p. 419 s., láms. 120 s.; SCHATTNER, 2003, p. 1-307.

³⁹¹ ALMAGRO, 1966; CELESTINO, 2001; HARRISON, 2004; DÍAZ GUARDAMINO, 2010.

³⁹² ALMAGRO-GORBEA, 2014, p. 185, fig. 1.

³⁹³ ALMAGRO-GORBEA, 2015, 2016.

³⁹⁴ ALMAGRO-GORBEA y ÁLVAREZ SANCHÍS, 1993; SILVA, 2007 a.

³⁹⁵ ALMAGRO-GORBEA y JIMÉNEZ ÁVILA, 2000.

³⁹⁶ BLÁZQUEZ, 1962; HOZ, 1986; GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, 1990; OLIVARES, 2002; PRÓSPER, 2002; etc.

³⁹⁷ ALMAGRO-GORBEA, 1994.

³⁹⁸ RUIZ ZAPATERO y LORRIO, 1999.



Fig. 57 – Dispersión de las inscripciones lusitanas y antropónimos y etnónimos en P.

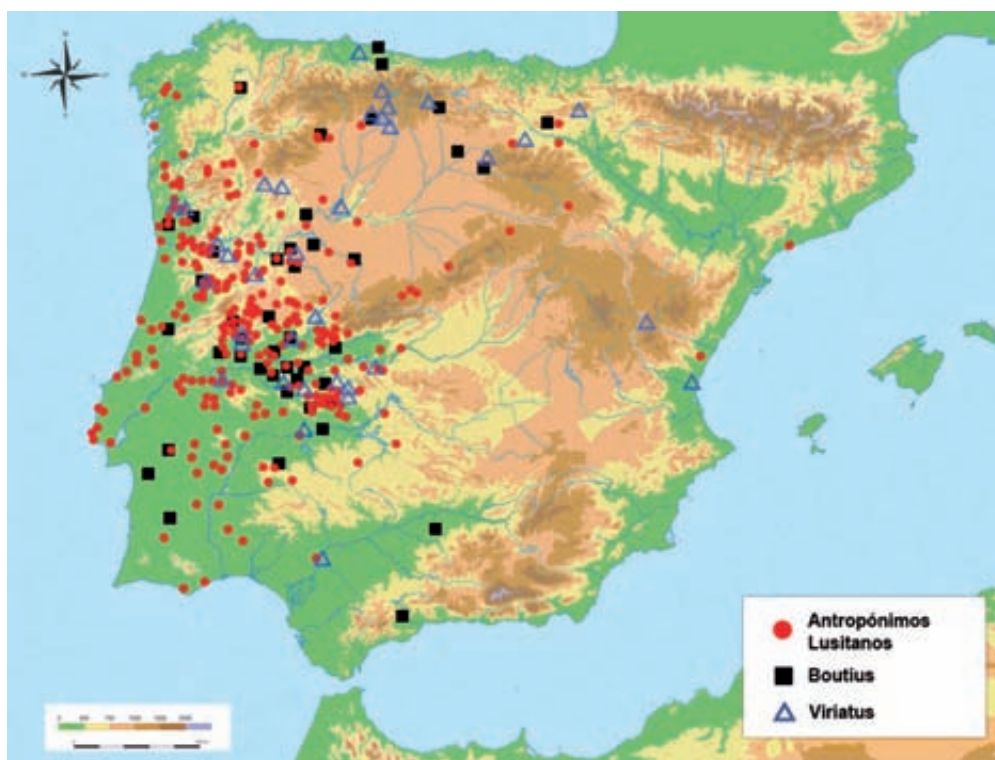


Fig. 58 – Dispersión de los antropónimos lusitanos.



Fig. 59 - Dispersión de los teónimos lusitanos.

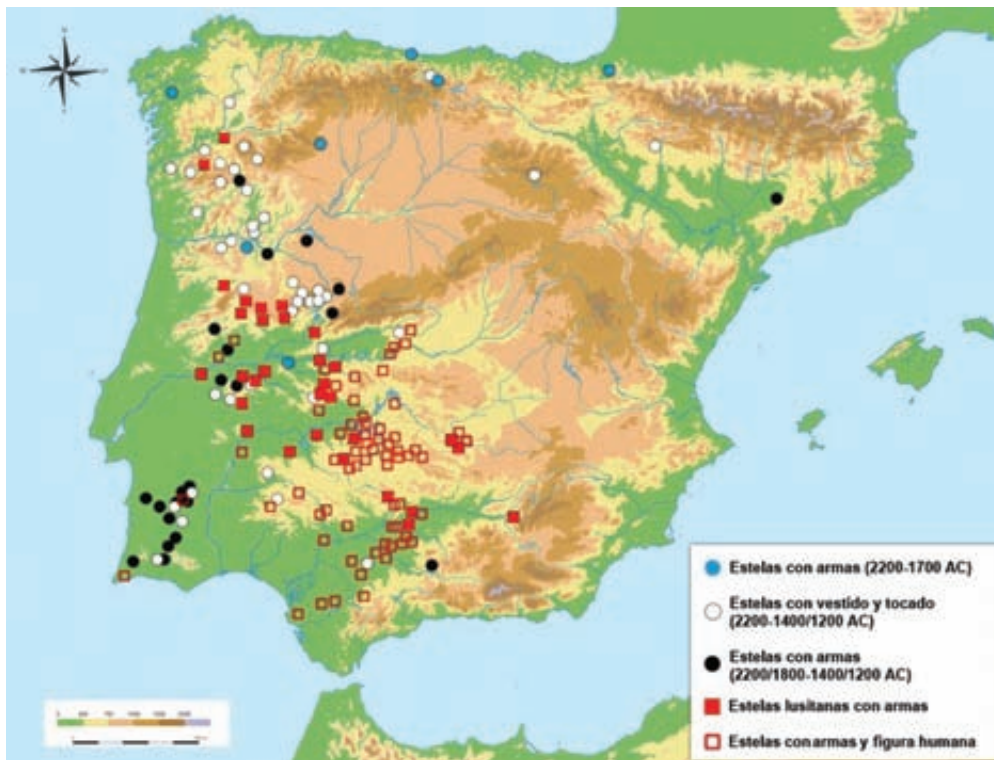


Fig. 60 - Dispersión de las estelas lusitanas «de guerrero» y sus paralelos de la Edad del Bronce.

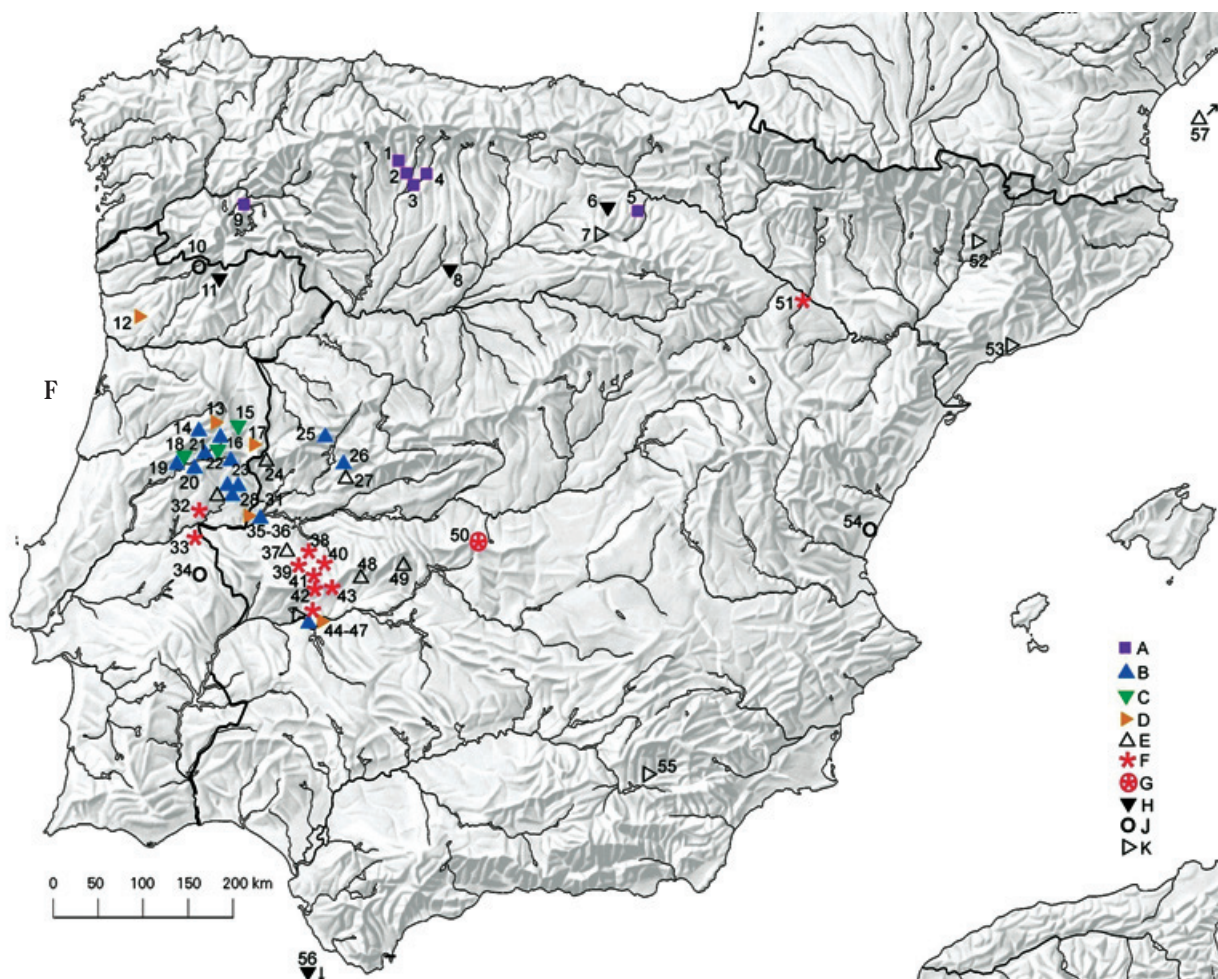


Fig. 61- Etnónimos y antropónimos derivados de *lancea* (F).

asociada a una organización gentilicia y clientelar que tendió a expandirse hacia el Occidente³⁹⁹, como ya hace años intuyera Untermann⁴⁰⁰, hecho que explica las relaciones etno-culturales y lingüísticas existentes entre las etnias derivadas de ese substrato: Lusitanos, Vettones, Galaicos y Astures.

En consecuencia, estas “peñas sacras” son la mejor fuente de información conocida para documentar la religión popular, la mentalidad y el mundo simbólico de las poblaciones celto-atlánticas de la Península Ibérica en particular y de la Europa Atlántica en general, temas antes no documentados. Por ello, el estudio de tradiciones como las aquí analizadas, a pesar de la dificultad que ofrecen por no haberse recogido los datos con metodología científica antes de su caída en desuso y desaparición, es el método mejor, y en muchos casos el único, para conocer un campo de la Historia de tanto interés como es el pensamiento, las creencias y ritos y la concepción del mundo de las poblaciones prerromanas.

³⁹⁹ ALMAGRO-GORBEA, 2009 a, 2014.

⁴⁰⁰ UNTERMANN, 1983, mapa 5.

10 – SACRA SAXA Y “PAISAJE SACRO”

Otro aspecto lleno de interés es que estas “peñas sacras” propiciatorias y de adivinación, con carácter onfálico y relacionadas con el Más Allá, por sus formas y características, contribuyen a comprender un tema tan actual como es el “paisaje sacro” de la *Hispania Celtica*⁴⁰¹, pues documentan una concepción del paisaje entendido como algo vivo y de carácter “sobrenatural”, que se relaciona con la tradición animista que evidencian estas rocas sagradas (*vid. supra*, p. 385, 387 s.), hecho que constituye un elemento esencial de esas culturas prerromanas, hasta ahora apenas valorado.

El “paisaje sagrado” es un tema que atrae cada vez más a los investigadores, pues es necesario superar la dificultad que presenta poder entender o, por lo menos, hacerse una idea suficientemente precisa de cómo “veía” e interpretaba el hombre prehistórico la naturaleza que le rodeaba antes de alcanzar un conocimiento más racional y científico, en especial, por contraposición a nuestra actual visión más científica y racional del mismo.

El “paisaje sacro” es un elemento cultural. Frente al paisaje físico visible, es otra forma de ver y entender el paisaje que nos rodea, lo que exige trascender lo que se ve físicamente con los ojos y llegar a su interpretación mental, que depende de la cosmovisión que se tenga. Para comprender lo que se entiende por “paisaje sacro” hay que tener en cuenta que lo que en nuestra cultura se consideran como elementos naturales y fenómenos físicos, como peñas, fuentes⁴⁰² y manantiales⁴⁰³, ríos, etc., eran vistos e interpretados como entes animados dotados de vida propia y, en consecuencia, tenían su propio espíritu vital o *numen* de carácter divino y sacro, hecho que explica los fenómenos de *interpretatio* con dioses del mundo clásico y su cristianización posterior, proceso que supuso adaptaciones de los ritos y cultos, hasta la práctica desaparición de esa visión ancestral del “paisaje sagrado” ocurrida en las dos o tres últimas generaciones.

El paisaje sagrado no es por tanto lo que se ve físicamente, sino lo que veía e interpretaba el hombre prehistórico según su cultura, es decir, según su cosmovisión, por lo que constituiría uno de los principales elementos de identidad de las gentes que vivían en ese territorio. Por ello, el concepto de “paisaje sacro” es un importante elemento cultural, que refleja la mentalidad de la cultura en cuestión y de sus perduraciones. Se trata de una percepción mental o “sobrenatural” que trascendía la percepción física, de ahí el gran interés que supone este tipo de aproximaciones a este campo de la cultura. El “paisaje sacro” es un elemento más de la cultura humana, que se puede llegar a conocer a través de los ritos, mitos, topónimos y otros elementos relacionados, junto con documentos arqueológicos como santuarios y ofrendas, que permiten, en su conjunto, aproximarse a una reconstrucción de esa Geografía Sacra en la que encuentra su significado cada uno de los elementos que conforman ese “paisaje sagrado”. En consecuencia, conforman ese “paisaje sacro”, junto a los elementos materiales, su estructura territorial y, también, los mitos y ritos relacionados que permiten comprender la forma de experimentarlo y sus adaptaciones y transformaciones culturales a lo largo del tiempo.

En el mundo celta, como en todo el antiguo ámbito indoeuropeo, podemos conocer algunos elementos que integraban y caracterizaban su “paisaje sagrado”; fuentes, ríos y lagos, el mar, cascadas, pozas y determinados cantiles y acantilados, montes y determinadas peñas, algunos árboles y bosques⁴⁰⁴, las cuevas y abrigos, los

⁴⁰¹ MARCO, 1999, p. 146-165; PENNICK, 1996; ALFAYÉ, 2011, p. 157 s.

⁴⁰² ALBERRO, 2004, p. 19 s.

⁴⁰³ LORRIO, 2002, p. 161-193.

⁴⁰⁴ CARO BAROJA, 1946, p. 353 s.

puntos liminares y de paso, como caminos, encrucijadas, vados y collados, además del cielo y los astros, como el Sol, la Luna, Venus, Marte, algunas constelaciones como la de Orión, etc., y fenómenos meteorológicos, como el viento, la lluvia o el arco iris, y elementos naturales extraordinarios, como rocas de formas extrañas que pudieran llamar la atención. Todos estos elementos eran vistos de una forma que popularmente se considera “mágica”, pero que hay que considerar como una visión sobrenatural, ya que eran considerados entes ‘sagrados’ dotados de vida propia y con propiedades sobrenaturales. Esta concepción, sin duda originaria de una tradición animista ancestral, se ha mantenido en ocasiones durante siglos, pues ha perdurado hasta la actualidad a pesar de cambios religiosos tan profundos como el que supuso la cristianización.

Los elementos físicos señalados ofrecen tradiciones rituales asociadas y mitos transformados en leyendas populares que permiten comprender su carácter sagrado y conocer su contexto religioso y mental, como ocurre con las “peñas sacras”, de lo que se deduce su interés. Esta visión “sacra” del paisaje era muy distinta de la nuestra y puede considerarse sobrenatural y “mágica”, ya que suponía un simbolismo basado en concepciones míticas explicadas por sus correspondientes creencias y ritos. Este conjunto de elementos, estrechamente interrelacionados, que conforman el “pasaje sagrado” permiten “descifrar” y conocer cómo sería la visión original -la única auténtica y no anacrónica- de ese “paisaje sacro”.

No es fácil investigar y comprender el significado “sobrenatural” o “mágico” original del paisaje, como lo indica la falta de estudios sobre este campo de la cultura, que es uno de los más importantes y atractivos del subsistema mental o ideológico. La comprensión de este paisaje mágico, es decir, de la visión del mundo que rodeaba al hombre primitivo, constituye la mejor aproximación para comprender cómo experimentaba el fenómeno mental y psicológico de lo “sacro”. En este sentido, estas “peñas sacras” permiten una aproximación empírica, a partir de datos contrastables, para replantear nuestra visión, interpretar mejor el paisaje sacro y mejorar la metodología existente para su estudio. Esta aproximación exige, en primer lugar, diferenciar lo que entendemos hoy por “paisaje sagrado” de lo que realmente era ese paisaje para quienes lo sentían como sagrado, lo que obliga a plantearse de qué modo percibía el hombre prehistórico su territorio y todos sus elementos constituyentes como un paisaje vivo, sobrenatural y, en consecuencia, sacro.

Sin embargo, son múltiples las interesantes cuestiones que se plantean, a las que apenas es posible dar respuesta: ¿Cómo, cuándo y por qué surge un elemento sagrado? ¿Cómo se distinguen? ¿Por qué un elemento es sacro y cómo se diferencia de otro que aparentemente no lo es? ¿Por qué se elegía una roca o un árbol determinado y no otro? ¿Qué determinaba que esa roca fuera “sacra” y qué significaba eso para los que así la consideraban? ¿Qué mitos y rituales ofrecen? ¿Cómo se utiliza y transforma un determinado elemento o paisaje sacro en su conjunto a lo largo del tiempo? ¿Cómo se diferencia de otros paisajes y cómo repercute en la estructura territorial? ¿Qué papel tiene todo paisaje sacro en la auto-identificación de una sociedad y en su cosmovisión?

La respuesta es difícil. En ocasiones, es evidente que las “peñas sacras” se identifican por su forma, en otras, por su situación, pero no se puede señalar una regla explicativa racional ni precisar *a priori* sus características ni qué era lo que hacía que una peña o cualquier otro elemento geográfico de los señalados fuera considerado “sacro”.

El carácter sacro de un elemento natural se puede identificar en ocasiones por su manipulación por el hombre, por su situación y orientación, por restos de culto, por referencias toponímicas y por mitos conservados en tradiciones del folklore, aunque en otros casos desconocemos cómo y por qué un elemento es sagrado. Sus características deben considerarse símbolos que hay que descryptar para llegar a conocer su significado, que constituye uno de los elementos más profundos de toda cultura. En efecto, la interpretación del “paisaje

sagrado” es esencial para definir una cultura y sus aspectos sociales, religiosos, mentales e identitarios, lo que equivale a conocer su cosmovisión en el sentido más amplio de la palabra.

Además, todo paisaje sagrado supone una mitología propia, que es la que lo explica, en el caso de estas “peñas sacras” su carácter de *numen* “divino” concebido de forma casi abstracta, que parecen haber evolucionado hasta transformarse en deidades antropomorfas identificables con el Héroe Fundador como ancestro y patrono del territorio y del grupo humano que lo habita, hecho en el que radica su habitual asociación al mundo anímico de los muertos y al Otro Mundo hasta su paulatina cristianización.

11 - LA CONSERVACIÓN DE ESTOS MONUMENTOS

Un último aspecto de interés es la conservación de estos *Sacra Saxa*, que deben ser considerados y conservados como auténticos monumentos del pasado. En la actualidad, sólo unas 5 peñas de las más de 50 identificadas mantienen el rito de forma aceptable, lo que no alcanza ni un 10% del total: el “Penedo dos Namorados” de San Verísimo de Arcos en Ponteáreas, el “Penedo do Casamento” situado sobre el cantil de Nossa Senhora da Peneda y el situado en la carretera a Castro Laboreiro, el “Penedo do Santo” en Aver-o-Mar, aunque esta peña ha sido dañada al adosársele un muro, y la “Rocha dos Namorados” de São Pedro do Corval.

Por el contrario, la gran mayoría, más de 35, pueden considerarse como fósiles, pues han perdido el ritual, lo que supone más del 60% de los casos. Todavía peor es que varias de ellas, c. 7%, han sido alteradas o dañadas, otras, casi un 15%, han sido destruidas y otras 5 (9%) no han podido ser localizadas, lo que hace suponer que probablemente también han desaparecido. En decir, en la práctica, un tercio de estos monumentos pueden considerarse destruidos y los restantes, casi hasta el 90%, corren muy serio peligro de destrucción (Fig. 62).

La mayoría de las estas peñas propiciatorias y de adivinación han perdido el rito prácticamente en las dos últimas generaciones, en las que han quedado totalmente en desuso y han caído en un creciente olvido, lo que dificulta en la actualidad su localización. Incluso hay casos, como el “Penedo dos Cornudos” de Loivos do Monte (Fig. 9 y 33), en los que la mayoría de las gentes de los lugares próximos conocen el nombre y

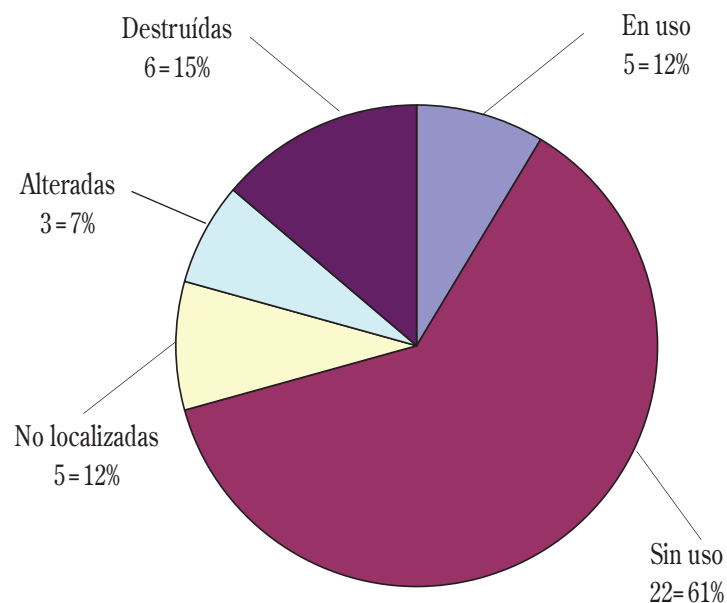


Fig. 45 - Conservación de las “peñas sacras” propiciatorias y de adivinación.

saben aproximadamente dónde está, pero desconocen ya de qué “penedo” en concreto se trata de los que existen en la zona. En este grupo en proceso de creciente olvido hay que incluir prácticamente todas las “las Peñas de Ánimas”, incluido el “Canto de los Responsos” de Ulaca (Fig. 1), y los dos “Penedos do Casamento” de São João d’Arga en Caminha (Figs. 22-28), la “Pedra dos Namorados” del Monte Pindo (Fig. 16), la “Pena dos Enamorados” de Zanfoga en Sarria, Lugo, y la del Paseo de Arenteiro de Carballino, Orense (Fig. 22). A éstas se suman los “Penedos dos Casamentos” de Nossa Senhora da Peneda en Arcos de Valdevez (Figs. 38-42), de Nossa Senhora da Abadia-São Bento da

Porta Aberta en la Serra de Gerês y el “Penedo dos Namorados” de Felgueiras, Mancelos (Fig. 47), así como el de Nossa Senhora da Lapa (Fig. 37) en Soutelo, Serzedelo. Igualmente, han perdido el rito los “Penedos dos Cornudos” de Loivos do Monte (Fig. 33), en Baião, y de Travanca do Monte (Fig. 35), en Amarante, y prácticamente el “Penedo da Sorte” de Nossa Senhora do Barrocal en Sátão (Fig. 14). En la misma situación están el “Penedo do Casamento” de Vide entre Vinhas (Fig. 51), los “Penedos de Namorados” de Vila do Touro (Fig. 45) y Baraçal (Fig. 12) en Sabugal, de Castelo Mendo (Fig. 18) cerca de Almeida y de “La Porra del Burro” en Valencia de Alcántara (Fig. 12) y la “Peña de los Deseos” de Peña Aguilera, en Toledo (Fig. 48), además de los ritos relacionados que existían en la iglesia de São Miguel do Castelo de Guimarães, en la Capela da Samaritana en Póvoa de Lanhoso (Fig. 32), en el Monte de Santa Luzia de Viana do Castelo y en Porta Coutada, en Celanova, Orense.

Aún más delicada es la situación de los ejemplares que no ha sido posible localizar, bien por haberse perdido su memoria o en algunos casos porque pueden haber sido destruidos. Se incluyen en este grupo el “Penedo dos Namorados” de Vilarinho da Furna, quizás actualmente bajo un pantano, y los “Penedos dos Casamentos” de Póvoa do Lanhoso, de Santo Tirso de Prazins y el que estaba en la “estrada velha a Senhora do Porto”. Por último, algunos ejemplares consta que han desaparecido definitivamente, como el “Canto de las Ánimas” de las Cogotas, Ávila, el “Penedo do Casamento” del “Senhor dos Perdidos” de Penacova y casi lo mismo cabe decir de la “Peña de la Fortuna” de Trascastro de Luna, León, removida de su sitio para hacer una carretera (Fig. 10). También el “Penedo dos Cornudos” de Gomide ha quedado prácticamente enterrado al hacer una carretera hacia 1970, mientras que el “Penedo dos Cornudos” de Travanca do Monte (Fig. 35) fue partido para destruirlo, aunque finalmente se ha conservado fragmentado en un jardín particular, como el “Penedo do Casamento” de Muas (Fig. 46), actualmente en un jardín particular con el consiguiente riesgo de desaparición, como ocurre con la de Peña Aguilera, en Toledo (Fig. 48), igualmente adosado a una casa particular.

El panorama señalado no es alentador y plantea la necesidad de proteger estos interesantes monumentos, por ser un testimonio ancestral de los más antiguos ritos propiciatorios y de adivinación conocidos en Europa. En su estado actual, es evidente el serio riesgo de desaparecer que ofrecen, mayor incluso que los monumentos megalíticos, mucho más abundantes y que, al ser más valorados por la sociedad, corren menos peligro. En consecuencia, todas estas las “peñas sacras” propiciatorias y de adivinación deben ser protegidas y conservadas por conformar una parte muy atractiva del Patrimonio Arqueológico y Espiritual de Europa.

SVVM CVIQUE TRIBVERE

Este trabajo no se hubiera podido llevar a cabo sin la valiosa colaboración de diversos colegas, entre los que no puedo dejar de citar a Fernando Alonso Romero, de la Universidad de Santiago de Compostela; Xaverio Ballester, de la Universidad Literaria de Valencia; João Luis Cardoso, de la Universidad Libre de Lisboa; Francisca Hernández Hernández y Pedro R. Moya, de la Universidad Complutense de Madrid; Francisco González Tablas, de la Universidad de Salamanca; María Mariné, Directora del Museo de Ávila; José Manuel Pedrosa, de la Universidad de Alcalá de Henares y Jorge Torres, del Museo de Sabugal.

Igualmente, ha sido esencial la generosa ayuda de numerosos informantes, quienes han proporcionado todos los datos necesarios para realizar este estudio. Conste por ello nuestro más sincero reconocimiento a José Manuel C. Amaral y António Fonseca Peixoto, de Fornos de Maceira Dão, Mangualde; Alexandrina Diez Sousa, de Gomide; José Fernandes da Costa, Manuel Guisasola, Moreira Rosa y Maria Serramalho Alves, de Tibo, Arcos de Valdevez; Manuel Gomes Ferreira, de Loivos do Monte, Baião; Felipe Ricardo Oliveira Freitas y el Presidente de la Junta da Fregesía

de Prazins; Elena Garcia, de Santo Amaro; José Manuel Gavanches y Antonio Higuero, de Valencia de Alcántara; Antonio Gómez, de Vide entre Vinhas; Ángel González, de Trascastro de Luna, León; João Madeira, de Braga; Ana Cláudia Marques, de Viana do Castelo; Amalia Martínez, de Romas, Sátão; Sr.^a Martins de Barros, de Peneda, Arcos de Valdevez; Eugenio Monesma Moliner, de Huesca; Antonio Patrício, de Amarante; José Manuel Moreira Pinheiro, de Soalhães; Mariana Sá Pereira y Orlando Miguel Fonseca Fernandes, de los servicios de arqueología del Municipio de Póvoa de Lanhoso; Cristiano Silva, de Muas, Vila Real; P. Luis Jaime Solla Fontán, del Monasterio de la Orden de la Merced de Sarria. Lugo; Álvaro Teixeira Ribeira, de Felgueiras, Amarante; Pedro Sánchez Zarza, de Carbellino de Sayago, Zamora; Alfonso Utrillo Romero, de Las Ventas con Peña Aguilera, Toledo, así como a los vecinos de Arga de São João, Hurtumpascual, La Redonda, Várzea de Ovelha y Villaviciosa, a la Junta de Freguesía de Várzea de Ovelha y Aliviada y a cuantos informantes anónimos han proporcionado sus valiosas informaciones.

BIBLIOGRAFÍA

- AA.VV. (2005) – *Thesaurus Cultus et Rituus Antiquorum (ThCRA)* III, Los Angeles, s.v. “Divination”, p. 1-104 y “Gebet, Gebärden und Handlungen des Gebetes”, p. 105-179.
- AA.VV. (1969) – *Raffaele Pettazzoni e gli studi storico-religiosi in Italia*, Bolonia.
- ALBERRO, M. (2004) – *Diccionario mitológico y folklórico céltico*, La Coruña.
- ALBERRO, M. (2006) – *Paradigmas de la cultura y la mitología célticas*, Gijón.
- ALBERTOS, M^a L. (1976) – “La antroponimia prerromana en la Península Ibérica”. *I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica, Salamanca 1976*, Salamanca, p. 57-86.
- ALBERTOS, M^a L. (1983) – “Onomastique personnelle indigène de la Péninsule Ibérique sous la domination romaine”. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt* II, 29.2, Berlin, p. 853-892.
- ALBERTOS, M^a L. (1956) – “Mercurio, divinidad principal de los celtas peninsulares?”. *Emerita* 24, p. 294-297.
- ALFAYÉ, S. (2011) – *Imagen y ritual en la céltica peninsular*, La Coruña.
- ALFÖLDY, G. (1997) – “Die Mysterien von Panoias (Vila Real, Portugal)”. *Madridier Mitteilungen* 38, p. 176-246.
- ALMAGRO BASCH, M. (1966) – *Estelas decoradas del Suroeste peninsular*. Bibliotheca Praehistorica Hispana, 8, Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1994) – “Proto-celtes et Celtes dans la Péninsule Ibérique”. *XVI^{ème} Colloque International pour l'Étude de L'Age du Fer. Agen-1992 (Aquitania 14, 1994)*, p. 283-296.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1995) – “El *lucus Dianae* con inscripciones rupestres de Segobriga”. In RODRÍGUEZ COLMENERO, A. y GASPERINI, L. (eds.) – *Saxa scripta. Actas del Simposio Internacional Ibero-Itálico sobre epigrafía rupestre. Santiago de Compostela 1992 (Anejos de Larouco 2)*, p. 61-97.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1996) – “Sacred places and cults of the Late Bronze Age tradition in Celtic Hispania”. *Archäologische Forschungen zum Kult-geschehen in der jüngeren Bronzezeit und frühen Eisenzeit Alteuropas. Regensburg 1993*, Regensburg, p. 43-79.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2001) – “Los celtas en la Península Ibérica”. In ALMAGRO-GORBEA, MARINÉ y ÁLVAREZ SANCHÍS, eds., 2001, p. 94-113.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2006) – “El ‘Canto de los Responsos’ de Ulaca (Ávila): un rito celta del Más Allá”, *Ilu. Revista de Ciencias de las Religiones*, 11, p. 5-38.

- ALMAGRO-GORBEA, M. (2009) – “La Etnología como fuente de estudios de la Hispania Celta”. *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología de Valladolid. Arqueología*, 75, p. 91-142.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2009 a) – “Lusitanos y Vettones”. *Lusitanos y Vettones. Los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa – Alto Alentejo – Cáceres-2007*, Cáceres, 15-43.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2013 a) – *Literatura Hispana Prerromana. Las creaciones fenicias, tartesias, iberas, celtas y vascas (Clave Historia, 39)*, Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2013 b) – “El mito celta del Héroe fundador en los orígenes del Señorío de Vizcaya”. *Palaeohispanica*, 13, p. 595-613.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2014) – “Los Lusitanos”. *Protohistoria de la Península Ibérica del Neolítico a la Romanización*, Burgos, p. 183-194.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2014 a) – “Palambrio: una palabra ‘lusitana’ actual derivada de la raíz *pala-, ‘piedra’”. *Estudios Arqueológicos de Oeiras*, 21, 2014, p. 461-474.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2015) – “C. Vettius Lanciá, un cacereño entre los fundadores de Caesaraugusta”. *Estudios dedicados a Miguel Beltrán Lloris*, Zaragoza, p. 111-130.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2016) – “Lancea, palabra lusitana, y la etnogénesis de los Lancienses”. *Complutum* (en prensa).
- ALMAGRO-GORBEA, M. (e.p.) – “El ‘medianeto’, una institución de origen celta en los Fueros de Extremadura”. *Homenaje a Francisco Javier Fernández Nieto* (en prensa).
- ALMAGRO-GORBEA, M. y ÁLVAREZ SANCHÍS, J. (1993) – “La ‘Fragua’ de Ulaca: saunas y baños de iniciación en el mundo céltico”. *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, 1, p. 177-253.
- ALMAGRO-GORBEA, M. y GRAN-AYMERICH, J. (1991) – *El Estanque Monumental de Bibracte (Borgoña, Francia). Excavaciones del Equipo Franco Español en el Mont Beuvray 1987-1988 (Complutum, Extra 1)*, Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M. y JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2000) – “Un altar rupestre en el Prado de Lácara (Mérida). Apuntes para la creación de un parque arqueológico”. *El Megalitismo en Extremadura (Homenaje a Elías Diéguez Luengo) (Extremadura Arqueológica 8)*, Mérida, 423-442.
- ALMAGRO-GORBEA, M. y LORRIO, A. (2013) – *Teutates. El Héroe Fundador y el culto heroico al antepasado en Hispania y en la Keltiké (Bibliotheca Archaeologica Hispana 36)*, Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M. y TORRES, J. (2015) – “Pedras de namorados no concelho do Sabugal”. *Sabucale. Revista do Museu do Sabugal*, 7, p. 17-32.
- ALMAGRO-GORBEA, M., MARINÉ, M. y ÁLVAREZ SANCHÍS, J. (eds.) (2001) – *Celtas y Vettones*, Ávila.
- ALONSO ROMERO, F. (1983) – “La leyenda de la Reina Lupa en los montes del Pindo (Galicia)”. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 99, 227-267.
- ALONSO ROMERO, F. (1993) – “A peregrinaxe xacobeá ata Fisterra”. *Romaría e peregrinacions*, Santiago de Compostela, p. 43-59.
- ALONSO ROMERO, F. (1995) – “The Cairn and Stones of a Galician ‘Cailleach Bhéara’: A Comparative Study of Folklore in the North West of Spain”. *10th International Congress of Celtic Studies*, Edinburgh, p. 494-495.
- ALONSO ROMERO, F. (1996) – *Creencias y tradiciones de los pescadores gallegos, británicos y bretones*, Santiago de Compostela.

- ALONSO ROMERO, F. (1997) – “Sobre la pervivencia de los cultos y creencias astrales en el folklore del peregrinaje jacobeo”. *IV Congreso de la Sociedad Española de Astronomía en la Cultura*, Salamanca, 1997, p. 29-35.
- ALONSO ROMERO, F. (2000) – “As lendas no monte do Pindo”, *II Simposio de Historia da Costa da Morte*, A Coruña, p. 117-132.
- ALONSO ROMERO, F. (2007) – “Análisis etnográfico y arqueológico de una Diosa Madre en el petroglifo del Outeiro do Filladuiro en Mallou (Carnota, A Coruña): ‘Coviñas y círculos’”. *Anuario Brigantino*, 30, p. 21-56.
- ÁLVAREZ SANCHÍS, J. (2001) – “Los Vettones”. In ALMAGRO-GORBEA, M. y MARINÉ, M. (eds.) – *Celtas y Vettones*, Ávila, 2001.
- AMANDRY, P. (1950) – *La mantique apollinienne à Delphes. Essai sur le fonctionnement de l'oracle*, Paris.
- ANDRONIKOS, M. (1968) – *Tontenkult. Archäologia Homerica, III-W*, Göttingen.
- ARAUJO, I. de (1980) – “Castros, outeiros e castros na paisagem de Entre Douro e Minho”. *Minia*, 2ª série, 3, p. 101-117.
- ARENAS, J. A. (2007) – “Ancient tree cults in central Spain: the case of La Dehesa at Olmeda de Cobeta”. In HEUSSLER, R. y KING, T. (eds.) – *Continuity and Innovation in Religion in the Roman West (Journal of Roman Archaeology, Supplementary Series 67)*, 1, Portsmouth, p. 89-199.
- ATHANASSAKIS, A. (1989) – “From the Phalic Cairn to Shepherd God and Divine Herald”. *Eranos*, 87, p. 33-49.
- BADER, F. (1994) – “Il problema indoeuropeo. Lingue locali e non locali in Europa tra il 600 a.C. e il 500 d.C.”. *Storia d'Europa*, 2,2, Milano, p. 953-1020.
- BANDE, E. (1997) – “Religiosidad, creencias y prácticas vitales del campesinado gallego”. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 44, p. 301-324.
- BARANDIARÁN, J. M. (2006) – *Mitología del Pueblo Vasco I*, Bilbao.
- BARLOW, C. W. (ed.) (1950) – *Martini episcopi Bracarensis opera omnia (Papers and Monographs of the American Academy in Rome 12)*, New Haven.
- BARRE, E. du Laurens de la (1867) – *Contes populaires et légendes de Bretagne*, Paris (reed. 1974).
- BARRINGTON, J. (1827) – *Personal Sketches of His Own Times*, I, London.
- BAUDI, G. (1998) – “Hermes”. *Der Neue Pauly Enzyklopädie der Antike* 5, Stuttgart-Weimar, p. 426-427.
- BELAYCHE, N. y RÜPKE, J. (2007) – “Divination et révélation dans les mondes grec et romain”. *Revue de l'histoire des religions* 224,2, p. 139-147.
- BENITO DEL REY, L. y GRANDE DEL BRÍO, R. (1992) – *Santuarios rupestres prehistóricos en las provincias de Zamora y Salamanca*, Zamora-Salamanca.
- BENITO DEL REY, L. y GRANDE DEL BRÍO, R. (2000) – *Santuarios rupestres prehistóricos en el centro-oeste de España*, Salamanca.
- BERMEMJO, J. C. (1986) – *Mitología y mitos de la Hispania prerromana*, Madrid.
- BERMEMJO, J. C. (2015) – *Sociedade a relixión na Galicia antiga*, Santiago.
- BERROCAL, L. (1994) – *El altar prerromano de Capote. Ensayo etno-arqueológico de un ritual céltico en el Suroeste Peninsular*. Madrid.

- BETTENCOURT, M. S. *et al.* (2004) – “The rock engravings of Penedo do Matrimónio, in Campo de Caparinho, Vilar de Perdizes, Montalegre (northern Portugal)”. *Journal of Iberian Archaeology*, 6, p. 61-82.
- BIRKHAN, H. (1997) – *Kelten. Versuch einer Gesamtdarstellung ihrer Kultur*, Wien.
- BLANCO FREIJEIRO, A. (1959) – “Pátera argéntea com representação de uma divindade lusitana”. *Revista de Guimarães*, 69, p. 453-458.
- BLÁZQUEZ, J. M^a (1962) – *Religiones primitivas de Hispania I. Fuentes literarias y epigráficas*, Madrid.
- BLÁZQUEZ, J. M^a (1975) – *Diccionario de las religiones prerromanas de Hispania*, Madrid.
- BLÁZQUEZ, J. M^a (1982) – “La religión indígena”. In JOVER, J. M^a (ed.) – *España romana (218 a. J.C.-414 de J.C.)*, II,2, Madrid, 261-321.
- BLÁZQUEZ, J. M^a (1983) – *Primitivas religiones ibéricas. II Religiones prerromanas*, Madrid.
- BLECH, M., KOCH, M. y KUNST, M. (2001) – *Hispania Antiqua. Denkmäler der Frühzeit*, Mainz.
- BOISMOREAU, E. (1917) – “Notes à propos de l'utilisation thérapeutique des mégalithes dans la Bretagne”. *Bulletin de la Société préhistorique française*, 14,3, p. 158-160.
- BOUCHÉ-LECLERCQ, A. (1879) – *Histoire de la divination dans l'Antiquité*, Paris (reed. Grenoble, 2003).
- BOUCHÉ-LECLERCQ, A. (1892) – s.v. Divinatio. In DAREMBERG, Ch. y SAGLIO, E. (eds.) – *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, II,1, p. 292-319.
- BOUZA BREY, F. (1982) – *Etnografía y folklore de Galicia*, 1, Vigo.
- BRAGA, T. (1885; reed. Lisboa, 1991, 1994) – “Supertições populares portuguesas”. *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*, I-II, Lisboa.
- BRAÑAS, R. (2000) – *Deuses, heroes e lugares sagrados*, Santiago de Compostela.
- BRELICH, A. (1954) – “Un culto preistorico vivente nell'Italia centrale. Saggio storico-religioso sul pellegrinaggio alla SS. Trinità sul Monte Autore”. *Studi e Materiali sulla storia delle religioni*, 24-25, p. 36-59.
- BREUKELAAR, A. (1993, reed. 2004) – “Martin von Braga”. *Biographisch-Bibliographisches Kirchenlexikon*, V, p. 915-919 (<URL: <http://www.bautz.de/bbkl/>>)
- BRITO, B. (1690) – *Monarchia Lusytana*, I, Lisboa.
- BROQUET, A. (1840) – “Enquêtes générales (monuments celtiques)”. *Bulletin monumental de la Société française d'archéologie*, 6, p. 277 s.
- BROWN, P. (1981) – *The Cult of the Saints: Its Rise and Function in Latin Christianity*, Chicago.
- BRUNEAUX, J.-L. (1986) – *Les Gaulois. Sanctuaires et rites*, Paris.
- BÚA, C. (1997) – “Dialectos indoeuropeos na franxa occidental hispánica”. In PEREIRA MENAUT, G. (ed.) – *O feito diferencial galego na Historia*, 1, Santiago, p. 51-99.
- BUENO, P. (2011) – “Ancestros e imágenes antropomorfas muebles en el ámbito del megalitismo occidental: las placas decoradas”. *Arqueología, sociedad, territorio y paisaje. Homenaje a M.^a Dolores Fernández-Posse (Bibliotheca Praehistorica Hispana 28)*, Madrid, p. 39-77.
- BURKERT, W. (1982) – *Structure and History in Greek Mythology and Ritual*, Berkeley.
- CABAL, C. (1925) – *La mitología asturiana. Los dioses de la muerte*, Madrid.

- CAQUOT, A. y LEBOVICI, M. (1968) – *La Divination*, Paris.
- CARO BAROJA, J. (1946) – *Los pueblos de España. Ensayo de Etnología*, Barcelona.
- CARO BAROJA, J. (1974) – *Ritos y mitos equívocos*, Madrid.
- CASTELAO, A. D. R. (1949) – *As cruces da pedra na Galiza*, Buenos Aires (reed. Madrid 1975).
- CASTRO, A. del, *et al.* (2002) – “Paleozoic Magmatism”. In GIBBONS, W. y MORENO, T. (eds.) – *The Geology of Spain*, London, p. 117-153.
- CASTRO, L. (2001) – *Sondeos en la arqueología de la religión en Galicia y norte de Portugal: Trocado de Bande y el culto jacobeo*, Vigo.
- CAVANAGH, W. G. y MEE, C. (1998) – *A private place: death in prehistoric Greece (Studies in Mediterranean Archaeology 125)*, Göteborg.
- CELESTINO, S. (2001) – *Estelas de guerrero y estelas diademadas. La precolonización y formación del mundo tartesio*. Barcelona.
- CHAMPEAUX, J. (1982-1987) – *Fortuna. Recherches sur le culte de la Fortune à Rome et dans le monde romain des origines à la mort de César, 1-2. Fortuna dans la religion archaïque (Col. École Française de Rome, 64)*, Roma.
- CHAMPEAUX, J. (1986) – “Sorts et divination inspirée. Pour une préhistoire des oracles italiques”. *Mélanges de l'École Française de Rome* 102, p. 801-828.
- CHAMPEAUX, J. (1986a) – “Les oracles en Italie sous la république et l'empire”. *Mélanges de l'École Française de Rome* 102, p. 271-302.
- CHARPIGNY, F. (2002) – “Carn, une île du Finistère”. <URL: <http://www.culture.fr/culture/atp/mnatp/>> (cons. en 2006).
- CHAVES, L. (1917) – “Sobrevivencias neolíticas de Portugal”. *Archivo da Universidade de Lisboa*, 4, 55-79.
- CHAVES, L. (1922) – *Amor Português. O namoro. O casamento. A família (Estudo ethnographico)*, Porto.
- CHAVES, L. (1957) – “Costumes e tradições vigentes no século VI e na actualidade. S. M. de Dume: *De correctione rusticorum*”. *Bracara Augusta*, 8, p. 243-277.
- CLARKE, D. L. (1968) – *Analythical Archaeology*, London.
- COSSON, J.-M. (2009) – *Les mystères de France*, Paris.
- CRAHAY, R. (1974) – “La bouche de la vérité”. In VERNANT, J. P. (ed.) (1974), p. 201-219.
- CROWE, C. J. (1982) – “A note of white quartz pebbles found in the Early Cristian contexts in the Isle of Mann”. *Proceedings of the Isle of Man Natural History and Antiquarina Society*, 8, p. 413-415.
- CUNLIFFE, B. (1997) – *The Ancient Celts*, Oxford.
- DAG'NAUD, A. (2002) – *Guide des lieux insolites et secrets de Bretagne*, Paris.
- DAVEY, P. (2004) – “The Isle of Mann: central and marginal in the Neolithic of the northern Irish Sea?”. In CUMMINGS, V. y FOWLE, C. (eds.) – *The Neolithic of the Irish Sea. Materiality and traditions of practice²*, Oxford, p. 129-144.
- DAVIDSON, H. R. E. (1988) – *Myths and Symbols in Pagan Europe: Early Scandinavian and Celtic Religions*, Manchester.
- DAVIDSON, H. R. E. (1993) – *The Lost Beliefs of Northern Europe*, London-New-York.

- DE BERNARDO, P. (2006) – “Theonymic Gender and Numer Variation as a Characteristic of Old Celtic Religion”. *Anthropology of Indo-European World and Material Culture*, Budapest, p. 31-47.
- DE LA ORDEN MIRACLE, E. (1971) – *Santiago en España, Europa y América*, Madrid.
- DELCOURT, M. (1955) – *L'Oracle de Delphes*, Paris.
- DEMOULE, J.-P. (1999) – “La société contre les princes”. In RUBY, P. (ed.) – *Les Princes de la Protohistoire et l'émergence de l'état*. Napoli-Roma, 125-134.
- DÍAZ GUARDAMINO, M. (2010) – *Las estelas decoradas de la Península Ibérica*. Tesis Doctoral, Universidad Complutense, Madrid.
- DIKINSON, O. T. P. K. (2000) – *La Edad del Bronce Egea*, Barcelona.
- DOMÍNGUEZ MORENO, J. M. (1991) – “Microlitos y megalitos funerarios en Alcántara (Cáceres)”. *Revista de Folklore*, 11,a, p. 147-155.
- DUMÉZIL, G. (1952) – *Les Dieux indo-européens*, Paris.
- DUMÉZIL, G. (1977) – *La religione romana arcaica*, Milano.
- EHREMBERG, V. (1921) – *Die Rechsidee im frühen Reichentum*, Leipzig.
- EHREMBERG, V. (1927) – s.v. “Losung”. *Paulys Real-Encyclopädie der classischen Altertumwissenschaft*, 13,2, Stuttgart, col. 1451-1504.
- EITREM, S. (1909) – s.v. “Hermes”. *Paulys Real-Encyclopädie der classischen Altertumwissenschaft*, 15, Stuttgart, p. 738-792.
- ELIADE, M. (1954) – *Tratado de Historia de las Religiones*, Madrid.
- ELIOT, Ch. W., ed., y STOKES, W., trad. (1910) – *The Destruction of Dá Derga's Hostel (Harvard Classics, 49)*, New York. <URL: https://en.wikisource.org/wiki/The_Destruction_of_D%C3%A1_Derga%E2%80%99s_Host> (cons. en 10.01.2016).
- ELSIE, R. (2001) – *The Dictionary of Albanian Religion, Mythology and Folklore*, London.
- ESPÉRANDIEU, E. (1907-1938) – *Recueil général des bas-reliefs, statues et bustes de la Gaule romaine*, IV, Paris.
- ESPINOSA, Jr., A. M. (1996) – *Cuentos populares de Castilla y León*, Madrid.
- ESTYN, E. E. (1966) – *Prehistoric and Early Christian Ireland; a Guide*, New York.
- FABIÁN, J. F. (2010) – “Altares rupestres, peñas sacras y rocas con cazoletas. Ocho nuevos casos abulenses y uno salmantino para la estadística, el debate y la reflexión”. *Madrid Mitteilungen*, 51, p. 222-267.
- FARNOX, B. C. (1980) – *Mercurus romain. Le culte public de Mercure et la fonction mercantile à Rome de la République à la époque augustéenne (Bibliothèque Françaises des Écoles de Athènes et de Rome 238)*, Rome.
- FEHLING, D. (1974) – *Ethnologische Überlegungen auf dem Gebiet der Altertumskunde: phallische Demonstration*, München.
- FERNANDES, L. S. (2002) – “Genii, Lares e Tutela na provincia da Lusitania”. *Religiões da Lusitania, Loquuntur saxa*, Lisboa, p. 179-188.
- FERNÁNZ CHAMÓN, A. L. (1984) – “La ermita del Santo del Alto Rey. Un centro religioso en la Serranía de Atienza (Guadalajara)”. *II Jornadas de Etnología de Castilla-La Mancha*, Toledo, p. 289-309.
- FLAUBERT, G. (1886) – *Voyage en Bretagne. Par les champs et par les grèves*, Paris (reed. 1989).

- FOWLE, R. L. (2013) – *Early Greek Mythography, 2. Commentary*, Oxford.
- FRAGUAS, A. (1975) – “Preocupación polo tempo e os astros na creencia popular”. *Boletín Auriense*, 5, p. 257-269.
- FRAZER, J. (1911-1916) – *The Golden Bough. A Study in Comparative Religion*, London.
- FRAZER, J. G. (1951) – *The Golden Bough*, New York.
- FRAZER, J. G., trad. (1921) – *Apollodorus. The Library. With an English Translation by Sir James George Frazer*, 1-2, Cambridge, Mass-London.
- FRÉMINVILLE, Chr.-P. de la Poix, Le chevalier de (1832) – *Antiquités de la Bretagne. Finistère*, Brest (reed. Genève 1979).
- FRISK, H. (1973) – *Griechisches etymologisches Wörterbuch*, Heidelberg.
- FROG, E. (2013) – “Revisiting the Historical-Geographic Method(s)”. *RMN Newsletter*, 7, p. 18-34.
- FUENTES ALENDE, J. (1997) – “Cruceiros y petos de ánimas en la provincia de Pontevedra”. *Revista Narria*, 77-78, p. 1-7.
- FUENTES MORCUELLO, J. (1981) – “Los peirones, monumentos característicos de Aragón”. *Realizaciones*, 28, p. 18-19.
- GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, B. (1990) – *Guerra y religión en la Gallaecia y Lusitania antiguas*, La Coruña.
- GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, B. (1999) – *Las rutas sagradas en Galicia*, La Coruña.
- GARCÍA QUINTELA, M. (1991) – “El sacrificio humano adivinatorio céltico y la religión de los lusitanos”. *Polis*, 3, p. 25-37.
- GARCÍA QUINTELA, M. V. y SEOANE VEIGA, Y. (2011) – “La larga vida de dos rocas orensanas”. *Archivo Español de Arqueología*, 84, p. 243-266.
- GARENNE, Th. Danjou de la (1862) – “Statistique des monuments celtiques de l'arrondissement de Fougères”. *Bulletin et mémoires de la société archéologique du département d'Ille-et-Vilaine*, p. 28-68.
- GARRAD, L. S. (1991) – “The Archaeology and Tradition of some Prehistoric and Early Christian Religious Practices in the Isle of Man”. *Proceedings of the Isle of Man Natural History and Antiquarian Society*, 10,1, p. 413-415.
- GENNEP, A. Van (1909) – *Religions, mœurs et légendes: Essais d'ethnographie et de linguistique (deuxième série)*. Paris.
- GENNEP, A. Van (1982) – *Manuel du folklore français contemporain. 1, naissance, baptême, fiançailles*, Paris.
- GINER ARIVAU, L. (1885) – *El Folk-lore de Proasa (Biblioteca de las Tradiciones Populares Españolas 8)*, Madrid.
- GIORDANO, O. (1983) – *Religiosidad popular en la Alta Edad Media*, Madrid.
- GLOTZ, G., (1904) – *L'ordalie dans la Grèce primitive. Études de droit et de mythologie*, Paris.
- GONZÁLEZ PÉREZ, CI. (1991) – *As festas cíclicas do ano*, Santiago de Compostela.
- GONZALO JIMÉNEZ, R. (s.a.) – “Magia y religión. LXXVII. Cuentos populares sobre almas externadas”. <URL: <http://www.ilustrados.com/tema/1520/Magia-Religion-Cuentos-populares-sobre-almas.html>> (cons. en 28.08.2015).
- GREEN, M. A. (1989) – *Symbol and Image in Celtic Religious Art*, London-New York.
- GREEN, M. A. (1990) – “Triplism and plurality: Intensity and symbolism in Celtic religious expression”. In GARWOOD, P. et al. (eds.) – *Sacred and Profane*, Oxford, p. 100-108.

- GREEN, M. A. (1992) – *Dictionary of Celtic Myth and Legend*, London.
- GREEN, M. J. (2010) – *El mundo de los druidas*, Madrid.
- GRIMM, J. (1888) – *Teutonic Mythology*, 4 (trad. J. S. Stallybrass, reed., 2012), Cambridge.
- GUYONVARCH, Chr. (1997) – *Magie, médecine et divination chez les Celtes*, Paris.
- GUYONVARCH, Chr. (2007) – *Los Druidas*, Paris (*Les Druides*, Rennes, 1986).
- GUYONVARCH, Chr. y LE ROUX, F. (1995) – *Les Fêtes celtiques*, Rennes.
- HARBISON, P. (1992) – *Guide to National and Historical Monumentos of Ireland*³, Dublin.
- HARDING, A. F. (2003) – *Sociedades europeas en la Edad del Bronce*, Barcelona.
- HARDING, D. (1960) – *Iron Age Hill Forts in Britain and Beyond*, Oxford.
- HARRISON, R. J. (2004) – *Symbols and Warriors. Images of European Iron Age*, Bristol.
- HERNÁNDEZ PACHECO, F. (1955) – *Fisiografía del solar hispano*, Madrid.
- HERNANDO, M^a R. (2005) – *Epigrafía romana de Ávila*, Bordeaux-Madrid.
- HERNANDO, M^a R. y GAMALLO, J. L. (2004) – “Un santuario romano en Narros del Puerto, Ávila (*Conventus Emeritensis*)”. *Ficheiro Epigráfico (Suplemento de Conimbriga)*, 76, p. 339.
- HOLDER, A. (1896) – *Alt-Celtischer Sprachschatz*, I, Leipzig.
- HOZ, J. de (1986) – “La religión de los pueblos prerromanos de Lusitania”. *Primeras Jornadas sobre manifestaciones religiosas en la Lusitania*, Cáceres, p. 31-49.
- HUGHES, H. (1991) – *Croagh Patrick, An Ancient Mountain Pilgrimage*, Westport.
- HUY, J. d' (2015) – “Polyphemus: A Palaeolithic Tale?”. *RMN Newsletter*, 9, p. 43-64.
- JIMÉNEZ GUIJARRO, J. (2000) – “Las peñas sacras como *imago mundi* del ‘centro cósmico’ en el mundo indoeuropeo y céltico”. *Trabajos de Antropología e Etnología*, p. 101-115.
- JUBAINVILLE, H. d'Arbois de (1906) – “Le culte des menhires dans le monde celtique”. *Revue celtique* 27, p. 315-319 (*Id.* – *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 50,2, p. 146-152).
- KERENYI, K. (1987) – *Hermes Guide of Souls*, Dallas.
- LABBÉ, Ph. y COSSART, G. (1671) – *Sacrosancta Concilia*, IX, Paris.
- LARSON, J. (2001) – *Greek Nymphs. Myth, Cult, Lore*, Oxford.
- LATTE, A. (1960) – *Römische Religionsgeschichte*, München.
- LE ROUX, F. (1961) – “Le *Celticum* d'Ambigatus et l'*Omphalos* gaulois. La royauté suprême des Bituriges”. *Ogam*, 13,1, p. 159-184.
- LE ROUX, F. (1962) – “Note d'Histoire des Religions. Lug et l'*Omphalos* de Lugdunum”. *Ogam*, 14,6, p. 638-641.
- LE ROUX, F. y GUYONVARCH, Chr. (1986) – *Les druides*, Rennes.
- LE ROUX, L. y ROCHAND, M. (2009) – “Faire trembler les roches de Trégunc”. *Fiche type d'inventaire du patrimoine culturel immatériel de la France, Série 2: Les pierres animées*, Paris.
- LILLIOS, K. T. (2008) – *Heraldry for the Dead. Memory, Identity, and the Engraved Stone Plaques of Neolithic Iberia*, Austin.

- LISÓN, C. (1998) – *La Santa Compañía. Fantasías reales. Realidades fantásticas (Antropología Cultural de Galicia IV)*, Madrid.
- LLINARES, M. (1990) – *Mouros, ánimas y demonios*, Móstoles.
- LÓPEZ CUEVILLAS, F. (1953) – *La civilización céltica en Galicia*, Santiago de Compostela.
- LORRIO, A. (1997) – *Los Celtíberos (Complutum Extra 7)*, Madrid.
- LORRIO, A. (2002) – “La necrópolis romana de Haza del Arca y el santuario del *Deus Arionis* en la Fuente Redonda (Uclés, Cuenca)”. *Iberia*, 5, p. 161-193.
- LOTH, J. (1895) – “La sort chez les Germains et chez les Celtes”. *Revue celtique*, 16, p. 313-314.
- LOZ, J. (1915) – “L’omphalos chez les Celtes”. *Revue d’Études Anciennes*, 17, 193-206.
- MACIEL, M. J. P. (1980) – “O *De correctione rusticorum*, de S. Mantinho de Dume”. *Bracara Augusta*, 34, p. 483-561.
- MARCO, F. (1993) – “La individuación del espacio sagrado: testimonios culturales en el Noroeste hispánico”. *Religio Deorum*, Barcelona, p. 317-324.
- MARCO, F. (1993) – “Nemedus Augustus”. In ADIEGO, I. J., SILES, J. y VELAZA, J. J. (eds.) – *Studia palaeohispanica et indogermanica J. UNTERMANN*, Barcelona, p. 165-177.
- MARCO, F. (1998) – *Die Religion im keltischen Hispanien (Archaeolingua, S.M. 12)*, Budapest.
- MARCO, F. (1999) – “El paisaje sagrado en la España Indoeuropea”. In BLÁZQUEZY, J. M^a y RAMOS, R. (eds.) – *Religion y Magia en la Antigüedad*, Valencia, p. 146-165.
- MARGALÉ, R. y TAULES, I. (2009) – *Los peirones, cruceros, cruces y portales-capilla. Inventario por comarcas y poblaciones* (Inventario inédito del Gobierno de Aragón). <URL: <http://www.sipca.es/censo/1-INM-ZAR-020-259-005/Peir%C3%B3n/de/las/%C3%81nimas/.html#.VK-J9SuG-pA>> (cons. en 8.2015).
- MARINÉ, M. (1998) – “El Castro de Ulaca (Solosancho, Ávila): Cien años de gestión del patrimonio arqueológico”. *Homenaje al Profesor Carlos Posac Mon*, III, Ceuta, p. 381-395.
- MARKALE, J. (1975) – *La Tradition celtique en Bretagne armorique*, Paris.
- MARTÍN SÁNCHEZ, M. (2002) – *Seres míticos y personajes fantásticos españoles*, Madrid.
- MEILLET, A. (1925) – *La Méthode comparative en linguistique historique*, Oslo.
- MENÉNDEZ PELAYO, M. (1990, 2003) – *Historia de los heterodoxos españoles*, Madrid.
- MONAGHAN, P. (2004) – *The Encyclopedia of Celtic Mythology and Folklore*, New York.
- MONTEAGUDO, L. (1996) – “La religiosidad *callaica*: estela funeraria romana de Mazarellas (Oza dos Ríos, A Coruña), cultos astrales, priscilianismo y outeiros”. *Anuario Brigantino*, 19, p. 11-118.
- MONTEAGUDO, L. (2003) – “Menhires y marcos de Portugal y Galicia”. *Anuario Brigantino*, 26, p. 25-50.
- MOORE, R. y MURPHY, A. (2009) – *Island of the Setting Sun. In Search of Ireland’s Ancient Astronomers*², Dublin.
- MORAHAN, L. (2001) – *Croagh Patrick, Co. Mayo, archaeology, landscape and people*, Westport.
- MORAIS, G. (2008) – *A Genética e a Teoria da Continuidade Paleolítica aplicada à Lenda da Fundação de Portugal, Irlanda e Escócia*, Lisboa.
- MOXHET, A. (1989) – *Ardenne et Bretagne. Les sœurs lointaines*, Liège-Bruxelles.

- MOYA, P. R. (2010) – “Sacredness and the rite of circumambulation in Celtic Iberia through the Folklore”. In MURILLO, F. – *VI Simposio sobre Celtiberos. Ritos y mitos*, Daroca, p. 553-562.
- MOYA, P. R. (2012) – *Paleoetnología de la Hispania Celta. Etnoarqueología, Etnohistoria y Folklore como fuentes para la Edad del Hierro* (Tesis Doctoral de la Universidad Complutense), Madrid.
- NANINI, R. (2003) – “Raffaele Pettazzoni e la fenomenología della religione”. *Studia Patavina*, 50,2, p. 377-413.
- NEWENHAM, R. O’Callagan (1830) – *Picturesque Views of the Antiquities of Ireland II*, London.
- NILSSON, M. P. (1955) – *Geschichte der griechischen Religion*³, München.
- NILSSON, M. P. (1978) – *Greek Folk Religion*, Philadelphia.
- O’SULLIVAN, M. (2007) – *Duma na nGiall, The Mound of Hostages, Tara*, Bray.
- OKELLY, C. (1978) – *Illustrated Guide of Newgrange and the Boyne Monuments*, Dublin.
- OLIVARES, J. C. (2002) – *Los dioses de la Hispania céltica (Bibliotheca Archaeologica Hispana 15)*, Madrid.
- OLIVEIRA, E. V. (1995) – *Festividades Cíclicas em Portugal*², Lisboa.
- PARAFITA, A. (2006) – *A Mitología dos Mouros: Lendas, Mitos, Serpentes, Tesouros*, Vila Nova de Gaia.
- PATRÍCIO, A. (2009) – *Lendas de S. Gonçalo e de Amarante*, Amarante.
- PEDROSA, J. M. (2000) – “Huellas legendarias sobre las rocas: tradiciones orales y mitología comparada”. *Revista de Folklore*, 238, p. 111-118.
- PEDROSA, J. M. (2012) – “Del ladrón invulnerable al que arrancó la oreja de su madre: mito, leyenda y cuento del bandido en la América hispana”. *Revista de Literaturas Populares*, 12,1, p. 130-191.
- PENA, A. (2004) – “Ceremonias celtas de entronización real na Galiza”. *Anuario Brigantino*, 27, p. 117-160.
- PENNICK, N. (1996) – *Celtic Sacred Landscapes*, London.
- PENSADO, J. L. (ed.) (1973) – *Catalogo de voces y frases de la lengua gallega. Fray Martín Sarmiento*, Salamanca.
- PÉREZ GUTIÉRREZ, M. (2007) – *Astronomía de la Edad del Hierro peninsular. Orientación astronómica de los castros celtas de la Edad del Hierro de la provincia de Ávila* (Tesis Doctoral, Universidad de Salamanca), Salamanca.
- PETTAZZONI, R. (1959) – “Il metodo comparativo”. *Numen*, 6,1, p. 1-18.
- POKORNY, J. (1959) – *Indogermanisches etymologisches Wörterbuch*, Bern-München.
- POSAC MON, C. (1953) – “Solosancho (Ávila)”. *Noticario Arqueológico Hispánico*, 1, 63-74.
- PRELLER, L. (1854-1926) – *Griechische Mythologie bzw. die griechische Heldensage*, Berlin (reed. 1964-1967).
- PRÓSPER, B. M^a (2002) – *Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica*, Salamanca.
- PUENTE OJEA, G. y CAREAGA, I. (2005) – *Animismo. El Umbral de la Religiosidad*, Madrid.
- PUJOL, L. (2008) – *Contes et légendes du Finistère*, Paris.
- RANKE, K. (ed.) (1979) – *Enzyklopädie des Märchens. Handwörterbuch zur historischen und vergleichenden Erzählforschung*, 2, Berlin-New York.
- REINACH, S. (1890) – “Carta del 22.2.1890”. *Revue celtique*, 11, p. 224-226.
- REINACH, S. (1893) – “Les monuments de pierre brute dans le langage et les croyances populaires”. *Revue Archéologique*, série III, 21, p. 195-226, 329-367 (reed. en *Cultes, mythes et religions*, III, Paris, 1913, p. 364-448).
- RENERO, V. M. (1999) – *Diccionario del mundo celta*, Madrid.

- RISCO, V. (1927) – “Da mitoloxía popular galega: os mouros encantados”. *Nos*, 43, p. 10-15.
- RIVEIRO, D. y O'BRIEN, M. J. (2015) – “De entre los muertos. Las placas de pizarra grabadas del Neolítico Final del Suroeste de la Península Ibérica”. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21, p. 81-108.
- RODRÍGUEZ ALMEIDA, E. (1981, reed. 2003) – *Ávila romana*, Ávila.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1999) – *O Santuário rupestre galaico-romano de Panóias, Vila Real, Portugal (Deorum Temen I)*, Vila Real.
- ROMERO RECIO, M. (1999) – “El rito de las piedras volteadas (Strab. 3.1.4)”. *Arys*, 2, p. 69-82.
- ROSE, H. J. (1953) – s.v. “Hermes”. *Oxford Classical Dictionary*³, Oxford, p. 417.
- ROULEZ, J.-E. G. (1867) – “La lithobolie à Delphes”. *Ann. Instit. Arch. [Rom.] [sic]*, p. 140-150 (citado en BOUCHÉ-LECLERCQ, 1879, p. 194).
- ROUX, G. (1976) – *Delphes, son oracle et ses dieux*, Paris.
- RUA, F. J. y RUBIO, M. E. (1986) – *La piedra celeste. Creencias populares leonesas*, León.
- RUIZ ZAPATERO, G. y ÁLVAREZ SANCHÍS, J. (1999) – “Ulaca la Pompeya vettona”. *Revista de Arqueología*, 216, p. 36-47.
- RUIZ ZAPATERO, G. y LORRIO, A. J. (1999) – “Las raíces prehistóricas del mundo celtibérico”. In ARENAS, J. A. y PALACIOS, M^a V. (eds.) – *El origen del mundo celtibérico. Actas de los encuentros sobre el origen del mundo celtibérico. Molina de Aragón 1998*, Guadalajara, p. 21-36.
- SABRAFÍN, G. (1978) – *Mallorca: leyendas, tradiciones y relatos*, Palma de Mallorca, p. 67-68
- SANTO, M. E. (1990) – *A religião popular portuguesa*, Lisboa.
- SANTOS OTERO, S. (s.a.) – “Santa Mariña de Augas Santas, culto milenario. Un protagonista para una historia de más de dos mil años”. <URL: <http://www.monografias.com/trabajos-pdf/aguas-santas-culto-milenario/aguas-santas-culto-milenario.pdf>> (cons. en 7.10.2015)
- SANTOS, M. J. C. (2010) – “Santuarios rupestres no Ocidente da Hispania Indo-europeia: ensaio de tipologia e classificação”. *Serta Palaeohispanica J. de Hoz (Palaeohispanica 10)*, p. 147-172.
- SANTOS, M. J. C. (2013) – *A Rocha e o Mito. Crenças e tradições na cultura popular portuguesa. Corpus de mitos y lendas asociadas a rochas no território português*, Zaragoza. <URL: http://www.academia.edu/1980689/A_Rocha_e_o_Mito_Crenças_e_tradicoes_na_cultura_popular_portuguesa> (cons. en 27.09.2013).
- SANZ Y DÍAZ, J. (1982) – “Etnología arquitectónica. Los peirones del Señorío de Molina”. *Revista de Folklore*, 23, p. 166-173.
- SARMENTO, F. M. (1884) – “Materiaes para a arqueologia do concillio de Guimarães”. *Revista Guimarães*, 1,4, p. 161-189.
- SARMENTO, F. M. (1998) – *Antíqua. Tradições e contos*, Guimarães (reed.).
- SARMIENTO, Fr. M. (1787) – *Discurso crítico sobre el origen de los Maragatos* (1768). In *Semanario Erudito de Valladares*, V, p. 175-214.
- SCHATTNER, Th, (ed.) (2003) – “Die lusitanischen Kriegerstatuen”. *Madriider Mitteilungen*, 44, p. 1-307.
- SCHEINBERG, S. (1979) – “The Bee Maidens of the Homeric Hymn to Hermes”. *Harvard Studies in Classical Philology*, 83, p. 1-28.

- SCHERER, Chr. (1886) – s.v. “Hermes”. In ROSCHER, W. H. (ed.) – *Ausführliches Lexikon des griechischen und römischen Mythologie*, Leipzig, coll. 2342-2432.
- SCHMIDT, B. (1893) – “Steinhaufen als Fluchmale, Hermesheiligtümer und Grabhügel in Griechenland”. *Neues Jahrbuch für klassische Philologie*, 147, p. 369-395.
- SÉBILLOT, P. (1882) – *Les Littératures populaires de toutes les nations. Traditions et superstitions de la Haute-Bretagne*, Maisonneuve.
- SÉBILLOT, P. (1908) – *Le Folklore de France, IV, Le Préhistorique*, 1, Paris (reed. 1968)
- SENÉN, F. (2012) – “La leyenda de San Amaro”. *El cementerio de San Amaro* (plano-guía), La Coruña.
- SERGEANT, B. (1999) – *Celtes et grecs I. Le livre des héros*, Lille.
- SHARPE, R. (ed.) (1995) – *Adomnan de Iona, Life of St Columba*, London.
- SILVA, A. C. F. (2007) – *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*², Paços da Ferreira.
- SILVA, A. C. F. (2007 a) – “Pedra Formosa”. *Arqueologia experimental*, Vila Nova de Famalicão.
- SIMÓ, J. B. (1983) – “Els Peirons, un símbol del Maestrazgo”. *Centro de Estudios del Maestrazgo*, Benicarló.
- SIMONE, C. (1980) – “Celtico *nemeto*- “bosco sacro” ed i suoi derivati onomastici”. *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*, Lisboa, 1980 / Salamanca, 1984, p. 349-351.
- SOUSA, L. (2013) – *Soalhães. Elementos patrimoniais*. Marco de Canaveses.
- STEIN, M. (2000) – *Hermes and the Creation of Space*, Jung Society of Atlanta. <URL: <http://www.jungatlanta.com/hermes.html>> (cons. en 30.12.2015).
- STOUT, G. (2002) – *Newgrange and the Bend of the Boyne*, Cork.
- SUHM, P. F. (ed.) (1787) – , *Symbolae ad literaturam teutonicam antiquiorem*, Hauniae.
- SYDOW, C. W. von (1948) – “Folktale Studies and Philology: Some Points of View”. In DUNDES, A. (ed.) – *The Study of Folklore*, Englewood Cliffs, N.J., p. 238-239.
- TABOADA, J. (1976) – “Nuevos testimonios del culto a los lares viales en la Gallaecia”. *Gallaecia*, 2, p. 193-200.
- TABOADA, X. (1965) – *O culto das pedras no noroeste peninsular*, Verín.
- TABOADA, X. (1982) – *Ritos y creencias gallegas*², La Coruña.
- TEJADA Y RAMIRO, J. (ed.) (1850) – *Colección de cánones y de todos los concilios de la Iglesia de España y de América, II. Concilios españoles*, Madrid.
- TORRES, J. (2011) – *El Cantábrico en la Edad del Hierro. Medioambiente economía, territorio y sociedad* (*Bibliotheca Archaeologica Hispana* 35), Madrid.
- TOSKER, G. (1906) – *Le Finistère pittoresque. Sites et monuments*, Brest (reed. 1977).
- TURVILLE-PETRE, G. (1963) – “A Note on the *Landdísir*”. In BROWN, A. y FOOTE, P. – *Early English and Norse Studies Presented to Hugh Smith in Honour of His Sixtieth Birthday*, London, p. 196-201.
- UNTERMANN, J. (1965) – *Elementos de un atlas antroponímico de la Hispania Antigua* (*Bibliotheca Praehistorica Hispana* 7), Madrid.
- UNTERMANN, J. (1997) – *Monumenta Linguarum Hispanicarum IV. Die tartessischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*, Wiesbaden.
- USERO, R. (1972) – *El santuario de San Andrés de Teixido*, Santiago de Compostela.

- VALLEJO Y GUIJARRO, M. L. (1962) – *Leyendas conquenses*, Cuenca.
- VALLEJO, J. M. (2005) – “La composición de la antroponimia antigua de la Península Ibérica”. *Palaeohispanica*, 5, p. 99-134.
- VALLEJO, J. M. (2005 a) – *Estudio de la antroponimia indígena de la Lusitania romana*, Vitoria.
- VALLEJO, J. M. (2013) – “Hacia una definición del lusitano”. *Palaeohispanica*, 13, p. 273-291.
- VASCONCELOS, J. L. (1882) – *Tradições populares de Portugal*, Porto.
- VASCONCELOS, J. L. (1897) – *Religiões da Lusitânia*, I, Lisboa.
- VASCONCELOS, J. L. (1905) – *Religiões da Lusitânia*, II, Lisboa.
- VASCONCELOS, J. L. (1925) – “Tradições populares”. *Revista Lusitana. Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*, 25, p. 29-57.
- VÁZQUEZ DE PARGA, L., LACARRA, J. M^a, y URÍA RÍU, J. (1948) – *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*, I-III, Madrid.
- VEIGA, S. Ph. M. E. (2009) – “Várias antiguidades do Algarve” (con introducción de J. L. Cardoso), *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, p. 617-696
- VELASCO, M^a. H. (2000) – “Metamorfosis y videncia en las tradiciones griega e irlandesa”, *Minerva* 14, p. 11-47.
- VELASCO, M^a. H. (2001) – “Los lamentos en Grecia e Irlanda”. *Actas del X Congreso de la Sociedad Española de Estudios Clásicos*, Madrid, III, p. 797-809.
- VELASCO, M^a. H. (2004) – “Lecturas del mito de Meleagro”. *Minerva*, 17, p. 31-83.
- VELASCO, M^a. H. (2007 a) – “La Hélade, Hispania y Éire: tradiciones sobre el alma externada”. *Pasado y presente de los estudios celtas*, Ortigueira, p. 709-744.
- VELASCO, M^a. H. (2007 b) – “Céneo, el invulnerable. Su lanza”. In FERNÁNDEZ CORTE, J. C. y HINOJO ANDRÉS, G. (eds.) – *Homenaje a Carmen Codoñer*, Salamanca, p. 835-843.
- VERA, J. A. (ed.) (2004) – “Mapa Geológico de España. Escala 1:2.000.000”. *Geología de España*, Madrid.
- VERNANT, J. P. (ed.) (1974) – *Divination et rationalité*, Paris.
- VIOLANT, R. (1989) – *El Pirineo español. Vida, usos. Costumbres, creencias y tradiciones de una cultura milenaria*, Barcelona, p. 498-499.
- VRIES, J. (1975, 1988) – *La religion des celtes*, Paris.
- WEINSTOCK, S. (1932) – “Templum”. *Mitteilung des Deutschen Archaologischen Instituts, Römische Abteilung*, 47, p. 95-121.
- WEST, M. (1999) – “The genesis of *Togail Bruidne da Derga*. A reappraisal of the ‘two-source’ theory”. *Essays in honour of James Patrick Carney (Celtica 23)*, Dublin, p. 413-435.
- WESTERMANN, A. (1843) – *Mythographoi. Scriptorum poeticae historiae Graeci*, Brunswick.
- WISSOWA, G. (1912) – *Religion und Kultus der Römer*, München.
- WÖLFEL, D. J. (1951) – *Die Religionen des vorindogermanischen Europa*, Wien.
- WOOD-MARTIN, W. G. (1902) – *Traces of the Elder Faiths of Ireland*, 2, London.
- WOOD-MARTIN, W. G. (1888) – *The Rude Stone Monuments of Ireland: Co. Sligo and Achill Island*. Dublin.

SOBRE AS CAUSAS DO MARTIROLÓGIO DOS (NOSSOS) MONUMENTOS

ON THE CAUSES OF THE MARTYROLOGY OF (OUR) MONUMENTS

Paulo Oliveira Ramos*

Abstract

The majority of works concerning vandalism against cultural heritage combine two features: the inventory of vandalism cases (e.g. by country, region, or city, over a given period of time), and the inventory of the correspondent causes of destruction. This article has emerged within the scope of an on-going research about the subject of vandalism against cultural heritage in Portugal. This comprises three steps: 1 – to recollect some of the major contributions regarding the study of this topic; 2 – to inquire into the range of causes ascribed to vandalism throughout the nineteenth century in Portugal; 3 – to evoke the hitherto unknown contribution of Luís Chaves in cataloguing these causes.

Keywords: Cultural heritage; Vandalism; 19th Century; Portugal; Luís Chaves.

On seeing sculptures decorating a house at Le Mans being sawed up, the man was asked: “Mais vous êtes donc un Vandale?” Celui-ci, sans comprendre, lui répondit tranquillement: “Non, Monsieur, je suis épicier à Mayenne.”
c. 1830.¹

1 – VANDALISMO: CASOS E CAUSAS

Ainda antes da Revolução Francesa – como se sabe a Revolução foi um momento crucial na história da salvaguarda do património – o 1.º marquês de Abrantes, D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses (1676-1733), deixou-nos um contributo primordial sobre a questão do vandalismo patrimonial. Escrevendo em 1721 sobre o então seu “estudo” disse:

Devo tambem eu dar conta do meu estudo, e sendo elle de pedras, só nas fabricas, que resistindo às injurias do tempo se conservaõ, ou nas que cedendolhe se arruinaõ, póde empregarse a minha diligencia: mas como estes volumes senão revolvem facilmente, he preciso que se mova quem os busca, e que em repetidas viagens os observe.²

* Universidade Aberta. Membro integrado do IHA da FCSH da Universidade Nova de Lisboa. poramos@uab.pt

¹ Citado por Michael Greenhalgh, *Destruction of Cultural Heritage in 19th-century France. Old Stones versus Modern Identities*. Leiden / Boston: Brill, 2015, p. 122.

² “Noticias da Conferencia, que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 31 de Julho de 1721”, in *Colleçam dos Documentos, Estatutos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza, Que neste anno de 1721 se compuserão, e se imprimirão por ordem dos seus Censores*

Foi assim que ao percorrer o Alentejo em 1721, na sua “jornada [...] a Santiago de Cacem”,³ ao referir-se às ruínas da antiga cidade de Miróbriga, lembrou que “Andrè de Resende diz que vira muros, e Torres, em algumas partes inteiros, em outras meyo derrubados, fonte de cantaria, aqueducto, e ponte”, a que reagiu dizendo:

Se elle vira hoje este sitio, como eu o vi, não achàra tantos rastos da antiga grandeza Lusitana, porque nada permanece senão alguns alicerces, que escondidos na terra escapàraõ à barbara voracidade dos circunvisinhos, que mais activa, que a do tempo, desfez aquillo mesmo, a que elle em tantos seculos havia perdoado: não ha Torres, não ha muros, não ha ponte, nem aqueducto; só existe a fonte, porque espontaneamente se manifesta; e por mais que della tirem, sempre corre, como para fugir daquelles, a quem innocente se entrega.⁴

E, mais à frente, de modo lapidar, apontou três causas de tais actos:

Do que tenho relatado, e do mais, que hey de dizer, facilmente se demonstra que a ignorancia, e a negligencia são duas fêras devoradoras mais activas, que o mesmo tempo.⁵

Na mesma linha, quatro anos mais tarde, o padre Jerónimo Contador de Argote (1676-1749) lembraria a propósito do “estrageo dos monumentos”⁶ romanos também “a negligencia universal dos tempos, a malícia particular dos curiosos, e a ignorancia, e desprezo dos rusticos [...] que a muitos [monumentos], ainda mais que o tempo, fez inúteis talvez a barbaridade, e talvez a ingratitude”.⁷ Disse ele: “Os montes se vem coroados de ruínas, mas roubada a pedraria, quasi se lhes não divisa a architectura”.⁸

O *abbé* Grégoire (1750-1831) nos seus três *Rapports sur le Vandalisme* que dirigiu à *Convention nationale* em 14 fructidor do ano II, 8 brumário e 24 frimário do ano III⁹, identificou numerosos casos de vandalismo que grassavam no território francês. Depois, lembrou as causas. Entre estas Grégoire apontou logo no primeiro *Rapport* a ignorância, a negligência, a malevolência e a aristocracia a que acrescentaria, no terceiro *Rapport*, a indiferença criminosa e a vigarice.

Recordemos, ora, duas referências devidas a Victor Hugo (1802-1885). Atente-se, antes, na observação de Dario Gamboni segundo a qual “Les textes de Victor Hugo consacrés à la défense du patrimoine font partie des incunables du culte du patrimoine”.¹⁰ Em 1831, em *Nossa Senhora de Paris* – onde Jean-Michel Leniaud

dedicada a El Rey Nosso Senhor, seu Augustissimo protector e ordenada pelo Conde de Villa Mayor, Secretario da mesma Academia. Lisboa Occidental: Na Officina de Pascoal da Sylva, MDCCXXI, [fl. 113].

³Essa sua “jornada” além Tejo teve o seguinte itinerário: Alcácer do Sal, Santiago de Cacém, Castro Verde, Évora, Marvão e Abrantes.

⁴“Noticias da Conferencia, que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 31 de Julho de 1721”, in *Colleçam dos Documentos, Estatutos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza...* Lisboa Occidental: Na Officina de Pascoal da Sylva, MDCCXXI, [fl. 118v].

⁵*Ibidem.*

⁶“Noticias da Conferencia, que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 7. de Setembro de 1725”, in *Colleçam dos Documentos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza, Que neste anno de 1725. se compuzerão, e se imprimirão por ordem dos seus Censores, dedicada a El Rey Nosso Senhor, seu Augustissimo protector E ordenada pelo Marquez de Alegrete Manoel Telles da Sylva, Secretario da mesma Academia.* Lisboa Occidental: Na Officina de Pascoal da Sylva. M.DCCXXV, pp. 21-23.

⁷*Idem*, p. 23.

⁸*Ibidem.*

⁹Respectivamente 31 de Agosto de 1793, 29 de Outubro e 14 de Dezembro de 1794.

¹⁰Dario Gamboni, “On dénonce un monument: Victor Hugo et l’actualité des atteints volontaires au patrimoine”, in Roland Recht (dir.), *Victor Hugo et le débat patrimonial.* Paris : Somogy / Institut national du patrimoine, 2003, p. 247.

viu “une théorie du respect du passé”¹¹ que implicava “une hiérarchie des menaces”¹² –, escreveu Hugo o seguinte:

Se tivéssemos tempo de ir com o leitor examinar um por um os diversos vestígios de destruição marcados na velha igreja, a parte que o tempo causou seria a mais insignificante, a peor seria a dos homens, e principalmente *dos homens da arte*; porque ha individuos que nestes últimos dois séculos se tem intitulado architectos.¹³

No ano imediato deu à estampa na *Revue des Deux Mondes*¹⁴ o artigo *Guerre aux Demolisseurs!* onde, a pena huguesca, traçou um retrato do vandalismo parisiense.

A Paris, le vandalisme florit et prospère sous nos yeux. Le vandalisme est architecte. Le vandalisme se carre et se prélasse. Le vandalisme est fêté, applaudi, encouragé, admiré, caressé, protégé, consulté, subventionné, défrayé, naturalisé. Le vandalisme est entrepreneur de travaux pour le compte du gouvernement. Il s’est installé sournoisement dans le budget, et il le grignote à petit bruit, comme le rat son fromage. Et certes, il gagne bien son argent. Tous les jours il démolit quelque chose du peu qui nous reste de cet admirable vieux Paris. Que sais-je ? le vandalisme a badigeonné Notre-Dame, le vandalisme a retouché les tours du Palais de Justice, le vandalisme a rasé Saint-Magloire, le vandalisme a détruit le cloître des Jacobins, le vandalisme a amputé deux flèches sur trois à Saint-Germain-des-Prés. Nous parlerons peut-être dans quelques instans des édifices qu’il bâtit. Le vandalisme a ses journaux, ses coteries, ses écoles, ses chaires, son public, ses raisons. Le vandalisme a pour lui les bourgeois. Il est bien nourri, bien renté, bouffi d’orgueil, presque savant, très classique, bon logicien, fort théoricien, joyeux, puissant, affable au besoin, beau parleur, et content de lui. Il tranche du Mécène. Il protège les jeunes talens. Il est professeur. Il donne de grands prix d’architecture. Il envoie des élèves à Rome. Il porte habit brodé, épée au côté et culotte française. Il est de l’Institut. Il va à la cour. Il donne le bras au roi, et flâne avec lui dans les rues, lui soufflant ses plans à l’oreille. Vous avez dû le rencontrer.

Quelquefois il se fait propriétaire, et il change la tour magnifique de Saint-Jacques-de-la-Boucherie en fabrique de plomb de chasse, impitoyablement fermée à l’antiquaire fureteur; et il fait de la nef de Saint-Pierre-aux-Bœufs un magasin de futailles vides, de l’hôtel de Sens une écurie à rouliers, de la Maison-de-la-Couronne-d’or une draperie, de la chapelle de Cluny une imprimerie. Quelquefois il se fait peintre en bâtiments et il démolit Saint-Landry pour construire sur l’emplacement de cette simple et belle église une grande laide maison qui ne se loue pas. Quelquefois il se fait greffier, et il encombre de paperasses la Sainte-Chapelle, cette église qui sera la plus admirable parure de Paris, quand il aura détruit Notre-Dame. Quelquefois il se fait spéculateur, et dans la nef déshonorée de Saint-Benoît il emboîte violemment un théâtre, et quel théâtre ! Opprobre ! le cloître saint, docte et grave des bénédictins, métamorphosé en je ne sais quel mauvais lieu littéraire !¹⁵

¹¹ Jean-Michel Leniaud, “Victor Hugo et le débat patrimonial: conjoncture et conjectures”, in Roland Recht (dir.), *Victor Hugo et le débat patrimonial*. Paris: Somogy / Institut national du patrimoine, 2003, p. 303.

¹² *Ibidem*.

¹³ Victor Hugo, *Nossa Senhora de Paris. Romance*. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1841, p. 122. Esta 1.ª tradução para a língua portuguesa tem um curioso *Prefacio do Traductor*. Aí se lê: “N’uma época em que se tratam os monumentos portuguezes com tanta crueldade, este romance virá talvez fornecer a algum leitor sensato uma ou duas horas de sério meditar” (p. IV). Seguem-se referências ao “famoso convento de Alcobaça [que] está inteiramente abandonado” e a Mafra “um edificio que se está arruinando” (p. IV).

¹⁴ Tome Cinquième, Paris, 1832, pp. 607-622.

¹⁵ Victor Hugo, *Guerre aux Demolisseurs!*. Montpellier: L’Archange Minotaure, s/d, pp. 35-37.

Um ano mais tarde, Charles de Montalembert (1810-1870) publicou também na *Revue des Deux Mondes* o artigo “Du Vandalisme en France. Lettre à M. Victor Hugo”,¹⁶ onde estabeleceu um quadro com as diferentes categorias de vandalismo (destruidor e restaurador) e dos vândalos:

I. VANDALISME DESTRUCTEUR.

Première catégorie. – La liste civile et le gouvernement.

2^e Les maires et les conseils municipaux.

3^e Les propriétaires.

4^e Les conseils de fabrique et les curés.

En 5^e lieu, et à une très grande distance des précédens, l'émeute.

II. VANDALISME RESTAURATEUR.

Première catégorie. – Le clergé et les conseils de fabrique.

2^e Le gouvernement.

3^e Les conseils municipaux.

4^e Les propriétaires.

Em 1838 Alexandre Herculano (1810-1877) iniciou a publicação em *O Panorama* dos seus quatro artigos¹⁷ que, mais tarde, republicaria no volume II dos *Opúsculos* e a que chamou *Monumentos Pátrios (1838)*. Entre casos de vandalismo (Santa Cruz de Coimbra, Batalha, Alcobaça, convento de Cristo em Tomar, mas também “a antiquíssima parochia de Sancta Marinha, ou a de S. Martinho”¹⁸ em Lisboa, entre outros) e as referências às suas causas, Herculano deixou-nos um retrato do próprio vândalo que trazemos aqui na sua primeira versão:

Corre o vandalismo despeado de um a outro extremo do reino, e tudo assola e desbarata; e o mais é que não ha colhe-lo ás mãos e affoga-lo; porque, semelhante a comico perfeito, desempenha todos os papeis, e veste-se com todos os trajos. Aqui é vereador municipal; alli administrador de concelho: ora é ministro, logo deputado: hoje escriptor; amanhã empregado publico: corre na carruagem do fidalgo; faz assentos de debito e credito no escriptorio do mercador; dá syllabadas em latim de missaes; prega, por caffès, sermões de economia política, e de direito publico; capitanea soldados; vende bens nacionaes; ensina sciencias: emfim é tudo e mora por toda a parte. Attento a que não sóe em nenhum lugar uma unica voz do passado, esbraveja, argumenta, esfalfa-se; e é necessario um ruido de monumento desabando, para que elle adormeça por um pouco, e repouse da sua perpetua lida.

Apesar desta ferocidade do vandalismo não se créa que elle é descuidado no vestido, medonho de cactadura, descomposto nos ademanos: não senhores! O vandalismo é aprimorado no traje, lhano no gesto, cortez no tracto. Encontra-lo-heis nas sallas requebrando as damas, dançando, tomando chá: vereis que entende francez e inglez; que leu Voltaire e Pigault-Lebrun, e que sabe quasi lêr e escrever portuguez. Que não veja um monumento, e será o ente mais pacifico deste mundo.¹⁹

¹⁶T. 1, 1833, pp. 477-524. O excerto em causa encontra-se na p. 485.

¹⁷São eles: “Os Monumentos (I)” n.º 69, pp. 266-268, “Os Monumentos II”, n.º 70, pp. 275-277, in vol. II, 1838, e “Mais um brado a favor dos monumentos” (I e II), vol. III, 1839, n.º 93, pp. 43-45, e n.º 94, pp. 50-52.

¹⁸*O Panorama*, vol. II, 2.º da 1.ª Série, n.º 70, 1 de Setembro de 1838, p. 275.

¹⁹*Ibidem*.

Em meados do século XX surgiram duas notáveis publicações que deram conta do martirologio dos monumentos de Inglaterra (Martin S. Briggs, 1952) e de França (Louis Réau, 1959) ao longo dos tempos. Nessas duas obras, ambos os autores, inventariam os monumentos desaparecidos nos seus países e aduzem as causas principais da sua destruição.

Martin S. Briggs (1882-1977), autor de *Goths and Vandals. A study of the destruction, neglect and preservation of historical buildings in England*,²⁰ recorreu a Edward Gibbon (1737-1794) e à sua *The History of The Decline and Fall of the Roman Empire*. Primeiro, para inspiração do próprio título da sua obra. Na verdade, Gibbon usa abundantemente a expressão “Goths and Vandals”. Depois, Briggs valeu-se de Gibbon para inferir as causas destrutivas.

After a diligent inquiry, I can discern four principal causes of the ruin of Rome, which continued to operate in a period of more than a thousand years: (i) the injuries of time and nature; (ii) the hostile attacks of the Barbarians and Christians; (iii) the use and abuse of the materials; and (iv) the domestic quarrels of the Romans.²¹

Louis Réau (1881-1961), por seu lado, pronunciou em 1948 um primeiro discurso sobre a matéria: *Le Vandalisme en France et ses ravages*²² feito no âmbito da *Séance annuelle des cinq académies*²³ promovida pelo *Institut de France* (25 de Outubro).²⁴ Quatro anos passados voltou ao tema também na *Séance annuelle des cinq Académies* (25 de Outubro de 1952) com uma intervenção intitulada *Le Vandalisme pudibond*.²⁵ A estas duas palestras seguiu-se a edição em dois volumes da *Histoire du vandalisme. Les monuments détruits de l'art français*²⁶ e, posteriormente à morte de Louis Réau, esse trabalho sairia com o mesmo título mas num único volume numa edição revista e aumentada por Michel Fleury e Guy-Michel Leproux.²⁷ Ao longo das suas 1190 páginas impressas em papel bíblia recenseiam-se inúmeros casos de vandalismo mas, também, uma listagem do que chamou *Classification des variétés du vandalisme* (p. 9). A saber:

- i) Les mobiles inavoués: Instinct brutal de destruction, Le v. Cupide, Le v. Envieux; Le v. Intolerante, Le v. imbécile: la graffitomanie.
- ii) Les motifs avouables: Le v. Religieux, Le v. pudibond, Le v. sentimental; Le v. esthétique, L'Elginisme.

Saltemos para os anos finais do século XX. Anos depois de ter escrito *Un iconoclasme moderne. Théorie et pratiques contemporaines du vandalisme artistique*,²⁸ Dario Gamboni publicou em 1997 *The Destruction of Art*.

²⁰ London: Constable, 1952.

²¹ Edward Gibbon, *The History of The Decline and Fall of the Roman Empire*. London: Joseph Ogle Robinson, 1830, p. 1277.

²² Paris: Firmin-Didot, 1948.

²³ Cinco academias: *Académie française, Académie des inscriptions et belles-lettres, Académie des sciences, Académie des beaux-arts e Académie des sciences morales et politiques*. A sessão pública anual das cinco academias tem lugar na terça-feira mais próxima do dia 25 de Outubro.

²⁴ O dia 25 de Outubro corresponde à data de criação do *Institut de France* em 1795.

²⁵ Paris: Typ. de Firmin-Didot et Cie, 1952.

²⁶ Paris: Hachette, 1959. Tomo I, *Du Haut Moyen Âge au XIX^e siècle*; Tomo II, *XIX^e et XX^e siècles*, respectivamente com 424 e 344 pp.

²⁷ Paris: Robert Laffont, 1994.

²⁸ Zurich / Lausanne: Institut Suisse pour l'Étude de l'Art / Les Éditions d'En Bas, 1983.

Iconoclasm and Vandalism since the French Revolution,²⁹ primeiro trabalho de fundo a examinar de modo sistemático a iconoclastia e o vandalismo nos tempos modernos.

Em 2014 Vítor Serrão deixou-nos, sob a forma de prefácio, a estimulante reflexão *Portugal em ruínas. Uma história cripto-artística do património construído*.³⁰ Partindo de um conjunto alargado de fotografias de vestígios de património de origem eclesiástica, militar, civil e industrial Serrão esboçou, igualmente, as causas dessa situação:

[...] as guerras e as catástrofes naturais, os megassismos e os incêndios, as invasões estrangeiras e as fases de conturbação intestinal, os maus restauros e as ondas de iconoclastia [...] mas também a inconsciência das tutelas, a ambição de especuladores sem escrúpulos, a desmemória de muitas comunidades e a falta de instrumentos legais de preservação e salvaguarda.³¹

2 – PORTUGAL

Portugal não tem uma obra equivalente às de Biggs ou Réau acima citadas. A que mais se aproxima é, ainda hoje, o conjunto dos primeiros capítulos de *O Culto da Arte em Portugal*, de Ramalho Ortigão (1836-1915), obra publicada em Abril de 1896.³² Inclui, ela também, uma descrição relativamente limitada de casos de vandalismo, pois, como escreveu o autor:

Levaria muito tempo e seria excessivamente triste ennumerar todos os attentados de que teem sido e continuam a ser objecto, perante a mais desastrosa indiferença dos poderes constituídos, os monumentos architectonicos da nação...³³

Mesmo assim, Ramalho lembrou, entre outros, os casos sucedidos em Lisboa, Batalha, Ponte de Lima, Santarém, Leiria, Porto, Coimbra, Alcobaca, Évora, Palmela, Paço de Sousa, Guimarães, Tomar, Almoester, Braga e Vidigueira. Detenhamo-nos num episódio exemplar de vandalismo descrito por Ramalho:

Finalmente, ao lado da Torre de Belem, o mais peregrino entre os mais bellos monumentos da nossa architectura, estabelece-se o gazometro da companhia de illuminação a gaz! [...] a Torre de Belem emparceira-se com a chaminé do mais vil e sordido barracão, a qual sacrilegamente a cuspinha e enodôa com salivadas de um fumo espesso, gorduroso e indelevel, como se a incomparavel joia [...] houvesse sido tão subtilmente cinzelada pelos artistas manoelinos para escarrador de mariolas, por cima do qual todavia ainda algumas vezes, em dias de gala, se desfralda e tremula o pavilhão das quinas, mascarrado de carvão como um chéché de entrudo.³⁴

²⁹ London: Reaktion Books, Ltd., 1997. Existem traduções em inglês, espanhol e francês.

³⁰ Vítor Serrão, “Portugal em ruínas. Uma história cripto-artística do património construído”, in Gastão de Brito e Silva, *Portugal em ruínas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014, pp. 7-46.

³¹ *Ibidem*, pp. 12-13.

³² Esta aproximação à data de publicação nasceu de uma pequena nota inserta em *Branco e Negro*, nº 1 (5 de Abril), p. 5: “A amabilidade do illustre auctor da *Hollanda* devemos o poder mimosear os nossos leitores com este bello trecho, deliciosa *primeur* do seu novo livro. *O culto da arte em Portugal*, que deve apparecer na proxima semana, n’uma elegante edição de Antonio Maria Pereira”.

³³ Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa: Antonio Maria Pereira, 1896, p. 16.

³⁴ *Ibidem*, pp. 83-84.

Quanto às causas destrutivas Ramalho apontou:

A auctoridade, incerta, vagamente definida, a quem tem sido confiada a conservação e a guarda da nossa architectura monumental, procede com esse enfermo, de quem se incumbiu de ser o enfermeiro, por dois methodos differentes: umas vezes deixa-o morrer; outras vezes, para que elle mesmo não tome essa resolução lamentavel, assassina-o. Na primeira hypothese a calamidade correlativa chama-se *abandonar*. Na segunda hypothese a catastrophe correspondente chama-se *restaurar*, – gallicismo technico, recentemente introduzido no vocabulario nacional, mas ainda não definido vernaculamente na applicação pratica.³⁵

Mas Ramalho Ortigão não esteve sozinho na tarefa de esboçar uma “cartografia de tristezas”,³⁶ como lhe chamou Vítor Serrão. Conhecem-se, ao longo de todas as décadas do século XIX, inúmeras intervenções – ora localizando casos concretos de vandalismo, ora assinalando as causas destrutivas dos mesmos, ora ambas situações – resultantes, estamos em crer, da “atenção especial com que todos os povos cultos principiaram a considerar a obra material de passado”³⁷ como escreveu o autor d’*O Culto da Arte em Portugal*.

Para familiarizar os eventuais leitores deixamos de seguida alguns extractos dessas intervenções:

Em 1822 Morais Sarmiento disse:

[...] no meio de Lisboa se consentiu que os padres que rezão na igreja da Conceição velha, mutilassem a belleza do frontespicio de um tão interessante templo, mandando rasgar as janellas, destruindo um monumento antigo, que zombou do tempo, e não só não pôde resistir aos caprixos dos homens.³⁸

Almeida Garrett, em 1829, escreveu num texto que viu a luz do dia em Londres:

Pois nem o singelo monumento ao grande rei D. Diniz escapou á emplastagem universal? Nem o respeito á sua memoria, nem a veneração a tam honradas cinzas, nada valeu! – Coitadas, as pobres freiras, e o toicinhudo confessor (o convento é Bernardo e governado por Bernardos) cuidaram talvez fazer uma obra meritoria, uma honraria á memoria do fundador, caiando-lhe, encalçando-lhe, borrando-lhe e sarapintando-lhe o monumento.³⁹

Na obra *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Luís Gonzaga Pereira lembrou (entre vários outros exemplos):

A Igreja [de Corpus Christi] e convento foi vendido, para se formar em simetria a cidade, e desta forma acabou a Igreja da incomparavel Memoria do Snr. Rey D. João 4.º, de saudosa memoria.⁴⁰

O Panorama, Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis no volume de 1842 afirmou:

[...] devia [o architecto] conservar quanto lhe fosse possivel o resto do edificio antigo [da Sé de Lisboa], na conformidade do regio aviso, que lhe foi expedido: porem não se occupou senão em o enfeitar para ser agradavel á vista, e decora-lo com apparatusos estuques: erro gravissimo em meu entender, porquanto

³⁵ *Ibidem*, p. 17.

³⁶ Vítor Serrão, “Portugal em ruínas. Uma história cripto-artística do património construído”, in *ob. cit.*, p. 17.

³⁷ Ramalho Ortigão, *ob. cit.*, p. 13.

³⁸ *Diario das Cortes Gerais...*, n.º 28, 4.09.1822, p. 349.

³⁹ Almeida Garrett, *Lyrica de João Minimo*. Londres: Sustainance & Stretch, MDCCCXXIX, pp. XX-XXVI.

⁴⁰ *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833 por Luís Gonzaga Pereira*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927, p. 92.

esses estuques em uma localidade visinha ao mar [entende-se o Tejo], passados alguns annos havia de esbroar-se, e abrir-se em fendas, como já se conhece em algumas partes [...].⁴¹

Almeida Garrett nas *Viagens na Minha Terra*, de 1846, escreveu:

Nos reparos e reconstrucções dos templos antigos é que este pessimo stylo, ésta ausencia de todo stylo, de toda a arte mais offende e escandaliza.

Olhem aquella impena classica posta de remate ao frontispicio todo renascença da Conceição-velha em Lisboa. Vejam a implastagem de geço com que estão mascarados os elegantes feixes de columnas gothicas da nossa sé.

[...]

Dize-lhe que te não vendam as pedras de teus templos, que não façam palheiros e estrebarias de tuas egrejas; que não mandem os soldados jogar a pella com as caveiras dos teus reis, e a bilharda com as cannellas dos teus sanctos.

[...]

Oh nação de barbaros! Oh malditto povo de iconoclastas que é este!⁴²

Alexandre Herculano, no *Monge de Cister*, com primeira edição em 1848, lembrou:

Entre todas as cidades herdeiras do nome das suas antepassadas é a nossa Lisboa uma daquellas cujo tronco é mais antigo e cujas renovações tem sido mais frequentes. Além das mudanças que nella devia produzir a sucessão dos tempos, os terremotos, os incendios e as guerras visitaram-na tantas vezes, que apenas lhe restam raros e quase apagados vestígios dessas existências de larga vida, desses edificios monumentais, que nas outras cidades da Europa contam o passado ao presente.⁴³

Costa Cascais escrevendo em *O Panorama* em 1854 expôs:

A *demolimania* felizmente passára de moda. O camartelo dos *alinhadores* retrahira-se um pouco, é certo; porém, não só o desleixo tem contribuido para a successiva destruição de muitos dos nossos monumentos, como tambem e talvez mais as pretendidas reparações dos pseudo-conservadores.⁴⁴

No mesmo ano Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque escreveu:

[...] não posso eu abster-me de lamentar o atrevimento, com o qual homens sem conhecimento e sem gosto se arrojam a juntar o parto mesquinho e apocado de suas imaginações ás obras do talento e do génio, alterando com ellas os primores da verdadeira arte. Quando a mão do tempo e a acção invencivel da natureza alteram as obras dos homens, quando as ruinas são o resultado inevitavel do curso dos seculos, aquelle que as contempla sente uma impressão de respeito e por ventura de saudade, que se alguma cousa tem de melancolico, não desperta outro algum sentimento menos contemplativo nem menos suave.⁴⁵

⁴¹ “A Sé de Lisboa”, in *O Panorama, Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*. Lisboa, 1842, vol. I, 2.^a Série, n.º 25, pp. 26-27.

⁴² Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra*, II. Lisboa: Na Typographia da Gazeta dos Tribunaes, 1846, pp. 21, 109 e 159.

⁴³ Alexandre Herculano, *Monge de Cistér ou a Época de D. João I* (2.^a edição), tomo I. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1859, p. VII (1.^a ed. 1848).

⁴⁴ J. da Costa Cascaes, “Monumentos”, in *O Panorama, Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, vol. XI, Terceiro da Terceira Série, n.º 27, 8 de Julho de 1854, p. 212.

⁴⁵ *Memoria Inedita acerca do Edificio Monumental da Batalha por Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque*. Leiria: Typographia Leiriense, 1854, pp. IX-21.

Em Fevereiro de 1867, durante a discussão do projecto de Lei n.º 101 na Câmara dos Senhores Deputados, foi dito:

Na nossa terra [...] estes monumentos dividem se hoje em duas classes: os que estão em completa ruína e os que se acham barbaramente restaurados, isto é, completamente estragados e deturpados com a architectura primitiva inteiramente alterada, ou pelo menos viciada com obras que se lhes têm feito sem analogia, alguma, com o estylo e género com que foram edificados. N'elles uma architectura moderna ou, para melhor dizer, a falta de architectura briga com os poucos vestígios que restam da antiga. Melhor fôra não lhes ter tocado, antes, mil vezes antes, cáissem desfeitos em pó, do que soffressem tal vandalismo.⁴⁶

Inácio de Vilhena Barbosa em “Os Monumentos”, folhetins publicados no *Commercio do Porto* em 1873 e republicados no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*⁴⁷ falou-nos da “barbaria das gerações passadas”, as “empresas atrevidas de além mar”, o “arrefecimento dos bríos nacionais” e as “longas discordias civis”.

O marquês de Sousa Holstein, em publicação de 1875, concluiu:

Estão estes [Monumentos Historicos] inteiramente descuidados entre nós, com excepção da Batalha e do templo romano em Evora. O sudario das nossas miserias a este respeito é tal, que nos envergonha mesmo estende-lo aqui á puridade e diante só de olhos portuguezes. A maior parte d'aquellas venerandas reliquias do passado ou desapareceram para sempre ou estão ameaçando imminente ruina. Umhas foram voluntariamente destruidas, depois de voluntariamente concedidas, para darem logar a construcções modernas; outras foram successivamente minadas pela implacavel mão do tempo; outras estão barbaramente deturpadas pela mão dos homens, que sob pretexto de restaura-las, lhes tiraram toda a feição que as caracterisava.

Sobram exemplos de tudo, mas é dolorosos confessar que mais foram os monumentos destruidos pela acção violenta dos homens do que pela acção vagarosa do tempo. *Tempus edax, homo edacior*.⁴⁸

O conhecido “Relatorio e mappas ácerca dos edificios que devem ser classificados Monumentos Nacionaes apresentados ao Governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes em conformidade com a portaria do Ministerio das Obras Publicas de 24 de Outubro de 1880” referia como causas para o vandalismo patrimonial:

As invasões e guerras estrangeiras, que tantas vezes, no correr dos seculos, têm assolado esta nossa região; as commoções do solo, que lhes são peculiares. E que por muitas vezes têm alastrado a terra de ruinas e de cadaveres; o embate corrosivo do tempo, e, ainda peor do que este embate, e do que os proprios cataclysmos da natureza, o alvião destruidor nas mãos barbaras dos demolidores ignorantes; e enfim, a trolha dirigida nas reedificações por artificios igualmente inscientes, tem derrocado e feito desaparecer, ou desfigurado a maior parte d'aquellas estimaveis memorias de tantas gerações, sumidas na voragem dos seculos.⁴⁹

⁴⁶ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, n.º 28, Sessão de 11 de Fevereiro de 1867, pp. 422-424.

⁴⁷ Tomo IX, 4.ª Série, 1908, p. 546.

⁴⁸ Marquês de Sousa Holstein, *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Historicos e da Archeologia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875, p. 41. Vamos encontrar esta mesma locução latina em Victor Hugo, na obra *Notre-Dame de Paris*: “Sobre a face daquela velha rainha das nossas cathedraes, ao pé de uma ruga vê-se sempre uma cicatriz. *Tempus edax, homo edacior*; o que de boa vontade traduzirei assim: o tempo é cego, o homem estúpido”. Ver Victor Hugo, *Nossa Senhora de Paris. Romance*. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1841, p. 122.

⁴⁹ *Diario do Governo*, n.º 62, 19 de Março de 1881, p. 694.

O Século, de 9 de Dezembro de 1897, apontava a “invasão francesa”, a “fuga da família real para o Brasil” e as “incessantes visitas de viajantes estrangeiros”.

3 – LUÍS CHAVES

Exactamente dois séculos depois do alvará joanino de 20 de Agosto de 1721 “que mandava dar providencia para se conservarem os monumentos antigos”⁵⁰, Luís Chaves (1889-1975) leu na sessão de 30 de Junho de 1921 da Associação dos Arqueólogos Portugueses o manuscrito intitulado “A Política dos Monumentos”. Parte dessa memória (páginas 10 a 16 do manuscrito) foi publicada no ano seguinte em *Arqueologia e História* com o mesmo título.⁵¹

Nas páginas ainda hoje inéditas do manuscrito (1 a 9 e 17 a 20, correspondendo estas últimas às notas da comunicação) e, em concreto na página 19 do manuscrito, o autor procurou, para além de elencar alguns casos de vandalismo – como aliás fizera aqui e além na parte do texto publicado em *Arqueologia e História* – ao tentar identificar os “diversos agentes, tendencias e intuitos” envolvidos nas causas destrutivas do património nacional, organizar uma listagem assaz completa das causas desses (e de outros) vandalismos. É esse documento, quase centenário, que se transcreve de seguida:

Outra lista a fazer, bem elucidativa e clara, é a dos monumentos injuriados por diversos agentes, tendencias e intuitos.

- a) agentes naturais: destruição do tempo, cataclismos, incendios, etc
- b) adaptações: em templos, castelos...
- c) reconstruções: quasi todos os templos historicos o mostram com maior ou menor grau
- d) conservações: caiações, deturpações, visíveis em quasi todos os monumentos.
- e) transformações: como por ex. as da Sé da Guarda, que tanto a mascararam.
- f) acabamento em epoca diferente: é curioso o exemplo dos Jeronimos, iniciados em renascimento manuelino, concluidos no classico da capela-mór.
- g) construções através de períodos diferenciados: todos os templos importantes e mosteiros ricos e protegidos se foram construindo à mercê da epoca e da riqueza.
- h) ampliações: convento de Cristo com todas as fases historicas, pela ampliação que em cada reinado se lhe imprimia, etc.
- i) destruição acintosa:
 - oficial: destruição de templos, muralhas, pelourinhos, etc.
 - particular: destruição de palacios, pormenores architecturaes, templos, cruzeiros, etc. Saque de edificios em ruina (castelos, o interessante alcacer do Castelo de Obidos).

⁵⁰ “Noticias da Conferencia, que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 14 de Agosto de 1721”, in *Colleçam dos Documentos, Estatutos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza, Que neste anno de 1721 se compuserão, e se imprimirão por ordem dos seus Censores dedicada a El Rey Nosso Senhor, seu Augustissimo protector e ordenada pelo Conde de Villa Mayor, Secretario da mesma Academia*. Lisboa Occidental: Na Officina de Pascoal da Sylva, MDCCXXI, [fl. 102].

⁵¹ Associação dos Arqueólogos Portugueses, *Arqueologia e História*, vol. I. Lisboa, 1922, pp. 76-83.

j) desleixo, incuria, abandono: neste capitulo se incluiria o votado abandono de lesa-arte da Torre de Belem, vergonhosamente danificada pela infiltração dos gases e fumaceiras do gazometro, que lhe fica nas proximidades, e não ha forças humanas que de lá o tirem.

k) restaurações: que modificam a feição primitiva, alterando-a ou por acudir a estragos ou por enriquecer com algumas novas dadivas as primeiras instalações, o que se vê em quasi todos os melhores monumentos.

l) amputações: muralhas interrompidas ou desprovidas das suas portas, elementos architectonicos destruidos, modificados ou deslocados.

m) alargamento citadino: toda essa guerra ao monumento para ampliar e descongestionar as cidades, contra todo o respeito do patrimonio artistico e contra o pitoresco individualizado e caracteristico das cidades, tão mantido nessa Holanda magistral, que nos descreve e insinúa Ramalho Ortigão no seu belo livro de viagem. Arcos (de S.^{to} André em Lisboa, e de Almedina em Coimbra), muralha (Lisboa, Estremoz, quasi todas, e tão de salvar no castelo admiravel da linda vila de Obidos que eu algum dia chamei e repito “vila museu”), capela de S. João Baptista em Beja... e tantos monumentos, que as camaras municipaes tem deitado abaixo para aformoseamento das povoações.

E outros capitulos formariam este sudario de lastima.

4 - CONCLUSÃO

Nas páginas anteriores ficou um pouco do trabalho que vimos fazendo, há já anos, na senda de esclarecer o lugar do vandalismo na história da salvaguarda do património. Como farol do nosso caminho, ao qual esperamos voltar em breve, têm estado, desde sempre, as palavras lúcidas de Louis Réau: “Ces monuments disparus ne doivent pas servir de pretexte à des vaines lamentations, mais devenir un sujet d’étude”⁵².

⁵² Louis Réau, “Le vandalisme en France et ses ravages”, in *Revue des Deux Mondes*, novembre 1948, p. XXII.

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS

RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2015

1 – INTRODUÇÃO

Este relatório diz respeito às actividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras no ano de 2015.

As acções efectuadas podem agrupar-se em duas grandes áreas:

- Acções de Inventariação, Investigação e Valorização do Património Arqueológico;
- Acções de Divulgação do Património Arqueológico.

2 – ACÇÕES DE INVENTARIAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

2.1 – Inventariação de materiais arqueológicos

Deu-se continuidade ao inventário sistemático do património arqueológico móvel em depósito no CEACO relativo à Coleção Gustavo Marques, proveniente do Museu Nacional de Arqueologia, totalizando cerca de 10 000 peças.

2.2 – Investigação e valorização do Património Arqueológico

2.2.1 – Trabalhos Laboratoriais

Datações pelo radiocarbono

Em 2015 foram realizadas pelo laboratório da Universidade de Waikato (Nova Zelândia) oito datações pelo radiocarbono, de amostras de diversos sítios arqueológicos, no âmbito do seu estudo e publicação nos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*.

2.2.2 – Desenho de materiais arqueológicos

Prosseguiu ininterruptamente durante o ano de 2015, o desenho de materiais arqueológicos, destinados a ilustrar trabalhos de investigação ou de divulgação, de que se destaca a série *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, realizados pelo colaborador do CEACO Dr. Filipe Martins e pelo Dr. Bernardo Ferreira, desenhador de Arqueologia deste serviço; este último, ocupou-se também da preparação digital de ilustrações para

diversas publicações, assumindo tal actividade importância crescente no quadro das exigências tecnológicas atuais, dando ainda continuidade à preparação de um álbum com ilustração digital dedicado ao povoado pré-histórico de Leceia.

3 – ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

3.1 – Exposição “Arqueologia Subaquática do Concelho de Oeiras”

Ao abrigo do Protocolo de Colaboração estabelecido com o Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar – CHAM (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) e do Projecto de Arqueologia Subaquática do Forte de S. Julião da Barra, patrocinado pelo CHAM e pela CMO através do CEACO, foi realizada a Exposição “Arqueologia subaquática do Concelho de Oeiras” que esteve patente ao público na Sala dos Reis do Palácio Marquês de Pombal entre os dias 11 de Dezembro de 2015 e 31 de Janeiro de 2016. Constituída por painéis que ilustram os resultados já obtidos através do referido Projecto de Investigação, a referida exposição contou também com espólio arqueológico subaquático do litoral oeirense cedido para o efeito pela Direção Geral do Património Cultural – DGPC.



Fig. 1 – Aspecto parcial da Exposição “Arqueologia subaquática do concelho de Oeiras”, patente ao público na Sala dos Reis do Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras, entre 11 Dezembro de 2015 e 31 de Janeiro de 2016. Foto F. Martins.



Fig. 2 – Visita inaugural à exposição “Arqueologia subaquática do concelho de Oeiras”. Foto F. Martins.

Para o efeito, foi selecionado um conjunto de peças que, na sua larga maioria, nunca foram objeto de apresentação pública, destacando-se os espólios provenientes de São Julião da Barra, essencialmente dos séculos XVII e XVIII, parte dos quais foram recuperados na década de 1990, no âmbito de intervenções dirigidas pelo Dr. Francisco Alves; da zona fronteira a Santo Amaro de Oeiras, onde se recuperou uma peça de fogo, de ferro, com carregamento pela culatra; e do litoral de Caxias, de onde provém uma ânfora romana cuja cronologia vai de meados do século I a.C. aos inícios do século II d.C.

Foi elaborado Catálogo pela equipa que organizou a Exposição, ultimado graficamente pelo CEACO e impresso na reprografia da CMO, contendo a respectiva indicação de ISBN da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

A cerimónia de Inauguração teve lugar no Salão Nobre do Palácio Marquês de Pombal no dia 11 de Dezembro e foi efetuada após a Apresentação pública do vol.21 dos *EAO*, contando com as intervenções do Senhor Presidente da CMO, do Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa, Director do Centro de História d’Aquém e d’Além Mar (FCSH/UNL) e do Arq. João Carlos Santos, Director Geral do Património Cultural ao que se seguiu a intervenção do signatário que efetuou a visita guiada à exposição.

3.2 – Revista *Estudos Arqueológicos de Oeiras*

A 11 de Dezembro de 2015, teve lugar a Apresentação pública do volume 21 da Revista *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (2014) no Salão Nobre do Palácio Marquês de Pombal em Oeiras antecedendo a inauguração da Exposição de “Arqueologia subaquática do Concelho de Oeiras”.



Fig. 3 – Apresentação do volume 21 dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Paulo Vistas. Na mesa, o Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa, Prof. Catedrático da Universidade Nova de Lisboa e Director do Centro de Estudos d'Aquém e d'Além Mar, o signatário, o Director-Geral do Património Cultural, Arq. João Carlos Santos e o apresentador da obra, o Prof. Doutor Victor S. Gonçalves, Prof. Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foto F. Martins.

Ao Prof. Doutor Victor Gonçalves, Prof. Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa coube a apresentação da obra e a análise dos seus conteúdos.

A publicação, com carácter regular, de uma revista de arqueologia de carácter científico impõe grande esforço e adequada planificação e organização.

Para que esta publicação se tenha afirmado de forma inequívoca no panorama nacional e internacional, foram desde cedo consideradas duas condições essenciais, que têm presidido à sua publicação desde 1991. A primeira, é a regularidade da publicação anual de cada número, indispensável para assegurar as permutas, desde cedo estabelecidas; a segunda é a qualidade científica, a originalidade e o interesse dos conteúdos apresentados. Tendo em vista assegurar formalmente este requisito, foi criado, a partir da publicação do volume 17, inclusive, um Conselho Assessor do Editor Científico, constituído por cinco personalidades de renome internacional, as quais foram para o efeito expressamente convidadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras.

As personalidades que actualmente integram o Conselho Assessor do Editor Científico dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* são as seguintes:

Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa);
Prof. Doutor João Zilhão (Universidade de Barcelona e ICREA);
Doutora Laure Salanova (CNRS, Paris);
Prof. Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid);
Prof. Doutor Rui Morais (Universidade do Minho).

As permutas estabelecidas com diversas Instituições, Universidades e Museus, nacionais e estrangeiros, tanto por iniciativa do CEACO como por solicitações externas são objecto de permanente actualização. Foram assim estabelecidas, no decurso de 2015, as seguintes novas permutas:

- Revista *Arkeoikuska* – Centro de Patrimonio Cultural Vasco Donostia-San Sebastián. Espanha;
- Revista *Antiquitas* – Museo Histórico Municipal Priego de Córdoba. Espanha;
- Revista *Musa* – Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal.

Em 2015, após prévio contacto, foram suspensas as permutas com revistas que interromperam a sua publicação, pois não se justificava a manutenção de tais envios, com os consequentes gastos, sem qualquer contrapartida.

Em Dezembro de 2015, a revista era permutada com 120 publicações periódicas nacionais e internacionais, todas de carácter arqueológico, assim distribuídas por Países: Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Mónaco, Polónia e Portugal.

É de salientar a importância do acervo documental de carácter especializado assim reunido, viabilizando o adequado conhecimento de realidades arqueológicas de outros Países e regiões, indispensável à própria actividade de investigação científica no domínio da Arqueologia do Concelho de Oeiras, desenvolvida neste Centro de Estudos Arqueológicos.

Conforme despacho presidencial, estas publicações, pelo seu carácter especializado, conservam-se no CEACO, podendo, porém, qualquer artigo delas constante, ser fornecido por fotocópia, mediante solicitação de eventuais interessados.

Em 2015, teve continuidade a informatização de todos os títulos permutados e os correspondentes volumes existentes na biblioteca do CEACO, constituindo importante passo no sentido da divulgação a nível municipal, do acervo existente.

Esta ação tem tido a colaboração de jovens inseridos no Programa “Tempo Jovem”, do Núcleo de Juventude/CMO, sob orientação do signatário.

Através da Inf.º n.º 04/CEACO/2015, com despacho favorável de 6.05.2015, o signatário submeteu à consideração superior do Senhor Presidente a disponibilização *online* dos volumes da série *Estudos Arqueológicos de Oeiras* em site temático do CEACO, tendo em vista a creditação científica internacional da Revista *EAO* de acordo com os requisitos da European Science Foundation.

Embora esta iniciativa tenha sido bem acolhida, não foi ainda possível pô-la em prática: em reunião havida com a responsável do Gabinete de Comunicação, a mesma encontra-se prevista no âmbito da reformulação do site da Câmara Municipal de Oeiras, actualmente em curso.

3.3 – Publicação de artigos científicos

No volume 21 dos Estudos Arqueológicos de Oeiras foram publicados 18 artigos científicos, envolvendo a participação de 27 autores ou co-autores, constituindo importante repositório de informação científica de carácter arqueológico, envolvendo todo o território nacional. De facto a acção do CEACO tem-se projectado muito para além dos limites geográficos do Concelho de Oeiras.

Em 2015, foram publicados pelo signatário, na qualidade de Coordenador do CEACO, os seguintes artigos científicos, os quais, directa ou indirectamente se referem a aspectos da arqueologia oeirense:

Artigos científicos

- CARDOSO, J. L. (2014) – Perscrutando espólios antigos: a gruta da Pedra Furada 1 (Vila Franca de Xira). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 159-182. De col. com A. M. Silva, R. Boaventura, J. Pimenta e C. Detry.
- CARDOSO, J. L. (2014) – A sepultura calcolítica da gruta da Ponte da Laje (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 183-194.
- CARDOSO, J. L. (2014) – “O povoado calcolítico fortificado da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Lisboa): resultados das escavações efectuadas (2003-2006). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 217-294.
- CARDOSO, J. L. (2014) – “A presença campaniforme no território português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 295-348.
- CARDOSO, J. L. (2014) – O Bronze do Sudoeste na cidade de Lisboa: o vaso da encosta de Sant’Ana. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 349-360. De col. com V. Leitão.
- CARDOSO, J. L. (2014) – O Bronze Final na serra de Sintra. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 361-374. De col. com M. J. Sousa.
- CARDOSO, J. L. (2014) – São Julião da Barra (Oeiras). Estudo numismático dos exemplares existentes na Direcção Geral do Património Cultural, no Museu Nacional de Arqueologia e no Museu de Marinha (século XVII). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 9-34. De col. com F. Magro, J. Bettencourt, J. Freire, M. J. Almeida e F. Reiner.
- CARDOSO, J. L. (2014) – Outurela I e Outurela II, dois pequenos sítios da Idade do Ferro a norte do estuário do Tejo (concelho de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 393-428. De col. com Ana Margarida Arruda e Elisa Sousa.
- CARDOSO, J. L. (2014) – Nota introdutória e organização a: PAIXÃO, A. M. C. (2014) – A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). Novos elementos para o seu estudo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 429-463.
- CARDOSO, J. L. (2014) – Cinquenta anos depois. Abel Viana e a Arqueologia portuguesa. *Al-Madan*. Almada. Série II, 19, p. 159-168.
- CARDOSO, J. L. (2014) – Carlos Ribeiro (1813-1882) e as antas de Belas: um contributo para a História da Ciência em Portugal no século XIX. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 35-80. De col. com R. Boaventura.
- CARDOSO, J. L. (2014) – Abel Viana (1896-1964): uma vida de arqueólogo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 475-510.
- CARDOSO, J. L. (2014) – Virgínia Rau. Uma medievalista na Pré-História. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 511-546.

Capítulos de livros

- CARDOSO, J. L. (2014) – Carlos Ribeiro and Francisco António Pereira da Costa: dawn of the Mesolithic shellmiddens of Muge (Salvaterra de Magos). In BICHO, N.; C. DETRY, C.; PRICE, T. D. & E CUNHA – *EMuge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge Scholars Publishing, p. 1-18.
- CARDOSO, J. L. (2015) – Cozinhar e comer no castelo medieval de Palmela. In GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (coord.), *Memória dos sabores do Mediterrâneo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 113-127. De col. com Isabel Cristina F. Fernandes e Cleia Detry.
- CARDOSO, J. L. (2015) – Contributo para o conhecimento da economia alimentar islâmica e cristã medieval no castelo de Palmela. In DOMINGUES, F. C.; SILVA HORTA, J. & VICENTE, P. D. (org.) – *D'Aquém, D'Além e Ultramar – Homenagem a António Dias Farinha*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 289-300. De col. com Isabel Cristina F. Fernandes.

Artigos em revistas indexadas com *peer-review*

- CARDOSO, J. L. (2015) – Insights on the changing dynamics of cemetery use in the Neolithic and Chalcolithic of Southern Portugal. Radiocarbon dating of Lugar do Canto cave (Santarém). *SPAL*. 24, p. 35-53. De col. com A. F. Carvalho.
- CARDOSO, J. L. (2015) – The Bom Santo Cave (Lisbon, Portugal): catchment, diet, and patterns of mobility of a Middle Neolithic population. *European Journal of Archaeology*. 18 (2), p. 1-28. De col. com A. F. Carvalho e outros.
- CARDOSO, J. L. (2015) – Carlos Ribeiro (1813-1882), a segunda parte da “Descrição do solo quaternário das bacias hydrographicas dos rios Tejo e Sado”, o “Homem terciário” e os concheiros mesolíticos do vale do Tejo. *CuPAUAM*. Madrid. 41, p. 13-22.

Actas de reuniões internacionais

- CARDOSO, J. L. (2015) – A estação do Neolítico Antigo do Carrascal (Oeiras, Lisboa, Portugal). 5.º Congresso do Neolítico Peninsular (Lisboa, 2010). *Actas*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Estudos & Memórias, 8), p. 159-168.

3.4 – Palestras e comunicações

Em 2015, o signatário proferiu as seguintes palestras e comunicações, sempre na qualidade de Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras:

Palestra a alunos e ex-alunos da licenciatura em História da Universidade Aberta sobre o povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras), no decurso de visita ao sítio arqueológico.

Palestra no Museu Nacional de Arqueologia dedicada à “Peça do mês”: defesa de elefante do Cabo Sardão, n.º inv. DGPC.CNANS 4595.01.0001. Maio de 2015.

Palestra na Fortaleza de Santiago, Câmara Municipal de Sesimbra: A alimentação na pré-História: Outeiro Redondo. Maio de 2015.

Palestra na Casa do Barro, S.Pedro do Corval, por ocasião das XXI Jornadas Ibéricas de “Olaria e Cerâmica”: O que se comia em Reguengos há 5000 anos”.

Palestra na Sociedade de Geografia de Lisboa, no âmbito do Seminário “Arqueologia e seus públicos: comunicar, divulgar e preservar a memória”: O Centro de Estudos Arqueológicos do concelho de Oeiras: vinte e sete anos de investigação, divulgação e valorização do património arqueológico de Oeiras.

Palestra na Academia das Ciências de Lisboa/Instituto de Estudos Académicos para Seniores – Adriano Moreira no âmbito do ciclo “Arqueologia em Portugal: os progressos do novo milénio”, intitulada A presença campaniforme: uma primeira cultura pan-europeia.

Palestra na Academia das Ciências de Lisboa/Instituto de Estudos Académicos para Seniores – Adriano Moreira no âmbito do ciclo “Reais Fábricas em Portugal”, intitulada “Fábrica da Pólvora de Barcarena”.

Palestra seguida de visita guiada ao povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras) de membros do Clube de Oficiais de Mafra.

3.5 – Visitas guiadas

As visitas guiadas ao povoado pré-histórico de Leceia, seguidas de visita à respetiva Exposição monográfica permanente, e Exposição de Arqueologia do Concelho de Oeiras, patentes ao público na Fábrica da Pólvora de Barcarena, continuaram a constituir, no decurso de 2015, uma das principais linhas de atuação do CEACO, consolidada ao longo de muitos anos, constituindo poderosa projeção externa das suas atividades. É de salientar a componente didática junto das escolas básicas e secundárias do Concelho de Oeiras, a par de visitas de grupos de estudantes universitários e de associações culturais e do público em geral, incluindo as visitas efetuadas em colaboração com outros serviços da CMO.

Tais visitas têm-se revelado uma mais-valia na programação do estudo, na sua componente prática, a nível complementar, constituindo objecto de avaliação junto dos alunos, desde os níveis de ensino básico (3.º e 4.º anos) até ao secundário (12.º ano) e universitário.

Assim, a pedido de diversos estabelecimentos de ensino (básico, secundário e universitário) da área da grande Lisboa, de organismos oficiais e particulares, ou no âmbito de visitas ao Concelho organizadas pelo Município e por parte de outras entidades, foram realizadas 18 visitas guiadas em 2015. O número total aproximado de visitantes foi de cerca de 475 pessoas, assim distribuídas:

- Escola EB 1 Visconde de Leceia;
- Escola EB 1 Gomes Freire de Andrade de Oeiras;
- Escola EB 1 dos Lombos de Carcavelos;
- Centro de Estudos “Park Kids” de Oeiras;
- Instituto Espanhol de Lisboa;
- Grupo da Universidade Sénior de Almada;
- Grupo de reformados da Marinha Portuguesa;
- Grupo de corpo docente do Instituto Espanhol;
- Grupo de interessados reformados;
- Grupo de reformados do Banco de Portugal;
- Grupo da Universidade Sénior de Oeiras e Associação Sénior Nova Atena de Linda-a-Velha;
- Grupo da Universidade Aberta;

Grupo do Clube Militar de Oficiais de Mafra;
Grupo da Associação cultural “Casa do Fauno” de Sintra;
Grupo do curso de “História do Concelho de Cascais” da Academia Sénior da Cruz Vermelha de Cascais.

3.6 – Outras colaborações

Refere-se esta rubrica a informações de índole diversa, oficialmente solicitadas ao CEACO, desde as solicitações de estudantes do ensino universitário no âmbito da preparação de trabalhos académicos, até aos municípios interessados na obtenção de informações de âmbito histórico-arqueológico de carácter concelhio até às elaboradas por solicitação de outros serviços camarários e em colaboração com estes em ações de salvaguarda e divulgação do património arqueológico concelhio.

Destacam-se os pareceres e consultas prestados ao DPGU no respeitante ao licenciamento de obras, quer as promovidas pela CMO, quer as de particulares. São também de referir os Pareceres prestados a outros serviços da CMO, designadamente à DOM.

No âmbito do Plano de prevenção de Riscos de Gestão do CEACO foi estabelecido em 2015 Protocolo de procedimentos com o DPGU elaborado na sequência da Inf.º n.º 11/CEACO/2012, com Despacho favorável do Senhor Presidente de 27.03.2012, visando a recolha de parecer prévio do CEACO sobre determinados pedidos de licenciamento que, pela sua importância ou localização, envolvam trabalhos no subsolo, que deveriam ser previamente apreciados pelo CEACO. Tais procedimentos encontram-se actualmente plenamente em vigor, cumprindo ao CEACO o acompanhamento arqueológico das respectivas obras no terreno, sempre que as mesmas sejam de iniciativa camarária ou de instituições particulares de solidariedade social sem fins lucrativos.

2015

Fevereiro

Foi solicitado pela Sr.ª Dr.ª Ana Runkel, Directora do DECPC e pelo Arq.º Baptista Fernandes do DPGU parecer relativo à possibilidade da CMO concorrer a Prémio Geoconservação 2015 – Município de Oeiras, na sequência de Comunicação reencaminhada pela Dr. Zalinda Campilho Directora do DAE e dirigida ao Senhor Presidente da CMO pelo Dr. Mário Cachão Coordenador do Grupo Português *ProGEO European Association for the Conservation of the Geological Heritage*. Na sequência deste pedido participou o signatário em visita, por sua sugestão organizada, à chaminé vulcânica de Laveiras com o Arq.º Pedro Carrilho do DPE e Arq. Baptista Fernandes do DPGU a qual foi realizada no dia 2.9.2015, tendo-se ulteriormente concluído que o referido geomonumento, por se encontrar na actualidade totalmente descaracterizado não era susceptível de candidatura.

Foi endereçado ao CEACO, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Departamento de Recolha de Informação, Serviço de Recolha de Dados, “Processo IMUS – Inquérito aos Museus – 2014-02 5007459430006”, relativo à Sala de Arqueologia, ulteriormente remetido àquela entidade.

Março

Foi reencaminhado pelo signatário ao Dr. Nuno Costa do Gabinete da Presidência, e-mail recebido do Prof. Doutor André Teixeira, da Universidade Nova de Lisboa com convite endereçado à Câmara Municipal de Oeiras para participar no Projecto da Unesco “The Ocean’s Cultural Heritage”. Pela natureza da proposta e o

potencial interesse do envolvimento da CMO na iniciativa, considerando o trabalho conjunto que vem sendo desenvolvido pelo Centro de Estudos Arqueológicos com o Centro de História de Além-Mar, da Universidade Nova de Lisboa, foi proposta a adesão a esta iniciativa.

Maio

Foi solicitado pela Irmã Sílvia Santos da Congregação Irmãs Canossianas, de Queluz de Baixo, parecer e apoio sobre Parecer proferido pela DGPC relativamente à obra de construção/legalização do Jardim de Infância “Casa de Nossa Senhora de Fátima” em Queluz de Baixo. O referido pedido foi respondido por *email* de 7.05.2015 com conhecimento ao DPGU para instrução interna de eventual pedido formal de parecer.

Foi dirigido ao CEACO através do Gabinete de Comunicação / CMO pedido de autorização para a realização de filmagens de telenovela no povoado pré-histórico de Leceia, pela produtora “plural Entertainment Portugal S.A.”. Por se pretender visar ruínas romanas deu o signatário parecer no sentido do povoado-pré-histórico de Leceia não se enquadrar nesse contexto.

Foi endereçado ao CEACO convite para participar na Festa do Agrupamento da Escola Secundária Aquilino Ribeiro, de Talaíde, com o tema “Feira Histórica, realizada no dia 29 de Maio”. Foi apresentada pela Dr.^a Conceição André técnica superior do CEACO sessão dedicada ao tema “Arqueologia do Concelho de Oeiras” com a colaboração dos alunos do 6.º ano tendo sido a referida exposição permanente, patente ao público na Fábrica da Pólvora de Barcarena visitada por alunos e professores de diversos níveis de escolaridade, do 4.º ao 10.º anos, daquele estabelecimento de ensino.

Julho

Foi solicitado pela D. Ana Paula Fernandes do Jornal *Correio de Oeiras*, informações e documentação gráfica respeitantes à divulgação das visitas ao povoado Pré-histórico de Leceia e Exposições de Arqueologia patentes ao público na Fábrica da Pólvora de Barcarena, destinadas a serem apresentadas naquele órgão de informação.

Foi solicitado pela Eng.^a Teresa Dias, da DGEPIM, documentação relativa à requalificação da escavação arqueológica situada no Jardim Municipal de Oeiras, com planta da área a preservar e texto destinado a painel informativo, já aprovado em 2014 pela Senhora Vereadora Dr.^a Madalena Castro. Remetida a 20.07.2015, foi também dado conhecimento da mesma ao Sr. Vice-Presidente da CMO a 29.7.2015. A mesma informação foi enviada por *email* a 18.07.2015 ao Arq.^o Miguel Cascaes, a seu pedido, para elaboração do respectivo projecto.

Pela Inf.^o n.º 182/DOM/DEP/15, relativa à Integração paisagística da área arqueológica do Jardim Municipal de Oeiras – (Proc. DOM/DEP 132/15) e na sequência de parecer do signatário a respeito, foi apresentada proposta de integração da área arqueológica com delimitação do espaço de maior interesse, respetiva contenção vertical e colocação de painel explicativo. Esta proposta não teve continuidade, tendo-se ulteriormente optado pela conservação subterrânea da área arqueológica, repondo-se o passeio do Jardim ao nível existente antes da intervenção arqueológica.

Setembro

Foi solicitado pela Dr.^a Chari Empis, Directora da International School de Oeiras, parecer sobre duas estruturas em forma de poço, localizadas na Quinta de Nossa Senhora da Conceição em Barcarena, onde se encontra sediada aquela instituição.

Outubro

Foi solicitado pelo Dr. Jorge Raposo, Director da Revista *Al-Madan*, informação alusiva ao povoado pré-histórico de Leceia e respetivas visitas, tendo sido a mesma publicada no dossiê “Sítios arqueológicos portugueses revisitados”, n.º 20 (2016) de *Al-Madan*, p. 155.

Foi solicitado por Rita Silva aluna do 1.º ano do Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, apoio sobre trabalho relativo a gestão do património arqueológico em Portugal.

Novembro

Foi solicitado por Duarte Mira, aluno da licenciatura em Arqueologia, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, apoio bibliográfico e informações sobre a temática de arqueologia industrial relativa à Fábrica da Pólvora de Barcarena.

Através da Inf.º n.º 08/CEACO/2015 de 11.07.2015, relativa a Projecto de Licenciamento de obras de edificação de moradia unifamiliar na zona histórica de Carnaxide, foi proferido parecer solicitado pelo Sr. Eng.º José Pereira Fernandes pela Inf.n.º 6661/2015-DHRU/DGUAAE/NE.

Foi solicitado por D. Sónia Rodrigues e D. Filipa Teopisto mães de alunos do 7.º ano, da Escola Secundária Aquilino Ribeiro, apoio bibliográfico com visita à Exposição monográfica do povoado pré-histórico de Leceia, para trabalho escolar de seus filhos, sobre aquela estação arqueológica.

Através da Inf.º n.º 16/CEACO/2015, de 18.11.2015, relativa a Projecto de alterações de Edifício na Rua Marquês de Pombal em Paço de Arcos, foi proferido parecer solicitado pelo Sr. Director do DPGU, Arq. Baptista Fernandes pela Inf.n.º 17219/2015-DHRU/DPE/NRU.

Dezembro

Foi solicitado pelo Sr. Arq.º Almeida Torres, Coordenador da DGUAAE/DPGU/CMO, apoio sobre projecto de construção de edifícios da Escola Profissional Val do Rio de Oeiras.

Foi solicitado pela Dr.ª Joaquina Soares do Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal a lista das permutas estabelecidas com a revista *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, para contribuição para o sistema de permutas daquela Instituição.

Aos 14.12.2015, o signatário deu conhecimento ao Dr. Nuno Costa, adjunto da Presidência da CMO, de notícia sobre a apresentação pública do vol. 21 dos *EAO* e da Inauguração da Exposição “Arqueologia Subaquática do Concelho de Oeiras” no dia 11.12.2015, a qual foi divulgada junto da comunidade arqueológica nacional, sendo seu autor o Prof. Doutor José d’Encarnação, Catedrático Jubilado da Universidade de Coimbra.

Colaborações institucionais

Pela Informação n.º 06/CEACO/2015, o signatário deu conhecimento ao Senhor Presidente, de reunião em que o CEACO participou, relativa a Proposta Intermunicipal “As Invasões Francesas e a Região de Lisboa”, organizada por técnicos da Divisão de Cultura da Câmara Municipal de Loures. A mesma contou também com a participação de representantes das Câmaras Municipais de Almada, Mafra, Setúbal e Vila Franca de Xira, tendo em vista o estabelecimento de possível colaboração institucional no âmbito da conservação, valorização e divulgação cultural e ecológica ligada ao tema. Aquela informação mereceu despacho favorável de 6.05.2015 definindo a contribuição técnico-científica do CEACO.

4 – DISTINÇÕES E PRÉMIOS

Pela Inf.º n.º 09/CEACO/2015, de 13.07.2015, deu o signatário conhecimento ao Senhor Presidente, da sua eleição para sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, por unanimidade, pelos sócios efectivos da respectiva Classe de Ciências.

5 – CONCLUSÃO

Os trabalhos desenvolvidos em 2015, deram continuidade aos objectivos estratégicos e programáticos anteriormente definidos. Mantêm-se o decréscimo de visitantes em idade escolar em relação ao ano de 2014, ao povoado pré-histórico de Leceia e respectivas exposições de arqueologia patentes ao público na Fábrica da Pólvora de Barcarena. Tratando-se, sobretudo de alunos dos diversos graus de ensino (básico e secundário) de estabelecimentos sediados no Concelho de Oeiras integrados em visitas escolares guiadas. Tal situação configura a diminuição das possibilidades financeiras das escolas no aluguer de meios de transporte para assegurarem as visitas aos seus alunos, hábito que já se encontrava adquirido, desde há vários anos a esta parte, e que se espera poder vir a ser retomado logo que possível. Por outro lado é de evidenciar a crescente afluência de grupos seniores organizados provenientes de Academias Seniores ou de grupos de reformados de diversas Instituições ou apenas grupos de interessados em conhecer o património cultural nacional no geral e/ou o Povoado pré-histórico de Leceia em particular.

Onde as actividades de investigação e divulgação do Património Arqueológico concelhio se encontram mais expressivamente espelhadas, especialmente no que concerne à sua projecção a nível nacional, é no amplo conjunto de revistas de índole arqueológica com as quais os “Estudos Arqueológicos de Oeiras” mantêm ou estabeleceram permuta, no decurso de 2015 facto bem demonstrativo da qualidade da investigação desenvolvida neste domínio pelo CEACO, constituindo exemplo ímpar no panorama arqueológico nacional.

Os factos aludidos neste Relatório confirmam o reconhecimento público, ao nível das mais diversas instâncias, da avalia e interesse do trabalho desenvolvido no CEACO, já expresso em anteriores relatórios constituindo, decerto, mais um motivo para prosseguir empenhadamente no trabalho quotidiano, desenvolvido pela equipa que assegura a continuidade da sua actuação.

Barcarena, 14 de Setembro de 2016

O Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras

Prof. Doutor JOÃO LUÍS CARDOSO